HISTORIA

DO

INFANTE D. DUARTE

IRMÃO DE EL-REI D. JOÃO IV

POR

JOSÉ RAMOS-COELHO

SOCIO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA
E DA REAL ACADEMIA DE LUCCA
SOCIO DO INSTITUTO DE COIMBRA
E SOCIO HONORARIO DO GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO MARANHÃO

Obra fundada em muitos preciosos documentos
e com desenhos do [illegible] o sr. [illegible] Beltrão
e phototypias do sr. Carlos Relvas

TOMO I

LISBOA
POR ORDEM E NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
1889

HISTORIA

DO

INFANTE D. DUARTE

IRMÃO DE EL-REI D. JOÃO IV

HISTORIA

DO

INFANTE D. DUARTE

IRMÃO DE EL-REI D. JOÃO IV

POR

JOSÉ RAMOS-COELHO

SOCIO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA
E DA REAL ACADEMIA DE LUCCA
SOCIO DO INSTITUTO DE COIMBRA
E SOCIO HONORARIO DO GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO MARANHÃO

Obra fundada em numerosissimos documentos
e com desenhos do architecto milanez o sr. Lucas Beltrami
e phototypias do sr. Carlos Relvas

TOMO I

LISBOA
POR ORDEM E NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
1889

Pro meritis carcer, pro lauro uincula dantur
Virtus crimen habet, gloria supplicium;
Victrices onerant immania pondera palmas,
At nequeunt palmas pondera deprimere
Venditus argento tandem, das Inclyte Princeps
Effigiem Christi, non Eduarde tuam.

C. RELVAS PHOT.

HISTORIA

DO

INFANTE D. DUARTE

IRMÃO DE EL-REI D. JOÃO IV

POR

JOSÉ RAMOS-COELHO

SOCIO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA
E DA REAL ACADEMIA DE LUCCA
SOCIO DO INSTITUTO DE COIMBRA
E SOCIO HONORARIO DO GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO MARANHÃO

Obra fundada em numerosissimos documentos
e com desenhos do architecto milanez o sr. Lucas Beltrami
e phototypias do sr. Carlos Relvas

TOMO I

LISBOA
POR ORDEM E NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
1889

A

PORTUGAL

SUA PATRIA

Com o mais entranhado affecto
e mil votos
pela sua independencia e prosperidade

O. D. C.

O auctor

Pro meritis carcer, pro lauro uincula dantur
Virtus crimen habet, gloria supplicium:
Victrices onerant immania pondera palmas,
At nequeunt palmas pondera deprimere
Venditus argento tandem, das Inclyte Princeps
Effigiem Christi, non Eduarde tuam.

Grav. por Franc.º Picart

C. RELVAS PHOT.

HISTORIA

DO

INFANTE D. DUARTE

IRMÃO DE EL-REI D. JOÃO IV

POR

JOSÉ RAMOS-COELHO

SOCIO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA
E DA REAL ACADEMIA DE LUCCA
SOCIO DO INSTITUTO DE COIMBRA
E SOCIO HONORARIO DO GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO MARANHÃO

Obra fundada em numerosissimos documentos
e com desenhos do architecto milanez o sr. Lucas Beltrami
e phototypias do sr. Carlos Relvas

TOMO I

LISBOA
POR ORDEM E NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
1889

A

PORTUGAL

SUA PATRIA

Com o mais entranhado affecto
e mil votos
pela sua independencia e prosperidade

O. D. C.

O auctor

PROLOGO

Sempre nos captivou o assumpto: um principe illustre, amante e amado da gloria, entregue aleivosamente por um imperador de Allemanha á tyrannia de Hespanha, martyr, ás mãos d'ella, da liberdade da sua patria. Quiz a fortuna que, empregando-nos em outros trabalhos litterarios, encontrassemos alguns documentos a seu respeito; o valor d'elles despertou-nos logo vontade de melhor lhe estudarmos a biographia, e d'esse estudo nasceu a de publicarmos alguma coisa do que fosse mais digno de memorar-se.

Com este desejo, procedemos, nas poucas horas livres das nossas occupações, a buscas minuciosas no inexgotavel thesoiro do Archivo Nacional da Torre do Tombo, na apreciavel collecção dos manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa, na da Academia Real das Sciencias e na preciosissima da Bibliotheca Real da Ajuda, e adquirimos a convicção, visto o consideravel e inesperado peculio, que fomos, dia a dia, amontoando, de que a vida do infante D. Duarte estava por escrever, e que nos corria obrigação im-

preterivel de fazel-o, possuindo, como possuiamos, tamanha riqueza.

Fechámos pois os olhos a obstaculos: á insufficiencia propria, á carencia de tempo, á quasi impossibilidade de resuscitar um personagem historico, á extranheza do genero, que, preferindo até ahi o da poesia, amor exclusivo e o mais caro entretenimento nosso, raro tinhamos cultivado, e mettemos hombros á empresa.

Entretanto as frequentes descobertas, tornando-a cada vez mais interessante, tornavam-a tambem cada vez mais ardua, e mostraram a necessidade de pesquizas novas. Não recuámos, nem trepidámos. Fomos a Evora e sahiu-nos uberrima a colheita na sua curiosa bibliotheca; mandámos extrahir copias da de Madrid e do Archivo de Simancas; e estas acquisições lançaram tamanha luz no vulto do infante, e deram-lhe tal relevo, que não pudemos deixar de pedir ao governo que as requisitasse do gabinete italiano relativamente aos documentos que se guardam no Archivo do Estado de Milão, ácerca dos processos instaurados contra o desditoso principe.

Attendeu o governo benevola e promptamente o nosso pedido; vieram as copias, mas não de tudo que desejavamos, posto fosse da melhor parte; e com este valiosissimo auxilio concluimos quasi a nossa obra. A concluil-a obstava porém a repugnancia de prescindir dos restantes documentos do mesmo archivo, ainda numerosos, e de deixar de fóra muitas particularidades attendiveis, além da precisão de verificar certas duvidas que nutriamos, quanto á maneira por que o marquez Cusani os aproveitara no seu folheto *D. Duarte di Braganza,* onde pela primeira vez os

tornou conhecidos, e tambem a esperança de existirem alli outros e fartos mananciaes, sobretudo nas correspondencias dos governadores do estado com a côrte de Madrid. Ora preencher estes fins não o podia nenhum copista, nem mesmo o mais instruido, a não ser o proprio auctor da *Historia do Infante D. Duarte,* pela unica razão de estar senhor da materia, e portanto requeremos ao governo, offerecendo-nos para fazer as copias, de que ficaria de posse, e que nos emprestaria.

D'esta vez porém o governo não nos attendeu,ou, antes, esqueceu-se de nós, porque se passaram mezes e mezes, sem que obtivessemos resposta alguma. Importunámos uns e outros; e tudo debalde. Fomos até incommodar Sua Magestade El-Rei, a quem, já havia annos, tiveramos occasião de falar para lhe offerecer, assim como a Sua Magestade a Rainha, um exemplar da nossa traducção em verso da *Jerusalem Libertada,* dedicada a ambos, e Sua Magestade El-Rei recebeu-nos com especial agrado, e, não só mostrou conhecer as desgraças do infante D. Duarte, mas até, o que é mais, interessar-se pela publicação da sua biographia; nem admira n'um soberano, amigo e cultor das lettras, e tratando-se de um escripto, que toca de perto á historia patria, á da Casa de Bragança, e á de um seu parente credor, e tanto, da gratidão nacional, e tão olvidado durante a vida e depois da morte. Correu ainda muito tempo, não sabemos quanto, dois annos talvez, nem aqui pretendemos traçar a chronologia d'esta odysséa litteraria, até que o governo, cedendo ás instancias do sr. dr. Thomaz de Carvalho, cuja illustração e bondade todos conhecem, e que muito nos prendeu com esse obsequio, houve por bem con-

ceder-nos, não um subsidio, como é de uso, mas apenas uma ajuda de custo para a viagem de ida e volta, a fim de copiarmos em Milão os documentos que julgassemos precisos á conclusão da nossa obra. Acceitámos; esperar mais fôra impossivel; e partimos, confiando nos proprios recursos pecuniarios, embora limitados.

Perto de dois mezes e meio residimos em Milão, e, posto o governo não nos impuzesse a obrigação de copiar todos os documentos attinentes ao infante, segundo requereramos, porque tinhamos em vista enriquecer com elles os archivos nacionaes, aproveitando-os depois, como qualquer pode fazer, e faz aos outros que se guardam nas mesmas repartições, apesar d'isso, persistindo no nosso primeiro proposito, e desejando não perder o ensejo, encerrámo-nos todos os dias no Archivo do Estado d'aquella cidade, e conseguimos copiar mais de duzentas paginas, não copiando o resto, ainda umas cem paginas, por escassez de meios, os quaes debalde então solicitámos do governo. Foi pois do maior alcance o resultado quanto á collecção que alli se conhece pelo nome de *Processos de D. Duarte de Bragança*. Quanto a uns oitenta maços que corremos peça por peça, de tão penosa busca só se utilisaram pouquissimos documentos ácerca da fuga de Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, depois de ser preso, por querer libertar o infante, os quaes não estavam juntos com os outros, porque o collector desconhecia a tentativa, a que aliás não se alludia n'elles, nem mesmo a sua alteza. Quanto á correspondencia dos governadores de Milão com a côrte de Madrid, não pára n'aquelle archivo.

Outra esperança nos incitara a ir a Milão: examinar o

castello, onde o infante esteve encarcerado, e determinar precisamente o logar da sua prisão. Para isso alcançámos por intermedio do digno consul de Portugal, o sr. marquez Visconti, uma licença do commando militar; mas sem fructo algum, porque os officiaes a que nos dirigimos no castello nada sabiam da sua historia. Já resolveramos quasi recorrer ao sr. marquez, para nos auxiliar com a sua influencia e conhecimentos, quando tivemos a felicidade de travar relações com o insigne architecto milanez, o sr. Lucas Beltrami, que á sua competencia profissional reunia a particularidade de ter estudado aquelle monumento, e de ter até publicado um livro muito estimavel, artistica e litterariamente falando, a seu respeito. Poz-se este senhor á nossa disposição; guiou-nos na visita ao castello; presenteou-nos com a sua obra; permittiu que nos servissemos das suas illustrações; e, ainda depois de voltarmos a Portugal, enviou-nos dois bellos desenhos á penna da parte exterior e interior d'elle, correspondentes á prisão do infante, que lhe pediramos e fez de proposito, grandes favores que confessamos aqui publicamente.

Recolhido á patria, e completa a nossa obra, sujeitámol-a á apreciação da Academia Real das Sciencias, que a julgou digna de ser publicada á sua custa e na sua typographia, honra bem cabida, não pelo nome do auctor, nem pelo merito do escripto, mas por ser este eminentemente nacional, e poder servir talvez de estimulo para trilharem outros, com mais firme passo e mais prospera fortuna, o immenso campo das investigações historicas, a que tantos assumptos, qual a qual mais importante, estão chamando os escriptores portuguezes.

Entregue a impressão aos cuidados da typographia da Academia, faltava a reproducção das illustrações do sr. Lucas Beltrami e das outras que hão de acompanhar a obra, por meio da phototypia, e este encargo tomou sobre si, a nosso rogo, com a maior franqueza, promptidão e generosidade, quem, melhor do que ninguem, o executaria, pela sua provada competencia, que o collocou no primeiro logar entre os nossos artistas da especialidade, competencia assellada por tantas medalhas de exposições nacionaes e extrangeiras, e que a Academia de Bellas Artes de Lisboa reconheceu merecidamente conferindo-lhe a distincção de seu socio de merito, n'uma palavra, e já todos o terão adivinhado, o photographo amador, o sr. Carlos Relvas, a quem muito deve a arte nacional e o nosso livro.

Graças á abundancia de noticias que encontrámos, sahe a publico a *Historia do Infante D. Duarte,* baseada na sua quasi totalidade em documentos credores de fé, cujo numero excede a mil, além de varios codices manuscriptos e livros impressos, e mui diversa, e muitissimo mais desenvolvida do que até aqui andava, porque poucos auctores trataram da materia, e esses mesmos deficientemente e quasi todos copiando os que os antecederam. É o principal entre todos o advogado João Baptista Birago, ou, antes, Taquet, como provaremos, na sua *Storia di Portogallo,* onde o conde da Ericeira bebeu muito do que diz no *Portugal restaurado,* e de que D. Antonio Caetano de Sousa se valeu largamente para a *Historia genealogica,* accrescentando todavia algumas especies novas, e, sobretudo, a relação da viagem de D. Duarte, quando foi visitar o rei de Hungria a Stuttgart, logo depois de chegar á côrte imperial, tirada

de um manuscripto da epocha, e que não se acha em outra parte. Estes foram os guias dos escriptores seguintes, os quaes os abreviaram consideravelmente, porque o ponto da vida do infante só entrava como muito secundario no plano das suas obras, ou por não caber n'ellas maior desenvolvimento, ou por lhe ligarem pequena importancia.

Outra obra se publicou, a que já nos referimos, e essa modernamente, em mil oitocentos e setenta e um, sob o titulo de *D. Duarte di Braganza,* pelo marquez Cusani, reunião de uns artigos que escrevera no jornal politico milanez *La Perseveranza,* por occasião das buscas para o descobrimento dos restos do desgraçado principe, a qual é independente das duas primeiras, e versa sobre a prisão do infante no castello de Milão e sobre o seu processo e morte, extrahido tudo dos documentos que se guardam no Archivo do Estado d'aquella cidade, os mesmos que nós copiámos e examinámos. Subido foi o interesse que moveu este opusculo entre os apaixonados da historia patria, pelo valor e pela novidade dos factos que poz no dominio do publico. São provas, além de outras, do que avançamos a visita de Sua Magestade o Imperador do Brasil (sempre solicito pelas nossas coisas litterarias) áquelle archivo para ver os ditos documentos, conforme nos asseverou o seu director, o sr. Cesar Cantu, e o livro com que sahiu á luz o sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro, *D. Duarte de Bragança,* fundado principalmente n'elles, e para o tempo anterior na *Historia genealogica.* Bom serviço prestaram o marquez Cusani e o sr. Silvestre Ribeiro com estas duas obras de divulgação historica, serviço por que todos lhes devemos ser gratos, mormente ao primeiro, pois sem as

suas revelações talvez ainda por muito tempo ficasse quasi ignorado um periodo tão curioso da biographia do nobre irmão de D. João IV. Dois annos antes do opusculo de Cusani, estampara-se outro, em Cassel, *Dank vom Oestreich oder der Infant Dom Duarte,* de Gustavo de Veer sobre a prisão e entrega do principe portuguez, cujas fontes são as geralmente conhecidas e que portanto, embora digno de especial menção, não offerece circumstancias novas. O mais que ha impresso consiste nos manifestos publicados por causa das mesmas prisão e entrega, proximamente a ellas, e nos sermões proferidos nas suas exequias.

Das obras que especificámos as duas unicas que abrangem toda a vida do infante, mas succinta e irregularmente, são a *Historia genealogica* e o *D. Duarte de Bragança* do sr. Silvestre Ribeiro, porque mesmo a *Storia di Portogallo* de Birago não vae senão até mil seiscentos e quarenta e tres, seis annos antes da sua morte. As outras, como vimos, são parciaes.

Muito differente é o nosso escripto, na extensão, nos fundamentos e na contextura, de todos os mencionados: na extensão, porque, emquanto Birago só dedica ao infante o livro sexto da sua historia, a qual fórma apenas um volume de oitavo, D. Antonio Caetano de Sousa cincoenta e cinco paginas da sua monumental obra, o conde da Ericeira menos, o marquez Cusani, o sr. Silvestre Ribeiro e Veer um folheto pequeno, e os manifestos e sermões só poucas paginas, a nossa publicação abrange dois volumes de mais de setecentas paginas cada um; nos fundamentos porque a nossa obra estriba-se nas correspondencias officiaes e em memorias fidedignas, emquanto as suas carecem

muitas vezes d'esses solidos alicerces, ou os dispozeram de tal maneira que ficaram inconsistentes, incluindo a propria historia de Birago, que na parte relativa ao infante se deriva muito menos d'elles do que das informações do seu verdadeiro auctor, Taquet; e na contextura porque a area em que construimos o nosso edificio é muito mais extensa, e porque á vida propriamente do infante se entretecem, não para enfeite, mas por necessarios, muitos acontecimentos do seu tempo, e até dos anteriores, quer de Portugal, quer de paizes extrangeiros, ao passo que as já publicadas de pouco mais tratam do que da sua biographia.

Necessarios chamámos a estes acontecimentos, e assim é. Com effeito, como formar idéa da juventude, da educação, da mocidade, dos passatempos, emfim da existencia de D. Duarte nos paços de Villa Viçosa, sem descrevel-os, sem descrever a grandeza da casa de Bragança, sem mostrar a influencia do caracter de seu pae, o duque D. Theodosio, e de sua avó, a duqueza D. Catharina, no seu espirito, sem esboçar em quadro rapido os successos politicos em que no seu tempo figurou o velho duque, por cujo caracter se foi conformando o de seu filho? Como penetrar as causas da animosidade do governo hespanhol a D. Duarte sem alumial-as, prescrutando o estado das relações entre o dito governo e a côrte ducal? Como afigurar-se a sua carreira militar, para o que ha tão poucos subsidios, sem historiar as campanhas do exercito em que militou? Como explicar ou atenuar a acção traiçoeira e ingrata do imperador Fernando III, sem lhe collocar ao lado a preponderancia illimitada da Hespanha sobre a Allemanha? Como comprehender os conselhos que o infante deu de dentro

do castello de Milão ácerca dos negocios de Portugal, sem saber quaes eram esses negocios? Como comprehender o que se passou no congresso de Munster com relação á sua liberdade, sem descrever este grande theatro dos interesses e das intrigas politicas da Europa e sem pôr em scena os seus principaes actores?

Divide-se a nossa obra em dois volumes, como já fica dito, abrangendo cada um nove livros, podendo-se considerar o ultimo como appendice. O primeiro estende-se desde o nascimento do infante até ao anno de mil seiscentos e quarenta e tres, um anno depois de estar preso no castello de Milão, e pelos summarios que precedem os seus livros se vê qual o seu conteúdo. O segundo abraçará o resto da vida do infante com quasi todos os variados e numerosos projectos para a sua liberdade, as negociações do congresso de Munster e as do tratado entre o infante e Luiz XIV para o mesmo fim, os processos que lhe foram instaurados pelos hespanhoes, a sua morte e disposições testamentarias, o cumprimento d'ellas, a venda do seu espolio, as questões motivadas por este, a partida dos seus servidores e creados, o galardão que D. João IV deu a alguns, as suas exequias em Milão e em Portugal, e a historia do seu pretendido casamento com D. Maria de Lara e Menezes. Quanto a illustrações, levará o segundo volume o retrato d'el-rei D. João IV, e os de Francisco de Andrade Leitão e de Luiz Pereira de Castro, nossos ministros no mencionado congresso, o fac-simile de uma carta da lettra do infante, a chave do seu caixão, uma eça que se armou para as suas exequias na Sé de Lisboa, e, se nos fôr possivel obter uma boa photographia, o tumulo que se fez para

receber os seus restos, ou a parte da egreja de Santo Agostinho de Villa Viçosa, onde elle está.

Os documentos de que nos servimos derivam, na maior parte, das correspondencias diplomaticas do primeiro marquez de Niza nas suas duas embaixadas em França, e das de Christovão Soares de Abreu, representante do governo de Portugal n'este paiz, e tambem no congresso de Munster, e do dito Luiz Pereira de Castro, sendo todos ou originaes ou dos proprios copiadores d'aquelles ministros, e da collecção do Archivo do Estado de Milão, já mencionada, e das do Archivo de Simancas, tanto uns como outros em geral originaes. Além d'estas copiosas origens, bebemos em veias menos abundantes, mas diversissimas, dignas de credito, quer pela authenticidade, quer pela procedencia, entre as quaes especificaremos só a correspondencia de Francisco de Sousa Coutinho, embaixador portuguez em Hollanda, e alguns volumes de manuscriptos relativos á casa de Bragança.

Entre as obras impressas de que nos servimos avultam a *Historia genealogica,* a de Birago, e as de Galeazzo Gualdo Priorato, o *Portugal convenzida con la razon,* de Nicolau Fernandes de Castro, *Il castello di Milano,* do sr. Lucas Beltrami, e as *Négotiations touchant la paix de Munster,* de Bougeant; d'ellas e das menores, assim como dos manuscriptos, codices ou documentos, fazemos indicação nos logares competentes.

Reconhecemos o merito das publicações de D. Antonio Caetano de Sousa e de Innocencio Francisco da Silva, mas fomos obrigado a dissentir de algumas das suas asserções; o que fizemos sempre com o respeito e moderação que se

devem a homens tão benemeritos, como são os auctores da *Historia genealogica* e do *Diccionario bibliographico portuguez*, hoje continuado com tanto empenho e bom fructo pelo sr. Brito Aranha. É escusado dizer que não nos guiou o proposito de censural-os, porém só o de acertar com a verdade. Nem isto lhes diminue na minima parte o valor. Todos erram; o mister de escriptor é fertil de escolhos, fadigas e incertezas, por pequena que seja a obra, quanto mais em dois monumentos, como estes, que encerram em grande parte a historia e litteratura portuguezas, preciosos e abundantissimos repositorios de noticias, onde, por assim dizer, cada pagina, cada artigo, e ás vezes cada linha ou cada nome, são objecto de novas indagações, para que não chegaria a vida de muitos homens, e de que é força prescindir-se, embora contra vontade, sob pena de não se publicar coisa alguma, e de se privar o publico do conhecimento de tamanhas preciosidades. O mesmo se applica, posto em menor grau, aos outros auctores de que tambem discordámos.

Nada mais diremos do nosso livro. Quanto ao plano seguido, quanto ás fontes consultadas, elle falará por si; quanto á maneira por que executámos esse plano e aproveitámos essas fontes, o publico que o decida. O que podemos affirmar é que trabalhámos com amor e consciencia.

É grande a relação das pessoas, a que nos constituimos em divida, por causa do auxilio que nos prodigalisaram ou da urbanidade com que nos attenderam; não é tambem pequena, infelizmente, a dos que, por inercia, vaidade ou ignorancia, deixaram de prestar attenção aos nossos pedidos, o que sentimos por elles mais do que por nós, e

mais ainda do que por elles pela importancia do assumpto. Mas falemos só dos primeiros.

Agradecemos a Sua Magestade El-Rei a honra de nos receber, como já fica mencionado; a Sua Alteza, o Principe Real, a benevolencia com que nos ouviu e a carta que nos deu para examinarmos o archivo da casa de Bragança; e aos ex.^{mos} srs.: José Luciano de Castro, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, a ajuda de custo para a nossa viagem a Milão; dr. Thomaz de Carvalho a parte essencial que teve, e com tão boa vontade e diligencia, em alcançal-a; Thomaz Ribeiro a vinda das primeiras copias tiradas no archivo d'aquella cidade; Lucas Beltrami e Carlos Relvas os favores já confessados; dr. Xavier da Cunha e visconde de Castilho, nossos particulares amigos, a um a relação manuscripta de Luiz Pereira de Sampaio, creado do infante, que de proposito comprou para a nossa obra, e a outro a repetida e lisonjeira referencia a esta na sua notavel publicação *Lisboa antiga;* Ferdinand Denis a noticia da rica collecção de manuscriptos do duque de Cadaval, existente na Bibliotheca Nacional de Paris; José Maria Nepomuceno o generoso emprestimo do retrato do infante e de outros para as illustrações; marquez Visconti, consul de Portugal em Milão, a protecção e obsequios que nos dispensou; Cesar Cantu, o celebre historiador, director do Archivo do Estado d'esta cidade, o fervor litterario com que por elle fomos acolhido; Antonio Porro, Ghinzoni, Paglicci Brozzi, empregados do mesmo archivo, o trabalho que tiveram com as nossas buscas; Saldanha da Gama, bibliothecario da Bibliotheca do Rio de Janeiro, os importantes apontamentos

sobre alguns manifestos ácerca do infante, que se guardam na repartição a seu cargo; Simões de Castro, bibliothecario da de Coimbra, algumas indagações que alli teve a bondade de fazer; Rossel, bibliothecario da de Madrid, e Francisco Diaz, director do Archivo de Simancas, o incommodo com as copias que mandámos tirar; o padre Ceriani, director da Bibliotheca Ambrosiana de Milão, alguns esclarecimentos bibliographicos; Garzolini, de Trieste, o presente que nos fez do rarissimo opusculo de Veer, cuja edição está esgotada, e que só muito difficilmente poude obter; João Carlos de Almeida Carvalho uma indicação genealogica com que nos favoreceu; Rodrigo Vicente de Almeida, official da Bibliotheca da Ajuda, a da preciosa viagem do infante, quando foi para o exercito com o rei de Hungria, e a de algumas poesias da mesma bibliotheca, e outros obsequios inherentes ao seu emprego; Duarte Huet de Bacellar, descendente de Duarte Claudio Huet, camareiro do infante, a resposta (negativa) que nos enviou sobre a existencia de manuscriptos d'este na sua casa; Joaquim Gregorio Nunes Prieto, nosso provado amigo, os passos que deu por causa das illustrações e os seus esclarecidos conselhos artisticos; visconde de Athouguia, e José Ferreira Chaves, nosso amigo, por eguaes motivos; Fernando Palha uns apontamentos sobre um impresso raro, que se prende á vida do infante; Brito Aranha o emprestimo da *Questione della independenza portoghese a Roma,* de Ademollo, que não conheciamos; Antonio Carlos de Figueiredo Feio as buscas a que procedeu, para nos obsequiar, no cartorio da Relação de Lisboa; o nobre milanez, conde Scotti, duque de San Pietro e marquez Gallarati, da familia do mar-

quez Gallarati, advogado do infante, a amabilidade com que nos attendeu e a franqueza com que poz á nossa disposição o seu cartorio; e em geral os empregados das bibliothecas e archivos portuguezes em que trabalhámos, distinguindo-se entre todos os nossos amigos João Pedro da Costa Basto e José Manuel da Costa Basto, officiaes-maiores da Torre do Tombo.

LIVRO I

Nascimento de D. Duarte.— Seus paes.— Seu baptismo.— Sua ama. — Morte de sua mãe.— Sensação que este acontecimento produz na familia de Bragança e sobretudo no duque D. Theodosio, seu pae. — Noticias ácerca de D. Catharina, sua avó.— Preponderancia que ella exerce em seu marido e em seu filho, o dito duque.— Noticias d'este.— Passa a Africa com D. Sebastião.— É feito prisioneiro e solto sem resgate.— Procura Hespanha impedir que volte a Portugal.— Morre seu pae, o duque D. João I.— Sua educação, sob a vigilancia da duqueza D. Catharina.— Acode duas vezes a defender o reino contra os inglezes que veem por D. Antonio.— Estorva Hespanha os seus projectos de casamento.— Casa com D. Anna de Velasco.— Noticias ácerca de Villa Viçosa.— O palacio ducal.— A capella.— Os jardins.— A tapada.— Pessoas notaveis que a visitaram.— Poema de Lope de Vega a seu respeito.— Influencia que D. Catharina, morta a duqueza D. Anna, toma, já decadente, na educação dos netos.— Chrisma-se D. Duarte.— Morre D. Catharina.— Grande tristeza de D. Theodosio por esta causa.— Mudança na familia ducal pela morte de D. Catharina.— A vinda de Filippe III a Portugal desperta D. Theodosio do seu abatimento.— Maneira por que vae encontral-o a Elvas com o duque de Barcellos. — D. Theodosio e Filippe III nas côrtes de Lisboa.— Contrariedades que lhe levanta o seu comportamento.— Salutar acção d'estes exemplos no animo juvenil de D. Duarte.

I

Em Villa Viçosa, capital do poderoso ducado de Bragança, aos trinta dias do mez de março de mil seiscentos

e cinco, ás quatro horas da manhã[1], veiu á luz do mundo D. Duarte, illustre por nascer em berço tão nobre, porém ainda mais illustre pelas virtudes, que, desde a juvenil edade, lhe esmaltaram a vida, pelos feitos militares que praticou em terra estranha, e sobretudo pela aureola de martyrio, com que aprouve á crueza da sorte lacerar-lhe e laurear-lhe a fronte nos derradeiros, atribulados annos.

Fel-o grande a jerarchia; tornaram-o maior as raras qualidades de que o colmou a natureza, e a que elle deu subidos quilates, já no remanso da paz, já nos perigos da guerra; constituiu-o credor de perduravel fama a sua inquebrantavel constancia no soffrimento, e a triste morte que lhe occasionou Hespanha, sacrificando-o no altar do odio e da vingança, em que desejara immolar tambem uma nação inteira.

Teve por paes D. Theodosio, segundo do nome, e setimo duque de Bragança, e sua mulher, a duqueza D. Anna de Velasco, filha de D. João Fernandes de Velasco, condestavel de Castella, sexto duque de Frias, conde de Haro, marquez de Berlanga, camareiro mór de el-rei catholico, dos conselhos de estado e guerra do mesmo soberano, governador de Milão, presidente do conselho de Italia, e de D. Maria Giron, sua primeira mulher, filha de D. Pedro Giron, primeiro duque de Ossuna.

Segundo fructo d'este casamento, D. Duarte fôra precedido na existencia, apenas um anno, por seu irmão, o duque de Barcellos, D. João, que depois foi segundo do nome entre os de Bragança, e quarto entre os reis portuguezes, o qual nasceu a dezoito de março de mil seiscentos e quatro, com legitimo contentamento de seus paes, parentes, vassallos e creados, e para felicidade da patria.

Não produziu menor jubilo o nascimento de D. Duarte

[1] Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, *Panegyrico funeral em a morte do sr. D. Duarte*. Lisboa, 1650, 4.º

n'essa familia oriunda dos nossos monarchas, e para o reino agrilhoado verdadeira e natural representante d'elles; pois desde então viu firmar-se em raizes mais solidas e auguradoras de longa estabilidade a sua descendencia, porque dois filhos varões promettiam segurar, para o futuro, com braço forte o mal visto solar, se D. Theodosio, posto se achasse ainda na força da virilidade, viesse a morrer por alguma das muitas e imprevistas determinações do destino.

Um dos primeiros cuidados com o ducal infante consistiu, como era proprio da alma piedosa dos nobres senhores de Bragança, em fazel-o entrar no gremio da egreja. Por isso a dezesete de abril, decorridos poucos dias depois do nascimento, foi baptisado por seu tio D. Alexandre, arcebispo de Evora, na capella do paço de Villa Viçosa, a qual se achava preparada com as mais ricas armações e com a magnificencia do costume em tão solemnes actos.

Não achamos descripto o baptismo de D. Duarte; mas por ser inteiramente egual ao de seu irmão primogenito, faremos uma idéa d'elle, historiando este. Depois de terem resado completas no côro os capellães, sahiu D. João, levado nos braços de Luiz Gonçalves de Menezes, veador. Acompanharam-o a duqueza D. Catharina, sua avó, o duque seu pae, e D. Duarte e D. Filippe, seus tios, com os fidalgos, donas, damas e officiaes da côrte. Precediam a comitiva todos os menestreis, atabales, trombetas, charamellas, arautos com armas, porteiros da canna e porteiros da maça, os outros officiaes da casa e o veador de D. Catharina. A esta levava pelo braço seu filho D. Duarte, e a cauda D. Francisco de Noronha. Da sala grande do paço, seguiram pelo terreiro e passadiços e rua da Varanda, armado tudo de ambas as partes, até á porta da capella, de ricos pannos de arrás. Ao mesmo tempo já estava na capella o arcebispo de Evora, revestido em pontifical, com capa e mitra, sentado em uma cadeira, encostada ao altar, da parte da epistola; da do evangelho estava a cruz de metropolitano

e o baculo e todos os capellães e religiosos, que assistiram. Tendo chegado o prestito, levantou-se o arcebispo e, com a cruz deante e o baculo e todos os capellães em procissão, dirigiu-se á porta do santuario, junto da qual, achando-se já ahi D. Catharina, o duque de Bragança e o recem-nascido nos braços de Luiz Gonçalves de Menezes, começou a celebrar o officio na fórma usada, depois de lhe haver tirado a mitra o deão da capella. Foram padrinhos D. Catharina e seu filho D. Duarte. Conferido o baptismo, resoaram alegremente os atabales, as charamellas e os outros instrumentos, e o arcebispo, subindo ao altar, despiu as vestes pontificaes, e acompanhou D. Catharina e os duques, voltando, pelo mesmo caminho por onde tinha ido, até á camara da duqueza. Apresentou o prato da fogaça e a vela Christovão de Brito Pereira; o prato e o gomil Antonio de Sousa de Abreu; e o saleiro Ruy de Sousa Pereira. De D. Duarte foram tambem padrinhos seu tio do mesmo nome e sua avó D. Catharina. Levou-o nos braços João de Tovar Caminha; e apresentaram as insignias Christovão de Brito Pereira, Ruy de Sousa Pereira, e Heitor de Figueiredo de Brito [1].

D. Francisco Manuel de Mello na sua obra: *Tacito portuguez, vida, morte, ditos e feitos de el-rei D. João IV*, infelizmente incompleta pela morte do seu auctor, pinta-nos a duqueza D. Anna como «mulher de singular virtude, assistindo aos officios de ama, aia e mestra do duque de Barcellos, egualmente com o amor de mãe com que o creava» [2]. A *Historia genealogica da casa real*, seguindo-o e transcrevendo até as suas palavras, supprime a de ama, o que faz suppor não o ter ella sido. Fr. Raphael de Jesus diz claramente que foi ama de peito e de respeito do duque de

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Historia genealogica da casa real portugueza*. Lisboa, 1735 a 1748. 4.º gr.

[2] Bib. Nac., Mss.

Barcellos D. Leonor de Sousa, filha de Pedro Garcia de Castro e mãe de Jeronymo Garcia Collaço, appellido que usou por o ser do mesmo duque, o qual o empregou no seu serviço em Villa Viçosa, e, já rei, no logar de seu moço da guarda-roupa[1]. Não amamentando D. Anna o primogenito (nem as senhoras da casa de Bragança o costumavam fazer, geralmente, a seus filhos), não creou tambem D. Duarte, para o que, á mingua d'esta razão, valeria a especial da gravidez que pouco depois do primeiro parto lhe sobreveiu, causa bastante para impedir a amamentação, pelo menos na maior parte do tempo. Reforça-nos as presumpções o ter D. João IV feito mercê, em mil seiscentos e quarenta e seis, a D. Maria de Sá, além de outras, de vinte mil réis de tença nas rendas que possuira em Leiria a casa de Villa Real, e declarar o secretario de estado Pedro Vieira da Silva que a mesma senhora tivera o emprego de ama do infante D. Duarte[2], pelo que podemos conjecturar que o seria de leite.

Comtudo se a duqueza faltou a seu filho segundo com o mais delicioso dever maternal, não se eximiu de satisfazer os outros, e de repartir com elle, e depois com D. Catharina e D. Alexandre, os carinhos e desvelos que sabemos deu ao primeiro. No seu regaço gosou o ducal menino as alvoradas da existencia; não bebeu o leite de seus peitos, mas, embalado pelo seu arquejar suave, e aquecido ao seu tepido calor, dormiu, como ave ainda inplume em ninho de rosas e verdura, os angelicos somnos da infancia; e tomou de seus labios, juntamente com mil beijos, longos e ferventes, as palavras que mais cedo se balbuciam na vida: os nomes de pae e de mãe.

D. Theodosio, repartido entre o amor da esposa e dos filhos e os graves negocios da casa, sentia-se feliz; e via

[1] Bib. Nac., Mss., *Vida de el-rei D. João IV.*
[2] Bib. da Ajuda, Mss., Miscellaneas, vol. 37, fol. 141.

correr o tempo velozmente, ao passo que, descuidoso dos males vindoiros, bordava para si e para os seus longa e doirada teia de brilhantes venturas. Em quatro annos, quatro fructos haviam abençoado e rico thalamo, e os paços de Villa Viçosa estrugiram outra vez com as corridas, os risos e o chilrar infantis, que trazem sempre a alegria á convivencia do lar, e muito mais aos corações paternos.

Mas este estado tão auspicioso e afortunado devia durar pouco: no dia sete de novembro de mil seiscentos e sete, oito mezes depois do nascimento de seu ultimo filho, D. Alexandre, a duqueza D. Anna dizia adeus ao mundo, deixando murchas todas as esperanças do inconsolavel esposo. Amavam-se muito para se verem separados tão depressa e eternamente; confiavam muito na vida, como é proprio dos felizes, que se cegam com o brilho que os illumina, e por isso a morte veiu subita, cruel, inesperada, e conseguintemente mais terrivel, metter-se-lhes de permeio, arrebatando um d'elles, a flôr que animava e enchia de perfumes o ninho domestico, e aniquilando para sempre o espirito do outro, que vivia do seu formoso espirito.

A joven duqueza até o instante final testemunhou a seu marido o mais entranhado amor e respeito; nem quiz fazer testamento para que tudo ficasse ao seu arbitrio. Elle, pela sua parte, correspondendo a tamanha fineza, mandou celebrar-lhe exequias sumptuosas e muitos officios; tributou-lhe todas as demonstrações de pezar, que se podem exigir de um coração verdadeiramente apaixonado; e nunca mais tirou o lucto que vestiu por sua morte, bem claro signal da tristeza que o dominava[1].

Para D. Duarte a perda da mãe foi, por assim dizer, o primeiro rebate, que lhe deu o destino, do futuro medonho, para que estava guardado, collocando-lhe logo tão fatal desgraça junto do berço. Mas não permittiu a edade, pois

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

contava apenas dois annos e meio, avaliar, como devia, o immenso golpe, que acabava de feril-o; e, inconsciente, continuou, qual d'antes, brincando e sorrindo, posto que á beira de um tumulo, embora não achasse para lhe responder os beijos, as palavras e os sorrisos da que, sobre todos, o amava, porque o tinha gerado nas suas entranhas e via n'elle uma parte do seu corpo e da sua alma.

Este triste acontecimento produziu a mais funda sensação na familia de Bragança. As virtudes da fallecida duqueza, os seus vinte e seis annos, a fecunda prole com que additara o marido, o amor com que este a idolatrava, tudo a fazia querida e venturosa. D. Theodosio, embora na força da vida, experimentou abalo tamanho com este infortunio, que deixando-se penetrar da magua ou do desengano, dentro de pouco se tornou como se a doença e a edade houvessem causado na sua natureza os effeitos do costume. A dor que sentia no intimo communicou-se-lhe ao corpo, e, como se ainda não bastasse esta clara mostra dos seus padecimentos, quiz tambem que o trajo e os exercicios da sua casa se compuzessem por elles [1]. Julgaram muitos excessiva a compostura a que reduziu a sua pessoa e estado, porém não D. Theodosio, que, postos os olhos unicamente no anjo que perdera, parecia esquecer-se e levantar-se do mundo, para só o contemplar na morada celestial, onde as suas crenças piedosas ou o julgavam ou pediam a Deus que o levasse.

Morta D. Anna, absorvido o espirito do duque pela tristeza e continuas praticas religiosas, a que mais se deu d'alli em deante, D. Catharina ficou exercendo, como outr'ora, absoluta influencia no seio d'aquella illustre familia, pelo menos, nos primeiros tempos, quanto aos negocios internos, e tambem quanto á educação dos netos [2].

[1] Bib. Nac., Mss., D. Francisco Manuel de Mello, *Tacito portuguez*. —D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica*.

[2] Idem, idem.

II

São limitadissimas as noticias que restam ácerca da puericia e juventude de D. Duarte. É preciso proceder muitas vezes por conjecturas, mais ou menos fundadas, para lançar alguma luz escassa nas trevas que nos cercam. Por isso, julgámos conveniente, n'este periodo da sua vida, completar, quanto possivel, o quadro em que figura, esboçando, ao de leve, os dois importantes vultos dos personagens, que maior influencia deviam exercer na sua educação moral e litteraria: a duqueza D. Catharina e o duque D. Theodosio; tirando depois dos traços biographicos de ambos as inducções que nos parecerem proprias, e compondo melhor, mas ainda imperfeitamente, esta parte da historia que emprehendemos escrever.

Começaremos por D. Catharina.

Quem não conhece este nome veneravel nos fastos da historia portugueza? Quem não conserva tenazmente gravadas na memoria as feições politicas da nobre e infeliz rival do poderoso Filippe II? Nasceu D. Catharina a dezoito de janeiro de mil quinhentos e quarenta, do infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel e da infanta D. Izabel, filha de D. Jayme, duque de Bragança. Tanto ella, como sua irmã D. Maria, ficaram, pela morte do pae, de tenra edade, e foram morar com a mãe no paço real, onde todos as honravam como princezas, tanto em particular, como em publico, e onde, em companhia d'aquella virtuosa senhora, eram muito estimadas, principalmente a futura duqueza, pela rainha D. Catharina, que as tratava tão carinhosamente como se fossem filhas.

Ainda muito joven, destinou-a el-rei D. João III para

mulher de D. João, filho do duque de Bragança D. Theodosio I, consorcio que se realisou a oito de dezembro de mil quinhentos e sessenta e tres, sendo celebradas as bodas na côrte, no proprio paço dos nossos reis com especiaes demonstrações de estima da parte de D. Sebastião, o qual n'essa conjunctura concedeu o titulo de duque de Barcellos ao primogenito dos de Bragança e a estes o tratamento de excellencia.

Ligada, por muitos laços, a uma serie real de gloriosos ascendentes, D. Catharina era-o, além d'isso, em mui proximo grau de consanguinidade a poderosos monarchas, pois vinha a ser sobrinha de D. João III, prima coirmã de Filippe II de Hespanha, tia d'el-rei D. Sebastião e sobrinha do cardeal-rei D. Henrique.

Teve D. Catharina uma esmerada educação litteraria propria de quem se creou n'esse paço erudito, onde todos os infantes seus tios e seu pae tanto se instruiram. Dotou-a a natureza de animo verdadeiramente regio na prospera e na adversa fortuna, de constancia admiravel e de nunca desmentida prudencia. Conscia do que valia e de quem vinha, conservou-se sempre n'uma esphera superior, o que, se a muitos pareceu effeito da vaidade e orgulho, foi para outros resultado natural da sua posição e caracter. Nunca usou do titulo de duqueza; assignava-se unicamente Catharina; e os reis nomeavam-a nos alvarás de mercês e nas cartas particulares pelo parentesco em que se achavam com ella (sobrinha, prima e tia), como as infantas. Chamavam-lhe todos a senhora D. Catharina, formula que até se guardou no seu epitaphio, e fallavam-lhe por alteza; chegando os governadores do reino a aconselhar a Filippe IV que na pragmatica se não especificasse a sua pessoa, para a deixar na permissão em que estava. Ha até quem julgue que do mesmo modo lhe fallou o dito soberano a fim de lisongeal-a, quando mais precisava d'ella, na occasião em que a visitou, antes de se apoderar do reino.

Foi sobremaneira notavel o papel que esta senhora representou sempre nos negocios da casa de Bragança, e ainda mais notavel o como procurou fazer vingar os seus direitos ao throno de Portugal.

Visitada por D. Sebastião, pelo poderoso monarcha hespanhol, pelo duque de Parma Raynuncio, pelo cardeal Alexandrino, e pelo embaixador do duque de Saboya, honrada pelos reis e summos pontifices, tratando de egual a egual com as testas corôadas, procurando constantemente ennobrecer o antigo solar, para que se achasse mais forte e mais illustre, quando fossem attendidas as suas pretenções, D. Catharina soube conciliar com o respeito devido ao rei, que as côrtes, e não o paiz, reconheceram, a soberania e a independencia da propria personalidade.

Preterida a sua justiça, dominado o reino, morto o esposo, concentrou-se a duqueza no amor da familia, no cuidado e engrandecimento do seu estado, de que ficou governadora durante a menoridade de D. Theodosio, na cultura do espirito d'este e do de seus irmãos, D. Duarte, D. Alexandre e D. Fillippe, e na pratica dos exercicios religiosos e de caridade, em que foi extreme, continuando no paço ducal a viver como princeza, acatada de todos, e merecendo até as deferencias, posto que muitas vezes não as mercês, de Hespanha.

Rara preponderancia exerceu D. Catharina em seu marido o duque D. João I. Seu filho primogenito, costumado desde pequeno a respeital-a e vel-a respeitada por quem lhe dera o ser, viveu sempre voluntariamente sujeito á auctoridade materna, não só emquanto ella administrou o ducado, porém mesmo depois de attingir a maioridade. O fallecimento da duqueza D. Anna veiu, como vimos, augmentar essa preponderancia.

Foi mais intima e aturada do que a de D. Catharina a influencia do duque D. Theodosio na alma e na educação moral e intellectual de D. Duarte, seu filho predilecto; ser-

viu-lhe de companheiro durante vinte e cinco annos; muitas das suas virtudes e costumes ficaram a este como herança; alguns dos traços da sua vida serão lembrados e repetidos na historia do nosso desditoso principe, e até por elle proprio: todos estes motivos levaram-nos a dar ás noticias a seu respeito maior extensão do que á primeira vista parece necessario.

Nasceu D. Theodosio a vinte e oito de abril de mil quinhentos e sessenta e oito. Passada a puericia, em que o foram educando os duques seus paes com o exemplo quotidiano do trato delicado e dos bons costumes, o melhor preceptor d'aquella e da subsequente edade, applicou-se aos estudos da grammatica e da rhetorica, nas quaes fez louvaveis progressos, doutrinando-o na primeira Fernão Soares Homem, que já era mestre da familia em mil quinhentos e setenta e sete, conforme se vê na sua grammatica, n'esse anno impressa em Coimbra. Ajudava-o nas lições e tomava-lh'as a propria duqueza D. Catharina, para o que era competente, devendo-se portanto attribuir, sequer em parte, ao seu amor e intelligencia o adiantamento de D. Theodosio.

Não contava ainda onze annos, quando, por não poder seu pae, gravemente enfermo, acompanhar D. Sebastião á fatal jornada de Alcacer, foi por elle nomeado para o representar, dando d'esta maneira clara prova o duque de quanto desejava servir a seu rei, obrigação que os senhores da casa de Bragança estavam costumados a exercitar com largueza e alvoroço, pois não sómente lhe sacrificava a fazenda, mas ainda o filho primogenito.

Acompanharam-o D. Jayme, seu tio, e uma numerosa comitiva de creados, vassallos e fidalgos, que passavam de oitenta, sendo os da sua guarda duzentos. Subiram a muito os gastos que o duque D. João fez para esta jornada na magnificencia das tendas, no apparato pomposo da sua familia, na riqueza das baixellas e em tudo que podia pertencer ao luzimento da pessoa de seu filho; e avaliou-se, como ex-

traordinario, o dispendio que teve com a gente que para ella tirou das suas terras.

No dia da batalha, se acreditarmos o auctor da *Historia genealogica*, e o da *Jornada de Africa*, o valor de D. Theodosio tornou-se digno de menção, principalmente attendendo á edade. Obrigado por el-rei, ao principio, a recolher-se no seu coche, sahiu d'elle, depois de travada a lucta, montou a cavallo, e, por não ter logar certo, começou a percorrer o campo, seguido dos seus, acudindo aonde lhe parecia que era mais necessario o soccorro; e supportou, em companhia de D. Antonio, prior do Crato, a maior força da sanguinolenta peleja, até que ficou prisioneiro, depois de ter recebido uma gloriosa ferida na cabeça. Levado á presença do xarife, acolheu-o este com as maiores attenções e visitou-o duas vezes, por consideral-o o despojo mais precioso de todos os de tão assignalada victoria. Mandou el-rei D. Henrique a Africa, logo que succedeu no throno, Jorge de Queiroz, pessoa da obrigação do duque, para libertar o joven captivo; escreveu Filippe II uma carta ao soberano marroquino com o mesmo intento; e enviou-lhe o duque um presente do valor de cem mil cruzados; pelo que o moiro, sem resgate nem pretender por elle coisa alguma, soltou o duque de Barcellos, com pouco mais de um anno de captiveiro, conseguindo-se em breve tambem a liberdade dos fidalgos e mais familia que lhe pertenciam, um dos quaes era o poeta Pedro Barroso, nobre por nascimento e de quem o *Parnaso de Villa Viçosa* de Francisco de Moraes Sardinha [1] traz algumas composições. A esta generosidade do monarcha infiel se referirá varias vezes o infante D. Duarte, comparando-a com o captiveiro, em que o lançou o imperador de Allemanha, por paga dos seus serviços, como veremos.

Apenas libertado, partiu D. Theodosio direito a Ceuta, mas, entrando em Tetuão, onde havia galés de Hespanha,

[1] Bibl. Nac., Mss.

nas quaes pudera embarcar, impediram-lh'o com dissimulações; pelo que, conhecendo Jorge de Queiroz os traiçoeiros intentos dos hespanhoes, fez um protesto a Pedro Venegas de los Rios, o agente que el-rei catholico mandara a Marrocos incumbido d'este negocio, mostrando os prejuizos que resultavam ao duque de similhante dilação, o que faria presente a Filippe II para castigar injuria tão inesperada. Emfim, depois de varios estratagemas para lhe embaraçarem a viagem, chegou D. Theodosio á nossa cidade de Ceuta, onde foi recebido com as maiores demonstrações de regosijo, e, atravessando o estreito, entrou por Gibraltar em Hespanha, sendo tão consideravel a demora que, havendo conseguido a liberdade em vinte e sete de agosto de mil quinhentos e setenta e nove, recebeu n'aquella praça a noticia da morte d'el-rei D. Henrique, seu tio, acontecida em Almeirim a trinta e um de janeiro de mil quinhentos e oitenta, isto é cinco mezes depois.

Ainda não findaram aqui as insidias. Filippe II, convindo-lhe muito reter o duque de Barcellos como refem para os seus designios a respeito de Portugal, determinou ao de Medina-Sidonia que, com o pretexto de festas e demonstrações de apreço, o fosse demorando quanto possivel em Andaluzia. Não poderam taes astucias ficar longo tempo encobertas; conheceram-as D. Theodosio e os seus; e D. Theodosio escreveu uma carta ao pae, advertindo-o de que não lhe causasse embaraço o elle estar retido em Hespanha para fazer o que devia, porque de boa vontade se sacrificaria pelo bem da patria. Remetteu o duque de Bragança esta carta aos Tres Estados; e Filippe II, recuando ante a idéa de se tornar mais notoria a queixa de violação do direito de hospitalidade e do das gentes, e mais do que isso, temendo certamente indignar contra si os portuguezes e inimisar-se com o proprio duque, ordenou que deixassem ao arbitrio de D. Theodosio a sua jornada para Portugal, onde este entrou a quinze de março de mil quinhentos e oitenta, a tempo

que ainda seus paes estavam em Almeirim, por causa das pretenções ao reino, gastando por conseguinte quasi sete mezes desde que sahiu de Marrocos.

Essas pretenções ao reino, a que tinha tão incontestavel direito a duqueza D. Catharina, por ser neta d'el-rei D. Manuel pela linha masculina, decidiram-as, como se sabe, a astucia, a fraqueza, a corrupção e os exercitos. Filippe II logrou o termo dos seus ambiciosos intentos, e poude cevar á farta a indomita avidez no corpo d'esta nação, enfraquecida pelo sobejo expandimento das forças vitaes, com que, em sacrificio á gloria e á causa da humanidade, descobriu, avassallou, colonisou tão grande parte do mundo, e que uma fatalissima desgraça acabava de prostrar em terra. Ao Demonio do Meio-Dia, como avisadamente lhe chamou a posteridade, faltava ainda esta preza; a sua tyrannia era vasta e precisava de vastos limites.

Não sobreviveu muito á vassallagem da patria e ao despreso dos direitos manifestos de sua esposa o duque D. João, pois morreu a vinte e dois de fevereiro de mil quinhentos e oitenta e tres, pouco mais de um anno depois de Filippe II entrar em Portugal, succedendo-lhe seu filho D. Theodosio, com quinze annos apenas de edade, no ducado de Bragança, porém não no governo d'elle, que, segundo o testamento do duque fallecido, ficou a cargo de D. Catharina.

Sob as prudentes e sabias vistas d'esta princeza, adquiriu D. Theodosio notavel desenvolvimento nas bellas lettras e no estudo das sciencias, em que o doutrinou Antonio de Castro. Foi para uso do seu ducal discipulo que este escreveu em mil quinhentos e oitenta e oito a obra intitulada: *Tratado dos principios da geometria e geographia,* o qual se conservava manuscripto na livraria do conde da Ericeira, infelizmente pasto das chammas, com todas as preciosidades que continha o seu palacio no terremoto de mil setecentos e cincoenta e cinco; isto segundo D. Antonio Caetano de

Sousa[1], pois Diogo Barbosa Machado[2], a dá existente no seu tempo na do marquez do Louriçal. De linguas estrangeiras soube o joven duque, depois de completa a sua educação, o latim, que aprendeu com Fernão Soares Homem, o arabe, o italiano, o inglez e o hespanhol. Alcançou tambem, além d'isso, um não mediano conhecimento das artes liberaes e dos livros sagrados.

Duas vezes acudiu com forças importantes D. Theodosio ao governo de Filippe II, que lh'o solicitou, para mais attrahir, por meio da sua presença, a dos fidalgos portuguezes; em mil quinhentos e oitenta e nove, quando D. Antonio passou a Portugal, auxiliado por uma armada ingleza, e marchou sobre Lisboa; e em mil quinhentos e noventa e seis, quando outra armada d'esta nação accommetteu as costas do Algarve, destruindo Faro, e querendo tomar Lagos, d'onde foi valorosamente repellida pelo esforço de Ruy Lourenço de Tavora, que então a governava.

N'estas duas expedições, e na maneira por que para ellas se preparou, não por acceitar de bom grado o governo do rei intruso, mas por guardar respeito á lei e aos factos consummados, reservando para mais tarde, quando o ordenasse a Providencia, a satisfação dos direitos da sua familia, manifestou o duque D. Theodosio quanto era prudente e generoso, tendo ao mesmo tempo ensejo de convencer-se melhor da influencia popular da casa de Bragança, e de como ella se expandia espontanea e irresistivel no meio da sujeição que, em geral, abatia os animos. Na segunda d'estas occasiões, em que se armou para defender o reino dos inglezes, foi tão acompanhado e festejado, que muitos dos titulos e fidalgos, impellidos pela sua enthusiastica alegria, chegaram ao extremo de lhe beijarem a mão—involuntaria manifestação dos sentimentos que lhes lavravam no intimo

[1] *Hist. genealogica.*
[2] *Bibliotheca lusitana.*

d'alma, sentimentos, que, apesar de abafados pelas vozes ingratas da tyrannia, lhes bradavam que elle, o senhor d'essa casa opulentissima, tão grande, tão parecida com a real portugueza, e tão chegada a ella em parentesco, era o representante dos seus reis naturaes, e o progenitor do seu futuro monarcha, o libertador da patria. Não passaram, nem podiam passar desapercebidos estes factos á côrte de Hespanha, indecisa entre o desejo de não se malquistar com Portugal, malquistando-se com o duque de Bragança, e o de não o engrandecer, animando por esse modo os novos e mal contidos subditos, e impellindo-os talvez a levantarem-se contra o seu abominavel dominio. Foi por temer este ultimo perigo que Filippe II, quando, pouco antes, chamou o archiduque Alberto a Hespanha, não elegeu D. Theodosio para o substituir, porém sim uma vice-regencia de cinco membros, pelo menos muitos assim o julgaram, entre os quaes D. Catharina, que chegou a queixar-se ao proprio rei de tal procedimento.

Veiu o anno de mil quinhentos e noventa e oito, e falleceu a dezesete de setembro Filippe II, succedendo-lhe no throno da vastissima monarchia hispano-portugueza, seu filho Filippe III. Contava o duque D. Theodosio n'essa epocha trinta annos; urgia contrahir logo matrimonio, para assegurar a successão do estado de Bragança; e as diligencias empregadas n'este sentido no fim do reinado anterior continuaram com maior empenho. Duas foram as noivas primeiro indigitadas: uma das filhas do archiduque Carlos, duque de Styria, Carinthia e Carniola, e conde de Goritzia; e a princeza Maria de Medicis, filha de Francisco, grão-duque de Toscana e de sua mulher a grã-duqueza D. Joanna d'Austria, filha do imperador Fernando I. O casamento com uma das filhas do archiduque, ao principio favorecido por Filippe II, para contentar apparentemente D. Catharina, resolvera-se em nada pelo seu interesse politico, que o levava a não querer o engrandecimento da casa de Bragança, e portanto

que o duque ficasse sendo cunhado do futuro rei, pois destinava uma das filhas do dito archiduque ao principe seu filho, consorcio que se realisou algum tempo depois. O de Maria de Medicis, embaraçado pela mesma consideração, ficou egualmente de nenhum effeito, pelo enlace matrimonial de Henrique IV de França com esta princeza, em vinte e sete de dezembro de mil e seiscentos. Mallogrados ambos, o rei de Hespanha propoz a D. Catharina e ao duque seu filho o casamento com D. Anna de Velasco, filha do condestavel de Castella, D. João Fernandes de Velasco.

Annuiu D. Catharina ao convite, guardando dentro d'alma as offensas recebidas, pela necessidade que havia de assegurar a descendencia ducal, razão superior a quaesquer melindres que podessem existir; pelo desejo de contentar el-rei, pois d'esse facto lhe viriam talvez novos augmentos á casa; e por não querer excitar maiores antagonismos, recusando ligar seu filho a uma das familias mais antigas e preclaras do reino de Hespanha; motivos que o duque attendeu.

Obtida a dispensa da Santa Sé Apostolica, por serem os nubentes primos terceiros, visto que a futura duqueza era bisneta de D. João Affonso de Gusmão, quarto duque de Medina-Sidonia, irmão da duqueza de Bragança D. Leonor de Mendonça, mulher do duque D. Jayme, e feito o contracto nupcial, realisou-se o consorcio a dezesete de junho de mil seiscentos e tres, com magnifica pompa e grosso dispendio, como era costume em familia de tanto poder e riqueza, e como agora se tornava necessario, para que se mantivesse aos olhos de todos, e dos estranhos sobretudo, no alto conceito, d'onde as desgraças do tempo e o rancor dos inimigos a pretendiam derrubar. Além da esplendida recepção á noiva e ao seu acompanhamento, e da larga aposentaria aos que de fóra concorreram á festa, e não foram elles poucos, houve banquetes, caçadas, toiros, cavalgadas, torneios e comedias no paço; depois do que,

o duque despediu os hospedes com valiosos presentes, podendo-se dizer que as festas duraram desde o dia do casamento até oito de junho [1].

Não tardou muito o fructo primeiro d'esta auspiciosa união. No anno seguinte, mil seiscentos e quatro, a dezoito de março, conforme já dissemos, nasceu D. João, que logo foi intitulado duque de Barcellos, pela concessão que para isso tinha a casa; no outro anno, a trinta de março, como tambem já se sabe, D. Duarte; em mil seiscentos e seis D. Catharina; e em mil seiscentos e sete D. Alexandre. Mas esse breve periodo de ventura para os dois esposos cortou-o desapiedada, subitamente a morte da joven duqueza, e com tão triste acontecimento fugiu a alegria do nobre solar.

III

Antes de proseguirmos com a vida de D. Duarte e com as noticias preliminares ácerca de D. Theodosio, julgamos necessario escrever alguma coisa a respeito da capital do ducado de Bragança e dos logares, que, por elle os frequentar tantos annos, se ligam intimamente á sua historia.

Quem nos nossos tempos for a Villa Viçosa mal imaginará que essa terra de provincia, tão modesta ao presente, serviu de côrte a casa tão poderosa; que o seu paço, testemunha outr'ora de tanto esplendor, e ainda hoje digno da contemplação do viajante nacional e estrangeiro, viveu durante seculo e meio uma vida semelhante á dos paços dos

[1] Bib. Nac., Mss., D. Francisco Manuel de Mello, *Tacito portuguez*. —D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica*.

reis, e se ornou de soberbas galas, e resoou de musicas harmoniosas, para celebrar as festas de seus nobilissimos senhores, os quaes viu entrar tanta vez galhardos e ovantes por suas portas, então arcos de triumpho e gloria, agora objecto de tristeza e abandono; mal pensará que nas salas d'essa morada principesca se acotovelaram tantas noites e dias, perpassando uns pelos outros, ruidosos e alegres, os cavalleiros e as damas, ou nos saráos luminosos, ou nas recepções solemnes, quando a ellas concorriam os principes, os nobres, os embaixadores; que essas ruas, onde impera quasi unicamente a solidão e o silencio, que esses ares, onde apenas sôa debil o rumor do trafego quotidiano, chisparam e retiniram com o galope da cavallaria e soaram com o tropel dos infantes armados e com as salvas do antigo castello, ou porque os duques partissem com as suas forças a defender a patria, ou a enramar novos loiros ás quinas portuguezas, chamados por seus soberanos, que eram tambem seus amigos e parentes, ou porque se esperasse a vinda de algum monarcha, ou o recebimento de alguma nova duqueza. Agora só lá de quando em quando os nossos reis vão tirar do seu costumado torpôr e quietação a terra que foi côrte de seus ascendentes, e talvez mover-lhe saudades com a acanhada pompa dos thronos modernos da sua grandiosa existencia, evocando, ainda que por instantes, memorias do que já não existe; e isso mesmo fazem-o para se desenfastiarem da vida monotonamente cerimoniatica da capital do reino em diversões venatorias na extensa tapada, a qual ainda attesta pela sua grandeza o poder das eras passadas.

Situada quasi como atalaya do reino, proximo dos seus limites, quatro leguas ao poente de Elvas e oito de Evora, pode-se dizer que Villa Viçosa estava no caminho dos dois paizes peninsulares, ou para servir com suas forças e opulencia de duro obstaculo a uma invasão estrangeira, ou para receber no regaço da paz a visita dos povos de ambos elles,

quer no trato commercial que alli attrahiam os duques e sua numerosissima familia, com todo o sequito de dependencias e adherencias, quer nas occasiões das soberbas festas com que chamou a si muita vez as povoações circumvizinhas e as distantes de uma e outra nação. A sua prosperidade andava porém ligada á residencia que ahi estabelecera a casa, como veremos.

Protegida pela cruz e pela espada, cresceu Villa Viçosa, mas conservou-se humilde á sombra do convento de Santo Agostinho, fundado em mil duzentos e sessenta e sete, e das torres e ameiados muros do castello, com que a fortificara o rei lavrador. Desde o meio do seculo decimo quinto, por n'ella se estabelecerem os primeiros duques de Bragança, medrou consideravelmente, posto não tanto, como era de esperar do bafo de tão nobres senhores, porque não viviam então com o fausto dos seus descendentes. N'umas casas, que, dentro do castello, mandou edificar o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, residiram os duques com a simplicidade e rudeza, que n'esse tempo se encontrava nas mais illustres familias, e até na do soberano. Os palacios dos nossos reis foram com effeito bem mesquinhos, emquanto o gosto das artes e o luxo e thesoiros das conquistas de além-mar não tornaram o povo portuguez, antes sobrio e severo, n'um povo conquistador e ostentoso. Nem os de Evora, nem os da Alcaçova, dentro do castello de Lisboa, nem os da Moeda, onde hoje se vê o Limoeiro, nem muito menos os de S. Thomé ou os de Santos-o-Velho eram condignos da realeza. Foi D. Manuel o primeiro que levantou habitação propria do cargo supremo da magestade, os famosos paços da Ribeira, assim chamados pela sua situação, tão bem escolhida para morada do chefe de uma nação essencialmente navegante. Foi tambem no reinado do monarcha venturoso que o duque D. Jayme principiou o palacio de Villa Viçosa e a sua tapada, poucos annos depois de voltar de Hespanha, para onde o triste caso de seu pae o duque D.

Fernando II, decapitado na praça de Evora, o obrigara a retirar-se, ainda pequeno.

Tornado ao seu paiz, restituido a todas as honras, bens e direitos, favoneado pela alta protecção d'el-rei D. Manuel, que, segundo se affirma, o chegou a declarar herdeiro presumptivo da côroa, e não menos por D. João III, seu filho, o qual, assim como aquelle, lhe ajuntou novas mercês ás antigas, D. Jayme ordenou a sua casa com um esplendor verdadeiramente real, e foi desde então que Villa Viçosa entrou na época do seu maior poderio. D'esta situação, que continuou nos governos dos duques D. Theodosio I, D. João I, D. Theodosio II e D. João II, cahiu porém, e com accelerada rapidez, a côrte bragantina no abatimento em que hoje a vemos, pela elevação do ultimo ao throno de Portugal, na feliz restauração de mil seiscentos e quarenta, que transferiu para Lisboa não só a côrte ducal, mas tambem muitas familias e interesses a ella conjunctos.

No tempo em que estamos, Villa Viçosa achava-se na sua edade de oiro. Transbordara, havia muito, das muralhas com que o rei lavrador a cingira no seculo decimo terceiro; decuplara a extensão e os habitantes; adornara-se com o seu rico palacio e os seus formosos jardins; erguera aos ares as torres dos seus nove conventos e das suas egrejas e ermidas; franqueara aos enfermos as caridosas portas do seu hospital; fortalecera com obras de arte modernas a sua velha defesa; regularisara e rasgara os seus terreiros; abrira, particularmente nos ultimos cincoenta annos, varias ruas, espaçosas em comparação das anteriores, pois tinham o dobro da largura; e povoara-as na maxima parte de nobre casaria, em cujas paredes destacava o fino e alvo marmore de Estremoz. Tanto crescimento e primor cidadãos não haviam comtudo prejudicado em coisa alguma os seus ares lavados e sadios, a amenidade e verdura dos seus arredores e a pureza salutar das suas aguas: era ainda, como d'antes, a villa viçosa. Tres fontes a refrescavam no interior, e, depois

de lhe proporcionarem commodo e proveito, divididas em dois perennes ribeiros, a abraçavam, regando as frescas hortas e as bastas arvores de fructo, que a apertavam, como n'um cinto de esmeralda. Não eram menos bellas as sahidas que tinha para se espraiar e folgar pelos campos circumjacentes. Abundava o seu termo na pesca e na caça, porque lhe corria a oeste a ribeira de Luçafece, e a éste as de Asseca e de Borba, em cujas aguas pescavam os seus habitantes os tão nomeados picões, bordalos e pardelhas, e porque as suas terras marginaes lhe forneciam lebres, coelhos, perdizes e outras aves. Dava ainda preço a Villa Viçosa a vizinhança em que ficava de Evora e de Portalegre, jornada de um dia; de Elvas, jornada de meio-dia; de Badajoz, distante sete leguas; de Olivença, cinco; de Estremoz, duas e meia; e de outras villas seis a tres; não fallando na de Borba, de que unicamente a separava meia legua, mas tão acompanhada de hortas, vinhas e pomares, e de tamanha frequencia de caminhantes de ambas as povoações, que bem se podia dizer que eram unidas. Nem faltava a poesia com os seus mysterios para matisar de crenças pittorescas a formosura d'aquelles sitios, pois corria no povo, de paes a filhos, a fabula de uns gigantes que se julgava terem dado o nome á ribeira de Asseca e ás suas proximidades[1].

Duas coisas avultavam mais do que todas em Villa Viçosa: o palacio ducal e a tapada. Tanto aquelle, como esta, formam, por assim dizer, parte essencial da historia do infante; não podemos pois deixar de os descrever com miudeza. Foram o theatro da sua meninice, adolescencia e juventude; passou ahi dois terços da vida com seus paes, com sua avó, com seus irmãos, e, apresentando-os como então eram, parecerá que o vemos e aos entes de que recebeu a educação e multiplicadas provas de amizade, ao

[1] Bib. Nac., Mss., Francisco de Moraes Sardinha, *Parnaso de Villa Viçosa.*

passo que daremos uma idéa da magnificencia da casa de Bragança.

Deveu o palacio, como dissemos, o seu principio aos cuidados do duque D. Jayme, porém muito concorreram para o ampliar e aperfeiçoar os quatro seus successores já mencionados, pois foram importantes os accrescimos que lhe fez D. Theodosio I, e não menos os de D. João I, motivados pelo seu casamento, e os que tiveram logar governando D. Theodosio II e D. João II, effeituados por causa identica, não fallando, por serem muito posteriores aos acontecimentos que narrâmos, nos com que D. João V o engrandeceu, na occasião dos reciprocos desposorios dos principes de Portugal e de Hespanha.

Mas é do seu estado no tempo de D. Duarte que pretendemos fallar, ao que nos habilita felizmente o auctor do *Parnaso de Villa Viçosa,* o qual escreveu a sua obra em mil seiscentos e dezoito, isto é, quando ainda vivia o pae do nosso illustre protogonista, e durante a meninice d'este.

Poder-nos-hiamos servir do *Epitome das festas que se fizeram no casamento do serenissimo principe D. João, d'este nome o segundo e oitavo duque de Bragança,* de Diogo Ferreira de Figueirôa, impresso em Evora um anno depois que elle se celebrou, em mil seiscentos e trinta e tres; preferimos todavia a relação do *Parnaso,* porque nos apresenta os paços ducaes como foram desde o nascimento de D. Duarte até quasi á sua partida para Allemanha, e não desfigurados pelas obras, que D. João lhes fez pouco antes d'este facto, e pelos adornos da solemnidade, objecto principal do escripto de Figueirôa; além de que, o *Parnaso* se recommenda por mais extenso e minucioso. Quanto á fé que merecem os dois auctores, o primeiro não vale menos do que o segundo, pois se um era creado do duque, e assistiu ao que narra, o outro mostra-se perfeito conhecedor do assumpto, e dá signaes evidentes de ter frequentado as pessoas e os logares.

O Terreiro do Paço de Villa Viçosa, assim dito por ahi se achar o paço ducal, era quasi quadrado e media de superficie quinze mil quinhentos e quarenta e quatro metros proximamente[1]. O palacio occupava um dos lados; á esquerda, formando angulo com elle, estendia-se um lanço com tres andares, tendo quatro janellas cada andar, e á altura do primeiro andar, um jardim, chamado das Damas, ou da Duqueza, que deitava para a praça; á direita, o convento das Chagas, sepultura das senhoras da casa, ou recolhimento das que por elle queriam deixar o mundo, e alguns edificios nobres, entre os quaes e o convento mediava a desembocadura da rua dos Fidalgos; fronteiro ao palacio o convento de Santo Agostinho, jazigo dos duques.

Depois d'estas indicações, prosigamos resumindo o *Parnaso*.

Era o paço de Villa Viçosa de formoso e rico aspecto, de marmore todo, em obra dorica, jonica e corinthia. Compunha-se do Paço Velho e do Novo, que corriam com vinte e cinco janellas de frente, com portas verdes, côr da libré do duque. Ante a porta principal havia um taboleiro, largo e bem proporcionado, a que se subia por um só degrau. Entrada ella, encontrava-se outro taboleiro espaçoso, sobre o qual estava uma abobada pequena com sua varanda, que servia por cima de passagem entre os dois paços. A escada, formosa e ampla, dava logar a dez homens a par, e recebia de duas janellas, que olhavam para o Terreiro do Paço, abundante claridade. O tecto d'esta escada era em artezões, pintados e doirados, ostentando no meio as armas ducaes; nas paredes via-se debuxada a memoravel victoria que D. Jayme, bisavô de D. Theodosio, alcançou na cidade de Azamor contra os moiros. Acabando de subir a escada, punham-se os pés na abobada de que fallámos, e entrava-se no andar

[1] Bib. Nac., Mss., Planta de Villa Viçosa pelo tenente-general Nicolao de Langres.

nobre. Do lado esquerdo do edificio, isto é, da escada para o norte, ficava o Paço Velho, onde residia o duque. Encontrava-se primeiro a sala, grande e bella, de figura quadrangular, tendo de comprimento trinta e seis palmos e de largura quinze, com cinco janellas, que cahiam para o terreiro. Esta sala tinha o tecto doirado em partes, e em artezões, ao todo dezoito; em nove estavam os nove celebres da fama, e nos outros nove as nove musas e Apollo. Na porta da entrada d'esta sala admirava-se pintado o rio Guadiana, a que correspondia o rio Tejo na da ante-camara, que lhe ficava em frente, significando que entre Tejo e Guadiana habitavam os duques. O tecto pelo meio dos artezões tinha uns quartões muito bem pintados e doirados, e por baixo d'aquelles, todo em roda, uma cinta de pintura de tintas finas e de boa invenção, que muito o realçavam. N'esta sala havia uma só chaminé, cuja guarnição era de marmore, de laçarias e carrancas. Tres portas davam para o seu recinto: a do cartorio, que chamavam a Casinha; a do thesoiro; e a da guarda-roupa do duque. Occupava a sala, a uma parte, um estrado real, a que se subia por dois degraus, e a outra parte, outro estrado, sobre pés, com seu encosto na parede, tão alto que não se lhe podia chegar, e outro menos alto, em que se costumavam pôr as baixellas e peças de oiro e prata da casa, excepto as que ficavam no seu serviço e no da capella; da qual prata e oiro assim expostos diziam alguns ourives e homens entendidos que valeria mais de cem mil cruzados. Estas riquezas collocavam-se alli por occasião da visita de principes e distinctos personagens, para que vissem logo uma pequena mostra das posses da opulentissima familia. Seguia-se a ante-camara de D. Theodosio, que o auctor louva, mas não descreve. Nas sotcas d'este lado, isto é, por baixo da parte do andar nobre acima descripta, estendia-se um longo corredor, que facultava communicação para outros logares do edificio, com varias janellas sem portas, a fim de darem sempre claridade ao inte-

rior, e que tambem serviam de ornato á frontaria dos paços. Andando este corredor, chegava-se a uma grande porta, por onde se entrava do terreiro. D'aqui via-se a abobada da ante-camara, e a porta do Reguengo, que era um formoso pomar, sobre o qual ficavam as janellas das costas dos paços.

Entrando pela porta do Reguengo, tomava-se uma larga rua, com uma latada cheia de fructos e ramagens. A direita havia dois tanques; um d'elles tamanho e tão profundo, que comportava um barco em que se navegava todo. Tinha tambem o Reguengo duas noras, que o regavam, e fontes bellas e copiosas. A sua disposição era em ruas com arvoredo, entremeiado de murta e outras plantas, que a mão do jardineiro affeiçoara artisticamente, e de flores de varia côr e perfume. Das janellas do fundo desfructavam-se perfeitamente estas bellezas.

Do lado direito do edificio, que corria da extremidade sul para o norte, alongavam-se no andar terreo as soteas do Paço Novo, nas quaes estavam: a casa do escrivão da fazenda, que tinha todos os livros e papeis tocantes a ella; a das obras de todo o genero de pedraria e carpentaria, para o arranjo e augmento dos paços, da fortaleza e da tapada; e entre ambas a dos contos, em que assistiam quatro contadores, para tomarem contas aos almoxarifes de todo o ducado, e a outras pessoas que deviam dal-as.

Tornando á porta por onde se entrava no Reguengo, em sahindo do palacio, ia-se ter á capella, ficando á direita, pela rua acima que a ella conduzia, as janellas da camara e ante-camara do duque, tomando de rosto a formosa varanda que alli havia, e deixando atraz outra, á maneira de eirado, cheia de mil curiosidades e ramalhetes de arvores anãs de varias castas, como em competencia, suggere o auctor, da formosura que na varanda defronte algumas vezes apparecia de damas e donzellas. Debaixo d'esta varanda, subia uma escada a uma sala que servia de côro, com tri-

buna para a capella, da qual D. Theodosio ouvia as prégações e os officios divinos. N'esta sala estavam os orgãos e o pulpito. Pouco antes de se chegar ao alto da escada, encontrava-se um claustro com pilares, rodeiado de muitas casas, que se communicavam entre si, algumas destinadas sómente ao serviço religioso, como a casa da cera e outras.

A capella não era grande, porém muito formosa e clara, não fallando na perfeição dos ornatos. Entrando, ficava por cima o côro, que servia ao duque de tribuna, como dissemos, com tres janellas á mão direita: a do logar dos orgãos e a que fazia de pulpito, sacadas de balaustres de marmore, do mesmo modo que as hombreiras dos portados e os liminares d'elles, e a terceira de grades de ferro junto ao altar-mór, d'onde assistiam ás muitas missas que na capella se diziam as senhoras da casa, as quaes, entre damas, moças da camara, moças do retrete e mais servidoras, passavam de duzentas.

Deixando a capella e seguindo á mão direita, caminhava-se por baixo de uns arcos abobadados, e, virando á esquerda, deparava-se um terreiro, o qual tinha no meio um poço para serviço da cozinha. Ao redor d'aquelle estavam: a ucharia, a casa do escrivão da cozinha, e a do jogo da pella. Sahindo d'este logar por onde se entrara, defrontava-se, á esquerda, com a cavallariça, e, continuando por baixo da escada da capella, chegava-se a outro terreiro, todo cercado de casas, a que chamavam a Ilha, as quaes eram na maior parte habitadas por escravos casados do duque, e por creados, a que se concediam as melhores. Sobre o mesmo terreiro dava a porta do forno do vidro, que D. Theodosio alli estabelecera com larguissimas despezas, chamando para tal fim officiaes estrangeiros competentes. Depois, sahindo da Ilha por onde se entrara, ia-se ter á rua da Porta do Nó. Ahi, logo ao principio, á esquerda, ficava a porta da cavallariça, e, caminhando pela dita rua abaixo, do mesmo lado esquerdo, varias casas, entre as

quaes o collegio dos moços do côro, onde de continuo assistia o reitor com elles, e algumas de creados, e no fim a enfermaria em que se tratavam os que não tinham abrigo e eram de fóra. Da enfermaria sahia-se pela Porta do Nó para o caminho de Borba, que desembocava no Terreiro do Paço, a qual era feita de uma pedra de côr sobre azul com quatro nós cegos e um corredio.

IV

Como se vê, esta narração dos paços de Villa Viçosa é de subido valor, mas incompleta, porque deixa de descrever, e até de mencionar, muitos dos seus compartimentos mais importantes, limitando-se á sala, á casa do cartorio, á do thesoiro, á da guarda-roupa do duque, todas tres com portas para a dita sala, e á sua ante-camara: isto no andar nobre do quarto chamado o Paço Velho, sito da parte esquerda; e no andar debaixo do mesmo, só falla do corredor que acompanhava a frente do paço d'este lado, parece que em quasi todo o comprimento, e tinha porta para o terreiro. Quanto ao Paço Novo, conta unicamente que havia n'elle a casa do escrivão da fazenda, a das obras e, entre ambas, a dos contos, no andar inferior, sem nos dizer nada do superior. Finalmente descreve a capella e outras depenpendencias do palacio: cozinha, cavallariças, casas para creados, casa do jogo da pella, forno do vidro, collegio dos moços do côro, e enfermaria. A camara e ante-camara de D. Theodosio deprehende-se que ficavam no Paço Velho, do lado do fundo, para onde tinham janellas. Falta portanto muito á descripção.

É por isso que, para dar uma idéa melhor da capacidade

dos paços de Villa Viçosa, aproveitaremos ainda alguma coisa do que vem n'outra obra intitulada: *Relação das festas que se fizeram no casamento do duque D. Theodosio com D. Anna de Velasco;* o qual teve logar dois annos antes do nascimento de D. Duarte, e quinze antes da relação do *Parnaso.*

N'essas festas o quarto novo ou Paço Novo foi destinado ao conde de Haro, irmão da duqueza, e á comitiva d'ella. Esta parte do palacio edificou-a D. Theodosio então; estava ainda imperfeita nos sobrados superiores, e tinha alguns dos tectos por pintar. Occupava o conde a sala que ficava, subindo a escada, á mão direita, outra em que tomava as visitas, e uma camara em que dormia. Além d'estas casas, havia a camara de D. Braz de Aragão; a guarda-roupa de D. Pedro Giron: a camara do mesmo; a de D. Affonso de Velasco; a de D. Filippe de Navarra; a de D. Antonio de Velasco; a do secretario do conde; a do camareiro do conde; a de outros creados do mesmo; e ainda restaram muitas casas despejadas. Os aposentos do conde, e de D. Braz eram no primeiro sobrado, e os mais no segundo.

No outro quarto ou Paço Velho, notavam-se: a sala onde estava a prata e a meza de jantar; a ante-camara da duqueza, em seguida a ella; a guarda-roupa do duque, á mão esquerda dos que entravam na ante-camara, para a parte dos jardins, e com janella sobre elles; a camara da duqueza; a guarda-roupa da duqueza, que estava ao deante da sua camara; a camara do duque, á mão esquerda da sua guarda-roupa, e com janella para os jardins, d'onde se entrava para o oratorio d'este quarto, bem como o do outro, muito devoto e bem ornado. Á guarda-roupa seguia-se em ordem a ante-camara da duqueza D. Catharina, que já fazia parte do terceiro quarto, o qual ficava ao levante, e comprehendia, além d'ella, a sala e a camara da mesma senhora. No ultimo quarto, que olhava ao poente, havia a sala dos irmãos do duque: D. Duarte, D. Alexandre e D. Filippe,

logo depois da ante-camara da duqueza, e a ante-camara, guarda-roupa, e camara dos mesmos, que tambem eram communs aos tres [1].

Por Figueirôa vemos ainda que o quarto de D. João, anteriormente ao seu casamento, isto é, a trinta e dois, era no mesmo Paço Velho, e tinha janella para o Reguengo. No que respeita ao do nosso D. Duarte e ao de D. Alexandre, só podemos affirmar que na dita epocha se achavam situados no Paço Novo, e tinham janellas tambem para o Reguengo [2].

Ácerca da capella alguma coisa nos diz o auctor do *Parnaso* da sua fórma e apparencia, e muito quanto á riqueza dos seus vasos e paramentos, o que omittimos por brevidade.

Foi esta capella objecto constante da maior solicitude de todos os duques de Bragança, que, á porfia, a ornaram e enriqueceram, desde a sua fundação pelo duque D. Jayme até ao tempo de D. Duarte e mesmo posteriormente. Não se contentaram de obter para ella numerosas graças de alguns dos summos pontifices, que durante este longo periodo subiram á cadeira de S. Pedro, com o que se tornou tão privilegiada como a real; enriqueceram-a ainda de joias e alfaias de subido valor e sobretudo de piedosas reliquias. Entre aquellas sobresahia um sacrario de prata ornado com as primeiras saphyras que se acharam em uma mina, descoberta no tempo de D. Theodosio, perto de Villa Viçosa, e de que este fez presente á capella, a imitação de seu bisavô, el-rei D. Manuel, que deu ao convento de Belem a celebre custodia que todos conhecem, fabricada com o primeiro oiro da India [3]; e entre estas um santo sudario, tido

[1] D. Antonio Caetano de Souza. *Hist. genealogica.*— Relação etc., já citada.

[2] Figueirôa, *Epitome*, já citado.— Ac. das Sciencias, Mss., Antonio de Oliveira Cadornega, *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*

[3] P.e André Gomes, *Sermão nas exequias que ao Ex.mo Sr. D. Theodosio II fez o prior-mór da ordem de Santiago.* Lisboa. 1831.

credulamente pelo verdadeiro, que se expunha ao publico de uma das janellas do paço, com grande veneração, no dia de sexta-feira maior, e um pedaço de lenho, julgado da vera cruz, que o papa Clemente VII dera a Honorato de Cayes, embaixador de França na côrte de D. João III, o qual foi vinculado á casa em morgado sob o nome de Morgado da Cruz. Os duques assistiam devotamente ás funcções religiosas, com a familia, e muitas vezes tomaram n'ellas parte activa D. Theodosio I, D. João I, D. Theodosio II, e D. João II. A paixão pela musica, herança de paes a filhos, e o desejo de equiparar em pompa a sua capella á dos mesmos soberanos, levou alguns a procurarem a melhor que se podia encontrar, convidando para isso musicos notaveis, não só do reino, mas tambem de paizes estrangeiros. Os duques acima nomeados cultivaram esta arte, e um d'elles, o irmão do nosso D. Duarte, D. João II, aprendeu-a obrigado por seu pae, para que cuidasse zelosa e pessoalmente das festividades. Era a capella servida com magnificencia por um deão, sempre homem fidalgo, um thesoureiro, dezeseis capellães, moços do côro, e muitos cantores e musicos. Os seus gastos, no tempo do pae de D. Duarte, excederam nove ou dez mil cruzados; foi o apogeu da sua grandeza; e estimava-a tanto, que no testamento a encommendou encarecidamente ao filho e successor, seguindo o exemplo de seu pae, que tambem á hora da morte lh'a recommendara. Não eram porém sómente os duques de Bragança que a augmentavam de riquezas e preciosidades; outros membros da casa o fizeram; e entre esses nomearemos o proprio D. Duarte, o qual, depois de homem, a presenteou com a prata necessaria para um relicario, e até das distantes regiões de Allemanha lhe trouxe o corpo do martyr S. Gandulfo, um dos unicos despojos e o de mais preço que recolheu das suas campanhas militares no imperio, como veremos.

Havia egualmente nos paços de Villa Viçosa o oratorio

da duqueza D. Catharina, naturalmente um dos dois que mencionamos como pertenças dos dois lados do palacio, o qual devia ser riquissimo, e o era com certeza de muitas reliquias de santos, que esta veneravel senhora conseguiu juntar, dadivas de reis, papas e cardeaes, e fructo de aturadas diligencias de varios ministros e religiosos graves que ella d'isso encarregava.

Emfim, para não faltar coisa alguma a esta habitação verdadeiramente real, até n'ella existia uma imprensa, ao menos nos primeiros annos do governo do irmão de D. Duarte, pois, no de mil seiscentos e trinta e cinco, ahi estampou Diogo Ferreira de Figueirôa a sua obra: *Desmaios de maio em sonhos do Mondego*. Era então impressor do duque Manuel Carvalho.

Dos jardins do paço, falla-nos o *Parnaso* sufficientemente do chamado Reguengo, sito no fundo d'elle. Quanto ao das Damas ou da Duqueza, que lhe demorava á esquerda, e formava parte de um dos lados do Terreiro do Paço, sabemos, pelo que diz, que era abundante de flores e de arvores de espinho, que o adornavam muitas galerias e alegretes, e que recebia agradavel frescura de varios tanques e fontes.

V

Outro logar interessante para a historia que escrevemos, pelo muito que o frequentou D. Duarte, era a tapada de Villa Viçosa, depois dos paços, o objecto mais credor de geral attenção na capital do grande estado. Principiou-a o duque D. Jayme pelo mesmo tempo que elles, e desde então até á subida ao throno do duque D. João II, me-

receu sempre especiaes cuidados a todos os senhores de Bragança, nem outra coisa se devia esperar, por lhes ser commum, pode dizer-se, a paixão da caça e dos exercicios equestres.

Tinha a tapada de Villa Viçosa tres leguas de circumferencia, fechadas com uma parede de mais de doze palmos de altura, com suas bardas, que lhe dobravam a defeza. Nascia tão perto da villa, que não distava d'ella um terço de meia legua, e os seus muros emparelhavam com muitas das suas hortas, assim pela parte da estrada de Elvas, como pela que se dirigia a Monforte e Portalegre, sendo tambem acompanhada, ainda que mais de longe, das frescas hortas do Orelhal. Começando d'aqui, seguia a tapada a estrada de Elvas, d'esta parte do sul, até á ribeira de Asseca Velha; depois voltava por cima das barranceiras da ribeira, que lhe ficavam além do seu tapigo, tão perto, que só ellas se mettiam entre as suas paredes e as aguas da dita ribeira; e, correndo para deante, formava um angulo, e tornava a approximar-se, n'esta volta, da estrada de Portalegre, que ia do norte, até fechar com um formoso portado de pedra, o principal d'ella. Este portado todo de marmore, alto e largo, erguia-se defronte da estrada que vinha da villa para a tapada, e para o Orelhal e mais partes que nomeámos. Apesar do muro e do tapigo que a cingiam, D. Theodosio fazia guardal-a por fieis e diligentes coiteiros, que, de continuo, dia e noite, a pé e a cavallo, a vigiavam; além d'isso, em todo o seu circuito, havia de fóra quinhentos passos coitados, para que ninguem se atrevesse a molestar ou correr a caça, que sahia a recrear-se pelos arrabaldes das hortas e das ribeiras vizinhas.

Proximo da porta principal erguiam-se dois oiteiros, de cujo cume se avistavam formosos e extensissimos horisontes. D'ahi viam-se tambem os paços ducaes, a densidão das diversas arvores, e como se abraçavam umas com as outras, offerecendo de verão sombras obscuras, e de inverno

recolhimento aos gados e á caça, para que em um e outro tempo se reparassem de suas inclemencias. D'ahi descobriam-se os montes, os bosques e os valles, que encerrava a tapada, coalhados de gamos, de veados, de infinitos coelhos, de ferozes porcos montezes e de crueis lobos, que muita vez pagavam caras as suas rapinas pelas corridas que o duque lhes mandava dar, pelas ichós em que vinham a perder a vida, e pelos aguardos em que os coiteiros os matavam á espingarda.

Muito variadas castas de arvores se creavam na tapada, a qual possuia todas as que chamam bravas, e bastantes mansas, tão excellentes e gostosas em suas fructas, como se podiam achar em terras mais cultivadas. Nos valles cresciam alguns pereiros chamados de matto, tão fructiferos que pareciam dos mais domesticos e suaves das hortas. Os freixos, que havia em muitos logares, não cediam na frescura aos mimosos e bem regados. Os sovereiros e azinheiros que occupavam e cobriam quasi a terra, eram tão grandes e frondosos, que não se lhes podiam antepôr os melhores olivaes. Se não faltava alimento para os numerosos animaes da tapada, tambem não lhes escasseavam abundantes aguas, que os refrescassem e ao basto arvoredo, pois n'ella havia duas ribeiras e mais de vinte fontes, duas noras e um lago, de taes dimensões, que para recreação do duque tinha cinco barcos.

Uma das coisas mais curiosas da tapada era o Vergel, que D. Theodosio mandára plantar. Estava situado no seu interior, e, alegre e odorifero, enriquecia-se de tantas perfeições, que, entrando-se n'elle, parecia respirar-se outro ar e que se estava em outro clima. Tão suave era a temperatura d'este logar! Dirieis que reinava alli continua primavera. A figura do Vergel era um parallelogrammo. Circumdava-o uma parede ainda mais elevada do que a da propria tapada, toda de pedra e barro, com suas bem tecidas bardas e duas portas, uma ao nascente, outra ao poente. O

seu comprimento n'esta orientação medía cem varas e a largura quarenta. Antes da porta sita ao poente, superior á outra, manava uma fonte de copiosissimas aguas, que se dirigiam a quatro no meio do Vergel por canos secretos, governados por certos registros, que as faziam subir em repuxos engenhosos, nas duas fontes primeiras e mais altas até vinte palmos, e nas duas mais baixas até trinta e sete, d'onde cahiam com muita mansidão e graça, espessando-se de tal maneira no ar, como se chovesse, e encobrindo com o seu grande volume, para quem se achasse perto, a luz do sol, ainda que fosse dia claro. Estas quatro fontes eram de marmore, oitavadas e no centro de cada uma levantava-se outra figura de fonte, onde vinha ter o cano que lhe levava a agua pelo registro. Corria o Vergel arruado pelos quatro lados, fazendo outra rua bem pelo meio, de porta a porta, em todo o comprimento, a qual atravessava outras, que o repartiam em seis quarteirões. Na rua ao longo da parede do norte crescia todo o genero de arvores de espinho, nas quaes sempre se achavam fructos. Na do sul roseiras de toda a sorte, e plantas cheirosas e raras, que deleitavam os olhos e espalhavam muito ao longe o perfume. As arvores que occupavam os quarteirões e cercavam as fontes do Vergel, frescas e mimosas, causavam admiração por ser em logar tão escabroso e robusto. Eram em numero de cento e noventa e duas, postas egualmente umas das outras a sete passos, para que fossem meneiadas dos ventos, e visitadas do sol, com que se fizessem suas fructas maiores e de mais gosto e cheiro. O pae de D. Duarte frequentava muito o Vergel, assim como o resto da tapada, e demorava-se n'elle; e até varias das suas plantas tinham sido enxertadas por suas mãos.

Além de todas estas bellezas e commodidades, havia tambem na tapada de Villa Viçosa casas grandes e bem adornadas, que estavam convidando ao repoiso, e em que muitas vezes ficaram os illustres visitantes ou caçadores. Nem

a religião deixava de ter alli o seu culto, desde que D. Theodosio mandou levantar uma ermida a S. Eustachio, onde costumava, longe do ruido da côrte, ir meditar e erguer a Deus as suas orações[1].

N'uma d'essas casas, sita no mais interno, accommodou o duque D. João I, com a maior magnificencia, el-rei D. Sebastião, quando este em mil quinhentos e setenta e tres o foi vêr, tornando a Evora, depois de inspeccionar as praças do Algarve. Não consentiu a inesperada vinda do soberano que o duque o recebesse como queria nos seus paços, e por isso, emquanto se aprestavam, o entreteve n'ella com um banquete sumptuoso, apresentando-lhe admiraveis peças apropriadas á sua inclinação venatoria e ao logar em que o hospedava; a saber: ricos e bem lavrados instrumentos de montaria, espingardas, cutellos, facas, aves para a altaneria, cavallos e cães de caça, que tudo lhe offereceu. N'umas casas da tapada ficou o cardeal archiduque Alberto, nomeado vice-rei de Portugal, quando, de passagem para Lisboa, visitou o duque D. Theodosio e sua mãe, a duqueza D. Catharina, dividindo-se a sua comitiva por outras e tambem por tendas que para tal effeito ahi se levantaram. As casas em que poisou o cardeal vice-rei estavam bem ornadas, e uma das suas camaras tinha os retratos de todos os senhores da casa d'Austria, dos reis de Portugal, dos de Hespanha, dos principes das casas de Parma e Saboya, e de outras pessoas semelhantes; d'onde podemos avaliar a sua grandeza.

Afóra estes personagens que honraram a tapada de Villa Viçosa, e chegaram ao nosso conhecimento, mereceu ella tambem ser vista e admirada pela maior parte dos fidalgos nacionaes e estrangeiros que concorreram em varias epochas á côrte ducal, bastando porora lembrar de todos, entre os

[1] Bib. Nac., Mss., Francisco de Moraes Sardinha, *Parnaso de Villa Viçosa.*

ultimos, o conde de Haro, cunhado de D. Theodosio, na occasião em que acompanhou sua irmã, a duqueza D. Anna de Velasco; e o duque de Useda, estribeiro-mór de Filippe III; o marquez de Velada; e o duque de Ossuna; os quaes, deixando o seu soberano em Elvas, quando veiu a Portugal em mil seiscentos e dezenove, foram de proposito a Villa Viçosa para alli caçarem; e o conde de Niebla, irmão da duqueza D. Luiza, noiva do duque D. João II, quando a trouxe a Portugal a fim de se desposar com este.

Não pertenciam porém unicamente á classe da nobreza os admiradores da famosa tapada. Houve-os tambem nas outras classes da sociedade, cumprindo especialisar a dos homens de lettras, tanta vez bem vindos e favorecidos na côrte dos duques de Bragança. De um d'elles, grande pelas obras e espalhada fama, encontramos memoria certa, assim como das sensações que experimentou percorrendo esse recinto de recreio da nobre familia: queremos fallar do celebre Lope de Vega. Este poeta hespanhol, grato naturalmente á maneira por que D. Theodosio o recebeu, e inspirado pelas bellezas naturaes e pelas maravilhas d'arte e opulencia que o surprehenderam, compoz um poemeto em oitava rima, dedicado exclusivamente á descripção da tapada, o qual foi impresso em Madrid em mil seiscentos e vinte e oito, e onde com a sua linguagem poeticamente floreada nos pinta ao vivo na imaginação os encantos de que lhe foi dado gozar. Completaremos e amenisaremos a nossa descripção com alguns dos versos do illustre poeta.

Yace no lejos de la insigne villa,
Côrte de vuestra casa, la tapada,
Cercado en nuestra lengua de Castilla,
Que tal grandeza pudo ser cercada.
Verde, eminente y levantada silla
A silvestre deidad, alta morada
De ocultas ninfas, de enramadas drias,
De floridas napeas y amadrias.

Cinco millas de largo y de contorno
Doce contiene el sitio inaccesible,
Por la muralla que le ciñe en torno,
A exteriores ofensas imposible;
Por quatro puertas de vistoso adorno
Permite el muro transito apacible,
Donde hallaran mejc. verdes abriles,
Hiblêos campos, Ninivêos pensiles.

Arroyos dulces con sonoros saltos
Los campos corren por diversas calles,
Y duplican el monte montes altos,
Que forman prados y dilatan valles;
Esconden sombras (de modestia faltos)
Satiros viles de disformes talles,
Las claras selvas a Pomona y Flora,
Y duerme en su jardin siestas la aurora.

VI

Na epocha da morte da duqueza D. Anna de Velasco, em que nos achamos, isto é, nos fins de mil seiscentos e sete, contava e duqueza D. Catharina sessenta e sete annos, e foi então, ou pouco depois, que, segundo parece, começou a decahir de um modo a todos visivel.

Não era todavia só a edade que lhe quebrantava o corpo, e lhe vergava o espirito varonil; acabrunhavam-a tambem os desgostos publicos e os particulares que não lhe haviam faltado.

A magua que soffreu com o prematuro fim de sua nóra, e com a paixão de D. Theodosio, foi precedida por outra não menos acerba, a morte de sua filha D. Seraphina, mulher de D. João Fernandes Pacheco, quinto duque de Es-

calona, marquez de Villena, conde de Santo Esteban de Gormaz e Xiquena, setimo senhor de Belmonte, vice-rei de Sicilia, e embaixador ao Papa Clemente VII, a qual expirou em Roma a seis de janeiro de mil seiscentos e quatro. Um anno depois da morte da duqueza D. Anna, feriram-a ainda outros dois golpes, e mais terriveis: a perda de seus filhos, D. Alexandre, arcebispo de Evora, e D. Filippe, os quaes falleceram junto d'ella, em Villa Viçosa, com poucos dias de intervallo, um a onze e outro a vinte e sete de setembro de mil seiscentos e oito, o primeiro na florente edade de trinta e oito annos, e o segundo na de vinte e sete apenas! Pobre mãe! De dez filhos que tivera, restavam-lhe unicamente o duque D. Theodosio e D. Duarte, e este mesmo ausente em Hespanha. Como não devia pois succumbir a tantos e tão frequentes golpes da fortuna aquella alma, embora dotada de singularissima fortaleza, aquella alma, já assolada pelas tempestades da ambição e pelas desgraças da patria, que eram tambem suas? Tantos infortunios, ajudados dos achaques e aborrecimentos da velhice, obrigaram-a a baixar os olhos para a terra, onde já via o tumulo, e a pensar na morte; pelo que quasi um anno depois de perder seus dois filhos, resolveu preparar-se para ella, posto se achasse no goso de inteira saude, fazendo o seu testamento; o que teve logar a dois de setembro de mil seiscentos e nove [1].

Foi por este tempo e n'este precario estado, que a velha duqueza se incumbiu de D. Duarte, de seus irmãos, o duque de Barcellos e D. Alexandre, e de D. Catharina, servindo-lhes desde então de segunda mãe: doce tarefa certamente para quem vivia tão só no mundo e devia precisar de amar e ser amada. É a affeição dos avós pelos netos, emquanto pequenos, quasi tamanha como a dos paes, e em geral até mais indulgente. Contribue para isto

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

não só a parecença que ha em tantos pontos da senectude com a meninice, mas egualmente, e em grande parte, o verem n'esses filhos dos seus filhos as imagens d'elles, porém no tempo em que, tambem pequenos, brincavam no seu collo, e lhes sorria, junto com os seus candidos sorrisos, a primavera da existencia, porque eram moços, afortunados, e tinham esperança. É um reflexo do passado que não volta, é o desejo de se apegarem á vida que lhes foge. Quantas e quantas vezes não se lembraria D. Catharina com saudade, ao beijar os tenros orphãos, que a rodeiavam brincando, da florida quadra dos seus annos, d'esse tempo venturoso, em que, na companhia do marido e dos filhos, joven, formosa, idolatrada, sonhava nos seus sonhos de oiro a corôa a felicidade e a gloria!

N'essa convivencia intima e quotidiana muito aprenderiam D. Duarte e seus dois irmãos, que sua irmã D. Catharina pouco sobreviveu á mãe, vindo a morrer em mil seiscentos e dez, novo desgosto para D. Theodosio e para a velha duqueza, não da sciencia dos livros, fadiga para elles ainda prematura, mas da sciencia do coração, que, desde o alvorecer da puericia, se insinua meiga, insensivelmente dentro d'alma, quando temos fonte pura d'onde bebamos á farta.

No ensino religioso e moral não podiam achar os tres irmãos melhor mestre; nem melhor companheiro nos passeios e brinquedos, pela paciencia e desvello que lhe provinham da edade e parentesco. Já conhecemos a scena, em que se passou este primeiro acto da vida do nosso protagonista: o palacio ducal, a tapada, o Vergel, e os arredores que os avizinhavam. Foi ahi que elle deslisou suave, inconscientemente, cõmo é proprio da meninice, os seus dias mais felizes, desde os dois annos e meio, em que ficou orphão de mãe, até aos nove e meio, em que perdeu a avó, sem cuidados, sem trabalhos, pois apenas quasi no fim começaria os estudos com as lições do ler e do escre-

ver, em que talvez a velha duqueza lhe servisse muita vez de professora.

Entretanto D. Duarte chegara aos oito annos e resolveu-se que recebesse o chrisma. Administrou-lhe este santo sacramento e a seus irmãos o arcebispo de Evora, D. José de Mello, successor de D. Alexandre, na capella de D. Catharina, a dez de agosto de mil seiscentos e treze. Assistiu D. Theodosio, e foram apresentados por Manuel Pessanha de Brito.

Ia correndo tempo, a duqueza ia sentindo mais e mais os embates da velhice e da desventura, e a sua decadencia geral annunciava proximo, lamentavel desfecho. Qual seria a influencia d'essa previsão no espirito já entenebrecido de D. Theodosio, imaginamol-o facilmente, ponderando o respeito que sempre votou a sua mãe e a veneração e quasi idolatria que tinha por ella, bem como a falta que lhe faria para a educação dos filhos, mesmo assim debilitada e envelhecida. Realisaram-se, infelizmente, dentro em breve, os tristes vaticinios, e essa mulher, modelo de sciencia, de constancia e de nobreza, que illustrou por tantos annos o ducado de Bragança e a terra onde nascera, doirando as esperanças da patria agrilhoada e contendo longe com o seu esplendor até os proprios inimigos victoriosos, morreu, depois de setenta e tres annos de existencia, nos seus paços de Villa Viçosa, a quinze de novembro de mil seiscentos e quatorze.

O seu nome dura e durará sempre na historia; nem foi preciso esperar que a morte lhe levantasse sobre a loisa do tumulo a estatua da immortalidade. Ainda viva, diz D. Antonio Caetano de Sousa, lhe celebraram as virtudes e saber Christovão da Costa, no livro que imprimiu em Veneza em mil quinhentos e noventa e dois, *Tratado en loor de las mugeres,* e Pedro Paulo de Ribera no estampado na dita cidade em mil seiscentos e nove, *Le glorie immortali dei trionfi e heroiche imprese di donne illustri*. D. Nicolau An-

tonio colloca-a na *Bibliotheca Hispanica* entre os eruditos. Segundo o auctor da *Historia genealogica,* D. Catharina não se esqueceu de D. Duarte ao despedir-se da vida, e fez separar para elle doze mil cruzados em commendas da casa, que lhe foram dados nas de Santa Maria de Moreiras, Santa Maria da Alagôa e S. Thiago de Monsaraz, da ordem de Christo. Aqui lembraremos que estas commendas se proveram em D. Alexandre a dezoito de janeiro de mil seiscentos e trinta e quatro, vindo a sel-o em D. Duarte por morte d'elle.

Vejamos com D. Francisco Manuel de Mello qual o sentimento do duque pela morte de sua mãe, de sua mãe que, segundo as expressões do mesmo escriptor «era a unica vontade que pudesse regular as suas acções» depois do fallecimento de sua mulher. «Apertou de novo a melancolia d'este successo os cordeis da severidade a D. Theodosio, julgando-se duas vezes viuvo pelas mortes da mãe e esposa; e tanto se empregava na aspereza, que, por satisfazer ao sentimento devido aos mortos, começou a faltar ao agasalho tão devido aos vivos. Os moços teem physica contradicção com os annos provectos; por si mesma é dessimilhante, e por isso desagradavel, da mocidade a velhice; tolera-se, quando artificiosamente se desassombram as carrancas dos dias, communicando com alegria os velhos aos mancebos; a falta d'esta dextreza faz que os filhos, apartando-se do trato dos paes, quando menos os amam, as mais das vezes, no logar do amor, que lhe deviam, accommodam por viciosos outros objectos [1]».

Não sabemos se das palavras de D. Francisco Manuel de Mello se podem tirar consequencias prejudiciaes para algum dos filhos de D. Theodosio, o que é certo é que, em tal caso, devem referir-se a epocha posterior, attenta a pouca edade d'elles na que historiamos; e que ainda então não cabe

[1] Bib. Nac., Mss., *Tacito portuguez.*

pecha alguma ao nosso biographado, pelo muito amor que sempre teve a seu pae, como este confessou, e largamente veremos no logar proprio. O que não padece duvida é que foi radical a transformação, operada por tão triste acontecimento, no seio da familia de Bragança, que, depois d'elle, se viu reduzida a um homem, não velho, mas já na quadra dos desenganos, e a tres meninos: D. Theodosio e seus filhos D. João, D. Duarte, e D. Alexandre, o primeiro d'estes de dez annos, o segundo de nove, e o terceiro de sete. Com o fallecimento da duqueza D. Anna ficara ainda o elemento feminino, conchego, conforto e providencia do lar domestico, representado pela duqueza mãe e por sua neta D. Catharina, uma, gloriosa cadeia que prendia a grande casa ao seu longo passado, outra, flôr nascida apenas que lhe perfumava o presente com a franca e communicativa alegria da innocencia. Arrebatadas ambas d'este mundo pela dureza da fatalidade, esse lar tornou-se pesado, soturno, viril de mais, sem a ternura e doce claridade que só emanam do coração da mulher.

VII

Em tamanha apathia e esmorecimento foi correndo o tempo, até que um facto notavel veiu arrancar o duque ao longo torpor, em que por tanto jazera. Chegou o anno de mil seiscentos e dezenove, e Filippe III resolveu passar a Portugal, a fim de celebrar côrtes em Lisboa, e jurar n'ellas o principe herdeiro, seu filho. Despertado por esta nova no seu retiro de Villa Viçosa, D. Theodosio como que recobrou o antigo ardor e actividade. Lembrou-se de quem era, e procurou, visto que tinha de apparecer ante o monarcha hespanhol na qualidade de subdito, que fosse o primeiro

entre todos, e que, em vez de ornar o cortejo ao usurpador da corôa dos reis seus antepassados, competisse com elle em esplendor e bizarria. Era preciso ver-se e saber-se que a casa de Bragança, apesar da morte da duqueza D. Catharina, que fizera diminuir as attenções com que Hespanha sempre a tratara durante a sua vida, e, apesar das poucas mercês que recebera, ainda se achava com pujança para brilhar, como nos tempos mais venturosos; e era tambem conveniente conhecer-se que o duque D. Theodosio a julgava bastante rica e forte, e tinha a necessaria exempção e orgulho para não pedir nem acceitar novos favores que mais a opulentassem. N'este ponto o duque differia completamente de sua mãe. Cada um encarava as coisas a seu modo. D. Catharina julgava que, sendo a casa de Bragança a primeira da monarchia, devia receber e merecia mais altos beneficios do que todas as outras, e que, pedindo-os e obtendo-os, a tornava mais apta para resistir aos vaevens da fortuna, e ás malquerenças dos inimigos, dispondo-a ao mesmo passo para o brilhante futuro que lhe desejava, e que nunca deixou de entrever em sonhos, emquanto não foi descançar da fadigosa lucta no silencio do gelido sepulchro. O filho, pelo contrario, menos politico, porém mais rigido, suppunha desdoiro receber as graças dos soberanos hespanhoes, e a tudo preferia o que, no seu modo de vêr, era consentaneo á sua jerarchia e á situação em que se achava collocado, elle duque de Bragança, elle neto de D. Manuel e legitimo senhor do throno de Portugal, em frente do rei estrangeiro e do roubador dos seus direitos. D. Theodosio considerava-se o guarda da dignidade da familia, e costumava dizer a miudo: os meus predecessores tiveram o cuidado de ajuntar e exaltar a grandeza de minha casa; a mim só toca trabalhar por conservar a honra e estado que elles estabeleceram. Nobre resposta e digno exemplo na epocha de corrupção em que vivia! Eloquente protesto de uma alma livre, em seu nome, e porque não em nome da patria, contra a su-

jeição estranha! Mal soube portanto a noticia da vinda de Filippe III, convocou as pessoas que o deviam acompanhar e preparou-se para a jornada e entrevista com el-rei. Deu que fallar a magnificencia da côrte ducal n'esta solemne occasião, e muito mais a maneira por que o povo recebeu em Elvas e em Lisboa o representante da casa de Bragança, assim como o altivo, inteiro procedimento d'este com a côrte hespanhola e com o seu monarcha.

A onze de maio partiu D. Theodosio de Villa Viçosa. O acompanhamento ia na disposição seguinte: dois estribeiros bem montados; uma trombeta bastarda; vinte e quatro moços da camara; vinte e quatro moços da estrebaria; os moços das cavallariças, que seriam outros tantos; cem alabardeiros da guarda; o duque vestido de seda preta, em um soberbo corcel com bellos jaezes, tendo seu filho, o duque de Barcellos, á mão direita, e á esquerda D. Francisco de Mello, primo co-irmão do marquez de Ferreira e parente ainda proximo de D. Theodosio; vinte e quatro fidalgos commendadores, seus creados, adornados de diversas galas e mui custosas; os demais creados nobres e de fôro, trajando tambem ricamente; os lacaios com boas librés; e uma companhia de cavalleiros e homens nobres a cavallo, pouco mais ou menos trezentos, dos quaes quarenta cavalleiros da ordem de Christo, lusidamente vestidos; com o que passavam de seiscentas as pessoas que seguiam o duque, afóra outra muita gente de cavallo, que se lhe aggregou pelo caminho até Elvas.

Grande alegria e alvoroço houve n'esta cidade com a vinda de D. Theodosio. Numerosos cavalleiros e numerosissimos peões e todas as danças e mais festins, que se tinham preparado para celebrar a visita d'el-rei, sahiram a recebel-o e foram com elle até ao convento dos frades da Piedade, onde ficou.

No dia seguinte dirigiu-se o duque ás casas em que poisava Filippe III, indo precedido das mesmas danças e fo-

lias. O concurso de povo na estrada era immenso, e o corregedor da cidade ia deante, a cavallo, descoberto, abrindo caminho com todas as justiças da terra. Ao entrar em Elvas a multidão acclamou-o com expansivo jubilo, as senhoras lançaram-lhe flores das janellas, e só faltou receberem-o debaixo do pallio, para em nada ceder a sua festa á do proprio soberano, com a differença que a d'este era official e, como tal, encommendada, emquanto que a outra partia espontaneamente dos corações saudosos de seus reis naturaes.

Acolheu Filippe III os duques de Bragança e Barcellos com as maiores honras e demonstrações de apreço. A primeira cortezia dos recemchegados, levantou-se da cadeira collocada sob o docel e, feita a do meio da casa, tirou o chapéo, abaixando tanto a mão como nunca praticara com vassallo algum, e logo, dando quatro passos fóra do docel, abraçou o duque D. Theodosio, não consentindo que lhe beijasse a mão. Ao duque de Barcellos deu a mão a beijar e abraçou. Em seguida, sentando-se el-rei, sentou-se o duque de Bragança n'uma cadeira rasa com almofada de velludo negro, e D. João n'outra egual, mas verde; depois do que Filippe III conversou alegremente com D. Theodosio.

D'esta maneira acabou a entrevista o poderoso vassallo com o seu soberano; e, visitado o principe real, a princeza D. Isabel, e a infanta D. Maria Anna, partiu de Elvas para Villa Viçosa, sem que fosse cumprimentar o primeiro ministro, o duque de Useda, embora algumas pessoas lh'o lembrassem como conveniente. Não passou despercebida esta offensa ao valido de Filippe III, antes, contribuiu bastante para azedar mais as relações entre elle e o altivo fidalgo portuguez.

Á partida de D. Theodosio, os sinos de todas as egrejas, por ordem do bispo D. Sebastião de Mattos de Noronha, repicaram festivamente, e o povo teve occasião de mostrar

outra vez as suas sympathias á casa de Bragança com os applausos e festas que então prodigalisou aos dois duques.

Não foi menor o contentamento dos habitantes de Lisboa, quando D. Theodosio e seu filho primogenito passaram á esta cidade, por causa das côrtes que aqui se celebraram a quatorze de julho do mesmo anno. Sahiram de Villa Viçosa em direcção a Aldeia Gallega, onde embarcaram n'uma rica e formosa galeota, que o duque de proposito mandara fabricar em Espozende, terra pertencente ao seu estado. Era este barco doirado, e tinha vinte e quatro remos pintados de verde. As emprezas e figuras que o adornavam excitaram a attenção de muitos, e varias pessoas julgaram haver n'ellas allusões reconditas á situação do reino e da casa de Bragança, e ás suas pretenções ao throno. Na popa, debaixo das grades da varanda, da parte direita, via-se a fabula de Andromeda, exposta á urca marinha; e da esquerda Jonas, lançando-o os marinheiros ao mar, á baleia, que devia tragal-o. Sobre o leme a scena dos tres moços de Babylonia na fornalha. Nas palas azues dos remos liam-se em lettras de oiro as palavras seguintes: *Nou est abbreviata manus Domini*. Sobre a varanda estava S. Boaventura, cardeal, com este distico: *Secretum meum mihi*[1].

Chegou D. Theodosio a Lisboa no dia treze de julho, mesmo na vespera do auto do juramento, com o que se livrou de assistir á entrada solemne de Filippe III, a que se acharam presentes quasi todos os fidalgos portuguezes. Esta demora não foi motivada, que o saibamos, por causa alguma especial, e, conforme é de crer, seria filha da sua má vontade ao governo do rei intruso. Atravessou D. Theodosio o Tejo, no seu mysterioso barco por entre as galés de Hespanha e as muitas embarcações que o povoavam, e, desembarcando na Madre de Deus, partiu para a cidade

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os mss. n.º 2121.

á meia noite. A cavallo, assim como seu filho, acompanhado da maior parte da fidalguia e de duzentos cavalleiros que trouxera comsigo, todos seus creados, e muitos d'elles do habito de Christo, e seguido das bençãos do povo, o duque de Bragança entrou, qual outro soberano, na antiga capital dos reis seus antepassados, e, percorrido todo o comprimento d'ella, foi apear-se á porta dos seus famosos paços, sitos onde chamamos o Thesoiro Velho.

A sua viagem e estada em Lisboa assignalaram-se por acções de grandeza e generosidade, e pelo amor que o povo sempre lhe manifestou. Desde Villa Viçosa até Aldeia Gallega, veiu D. Theodosio a cavallo, distribuindo graças e mercês pelo caminho, juntamente com palavras de nobre benevolencia, e, ao chegar á cidade determinou que n'esse dia, que era sexta feira, e no seguinte todos os pescadores e regateiras ficassem livres de pagar siza ou outro qualquer direito de pescado, renda das mais importantes da casa de Bragança. No outro dia, logo de manhã, teve audiencia d'el-rei, e á tarde foi com o duque de Barcellos ao juramento do principe. O seu trajo era excessivamente modesto; alguem julgaria que andou n'isto acinte para mostrar descontentamento e pouco caso. Vestia de sargeta preta muito simples, com manteo de festo muito pequeno e por engommar, as botas bastante usadas, e o chapeo bastante singelo, de copa portugueza, com uma trancinha ou véo tão delgado que quasi se não via. Assim andou sempre e assim assistiu não só ao juramento, mas tambem ás côrtes. O duque de Barcellos trajava com riqueza. Na solemnidade do juramento, que durou desde as quatro horas da tarde até ás dez da noite, D. João foi o primeiro a jurar, e seu pae o ultimo, na qualidade de condestavel do reino.

Bem se pode imaginar quanto repugnaria a D. Theo-

[1] Bib. Nac., Mss., B., 18, 17, Pero Rodrigues Soares, *Todos os casos dinos de memoria acontecidos nesta... cidade de Lisboa...*

dosio este acto, a que não lhe era dado esquivar-se sem manifesta demonstração de rebeldia; mas narra D. Antonio Caetano de Sousa que elle então e em todas as mais côrtes a que assistiu reclamou o juramento prestado, como constava de dois protestos que se acharam depois da sua morte, porque emquanto viveu não os fiou nem de seus filhos; e o terceiro conde da Ericeira, no *Portugal restaurado*, refere que assim o ouvira muitas vezes ao proprio rei D. João IV. Quanto ao duque de Barcellos, escreve o mesmo D. Antonio Caetano de Sousa, que D. Theodosio lhe dissera, pouco antes, que não tencionasse jurar (restricção mental ainda não condemnada pela egreja) e que nunca seria valido um juramento extorquido e feito pelo medo, «que cahe no varão constante», o que frequentemente annullara até os votos de profissão religiosa. Assim conservava D. Theodosio a crença do seu direito no intimo d'alma, já que o não podia converter em realidade, educando seus filhos com tão digno procedimento, para o respeitarem e guardarem como elle.

Terminadas as côrtes, demorou-se D. Theodosio ainda algum tempo em Lisboa, e a dezeseis de agosto partiu para Villa Viçosa. Durante esse tempo fallou a el-rei em varios nogocios, não seus, mas respectivos ao bem do reino, e distribuiu avultadas esmolas a viuvas, pobres e conventos, deixando todos obrigados a rogarem pela sua vida.

Assim procedia D. Theodosio, attrahindo sobre si as attenções dos portuguezes, que sempre o rodeavam de admiração e affecto. Pela sua parte, Filippe III, estranho e temeroso no meio dos seus subditos, guardado de continuo por fidalgos hespanhoes, e evitando a companhia dos portuguezes, occulto no fundo dos seus coches, porque raramente andou a cavallo, ou encoberto pela pompa armada e pelos festejos oppressores da tyrannia, Filippe III acceitava as honras e signaes de respeito que lhe tributavam, sem se approximar do povo de que era soberano, e

sem ao menos se tornar agradavel á nobreza do paiz, como praticára a astuta politica de seu pae.

Ao passo que D. Theodosio realisou a viagem á sua custa, despendendo largas quantias com os gastos d'ella e com as mercês que concedeu pelo caminho, o senhor da poderosa monarchia hespanhola pediu a Portugal grosso donativo em dinheiro para ajuda das despezas com a sua vinda a este reino, subindo só o da cidade de Lisboa a duzentos mil cruzados, e cuidou mais de folgar e gosar a recepção que lhe fizeram, do que de attender ás queixas e supplicas de seus vassallos.

Ao passo que D. Theodosio entrava festejado pelo amor e bençãos dos portuguezes, Filippe III, depois de assistir em Evora a um auto de fé, chegava a Almada a dois de junho, e, receioso do povo de que era rei, e que visitava, corria a esconder-se no mosteiro de Belem, onde esteve um mez, segundo uns á espera de se concluirem os aprestos dos festejos, e, segundo outros, com mais probabilidade de acerto, aguardando que chegassem ao Tejo as galés de Hespanha para fazer a entrada.

Foi calamitosa a honra que o filho de Filippe II concedeu a Portugal com a sua presença, porque não remediou nenhum dos males que o aggravavam, antes, peiorou a difficil situação em que elle se achava; mas trouxe comsigo um resultado salutar e de que só mais tarde se havia de colher o abençoado fructo: o augmento de antipathia entre portuguezes e hespanhoes. A barreira que sempre existira no meio dos dois povos, cimentada pelas lagrimas e pelo sangue de tantas victimas, cresceu desmedidamente com as relações mais intimas dos vencidos e dos vencedores e com os odios, desprezos e oppressões que n'essa conjunctura se manifestaram. Aos donativos para a viagem d'elrei e ao alojamento forçado das tropas hespanholas em Lisboa, com gravissimo damno de seus moradores, que tiveram de abandonar as proprias casas, ou resgatal-as a dinheiro,

seguiu-se a profanação dos conventos, onde os filhos da nobre e catholica Hespanha pagaram a generosa hospitalidade dos religiosos, estragando, roubando e devassando o recato das habitações sagradas. Mas não bastavam tão tristes acontecimentos: ainda se deram outros mais extraordinarios e mais dignos de consideração, attestados, bem como parte dos antecedentes, por pessoa contemporanea, e ás vezes testemunha presencial. Qual verdadeiro inimigo, o soberano hespanhol deixou na sua passagem pela terra portugueza rastos de sangue e destruição, e obrigou os seus subditos a fugirem d'elle, da mesma maneira que fugiriam de um exercito invasor. Desejou Filippe III ir á festa de Nossa Senhora da Luz; mas, chegando ahi encontrou os soldados hespanhoes e os nossos envoltos em rijo combate, que só acabou com a sua intervenção, depois de durar duas horas, e de ficarem sessenta feridos e quatro ou cinco mortos. Teve tambem vontade de ir gosar as delicias de Cintra, porém os habitantes, em vez de o receberem com festejos e demonstrações de alegria, julgaram mais prudente abandonar a villa, atemorisados pelos exemplos de paternidade e brandura do monarcha intruso [1]. Que provas evidentes de união entre os dois paizes e de amor entre o rei e os seus vassallos!

Não ficou exempto D. Theodosio de provações e desfeitas por parte dos hespanhoes; nem era possivel que o ficasse, visto o seu passivo, mas claro antagonismo á côrte e ao governo de Filippe III, evidenciado em tantos ensejos.

Nas suas relações com el-rei tanto em Elvas, como em Lisboa, o pae de D. Duarte maravilhou a todos pelo seu caracter austero e pelo desinteresse e abnegação que mostrou sempre deante dos estrangeiros dominadores da sua

[1] Bib. Nac., Mss., B., 18, 17, Pero Rodrigues Soares: *Todos os cazos dinos de memoria acontecidos nesta... cidade de Lisboa...*—Id., B., 9, 37, *Carta que se mandou a hum amigo ácerca das festas del Rey em Lisboa a 20 de outubro de 619.*

patria. Se Filippe III em Elvas, antes de o ver, lhe mandava perguntar como queria que o tratasse, respondia: «Bem sabe el-rei meu senhor como se recebem os duques de Bragança e Barcellos». Se mostrava pretender fazer-lhe mercês, obtinha d'elle por unica resposta: «Nossos avós deixaram a casa de Bragança tão engrandecida, que mais se acha para exercitar, que para pedir beneficios. Do reino e sua nobreza espero que vossa magestade se lembre, porque eu sómente me satisfaço com a permissão de casar o duque meu filho onde convenha». Todos, até os mais nobres e altivos, cortejavam submissos o duque de Useda, valido omnipotente, e o confessor d'el-rei, quasi tão poderoso como aquelle, porque eram as duas portas por onde se entrava ao paço e os dois canaes unicos para obter os favores do monarcha; pois D. Theodosio, ao contrario de todos, e maior do que todos, não os visitou quando veiu ás côrtes de Lisboa [1]. Assegura-se até geralmente que fallou ao duque de Useda por senhoria; mas este ponto parece desmentil-o a carta que D. Theodosio lhe escreveu quatorze annos antes, em dezeseis de julho de mil seiscentos e cinco, para se não conceder excellencia ao duque de Aveiro, em que lhe dá este tratamento e usa para com elle de linguagem respeitosa e amavel [2].

Tornaram-se tão notaveis estes factos, que o duque d'Alba, escrevendo a D. Pedro de Toledo, que acompanhára Filippe III a Portugal, sentia não ter vindo tambem, só para vêr um duque que regeitava as graças d'el-rei, offerecendo-lh'as, e que assim tratava os dois validos.

Semelhante comportamento, já nobre, já demasiado sobranceiro, junto á sua elevadissima posição e contrariedade a Hespanha, tornaram-o alvo de alguns dissabores e desat-

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

[2] Bib. Nac., Mss., Livro de documentos ácerca do conde de Castro Daire.

tenções que não deixaram de mortifical-o, mas de que sahiu victorioso sempre pela sua grandeza e prudencia.

Todos estes successos, em que não figura D. Duarte, quer pelos seus tenros annos, quer por então se achar enfermo [1], julgámos necessario summarial-os brevemente, para relevar a figura de D. Theodosio. Nem elles lhe foram inuteis; porque, vendo-os ou ouvindo-os, aprendeu com seu virtuoso pae, a cujo proximo e sympathico influxo mal resistiria a sua alma juvenil, notabilissimos rasgos de hombridade e desinteresse.

Quanto não deveria o amor com que depois se dedicou ao estudo ao saber de D. Theodosio; o culto que sempre professou á egreja á sua piedade religiosa; a liberalidade em soccorrer os pobres á sua nunca desmentida beneficencia; a grandeza com que procedia por habito á sua magestade verdadeiramente real; e a inteireza no affrontar a desgraça e as perseguições dos inimigos á sua constancia inquebrantavel na adversidade! Todas estas virtudes, que tornaram singular a sua natureza, não foram talvez mais do que os fructos amadurecidos pelo tempo da prolifica semente lançada no bom terreno do seu tenro espirito pela grande alma que animou o duque seu pae.

Dois annos depois, em mil seiscentos e vinte e um, morreu Filippe III, e succedeu-lhe no throno seu filho Filippe IV. Com esta alteração entrou no elevado cargo de ministro da gigante monarchia peninsular o conde-duque de Olivares, D. Gaspar de Gusmão, o qual resolveu contemporisar com tamanho vassallo, como era D. Theodosio, e corresponder-se melhor do que o seu antecessor com a casa de Bragança, ou por o julgar mais conveniente á sua politica, ou induzido por fins particulares a elle, como veremos adeante, não só a respeito do casamento do duque de Barcellos, mas tambem do que projectou para D. Duarte com sua filha.

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, interrogatorios do mesmo. Mss.

LIVRO II

Educação litteraria de D. Duarte.—Descuido provavel de D. Theodosio n'este ponto.—Parte que n'isso teve a politica de Hespanha —Grandeza da casa de Bragança e receios concebidos do seu poder pelo governo de Madrid.—Periodo final da existencia de D. Theodosio.—Desintelligencia com seu filho primogenito.—Procura D. Theodosio casal-o.—Oppõe-se-lhe Hespanha.—Entra o duque de Barcellos em negociações secretas com Olivares, por este motivo, sendo meio D. Francisco de Mello.—Intenta Olivares casar sua filha com D. Duarte.—Doença de D. Theodosio.—Desvelam-se por elle D. Duarte e seus irmãos.—Preparativos do duque para o transe fatal.—Despede-se dos filhos e recommenda D Duarte ao duque de Barcellos.—Morre.—O seu sahimento.—As suas exequias.—O seu retrato physico.—Nunca se esqueceu dos seus direitos ao throno.—Provas de affecto e respeito dos portuguezes por elle.—D. Theodosio sebastianista?—Obras que lhe foram dedicadas; relações litterarias que teve e influencia d'estas em D. Duarte.—Escriptos pela sua morte.—O seu testamento.—Recommenda n'elle novamente D. Duarte ao duque successor.—Deixa-lhe Villa do Conde e 20:000 cruzados.—Porque se lembra tanto de D. Duarte?—Se este entrou na desintelligencia de D. João com seu pae.—Occupações de D. Duarte.—Sua livraria.—Suas cavallarias e caçadas com D. João e com o velho duque.—É ferido.—Era o esmoler de D. Theodosio e pedia para os pobres.—As festas na capella de Villa Viçosa e a parte que tomavam n'ellas D. Duarte e seus irmãos.—Como, de genio triste e apaixonado das musas, gostaria da solidão dos campos.—A sua gentileza e amores.—Mudanças no paço ducal e no governo da casa com o novo duque.—Se D. Duarte contribuiu para essas mudanças.—Deixado o casamento de D. Maria Anna de Toledo e Portugal,

sua sobrinha, cuida-se no de D. Luiza de Gusmão.— Contraria-o D. Duarte.— Francisco de Sousa Coutinho, contra vontade, ultima os ajustes d'elle.— Obras no paço ducal e preparativos para effeituar-se.— Ultimos tempos de solteiro de D. João passados com seus irmãos.

I

Quando falleceu a duqueza D. Catharina, contava D. Duarte nove annos e meio, e devia ser por esse tempo que começou as suas fadigas litterarias, pois então não se amanhecia tão cedo para ellas, como hoje acontece. Desde mil seiscentos e quatorze até mil seiscentos e vinte um, periodo em que estamos, isto é, desde os nove annos até aos dezeseis e nos immediatamente seguintes completaria elle quasi a educação scientifica, que lhe foi ministrada no lar paterno; por este motivo procuraremos dizer aqui em globo alguma coisa a tal respeito, já que não se torna possivel fazel-o chronologicamente e com particularidade, pela incerteza das epochas e dos factos.

Antolha-se-nos este um ponto difficil. Sabemos que teve bastante instrucção D. Duarte; mas somos levado a suppor que muita adquiriu-a no gabinete, pelo seu genio applicado, depois de homem, na patria e nos paizes estrangeiros, onde permaneceu tão longamente. D. Antonio Caetano de Sousa diz que foi versado nas bellas lettras e artes liberaes; que soube com perfeição a lingua latina; fallou a franceza com propriedade, e tão polida como delicadamente; e da mesma fórma a italiana; e a hespanhola tão bem como a natural; que depois, applicado á allemã, não se contentou de aprendel-a; sem declarar todavia quando cursou estas disciplinas e com quem. Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, que tanto o conheceu no infortunio e antes d'elle, assevera geralmente que «os seus estudos menores e maio-

res foram sempre o conhecimento das humanas e divinas lettras, e que se avantajou muito nas humanidades e natural philosophia[1]».

Se acreditassemos o terceiro conde da Ericeira, D. Duarte chegaria a escrever perfeitamente o hespanhol, e teria composto n'esta lingua um tratado ácerca da guerra dos Trinta Annos[2]; e, se fosse certo o que dizem os nossos bibliographos, teria publicado, debaixo do nome de João Baptista de Leão, um volume de poesias suas na cidade de Milão[3].

O que pela nossa parte acreditamos, ou por andar em documentos fidedignos, ou por ser razoavel, é: que falou o latim, conforme o testemunho do doutor Navarro, na noticia que deu da sua prisão; que escreveu o italiano desaprimoradamente, do que restam provas n'uns versos de sua composição, e n'uma carta; que conheceu o hespanhol, o qual, segundo elle mesmo confessa, apenas praticou depois de preso em Milão, e que escreveu com pouco esmero; que, passado algum tempo de residencia em Allemanha, se familiarisou com a lingua do paiz, que utilisou para ampliar a instrucção e para o trato continuado com os seus habitantes; que foi affeiçoado á poesia; que dispunha de um certo peculio de historia e de theologia; que passou por sabedor na arte da guerra; que os seus conselhos eram muita vez attendidos com respeito; e que, tanto em Portugal, como fóra, manuseou frequentemente os livros, de que tinha uma rica e abundante collecção em Villa Viçosa, e de que adquiriu grande quantidade nas terras estrangeiras onde viveu, como tudo melhor veremos no decurso d'esta obra, o que prova a sua constancia no estudo. Isto sabemos; porém de tudo isto parece-nos transluzir principalmente a influencia pessoal de D. Duarte, da sua indole,

[1] *Panegyrico funeral.*
[2] *Portugal restaurado.*
[3] Diogo Barbosa Machado, *Bib. lusitana.*—Innocencio Francisco da Silva, *Dicc. Bibliographico.*

da sua applicação, das suas viagens, e do commercio que sustentou com tantos homens eminentes e de tantas nacionalidades.

Não é de presumir que a sua educação litteraria fosse mais esmerada que a do duque de Barcellos, herdeiro da casa de Bragança, e que a de D. Alexandre, seu irmão mais novo. Demos porém de barato que D. Theodosio, pela predilecção que por elle teve, predilecção cabalmente correspondida, lhe dedicasse especiaes cuidados, interessando-se mais no seu ensino do que no dos outros filhos; ainda assim, não julgamos provavel, que a somma de conhecimentos variados, que patenteou nos annos viris, fosse preparada solidamente pelos estudos da adolescencia em companhia de seus irmãos e debaixo da influencia de seu pae. E como esses estudos deviam ser simultaneos a todos, attenta a pouca differença de edade entre os filhos de D. Theodosio, e sobretudo entre D. João e D. Duarte, pois este só tinha um anno mais do que aquelle, vejamos qual a educação que recebeu o primogenito, para d'ahi tentarmos tirar alguma luz, ainda que duvidosa, a respeito do nosso protagonista.

Diz o auctor do *Tacito portuguez* no ponto sujeito: «Os mais austeros requeriam o mais constante progresso á creação do duque de Barcellos; grandes razões d'estado, não sei se firmes, lh'a solicitaram ommissa ou intercadente. Fizeram entender ao duque D. Theodosio que crear seu filho com magestade era fazel-o réo d'ella, e que só se contentasse com logral-o qual lhe sahisse; pois pelo resplendor do carbunculo perde a vida o animal de que é produzido»; e accrescenta: «Politica é esta mais difficil que incerta. Persuado-me que grandes fins obrigaram a que se faltasse n'este tempo ao culto de um tão grande herdeiro». D. Antonio Caetano de Sousa transcreve esta passagem, como outras muitas da obra de D. Francisco Manuel de Mello, com algumas alterações, porém conserva os mesmos pensamentos.

Parece portanto poder-se concluir dos logares adduzidos que o pouco cuidado de D. Theodosio e conselhos nimiamente cautelosos ou perfidos obstaram a que o successor da casa de Bragança fosse educado como era devido; e que esses conselhos, segundo toda a plausibilidade procederam da influencia de Hespanha, ou dos seus partidarios, e não menos dos que temiam o seu poder.

Com effeito os governos d'este paiz olhavam com ciume e receio a grandeza do poderosissimo ducado, cujos senhores ligava proximo ou remoto parentesco a tantas casas soberanas, e cujas terras e direitos absorviam uma notavel porção das terras e direitos do reino de Portugal. Além d'isto, a justiça das suas pretenções ao throno de D. Affonso Henriques , despresada e calcada aos pés pelos exercitos victoriosos de Fillippe II, e só de tal modo vencida, e o descontentamento mal occulto dos portuguezes, faziam com que a côrte de Hespanha procurasse sempre todos os meios de cortar as azas aos ambiciosos desejos dos seus maiores vassallos.

Se ha quem duvide da authenticidade do voto de um ministro hespanhol dado a Filippe II, quando a duqueza D. Catharina, já perdida a esperança de cingir a coroa dos reis seus antepassados, lhe pediu diversas mercês, voto que traz a *Historia genealogica*, e que um manuscripto attribue ao feroz duque d'Alba [1], nem por isso o espirito d'elle e a marcha ahi indicada deixou de seguir-se em parte, tanto quanto as circumstancias e o tempo o consentiram. Não se atreveu Hespanha, é verdade, a dividir o extenso e valioso estado entre os filhos dos duques, porque era exasperar a nação, mas envidou todos os esforços para a familia Bragantina, vergontea e origem de monarchas, não se alliar por affinidade a familias reinantes, preferindo casar os seus membros na peninsula com titulos inferiores em nobreza e po-

[1] Bib. Nac., Mss, E, 5, 7.

der; e, tendo-lhe feito bastas e grandiosas promessas, quando precisava d'ella, julgou depois conveniente cercear as graças o mais possivel, sacrificando a honra da palavra empenhada ás suas conveniencias politicas.

E tinha razão para receiar-se, como demonstrou mil seiscentos e quarenta. Essa casa, unida pelos laços do sangue a tantas testas coroadas; que se compunha de todos os officios da real; que se servia de fidalgos de qualidade e nascimento illustre, a que os duques liberalisavam pensões e commendas até cinco mil cruzados; cujos familiares excediam em numero oitocentos, cada um com distincção do fôro que gosava, como no paço dos soberanos; que dava quarenta commendas da ordem de Christo e dezoito alcaidarias-móres dos castellos de suas villas; que possuia um padroado composto de mais de cento e sessenta beneficios, conezias e egrejas, das quaes duas eram as collegiadas de Barcellos e de Ourem, e a que tambem pertencera a celebre collegiada de Guimarães, então em litigio; essa casa que provia mil e trezentos officios de justiça e fazenda e os postos militares de sargentos-móres, capitães e outros officiaes de guerra; que tinha um tribunal de ministros togados, a que cabia a decisão das suas causas; cujos senhores usavam as armas dos infantes, de quem desfructavam as honras e prerogativas, e a que se seguiam em cathegoria, além do privilegio de só entre todos os nobres usarem por lei do titulo de excellencia, (pelo menos até mil seiscentos e seis, em que ao duque d'Aveiro foi feita egual mercê)[1], e de não serem empregados pelos reis senão nos principaes cargos, ao passo que a elles se recorria nas instantes necessidades publicas, que sempre auxiliavam com promptidão e generosidade; essa casa, a maxima de toda a peninsula e, segundo alguem, de toda a Europa, devia ser res-

[1] Bib. Nac., Mss, E, 6, 32, fol. 11 v., alvará de 20 de junho do dito anno.

peitada e temida sempre, e muito mais encravada na vastissima monarchia hispano-portugueza, como um reino dentro de outro reino, como ameaça permanente de insurreição, como alvo appetecido de um povo outr'ora livre e então insoffridamente sujeito, que via n'ella um simulacro dos seus verdadeiros soberanos e da liberdade da sua desditosa patria.

Fluctuando entre o temor de se malquistar com Portugal inteiro, se perseguisse o ducado de Bragança, e entre o desejo de o abater, desejo de que participava a nobreza hespanhola, tambem ciosa da sua preponderancia, o governo dos Filippes tentou por todas as maneiras attenuarlh'a disfarçadamente, já pondo obstaculos aos casamentos vantajosos dos duques e de seus filhos, como dissemos, já recusando-lhe, quanto possivel, as mercês com que elle tentava augmentar-se, sobretudo emquanto durou a vida á duqueza D. Catharina, que n'esse empenho sempre se mostrou solicita. Não é porém de presumir que a côrte de Madrid se contentasse unicamente com isso. Alcançavam mais longe as suas vistas, ou muito nos enganamos. Todos sabem como era complexo e paciente o seu systema de corrupção, e que, para vergonha sua e nossa, o oiro e as promessas, com que Filippe II subornou tantas consciencias vis, tiveram mais peso talvez na obra da usurpação da coroa portugueza, do que os seus proprios exercitos. É um quadro ignominioso, bastante sabido, e que nos repugna esboçar novamente. Não devia portanto o paço de Villa Viçosa, tão perigoso, deixar de ser vigiado de perto; tornava-se mesmo preciso que o fosse; e não faltariam entre tantos servidores algumas almas corrompidas e venaes, que pagassem com a negra moeda da ingratidão os favores que lhes haviam prodigalisado. Era o mesmo facto que se déra em maior escala no reino, e que se devia repetir, attendendo a que os tempos não corriam melhores, toda a vez que se empregassem identicos meios criminosos para obtel-o. Alguns dos nomes d'esses Ju

das passaram até nós, apesar das reservas dos historiadores; e Affonso de Lucena, secretario, desembargador e conselheiro da duqueza D. Catharina, de que tanto ella se serviu na epocha das questões da successão do reino, Fernão de Mattos, seu irmão, e Francisco de Lucena, filho do primeiro, attrahiram sobre si por aquelle motivo o anathema da posteridade. Affonso de Lucena era fama entre os creados da casa, seus contemporaneos, que recebera de Filippe II pingues beneficios á custa de seu amo, e que, pelos seus serviços ao monarcha hespanhol, fôra seu irmão, Fernão de Mattos, egualmente desagradecido ao que devia á casa de Bragança, nomeado secretario de estado do conselho de Portugal em Madrid; e Francisco de Lucena, successor d'este no dito logar, depois mandado para o reino como secretario das mercês, e, posteriormente á acclamação de D. João IV, eleito seu secretario d'estado, accusaram-o tanto de intelligencias criminosas com Hespanha, que, convencido de traidor á nação e ao seu rei natural, soffreu ignominiosamente a pena de morte. Fóra estes outros haveria; e que muito, se até entre os proprios parentes dos duques vamos encontrar um D. Francisco de Mello, modelo de ingratos, apostata da santa religião da patria, falso conselheiro, e finalmente inimigo declarado da casa da Bragança, e perseguidor acerrimo do desditoso D. Duarte!

Projectou a côrte de Madrid, como veremos, nos ultimos annos do seu dominio em Portugal, confundir os senhores d'esta familia, em tudo singular, com os outros nobres da monarchia hispano-portugueza, empregando-os a seu bel-prazer; recusou aos filhos de D. Theodosio II o tratamento concedido aos grandes de Hespanha e quasi todas as mercês que lhe pediram [1]; procurou até fazer sahir o duque D. João do reino, com o pretexto de lhe dar o go-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Protesto do infante contra o seu processo.

verno do estado de Milão: quem nos diz pois que não entrava tambem nos planos da politica hespanhola acanhar a educação litteraria dos seus membros diminuindo-lhes, por esse modo, a aptidão e as ambições, e com ellas as probabilidades de um dia subirem ao throno dos reis portuguezes?

Teremos pouco adeante occasião de ver como o elemento hespanhol influiu preponderantemente nas discordias suscitadas entre D. Theodosio e o duque de Barcellos, e como se formaram, mesmo dentro dos paços de Villa Viçosa, dois partidos: o do pae, composto de grande numero dos seus mais affeiçoados, que adheriam, ou por as julgarem preferiveis, ou por amisade ou dependencia, ás idéas rigidas e patrioticas que o animavam; e o do filho, em que entrava, além de outros, aquelle elemento, o qual, attrahido, enganado por elle, transigia, até certo ponto, com os oppressores da nação e com os disfarçados inimigos da casa.

Mas não foram só os conselhos dos timoratos e dos traidores, que influiram n'este procedimento do duque, tanto ao avesso dos actos de coragem, que illustram a sua historia; outra causa, e poderosissima, o levou a descurar a educação dos filhos: o abatimento do seu espirito e o mysticismo e retiro a que de ha muito se havia condemnado.

Recebera D. Theodosio do duque seu pae uma creação nimiamente religiosa, e d'elle herdara o pendor em extremo espiritual da sua indole e a sua natureza remissa. Ignoramos se na juventude mostrou ou não signaes de terem fructificado os exemplos que D. João I lhe dera, e se os infortunios proprios e da familia, com a perda da questão dos direitos d'ella ao throno portuguez, e os da patria com a ruina da sua liberdade, foram causa de se desenvolverem e patentearem livremente. Se tal aconteceu, o florir dos annos e a domestica felicidade, que logrou ao lado da duqueza D. Anna, contiveram a corrente mystica do seu genio nos canaes, de que por ventura ameaçava transbordar.

Fulminado porém dentro em breve, e quando menos o esperava, pela morte da esposa querida, e cinco annos depois pela de sua mãe, D. Theodosio sossobrou em tamanha desgraça, e, fugindo do mundo para o seio consolador da religião, o melhor refugio dos desditosos, procurou só ahi, muita vez com detrimento seu, da casa e dos filhos, o remedio aos espinhos insupportaveis que o flagellavam. «Nem no trajo de sua pessoa, nem no ornamento do seu palacio, nem nas camas de estado da sua camara, se viu mais outra coisa, até á hora da sua morte, que paredes nuas sem doceis, nem tapeçarias, cadeiras negras, dormindo em uma camara, que parecia cella de um religioso, sem outras colgaduras mais que as de uns lençoes de hollanda que pareciam mortalhas». Eis como o descreve o padre Bartholomeu Guerreiro [1], que conheceu D. Theodosio, desde a edade de vinte e dois annos até ao momento em que expirou, isto é, durante quarenta e um annos, e assistiu na sua côrte sete annos inteiros, em varios tempos. Se em algumas occasiões o arrancou da sua vida retrahida e apathica a voz solemne da patria ou a honra e os interesses dos seus, foi só por pouco tempo, e unicamente para voltar á solidão com maior ancia e mais aborrecido da sociedade.

Este retiro e desapego do mundo aggravava-o a exaggeração das praticas religiosas. Todos os dias ouvia missa D. Theodosio, e posto que de ordinario fosse cantada, fazia-o sempre com ambos os joelhos em terra, do principio ao fim, sem se servir de almofada, nem mesmo quando o abateu a edade ou o debilitaram as doenças. Resava tambem todos os dias o officio divino, os do Santissimo Nome de Jesus e de S. José e o psalterio de S. Boaventura, dirigido á Virgem Nossa Senhora para impetrar a graça no artigo da morte. O tempo que podia reservar dos negocios em-

[1] *Sermão nas exequias do anno que se fizeram ao principe D. Theodosio II, duque de Bragança em, Villa Viçosa.* Lisboa (1632). 4.º

pregava-o na oração mental, em colloquios espirituaes e em repetidas confissões. Não contente com tantas provas de religião, dizem, valha a verdade, que, para melhor merecer a graça de Deus, mortificava o corpo, e usava para o effeito de cilicios de seda ou de cadeias de ferro. Quando chegava a quaresma, corria os passos da Paixão, descalço, vestido de luto, ao modo d'aquelle tempo, com capuz e uma grande opa, e nos tres ultimos dias da Semana Santa jejuava a pão e agua, não se deitando em cama, nem sahindo da tribuna da capella, desde que se depositava o Sacramento até ao dia de paschoa. Estando desencerrado o Sacramento, assistia-lhe sempre de joelhos, sem se assentar, nem mesmo ao sermão. Gostava muitas vezes, abandonando a côrte e a familia, de se retirar ao convento dos religiosos da Piedade, que edificara, não sómente para rezar, mas tambem para os servir, quando comiam no refeitorio, occupação que exercitava a miudo; e, quando comia com elles, não consentia que nenhum o servisse, fazendo-o um moço fidalgo, que para isso levava. Outras vezes juntava-se-lhes com muita familiaridade e travava com os doutos disputas curiosas sobre a intelligencia de passagens da Sagrada Escriptura, em que era bastante versado, e de que costumava na conversação adduzir diversos textos, para confirmar o que avançava, ou lhes propunha casos de consciencia na theologia mystica e moral, e, por ser dotado de muita memoria, aconteceu haver alguns em que na pergunta lhes apontava o logar e auctor que os resolvia. Como se porém ainda não bastassem os muros de um convento para o separarem da convivencia mundana, fugia d'ella frequentemente recolhendo-se na ermida de Santo Eustachio, erecta na tapada de Villa Viçosa, conforme sabemos, e ahi na solidão e no silencio empregava-se todo em meditações e exercicios do amor de Deus.

Além d'isto, os retiros campestres eram os seus enlevos e concorriam para lhe tomar grande parte do tempo, que

devia aos cuidados domesticos. «Os logares apartados, mormente os saudosos d'esta tapada...» diz o auctor do *Parnaso de Villa Viçosa,* descrevendo-a e referindo-se a D. Theodosio, «sabido é de quanto movimento serão causa em um coração contemplativo ou magoado, para que assim no do nosso principe alevantem elles innumeraveis pensamentos, em que seu juizo claro e grande entendimento se exercite e occupe, não só em horas certas do dia, mas em todo elle,... achando-se ora á vista d'alguma fonte, que entre arvores esteja como escondida, para em maior saudade ser descoberta, ora mettido na densidão dos bosques, aonde muitas vezes se verá, ora sobre algum monte que lhe esteja descobrindo o valle e o prado cheio de mil variedades de flores... Aqui, aonde o tempo, por meio de tão profundas imaginações, lhe poderá trazer algumas perigosas, toma elle o esquecimento por remedio, passando-se a outras... da lembrança das maguas vivas, que em seu coração alguma hora haveria... Assi a altura d'estes pensamentos o não deixa nem consente sahir de seu progresso, antes, lhe dá campo e lh'o faz maior para que... tão depressa se não possa despedir do seu comprimento. Porém como o principe, em qualquer intervallo que faça, por largo que seja, um pequeno ruido o desperta logo, bastaria para lhe mostrarem as horas de se partir o queixoso brado do mocho e o alto apupo do bufo, que por cima das arvores, antes que cerre a noite, a andam annunciando, como as musicas calhandras e outros passarinhos o fazem pela manhã, para que com este aviso se sahia logo d'aqui, e a pouco andar se ache dentro em o seu terreiro, á vista dos seus paços, que com grandes luzes o esperam, fazendo signal de sua boa chegada, juntamente com as musicas charamellas, que a mais longe o dão».

Estes factos são eloquentissimos, e pintam-nos melhor, do que outras considerações, o estado lastimavel do pae de D. Duarte, deixando entrever quanto padeceria o governo

de sua casa e a educação de seus filhos com tal modo de vida. Cedeu portanto D. Theodosio ás insinuações de malevolos conselheiros, pelas condições especiaes do seu atribulado espirito, e é licito conjecturar que d'estes dois motivos proveiu sobretudo a pouca cultura intellectual do duque de Barcellos; para o que não concorreria tambem, em pequena escala, o muito mimo, que talvez teve, defeito quasi geral nas familias dos principes, onde os herdeiros principiam, cedo de mais, a ser acatados como senhores. Cumpre outrosim não esquecer a côrte de interessados, que, desde os tenros annos, lhe foi crescendo em roda, ajudado tudo pela indole timidamente ambiciosa, com que a historia nos pinta o duque de Barcellos, e porque não, egualmente, pela sua reluctancia em seguir os estudos, como vemos que lhe aconteceu com a musica, a qual, segundo D. Theodosio no seu testamento, só aprendeu contra vontade. Isto pelo que diz respeito á educação litteraria. Quanto á moral, D. Theodosio, se acreditarmos o padre Bartholomeu Guerreiro, que tanto frequentou o seu paço, não desmentiu o nome de pae, porque diz elle: «na creação de seus filhos não quiz que houvesse outro aio, com cujas acções se formassem em grandes costumes, senão o exemplo que em tudo lhes dava, e assim os creou com tanta sujeição e recolhimento, que mais parecia vigiar filhas damas que filhos soldados e cavalleiros [1]».

O certo é que D. João recebeu uma educação mesquinha e impropria do seu estado. Além da lingua materna, a sciencia do irmão mais velho de D. Duarte, do primogenito do illustre D. Theodosio, do neto da sabia D. Catharina, do herdeiro da primeira casa de Portugal, do que poderia vir a ser, e foi, soberano da sua nação, limitou-se ao conhecimento do latim, mas não do latim classico, porque

[1] *Sermão das exequias do anno que se fizeram ao Ex.mo principe D. Theodosio II, duque de Bragança, em Villa Viçosa.* Lisboa (1632). 4.º

sómente d'elle se serviu para a religião e leitura dos livros sagrados, á equitação, á esgrima e ao cultivo da musica, na qual se tornou proficiente com o andar dos tempos, ainda que tambem não passou da musica sacra. Se não fosse o seu animo fragueiro e amigo da caça e dos exercicios equestres, julgar-se-hia quasi que o educavam para servir alguma dignidade ecclesiastica, e das pequenas, notando que não era porque lhe faltasse aptidão, conforme depois mostrou.

Sabemos que foram seus mestres Manuel do Valle de Moura; o licenciado Jeronymo Soares, instruido no hebreu, grego, latim, italiano e hespanhol, o qual lhe ensinou a grammatica latina; Francisco Galvão, de quem recebeu algumas lições de equitação; e Diogo Dias, afamado professor de esgrima, natural de Coimbra, que o instruiu n'esta arte. Quanto á musica, foram seus mestres Roberto Tornar, inglez, discipulo de Geri de Ghersem, que tomara lições do Maestro Capitão, ou Mathias Rosmarin, seu verdadeiro nome, o qual D. Theodosio chamou de fóra de proposito para esse fim, e João Soares Rebello[1], mais conhecido pelo Rebellinho, afamado entre os musicos portuguezes d'aquella epocha, e de quem o seu regio discipulo mandou imprimir generosamente parte das obras á sua propria custa na cidade de Roma[2].

Pelo que acabamos de expender avalia-se, ainda que imperfeitamente, qual seria a educação litteraria que D. Duarte recebeu na juventude; pois devemos crer que aprendesse o que aprendeu D. João pouco mais ou menos. Quanto aos seus mestres, achamos com esse nome os dois primeiros, e não duvidamos de que o fossem os restantes, incluindo talvez o de musica, da qual tinha varias obras na

[1] Bib. Nac., Mss., Fr. Raphael de Jesus, *Vida de D. João IV.*

[2] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica*, Provas, Testamento de D. João IV.

sua bibliotheca, posto não se saiba ao certo se a aprendeu. Quanto ao seu aproveitamento nos exercicios militares, venatorios e equestres, já era notavel quando ainda contava poucos annos, pois, segundo Fr. Raphael de Jesus «aos quatorze sabia jogar a espada com destreza, reger um cavallo com desgarro, despedir uma lança com pontaria, e empregar uma bala em qualquer alvo.» E n'outro logar amplia o dito accrescentando: que ensaiava «no jovial da praça e no fragoso do monte os botes da lança e os cortes da espada, com que se vencem os conflictos militares da campanha, e nas tretas do jogo e da caça a industria com que se rebatem os estratagemas da guerra[1]».

De seu irmão mais novo D. Alexandre, julgamos o mesmo, e a *Historia genealogica*, aliás tão prodiga de elogios aos reis e aos grandes, tratando d'elle, apenas nos diz vagamente que foi ensinado pelos melhores mestres, e ao fallar de sua morte só louva as suas excellentes virtudes e gentileza. Entretanto, apesar de destinar-se á vida ecclesiastica, não estudou theologia[2], o que desabona alguma coisa tambem a solicitude de D. Theodosio, e pode julgar-se provindo das mesmas causas, que influiram na pouca educação do duque de Barcellos. Por ventura entrou n'isto ainda influencia do governo de Madrid, o qual já meditaria com esta sensivel falta cortar-lhe o passo ao arcebispado de Evora, que andava quasi vinculado á casa de Bragança, como posteriormente aconteceu.

Inclinamo-nos pois a que D. Duarte não foi mais bem educado litterariamente, do que o irmão, o duque de Barcellos, pelos descuidos de seu pae e circumstancias de sua casa, e que o saber que depois n'elle admiraram proveiu de estudos que em annos maiores as alternativas da sorte lhe permittiram fazer.

[1] Bib. Nac., Mss., *Vida de D. João IV.*

[2] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. I, fol. 7, Notas do infante a Caramuel e Chumacero.

II

Estamos chegados ao periodo final na existencia de D. Theodosio, decorrido de mil seiscentos e vinte e um a mil seiscentos e trinta. Este periodo é para nós do maximo interesse, por abranger o espaço que vae dos dezeseis aos vinte e cinco annos na vida de D. Duarte, e por nos revelar algumas particularidades importantes que muito honram o seu caracter. Infelizmente esse ultimo quartel da existencia do duque, devendo ser feliz e tranquillo, segundo o mereciam as suas apreciaveis virtudes, e o pedia o seu estado valetudinario, foi travado de desgostos intimos, que se deram mesmo no seio da familia de Bragança, e lhe apressaram talvez a morte já proxima.

Affirma-se que alguns creados da casa, e entre elles dos mais favorecidos, deixaram o serviço de D. Theodosio, pretextando a maneira por que este os tratava, e levaram a ousadia a ponto de se passarem para o do duque de Barcellos. Sentiu-se D. Theodosio de tão insolito procedimento, ao qual a sua costumada generosidade repugnou infligir a pena merecida, e que tinha auctoridade para lhes applicar; mas pesou-lhe ainda mais ver que seu proprio filho se tornara como que o nucleo d'esse partido de descontentes.

No muito que já fica dito a respeito de D. Theodosio, sobresahe o seu patriotismo, magnificencia, piedade, abnegação e inteireza, e isso já bastaria para lhe tecer o mais justo e merecido elogio; mas a tão notaveis qualidades juntavam-se ainda outras, que não o tornavam menos digno de veneração e amisade: o amor da justiça; a reluctancia em castigar; a pureza dos costumes; a verdade do animo;

a egualdade e desvelo para com os creados; a protecção aos filhos segundos e outros de grandes fidalgos, para seguirem os estudos, e aos que peregrinavam por causa da fé em estranhos reinos; o asylo que prestava aos afflictos e perseguidos, quer portuguezes, quer hespanhoes; a paciencia exemplar em ouvir as supplicas importunas dos pretendentes; e uma generosidade franca e nunca desmentida.

Mas a tantas virtudes oppunham os seus inimigos defeitos que as desluziam, ou porque o fossem na essencia, ou porque se tornassem taes, não obstante serem qualidades apreciaveis, em consequencia do seu abuso; e a verdade é que n'algumas d'essas accusações havia certa côr de justiça.

A limitada confiança que depositava nos outros, e só nos melhores, e estes ainda depois de convenientemente experimentados, fructo da sua prudencia, feria muitas susceptibilidades, enumerando-se entre os queixosos, como primeiro de todos, o proprio duque de Barcellos, o qual se offendia por seu pae não lhe communicar os negocios e não lhe dar em todos a parte que desejava, e a que se julgava com direito. Taxavam-o de demasiadamente soberano, de conservar os mesmos tratamentos aos grandes e fidalgos, quando os dos monarchas haviam subido até magestade; de ser austerissimo no estylo de lhes escrever; de rigoroso nas suas usanças; e com razão. As coisas tinham-se mudado com os tempos; gerações novas e differentes da antiga, da contemporanea de D. Theodosio, tinham-se succedido, e, como ellas, os usos e os costumes, emquanto que o velho duque vivia continuando a observar os usos e costumes da sua epocha; pelo que a etiqueta da sua casa era em comparação mais ceremoniatica do que a da casa real. A existencia que levava, retirado de quasi todos os parentes, o que attribuiam a soberba mal entendida, e resultava talvez unicamente das condições em que se achava, e as poucas pessoas que recebia á meza, deviam descontentar muitos

cortezãos, e obrigal-os a aborrecer-se nas salas meio desertas dos paços outr'ora esplendidos e concorridos de Villa Viçosa. A demora no despacho dos pretendentes, e não seriam estes de certo em pequeno numero, ainda que procedesse das incertezas do seu animo, ou das delongas inherentes á complicação dos negocios, e não da vaidade de augmentar com elles a sua côrte, causava-lhes sensiveis damnos e fazia com que a quantidade dos offendidos crescesse. A sua abnegação e inteireza, qualidades raras em todos, mórmente nos opulentos ou de honras ou de dinheiro, insaciaveis por natureza, prejudicavam os seus vassallos, os quaes d'este modo se viam privados dos favores e mercês que por sua intercessão lograriam alcançar do soberano. O seu vestuario modesto, á antiga, e sempre de luto; a sua estima pelas modas portuguezas; o seu odio pelas hespanholas, a ponto de querer que os outros o imitassem, indo assim contra o parecer da maioria, que trajava á castelhana, e até contra o uso seguido durante a vida da duqueza D. Catharina, a qual por politica fizera mudar quasi totalmente os trajos do paiz aos seus, trocando-os pelos da côrte de Filippe II, eram tambem para muitos motivos de desgosto, principalmente para os moços, para os que haviam já sido educados d'aquelle modo, e para os lisongeiros da magestade e os ambiciosos do mando. As exageradas praticas religiosas que, segundo já expendemos, a par dos negocios, lhe absorviam, por assim dizer, a existencia, e o privavam em grande parte de conviver com os vassallos, e até com os filhos, davam ao seu palacio uma estranha apparencia, meio principesca e meio conventual, que não podia agradar senão ás pesssas nimiamente piedosas e isoladas do mundo, como elle. A sua mesma brandura era tambem um defeito, porque o tornava muitas vezes omisso no manejo da fazenda, conforme experimentavam os que corriam com a sua administração, pelo que costumavam dizer os mais zelosos que a bondade do duque tornara muitos

bons maus. Aggravavam todos estes motivos a sujeição e recolhimento em que educava os filhos, mais proprios de damas do que de cavalheiros, como narra o padre Bartholomeu Guerreiro, sujeição a que D. Duarte obedeceu amorosamente, porém que repugnava ao duque de Barcellos, levado do temperamento e dos impetos da mocidade, e não menos do espirito dos cortezãos, sempre facil em variar de affectos ao sabor das suas ambições, os quaes, virando as costas ao sol proximo a afundar-se no occaso, já estendiam os olhos ávidos para o que no horizonte vinha quasi despontando.

Á pintura das boas qualidades e defeitos de D. Theodosio, tirada dos nossos historiadores, daremos os ultimos toques com as seguintes palavras de sua mãe, que tanto ao vivo o retratam. Formam parte da carta que ella escreveu em onze de junho de mil quinhentos e noventa e cinco a Filippe II, instando pelo casamento de D. Theodosio com a filha do archiduque Carlos, que o governo hespanhol impedia. «É homem honrado e muito sentido e soffrido, e verdadeiramente temo que este desgosto me custe a sua vida, de que pende toda a minha consolação; porque, além de ser mãe, lhe devo o que nenhuma deve a seus filhos. Ficou muito moço quando herdou a sua casa; governou-a como velho; e tratou até agora de seus irmãos sem nunca tratar de si» [1].

Eis D. Theodosio julgado por sua propria mãe, quando só contava vinte e sete annos, e antes de a perder e á duqueza sua esposa, que por momentos apenas devia felicital-o. O que faria depois d'estas sentidissimas desgraças e com o dobro da edade? Não ha maior elogio nem maior censura a D. Theodosio do que as palavras que transcrevemos: foi o melhor dos filhos; foi o melhor dos irmãos; não

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica*, Provas, vol. IV, pag. 453.

se importou comsigo; sendo moço governou a sua casa como se fosse velho.

Apesar dos motivos de descontentamento, que d'aqui se nos antolha poderem existir nas accusações contra o velho duque de Bragança, não ha coisa nenhuma que, a nosso ver, desculpe ante a posteridade o acto de insubordinação commettido por seu filho primogenito, e não seremos nós que o absolvamos da culpa, como tentam, embora deficientemente, o *Tacito portuguez*, e, seguindo-lhe as pisadas e os termos, a *Historia genealogica*, quando dizem: «Ao duque D. João, mancebo robusto, soberano e livre, mais é para se lhe agradecer os excessos que não intentou, que para lhe estranhar as demasias que emprehendeu».

Quebrado pelas dissenções domesticas, fatigado pelos annos e desgostos, que augmentava este novo e tão grave, D. Theodosio procurou remedio ao grande mal, e, cogitando, nenhum encontrou mais promettedor de bom resultado do que casar o duque de Barcellos, pois com decente objecto diminuiria o partido dos creados com o amor da mulher e dos filhos, além de assegurar por tal meio o futuro da casa. Começou portanto a cuidar no consorcio do filho herdeiro em Allemanha e em Italia, onde foram bem admittidas as suas propostas, assentando ellas finalmente em D. Anna Carrafa, princeza de Stigliano, duqueza soberana de Sabioneta, filha de D. Antonio Carrafa, duque de Mondragora e de D. Helena Aldobrandino, filha de João Francisco Aldobrandino e de Olympia Aldobrandino, principes de Carpineto, sobrinhos do papa Clemente VIII, e ella irmã do principe de Rossano e de Margarida, duqueza de Parma, pessoa proporcionada ao duque de Barcellos por avós, qualidade e grandeza de estado. Não bastavam porém os desejos de D. Theodosio, nem a favoravel disposição da familia da noiva para o casamento se levar a effeito; as suas diligencias foram illudidas pelas intrigas secretas da côrte de Madrid, empenhada constantemente, como sabemos, em aba-

ter a supremacia da casa de Bragança, e em não a ligar a valiosas allianças estrangeiras, que podessem no futuro servir de estorvo á sua politica a respeito de Portugal.

Este novo accidente alterou de algum modo a constancia que até alli sostivera D. Theodosio nos varios e calamitosos transes que passara, ou porque soffresse as consequencias d'elle em seguida ao ultimo, e por isso lhe fosse mais sensivel, ou porque os seus annos, gastos por uma vida melancholica e rigorosa, lh'o tornassem mais severo; mas o que principalmente o consternou e abateu foi vir no conhecimento de que, além das insidias de Hespanha para estorvar o consorcio de seu filho, havia na côrte de Villa Viçosa quem aconselhasse D. João a acolher-se ao amparo do valido, o conde-duque de Olivares, e de que alguns d'esses conselheiros se encontravam entre os proprios vassallos do duque de Barcellos.

A alma de taes machinações era D. Francisco de Mello, renegado portuguez, bem conhecido em nossa historia, por se tornar um dos mais poderosos e assanhados inimigos do seu paiz, e na de Hespanha, graças aos cargos que exerceu na politica e nas armas d'essa monarchia. D. Francisco de Mello, que infelizmente tanto ha de figurar no decurso do presente estudo, como perseguidor de D. Duarte, nasceu em Estremoz em mil quinhentos e noventa e sete, sendo filho primogenito e herdeiro de D. Constantino de Bragança e Mello e de sua segunda mulher D. Brites de Castro, filha de D. Fernando de Castro, capitão de Chaul e de D. Isabel Pereira, e neto de D. Fernando de Mello, terceiro conde de Tentugal, e segundo marquez de Ferreira, casa que, de entre todas as parentas da de Bragança, de que era segundo ramo por varonia, sempre lhe mereceu as maiores attenções, gosando largamente D. Francisco de Mello d'este favor, pois foi um dos que ella mais admittiu aos seus beneficios.

Tão chegado em sangue, nascido n'uma terra tão pro-

xima de Villa Viçosa, D. Francisco frequentou muito os paços do duque D. Theodosio, acompanhou-o, como já vimos, em mil seiscentos e dezenove a Elvas á entrevista com Filippe III, e, posto mais velho sete annos do que D. João, oito do que D. Duarte, e dez do que D. Alexandre, sociaria com elles frequentemente nas excursões e folguedos proprios da mocidade, até que a ambição, ou as dissenções na casa de Bragança, em que entrou por ventura, o fizeram deixar a patria; se é que este facto não as precedeu. Ignoramos qual a data em que D. Francisco sahiu de Portugal; o certo é que algum tempo antes da morte de D. Theodosio o encontramos em Hespanha, aonde passara com a sua portecção, e onde á sua larga sombra obteve assignaladas vantagens, começando assim a carreira afortunada, que depois o levou a tão altas dignidades e a tão distinctas honras, muita vez pelos degraus da traição e da villania. Na epocha em que vamos já D. Francisco de Mello era muito attendido pelo poderoso ministro de Filippe IV, e nas desintelligencias do duque com D. João seguia o partido d'este, apparentando zelo da justiça, mas na verdade por elle lhe offerecer mais fundadas esperanças de captar por seu meio o animo e obter as mercês do conde-duque, approximando D. João da côrte de Hespanha, o que lhe era inteiramente impossivel com D. Theodosio.

Assentiu o duque de Barcellos ás suggestões insensatas dos que o incitavam; attendeu a lisonja dos ambiciosos que contavam medrar com seu auxilio; esqueceu-se dos exemplos de abnegação e patriotismo de seu pae, dos seus uteis e experimentados conselhos; e, induzido conjunctamente pela ambição, e continuando na senda criminosa, encetada havia pouco, entabolou negociações secretas, por intermedio de D. Francisco de Mello, com e valido de Filippe IV para o seu casamento. D. Theodosio ao sabel-o converteu a confiança que depositava no seu parente e protegido primeiro em cautella, depois em temor, e ultimamente

em queixa. Quão diverso não foi o procedimento do nosso protogonista do de seu irmão mais velho! Tinha o conde-duque uma filha unica, D. Maria de Gusman, e, valendo-se da intervenção do tio de D. Duarte, do mesmo nome, residente, como sabemos, em Hespanha, mandaram offerecer a mão d'ella a D. Theodosio para seu filho segundo [1]. Quiçá andava tambem mettido n'este projecto D. Francisco de Mello, que tomava tanto a peito lisongear o valido, o qual, se já estimava o matrimonio do duque de Barcellos na familia de Medina-Sidonia, por ser sua parenta, muito mais devia estimar o de D. Duarte na sua propria familia. Sangue, não havia melhor do que o do noivo. Fortuna, elle lhe abriria o caminho para conseguil-a. Depois quem penetra os calculos politicos de Olivares? Porque não se realisaria pelo fallecimento de D. Theodosio a aconselhada divisão do ducado de Bragança, vindo a caber uma grande parte dos seus dominios e haveres ao futuro genro? Não alcançava Olivares ao mesmo tempo d'esta maneira o enfraquecimento do poderosissimo estado, que tanto inquietava Hespanha e os planos desmedidos de engrandecimento da sua casa? São conjecturas, mas verosimeis. Fosse como fosse, a proposta fez-se, quando, precisamente, não o sabemos, posto não devesse exceder o anno de vinte e sete, pois n'esse anno morreu o irmão de D. Theodosio. Escusou-se o duque, sob qualquer pretexto, de acceital-a, despresando no intimo d'alma a união por odiosa e indigna. D. Duarte, que aliás devia pensar do mesmo modo que seu pae, acatou, ao revez de D. João, a sua vontade, como filho obediente, sem dar ouvidos a conselhos perfidos, que não lhe faltariam, nem, o que é mais, á ambição de honras e de riquezas.

Offendeu a rejeição o omnipotente ministro, e, se este acontecimento precedeu as tentativas de D. Theodosio para casar

[1] Arch. do Estado de Milão. Processos de D. Duarte de Bragança, nos interrogatorios que lhe fizeram. Mss.

o duque de Barcellos, é de crer contribuissem a estorval-as os obstaculos que aquelle por isso adrede lhe levantaria, no que simultaneamente ajudava as vistas politicas da côrte de Madrid. Em todo o caso a negativa não serviu senão para augmentar o seu odio, embora disfarçado com falsas mostras de benevolencia, contra o orgulhoso senhor da casa de Bragança e contra os membros d'ella. Eram sementes que, alimentadas pela paixão, mais tarde deviam produzir o seu fructo.

III

Em mil seiscentos e vinte e sete D. Duarte tivera a infelicidade de perder seu tio do mesmo nome, o qual no testamento feito em Madrid a vinte e sete de maio d'esse anno, lhe deixou a posse de uma capitania no Brazil e de uma terra no limite de Santa Iria, termo de Lisboa, menos a parte que doara ao licenceado João Mendes. Ah! Quem lhe dissera, ao soffrer este golpe, que, tres annos depois, outro muito maior lhe havia de rasgar o coração: o fallecimento do duque D. Theodosio, seu pae! Em vinte e oito fôra elle acommettido de grave enfermidade que o poz duvidoso da vida; passados dois annos, correu novo e egual perigo, por effeito de um tumor no baço, qualificado de scirro[1], e que não consta quando começou a flagellal-o. Empregaram-se continuas e desveladas diligencias para o seu salvamento; esgotou a medicina todos os recursos; mas nada aproveitou, porque a hora suprema estava chegada. Supportou D. Theodosio as penalidades da terrivel doença com a mesma con-

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

stancia com que supportára os combates do mundo, e sahiu d'ellas triumphante pelas suas crenças religiosas, como das procellas humanas o sahira pela sua prudencia e valor.

Por mais de quarenta dias e quarenta noites velou D. Duarte e os irmãos junto do leito do pobre enfermo, sem se despirem, nem cuidarem de commodidades, qual requeria a conservação da vida e da saude, com ternura de filhos, cumprindo assim zelosamente o triste dever que o sangue e a amizade lhes impunham.

Prevendo breve o seu termo, desejou ainda D. Theodosio, sempre de animo generoso, beneficiar os servidores, e nomeou em alguns fidalgos antigos da casa e moços da guarda-roupa quatorze commendas, que seriam todas do lote de mais de oito mil cruzados, cujas apresentações ficaram para o duque de Barcellos assignar, por querer que a a elle se agradecessem as confirmações de taes mercês.

Feito isto, preparou-se, como convinha, para a morte. Assistia-lhe Fr. André de S. Pedro do Sul, provincial que havia sido da provincia da Piedade, a quem elle rogara que o não desamparasse n'aquella angustia, e que durante os ultimos dezoito dias da mortal doença o acompanhou constantemente. Procurou o auctorisado religioso dispol-o com rodeios e consolações para o desfecho tremendo, mas D. Theodosio, percebendo-o, respondeu-lhe resignado: «Padre, eu bem sei que morro; porque desde a hora que cahi n'esta cama conheci que me não havia de levantar d'ella; e assim não ha para que fazer-me advertencia de que se me acaba a vida, nem das preparações que devo fazer para o fim d'ella, porque, como estou no conhecimento já do pouco que me ha de durar, bem sei quando me convem apparelhar para dar conta a Nosso Senhor das offensas que n'ella lhe fiz; comtudo não deixarei de lhe dizer com S. Martinho: Si adhuc necessarius sum populo tuo non recuso laborem.»

Estava quasi a soar para D. Duarte o momento fatal em

que devia perder seu pae, que tanto amava, e por quem tanto era amado. Quiz D. Theodosio vel-o ainda uma vez e a seus irmãos, pelo que os mandou chamar á sua presença. Entrados os tres no quarto, chamado a Camarinha, onde agonisava o duque, ao som das orações dos religiosos que o ajudavam no trance final, fitou-os carinhosamente, e prorompeu: «Meus filhos, Nosso Senhor é servido de me levar para si; permitta elle deitar-vos a benção de Jacob, e eu vos lanço a minha. Peço-vos muito que sejaes muito seus tementes e muito amigos; e que só n'elle façaes confiança, porque nos homens não ha hi nenhuma constancia. Se eu até agora não apressei o estado de vossas vidas, é-me Deus testemunha que não foi por me descuidar d'isso, senão por entender que assim convinha mais a vossos adiantamentos, e d'isso vos peço perdão; porque não me pareceu que a minha se acabasse tão depressa. E a vós, duque de Barcellos, peço muito que favoreçaes a D. Duarte, porque fica com pouco, e que trateis de seu estado, e vos lembreis que o tive eu sempre na minha alma, e de Alexandre que é muito bonito». E accrescentou: «Onde estiver sempre me lembrarei de vós e pedirei a Deus vos encaminhe, não por meus merecimentos, mas pelo que elle padeceu por nós, como vedes em aquella cruz»; e apontava para um crucifixo de marfim, que, posto em um altar, tinha deante. Então lançou a benção aos filhos, e, chegando a vez a D. Duarte, levantou os braços e com elles a voz algum tanto lacrimosa exclamando: «Meu Duarte, Nosso Senhor te encaminhe por onde andares». Abençoados os filhos, D. Theodosio olhou para Fr. Bento de Villa Viçosa, guardião da Piedade, que estava junto do seu leito, e, erguendo as mãos ao céo, dirigiu-lhe estas palavras: «Padre guardião, peço-vos pelo amor de Deus que me queiraes dar um habito do nosso padre S. Francisco, para meu corpo ser amortalhado n'elle, com o que serei muito consolado».

Estas palavras foram interrompidas pelo choro que occa-

sionaram e pela fraqueza do doente, o qual d'ahi a pouco perdeu a fala e quasi todos os sentidos, passando n'este triste estado o espaço de vinte e quatro horas, annuncio da morte que já começava em tão prolongado desfallecimento. Depois tornou a si, mas foi para se despedir por uma vez do mundo; que deixou no dia seguinte, sexta-feira, vinte e nove de novembro de mil seiscentos e trinta, entre as lagrimas de D. Duarte e de seus irmãos, que nunca o abandonaram.

D'este modo terminou a existencia com sessenta e dois annos e meio de edade este grande varão, illustre entre os mais illustres da casa de Bragança, fadado, qual parecia, para melhor fortuna, mas cujo brilho resplandeceu ainda com luz mais intensa nas cerradas trevas que o rodearam, assim como á sua querida e desditosa patria, em cincoenta annos de dominação estrangeira. Durante a enfermidade, que foi prolongada, tomou D. Theodosio duas vezes o sacramento da sagrada eucharistia, e ultimamente o viatico e a extrema uncção, acabando a vida com preces piedosas que foi extinguindo gradualmente a falta de forças até que findaram com ellas. Apenas expirou D. Theodosio, o duque de Barcellos, já de Bragança, D. Duarte e D. Alexandre beijaram-lhe a mão; e, depois de lhe resarem um responso o deão e mais religiosos presentes, recolheram-se á camara, que para isso estava preparada na fórma que em semelhantes occasiões se praticava no paço de Villa Viçosa. O corpo de D. Theodosio foi amortalhado no habito de S. Franscisco, segundo determinara, mas por cima vestiram-lhe armas brancas com espada e adaga doiradas com bainhas de velludo preto, calças largas pretas e toneletes de damasco carmezim, guarnecidos de passamanes largos de oiro; calçaram-lhe botas brancas com correias e esporas doiradas de bico de pardal, e puzeram-lhe o bastão de condestavel na mão direita, e na cabeça barrete vermelho de velludo, forrado de arminhos, com uma corôa de prata, que

meia se escondia na dobra do barrete e meia se divisava. Significava esta o privilegio de infante que os reis passados haviam concedido a seus ascendentes, assim como as armas e esporas o grau de cavalleiro, que recebera em Africa do mallogrado rei D. Sebastião, quando, ainda adolescente, o acompanhou na infausta jornada de Alcacer-Kibir[1].

Vestido assim o corpo de D. Theodosio na Camarinha, entraram o duque de Bragança e seus irmãos D. Duarte e D. Alexandre, e, depois de lhe beijarem a mão, recolheram-se á camara. O duque de Bragança chamou então Manuel de Sousa de Brito, D. Antonio de Mello, D. Luiz de Noronha, Ruy de Sousa Pereira, Fernão Rodrigues de Brito e Salvador de Brito Pereira, e ordenou-lhes que transportassem seu pae para a camara grande, o que elles, beijando a mão ao duque, fizeram, levando-o em tres toalhas de tafetá preto pelas pontas, acompanhados de seis moços da guarda-roupa com tochas accesas. Foi posto o corpo debaixo de um docel de tela roxa, em uma tarima alta, coberto com panno rico de tela da mesma côr, sobre seis almofadas da mesma tela, cercado com tocheiras. A casa estava alcatifada e ornada com quatro altares, em que desde a madrugada se começaram a dizer missas. Acabadas as vesperas na capella ducal, principiou o officio cantado pelos religiosos da Piedade. O primeiro nocturno foi concluido com a oração, e, lançando agua-benta e incensando o cadaver, cantaram a magnificat, officiando com o pluvial o padre Fr. André de S. Pedro do Sul, commissario geral; depois do que, sahiram os ditos religiosos. Em seguida entraram os de S. Paulo e cantaram o segundo nocturno. Capitulou com

[1] Bib. Nac., Mss., E, 5, 7, *Relação breve da invejada morte e sumptuoso enterro e cerimonias d'elle do ex.mo sr. D. Theodosio, duque de Bragança.*

Frei Manuel de Monforte, *Chronica da Piedade*. Lisboa, 1696. Fol.

Frei Bartholomeu Guerreiro, *Sermão nas exequias do anno, etc.*

D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

pluvial e dois assistentes o seu geral. Chegou a vez aos religiosos eremitas de Santo Agostinho, que cantaram o terceiro nocturno, e, resada a oração pelo seu prior, sahiram. Entrou depois o deão e os capellães na capella ducal com a cruz arvorada, e, chegando o deão onde estava o corpo do duque, e feita uma profunda inclinação, resou o seu responso e foi tomar o seu logar; o mesmo fizeram os capellães, cada um por sua antiguidade; e começaram as laudes. Concluido o officio, veiu o duque de Bragança e seus irmãos, e beijaram a mão a seu pae e lhe lançaram agua benta, ordenando logo o duque ao deão que mandasse ir o corpo; para o que entraram seis fidalgos vestidos de grande luto com capuzes, ao modo do tempo, com a tumba coberta de tafetá preto e com um colxão do mesmo tafetá e o puzeram n'ella.

Estava chegado o momento da ultima despedida, e os filhos de D. Theodosio acompanharam os restos paternos com o coração transpassado de dôr até á porta da escada da derradeira sala do paço, duas salas adeante da em que tinham estado, d'onde voltaram, despedindo-se antes para sempre, com filial reverencia e soffreado pranto, d'aquelle que lhes dera o ser, e que nunca mais tornariam a ver n'este mundo.

Começou então o sahimento, cuja ordem era a seguinte: a bandeira da Misericordia; os meninos orphãos com sua cruz; cem pobres com tochas de quatro pavios; a irmandade do Santissimo; a da Misericordia; a communidade dos frades da Piedade, em numero de quarenta e sete; os frades paulistas, que eram quarenta e cinco, e os de Santo Agostinho, que seriam trinta; as cruzes das freguezias de Villa Viçosa e de Borba com os clerigos de uma e outra parte, que eram quarenta e seis; a cruz da capella ducal com os capellães á direita, e á esquerda os clerigos da villa, com o prior de Santa Maria, que era o ultimo d'elles, e no meio entre os capellães e os clerigos da villa o deão,

e adeante entre a clerezia dois tenores da capella entoando e levantando as antiphonas, o que tambem fazia cada communidade por si. Ladeavam a tumba vinte moços da camara, enlutados, mas sem capas, com tochas accesas de quatro pavios. Deante da tumba ia o provedor da Misericordia e Manuel de Sousa de Brito, veador do duque. Em todo o prestito viam-se muitos fogareos accesos, que levavam pobres.

Chegada a tumba ao cruzeiro da egreja dos Paulistas, puzeram-a n'uma alcatifa que conduzia um reposteiro, e, feito o officio da encommendação da alma pelo geral de S. Paulo, tornaram os fidalgos que a transportavam a levantal-a aos hombros, e, chegando com ella á ilharga direita da sepultura, tornaram-a a pôr sobre a alcatifa. Concluido o officio sepulchral, tirou-se o corpo, e metteu-se em um caixão de velludo preto, forrado de tafetá branco, atravessado com cruz de tela rica, branca, e D. Antonio de Mello, camareiro-mór do duque, tapou o corpo com uma toalha de tafetá branco, que lhe deu um moço da camara, e esta com outra de tafetá negro. Depois o caixão, fechado á chave pelo veador Manuel de Sousa de Brito, foi mettido em outro de madeira, que estava dentro na sepultura, a qual se pregou e ladrilhou por cima, e sobretudo se collocou um estrado pequeno forrado de velludo preto, atravessado com uma cruz de tela de prata, que ficava levantado a modo de degrau, pondo-se em cima do estrado umas grades, sobre que se formou um tumulo todo forrado de velludo preto com maçanetas correspondentes ás grades. Este tumulo era tambem atravessado todo de outra cruz de tela de prata.

No dia um de dezembro, dez annos precisos antes da restauração da patria, e da elevação ao throno de seu filho, celebraram-se os officios de defuntos por alma de D. Theodosio, a que assistiu o novo duque, assim como D. Duarte e D. Alexandre. Não quiz a sorte que elle visse a grande

hora do resgate, e puzesse na fronte a corôa dos reis portuguezes, o que bem merecia pela crença constante no triumpho dos seus preteridos direitos, como se adivinhasse, como se já descobrisse de longe com os olhos do espirito, sequiosos de liberdade, a esplendida alvorada de tão formoso dia.

Começaram as exequias pelas tres horas da tarde. Estava a egreja toda armada, e guarnecidos os altares com cruzes e castiçaes de prata, em que ardia muita cera. Levantou-se um mausoleo por modo de pyramide, em sete degraus com uma varanda, que allumiavam cento e setenta e oito tochas e cem velas. Viam-se as armas do duque nas quatro faces da base, sobre que se erguia o tumulo, o qual se cobria com um panno de tela roixa, com cruz de tela branca, e aos pés sobre uma almofada da mesma tela a corôa ducal. Da parte direita, arrimava-se ao tumulo um bastão, e da esquerda um estoque doirado, unidos e cruzados, que eram insignias de condestavel. Da parte da porta via-se um docel de tela, irmã do panno do tumulo, do qual pendia sobre elle uma bandeira de tafetá negro, com as armas da casa de Bragança, mais levantada do lado do Evangelho, para onde ficava o ferro da hastea. Capitulou o deão, e acharam-se presentes para psalmear trinta e tres religiosos da Piedade, quarenta e seis de S. Paulo, de Santo Agostinho vinte e quatro, e da villa vinte e quatro clerigos, e quatro capellães da capella. Ordenou-se o côro, das grades da capella até junto da porta principal, onde se poz o banco para o deão, o qual chamou para elle o geral de S. Paulo, o preposito da casa professa da Companhia, o prior de Santo Agostinho, o guardião da Piedade e o reitor de Nossa Senhora do Amparo. Seguiam-se os capellães da capella do lado direito, e os da villa do esquerdo, e assim os demais religiosos em ordem. O novo duque assistiu com D. Duarte e D. Alexandre, tendo cortina e sitial, como usualmente se praticava; e com esta formalidade se cantou o officio, e o duque foi lançar agua benta a seu

pae. No outro dia, posta cera nova em toda a egreja e tumulo, celebrou pontificial o bispo de Portalegre, que para isso se mandou offerecer, e sentou-se em cadeira de coiro preto, junto ao altar, sem sitial, nem almofada. Coadjuvou o como presbytero assistente o deão de Portalegre; cantou o evangelho o arcediago, e a epistola um conego da mesma sé. Acabada a missa, disseram-se cinco responsos: o primeiro disse-o o provincial de Santo Agostinho; o segundo o provincial do Carmo; o terceiro o geral de S. Paulo; o quarto o ministro da Piedade; e o ultimo o bispo; os quaes foram cantados pelos insignes musicos da capella ducal. Fez a oração funebre o padre Fr. Luiz da Silva, provincial do Carmo. O deão no tempo do officio e da missa esteve fóra do côro no logar costumado, assistindo com os officiaes da casa ao duque, o qual tambem antes de sahir da egreja lançou agua benta a seu pae. Para estas exequias compoz um *Parce mihi* a doze vozes o celebre musico portuguez João Soares Rebello, protegido, como já sabemos, de D. Theodosio, e mestre do duque de Barcellos, que ficou manuscripto. Assim se depositou D. Theodosio no mosteiro de S. Paulo, e não no de Santo Agostinho, enterro da casa de Bragança, porque o estava reedificando quando morreu, e deixou recommendado a seu successor que désse fim áquella obra. Nem se cifraram n'isto as honras funebres pelo velho duque: prolongaram-se ainda por trinta dias, pois durante todos elles as communidades celebraram quotidianamente officios por sua alma[1].

[1] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca lusitana*, artigo a respeito de D. João IV.

D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica*.

IV

Foi o duque D. Theodosio ornado de gentil e magestosa presença; tinha o aspecto senhoril e aprazivel, de modo que vêl-o infundia geralmente respeito e agrado. Os cabellos eram loiros e brandos; os olhos azues e vivos; a tez branca com boa mistura de encarnado. Em quanto moço em nada dessemelhava no semblante a sua mãe; quando já homem, pareceu-se muito com seu bisavô, el-rei D. Manuel, não só no rosto, mas tambem na côr e magestade do cabello. A sua estatura era entre pequena e mediana, no que sahia mais aos avós do que ao pae; o corpo airoso; as acções compostas com cuidado; a fala suave; e todos os movimentos graves e cheios de grande repoiso. Amava a caça, para o que não contribuiria pouco o exemplo de seu pae, preferindo entre todas a montaria, e, ao principio debil de natureza, o muito exercicio o tornou robusto e não pouco agil. Montava com bizarria a cavallo e tinha muita fortaleza em uma e outra sella, sendo a gineta do seu maior uso. Em toda a vida só entrou em coche obrigado da doença. Foram-lhe agradabilissimos os manejos da cavallaria; gostava de vêr correr toiros; jogava as cannas repetidas vezes com destreza e graça; e sentia inclinação pela musica, assim como seu pae; mas teve para ella mais affeição e genio do que sciencia. Além dos direitos que lhe cabiam á corôa de Portugal, tambem houve quem o julgasse legitimo successor e herdeiro da de Inglaterra, pela morte da rainha Isabel, como descendente dos duques de Lancastre, considerada a linha do primeiro matrimonio, e por ser o mais proximo parente do sangue real portuguez, segundo o escreveu Gaspar Pinto Correia, que viveu n'aquelle tempo.

Nenhum outro duque de Bragança mereceu tanto a estima dos portuguezes como D. Theodosio, para o que contribuiram sem duvida alguma as suas grandes qualidades, e principalmente a orphandade da patria. Privados de seus reis naturaes, vergando sob o dominio do estrangeiro, jámais esquecidos da liberdade e glorias passadas, era para D. Theodosio, descendente legitimo d'elles, que se dirigiam constantemente os seus olhos, sobretudo quando mais lhes roxeavam os pulsos os grilhões do captiveiro. Esse amor não se limitava a sentimentos intimos; não podia conter-se em tão acanhados limites; transbordava dos corações; diffundia-se no publico; e até chegou a nós perpetuado na imprensa, do que é bom exemplo o doutor Manuel Bocarro, medico e mathematico insigne, nas oitavas que estampou em Roma e enviou a D. Theodosio no anno de mil seiscentos e vinte e oito. Finge ahi o poeta que a Honra entrega ao duque um escudo, feito por Vulcano, em que está retratado Portugal, e não duvida dirigir-lhe os seguintes versos:

Obrigação te nasce de amparares,
Serenissimo duque, o imperio triste,
De seus principes orphão, e de olhares
Que de todos a gloria em ti consiste:
Em ti só, que, illustrando os patrios lares,
D'onde de insignes reis o nome ouviste,
Mostras dos reis passados na excellencia
Que o nome se perdeu, mas não a essencia.

A essencia em ti, grão duque, a considero,
Porque não se extinguiu, estando viva
A casa de Bragança, que venero,
Como a mesma dos reis, egual e altiva;
E se aquella faltou, comtudo espero,
Que como d'ella a tua se deriva,
Que n'ella se restaure e se engrandeça.
Que na antiga grandeza inda floreça.

Assim que, pois em ti recuperamos
Do primeiro João a planta extincta,
Convêm, pois és seu filho, que a vejamos
Com esta obrigação regra distincta:
Convêm, quando por tal te respeitamos,
Que a falta nos vassallos se não sinta,
Estando tu, grão duque, ahi presente,
Do consanguineo rei, sem morte, ausente[1].

As manifestações de enthusiasmo, de que o povo rodeava D. Theodosio, todas as vezes que em publico apparecia, como tivemos occasião de observar nas suas viagens a Elvas e a Lisboa, pela vinda de Fillipe III a Portugal em mil seiscentos e dezenove, eram outras tantas provas da esperança que n'elle depositava, da saudade de antigos e melhores tempos, despertada pela sua presença, e outros tantos desafogos na oppressão odiosa que o sujeitava. Nem D. Theodosio ficou insensivel a tamanhos signaes de affecto, nem, posto o não mostrasse, pela miseria da epocha em que viveu, deixou de sentir dentro d'alma os mesmos impulsos e os mesmos anhelos que animavam o paiz inteiro. Não, o duque de Bragança não se esqueceu d'onde vinha. O poder de Hespanha era porém desproporcionado ás nossas forças, e França, esquecida dos seus verdadeiros interesses e deixando medrar cada vez mais a importancia da casa d'Austria, não se fortificava ainda, como depois fez, por meio de allianças com os povos inimigos d'esta, até lhe declarar abertamente guerra, com o que não queremos dizer que a côrte de Paris perdesse de vista a nossa causa, pois nunca, mais ou menos, deixou de favorecel-a, embora debil e inefficazmente.

Desde que D. Theodosio succedeu no ducado de Bragança, isto é, desde mil quinhentos e oitenta e dois até

[1] Tirado da *Restauração de Portugal prodigiosa* de Gregorio de Almeida, aliás padre João de Vasconcellos.

mil quinhentos e noventa e dois, nenhum vestigio encontramos de tentativa para reivindicar os seus direitos; n'este anno, porém, a quinze de outubro, escreveu elle o conhecido protesto, em que reclamava a successão do throno portuguez. Ora este facto coincide com os começos do reinado de Henrique IV, com a politica mais hostil á Hespanha, em que o novo monarcha francez se lançou aventurosamente, e com a celebração de dois tratados entre França e Inglaterra contra aquella potencia; d'onde se pode conjecturar haver ligação entre taes factos, e que o duque, induzido por circumstancias mais favoraveis e pela influencia de França, preparou este documento que os successos ulteriores tornaram inutil. Com o protesto de D. Theodosio coincidem ainda as declarações de Henrique IV contra a usurpação que os hespanhoes tinham feito da corôa de Portugal. Assim raciocina o visconde de Santarem na introducção ao tomo quarto do seu *Quadro elementar;* mas, a nosso vêr, favorecendo, como elle diz, o soberano francez a causa de D. Antonio, prior do Crato, parece que não podia favorecer ao mesmo tempo a do duque de Bragança, e que, quando muito, este se preparava para fazer valer os seus melhores direitos. Em mil quinhentos e noventa e cinco morreu D. Antonio; a dezesete de maio do anno seguinte assignou-se a liga offensiva e defensiva entre França e Inglaterra, a qual estipulava que se convidariam todos os principes e estados inimigos de Hespanha a accederem a ella, o que parecia ser favoravel ás pretenções da casa de Bragança; mas d'ahi a dois annos Henrique IV celebrou a paz de Vervins com Hespanha, e todas as esperanças se desvaneceram. Além d'estas difficuldades, nascidas das alternativas politicas da Europa e da divisão de partidistas do duque e de D. Antonio, havia ainda o partido dos que acreditavam na existencia de D. Sebastião, partido numeroso e tão importante, que em mil seiscentos e tres causou os maiores receios ao governo hespanhol, o qual se viu obri-

gado, pelo movimento que se operava em Lisboa e outras cidades, a publicar um livro sobre a morte do dito rei, e sobre o direito do soberano hespanhol á successão da corôa portugueza[1].

Em mil seiscentos e dezesete outros vestigios apparecem de que nem D. Theodosio nem os portuguezes se olvidavam das suas aspirações. Entrou n'esse anno em Lisboa a armada do marquez de Montes Claros, rica dos thesoiros da America, e logo houve quem visse em tal acontecimento ensejo favoravel para Portugal sacudir o jugo de Hespanha, acclamando com o seu auxilio D. Theodosio. Com esse intuito dirigiu-se a Villa Viçosa D. Nuno Mascarenhas; mas o duque, pesando a quasi impossibilidade de bom exito, respondeu-lhe que ainda não chegara o dia marcada pela providencia para a liberdade da patria.

Esta esquivança, e mesmo esta resposta, envolveriam um segundo sentido? Seria D. Theodosio, como pretendem alguns documentos, sebastianista? Aquelle rei mancebo, a cujo lado combatera nos campos de Alcacer-Kibir, e cuja desapparição mysteriosa servia de alimento ás esperanças da nação opprimida, teria então se vivesse, sessenta e tres annos, e na epocha da morte do duque, setenta e seis; podia muito bem existir por conseguinte; e, o que é mais, o povo, e com o povo muitos homens notaveis, entre os quaes pretendiam contar o senhor da casa de Bragança, acreditavam-o ou simulavam acredital-o. D'aqui as lendas estranhas que, escriptas ou oralmente corriam o reino; os peregrinos vindos de longes terras; a forçada apropriação de certas passagens de livros santos e profanos, que se suppunha ou fingia suppor prophetisarem a volta do infeliz soberano; e a consulta de pessoas de virtude que, por ella e pelas suas orações, se julgava estarem mais em communicação com o céo. Do ultimo meio serviu-se, dizem, para avigorar a sua

[1] Bib, de Paris, Cod. 228, citado pelo visconde de Santarem.

crença D. Theodosio, pedindo a Fr. Bernardino de Sena, geral da ordem de S. Francisco, que consultasse em Italia duas servas de Deus, costumadas a ter grandes revelações: a madre Maria de S. Francisco, moradora em Florença, e a madre Francisca de Santa Clara, moradora em Milão. Executou Fr. Bernardino a ordem do duque, e tanto uma como outra religiosa responderam: que Deus guardava D. Sebastião debaixo da sua mão, e que dentro de pouco tempo seria novamente rei[1].

Estes documentos, a serem verdadeiros, teriam muita significação; mas não ousamos affirmal-o. Talvez os forjassem para dar força ao partido sebastianista. A verdade aqui é difficil, quasi impossivel discriminar-se; e até o caso maravilhoso, que nos pinta D. Theodosio uma noite fechado n'uma sala do seu palacio, de joelhos, aos pés do infeliz monarcha, não sabemos se é voz do povo, e por conseguinte prova de certa valia, não do apparecimento de D. Sebastião, porém da crença do duque, ou se o fabricou qualquer escriptor com aquelle intuito. Nos versos de Bocarro, ha pouco transcriptos, allude-se tambem a D. Sebastião existir ainda; Bocarro era sebastianista acerrimo, e por os dirigir a D. Theodosio (note-se, dois annos antes da sua morte), alguem poderá conjecturar que o duque o seria egualmente.

Retirado nos seus paços, fugindo o mais possivel da sociedade, entregue a uma existencia de contemplação e tristeza, contrariado pelas calamidades do tempo, D. Theodosio, como temos visto, nem por isso deixou de continuar a merecer o amor e a veneração dos portuguezes; antes, esse mesmo mysterio em que vivia, e a abstenção em que se manteve com a côrte do rei estrangeiro e com o seu governo, contribuiram para redobrar o affecto popular que o aureolava de merecida auctoridade. Ahi o iam procurar,

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xx, fol. 163.

por mais que se escondesse, as demonstrações de sympathia e respeito dos nobres, dos ecclesiasticos e dos homens de lettras. Deixando os outros, fallaremos de alguns d'estes detidamente, porque os seus testemunhos perduraveis chegaram até hoje com toda a clareza, e porque, além de tudo, patenteiam a magnificencia e o cultivo litterario de quem recebia tão significativos obsequios.

O celebre calligrapho Manuel Barata, mestre de escripta do principe D. João, filho de D. João III, dedicou-lhe os *Exemplares de diversas sortes de lettras;* Belchior Estaço do Amaral o *Tratado das batalhas e successos do galeão S. Thiago com os hollandezes na ilha de Santa Helena e da nau Chagas com os inglezes entre as ilhas dos Açores;* Pero Vaz Pereira, celebre architecto e mathematico, a *Fabrica e uso do radio latino;* o conhecido poeta Francisco Rodrigues Lobo o poema *O condestavel de Portugal;* Gaspar de Chaves Sentido *Os successos tragicos do reino de Portugal procedidos da infelice jornada de el-rei D. Sebastião a Africa e das alterações que succederam e entrada do exercito d'el-rei de Hespanha, Filippe II, e sua successão;* Manuel Correia Montenegro a *Lusiada de Luiz de Camões, novamente reduzida;* Francisco Soares Toscano os *Parallelos de principes e varões illustres antigos, a que muitos da nossa nação portugueza se assemelham;* Francisco Saraiva de Sousa o *Baculo pastoral de flores de exemplos, colhidos de varia e authentica historia espiritual sobre a doutrina christã;* João de Brito de Lemos o *Abecedario militar do que o soldado deve fazer até chegar a ser capitão e sargento-mór;* João Alvares Frade a sua *Egloga pastoril,* em que eram interlocutores Fradelio, Denio, e Laurena; André Affonso Castello a *Chronica de Santo Antonio de Padua;* Antonio da Fonseca Osorio o *Peregrino oriental de varias coisas e successos da India;* Pedro Tacito Solmarinho o *Cortezão Fortunato, no qual, á sombra de duas curiosas novellas, se trata toda a historia dos hollandezes no estado do Brazil;* Francisco de Mo-

raes Sardinha o *Parnaso de Villa Viçosa,* já de nós tão conhecido; Manuel Bocarro as oitavas que transcrevemos, e uma das suas *Anacephaleoses* intitulada: *Estado politico,* onde relata os varões politicos que produziu Portugal; Manuel Severim de Faria a *Arvore genealogica da casa de Bragança;* Miguel Pinto de Sousa a *Musa panegyrica in Theodosium* que sahiu á luz em Braga no anno de mil seiscentos e vinte e quatro; Pedro Barbosa a obra juridica: *Commentarii ad rubricam et legem Codicis de præscriptionibus;* e de estrangeiros, por todos, Lope de Vega, que lhe dedicou o poema ácerca da tapada de Villa Viçosa, do qual extractámos algumas oitavas.

Ao ler tantos signaes de respeito, tantas homenagens, tanta cortezania, parece, que o pae de D. Duarte era um rei protector das lettras, e não um duque de Bragança.

Quanto devia influir este commercio litterario de D. Theodosio, e o que teve com tantos homens sabios, seculares e religiosos, como o dito Bocarro, cuja celebridade de medico, mathematico e astrologo é bem notoria; Belchior Rego de Andrade, auctor das *Antiguidades de Villa Viçosa;* Diogo de Paiva de Andrade, o sobrinho, que, além de uma ode em louvor do afamado jurisconsulto Melchior Phebo, dedicada ao duque, lhe enviou juntamente com os *Fastos de D. João III,* um panegyrico escripto, assim como ella, em latim; Pero Mendes que lhe offereceu outro na mesma lingua; Antonio Correia da Costa, que em mil seiscentos e dezesete voltou a Villa Viçosa, depois de ter peregrinado por Italia e Flandres; o padre Bartholomeu Guerreiro, tão familiar da casa; os padres Bento de Sequeira e Antonio da Conceição, que o duque venerava tanto; e o grande Fr. Luiz de Sousa, com quem frequentemente se correspondia[1], e tantos outros religiosos com que folgava de conversar e discutir em materias theologicas, extremando-se entre elles

[1] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca lusitana.*

Fr. João de Jesus, carmelita, chamado no seculo, João de Mello, filho legitimo de D. Constantino de Mello, terceiro genito do duque de Bragança D. Jayme e de sua segunda mulher D. Brites de Menezes, e irmão de D. Francisco de Mello, ao qual honrou muito, assim como seus filhos [1], quanto não devia influir este commercio litterario no animo de D. Duarte, já por participar d'elle pessoalmente, já por conhecel-o de tradicção, oral ou escripta, em D. Duarte, que desde pequeno, ajudado pela indole propria e pelos exemplos paternos, se lhe foi affeiçoando, a ponto de deixar-se captivar de todo pelos seus agrados!

As provas de amor a D. Theodosio não cessaram com a sua vida; e entre as obras impressas, além dos sermões do padre Bartholomeu Guerreiro, prégado no primeiro anniversario da sua morte, por ordem do duque D. João, e do padre André Gomes, prégado no convento de Palmella, João Dias de Carvalho compoz uma obra intitulada: *Benção prophetica, divina e mysteriosa do serenissimo principe D. Theodosio, que lançou aos principes seus filhos, na ultima hora do seu transito, declarada espiritualmente;* Gaspar Pinto Correia escreveu: *Lacrymæ lusitanorum in obitu serenissimi principis Theodosii,* que veiu a publico em Lisboa em mil seiscentos e trinta e um; e o padre Francisco Freire uma egloga, em verso latino, ao mesmo acontecimento, que dedicou a D. Duarte, afóra outras obras de varios auctores, cuja noticia chegou até nós, e outras que se perderam.

[1] Fr. João do Sacramento, *Chronica dos Carmelitas descalsos.* Lisboa, 1721. Fol. vol. 2.º, pag. 751.

V

Não se descuidara D. Theodosio de fazer as suas disposições testamentarias em tempo opportuno. O seu espirito religioso havia muito que o desprendera do mundo, e os dissabores e a edade, aggravada pelas doenças, deviam-lhe fazer desejar ás vezes o esquecimento e o repoiso do ultimo somno. Quasi dois annos antes de fallecer, a dois de janeiro de mil seiscentos e vinte e oito, ou a vinte e dois, segundo a *Historia genealogica*, sendo accommettido da perigosa enfermidade que dissemos, e sentindo os rebates da morte, mandou escrever o seu testamento por um antigo confidente, D. Agostinho Manuel de Vasconcellos, professor de historia, escriptor e homem erudito. As largas conferencias que houve entre um e outro, para tal fim, excitaram as suspeitas do duque de Barcellos; procurou este por conseguinte informar-se com D. Agostinho Manuel do mysterio que encobriam, o que obteve, pois o confidente de seu pae, ingrata e imprudentemente, o poz ao facto de todo o negocio: traição já prenuncio da que, decorridos poucos annos, machinaria contra o proprio D. João, rei, e contra a sua patria, quando conspirou em damno de ambos e a favor de Hespanha com o arcebispo de Braga e seus cumplices, pelo que padeceu o merecido castigo. Soube D. Theodosio da falta de segredo, e sem por isso mudar de testamento, esqueceu com animo generoso os motivos de queixa que tinha a seu respeito.

É sobremodo notavel este escripto e o codicillo que fez a doze de novembro de mil seiscentos e trinta, dezesete dias antes de fallecer, pelas declarações que contém relati-

vas a D. Duarte, á capella ducal e aos creados. Copiaremos d'elle as verbas que mais nos interessam.

Depois de instituir por herdeiros seus filhos, D. João, D. Duarte e D. Alexandre e de outras disposições, continua: «Ao duque de Barcellos encommendo meus filhos e seus irmãos, ainda que, como são parentes e amigos, bem vejo ser pouco necessaria esta recommendação, por serem tão conformes em tudo, mas, pelo muito amor que Duarte me tem mostrado, vos peço muito que tomeis com muitas veras á vossa conta o seu modo de estado e vida, e seja como senhor e filho d'esta casa; nem lhe consentireis todavia tomar elle outro somenos d'isto: e que para isso sempre lhe estará melhor e mais honrado o estar comvosco. Porém, como vós haveis de casar, depois de conseguido, se não poder continuar aqui, o podereis pôr em Souzel, por estar perto para vos poder vêr e communicar com facilidade; porém, sempre vos lembrarei que melhor estaes uns com os outros que apartados, e a villa mais auctorisada é nossa casa e grandeza. Alexandre poderá viver em Monforte, quando não morar aqui comvosco, porque o viver na côrte não tenho por tão bom para elles, nem por tão honroso para a casa.

«Lembro a meu filho o duque que a melhor coisa que lhe deixo n'esta casa é a minha capella, e assim lhe peço se não descuide nunca do ornato d'ella, assistindo emquanto podér aos officios divinos que se celebram n'ella, procurando que sejam com a perfeição e continuação que até aqui, assim de capellães, musicos e officiaes, como de todo o mais serviço, o que lhe encarrego quanto posso... E outrosim lhe advirto que, para isto ser com mais facilidade, e eu me assegurar mais, o obriguei, contra sua vontade, aprendesse musica, e, omittindo-a algumas vezes, o fiz continuar n'este estudo.

«A meus creados se pagarão seus serviços, conforme as ordenações e costumes da minha casa. E demais d'esta satisfação, encommendo ao duque meu filho lhes faça toda

a mercê que elles merecem, respeitando o amor, antiguidade e bom serviço que sempre me fizeram, e não só a mim, senão a todos os senhores d'esta casa, procedendo n'esta materia com a grandeza que deve a seu nascimento e ao agradecimento, que é justo se tenha com creados tão honrados. E a mesma recommendação lhe faço das creadas d'esta casa, com quem tenha particular vigilancia no remedial-as, e, em particular, a D. Luiza de Ledesma, D. Jeronyma de Sande e D. Jeronyma de Gouveia».

Até aqui o testamento; agora o codicillo.

«E assim deixo Villa do Conde a meu filho D. Duarte para viver n'ella, e, por sua morte, tornará á casa».

«Os vinte (vinte mil cruzados dos cahidos das commendas) que ficam quero que sejam para meu filho D. Duarte».

N'outra verba declara que deu a D. Alexandre uma certa quantia, tambem nos cahidos das commendas[1].

São do maior peso estes repetidos testemunhos de D. Theodosio a favor do nosso biographado. Nas ultimas palavras ditas a seus filhos, recommenda-o vivamente ao duque de Barcellos, porque o teve sempre n'alma; á hora da morte, despede-se d'elle com mais effusão do que dos outros; na verba testamentaria que acabamos de transcrever, pede tambem ao seu successor que o proteja e ás suas coisas, pelo muito amor que este seu filho lhe tinha mostrado. Nem D. João, nem D. Alexandre, apesar da ternura paternal com que os tratou na hora da despedida extrema, foram merecedores de especial menção. Nem uma unica phrase que nos venha patentear entre estes e seu pae a estreita convivencia e affecto de duas almas que se entendem e correspondem. Pelo contrario, parece-nos vêr nas expressões ao seu herdeiro uma tal ou qual dureza ou reserva, proprias de um animo resentido. Só D. Duarte alcançou tamanha fineza, porque só elle a merecia. Foi egualmente

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

para distinguil-o entre os outros filhos que D. Theodosio lhe fez presente de um habito de Christo, precioso por ter sido d'el-rei D. Sebastião[1]. De quanto dissemos conclue-se que D. Duarte era o seu predilecto. Este mesmo o confessava annos depois. A amizade de D. Duarte a D. Theodosio procedeu, quanto a nós, do modo por que se comportou com seu pae, e ainda mais da conformidade de indole entre ambos. Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, alludindo a este ponto, escreve: Que muito parecido a D. Theodosio sahiu o filho nas virtudes e «que não só em as feições corporaes e affeições do animo era imagem perfeita e o traslado mais proprio do seu original, senão que brilhavam os raios do valor paterno em o filho, e a semelhança dos costumes, pelo espelho claro das suas acções[2]».

D. Theodosio, talvez por conhecer em D. Duarte, desde pequenino, estas qualidades em germen, pois desde a primeira edade ellas transluzem do espirito infantil, já de si diaphano, como vaso de finissimo alabastro, affeiçoou-se-lhe mais do que aos outros; achou echo tão legitimada affeição; foi crescendo depois em ambos com o trato diario e com as mutuas provas de carinho e amor, emquanto que a alma de D. Duarte, parecida com a do pae, se ia moldando e aperfeiçoando pelos seus sentimentos e pelos nobres exemplos que muita vez este lhe dava. Podia-se dizer em verdade que era filho do seu corpo, do seu espirito e do seu pensamento, visto que de todos tres participava tanto. E já que falamos em corpo, cumpre notar, com o mesmo Fr. Timotheo, que não só na tez branca e rosada, nos olhos claros, e no cabello loiro, havia parecença entre o pae e o filho, o que egualmente é applicavel a D. João, mas tambem, e sobretudo, na gentileza e magestade da presença, que tanto os realçavam.

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Doc. de 19 de nov. de 1649.

[2] *Panegyrico funeral.*

VI

Esta confissão uma e outra vez feita por D. Theodosio, e em occasiões tão solemnes, ao passar as portas da vida para entrar as da eternidade, parece ainda provar que D. Duarte não se maculou de maneira alguma com a nodoa de ingratidão e de falta de respeito, que assacam ao duque de Barcellos, não obstante a historia d'este nos certificar a grande reverencia e amizade que consagrava a seu irmão immediato, cujos conselhos gostava de ouvir nos negocios da sua casa, o que provavelmente se deve referir antes ao tempo decorrido entre a morte de D. Theodosio e a sahida de D. Duarte dos paços ducaes de Villa Viçosa, por causa da desintelligencia que teve com sua cunhada, a duqueza D. Luiza de Gusmão, como veremos. De mais, filho segundo, não o cortejariam aduladores e ambiciosos como os que impelliram o duque a lançar-se no caminho censuravel que trilhou.

Longe de se entregar a taes excessos, D. Duarte gastaria as horas do dia, e ás vezes as da noite, no retiro dos seus quartos, entregue á leitura, de que era muito affeiçoado, e que fixava tomando apontamentos, conforme se vê de uns originaes de sua lettra ainda hoje existentes a respeito de historia civil e ecclesiastica[1]. Corroboram esta applicação o que já sabia quando partiu do reino e a grande bibliotheca por elle formada até então, a qual, pela abundancia e valor dataria de não poncos annos, abundancia e valor que bem se evidenceiam dos seguintes versos

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol XXXVII.

de Manuel de Galhegos, tirados da sua obra *Templo da memoria, poema epithalamico nas felicissimas bodas do duque de Bragança e de Barcellos,* impressa em Lisboa, em mil seiscentos e trinta e cinco, e dedicada a D. Duarte.

A Fama desejava que Hymineo
Visse quanto no paço illustre havia;
E logo ambos com tacito passêo
Se vão por onde seu desejo os guia,
Até que entram n'uma casa, onde
A melhor livraria ao sol se esconde.

É regalo esta casa soberana
Do generoso principe Duarte:
N'ella, como na sala Vaticana,
Se honra o estudo, se acredita a arte,
E illustres livros de oiro guarnecidos
Em muitos orbes luzem divididos.

Aqui em varios idiomas, e em diversos
Estylos a poesia insigne sôa:
Doutos volumes de galhardos versos
Cercam a casa a modo de corôa,
E a maior parte de uma e de outra estante
Honra da historia o numero elegante.

Aqui gloriosa a astrologia impera,
Aqui a musica reina, aqui jocunda
Tem a philosophia a sua esphera,
E a sciencia sagrada alta e profunda;
Emfim tem n'esta casa illustre assento
Tudo que objecto é do entendimento.

Esta descripção é curiosa, e bastaria para mostrar a variedade de conhecimentos e o animo estudioso de D. Duarte, se outros testemunhos o não abonassem, e, entre elles, positivamente, o bastante claro de Jacinto Cordeiro, o qual na *Segunda parte de las comedias,* dirigida ao mesmo, lhe diz: que sabe muito bem avaliar a poesia «pela natu-

ral curiosidade com que de continuo exercita o seu felice engenho na licção dos poetas de Italia, França e Hespanha, e na intelligencia dos latinos, pelo ocio em que vive esse real coração, retrato verdadeiro de seus generosos antecessores».

Porém não só á leitura da poesia se dedicava D. Duarte, pois, conforme a asserção de uns versos anonymos de auctor contemporaneo, vê-se que tambem se ensaiava no seu cultivo [1]. Mais do que estes entretenimentos, o deviam distrahir o retiro e a solidão dos campos, amigos e confidentes costumados de uma alma, como a sua, melancholica, de uma phantasia ardente, fecundada pelas obras primas da litteratura antiga e moderna, e pela eterna e inexaurivel fonte da inspiração, o amor: que gentileza, mocidade, phantasia, ternura, posição, tudo se juntava para captivar e ser captivado no

Generoso Duarte, a quem Lucina
Por Endimion mil noites requebrára,
A quem, lá pela hora matutina,
A Aurora por Cefalo roubára,
E em quem (se a mãe de amor de amor morrera)
Da tragedia de Adonis se esquecera;

A cujo brio, a cuja magestade,
E a cujo entendimento bem podia
Entregar-se do Pindo a potestade,
E o governo do carro aureo do dia,
Que, a ser do sol a galhardia tanta,
Tivera o bosque menos uma planta,

Por que Daphne em grandezas elevada,
Ou morrera de amor, ou não fugira,
Nem fôra por tyranna castigada

[1] *Applausos da Universidade a El-Rei D. João* IV. Coimbra, 1641, fol. 53.

Anaxerete, se esta gala vira;
Que a tal brio, a tal graça, a tal acéo
Deve toda a belleza alto trophéo.

Pinta Ovidio a Narciso tão airoso,
Tão gentil, tão galhardo, tão galante,
De brio e condição tão generoso,
E tanto em varias artes elegante,
Que ficção mythologica se chama,
E como fabula o celebra a Fama.

Ninguem no mundo crê que namorado
De si mesmo morreu por si de amores,
Nem crê que agora, cortezão do prado,
É, convertido em flôr, pompa das flôres,
Cuidando que tal rosto, tal grandeza
É mais do que pudéra a natureza.

Mas já por vós, excelso Duarte, agora
Se vê que á natureza era factivel
Ser da belleza de Narciso auctora
E emfim fazeis a fabula possivel.
O mundo já por vós se persuade,
Que um ente de razão fazeis verdade[1].

Quantas vezes, ferido por uns bellos olhos, não fugiria elle do bulicio da côrte para o escuso abrigo da sua tapada, que o vira outr'ora brincar nos barcos do lago, metter-se por entre os arvoredos, apanhar as rosas, alegre e descuidado, nos seus brincos da meninice junto com seus irmãos! Quantas á sombra do seu copado bosque, ou perto das aguas que a atravessavam murmurando, ou escondido no seu encantador Vergel, não deixaria pender sobre o peito a fronte pensativa, oppresso, não, como seu pae, que tanto frequentava aquelles logares, pelos crueis desenganos da vida e tristezas da edade, mas pelos sofregos anceios e es-

[1] Manuel de Galhegos, *Templo da Memoria*... Lisboa, 1635. 4.º

peranças mal satisfeitas, e duvidas, e sonhos, que nos fazem soffrer e chorar, chorar lagrimas agro-doces, brilhantes como perolas, porque as illumina o sol do amor e da juventude! Quantas confiaria ao papel, sentado n'algum tronco ou pedra, os, já loucos, já ternos, pensamentos, que o agitavam encontradamente, e veria apparecer d'entre a espessura das selvas as creações vagas do seu espirito, e julgaria escutar, com o ruido do vento nas folhas das arvores, a magica toada de alguma voz conhecida no mundo, ou que apenas imaginara!

Um dos seus passeios mais favoritos, senão o preferido de todos, devia ser o do oiteiro do Ficalho, que se deparava logo ao transpor os limites da povoação. A maneira porque o auctor do *Parnaso de Villa-Viçosa* o descreve e as sensações que experimentou, e com alguma suavidade pinta, ajudar-nos-hão a suppôr o que D. Duarte veria e sentiria n'elle.

«Tem a villa muitas sahidas aprazíveis, diz elle, mas uma o é tanto mais que as outras, quanto mais de seu sitio se descobrem os mais longinquos e apartados logares que de qualquer dos outros se pode ver e alcançar. Esta que digo é a sahida que se faz do castello pela porta do Sol fóra até o oiteiro do Ficalho...; não é tão alevantado da parte d'onde o tomamos sahindo a elle direitos pela porta do Sol, como o fica sendo depois de chegarmos a um assento de penedos, que estão no alto..., que a natureza alli creou, como de industria, para servirem de cadeira, a quem de cansado chegasse..., ou para d'ahi, com grande repoiso, se estar recreando não só com a fartura da vista que d'aquelle logar recebe, mas juntamente com o cheiro das flores do mesmo oiteiro, que são varias e infinitas..., como tambem do que lhe vem das que ha nas hortas, por ficar o dito oiteiro sobranceiro a ellas, correndo umas de uma parte e outras da outra, e por meio d'ellas os ribeiros que disse sahirem das fontes da villa, murmurando suas

aguas na queda que fazem dos açudes dos engenhos e azenhas, por uma toada... sentida e saudosa... Não só acham muito de que lançar mão os que chegam a este logar maltratados do amor, avexados da fortuna, ou magoados da morte, para de tão excelso porto se aproveitarem, discorrendo por seus achaques ou feridas, fazendo suas dores menos, pela occasião do remedio que d'alli acham e d'alli descobrem em seus discursos, mas assim tambem se passam a pensamentos divinos, trazendo-lhe arrependimento das obras más que fizeram.... D'aquelle assento de penedos se está vendo logo de perto, ao pé do oiteiro, o convento da Piedade dos padres de S. Francisco, e uma ermida de S. Thiago á mão direita, e á esquerda, outra de S. Luiz, com um recebimento de um pequeno valle, que está á descida do oiteiro, como que a natureza o creára alli para servir de apparato e recebimento do convento e das ermidas, por detraz das quaes vão as hortas e os ribeiros que acima disse. Depois d'isto, se vê, mais ao largo, a formosa tapada, toda em claro, e d'ahi, estendendo a vista a quanto pode chegar, se está vendo a serra da cidade de Portalegre... e tambem... Villa Boim n'aquelle alto, e a villa de Oliveira, e a serra de Olôr, que além d'ella está, e o rio Guadiana, quando vae cheio, e a villa de Juromenha, ao pé da qual vae correndo. Não só com estas boas vistas se contenta o logar e sitio do oiteiro do Ficalho, mas aos mais compridos horizontes, que d'elle se descobrem, se estão vendo as serras da cidade de Merida, dezeseis leguas por dentro de Castella. E, posto que digam, que nossa vista não pode alcançar mais que um grau, que são dezoito leguas por terra, d'aqui tambem apparece (como por uma saudade) o fastigio e altura da serra dos Fornachos, que são d'aqui a ella vinte e oito leguas.»

Que melhor sitio se encontraria para o nosso D. Duarte? Tudo n'elle o convidava á meditação: a terra com os seus encantos e perfumes na doçura do amor e nos prazeres da

vida; o céo com os fundos mysterios da sua abobada insondavel em Deus e na immensidade; as longissimas serranias e os esfumados horizontes na largueza do mundo, na sciencia e na gloria. Oh! foi esta, quasi, quasi o affirmamos, uma das suas distracções predilectas; foi d'estas alturas que a sua alma voou nas azas do juvenil enthusiasmo apoz um ideal que nunca poude, nem se póde alcançar, apoz o ideal da mocidade e da poesia.

Outro emprego tinha D. Duarte, que muito tempo lhe levaria, e que depõe a favor do seu animo bom e caritativo sendo egualmente novo signal não só da intelligencia amorosa entre o pae e o filho predilecto, mas tambem da mutua affinação das suas grandes almas. O padre mestre Bento de Sequeira, escreve fallando ácerca da liberalidade de que D. Duarte era dotado: «Costumava o infante... recolher as petições das mãos dos necessitados e pretendentes do povo para as apresentar nas do principe seu pae, e d'ellas solicitar o despacho desejado, e, como entre os irmãos elle era o menos rico..., pedia por não ter, e de todos reçebia para despender com todos, e mui em particular do principe D. João, que Deus nos deu por senhor e hoje logramos rei [1]». Este traço da biographia de D. Duarte não desdiz dos elogios que geralmente lhe teceram os contemporaneos. Era pois elle o intermediario da caridade de D. Theodosio e da pobreza e miseria dos desvalidos, e, não se contentando com esse tão sympathico e piedoso officio, ainda descia, antes, subia e muito, a solicitar do irmão mais velho e de outros esmolas para os seus protegidos, visto que do seu não lh'as podia dar como desejava. Semelhante qualidade, que nos abona com evidencia os quilates de lei do seu coração meigo e condoído, veremos no decurso do presente escripto, que não a desmentiu em varias occasiões, nem mesmo com os inimigos.

[1] *Oração funeral em as honras do infante D. Duarte....* Lisboa, 1650. 4.º

A estes empregos cumpre ainda juntar o da religião, commum a elle, ao primogenito e a D. Alexandre, no qual devia ser muito zeloso, como depois sempre o foi, a imitação de seu pae, que acompanharia pelo menos em boa parte dos officios e exercicios religiosos e das prégações. De todas as festividades em que figuravam D. Theodosio e D. Duarte e seus irmãos, só especificaremos tres, ainda que seja unicamente para mostra da influencia que deviam ter na sua educação.

Conservava-se na casa de Bragança com grande veneração, como já dissemos, um santo sudario, o qual a piedade credula suppunha o proprio em que foi deposto o corpo do Redemptor. Na sexta-feira de Paixão o padre Jeronymo Dias, esmoler do duque ia-o tirar solemnemente de dois preciosos cofres, em que se guardava n'um oratorio, e em seguida de uma das janellas do paço, que cahia sobre o terreiro da Porta do Nó, mostrava-o ao povo, que em baixo esperava para adoral-o. Pois D. Theodosio acompanhava toda esta cerimonia, desde o principio até ao fim, descalço, com uma tocha na mão, e, junto d'elle, seus filhos tambem com tochas accesas. No dia de paschoa assistia o duque á procissão da Resurreição, que se fazia na sua capella com grande pompa, pegando com seus filhos e alguns fidalgos particulares da casa, ou creados d'ella, nas varas do pallio em que ia o Santissimo.

No dia de Santa Isabel, rainha de Portugal e sua ascendente, costumava o duque todos os annos dar um bom jantar a doze pobres e a uma menina de cinco annos, os quaes, sentados á meza com o duque de Barcellos e seus irmãos, eram servidos por elle mesmo com religiosa humildade; e no fim da meza presenteava-os com vestidos novos e algum dinheiro, e mandava-os para suas casas, acto na verdade edificativo, e da maior submissão e caridade.

Tambem absorveriam bastante tempo a D. Duarte os exercicios venatorios, a que o incitava o exemplo de seu

proprio pae, apaixonadissimo d'elles e o do duque de Barcellos, seu irmão, que o não era menos. D'estes dois sabemos por D. Antonio Caetano de Sousa, que costumavam ser companheiros em taes fadigas, e até a esse respeito conta o mesmo auctor uma anecdota, que bem pinta o odio de D. Theodosio ao jugo de Hespanha. Andando ambos uma vez á caça, ao passar de um ribeiro, com o salto do cavallo, perdeu D. Theodosio a carapuça, de que ordinariamente usava no campo, a qual era negra, alta, á antiga moda, a que chamavam gualteira. Vibrava o sol forte; pelo que tirou o duque de Barcellos a sua e lh'a offereceu, emquanto tardavam a dar-lhe outra. Ficou o duque satisfeito, mas, reparando logo na fórma da carapuça do filho, que era moderna, ou de rebuço, com singular desprezo a arrojou de si, dizendo: Tirae lá, isso foi invenção de ladrões[1]. O padre Bartholomeu Guerreiro, que tanto conheceu a côrte de Villa Viçosa, vae porém mais longe do que D. Antonio Caetano de Sousa, pois nos pinta o duque D. Theodosio com seus filhos nas recreações da sua tapada e nas pescarias e caças dos seus bosques do Roncam e do Guadiana[2]. Nem era provavel que D. Duarte se esquivasse a este ultimo divertimento, paixão de quasi todos os senhores da sua familia, por ser reputada nobre e digna de grandes e principes, como pallida imagem da guerra. Fr. Raphael de Jesus, conforme vimos, segunda Guerreiro. Os exercicios equestres e o jogo das cannas eram-lhe tambem do maior agrado, e de certo que muito os cursaria.

N'alguma d'essas caçadas ou exercicios, ou por outra causa, não acertamos a decidil-o, ficou uma vez ferido o nosso heroe;

[1] *Historia genealogica.*
[2] *Sermão das exequias do anno* etc.

Mas os medos do mal não se recebem
No peito de Duarte que os dispensa,
Não julgando a ferida perigosa.
Magestade animosa
Ostenta o neto emfim de Catharina;

Diz uma poesia feita na propria occasião do triste acontecimento.

A pena dos irmãos é que foi grande:

O duque primogenito se altera
Co'as terriveis sezões; e só padece
O formoso Alexandre mentalmente;
Que bem é que como anjo padecera.

Não menor foi o sentimento de D. Theodosio:

O pae sente do filho o duro caso[1],

Prosegue o poeta que não acompanharemos por brevidade, e mesmo porque o transcripto basta ao intento.

A esses exercicios venatorios de D. Duarte se referem tres epigrammas latinos que conhecemos, dos quaes ficará aqui um para amostra.

Herbida per valles cervus dum pascua carpit,
Principis invicta gaudet obire manu.
Diana in longos si vitam extenderet annos,
Optasset fato non meliore mori[2].

N'estas e n'outras occupações congeneres gastaria D. Duarte o principal do seu tempo; com o que não pretendemos que se eximisse de pagar á mocidade o costumado tributo, pois é natural vivesse como o pediam os seus annos;

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 294.
[2] Id., id., *Movimento do orbe lusitano*, tomo II, fol. 230.

não; D. Duarte foi rapaz, e até restam vestigios, embora raros, de certos pecadilhos por elle então commettidos; mas, ainda em tal caso, procedia usando de todo o recato e cautella. Ha duas cartas escriptas a D. João e D. Alexandre, por um Francisco, cujo appellido Tavares se cala familiarmente na assignatura, intermediario e companheiro nas aventuras amorosas de ambos, d'onde se deduz a moderação do comportamento de D. Duarte, comparado com o dos irmãos. N'essas cartas, sendo uma das pessoas a que se destinam D. Alexandre, o mais moço de todos, o signatario, de mistura com o assumpto immoral que trata, chama a D. Duarte, com o desdem de pessoa extravagante ou leviana, o Duartinho; isto é, depois de alludir a algumas verduras d'este, acha-as, medindo-as pelos desregramentos a que estava costumado, de tão pouco valor ou tão innocentes, que lhe dá o tratamento proprio de um menino. Outra coisa se conclue das mesmas cartas, não menos favoravel para o nosso biographado: o tal Francisco, falando com D. João e D. Alexandre, menciona D. Theodosio, não pelo seu nome, ou o duque, ou vosso pae, como era natural, mas pelo pae de Duartinho. Não nos estão mostrando taes palavras, ajudadas pelos factos que já conhecemos, a differença entre D. Duarte e os irmãos; o maior amor e obediencia que este consagrava ao auctor de seus dias; a predilecção que pelo seu procedimento desfructava na alma do velho duque entre os outros filhos? As palavras mencionadas augmentam ainda muito de valor, ao considerarmos o desrespeito com que o signatario das cartas se refere a D. Theodosio, mostrando estar aborrecido de atural-o, talvez por não o deixar tanto á larga como desejava[1], atrevimento que nunca seus filhos deviam consentir; que D. Duarte julgamos não permittiria; e que parece indicar, da parte d'elles, uma culpavel tolerancia, nascida, é de suppor,

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 257 e 258.

não tanto da falta de amisade a seu pae, como da ligação com Francisco Tavares e da necessidade que teriam d'elle para as suas aventuras amôrosas.

VII

Foi profundo o sentimento na casa de Bragança pela morte do duque D. Theodosio, não só de seus filhos, e principalmente de D. Duarte, que tanto o amava, mas tambem do maior numero dos seus familiares. Se alguns dos defeitos que lhe assacavam mereciam censura, se por causa d'esses defeitos houve quem o abandonasse, levado do interesse, movel poderosissimo sempre entre os homens, tudo isso, que era baixo e pequeno, devia acabar com a vida do duque, para só resplandecer sobre o seu tumulo o grande, o puro, o acima do vulgar: as suas nobilissimas qualidades. Os filhos perderam n'elle um pae, que poderia ter sido mais cuidadoso, mas que na verdade os estimava; os creados um amo cheio de bondade, que, sempre solicito por elles, o mostrou ser ainda mesmo na hora da morte; os pobres e estudiosos o asylo benefico, a que tantos, famintos de pão e de sciencia, se acolhiam com proveito; os religiosos o seu amigo, o seu companheiro, e o seu liberalissimo protector.

Satisfeitos por D. Duarte e seus irmãos os officios da egreja devidos ao corpo e á memoria de seu pae, enxutas as lagrimas da dôr, e passado o tempo necessario para se dar largas ás expansões provindas de tão fatal acontecimento, a côrte de Villa Viçosa despiu o luto e a tristeza e tornou, por assim dizer, novamente á existencia; mas a uma existencia diversa da anterior, porque foi completa a metamorphose que experimentou n'essa conjunctura. As

paredes do palacio ducal perderam o sombrio aspecto que as revestia; aquellas salas e aposentos soturnos e pesados, presididos pela pragmatica severa e affeitos a ouvir as conferencias ácerca dos negocios, ou as murmurantes preces da religião, aquelles corredores, por onde deslisava, melancholico e solitario, o vulto negro do velho duque, aquellas portas, que, nos ultimos tempos, apenas de vez em quando elle transpunha só ou acompanhado de seus filhos, para caçar na tapada ou para se esconder mais do mundo na solidão de seus bosques, cederam o passo, depois do seu fallecimento, a um trato menos constrangido, aos risos e conversas da mocidade, ao frequente entrar e sahir do novo senhor e de seus irmãos, ou para os passeios campestres, ou para as fadigosas montarias ou para os outros passatempos, em que se costumam empregar os mancebos, sobretudo os favorecidos da fortuna. A mocidade succedeu á velhice; a excessiva brandura á demasiada rigidez; os prazeres, os jogos, os projectos de amor, á etiqueta e ás continuas praticas religiosas; o partido do duque de Barcellos ao de D. Theodosio; e as idéas modernas, mais da moda e mais sympathicas e attractivas, ás idéas austeras e já de outro tempo, conservadas com heroica tenacidade pelo duque fallecido.

O novo senhor do estado de Bragança via satisfeitos os seus desejos ambiciosos, se a ambição entrou nas desintelligencias, de que se constituiu chefe na casa paterna, e, tomando conta do governo, um dos seus principaes cuidados foi, conforme acontece muita vez, quando occorre a successão nos principados e nas grandes familias, nomear pessoas para os officios maiores, e até para alguns dos menores, tirando-os a varios dos antigos servidores de D. Theodosio. Em D. Antonio de Mello proveu o cargo de camareiro-mór; em D. Luiz de Noronha o de copeiro-mór; em Fernão Rodrigues de Brito o de estribeiro-mór; em Pedro de Mello de Castro o de vedor da sua casa; em Fr. Dio-

nisio dos Anjos o de confessor; em Antonio Paes Viegas o de secretario; e em Francisco de Sousa Coutinho o de regedor na côrte de Madrid. Naturalmente o duque D. João, procedendo d'esta maneira, procurou rodear-se dos seus parciaes ou de quem lhe merecia confiança. Estava no seu direito, e não o censuramos por tal de modo algum; mas sempre notaremos de passagem que foi muito diverso o procedimento de D. Theodosio, pois conservou, quando tomou conta do governo da casa, todos os creados da duqueza D. Catharina; e se nos objectarem que o fez, cedendo á pressão por ella exercida no seu animo de mancebo, responderemos que nunca depois desmentiu ou annullou esse louvavel acto.

Outra medida que D. João tambem adoptou, logo no principio, foi levantar grossas tenças com que o duque seu pae soccorria alguns fidalgos pobres e achegados independentes da sua familia, uns para se sustentarem nos estudos e outros na côrte onde viviam. Moveram-o, allega-se por parte dos seus defensores, as representações dos novos ministros, os quaes pensavam que era melhor desempenhar a casa, pagando o que se devia, do que dar aquillo a que não se era obrigado, sobre o que pondera judiciosamente D. Francisco Manuel de Mello no seu *Tacito portuguez:* «Ao varão justo assim pertence; mas ao soberano é tão propria a magnificencia, que talvez convém preferil-a á inconveniencia. Esta voz deve deter sempre os primeiros passos do governo, pois começal-o com acções de miseravel é aggravo da soberania». Segundo porém o mesmo auctor, os sentidos da reforma diziam que «o aperto da fazenda fôra preceito e não causa, e que o motivo consistia em haver-se descoberto que o duque D. João amava antes a avareza do que a prudencia».

Não sabemos se os conselhos de D. Duarte concorreram para as medidas de fazenda ordenadas pelo novo duque, medidas que lhe mereceram de D. Francisco Manuel de

Mello tão dura qualificação. O que é certo, como teremos occasião de notar largamente, é que o seu animo se inclinava não para a mesquinhez, ou economia, porém antes para a extrema liberalidade. Referindo-se a esta, escreve o padre Diogo de Areda as seguintes palavras que fazem muito ao nosso proposito: «Não sahiu nunca ninguem da sua presença que não viesse contente pelo que recebeu; tanto, que já em Villa Viçosa, quando dizia alguem que fôra fallar com elle, logo se lhe perguntava: que vos deu?»[1] Chegou-se até a escrever que foi uma providencia não tomar D. Duarte o commando do exercito portuguez, depois da restauração, nem adquirir por esse facto, e pelo seu chegado parentesco com o rei, a influencia, que era natural, no governo do paiz, por ser grandioso nas suas coisas e excessivo nos seus gastos. Esta virtude, ou, se quizerem, vicio, e o amor e generosidade para com todos os seus creados, outros tantos pontos de semelhança entre elle e seu nobre pae, permittem-nos suspeitar que se conservou estranho ás providencias tomadas por seu irmão, e que até mesmo talvez lhes foi opposto.

A influencia de D. Duarte com o novo duque não devia ser tamanha, como á primeira vista se imagina. Se o excedia na grandeza d'alma e na viveza e cultura da intelligencia, ficava-lhe por outro lado inferior na edade e na posição social que o constituia seu dependente. Dotara-o a natureza de espiritos mais elevados; alargara-lhe o estudo, ajudado da aptidão natural, a esphera dos conhecimentos; mas era filho segundo, e com poucos meios em relação á alta jerarchia, habitava sob os tectos fraternos e á sombra d'elles, emquanto que a sorte fizera D. João o primogenito, o senhor do ducado bragantino, sem que por isso se pudesse considerar sempre dono das suas acções, pelas

[1] *Sermão... nas honras... á memoria do infante D. Duarte.* Lisboa, 1650. 4.º

exigencias politicas e pela rede de interesses e conveniencias que costumam embaraçar e torcer a vontade dos principes.

Creados juntos, companheiros nos jogos e brinquedos da puericia, e depois na educação litteraria, nos divertimentos e tambem naturalmente n'um ou n'outro dos seus amores, D. João e D. Duarte prendiam-se mutuamente, segundo se affirma e é provavel, por laços de estreita amisade; e portanto, passando aquelle da vida descuidosa que levava ao oneroso encargo de reger a larga herança paterna, devia, ainda que fosse muito intelligente e instruido, chamar para socio nos novos trabalhos, a que de mais a mais não estava affeito, seu irmão, cuja capacidade bem conhecia; mas d'aqui a abraçar todos os seus conselhos vae immensa distancia. Obstariam a isso muitas vezes, já a propria vontade do duque, já a pressão exercida n'elle pelas circumstancias. É com taes reservas que admittimos a preponderancia de D. Duarte em D. João, sendo mesmo de crer que, ainda antes d'este assumir o governo da casa de Bragança, ella fosse em muitas occasiões limitada pela das pessoas que consultava.

«Sabida é a estima que já em os primeiros annos fez a Real Magestade do conselho e prudencia do irmão sabio infante (que para mim sempre foi a mór qualificação do seu raro entendimento), do zelo e promptidão com que assistia a seu lado nas materias de mais porte e negocios de mór peso, tão pontual em uma e outra, que chegou a ser notada e ainda murmurada tão justa correspondencia e agrado mais que devido[1]». Estas palavras do padre mestre Bento de Sequeira, reitor do collegio da Companhia de Jesus e do das Artes na Universidade de Coimbra, que se correspondeu com D. Duarte, pelo menos depois de preso em Milão,

[1] *Oração funeral em as honras do infante D. Duarte.* Lisboa, 1650. 4.º

e foi muito acceito a D. João IV, demonstram o que assentámos, quanto á influencia que exercia no duque, e tambem que havia quem o olhasse com olhos ciumentos e invejosos, coisa naturalissima

Proximamente por este tempo, celebrou-se na capella ducal, com sumptuosidade, uma das festas mais solemnes de então, e em que D. Duarte e o duque deviam tomar parte importante: a investidura do habito da ordem de Christo a seu irmão D. Alexandre, como commendador das commendas de Santa Maria de Moreiras, Santa Maria da Alagôa, e S. Thiago de Monsaraz [1], que posteriormente o mesmo D. Duarte possuiria, e das quaes as duas primeiras já tinham pertencido ao tio de ambos, D. Filippe.

Outra festa de não menor pompa foi a entrada dos tres irmãos na Ordem terceira do Carmo, ampliada pelo empenho de Fr. Pedro de Mello ou Fragoso, a qual teve logar nos principios de novembro de trinta e um, ou pouco antes. Convocara aquelle religioso as principaes pessoas da côrte de Lisboa, de um e outro sexo, para se dedicarem ao obsequio de Maria Santissima; constou isto ao duque de Bragança, e apressou-se a convidal-o para ir a Villa Viçosa lançar-lhe o habito, e a D. Duarte e D. Alexandre. Annuiu Fr. Pedro gostosamente, e, sendo recebido com toda a benevolencia, effeituou-se a cerimonia na capella do paço, com o luzimento proprio do acto, assim como da grandeza da casa, depois de elle proferir uma oração adequada [2].

A esta festividade seguiram-se com pouco intervallo os officios do anno por alma de D. Theodosio, nos quaes prégou a pedido do duque o padre Bartholomeu Guerreiro.

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Habilitações da ordem de Christo. Mss.

[2] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca lusitana*, no artigo a respeito do mesmo religioso.

Bib. de Paris, Mss. portuguezes, Carta de D. Duarte aos religiosos do Carmo, de 15 de novembro de 1631.

VIII

O negocio do casamento do duque, iniciado durante a existencia de seu pae, não se terminára ainda, e continuava a occupar as attenções da côrte ducal, principalmente as dos que lhe eram mais chegados em influencia e posição, os quaes por tal meio queriam mostrar a sua diligencia, e alguns, favorecendo pretenções estranhas, favorecer as proprias. Entre elles D. Fernando de Castro, residente na côrte de Madrid, inculcava com instancia D. Maria Anna de Toledo e Portugal, filha de D. Fernando Alvares de Toledo e Portugal, sexto conde de Oropeza, filho unico de D. Duarte, irmão do duque D. Theodosio, que fôra marquez de Flechila, e casara com a herdeira do conde de Oropeza, senhora de grande e illustre casa. Oppunha-se-lhe porém D. Francisco de Mello, e aconselhava como melhor o consorcio com a filha do duque de Medina-Sidonia, D. Luiza de Gusmão, fundamentando o seu alvitre nas qualidades da futura noiva, na sua distincta nobreza, em ter o duque D. Jayme escolhido consorte na mesma familia, e no interesse que o valido, o conde-duque de Olivares, mostrava por este enlace. O ultimo predicado era por si bastante para o tornar egual aos de maior merecimento, lembrava D. Francisco, porque traria á casa de Bragança a protecção do poderoso ministro de Filippe IV, de que ella buscara conservar-se independente, e que lhe convinha adquirir, pois nenhum vassallo podia permanecer sem a graça do favorecido do monarcha. «Comtudo, ajunta com elegancia o auctor do *Tacito portuguez*, cuidava-se que D. Francisco n'estas negociações entremettia seus augmentos tão

subtilmente, como Phidias o seu nome entre as fimbrias da roupa de Minerva».

Disposta por tal modo a teia da negociação, e confiado o conde-duque no seu bom exito, procurou nas cartas a D. João mostrar-lhe a mais viva amisade, «correspondendo assim na apparencia, diz ainda D. Francisco Manuel de Mello, ao titulo de pae que o mesmo lhe offerecera», e arredar de si todas as suspeitas de que o movia o particular interesse; com o que obteve o seu intento, pois veiu a ser rogado pelo proprio D. João, finalmente persuadido, com o seu mesmo desejo.

Ha uma carta de D. Francisco de Mello ao duque de Bragança, a respeito do seu casamento, escripta n'esta epocha, notavel por algumas particularidades que contém sobre o assumpto, e que por isso damos na integra.

«Senhor. Entendendo Sua Magestade, diz D. Francisco, a necessidade que vossa excellencia tinha de casar-se, e a conveniencia d'essa casa, e como vossa excellencia se resolvia, que, se lhe dessem Guimarães, ou o que parecesse bem a vossa excellencia em seu logar, trataria da senhora D. Luiza, filha do duque de Medina-Sidonia, me mandou advertir pelo conde-duque que gostaria de que vossa excellencia effectuasse este casamento, por juntar de novo as maiores duas casas de Hespanha, para que, unindo-se, pudessem tratar de seu serviço e de sua conservação; e que, caminhando o negocio, e estando vossa excellencia concertado com o duque de Medina-Sidonia, e pedindo-lhe ambos mercês para se effectuar o casamento, lhes dará toda a satisfação que deseja dar a vossa excellencia e ao duque de Medina-Sidonia, e que conforme a isso seria o que vossa excellencia podia julgar.

«Parece-me que se fará a vossa excellencia muita mercê, além do dote; e eu por qualquer via estou confiado em que havemos de pescar Guimarães, e tenho posto ponto n'elle, e em outras conveniencias d'essa casa.

«Respondi que n'essa fórma iriamos caminhando, e quem queria que fallasse. Disse-me que elle era egualmente parente de ambos, e mandava pedir commissão ao de Medina; que eu a tivesse de vossa excellencia, e iriamos dispondo e tratando da conclusão, dando-se sempre conta a vossa excellencia, de que espero recado para ir caminhando, como chegar a ordem do duque de Medina; e do que passar irei dando conta ao nosso patriarcha, se parecer a vossa excellencia, como agora fiz da sua carta, que approvou muito.

«O duque quer muchissimo a esta filha, e consta-me que deseja por extremo entregal-a a vossa excellencia. Tem dezesete para dezoito annos de edade; sobre morena, formosa, olhos negros, grandes, e dizem-me que extremadas partes. Ando negociando o retrato, posto que se recatam muito antes de passar a materia mais adeante.

«Eu disse ao conde-duque que lhe não tinha medo, que nos haviamos de vender mui caros. Mostrou-se sentido de nem por sombras se cuidar que não queria mais para vossa excellencia, do que para o de Medina-Sidonia.

«Com o marquez de Vilhena estive um dia de vagar. Disse-me que o duque mandara em outubro uma carta para dar a sua magestade sobre o passado, e elle a não dera, porque, parece, temeu a facção, e que escrevia a vossa excellencia que lhe mandasse o que devia fazer d'ella. Parece-me que vossa excellencia lhe responda que a queime, sem se vêr, e que nem vossa excellencia a quer vêr, nem lembrar-se de mais, que das obrigações, que como filho deve a seu pae.

«Disse-me mais o de Vilhena que o duque lhe encommendára fizesse diligencia com o marquez de Estré sobre o de Modena, e que a fizera muito apertada, e achara que tudo foram chimeras, e não tinha ordem para nada; e emfim, pontualmente o que eu dizia.

«Póde vossa excellencia mandar ver o que lhe será necessario para sua casa, fazer memorias e buscar-se a escri-

ptura do contracto que se fez em o casamento do duque que Deus tem, e mandar-me a copia, e, inda, se houvesse noticia do do duque D. Theodosio, e do duque D. James com a filha do Medina-Sidonia, não será máo enviarem-se-me as copias d'ellas, porque havemos de passar por todas, em tudo, se Deus fôr servido.

«O senhor D. Duarte poderá trabalhar por estes papeis com a bôa ajuda de Antonio Paes. Guarde Deus a vossa excellencia muitos annos. Madrid, quatro de janeiro de mil seiscentos e trinta e um. Dom Francisco de Mello [1]».

A presente carta vem corroborar tudo quando avançamos ácerca da intervenção de D. Francisco no casamento do novo duque de Bragança, da correspondencia entre este e o ministro de Filippe IV para tal fim, de pedidos que se fizeram de uma parte, e de promessas que houve da outra, do interesse do mesmo ministro em que se realisasse aquelle casamento, e, o que é mais, serve para nos mostrar que o marquez de Vilhena, talvez por temor de uma facção, que desconhecemos, não entregou ao rei uma carta que D. Theodosio lhe endereçara, pouco antes de fallecer, a respeito do negocio de seu filho. Por esta carta de D. Francisco ficamos tambem sabendo que a proposta de consorcio na casa de Modena, que o dito marquez de Vilhena diz haver entabolado por ordem de D. Theodosio, não sortiu effeito algum, pode ser pelo mesmo motivo de contrariedades urdidas na côrte de Madrid. O estylo com que D. Francisco se exprime é para nós egualmente interessante, assim como a qualificação, applicada por elle ao conde-duque de Olivares, de nosso patriarcha.

Quantas considerações não suggerem as palavras de D. Francisco Manuel de Mello e esta carta! O herdeiro da casa de Bragança a receber do valido de Filippe IV, o conde-duque de Olivares, o titulo de pae e a corresponder-lhe! O

[1] Bib. Nac., Mss., E, 5, 7.

filho de D. Theodosio a pedir, a regatear mercês do rei estrangeiro, oppressor da sua familia e da sua patria! Era assim que elle imitava a austera exempção do que lhe dera o ser, o seu afastamento da côrte de Hespanha, o desprezo pelas suas graças! E servia de intermedio a semelhantes torpezas um fidalgo portuguez, um parente dos Braganças, um seu protegido! E valiam tanto as intrigas no paço de Madrid que as queixas de D. Theodosio nem ao menos conseguiam chegar aos ouvidos do soberano!

Mas, se D. João procedia de maneira tão censuravel, lá estava D. Duarte, espelho e herdeiro das virtudes paternas, para lhes seguir as pisadas e velar pela honra da familia. Sim: a sua opinião foi contraria ao casamento do duque de Bragança na casa de Medina Sidonia[1]; todavia, posto seu irmão o attendesse muito, n'este ponto os enredos e as promessas da côrte de Madrid venceram os seus conselhos. De passo tão nobre e desinteressado D. Duarte só colheria acarretar contra si o odio do potente valido de Filippe IV, ou antes augmental-o, pois é crivel que elle datasse desde a recusa de casar com sua filha, dada por D. Theodosio, ao que D. Duarte não podia ser estranho, e do que soffreria as consequencias, assim como o duque seu pae. Outro fructo lhe resultou ainda provavelmente da contrariedade opposta ao casamento do senhor do estado de Bragança: indispor-se com sua cunhada, como adeante veremos. Embora; fez quanto lhe mandava a consciencia; é quanto basta.

Achando-se n'estas alturas o ajuste do matrimonio do duque, foi o seu principal negociador, D. Francisco de Mello, obrigado a desistir da sua continuação, por ser nomeado embaixador em Saboya, cargo a que passou de veador ou mordomo da rainha, pelas traições e intrigas politicas, e d'onde depois subiu ainda até aos maiores logares da mo-

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, nos interrogatorios a elle feitos. Mss.

narchia hespanhola. Succedeu-lhe no emprego que deixava Francisco de Sousa Coutinho, o qual servia com desinteresse a casa de Bragança desde o anno de mil seiscentos e vinte e tres [1], em que fôra admittido n'ella, e que posteriormente, proclamado D. João rei, lhe havia de prestar e ao paiz assignaladissimos serviços como ministro em Dinamarca, Suecia, Hollanda, França e Roma.

Pouca ou nenhuma responsabilidade cabe felizmente a homem tão merecedor da patria e tão bom portuguez n'estas negociações, pois chegou a Madrid quando ellas estavam nas ultimas conferencias, e, louvando-nos nas palavras de D. Francisco Manuel de Mello, seguiu «mais justificado, quanto menos satisfeito, os accordãos do seu antecessor [2]».

O duque de Bragança, entretanto, cheio de alvoroço com a lisongeira perspectiva do seu novo estado, cuidava fervorosamente de todos os preparativos necessarios para a grande mudança por que ia passar. Foram importantes as despezas que fez por essa occasião, não as limitando ás da sua pessoa e familia, já de si avultadas, mas estendendo-as tambem á reedificação do Paço Velho, que, segundo sabemos, era uma parte do palacio, em cujas obras, ainda na epocha do seu casamento não terminadas, gastou valiosissimas quantias, havendo semanas em que a feria dos officiaes excedeu dois mil cruzados.

Além d'esta obra, procedeu-se em diversas casas a alguns reparos e aformoseamentos, uns definitivos, outros só para a occasião da festa. Por exemplo, nos quadros que ornavam o tecto da sala de entrada, os das nove musas e Apollo foram substituidos pelos retratos do condestavel D. Nuno Alvares Pereira e dos oito duques de Bragança, até D. João II. Ainda havia intento de representar nas paredes os dos reis de Portugal, o que a brevidade do tempo não

[1] Ac. das Sc., Mss., Cartas do mesmo a D. João IV.
[2] Bib. Nac., Mss., *Tacito portuguez.*

consentiu se acabasse, sendo por isso vestidas com a bella armação dos Triumphos. O tecto da guarda-roupa do duque, que se seguia a esta casa, foi aformoseado com as bem afiguradas effigies das Virtudes, e o da camara do mesmo com os doze mais famosos trabalhos do filho de Alcmena[1].

Entre estes aprestos e os cuidados domesticos levou D. João os ultimos mezes de solteiro, na amiga convivencia de seus irmãos D. Duarte e D. Alexandre. Á espera sempre da hora feliz em que realisaria os seus desejos e esperanças amorosas, parecer-lhe-hiam, como costumam parecer aos amantes, os dias monotonos, longos, interminaveis. Quantas vezes não seria D. Duarte, por mais intimo, discreto confidente dos seus sentimentos apaixonados! Quantas, depois de correrem atraz do bravo porco montez, do ligeiro veado, ou da fugitiva lebre, para respirarem, o duque dos encargos do governo e dos seus entretenimentos musicaes, e D. Duarte das fadigas do estudo, quantas vezes, repoisando á sombra do arvoredo na extensa tapada de Villa Viçosa, ou n'alguma das casas que a povoavam, não beberiam ambos, em convivio alegre e fraternal, á saude das damas que lhes enchiam o pensamento! Assim dividido pelos negocios, festas e amores, deslisaria para os tres irmãos suave e apressadamente o tempo que medeiou da morte do duque D. Theodosio ao casamento do duque seu successor.

[1] Diogo Ferreira de Figueirôa, *Epitome das festas que se fizeram no casamento de D. João II, duque de Bragança.* Evora. 1633. 8.°

LIVRO III

O duque, acompanhado de D. Duarte e de D. Alexandre, parte para a raia ao encontro de D. Luiza.— Vae D. Duarte a Badajoz cumprimental-a.— Sahe esta de Badajoz com o duque e D. Duarte e D. Alexandre, que se lhe juntaram na raia, e entra em Elvas.— Ratifica-se o matrimonio.— Chegam a Villa Viçosa.— Como estava preparado o palacio.— Festas pelo casamento.— Exercicios equestres de Antonio Galvão.— Encamisada em que figuram D. Duarte e D. Alexandre.—Toirada.—Vae o duque com seus irmãos e o conde de Niebla caçar á tapada.— Jogo de cannas em que tomam parte D. Duarte e D. Alexandre.— Animação do paço com a vinda da duqueza.— Nascimento de D. Theodosio.— É D. Duarte seu padrinho.— Quebra nas relações entre D. João e D. Duarte por causa da duqueza.— Motivos que a occasionam.— Deixam D. Duarte e D. Alexandre a casa fraterna.— Fazem uma romaria a Nossa Senhora de Guadelupe, em Hespanha.— Decide D. Duarte seguir a carreira das armas, para que fôra educado.— Parte para Allemanha.— Vida desregrada do duque, após a sua partida.— Sentimento de D. Alexandre pela ausencia do irmão.— Chega D. Duarte a Madrid.— Não quer o conde-duque recebel-o, e porquê.— Mau estado das relações do duque de Bragança com a côrte hespanhola.— Atravessa o resto de Hespanha.— Passa a Italia.— Seu parentesco com os duques de Saboya, Toscana, Mantua, Modena e Parma.— Cidades que visitaria.— Demora-se em Milão.— Caminho que levaria até Inspruck, capital do Tyrol.— Como é recebido n'esta cidade.— Por onde seguiria até Vienna.— Questão movida pelos hespanhoes na côrte imperial sobre o seu tratamento.— Manda o imperador que seja tratado como principe.— Entra em Vienna.— É acolhido cordealmente por Fernando II.— Carta que escreve ao duque, narrando-o.— Parte para Stuttgart a cumprimentar o rei de Hungria, que

ahi estava acampado.— Estragos horriveis que presenceia no caminho causados pela peste e pela guerra.— Atravessa o campo de batalha de Nordlinguen.— Perigos que corre por passar perto dos inimigos.— Chega a Stuttgart.— É bem recebido pelo rei de Hungria.— Volta á côrte.— Terras que percorre e obsequios que recebe.— Chega a Vienna.

I

Recebida a noticia de estar ajustado o seu casamento com a filha do duque de Medina-Sidonia, D. João, acompanhado de D. Duarte e de D. Alexandre, participou-o aos fidalgos da côrte, pelo que todos lhe beijaram a mão. Depois baixou com os irmãos á capella, onde já esperava o deão e dignidades, revestidos de capas ricas de tela e chaparia de oiro, assim como todos os capellães e cantores, e, levantado pelo deão o Te-Deum, foi proseguido pelos musicos e cantores a tres córos. A noite, em signal de alegria, esteve o palacio illuminado com duzentas tochas e toda a villa poz luminarias. Em virtude do contracto matrimonial, obrigou-se o duque de Medina-Sidonia a dotar sua filha em cento e vinte mil ducados, e em vinte mil em joias e mais coisas pertencentes ao seu enxoval; a pol-a á sua custa na raia portugueza, e a entregarem-se-lhe por sua morte mais vinte e tres mil ducados, augmento do dote, quando não quizesse entrar nas partilhas juntamente com o conde de Niebla. A respeito das graças então concedidas por Filippe IV ao duque de Bragança, diz a *Historia genealogica*, seguindo D. Francisco Manuel de Mello no *Tacito portuguez:* «Era grande o dote que se promettia e maiores as promessas, que eram a restituição da posse do ducado de Guimarães, alienado da casa por dote invalido do duque D. Theodosio I ao infante seu cunhado; a rateficação dos privilegios que tinham feito litigiosos os procuradores regios; o cumprimento de antigos alvitres; os commodos decentissi-

mos a seus irmãos; as mercês aos creados; e propicia a graça d'el-rei».

Como a maior parte d'isto se cumpriu vel-o-hemos no decurso da presente obra, por varios documentos, e entre elles por um da penna do proprio D. Duarte.

Celebrada a escriptura dotal, enviou logo o duque de Medina-Sidonia um expresso de S. Lucar, com a noticia de que a duqueza D. Luiza partiria a tres de janeiro (de trinta e tres) para Portugal. A seis o duque soube por outro expresso que ella já estava a caminho, pelo que determinou ir buscal-a á raia; e a onze sahiu de Villa Viçosa em direcção a Elvas, na companhia de D. Duarte e de D. Alexandre e de numeroso sequito. Vestia o duque de campo, de côr parda, calções e roupeta de damasco frisado côr de amendoa, alamares largos, bordados em ramos de oiro e ferragoulo de chamalote de aguas, com alamares da mesma fórma, forrado de tafetá dobrado, bordado de laçarias de oiro, chapeu negro, cintilho de diamantes, e, por joia, um ramo de quasi meio palmo de diamantes, plumas pardas, espada, cinto e adaga doirados, com os talabartes de recamado bordado, meias, ligas e rosas pardas com pontilha de oiro, collar grosso de peças de oiro, e as mangas do jubão todas bordadas de oiro. D. Duarte e D. Alexandre vestiam tambem da mesma côr parda, calções e roupeta de damasco ondeado, golpeados sobre tela encarnada, ferragoulo de chamalote sem aguas, forrado de tela encarnada de flores, alamares de seis voltas de caracolilho de oiro, cintilho e joias de diamantes, plumas pardas, espadas, cintos e adagas doirados, meias, ligas e rosas com pontilha de oiro, collares grossos de peças, e mangas bordadas.

Assim preparados, desceram o duque e seus irmãos, com todos os officiaes, fidalgos e mais creados accrescentados da casa, e entraram os tres n'um coche de velludo encarnado e oiro, com pregaria de prata, cujas ferragens eram todas doiradas e que tiravam seis mullas.

Os cocheiros com vaqueiros de velludo verde de quatro mangas, e gorras do mesmo guarnecidas de passamanes de prata, conduziam á mão tres cavallos: um castanho para o duque com sella e porta-mantéo de tela encarnada com passamanes e laços de caracolilho de oiro, teliz da propria tela, freio, estribeiras e ferragens de prata, e as estribeiras tauxiadas de oiro; outro para D. Duarte, ruço pombo, egual ao do duque no arreio, só com a differença de ser a tela côr de rosa; e outro para D. Alexandre, melado, rodado de branco, com jaezes verdes e guarnições de laçaria de prata, teliz de velludo com franjas e borlas de prata e verde. Para a duqueza iam dois cavallos; um d'elles sobre gualdrapa de velludo negro levava um silhão de oiro ao buril e meio relevo, com varias figuras, folhagens e outras obras feitas com toda a delicadeza e primor; a gualdrapa era toda de bordadura de oiro de diversos lavores, atravessados com chaparia de oiro da mesma largura de laços travados, meios satyros e figuras; as cabeçadas, que desciam cobrindo o pescoço desde o arção até aos copos do freio, eram embuçadas da mesma chaparia com outra ordem de peças mais pequenas, como por guarnição, sobre os olhos, que mal se divisavam, tendo um quadro de quatro figuras em circulos preso de um meio globo vasado como rede; as fivellas, ferragens e o estribo de voltas de oiro; cobria-se com um teliz de velludo negro, com borlas e franjas de oiro e negro. O outro cavallo levava um silhão de prata com pouca differença no feitio, guarnições e chaparia egualmente sobre gualdrapa de veludo negro. Ia tambem, para maior commodidade da duqueza, uma cadeira de mãos e uma liteira de velludo cramezim com pregaria doirada sobre passamanes de oiro, vestindo os cadeireiros vaqueiros de velludo encarnado, guarnecidos de passamanes de oiro e os liteireiros da mesma fórma. No dia antecedente já tinha partido para Elvas um coche bello e rico feito em Roma, lavrado com grande primor, assim nas talhas como nos bronzes

doirados, com o tecto de velludo negro, forrado de razo encarnado, com seis ramalhetes de flores de oiro estofadas, cercado de muitas borlas de oiro e negro e cordões com as almofadas e encostos de velludo encarnado bordados com laços e flores de oiro, e cortinas de damasco franjadas de oiro, o qual era tirado por seis cavallos ruços rodados, com guarnições de velludo negro, franjadas de oiro, e as ferragens de oiro de Milão esfumadas de oiro fino, com diversas fórmas, tendo em algumas partes as armas do duque, principalmente nas cabeçadas de que pendiam quatro borlas de oiro e seda. Os cavallos foram á mão até Elvas e o coche foi levado até áquella cidade por mullas. Este coche chamava-se de Roma, por o ter enviado d'alli de presente D. Seraphina, irmã do duque D. Theodosio.

Deante d'esta parte da comitiva ia um trombeta de libré egual á dos moços da estribeira, e logo os timbaleiros e trombetas montados em cavallos acobertados de verde, varias danças, duzentos soldados fardados de verde, com ligas e bandas da mesma côr, meias e chapeos aleonados, e plumas verdes e aleonadas. Seguiam-se os vinte e quatro moços da camara, vestidos de velludo verde, calções e roupetas golpeadas sobre tafetá branco, sendo os golpes rematados em moscas de prata, e as mangas de razo azul, largueadas de morenilho de prata, ferragoulos de panno fino de Segovia com oito bandas de velludo acaireladas de prata, chapéo e o mais como os moços da guarda-roupa, que eram oito, e vestiam calções e roupetas de velludo razo verde, golpeados sobre tela branca, botões de prata, calções com almenilhas, mangas de razo azul agaloadas a tres galões de prata, e no espaço que havia entre uns e outros galões golpes sobre tela branca, chapéos negros com tranças pequenas, rosas azues encrespadas de pontilha de prata com muitas plumas brancas e azues, cintos, espadas e adagas prateadas, ferragoulos de raxa de Florença verde, forrados de espolim azul com altos de flores brancas, meias ligas e ro-

sas azues cobertas de pontilhas de prata. Depois oito moços fidalgos com vestidos de tabi de prata e verde com flores de oiro, roupetas guarnecidas de morenilho de prata sobre soguilhas de setim azul, calções de seis partidos com almenilhas e botões de prata até á liga, ferragoulos de oito, forrados de chamalotes de aguas azues com flores amarellas tostadas, sendo as mangas dos jubões do mesmo chamalote em ondas bordadas como de caracolilho de prata, chapéos negros com cintilhos de oiro, e plumas verdes, brancas e azues, cintos prateados, meias, ligas e rosas azues cobertas de pontilha de prata. Os porteiros da camara do duque e da duqueza vestiram-se com calções e roupetas de setim avelludado negro, chapéos, meias e ligas negras, ferragoulos de panno vintadozeno negro. Vinte e quatro moços da estribeira acompanhavam o duque, vestidos de velludo verde, ferragoulos, calções e roupetas com presilhas de prata, cintos, espadas e adagas prateadas, chapéos negros, tranças torcidas de tafetá branco e azul, ligas do mesmo, meias azues e plumas brancas e verdes; e vinte e quatro homens da sua guarda com calções e roupetas atravessadas de faixas de velludo azul com vivos brancos, mangas de velludo azul com morenilho e botões de prata, capas rodeadas de uma faixa do mesmo velludo com vivos, e os capellos d'ellas com duas faixas, chapéos negros, tranças torcidas de tafetá branco, plumas verdes e brancas, meias azues e brancas, e cintos, espadas e adagas doiradas. O seu tambor ia vestido de tafetá negro todo elle cheio de passamanes de prata, com ligas brancas, meias e chapéo negro com tranças e plumas brancas. O capitão da guarda Francisco Serrão da Veiga, vestia capa, roupeta e calções de risso anogueirado, o ferragoulo forrado de tela de oiro encarnada com trinta alamares de oiro de seis laçadas e doze furtados atraz de carocolilho de oiro; a roupeta e calções com os mesmos alamares golpeados sobre a mesma tela de oiro encarnada, chapéo negro e joia

de diamantes, plumas anogueiradas, meias, ligas e rosas de egual côr com pontilhas de oiro, collar de peças, as mangas do jubão de tela encarnada, quasi occulta sob laços e caracoes de caracolilho de oiro, cinto, espada e adaga doirados; ia montado em um cavallo com jaezes de verde e oiro. Tudo isto marchava em ordem, sendo o ultimo o capitão da guarda que com ella cobria o coche em que iam o duque e seus irmãos. No seu alcance seguiam quarenta fidalgos e commendadores da casa e seus creados, em coches e liteiras, e outros a cavallo, e mais de duzentos homens, pessoas da sua familia, a cavallo. Esta comitiva foi sempre crescendo pelo caminho, de maneira que o duque, ao chegar a Elvas, o que foi já tarde, levava comsigo mais de oitocentos cavalleiros, vassallos e obrigados seus.

Pouco menos de uma legua antes da cidade, tendo o duque, assim como D. Duarte e D. Alexandre, cavalgado, veiu o magistrado e justiças d'ella recebel-os a grande distancia, com quasi trezentos cavalleiros, em que se contavam fidalgos e gente nobre, vestidos luzidamente com coches e cavallos á dextra, e um numero grande de danças e outros festins, para celebrarem aquellas bodas, aos quaes o duque tratou com o maior agrado, deixando todos satisfeitos. D'ahi a pouco chegou com seus sobrinhos o bispo D. Sebastião de Mattos de Noronha, que então governava a egreja elvense, com formoso acompanhamento; e, feitos os cumprimentos de parte a parte, entraram todos na cidade, em cuja cathedral os noivos deviam receber as bençãos; para o que Elvas estava bem situada pela sua posição a quasi egual distancia entre Villa Viçosa e Badajoz, terra que serviria de entrada em Portugal á duqueza de Bragança. O duque aposentou-se no palacio do bispo, e, mal chegado, mandou por D. Antonio de Mello, seu estribeiro-mór, cumprimentar D. Luiza e saber como havia passado na jornada.

N'aquelle mesmo dia com tres coches de creados, partiu

D. Duarte pela posta a fim de visitar a duqueza em Badajoz, onde se detinha esperando que acabassem os aprestos para o seu recebimento. O conde de Niebla, herdeiro dos estados de Medina-Sidonia, que acompanhava sua irmã, sahiu fóra da cidade em grande distancia a encontrar se com elle. A visita de D. Duarte duraria meia hora, e, acabada, recolheu-se a Elvas.

No outro dia, doze de janeiro, deixou a duqueza Badajoz no coche de Roma, seguida de todos os fidalgos e nobres d'aquella cidade, e dos que de S. Lucar lhe vinham assistindo; os quaes, entre fidalgos, creados, e pessoas particulares, eram pouco menos de quatrocentos, lustrosamente trajados, e com tanta riqueza e bizarria, que bem mostravam a grandeza do duque de Medina-Sidonia. Trazia seis coches de damas e fidalgos, sessenta e duas cargas com reposteiros e penachos e peitoraes de cascaveis, e dez que eram da sua recamara, com reposteiros de velludo encarnado, com bordados de cortado com as armas do duque seu pae; as azemulas com peitoraes de franja, cabeçadas de seda, os cascaveis, arrochos, ferragens, antolheiras, e laminas, com as armas, tudo de prata.

Sabida a approximação da noiva, o duque entrou no coche, tinham dado nove horas, e, sahindo de Elvas com toda a sua côrte, passou a ponte do Caia, e a pouco espaço encontrou a luzida comitiva hespanhola. Então emparelhou com a carroagem da duqueza, passou-se a ella com seus irmãos, e, feitas aquellas cortezias, a que o respeito obrigava, tomaram o assento de deante D. Duarte e o conde de Niebla e a estribeira direita D. Alexandre.

Era entre as tres e quatro horas da tarde, quando chegaram a Elvas com grande chuva. Apearam-se no adro da Sé, onde a duqueza foi levada na cadeira, que se lhe prevenira, por quatro moços da camara do duque, até á porta principal, junto da qual o bispo estava esperando. Sahiu da cadeira a duqueza, em corpo, deixando o boheme; recebeu

a agua benta da mão do bispo, e entrou com o duque e os senhores, levando-a pelo braço D. Duarte, e pegando-lhe na cauda da cota a camareira-mór. Ao entrar tocaram os orgãos, as charamelas e os outros instrumentos, até chegarem ao logar que se lhes preparara. Commungaram os duques da mão do deão da sua capella; o bispo ratificou o matrimonio e lançou-lhes as bençãos, soando entretanto accordemente a musica.

Ia o duque vestido de tabi anogueirado razo, guarnecido de passamanes de oiro, bordados de grande altura, dos quaes sahiam uns ramos largos, volteados, bordados de oiro e perolas. Todo o mais campo do vestido era de enlaçados SS com perolas nos meios e extremos; e no espaço que ficava de um a outro de ramos de flores de liz com chaparia de oiro. O ferragoulo tinha o forro do mesmo tabi de flores. Adornavam o vestido cento e vinte botões de oiro, em que se engastavam grossos rubis e diamantes, entresachados um diamante e um rubi, acompanhados todos de quatro perolas, arrematando no extremo do meio com um S; as quaes chegavam ao numero de dezoito mil, em que havia muitas de mais de vinte cruzados de valor, muitas de quinze, e nenhuma de menos de dois. As mangas do jubão eram de um tão apertado bordado que parecia oiro de martello. A espada, cinto e adaga eram tauxiados de prata e oiro; e o collar, estimado em oitenta mil escudos de oiro, de grossas perolas e rubis. Este collar deu el-rei D. Manuel ao duque D. Jayme, seu sobrinho, no dia em que foi jurado principe herdeiro do reino de Portugal. Era o chapeo negro; o cintilho obra egual á do collar; a joia uma pluma de quasi meio palmo de rubis, sahindo no reverso, a pouca distancia, diversas plumas brancas; as meias, as ligas e as rosas brancas, cobertas de pontilha de oiro, e os sapatos negros.

A duqueza vestia uma cota inteira de quatro mangas, as cahidas de pontas cortadas quasi a triangulo, aber-

tas e forradas de tabi de prata de flores, a logares tomadas com uma joia de diamantes. Era a cota verde bordada de uma nova invenção de laços de flores e ramos de prata e oiro, tão tecidos, que apenas se deixava divisar a côr verde. Do pescoço pendia-lhe uma banda da mesma côr feita de oiro e prata, com uma grande joia de diamantes de subido valor. Trazia volta e alçacuelo á castelhana; os cabellos toucados de rosas verdes com pontilhas de oiro e prata; ao hombro um boheme como a cota; chapeo branco com largas pontas de renda de oiro, e plumas brancas.

D. Duarte trajava de lhama anogueirada, guarnecida de passamanes de oiro bordados, e por entre elles lentejoilas de prata, sendo o campo bordado de SS de oiro com chaparia de prata. O ferragoulo era forrado de tabi de flores de oiro, anogueirado; a espada, o cinto, e a adaga, como o duque; as meias, as ligas e as rosas anogueiradas com pontilha de prata; o chapeo negro com plumas anogueiradas; a joia e o cintilho de rubis; e o collar de diamantes de grande valor. Este collar mandára-o a princeza D. Joanna á duqueza D. Catharina, quando se effeituaram as suas bodas com o duque D. João I.

D. Alexandre ia vestido de risso verde, com guarnição de passamanes bordados de meia trança e briscada, com entremeios de casquilho, e meias perolas de prata. O mais campo era de trocados SS bordados de prata e chaparia de prata; o ferragoulo, forrado de lhama branca imprensada; as meias, as ligas e as rosas verdes com pontilha de prata; o chapeo negro; as plumas brancas; o cintilho e joias de diamantes; o collar de oiro de peças, debaixo de outro em que trazia a venera da ordem de Christo guarnecida de diamantes; a espada, celebre por ter sido com ella armado cavalleiro o infante D. Duarte, seu bis-avô, no dia em que recebeu a ordem da cavallaria de Christo, era de oiro, ornada de diamantes. Levava tambem um rico punhal.

O conde de Niebla usou n'esta occasião e nos mais dias

que esteve em Villa Viçosa, de ricos vestidos, joias e collares, assim como seus creados e os do duque seu pae, cujas galas faziam na multidão e riqueza uma agradavel e esplendida côrte.

Acabadas as cerimonias da egreja, recebidas as bençãos das mãos do prelado elvense, foram todos até ao paço episcopal, seguindo os noivos, e congratulando-se mutuamente da felicidade d'aquelle dia. O duque levou a duqueza pela mão até á cadeira, em que foi conduzida pelos mesmos que a tiraram do coche, e assistiu-lhe sempre junto á vidraça. Chegados ao paço, hospedou-os pomposamente D. Sebastião de Mattos de Noronha, que era de animo altivo e generoso. Não se detiveram os duques longo tempo á meza, posto haver muitas iguarias, e despediram-se do bispo, que por sua indisposição se dispensou de acompanhal-os. Refere-se que este, ao receber os illustres noivos, se embaraçou em si mesmo e cahiu, no que muitos quizeram vêr um prognostico ou ameaço da desgraça que veiu a experimentar pelo crime de rebellião contra o proprio duque, depois de acclamado e reconhecido rei. Quizeram ainda muitos achar n'esta visita a origem do odio do prelado a D. João (se é que tal odio existiu e não foi antes o movel do attentado unicamente o interesse e a falta de patriotismo, o que é mais provavel) por ter o duque não só rejeitado a hospedagem que elle lhe preparara com grande dispendio e gosto, mas tambem por lh'a ter querido pagar com um collar de summa valia, que alguns subiram a sessenta mil cruzados, o qual D. Sebastião não acceitou, dando-se por bem pago na ostentação da sua liberalidade e grandeza.

Ao anoitecer subiram os duques ao coche e partiram de Elvas, cujo habitantes lhes fizeram taes festas como jámais se tinham visto. Marcharam na ordem em que permittia o tempo. As cargas e recamara da duqueza e muitos creados seus iam uns no alcance dos outros, e assim foram chegando a Villa Viçosa, onde os duques entraram ás duas

horas depois da meia noite, com tempo nublado e escuro; pelo que se prevenira um grande numero de tochas e vinte e quatro lanternões grandes de campo, que rodeavam o coche e allumiavam o caminho. Assim fizeram o seu ingresso em Villa Viçosa, que estava toda illuminada, e guarnecida com dois mil arcabuzeiros das ordenanças da villa e de Borba, debaixo do mando dos capitães Antonio Rodrigues Robles, Francisco Paes, e Bartholomeu Rodrigues, que haviam servido muitos annos em Flandres, por entre os repiques dos sinos, as salvas da artilheria do castello, as descargas da mosquetaria, a musica das trombetas, atabales, clarins e tambores, e os vivas do povo, que com differentes danças e festins alegrava o acto. As ruas por onde passaram achavam-se ornadas, e as damas lançavam das janellas flores e aromas sobre os duques, os quaes, ao som das acclamações, chegaram ao paço, em cuja frente ardiam duzentas tochas, e n'elle entraram, com toda a sua côrte e com os senhores que vieram á festa, levando o duque a duqueza pela mão, de uma parte, e D. Duarte, da outra, pelo braço. O bispo da Guarda, D. Frei Lopo de Sequeira, descendo com sua mãe D. Isabel Pereira de Vasconcellos e com D. Filippa de Brito, beijaram a mão á duqueza. Pegou-lhe D. Isabel na cauda da cota, e depois das devidas cortezias subiram. D. Alexandre abaixava-se a cada degrau, tomando a cota da duqueza, para que lhe não servisse de embaraço. Á entrada da sala estava a cruz metropolitana levantada, e o arcebispo de Evora, D. José de Mello, filho do marquez de Ferreira, o qual, depois dos cumprimentos que permittiam os seus muitos annos, e cabiam na sua grande dignidade, os foi acompanhando até á camara da duqueza, d'onde, depois de breve visita a esta e ao duque, se retirou. Passado pouco tempo fizeram os senhores o mesmo [1].

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

II

Os paços de Villa-Viçosa tinham-se embellezado para receberem condignamente a sua nova dona. A grande sala foi ornada com a armação dos Triumphos, e a guarda-roupa e a camara do duque com os rarissimos pannos de arrás de oiro e seda, onde se representavam as victorias e feitos notaveis do condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

Em ambas estas casas havia doceis: na guarda-roupa por cima do aparador um de tela encarnada com entremeios de brocado, e na camara outro de tela com os altos em laços avelludados, estes encarnados e a tela amarella, tendo debaixo uma cadeira para o duque sobre uma alcatifa, e defronte sobre outra um bufete, coberto com um panno de velludo encarnado com alamares em laços de oiro nos cantos, bordado muito artificiosamente.

Immediato a ella, fez o duque de novo para a duqueza uma sala com lanços de quarenta palmos, cujo tecto, em branco, estava quasi todo tapado de uma industriosissima laçaria de oiro, por entre varias carrancas, meias figuras de satyros, nymphas, e pequenos quadros de arvoredos. Forravam as paredes d'esta casa uns riquissimos pannos de arrás de oiro e seda, que chamavam dos Planetas, por os terem afigurados.

O grande estrado da duqueza, atapetado de finissima alcatifa que semelhava um prado matizado de boninas, tinha vinte e quatro almofadas sobre outras tantas de tabi branco, de flores varias, e quatro tamboretes de perfeitissima laçaria de SS bordados de cortado, e um docel de brocado de tres altos com as armas e extremos do mesmo bordado.

Realçavam esta casa duas janellas de grades rasgadas sobre um largo tanque cheio de agua com peixes, a qual reluzia por entre as verdes sombras dos limoeiros que o cercavam; d'elle estendia-se uma espaçosa rua, orlada de alegretes, tosada murta, e laranjeiras até rematar em outro tanque, de cujo centro para varias partes, pelos olhos, bocca e orelhas, lançava agua de copiosos canos o feio trombeta de Neptuno.

A guarda-roupa da duqueza, que se seguia a esta casa, e onde estavam, uma junto á outra, a porta do quarto das damas e a da camara que fôra de D. Catharina, armava-se com os pannos de arrás de Annibal, e tinha sobre um aparador um docel de tela branca. O tecto representava primorosos grutescos e figuras; serviam-lhe de enfeite os finissimos pannos de arrás de Alexandre, e tinha para o duque e para a duqueza uma cama de oiro e arrás com a comprida historia de David e Saul, de inestimavel valor e arte.

As casas da antiga residencia do duque, quando o era só de Barcellos, que olhavam para os jardins, bosques, lagos e arvoredos das costas dos paços, e ficavam perto da sala, chamada de D. Henrique, estavam aderaçadas com os pannos de arrás dos Mezes, Rei e Rainha velha; e, em aposentos particulares puzeram-se tres camas de tela de oiro, quarteadas de velludo lavrado, cada uma d'ellas de côr diversa.

No quarto que ficava para a outra parte, o chamado Novo, a sala aformoseava-se com os pannos da Verdura. A guarda-roupa, que foi do duque, adornavam-a os pannos de arrás de Julio Cesar, e a primeira camara tinha o tecto occupado pela fabula de Perseu, desde a victoria da monstruosa filha de Phorco, transformação de Atlante, e liberdade de Andromeda, até á destruição dos Lapitas; e as paredes cobertas com outros pannos de Cesar que chamavam de Baixa Cahida. Uma outra camara do duque vestia-se com os pannos de Hercules; no tecto viam-se as fa-

çanhas de David. N'esta camara havia uma bellissima cama de brocado, quarteada de velludo azul.

Ao aposento de D. Duarte couberam por adorno os pannos da historia da Rainha de Sabá. Havia ahi uma cama de extranha riqueza, irmã do docel, almofadas e tamboretes do estrado da duqueza, a qual serviu ao conde de Niebla, seu irmão.

O quarto de D. Alexandre tinha outra riquissima cama, e armava-se com os pannos de arrás de Alexandria.

Todas as casas d'este quarto foram dispostas com extraordinaria grandeza, sendo as suas armações do mais fino arrás, e muitas d'ellas de muito mais seda que lã [1].

No dia seguinte ao da chegada, comeu o duque em publico. Sahiu da sua ante-camara com D. Duarte e D. Alexandre, atravessou a sala, e foi buscar ao seu quarto o conde de Niebla, que logo veiu com elles; e dirigiram-se todos para a meza. Estava esta posta em uma sala bem preparada, ao centro, sobre um estrado grande de dois degraus, forrado de excellente alcatifa, debaixo de um docel de velludo carmezim, e tinha quatro cadeiras; defronte havia dois doceis de tela amarella, com as armas bordadas, os quaes cobriam dois grandes aparadores, com seis degraus forrados de velludo, em um dos quaes brilhavam cento e cincoenta peças de prata doirada, de excellente feitio e exquisito gosto; e no outro prata branca liza para o serviço, a que se juntavam em ambos muitas peças de prata grandes, bem obradas, que serviam sómente de ornato. Sentaram-se á meza; o duque na cadeira do meio; á sua mão direita o conde de Niebla, e logo D. Duarte; e á esquerda D. Alexandre, ficando todos quatro debaixo do docel. Depois de sentados, o bispo da Guarda sentou-se tambem do lado de D. Duarte, e D. Fernando de Mello

[1] Diogo Ferreira de Figueirôa, *Epitome das festas que se fizeram no casamento de D. João II, duque de Bragança*. Evora. 1633. 8.º

do mesmo, porém na volta da meza. Da parte direita ficaram os fidalgos da casa do duque e os gentis-homens que vieram com a duqueza, todos descobertos. Benzida a meza, segundo o costume, entraram os porteiros da canna e os da maça, com ellas ao hombro; seguiam-se os arautos e passavantes com cotas de razo encarnado e branco, e n'estas os castellos e quinas de Portugal; e logo o veador do duque, e o mantieiro com o gomil e prato de bestiães doirado; traziam mais dois pratos um criado accrescentado da casa do duque e um moço da camara. Feitas as devidas cortezias, o mantieiro, lançando agua no prato, beijou-o e entregou-o ao trinchante, que, com a mesma cerimonia, o poz deante do duque, e lhe deu agua ás mãos, e ao conde, a D. Duarte, e a D. Alexandre. Depois deu-a o creado accrescentado ao bispo, e o moço da camara a D. Fernando; e tirando o mantieiro a toalha, foram-se os demais, tardando pouco em voltar com as iguarias, que acompanhavam os soldados da guarda do duque. Assim que ellas se apresentaram salvou o castello com toda a artilheria, e começaram a soar as trombetas, charamelas e atabales. Foram as iguarias muitas, mui delicadas, e com excellentes invenções de varios triumphos, figuras de animaes, aves, peixes e corôas, conformes ao uso d'aquelle tempo, em que não eram menos pomposas, que aprazíveis e vistosas as mezas. Todos os dias que o conde de Niebla esteve na côrte o duque sempre comeu em publico com egual estado.

N'este mesmo dia á tarde principiaram as festas: correram-se toiros; á noite illuminou-se tudo como os mais dias, e houve diversos jogos, danças e mascaras pelas ruas, e engenhosos artificios de fogo que sahiram de duas peças do feitio de naus.

No outro dia, que era uma sexta-feira, em que se contavam quatorze de janeiro, mandou o duque á duqueza um presente de peças com rubis, diamantes e perolas, de ad-

miravel arte e de grande valor. A duqueza ornou-se logo com algumas e foi ouvir missa á sua tribuna, levando uma cota de tabi anogueirado e flores de prata, assistida da camareira-mór e das suas damas. O duque fez o mesmo na sua tribuna com o conde de Niebla, D. Duarte, e D. Alexandre, o arcebispo d'Evora, e o bispo da Guarda. Foi a missa rezada, e, emquanto se dizia, cantou a capella o hymno Te-Deum laudamus, e depois alguns villancicos escriptos á vinda da duqueza, o que se continuou com outros differentes ao mesmo intento, nos mais dias que duraram as festas.

A tarde houve carreiras de cavallos, que correu Antonio Galvão de Andrade, um dos estribeiros do duque, o qual no mesmo emprego o serviu depois de rei, e foi fidalgo da sua casa, e commendador de S. Thiago de Ourem e de Nossa Senhora da Caridade, na ordem de Christo. Era muito dextro na arte da cavallaria, de que compoz um tratado, que imprimiu no anno de mil seiscentos e setenta e oito, onde repete em treze gravuras a buril os exercicios que então fez, os quaes, embora hoje muito conhecidos, excediam, para o tempo, tudo quanto se podia desejar. No primeiro, correndo com o pé no chão, e tornando-se á sella com incrivel velocidade, parou. No segundo, deixando cahir muitas vezes um lenço, apanhou-o outras tantas, indo sempre a toda a brida. No terceiro, depois de encetar a carreira, voltando-se na sella, poz-se com os pés em cima, e correu até ao meio, e, tornando-se com os pés aos estribos, em um instante findou a carreira. No quarto, correndo, foi assentando o pé muitas vezes no chão. No quinto, obrigando o cavallo, ao parar, a tocar com as ancas em terra, deante dos duques e de seus irmãos, acabou fazendo-lhes cortezia.

Depois da admiravel dextreza com que Antonio Galvão de Andrade, satisfez os mais difficultosos primores da arte da cavallaria, merecendo grande applauso dos duques e da

côrte, representou-se uma comedia publica em vistoso theatro, que para este fim se levantou perto das janellas do paço, que presencearam os duques e seus irmãos. Á noite houve luminarias não só no palacio e no terreiro, mas tambem em toda a villa. No campo estavam duzentos arcabuzeiros com o seu capitão, que segundavam as salvas do castello, fazendo exercicio militar de descargas; ao mesmo tempo viam-se em outra partè, alguns volatins, que entretinham e levavam atraz de si os olhos do povo com sua extraordinaria ligeireza.

Da parte de S. João do Carrascal veiu uma encamizada que fez a sua entrada pela de Santo Agostinho. Trazia deante uma trombeta bastarda, e logo os atabaleiros em mulas, com coberturas verdes, bordadas de cortado amarello, quatro trombetas, um terno de charamelas, todos bem montados, um grande numero de danças e folias, e entre estas dois carros triumphaes, um de charamelas e outro de outra musica; depois vinte e quatro moços da estribeira e vinte e quatro moços da camara, descobertos com tochas accesas, e dois cavallos á dextra, com telizes de velludo carmezim, bordados de cortado de flores de tela amarella, os quaes iam no meio dos moços da estribeira.

A isto seguia-se a primeira parelha composta de D. Duarte e de D. Alexandre, montados em soberbos cavallos: o d'aquelle castanho claro, e o d'este, baio rodado de branco, com mochilas encarnadas bordadas de passamanes de oiro, xaireis de oiro e seda enfeitados de varias côres, estribos, bocaes, e enselladas de prata. Ambos os irmãos do duque vinham com tochas de quatro pavios, e os seus vestidos eram de velludo negro, golpeados sobre tela branca, os golpes com moscas de prata, as mangas do jubão de tela branca, mosqueadas de negro, as capas negras forradas da mesma tela, os chapeos negros com tranças de velilho de prata, e as rosas grandes, illustradas de temblantes, e enfeites de oiro e prata, de que sahiam plu-

mas brancas. D. Duarte trazia atravessada uma liga do proprio velilho, e D. Alexandre, sobre a cadeia do habito, um talim de bordado recamado. Atraz d'elles vinham vinte e duas parelhas de singulares cavalleiros, com tochas accesas, vestidos ricamente e com bom gosto de telas e tabis de côres, plumas, joias e collares, e os cavallos bem ajaezados, o que formava tudo uma agradavel e pomposa vista. A esta entrada correspondeu o castello com uma salva de toda a artilheria. Os moços da camara e estribeira ficaram, conforme a sua graduação, postos em ala ao pé das janellas dos duques, fazendo o mesmo a guarda de D. Duarte e de D. Alexandre. Da outra parte ficou uma companhia dos arcabuzeiros, occupando uns e outros o espaço das carreiras. Acabadas estas, sahiu a comitiva com a mesma ordem, e foi passear pelas ruas da villa, que estava toda illuminada.

No dia quinze houve toirada, sendo os cavalleiros, D. Luiz de Noronha, caçador-mór do duque, Fernão Rodrigues de Brito, seu camareiro-mór, Salvador de Brito seu trinchante, commendadores da ordem de Christo, e o seu estribeiro Antonio Galvão de Andrade; os quaes mostraram toda a sciencia e arte, matando muitos toiros.

O duque, querendo em tudo divertir o conde de Niebla, seu cunhado, determinou fossem uma tarde á sua famosa tapada. Sahiu o duque do paço com seus irmãos e o conde, e entraram n'um coche. Ao mesmo tempo salvou-os o castello com a artilheria, soando as trombetas, atabales, charamelas, pifanos e tambores. Marchavam deante dezesete coches e os cavallos da caça atraz. Gastou-se bem a tarde, porque se mataram gamos e javalis, e voltaram ainda de dia para Villa Viçosa. Foi applaudida a sua entrada com outra salva da artilheria do castello, e continuaram na villa as festas, com diversas danças e divertimentos, a que accudia muita gente, e ainda mais, porque das janellas do paço D. Duarte e D. Alexandre lançavam patacas e es-

cudos e outras moedas ao povo, o que deu causa a uma tumultuosa pendencia. Na mesma noite houve fogo do ar, que ardeu em uma magnifica torre com vistosos artificios, e durou largo tempo.

Contavam-se dezesete de janeiro, dia que se destinou para um soberbo jogo de cannas reaes. Dividiu-se este em duas quadrilhas, cada uma de dezoito cavalleiros, sendo a primeira de D. Duarte com D. Luiz de Noronha, caçador-mór, e a segunda de D. Alexandre com Fernão Rodrigues de Brito, camareiro-mór do duque; as quaes, depois de se juntarem no campo do Carrascal, sahiram, por Santa Luzia, á rua da Corredoura e entraram no Terreiro do Paço, na fórma seguinte. Deante ia uma bastarda, e seis trombetas e quatro atabales, todos com vaqueiros guarnecidos de passamanes de prata, montados em possantes mullas com gualdrapas de panno verde, bordadas de cortados de amarello; logo as danças, e entre ellas, com divisão, tres ternos de charamelas e as do duque com sua libré; depois duas azemalas com cannas, tapadas de reposteiros de velludo verde, com as armas bordadas de oiro e prata, com cadilhos de varias côres, sendo as ferragens, arrochos, e testeiras das armas de prata; emfim oitenta cavallos á dextra, com jaezes de oiro e prata, quasi todos do duque; doze dos ultimos pertenciam a D. Duarte e a D. Alexandre. Os seus jaezes eram de oiro, perolas e aljofre; os bocaes e as ensclladas do mesmo, e as sellas cobertas de ricos telizes de varias côres. Vinham prezos pelos cordões das cabeçadas, que levavam homens vestidos com marlotas de tafetá azul e verde. Foram os padrinhos D. Christovão Manuel e D. Antonio de Mello, estribeiro-mór do duque, que montavam em bellos cavallos. Seguia-se o meirinho da casa, doze moços da estribeira e doze da guarda, no meio dos quaes ia D. Duarte, e á sua estribeira doze moços da camara, um dos quaes conduzia a adarga com a sua empreza, que era um loireiro verde e quatro corôas do mes-

mo, suspendidas d'elle, com esta lettra: *Nondum aruit;* no estandarte da lança levava uma aguia com os pés atados e a lettra que dizia: *Semper eadem;* palavras e emblemas proprios da ambição de gloria em que ardia a sua alma. Assim os d'esta como os da outra quadrilha vestiam á mourisca com marlotas e capellares de velilho de oiro e azul, franjados de oiro, forros de tafetá azul, barretes vermelhos, sem plumas, e suas emprezas. A differença de D. Duarte consistia em ter esporas e terçado de oiro e aljofres, e em ir o seu cavallo, que era baio, guarnecido com joias, sendo o freio, ensellada e bocaes tambem de oiro e aljofres. Os da outra quadrilha vestiam marlotas e capellares de velilho de oiro e verde. D. Alexandre montava um cavallo castanho claro, no mais egual em tudo a seu irmão, com outros tantos moços da camara, estribeira e guarda. Levava na adarga por empreza um sol sahindo d'uma nuvem escura, com esta lettra: *Post tenebras spero lucem;* e no estandarte da lança uma harpa com o seguinte: *Quid erit in cœlo?* Ultimamente marchava um esquadrão de duzentos soldados com bandeira, tambor e pifano, que governava o alferes-mór do duque, soldado veterano das guerras de Flandres, todos com luzidos vestidos, bandas e plumas.

Entraram desde Santo Agostinho pela parte do convento das Chagas, e, apenas chegaram ante a janella em que estavam os duques, tiraram com bizarria as lanças do hombro, e, abaixando-lhes as pontas, fizeram as cortezias. D'ahi passaram a dar principio ás carreiras, e, no fim d'ellas, ás cannas, que correram com bizarria e desembaraço. Depois executaram uma vistosa escaramuça, e, acabando finalmente com carreiras, despediram-se na fórma em que haviam entrado, o que applaudiu o castello com uma salva de artilheria. Tendo sahido do Terreiro do Paço, foram passeiar pelas ruas da villa. Á noite houve comedia no palacio.

A satisfação que o conde de Niebla teve da passada montaria obrigou-o a pedir ao duque voltassem ao campo, o que

logo se poz em practica, sendo o dia ainda de maior gosto pelos muitos veados e javalis que mataram. N'esta mesma tarde houve comedia publica, e á noite outro magnifico fogo do ar, representado em fontes e admiraveis invenções. Na quinta feira, vinte de janeiro, ao tempo que o conde de Niebla estava mais divertido, em companhia dos duques, chegou-lhe recado de seu pae, que o chamava, pelo que teve de partir, deixando em todos saudosas memorias da sua agradavel companhia, as quaes eram mais vivas na duqueza sua irmã, que sentiu se ausentasse tão depressa. O duque, com D. Duarte e D. Alexandre, acompanhou-o até junto da tapada. Um dia antes já se haviam despedido o arcebispo de Evora, o bispo da Guarda e outros senhores, retardando-se alguns mais o marquez de Ferreira, em quem o parentesco era tão chegado, como a estimação no duque [1].

III

Fôra grande a mudança operada nos paços de Villa Viçosa com a morte de D. Theodosio; entretanto elles deviam recordar-se com pena das epochas brilhantes de outr'ora, quando os sorrisos das damas respondiam timidos aos requebros dos cavalleiros, quando o rugir das sedas e o timbre suave das vozes contrastavam com o tinir das espadas e com as palavras ruidosas, quando resoavam as musicas cheias de harmonia, e as luzes de mil tochas faziam brilhar a um tempo o oiro, as perolas, os rubis, os diamantes e os rostos formosos de mil nobres donzellas. Agora não; agora, com a vinda da nova duqueza e da sua côrte feminina, acabaram essas saudades, porque, juntamente com ella volta-

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

ram ao antigo solar a vida, o amor, a esperança e toda essa turba de sensações encontradas, já bellas, já tristes, já tranquillas, já inquietas, ora risos, ora lagrimas, porém matizadas, luminosas, febris e attrahentes, que resaltam da convivencia dos dois sexos, quando os inflamma a intelligencia phantasiosa e o coração ardente e sofrego da quadra da juventude.

Deleitosos correram para D. João e D. Luiza os primeiros tempos que se seguiram ao seu casamento, como é proprio de noivos e principalmente na sua edade. Contava o duque de Bragança vinte e nove annos, e sua esposa vinte, pois nascera em treze de outubro de mil seiscentos e treze. Era elle de estatura mediana, bem proporcionado de corpo, e até gentil de rosto; a côr claro-rosado, e o cabello loiro mas grosso; vigoroso e pouco esbelto; ella sobre morena, formosa, de olhos grandes e negros: não lhes faltavam portanto nem mocidade, nem dotes corporaes, não fallando na jerarchia e riqueza que difficilmente encontrariam semelhantes, só se fosse em casas soberanas. Todas estas circumstancias e predicados podiam existir, e não se amarem, porque o seu casamento fôra á maneira dos reaes, sem que primeiro se estimassem nem mesmo se conhecessem, a não ser talvez por meio de retratos, e esses quem sabe se fieis. Não succedeu comtudo assim. Não foi necessario decorrer muito tempo, antes que o trato mutuo e continuo os apertasse pelos fortes vinculos do amor, ou, ao menos, da amizade. Amaram-se ou estimaram-se desde que se uniram ou quasi; e a prova é a alteração radical que, por esse motivo, aconteceu nas relações do duque com seus irmãos, posto que n'isso tambem entrasse, a par de outras razões, a indole exempta e altiva da nobre duqueza.

Até ahi D. Duarte e D. Alexandre, e mais o primeiro, haviam gosado sós da affeição do duque de Bragança e tinham sido a sua principal companhia. Viviam vida de irmãos e de mancebos, e sempre sem quebra na harmonia

que reinava entre todos. Veiu D. Luiza para Villa Viçosa, e as coisas mudaram de figura, porque o amor de esposo, muito mais forte do que o amor fraternal, obrigou D. João, enlevado nos roseos sonhos, digamos assim, da sua primavera matrimonial, não a desestimal-os, mas a conceder-lhes menos favor e attenção do que lhes concedera anteriormente, e do que elles julgavam consentaneo ao seu parentesco e amizade. Sentiram-o os dois, e doeu-se mórmente D. Duarte, por mais melindroso e sensivel e pela sua posição especial na familia. Conta-se este como o começo e procedencia da desunião originada, pouco depois do casamento do duque, entre D. Luiza e o cunhado; mas outro elemento, e de maior importancia, devia contribuir para descontental-os, pois este não bastava, e era, até certo ponto, a consequencia natural do novo estado do senhor do casa.

Ja notámos como, pela superioridade de intelligencia e educação, assim como por seu caracter serio e prudente, D. Duarte exercia no duque de Bragança decidida preponderancia, e como as suas opiniões eram por este consultadas e attendidas, toda a vez que as conveniencias politicas, ou os enredos da côrte ducal não fallavam mais alto. Ora, D. Luiza de Gusmão não gostou d'esta interferencia nos negocios domesticos. Pinta-nos a historia a esposa de D. João, e futura rainha de Portugal, senhora de genio decidido e ambicioso, e chega até a attribuir-lhe na elevação da casa de Bragança ao throno um papel transcendente, julgando que foi quem talvez mais contribuiu para resolver o animo indeciso e froixo de seu marido a acceitar a coroa das mãos dos conjurados. O mesmo D. Duarte, conforme veremos, dá a entender que D. Luiza gostava de governar, ao passo que nos mostra D. João, remisso a esse encargo[1]. Entrando pois nos paços de Villa Viçosa, sup-

[1] Bib. Nac., Mss., B, 2, 1; Augustin Navarro Burena, *Relacion que hize al conde D. Francisco de Mello de lo que pasò en la prision de D. Duarte para embiar a Su Magestad.*

poz-se com direito a ser amada pelo duque com exclusão de tudo o mais, e, não obstante os seus vinte annos, a ser por elle ouvida e consultada, ou pelo menos, não o sendo, a não consentir que alguem a substituisse. Contrariavam-a porém, d'um lado, a ingerencia de D. Duarte nos negocios, e do outro, além do respeito que devia ao duque, senhor da casa, mais velho do que ella, e com que ha pouco vivia, o que tributava ao cunhado, que o mesmo attendia tanto, e cujas boas qualidades a duqueza não tivera ainda opportunidade de avaliar devidamente. Sentia portanto desejo de sahir d'essa situação, em que se achava mal e meio sujeita, e de tomar na familia o logar desassombrado que lhe competia.

Outro facto concorreu ainda para a desharmonia entre a duqueza e D. Duarte. Esse novo motivo, que aggravou os antigos, procedeu, segundo D. Francisco Manuel de Mello e o geral dos auctores, que quasi todos o seguiram, de D. Duarte olhar reprehensivelmente uma creada menor da duqueza, e, segundo uns documentos copiados por Fr. Vicente Salgado, e de que adeante mais de uma vez falaremos, de amar D. Maria de Lara e Menezes, sua dama, presumida auctora das *Saudades de D. Ignez de Castro*, e ainda sua parenta, como neta do primeiro duque de Villa Real, e sobrinha do duque de Caminha, tudo consoante aos ditos documentos e ao prologo das mesmas *Saudades*. Dos amores com a creada do paço ducal nada sabemos, senão o que trazem aquelles auctores. Dos outros, posto egualmente mysteriosos, ha muito mais noticias, mas revestidas de particularidades que nos levam a rejeital-os, apesar do bello episodio com que enriqueceriam a nossa historia, pois não faltam para os tornar attractivos e interessantes nem a mocidade, nem as perseguições, nem a poesia, nem o infortunio. Reservamos para elles um capitulo especial, e então mostraremos o nenhum credito que merecem. Com outra mulher, segundo dois genealogicos, teve amo-

res D. Duarte, ou então ou antes, havendo d'ella uma filha, que se chamou Catharina de Leão, e veiu a casar com Luiz de Mendonça Corte-Real. Seria esta, ou D. Maria de Lara, a quem tambem attribuem um filho de D. Duarte os ditos documentos e poucos genealogicos, a creada que menciona D. Francisco Manuel de Mello? Cadornega não expressa o motivo da retirada de D. Duarte; diz apenas que deu este passo «talvez para se tirar de alguma occasião em que pudesse ter desgosto»[1].

Eis as causas geralmente apontadas á desintelligencia da duqueza com seu cunhado. Não negamos que ellas sejam ponderosas e bastantes para original-a; mas outra houve ainda, grande, grandissima, e capaz só por si de produzir egual effeito, quanto mais ajudada pelas que apontamos, ou por qualquer d'ellas: a opposição de D. Duarte ao casamento do duque de Bragança com D. Luiza. Não era muito possivel, quasi certo que esta o soubesse? E, sabendo-o, não devia nascer d'ahi, como consequencia logica, o desagrado contra quem se atrevera a dar este conselho, pondo em perigo o conseguimento da invejada fortuna de quinhoar o thalamo do primeiro e mais poderoso senhor de toda a monarchia, do descendente e parente de tantos reis, do que se julgava com direito a sel-o um dia, do que os portuguezes no seu captiveiro olhavam quasi como tal? Não ha nada mais provavel.

O que nos importa agora assentar é que as desintelligencias, dentro do paço de Villa Viçosa chegaram a tanto crescimento, que se tornou insupportavel a D. Duarte permanecer mais tempo n'elle. Por maior apego que tivesse ao lar que lhe foi berço, ao nobre solar de seus antepassados, por mais caras que fossem as recordações e os laços que a este o prendiam, e não deveram ser nem limi-

[1] Ac. das Sc., Mss., Antonio de Oliveira Cadornega, *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*

tados nem fracos para uma alma tão apaixonada e suave, D. Duarte considerou que não lhe cumpria continuar a residir na casa fraterna, onde vivera, até ha pouco tempo, querido e respeitado. Tinha-lhe sido essa morada como sua propria; fôra o desejo do duque seu pae, manifestado á hora da morte, que ficasse na companhia de seus irmãos, por lhe ser a mais conveniente, e obedecera-lhe; porém, essa morada tornara-se-lhe extranha; pessoa em que não corria o seu sangue viera tomar parte no governo do estado de Bragança; essa pessoa, em vez de amiga, achara-a inimiga; julgava-o causador dos seus transtornos conjugaes; censurava o affecto e confiança que merecia a D. João; contrariava-lhe os amores; queria-lhe mal; e era necessario acabar com tantos motivos de descontentamento.

Sahiu por conseguinte dos paços fraternos, seguindo-o D. Alexandre, que a duqueza parece tambem offendera, ou que talvez tomasse o partido do irmão, por serem muito amigos, e foram residir com seus creados na Quinta dos Peixinhos, pertencente a Francisco de Lucena, e que o pae d'este, secretario da duqueza D. Catharina, fizera cabeça de um morgado do mesmo nome. Era esta propriedade accommodada para hospedal-os, por ter casas capazes d'isso, pela largueza das salas, e aposentos de boas pinturas, jardins, diversos pomares e hortas, e capella de Santo Ildefonso [1]. Esta separação não importou ainda assim quebra de amizade entre os tres irmãos; pelo contrario D. João visitou-os na sua nova residencia, dando-lhes bastantes provas de estima.

Foi durante a estada na dita quinta que D. Duarte e D. Alexandre fizeram juntos uma romaria a Nossa Senhora de Guadelupe, em Hespanha, ou em cumprimento de alguma promessa, ou por mera distracção, ou com fim occulto. N'essa visita mostrou mais uma vez D. Duarte a

[1] Ac. das Sc., Mss., Antonio de Oliveira Cadornega, *Descripção*, etc.

sua generosidade e devoção, offerecendo á casa da Senhora uma formosa lampada de oiro de subido preço. De volta da romaria estiveram em Villa Boim, onde D. Duarte tinha a maior parte das suas rendas, e foi ahi que se resolveu a realizar a idéa de deixar a patria[1], idéa que não sabemos quando lhe brotou no espirito, e que havia de decidir da sua sorte.

Bem pouco durou a sua permanencia na Quinta dos Peixinhos, e este apartamento para tão proximo da côrte de Villa Viçosa serviu, por assim dizermos, como de ponto de transição para outro apartamento maior. Não nos é permittido todavia marcar-lhe os limites de duração, e sómente conjecturar que não passou de um recurso provisorio, de um palliativo, emquanto não se decidia definitivamente.

Fôra dirigida a educação de D. Duarte para a carreira das armas; affirma-o Fr. Raphael de Jesus, e demonstram-o alguns versos que chegaram até nós.

> Principe, que no reino lusitano
> De um duque filho sois, que em nossa edade
> É ancora a qualquer afflicto humano,

Escreve Manuel da Veiga Tagarro ao dedicar-lhe a sua *Laura de Anfriso,* publicada em Evora, em mil seiscentos e vinte sete, isto é, sete annos antes da epocha em que vamos, e ainda em vida de D. Theodosio,

> Vós sois de altas venturas firmamento,
> Vós de Bragança imagem verdadeira,
> Vós lisonja de amor ao pensamento.
>
> ....
>
> Ide, flor do alto ramo brigantino,
> Libertar a corrente venturosa,
> Que a carne lavou já do Rei divino.

[1] Ac. das Sc., Mss., Antonio de Oliveira Cadornega, *Descripção*, etc.

Aquella sepultura milagrosa,
Possuida de torpes agarenos,
Por vossa mão suspira valorosa.

Vêde, principe raro, estes acenos,
Com que o vosso planeta vos provoca
Para dardes do céo bens não pequenos.

Esta empreza tão ardua a vós só toca;
Zelosa Lusitania, á competencia,
Por capitão sublime vos invoca.

E se, depois de ver as aguas puras,

Continua o poeta, incitando D. Duarte a vingar as mortes d'el-rei D. Sebastião, e de D. Jayme de Bragança,

Da perfeita justiça cumprimento,
Onde as vozes soaram nas alturas,

Quizerdes assellar o impio assento
D'Alcacere, movendo a grã ruina
Até a minima pedra e fundamento,

Ide, nova esperança brigantina,
Pelo meio dos cães fazendo ruas,
Movendo com dextreza a espada fina.

Já vos estão temendo as meias luas;
Já com medo de vós se estão quebrando,
Novo leão de Hespanha, espadas nuas.

De vosso rei e tio o campo infando,
Que já sangue bebeu em fataes horas,
Só por vossa vingança está bradando.

Sangue do regio Abel, que inda hoje choras,
O meu principe te ouve, e por vingar-te
Odios ao tempo tem que atraz demoras.

Parece que retumba em toda a parte
Dos martyres de Christo a voz chorosa,
Que em suspiros envolta diz: Duarte.

Nem é este o unico escripto em que se nos revella a educação e propensão militar (e não menos a litteraria) de D. Duarte, como bem se evidencia do epigramma latino do mesmo auctor, que tem por titulo: *Ad Principem Odoardum Theodosii secundi filium calamum gladio associantem,* que é o seguinte:

Dum capis arma, puer, clypeato horrenda lacerto,
Præscia venturi jam modo terra tremit.
Quid facies, cum te quondam mirabitur ætas?
Et videant Solymæ pergama sacra ducem?
Quid? Pompeus eris? vel eris cristatus Achylles?
An tibi quæ populi nomina clara dabunt?
Scipio Lysiacus poteras per regna vocari;
Arma forent titulis officiosa tuis.
At nunc cum calamum gladio, Puer auree, jungis,
Te creat in titulos docta Minerva novos.
Ergo sinistra levem calamum sustentet acutum;
Sustineat gladium dextera: Cæsar eris [1].

Nem são menos expressivos estes versos de auctor desconhecido, pois nos mostram a sua educação militar, e tambem quanto era inclinado ao estudo, e os seus dotes corporaes e amabilidade.

Principe soberano,
Com quem prodiga foi Pallas e Marte,
N'esse sujeito humano
Formosos dons reparte,
Senhor Duarte, e a linda Cytherêa
Com vós, com bello Adonis se recrêa.

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxxvii, fol. 227.

A mesma natureza
Em produzir a vós, imagem pura,
Mostrou maior grandeza,
Que tão rara pintura
É obra singular, não costumada,
Por famoso prodigio ao mundo dada.

Vossa real pessoa
Será de polo a polo engrandecida;
E tanto a fama vôa,
Que, lá no céo subida,
Tornará d'essa côrte crystallina,
Se humana fama foi, fama divina.

Vossa humilde grandeza
Vos faz, principe, ser mais sublimado,
Porque em tão grande alteza
Mostrar-vos tão humanado
É mais que grande ser, que o natural
Da real geração, é ser real.

Mostrae já o valor
Que n'esse real peito está escondido,
Fazendo-vos, senhor,
Dos imigos temido.
Que turcos e gentios e agarenos
A vosso braço temam e os sarracenos.

Tomae de Hector a lança,
Do Achilles grão Pereira a forte espada,
E não temaes mudança,
Que a linda Cypria armada
Pelejará comvosco, e ao grão Mavorte
Dareis no marcio jogo acerba morte;

E a deusa gigantêa
Levará vosso nome a todo o mundo,
E a bella Nicêa
Com seu canto facundo
Lá no paterno reino de Neptuno
A vós celebrará famoso alumno.

. . . .

As donzellas aquaticas
E as filhas de Nereu tão graciosas,
E as nymphas selvaticas,
Por extremo formosas,
Umas entre jasmins e outras flores
Celebram, e outras no mar vossos amores.

Com flores hyacinthinas
E odoriferas rosas rubicundas,
Alegres cravellinas,
Violetas fecundas,
Tece Flora com graça, engenho e arte
A c'rôa para vós, senhor Duarte.

No seu reino de argento
A branda Thetis toda namorada
Com suave instrumento,
A vós affeiçoada,
Pede leveis remedio ao commum damno
Do Gangetico mar ao Gaditano.

E as nymphas mais bellas
Vos querem festejar, bello Narcizo,
Umas com mil capellas,
Outras com brando riso,
Outras tecem cadeias de mil laços,
E outras cadeias fazem de seus braços...[1]

Ainda nos ajudam as seguintes palavras de Jacinto Cordeiro, na *Segunda parte de las Comedias,* impressa em trinta e quatro, onde diz a D. Duarte «que o seu animo invencivel parecera melhor em Flandres, governando os exercitos de Hespanha contra as provincias rebeldes, que n'aquelles estados pelejam pela fé», do que no ocio em que vivia.

Educou pois D. Theodosio a D. Duarte para as armas,

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 232.

como a D. João para lhe succeder no governo da casa, e a D. Alexandre para a egreja; mas, continuando no seu systema de exempção e isolamento da côrte de Madrid, nada lhe pediu para os dois filhos mais moços, porque, quanto ao primogenito, nenhum outro emprego ou honra lhe desejava, além da posse e administração do proprio ducado.

Tres annos depois da impressão da *Laura de Anfriso,* morreu D. Theodosio, e inaugurou-se definitivamente uma era de reconciliação entre a casa de Bragança e Filippe IV, reconciliação que, felizmente, não passou do começo. Foi então que se ultimou o consorcio do novo duque, em cujas negociações, conta D. Francisco Manuel de Mello que entraram algumas promessas a favor de D. Duarte e D. Alexandre, das quaes não conhecemos a substancia, e unicamente que não se cumpriram. D. Antonio Caetano de Sousa tambem allude a promessas feitas pela mesma occasião a ambos, como já vimos. Póde muito bem ser que estas, quanto ao primeiro, fossem a respeito da sua carreira militar. O caso é que o apartamento do paço ducal, se não suggeriu, como cremos, a idéa de deixar a patria, apressou ao menos a sua execução. A ida a Guadelupe não ficaria, quem sabe, alheia aos seus planos; ligar-se-hia a alguma tentativa com o governo de Madrid para servir nos exercitos da monarchia; e só, depois de perdidas as esperanças por este lado, voltaria D. Duarte definitivamente as vistas ao imperio, para onde já tencionava partir no começo de trinta e quatro ou mesmo nos fins de trinta e tres[1].

Vê-se portanto que D. Duarte não seguiu inteiramente a vontade paterna, quer o arrastasse a nova politica da casa de Bragança, quer a sua propria natureza, ou ambas estas coisas. Se não tinha o animo inquebrantavel de seu pae, tinha fé na restauração da liberdade patria, e, emquanto

[1] Manuel de Galhegos, *Templo da Memoria.* Na dedicatoria.

não podia ajudal-a, procurou adextrar-se no serviço das armas, não indo de encontro aos factos consummados, mas transigindo o menos possivel com elles; para o que lhe foi preciso deixar o systema de abstenção em que D. Theodosio vivera, e em que parece pretendia que o filho continuasse. Este procedimento nobre e razoavel era o intermedio entre o do velho duque e o da duqueza D. Catharina, que nunca deixou de pugnar pelos direitos, attenções e graças, devidas á sua casa. Demais, a larga intelligencia de que o dotara a sorte, os variados estudos que cada dia lhe alargavam os horizontes espirituaes, e, com elles, a ambição de adquirir maiores conhecimentos, o desejo de vêr mundo e de completar a educação moral e litteraria na pratica dos homens illustres e das nações, e sobretudo a sede ardente de renome, em que sentia inflammar-se, incitado pela sua grande alma e pelos exemplos dos antepassados, tudo isto seria já de si bastante para elle tomar estrada bem diversa da que seu pae lhe indicara, e trocar a vida retirada da côrte ducal pela dos paizes mais cultos da Europa, e os ocios da paz pelas fadigas e triumphos bellicos.

A guerra que n'esse tempo concentrava todas as attenções, e na maxima parte envolvia os estados europeus, era a guerra dos Trinta Annos. Ahi tinha D. Duarte o melhor theatro, ou antes a melhor escola para seguir as armas; ahi podia, elle que não mirava a mercês, arrancar da espada e arriscar a vida desinteressadamente só para ganhar gloria em largo campo, onde se pugnava pela fé, já que não lhe era dado esgrimil-a pela independencia dos seus; ahi, descendente de reis, e irmão de quem tinha direito ao throno de D. Affonso Henriques, podia servir livre, não como vassallo entre vassallos, mas como principe entre principes. Era essa guerra gigante que o fascinava. Decidiu pois tomar parte n'ella a favor da casa de Austria, e alistar-se nos exercitos do imperio, escolha a que aliás o levavam os laços de familia e os da politica, assim como as

suas crenças religiosas, porque esta lucta tremenda, em que se empenharam tantas nações, embora muito profana, teve na religião o seu principio.

IV

Tratada a materia entre elle e o duque, mandou este preparar quanto era necessario á partida do irmão e á auctoridade da casa de Bragança, dando-lhe para o seu serviço e companhia creados de todos os fóros, que alguns elevam ao crescido numero de sessenta, e Francisco de Sousa Coutinho, seu aposentador-mór, de quem já fallámos, e ainda falaremos detidamente no decurso d'este estudo. Uma das pessoas que acompanharam D. Duarte, n'esta occasião, suppomos, pois podia ser n'esta ou na segunda passagem a Allemanha, depois de vir ao reino em trinta e oito, foi Manuel de Mello de Noronha, da nobre familia dos Mellos de Evora, capitão que militara por algum tempo na India, como seu pae, Ruy de Mello de Noronha, e como seu avô e bisavô paternos, Martim Affonso de Mello, e Ruy de Mello o Punho, capitão de Baçaim; outra foi Luiz Pereira da Costa ou de Sampaio, que esteve ao seu serviço até elle ir para Milão, e ainda alguns mezes depois de ahi preso. Dispoz tambem o duque de tal maneira as coisas, que não lhe faltassem nas terras estranhas que havia de percorrer os meios convenientes á sua ostentosa sustentação, para o que lhe abriu creditos em Amsterdam e Hamburgo, e em outras praças commerciaes de França, Italia e Allemanha[1].

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

Bib. da Ajuda, Mss., *Movimento do orbe lusitano*, tom. 3.º, fol. 52, Relação de Huet ácerca do infante.

Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, no processo de 1643. Mss.

P.e José Perdigão, *Familias da villa de Alcacer do Sal.* Mss.

É incerta a epocha da partida de D. Duarte de Villa Viçosa. Os documentos copiados por Fr. Vicente Salgado põem-a a doze de janeiro de mil seiscentos e trinta e quatro, e o *Tacito portuguez*, e a *Historia genealogica* antes do nascimento de D. Theodosio, que teve logar a oito de fevereiro do mesmo anno, sem mais explicação. João Baptista Domingues porém apresenta-nos D. Duarte em Villa Viçosa ainda n'esta data, e até em vinte e sete de fevereiro, quando o sobrinho se baptisou. João Baptista Domingues é explicito a tal respeito, e digno do maior credito. «No dia do nascimento (de D. Theodosio) á noite, escreve elle, houve luminarias na villa, e D. Duarte e D. Alexandre andaram como de ronda e serviram de guias a outros tantos esquadrões com tochas accesas nas mãos, e montados em soberbos e bem ajaezados cavallos, até que, juntando-se na frente do paço, correram, dadas as mãos, dextrissimamente...» «Armaram-se ricamente as ruas, prosegue elle, descrevendo o baptisado; precederam quantidade de danças, musicas e instrumentos; logo os porteiros com maças; e depois iam D. Luiz de Noronha, que levava a offerta, Vicente de Sousa de Tavora o saleiro, Francisco Rodrigues de Brito o jarro, e Antonio Correia de Lacerda a vella em um grande prato; e, depois de outras pessoas nobres, se continuavam de uma e outra parte os archeiros. Iam tambem vinte e quatro moços da camara com brandões accesos, e depois o principe em os braços de Ruy de Sousa; fechava toda esta pompa o duque de Bragança, acompanhado com seus irmãos D. Duarte e D. Alexandre, aos quaes seguiam muitos prelados e pessoas nobres. Chegaram finalmente á capella ducal, aonde, entre agradavel consonancia de instrumentos e vozes, foi o principe baptisado pelo deão da mesma, sendo seu padrinho seu tio o infante D. Duarte. Continuaram-se as festas de tarde; correram toiros; e á noite houve luminarias e fogos de artificio. Ao outro dia, montados os ditos duque e infante em formosos e bem adereça-

dos cavallos, attrahiram a si os olhos de todos, porque executaram, com a maior dextreza, os maiores primores de cavallaria. Para os outros dias estavam preparados outros modos de divertimento, aos quaes impediu a chuva [1]». Manuel Luiz, auctor do *Theodosius lusitanus*, confirma Baptista Domingues. Cadornega, noticiando as mesmas festas, diz que: «Sahiu sua excellencia a ellas, fazendo de parelha com o senhor D. Duarte, com as quadrilhas do festejo a cavallo, sendo ambos os quadrilheiros com cannas, alcanzias e caracoes, e tudo o mais que era dado á arte de cavallaria [2]».

Mais valioso porém, do que o testemunho d'estes auctores, é o do proprio D. Duarte, o qual assegura positivamente nas notas ao *Portugal convenzida con la rason,* de D. Nicolau Fernandes de Castro: «Meu irmão tinha um principe varão, quando eu sahi de Portugal a primeira vez, e estava outro para nascer em breve [3]»; o que nos confirma, e tambem mostra que a partida de D. Duarte foi ainda muito além de fevereiro. D. Anna, segundo genito do duque D. João, nasceu a vinte e um de janeiro de trinta e cinco, sendo portanto gerada em maio ou em julho do anno anterior, conforme fosse de nove ou de sete mezes. Tomando ao pé da lettra as palavras de D. Duarte, a data da sua partida só se collocaria nos fins de trinta e quatro, e elle a oito de setembro já se achava em Inspruck. Dando-lhes porém a interpretação de que D. Luiza andava outra vez gravida, e de pouco, aventuraremos com probabilidade que D. Duarte deixou Portugal em junho ou julho, ficando-lhe ainda para a viagem até Inspruck dois ou tres mezes, tempo que não é demasiado, se attendermos a que se demorou em Madrid oito ou doze dias, a quanto é extenso o caminho e a que peregrinou por varias cidades de Italia.

[1] *Vida do principe D. Theodosio.* Lisboa, 1747, 4.°
[2] Ac. das Sc., Mss., *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*
[3] Bib. d'Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, as ditas notas.

Quem sabe mesmo se a errada leitura de junho ou julho escripto em breve e mal, não transformou um d'estes mezes em janeiro, podendo por conseguinte presumir-se como certa a data do dia que vem nos documentos copiados por Salgado? Mas não insistimos no ponto, pela nenhuma fé que nos merecem taes documentos, como veremos. O que admira é D. Francisco Manuel de Mello ignorar estas particularidades, a ponto de collocar a sahida de D. Duarte do reino antes do nascimento do sobrinho e do seu baptismo e de não lhe chegar á noticia que entrou de modo tão conspicuo em ambos estes acontecimentos.

Do que acabamos de expor tirar-se-hia outra conclusão, isto é, que a ruptura entre D. Duarte e a duqueza sua cunhada foi depois d'este facto, ou, do contrario, não foi tamanha como geralmente se affirma, ou diminuiu tanto com o correr do tempo, e tão depressa, que ella o escolheu para padrinho do seu filho primogenito. A opinião mais acceitavel é a primeira; Cadornega segue-a pondo a retirada de D. Duarte do paço ducal depois do nascimento de D. Theodosio.

Determinado tudo para a viagem e longa ausencia que tencionava fazer em terras estrangeiras, disse D. Duarte adeus á casa paterna, povoada de tantas memorias, aos sitios queridos, onde florescera e se perfumara a sua infancia e mocidade, aos irmãos, a todos os seus, e, com a alma oppressa de amargura, partiu de Villa Viçosa, levando o caminho da fronteira de Hespanha.

Estava pois removido o obstaculo á vontade da duqueza no que respeitava á sua liberdade e soberania domesticas. Era D. Duarte a pedra de escandalo das suas perturbadas relações com o duque, e, arredando-a do caminho, julgava ter destruido todas as causas de descontentamento. Completo engano; o que logo ou pouco depois da sahida do cunhado, succedeu, e vamos narrar, nol-o manifesta á evidencia.

Como se fosse D. Duarte o anjo da guarda de seu irmão, este, partido elle de Villa Viçosa, começou a proceder de modo tão irregular e censuravel, que moveu as mais acerbas queixas da esposa, e, pela publicidade d'ellas, os reparos, e, mais ainda do que os reparos, as acres censuras do publico em geral. Para nós não é preciso mais eloquente testemunho da benefica e valiosa influencia de D. Duarte no duque de Bragança, e por isso nos demoraremos no assumpto.

Mandara D. Theodosio instruir na musica seu filho primogenito, fazendo vir de proposito para esse fim Roberto Tornar, como já dissemos. O intuito do piedoso duque era crear n'elle o gosto por esta arte tanto quanto fosse necessario para se empenhar na conservação e engrandecimento da capella ducal, tomando parte pessoalmente nas suas funcções religiosas, cujo luzimento queria que não esmorecesse. Encontrou este desejo opposição no duque de Barcellos; então D. Theodosio, usando da auctoridade paterna, obrigou-o a recomeçar o estudo, e depois a seguil-o, quando uma ou mais vezes o interrompeu novamente. Passaram-se alguns annos, e D. João, vencida a repugnancia ou preguiça, que o arredara ao principio de tão amavel arte, não sómente se tornou seu apaixonado, mas até veiu a sabel-a de maneira, que lhe serviu de entretenimento constante em toda a existencia, chegando a compol-a, do que restam provas evidentes, e a terçar lanças por ella, como mostra a obra que mais tarde publicou com o titulo *Defensa de la musica, contra la errada opinion del obispo Cyrillo Franco.* Manteve mesmo relações com alguns professores celebres, entre os quaes se contava Matheo Romero, mais conhecido pelo Mestre Capitan, o qual esteve em Villa Viçosa poucos annos depois, e a quem fez até varias mercês de dinheiro [1]. Dedicou-se o duque em especial á musica sagrada, e o

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XLIV, fol. 161 v.

intento de seu pae foi n'este ponto cumprido, porque as solemnidades da capella de Villa Viçosa o viram, artista enthusiasta, quinhoar os trabalhos dos outros artistas, descendo á complacencia de ensaiar com a devida antecipação as peças que se n'ella haviam de cantar. Mas da musica religiosa á profana, para quem estava na força da vida, não mediava mais do que um passo, e D. João deu-o facilmente, entregando-se todo ao gosto das comedias e cantos, e, o que era peor, ao das comediantes e cantoras. Foi esta uma das paixões que o arrastaram após si, com justo escandalo da esposa e das pessoas sensatas, depois do apartamento de D. Duarte, ou pelo menos desde então com mais vehemencia. A predilecção pelas farças e comedias, algumas bem licenciosas, adquirira muita voga em Hespanha entre a mocidade, com grave offensa dos costumes; levava até de vencida o animo de varios principes, que por ellas se esqueciam das proprias obrigações; e em Portugal D. João pagou-lhes tambem grosso tributo[1].

A outra paixão do duque de Bragança era a caça, com que se educou desde pequeno, e que lhe proporcionara tantas horas de alegria ao espirito e tanta saude e robustez ao corpo. O que porém, até á partida de D. Duarte, foi exercicio nobre e salutar, converteu-se, depois d'ella, em perigo, em rebaixamento e em vicio. Quasi todos os dias monteava o duque a veação mais brava, arriscando muitas vezes temeraria e inutilmente a vida em lances atrevidos, sem que o impedissem no seu fragueiro arrebatamento nem as chuvas e neves do inverno, nem as ardentes calmas do estio, por mais abrazadoras que fossem. Diz-se mesmo que uma das suas distracções venatorias era crear toiros bravissimos e alanceal-os no campo, ou buscar os porcos montezes mais ferozes e apanhal-os vivos, ou esperal-os de noite

[1] Bib. Nac., Mss., D. Francisco Manuel de Mello, *Tacito portuguez*.

nos cevadoiros e matal-os[1]. Não se cifravam unicamente na ausencia prolongada do lar domestico e nos riscos a que se expunha os males resultantes da sua cegeira pela caça; outros havia ainda, e muito prejudiciaes, sobretudo para uma pessoa de tão elevada jerarchia: a continua convivencia com os homens de grosseira condicção, que pela força e ousadia se lhe tornavam precisos n'esses rudes trabalhos, convivencia d'onde certamente se derivou usar ainda muito posteriormente na conversa, embora discreta, de palavras pouco polidas[2]. A tapada de Villa Viçosa era um dos theatros de taes gentilezas e de outras bastante offensivas para D. Luiza, como esposa, pois, segundo se murmurava, as largas demoras que alli fazia o duque provinham ás vezes de motivo bem diverso e de outras caçadas ainda mais escandalosas. Eis a vida que levou o irmão de D. Duarte, desde que este o deixou entregue a si proprio. Devemos entretanto lembrar que não seria unicamente a falta do irmão a causa de D. João se esquecer tanto dos seus deveres de marido; existia outra, é de suppor, bem clara e manifesta: passara-se o primeiro anno depois do seu casamento, e esse amor pela duqueza tão exclusivo ou tão sujeito, que entibiou muito o que até então consagrava aos irmãos, cedeu o logar, enfraquecendo-se, aos divertimentos e ás paixões licenciosas. Não queremos portanto annullar uma influencia tão poderosa em favor da de D. Duarte, por maior que a supponhamos. Reconhecemol-a e reconhemos tambem que a presença d'este, assim como a de D. Alexandre, o qual, segundo parece, ainda estava fóra do paço[3], poriam barreira ás inclinações viciosas do duque de Bragança; que, acompanhando-o nas caçadas, evitariam ambos não sómente que ellas se tornassem ferozes, mas tambem,

[1] Bib. Nac., Mss., Frei Raphael de Jesus, *Vida d'el-rei D. João IV.*
[2] Diogo Barbosa Machado, *Bibl. lusitana,* artigo sobre D. João IV.
[3] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica,* Carta de D. Duarte a seu irmão, logo que chegou a Vienna.

e por conseguinte, que seu irmão se rodeiasse de pessoas baixas e indignas, e que, com os seus prudentes conselhos e com diversões honestas, o desviariam das que lhe ficavam mal e tanto o prejudicavam.

O que nos importa é que os excessos acontecessem depois da partida de D. Duarte, e assim o declaram de modo preciso os auctores do *Tacito portuguez* e da *Historia genealogica,* ambos pelas seguinte palavras: «O duque e a duqueza de Bragança entenderam por ventura viver em grande conformidade, absente D. Duarte, que, aos olhos da emulação, foi reputado pedra do familiar escandalo de suas vontades. D. Duarte se apartou e se descobriram logo entre os duques novas causas de descontentamento». D'ahi seguem narrando essas causas, que são as apontadas. Comtudo estes escriptores dão por motivo da revocação do duque aos deveres conjugaes o nascimento do filho primogenito, e n'esse caso os escandalos ser-lhe-hiam anteriores, e contemparaneos da estada do irmão em Villa Viçosa, pois já provamos que D. Duarte só deixou a patria depois do dito nascimento. Mas quem nos assevera que, assim como aquelles auctores se enganaram n'este ultimo ponto, não se illudiram tambem, assignando á reconciliação dos dois esposos uma causa que, posto verosimil, não é a verdadeira? Não resultaria antes a emenda do duque do cansaço dos prazeres, do medo de maior censura, do conselho dos amigos ou de outra causa qualquer escondida ao nosso conhecimento? Nem se imagine que D. Francisco Manuel de Mello se refere nas palavras que transcrevemos á sahida de D. Duarte do paço ducal para a Quinta dos Peixinhos, porque não diz nada a tal respeito, e só da outra para fóra do reino. D Antonio Caetano de Sousa parece alludir confusamente á primeira, e põe as palavras de D. Francisco, pois d'elle as copiou, depois da segunda. Ainda porém que o auctor do *Tacito portuguez* se referisse geralmente á ausencia de D. Duarte e aos seus effeitos, sem especificar

qual d'ellas era, e que o auctor da *Historia genealogica* fosse n'este, como n'outros pontos, ás cegas, atraz do seu illustre guia, nem por isso colhia menos o argumento da influencia do nosso biographado em seu irmão. Que D. Duarte não entrou em taes demasias, ainda a serem do seu tempo, o que negamos, indicam-o, além de tudo, o seu caracter e os seus actos de toda a vida. Nem, se entrasse, deixaria tão condemnavel cumplicidade de excitar, mais do que já estava, o animo de D. Luiza contra seu cunhado, e de ser por ella mencionada, o que não acontece, pois, segundo os mesmos escriptores e outros, D. João, n'este ponto, serviu unicamente de alvo ás suas legitimadas queixas.

Se a falta de D. Duarte foi sensivel ao duque de Bragança, não menos o foi, e com duplicada razão, a D. Alexandre. A maior convivencia entre estes dois irmãos, as leituras e estudos que fariam juntos, porque o ultimo filho de D. Theodosio, pela sua natureza debil, e pela vida ecclesiastica a que se destinava, devia frequental-os mais, e menos os exercicios equestres e venatorios, o exilio do paço ducal, em que ambos foram comprehendidos, e talvez um por causa do outro, a residencia na Quinta dos Peixinhos, a viagem a Guadelupe, a maior communidade ou semelhança de affectos e de idéas, tudo os tornava muito amigos, tudo levou D. Alexandre a sentir muito o apartamento de D. Duarte, e com tanta demonstração, que o duque de Bragança, passado algum tempo, o chamou de novo para o paço, onde residiu até á morte, com estado e serviço á parte, mas reinando a maior harmonia entre os dois[1].

[1] Ac. das Sc., Mss., Antonio de Oliveira Cadornega, *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*

V

Pouco dista Villa Viçosa da fronteira, e, portanto, dentro de breve tempo, viu D. Duarte desapparecerem aos seus olhos as ultimas terras da patria, momento angustioso e solemne que jámais esquece o que tem coração! Volvendo-os ainda uma vez ao horizonte vaporoso, que parecia levantar-se, como um veu de tristeza, entre ellas e a sua alma, dirigiu-lhes o adeus derradeiro, e, entregue a mil pensamentos, já de magoa, já de incerteza, já de esperança, seguiu o seu caminho, atravessando o largo tracto, rude, monotono e meio deserto, que se estendia e estende desde o nosso paiz até Madrid.

Dizem que D. Duarte se conservou ahi apenas oito ou doze dias e incognito; mas a sua chegada não podia deixar de attrahir a attenção da côrte e dos portuguezes que residiam n'ella, muitos dos quaes aproveitariam esta nova occasião de mostrar mais uma vez o respeito e o amor que professavam á casa de Bragança, embora disfarçadamente, com medo de excitarem os ciumes dos nossos inimigos, e sobretudo de Olivares, cujo animo deviam conhecer á maravilha. Nem só receberia D. Duarte os cumprimentos dos portuguezes, mas tambem os de varios fidalgos e homens notaveis hespanhoes, que ou eram parentes dos duques, ou lhes deviam favores, ou com elles tinham tido ou tinham correspondencia, que muitos attrahia ás relações com tão grandes senhores a posição de Villa Viçosa, proxima da fronteira, e quasi no caminho de Lisboa, e, mais do que isso, a sua franqueza e magnificencia bem notorias.

Com o conde de Niebla e com a condessa de Oropesa conviveu D. Duarte nos poucos dias que se demorou em Madrid, onde esta fidalga o aposentou no seu palacio[1]. O conde de Niebla era cunhado do duque de Bragança, como irmão da duqueza D. Luiza. D'elle já temos conhecimento de quando acompanhou a irmã a Portugal, e, hospedado principescamente nos paços de Villa Viçosa, figurou em todas as festas do seu casamento. A condessa de Oropesa era mulher de Fernando Alvares de Toledo e Portugal, neto de D. Duarte, tio do nosso biographado. Passara este ultimo em mil quinhentos e noventa e dois a Hespanha, e ahi casára com D. Brites de Toledo, marqueza de Jarandilhas, presumptiva herdeira da casa de Oropesa, e ahi vivera honrado por Filippe II, que lhe deu a villa de Flechilla e Villa Ramiel, no districto do adeantado de Castella, pelo que o creara marquez de Flechilla, com quatro mil cruzados de juro e renda perpetua para elle e seus herdeiros. Foi tambem D. Duarte grande de Hespanha de primeira ordem, commendador de Castilnuovo, alferes maior da ordem de Alcantara, gentil-homem da camara de Filippe III, com as entradas livres, sem obrigação de assistencia, do conselho de estado e guerra, e, pelo seu segundo casamento com D. Guiomar Pardo e Tavena, marquez de Malagon. Como já se leu, D. Duarte fallecera em mil seiscentos e vinte sete. Seu neto, na epocha em que vamos, era o senhor da casa. Vivia ainda então, não sabemos se em Madrid, a filha de D. Duarte, D. Marianna Engracia de Toledo e Portugal, marqueza de los Velez, que se desposára com D. Pedro Fajardo de Zuniga e Requesens, quinto marquez de los Velez e de Molina, adeantado maior do reino de Murcia e vice-rei de Aragão, Navarra, Catalunha, e Sicilia. Outros parentes ainda tinha o

[1] Fr. Bernardo de Braga: *Sentimentos publicos de Pernambuco na morte do infante D. Duarte*. Lisboa 1651. 4.º

nosso D. Duarte em Hespanha na côrte ou fóra d'ella; e, em grau mais chegado, por parte de sua mãe, a duqueza D. Anna de Velasco, os senhores da casa de Haro.

Apenas em Madrid, procurou D. Duarte alcançar audiencia de Olivares, porta indispensavel para ir á presença de el-rei, que se deixava inteiramente governar pela vontade do valido. Os fins que levava em vista eram cumprimentar Filippe IV e alcançar o seu favor para transferir-se a Allemanha, favor que elle julgava merecer por seus antepassados, e esperava ter seguro, conforme as promessas feitas no casamento de seu irmão. Foi talvez este um dos motivos porque o duque enviou com elle Francisco de Sousa Coutinho, pratico nas coisas da côrte hespanhola, e que já ahi residira, para lhe abrir o passo e guial-o com os seus ajuizados conselhos.

Mandou pois D. Duarte pedir audiencia ao conde-duque; prometteu-lh'a este, mas no dia marcado, aprazou-a para outro, adiamento que repetiu quatro vezes. Tão extranha desconsideração offendeu profundamente o animo do irmão do duque de Bragança, e encheu de pasmo a condessa de Oropesa e o conde de Niebla, o qual, para se desenganar por si mesmo, quiz saber a verdadeira tenção do orgulhoso valido. Das suas pesquizas resultou o desengano de que este não queria recebel-o[1].

Que razões levaram Olivares a proceder assim desabridamente com tão nobre fidalgo, com o primo do seu proprio soberano? Tres encontrava D. Duarte, recapitulando, decorridos alguns annos, na memoria estes successos: a recusa do duque D. Theodosio de acceitar para elle a mão de sua filha unica, D. Maria de Gusman; o ter sido de parecer contrario ao casamento de seu irmão com a filha do duque de Medina-Sidonia, ainda parente do valido, e que

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, nos interrogatorios ao mesmo. Mss.

este levava tanto a bem; e o cartear-se familiarmente com D. Luiz de Haro, seu inimigo, e, que, depois da sua queda, lhe havia de succeder no difficil cargo de governar a monarchia, do que lhe constara ter-se queixado Olivares [1].

A estes motivos pessoaes juntavam-se ainda pelo mesmo tempo outros politicos e particulares contra a casa de Bragança, sobre o que é significativa a carta do duque D. João ao seu agente em Madrid, de dezenove de março d'este mesmo anno, que passamos a transcrever.

«Resumo os pontos da vossa carta a dizerdes-me que, lendo a minha a Diogo Soares, e querendo elle dar satisfação ás muitas dilações que comigo se usaram em todas as materias que me tocavam, disse que a causa d'ellas foi ir accumulando coisas para me obrigar a vir no que se propuzesse. E, considerando eu o muito tempo que ha que se tem comigo aquelle estylo, e que ainda então nem el-rei de França armava, nem em Milão havia necessidades, venho a inferir que o intento que n'esta materia se tem é mais antigo que as causas que agora se me propõem e que não procede d'ellas. E como isto me persuade que ellas devem ser outras, e não se me declaram, com razão me escuso eu, porque não é bem entrar ás cegas em materias de tanto peso. Tenho dado satisfação ao que se me propoz, tal, que a juizo de quem bem pesar as coisas, é ajustada com a razão, e não a vi depois tal contra elle que me obrigasse a mudar; por onde acho que n'aquelle negocio não me fica a mim mais que fazer; porque como eu o não propuz, e tenho respondido, não me toca seguil-o. Os outros meus vejo agora em estado que me parece terão pouco fructo as lembranças, e assim será bem recolherdes-vos sem esperar outra carta minha. Deus vos guarde. Villa Viçosa, dezenove de março de mil seiscentos e trinta e quatro [2]».

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, nos interrogatorios ao mesmo. Mss.

[2] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 67.

Mostra esta carta o mau estado das relações entre a casa de Bragança e a côrte de Madrid na epocha de que falamos, e parece, outrosim, dar margem a concluir-se que as tentativas para arredar de Portugal o duque, incumbindo-lhe o governo de Milão, se a isto, como julgamos, ella se refere, e os esforços empregados pelo mesmo para se esquivar a essa honra, de que lhe resultaria evidente perigo, começaram antes de trinta e quatro, não obstante a opinião de todos os historiadores, que as collocam em trinta e oito para trinta e nove.

Se assim é, podemos recuar talvez semelhantes tentativas até ás proximidades do seu casamento com D. Luiza de Gusmão, effeituado quatorze mezes antes. Nos ultimos tempos da vida de D. Theodosio, quando a doença e os desgostos, mais do que a edade, o haviam tornado decadente, começaram, conforme escrevemos, os manejos politicos de D. Francisco de Mello, mancommunado com o conde-duque de Olivares, contra o estado de Bragança. Morto o velho duque, proseguiram com mais fervor. Em janeiro de trinta e tres ultimou-se o consorcio de D. João; e, porventura, n'esse tempo, ou talvez ainda anteriormente, tratou-se de o nomear para o cargo alludido. Em fevereiro vagou, pela morte de D. José de Mello, o arcebispado d'Evora. Pediu-o D. João, confiado ainda nas promessas do governo hespanhol por occasião do seu casamento, para seu irmão D. Alexandre, que attingira os vinte e seis annos; mas recusaram-lh'o, respondendo, depois de dois annos de espera, com a futil e apparente escusa de elle não ser doutorado, quando, pouco antes, se concedera o bispado de Vizeu ao filho do archiduque Leopoldo que apenas contava tres annos de edade. Aqui o odio caminhava de mãos dadas com a politica. A verdadeira causa da recusa era muito diversa, e até certo ponto razoavel aos olhos do governo usurpador: não augmentar a influencia da casa de Bragança, empossando um dos seus membros de tão

importante diocese, que de mais a mais ha tanto tempo lhe andava como que enfeudada. Com relação a D. Duarte conjecturamos que algum pedido fez o duque, e que tambem foi recusado. Em trinta e quatro occorreram os armamentos de França e as necessidades de Milão, e instou-se com D. João para que acceitasse, segundo parece, o governo d'aquelle estado. Apresentou elle as suas escusas; e juntamente, conhecendo pelo que Diogo Soares dissera ao seu agente, que as muitas dilações que se usavam em todos os seus negocios eram calculadas para o obrigarem por este meio a acceder ao que se lhe propuzesse, estratagema havia muito empregado, e ainda mesmo antes dos ditos armamentos e necessidades, concluiu que Hespanha nutria a seu respeito projectos occultos mais antigos, differentes dos allegados, e, em vista do pouco fructo que esperava dos seus outros negocios, mandou ao agente que se retirasse da côrte de Madrid. Note-se, a nomeação do duque para governador de Milão não a affirmamos. A carta é omissa n'este ponto; são apenas conjecturas, mas verosimeis. O que é certo e nos importa são os motivos de queixa que elle teve da côrte, e o excesso em que rompeu por esses motivos.

Tres ou quatro mezes depois d'esta carta do duque, D. Duarte atravessava Hespanha. Os factos que a precederam e motivaram já existiam portanto, e, ainda que não houvesse outras causas pessoaes, as alludidas eram de si bastantes para promover a desconfiança e a má vontade de parte a parte entre elle e o governo hespanhol. Mas D. Francisco Manuel de Mello e D. Antonio Caetano de Sousa dizem que as houve, e o proprio D. Duarte, além das especiaes que apontámos, queixa-se geralmente de que Filippe IV nunca lhe concedera mercê de genero algum; que não quizera jámais utilisar-se da sua pessoa, tendo-se offerecido ao seu serviço, e tendo feito para isso grandes instancias, sem requerer postos, porém só que o deixassem militar

com um pique; e que se lhe negara o logar que occuparam todos os filhos da casa de Bragança, o qual se lhe devia pelo sangue que lhe girava nas veias, e pelas preeminencias da sua familia, provindo tudo do odio que lhe votava o conde-duque [1]. Não asseveramos que estas queixas se referem a mil seiscentos e trinta e quatro, e só que precedem a sua volta a Allemanha em trinta e oito, mas é licito, e muito licito, suppol-o. O que vimos de citar corroborar-se-hia ainda com o que elle tambem escreveu, refutando um dos pontos do livro de D. Nicolau Fernandes de Castro, *Portugal convenzida con la razon,* posto que fale em sentido geral: que não serviu a Filippe IV, porque nunca d'elle se quiz servir, o que diligenciou muito obter, sem pedir titulos, governos, ou rendas, mas só o que tiveram todos os filhos da casa de Bragança, o que poderia confirmar D. Francisco de Mello, se quizesse dizer a verdade, e Fr. João de Santo Agostinho, e do que seriam provas muitas cartas originaes, faceis de apresentar [2]. Em abono das nossas asserções vem finalmente o mesmo D. Duarte, quando, nos apontamentos contra Caramuel e Chumacero, accusa os reis catholicos de em tudo procurarem envilecer e desprezar os principes da casa de Bragança, antepondo-lhes qualquer pessoa que fosse grande de Hespanha, sem respeitar a differença entre estes e aquelles, descendentes de reis, e parentes em terceiro, quarto e quinto grau dos maiores monarchas da Europa [3].

D. Francisco Manuel de Mello e D. Antonio Caetano de Sousa contam as coisas de diversa maneira, e attribuem a D. Duarte alguma culpa de não ser recebido por Filippe IV e pelo conde-duque. Segundo elles, D. Duarte pretendia

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228. Protesto do infante contra o seu processo.

[2] Id., Notas do infante á dita obra.

[3] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. I, fol. 7, os ditos apontamentos.

que el-rei lhe mandasse declarar, antes de o receber, o tratamento e mercês com que o esperava; e el-rei e o valido aguardavam que elle lhes pedisse e pretendesse as mercês e tratamento. Era uma lucta entre dois poderes, da qual D. Duarte sahiu talvez prejudicado, porém não vencido. Filippe IV e o seu ministro desejavam que elle se humilhasse; mas o filho de D. Theodosio, seguindo o exemplo de seu pae, preferiu perder nos interesses a dobrar-se aos dictames do mando. Muitos lhe censuraram o procedimento, e com mostras de razão, posto que o seu brilho, maior do que toda a censura, devia obrigar, até mesmo os que o deprimiram, a reconhecer as nobres qualidades donde provinha.

No comportamento de D. Duarte com o governo hespanhol transparece, a nosso ver, uma certa reluctancia e animo adverso debaixo de simuladas apparencias de fidelidade. Ou muito nos enganamos, ou o seu desejo nunca foi alistar-se nos exercitos de Filippe IV, o oppressor da sua patria, nem viver em Hespanha, egualado aos grandes do reino, elle que se lhes julgava superior, e o era de certo. Empregou, é verdade, algumas diligencias n'esse sentido, porque se tornaria suspeito e odioso ao soberano que então regia os destinos de Portugal, se o não fizesse; mas o seu alvo era militar em outros paizes, entre principes e homens illustres, exposto ás vistas do mundo, em grandioso theatro, onde adquirisse perfeito conhecimento da arte a que se dedicára e fama gloriosa. Nenhuma outra guerra estava mais no caso do que a dos Trinta Annos, nem outra nenhuma havia, fóra dos dominios de Filippe, a que um fidalgo portuguez como D. Duarte, catholico extreme, e tenaz respeitador dos principios monarchicos, julgasse licito offerecer a sua espada. De mais, servindo o imperador de Allemanha e a casa d'Austria, conservava-se n'um meio termo, que talvez lhe fosse proveitoso, porque não quebrava de todo com o governo de Madrid, em cuja animosidade e desconsiderações encontraria aliás motivos de

defeza, se alguma vez, porventura, o accusassem. Isto coaduna-se mais com o que devemos esperar do filho predilecto do duque D. Theodosio, e com a sua ultima vontade. A nossa presumpção resalta dos factos que expendemos, e tem ainda a seu favor o testemunho de dois auctores: um portuguez e outro hespanhol: Luiz Marinho de Azevedo nas *Exclamaciones politicas*, e D. Nicolau Fernandes de Castro na sua obra ha pouco citada.

VI

Abadonando Madrid, continuou D. Duarte caminho de Allemanha, não sabemos se com toda a numerosa familia que levou do reino; Francisco de Sousa Coutinho, pelo menos, então ou algum tempo depois, voltou a elle, visto que, passados mezes, o encontramos em Elvas, cumprimentando, por ordem do duque de Bragança, a duqueza de Mantua, ao entrar em Portugal. Segundo todas as probabilidades, não passou da capital de Hespanha.

Muito pouco se conhece da viagem de D. Duarte, e por isso fomos obrigado a descrevel-a tão succintamente na parte que abrange de Villa Viçosa a Madrid. Pouco maiores subsidios ha para delinearmos o resto. Seremos portanto breve, procurando supprir com probabilidades o que falta de certeza. D. Antonio Caetano de Sousa, unico auctor que escreve da materia, segundo affirma, por uma relação que teve presente, é deficientissimo, pois só nos diz que D. Duarte, sahindo da côrte ducal, se encaminhou á hespanhola; que d'ahi se dirigiu a Italia, onde viu algumas cidades, e entre ellas Milão; e que, entrando no Tyrol,

esteve em Inspruck, seguindo da mesma cidade directamente a Vienna, sem particularisar nenhum outro dos logares por onde passou, nem mesmo dos em que se demorou mais tempo.

Fr. Bernardo de Braga, diz a respeito da sua viagem por Hespanha o seguinte: «Chegando a Castella, fez noite na real casa de Oropesa, e porque as cerimonias do conde-duque (trabucador de estados e de eminencias) o desagradaram, por não tropeçar em algum dissabor manifesto com el-rei Filippe IV, seu primo, se sahiu occulto a todas as diligencias, que as postas apressadas souberam baldar, e chegou a Navarra, onde o vice-rei lhe fez o recebimento e passagem devida á grandeza de um infante»[1]. O transito de D. Duarte por Navarra inclina-nos a suppor que tomasse o caminho de França, supposição que aliás, parecem confirmar, á primeira vista, os creditos que seu irmão lhe mandou abrir n'este paiz.

A não ir por Navarra, D. Duarte seguiria por Alcalá de Henares, Guadalajara, Algora, Marachon e Tortuera. D'ahi entraria no Aragão, continuando por Mainar, Muel, Saragoça, Osera, Bruxalaras e Fraga, e entranhar-se-hia na Catalunha, passando por Lerida, Cervera, Igualada e Martoril, até parar em Barcelona. Este caminho, que abrangia noventa leguas, podia percorrel-o em quinze dias, em jornadas. Pela posta seria muito menos, e D. Duarte, moço, forte e impaciente de sahir de Hespanha e de chegar ao seu destino, servir-se-hia da segunda maneira.

Em todo o caso, o que é geralmente acceito é que D. Duarte apenas atravessou este paiz, e quasi geralmente que se demorou em Madrid só oito ou doze dias.

Fr. Raphael de Jesus vae ainda mais longe, pois assegura erradamente que nem entrou aqui.

Com effeito bastante vontade sentiria o nobre viajante

[1] *Sentimento publico de Pernambuco na morte do infante D. Duarte.* Lisboa 1651, 4.º

de deixar as terras de Filippe, de quem fôra tão desattendido, e pelas quaes nunca mais transitou, nem quando veiu a Portugal alguns annos depois, nem quando tornou para Allemanha. Como veremos, preferiu a atravessal-as aventurar-se no inverno, e nas suas proximidades, ás longuras, incertezas e perigos dos procellosos mares do Norte e da Biscaya, e ao terrivel encontro dos piratas argelinos, que então infestavam as nossas costas, assim como as de outros paizes, e de que uma das vezes ia sendo victima.

Se foi por França, D. Duarte seguiria o caminho de Marselha e o da costa dô mar, e por Niza entraria na Italia; se não, embarcaria na capital da Catalunha, cruzaria o golfo de Lyão, e desembarcaria em Genova.

Quaes foram as cidades que viu em Italia, além de Milão, é para nós completo mysterio, mas deviam ser as principaes, exceptuando talvez Napoles e as de Sicilia; nem é de crer que deixasse perder este favoravel ensejo para admirar uma terra tão digna da analyse do viajante, e da contemplação do historiador e do philosopho. O seu espirito fino e cultivado pela leitura dos livros antigos e modernos, a sede em que arderia, com esse preparo intellectual, de aprender e illustrar com o exame dos logares celebres e dos monumentos perduraveis o livro já tão cheio de instrucção da sua memoria, a ancia e fervor da mocidade, o seu espirito eminentemente catholico, o seu amor pelo bello e pelo bom, tudo o levaria a prescrutar com animo embevecido e transbordando de enthusiasmo esse torrão abençoado que a fé, a historia, a litteratura e as artes, tornam um dos primeiros entre todos os do mundo.

Outra razão, e não menos valiosa, apoia o que avançamos: as ligações de parentesco mais ou menos remoto, que tinha o nosso principe com varios dos soberanos d'aquella peninsula, como os duques de Saboya, Toscana, Mantua, Modena e Parma, o que o induziria a visital-os e ás suas terras. Vejamos qual era esse parentesco.

Descendiam os duques de Saboya da casa de Bragança pela seguinte linha: primeiro—D. Affonso I, duque de Bragança; segundo—D. Isabel, que casou com o infante D. João; terceiro—D. Brites, que casou com o infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Duarte; quarto—D. Manuel, rei de Portugal; quinto—a infanta D. Beatriz, que casou com Carlos III, duque de Saboya, intitulado rei de Chypre; sexto—Manuel Felisberto, duque de Saboya; setimo—Carlos Manuel, duque de Saboya; oitavo—Victor Amadeu, duque de Saboya.

Pelo que respeita á Toscana: primeiro—D. Affonso I, duque de Bragança; segundo—D. Isabel, que casou com o infante de Portugal D. João; terceiro—D. Isabel, rainha de Castella, mulher de D. João II; quarto—a rainha D. Isabel de Castella, que casou com D. Fernando V, rei de Arragão; quinto—a rainha proprietaria de Castella, D. Joanna, que casou com o archiduque Filippe, o Formoso, e foi rei de Castella, primeiro do nome; sexto—a infanta D. Isabel, que casou com Christiano II, rei de Dinamarca; setimo—a princeza Christina de Dinamarca, que casou segunda vez com Francisco, duque de Lorena; oitavo—Carlos III, duque de Lorena; nono—a princeza Christina de Lorena, que casou com Fernando I, grão-duque de Toscana; decimo—Cosme II, grão-duque de Toscana; undecimo—Fernando II, grão-duque de Toscana, seu filho.

Quanto a Parma: D. Jayme, primeiro do nome e quarto duque de Bragança; D. Isabel, que casou com o infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel; D. Maria, que casou com Alexandre Farnese, terceiro duque de Parma e Placencia; Raynuncio I, duque de Parma; e Duarte I, duque de Parma[1].

Quanto a Mantua e a Modena, os seus duques descendiam, como os de Saboya e Toscana, do duque de Bragança D. Affonso I.

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

D'entre estas familias, descendentes da casa de Bragança, como grande parte das reinantes da Europa, devia merecer maiores attenções a D. Duarte, por mais proxima, a familia ducal de Parma, de cujo chefe era primo segundo, porque o pae d'este, Raynuncio I, era primo co-irmão do duque D. Theodosio, visto que Raynuncio era filho de D. Maria, duqueza de Parma, um dos pretendentes ao throno de Portugal, por morte do cardeal-rei, e irmã da duqueza D. Catharina. As relações que mantiveram os representantes de Bragança e de Parma, e sobretudo as duas irmãs, foram grandes, chegando o proprio Raynuncio a vir visitar sua tia e seu primo á côrte de Villa Viçosa, em mil seiscentos e um, onde foi recebido, como já apontamos, com a maior grandeza e cordialidade. Raynuncio morrera em mil seiscentos e vinte e dois, e succedera-lhe no governo do ducado seu filho Duarte I, nome que tomara em honra do infante D. Duarte, seu bisavô.

Depois d'esta familia, seguia-se a de Saboya, onde reinava Victor Amadeu, filho de Carlos Manuel, a quem succedera em mil seiscentos e trinta, bisneto da infanta D. Beatriz, filha d'el-rei D. Manuel, e portanto terceiro primo de D. Duarte. As relações entre as casas de Bragança e Saboya tambem haviam sido intimas. Além de outras provas de correspondencia, em mil quinhentos e sessenta e dois o duque Carlos Manuel mandara visitar o duque D. Theodosio I por um seu gentil-homem, e em mil quinhentos e setenta e oito o duque D. João I e sua mulher a duqueza D. Catharina receberam egual prova de consideração e amizade.

Afigura-se-nos por isto que D. Duarte, entrando em Italia pela fronteira de França ou por Genova, se encaminharia ás côrtes de Saboya e de Parma, onde faria maior permanencia, e d'estas cidades a Florença, Siena, Modena, etc.

Outra cidade não deixaria D. Duarte de vêr, por modo algum; queremos falar de Roma. A sua importancia antiga

e moderna, como capital do grande imperio e como capital da egreja, as suas ruinas grandiosas, os seus inimitaveis monumentos, attrahem para ella, antes de todas, as attenções do viajante, seja qual fôr o povo a que pertença ou a religião que professe. Quanto a não desejaria pois admirar D. Duarte, que tanto lhe conhecia a historia e a litteratura pelos escriptores latinos, que apaixonadamente manuseara, elle, o filho piedoso de D. Theodosio e d'essa illustre familia que tamanhas graças alcançara dos summos pontifices, e que tanto as merecia pelo seu zelo constante nas coisas da fé, em todos os tempos! Beijar o pé ao vigario de Christo, com o respeito e amor só proprios de crenças profundas, como as suas, prostrar-se por terra n'esse templo magestoso, o maximo do mundo, memorado e santificado por tantos factos e recordações, extasiar-se deante das obras primas dos gigantes das artes, chamados Raphael e Miguel Angelo, embrenhar-se nas ruinas e no viver d'essa sociedade de outr'ora, cuja lingua, costumes, crenças, poesia e historia, o cercavam por toda a parte, como nos cercam ainda mesmo hoje, devia ser para D. Duarte a satisfação de um anhelo ha muito concebido com ardor, e a realisação de um dos seus sonhos mais amados.

Se acreditarmos Fr. Francisco Xavier dos Seraphins Pitarra, no *Supplemento aos Dialogos de Pedro de Mariz*, a nossa presumpção converte-se quasi em certeza. «Venerava (D. João) com rendido e affectuoso obsequio, diz elle, o admirando mysterio do altar, e, sentindo que não tivesse effeito a diligencia com que seus clarissimos ascendentes procuravam que estivesse o Senhor no sacrario de sua capella de Villa Viçosa, ainda sendo duque, com intensa piedade, entre as saudades e abraços com que se despediu de seu irmão, o senhor infante D. Duarte, partindo-se para Allemanha, lhe fez uma e muitas instancias lhe conseguisse de Sua Santidade esta graça, gloriosa palma da casa de Bragança, e, conseguindo-a, lhe mandou logo fazer um sacrario

de prata». O breve d'esta faculdade pontificia é de vinte de fevereiro de trinta e seis.

Depois de Roma restava ainda Veneza, tão importante n'aquelles tempos, nossa antecessora no commercio da Asia, por nós vencida, e que um principe não devia esquecer nas suas digressões pela peninsula italiana, quanto mais um principe portuguez e instruido.

Será necessario por conseguinte accrescentar estas duas cidades, pelo menos, ás mencionadas. Milão foi provavelmente a ultima das principaes que visitou em Italia, pois parece que se dirigiu d'ella ao imperio d'Allemanha. Em Milão sabemos que residiu algum tempo, satisfazendo a sua louvavel curiosidade nas bellezas e obras de valor que já a adornavam; posto a fosse encontrar muito decahida do antigo brilho, por causa da terrivel peste que cinco annos antes a tinha flagellado, privando-a de mais de metade dos habitantes. Ah! quem lhe dissera então no meio das distracções e dos prazeres que alli seria o logar do seu martyrio e da sua morte! Imprescrutaveis mysterios do destino, ainda bem que não vos conhece o homem. Saber o futuro equivaleria a não gosar um momento de felicidade. Viver enganado, é, muitas vezes, a suprema ventura d'este mundo.

VII

De Milão, d'onde sahiu a vinte e oito de agosto, dirigir-se-hia D. Duarte a Victoria, Malegnano, Lodi, e Tormo; entraria no estado de Veneza, e passaria por Crema, Sonsin, cidade do marquez do mesmo nome, Brescia, cidade boa e bem murada, com um castello no alto de um monte,

Peschiera, villa formosissima, com sete baluartes, junto do lago de Garda e do rio Mincio, e Volarni; atravessaria os Alpes e as ribeiras do Adige; deixaria Lachiusa, logar fortificado, que defendia o passo d'este rio; entranhar-se-hia no Tarentino, onde veria Alla, S. Marco, Rovereith, Madaretto, e Trento, tão conhecida pelo seu concilio; e continuaria, já no condado do Tyrol, por Salorno e Bolsano, na confluencia do Tilfer e do Aisach com o Adige; atravessaria o Aisach, e, deixando-o á direita, iria sempre junto d'elle, transpondo os altissimos montes Alpes, que se estendem até Inspruck, onde chegou finalmente a nove de setembro, depois de lhe terem ficado atraz Canova, Clausen, Brixen, sitio em que a estrada se apartava da margem do Aisach, seguindo para o norte, e Milback, Stertzingen, Lueg, Steinach, e Matrai. De Milão a Inspruck eram, por este caminho, duzentas e quarenta e cinco milhas, ou cento e quinze leguas, e gastava-se na viagem treze dias, pouco mais ou menos; em jornadas, entende-se.

Sahindo de Madrid, tambem podia D. Duarte ir direito a Como; atravessar o lago do mesmo nome; seguir pela Valtelina e paiz dos Grisões; entrar no condado do Tyrol por Val de Venosla, e, continuando até Brixen, tomar d'alli para o norte, como acima dissemos, até Inspruck. Do primeiro caminho serviu-se o conde de Castro Daire, quando foi por embaixador extraordinario de Filippe IV a Vienna, poucos annos antes. Pelo segundo conduziram D. Duarte, preso, para Milão, evitando o outro a fim de não transitar pelo estado de Veneza, onde se arriscava a sua segurança, como veremos. Afigura-se-nos que aquelle, melhor e de mais frequencia de viajantes, seria o preferido. Era o de menos montes, porque acompanhava em grande parte os cursos do Adige e do Aisach, e só tinha de transpor os Alpes Rheticos para chegar á capital do Tyrol, e é este, por isso, com pouca differença, o traçado da via ferrea que hoje liga mais directamente Milão com Vienna

por aquelle lado. Se, porém, D. Duarte, em vez de partir de Milão, partiu de Veneza, em tal caso, seguiria d'esta cidade por Bassano a Trento, e d'ahi a Brixen e Inspruck, como na primeira hypothese.

Antes de entrar na capital do Tyrol, D. Duarte escreveu á archiduqueza Claudia de Medicis, viuva do archiduque Leopoldo, irmão do imperador, havia pouco fallecido, governadora do estado na menoridade de seu filho, o archiduque Fernando, de sete annos de edade, a qual, com a maior cortezia, lhe respondeu do seguinte modo:

«Illustrissimo, excellentissimo senhor. Estimo, como devo, a demonstração que vossa excellencia usa comigo, no caminho que faz pelos estados de minha casa, e, assim como me não são novos os respeitos que a isto me persuadem, assim deve vossa excellencia estar certo que, podendo passar por esta casa sem descompor notavelmente seus designios, me dará mui grande contentamento, pelo desejo que tenho de significar-lhe mais efficazmente a estimação que faço de sua pessoa e casa, pedindo a Deus guarde largos annos a pessoa de vossa excellencia. De Inspruck, oito de setembro de mil seiscentos e trinta e quatro. Affeiçoadissima —Claudia»[1].

Recebida esta delicada resposta, chegou D. Duarte no dia seguinte á cidade de Inspruck. Esperava-o fóra d'ella um gentil-homem do archiduque, mandado por sua mãe, com um coche tirado a seis cavallos brancos, em que D. Duarte fez a sua entrada, indo-se logo apeiar ao paço, grandioso edificio, communicado por passadiços com quatro conventos e com a parochia. Uma hora, pouco mais ou menos depois de haver chegado, visitou a archiduqueza, a qual o recebeu á porta do aposento onde estava, acompanhada da sua camareira-mór e de nove damas, e, passada a visita em demonstrações reciprocas de affe-

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

cto e de urbanidade, foi D. Duarte hospedado com magnificencia verdadeiramente real por sua alteza, sendo servido á mesa pelos seus mesmos pagens e creados. Não contente com isso, quil-o sua alteza obsequiar no momento da partida, presenteando-o com uma caixa de balsamos e quintas essencias, objectos reputados de muita estimação, por n'aquelle tempo unicamente se prepararem na sua casa [1].

Não deixaria D. Duarte de ver n'esta cidade o que havia de mais notavel e, antes de tudo, o seu castello, adornado de uma grande e bella armaria, que lhe lembraria a do castello de Villa Viçosa, á qual ficava proxima uma boa bibliotheca, e outras curiosidades raras e de preço; nem lhe esqueceria visitar no convento de S. Francisco o tumulo do imperador Maximiliano I, admiravel monumento de marmore, onde a mão do habil artista esculpiu ao redor as diversas batalhas por elle ganhas [2].

Depois de breve demora, despediu-se D. Duarte da archiduqueza, grato a tantos obsequios que recebera d'ella, e continuou a viagem.

Sahindo de Inspruck, o seu itinerario seria o seguinte: Hall, cidade boa na ribeira do rio In, Puldres, Voldens, e Esbol, villas todas ao longo do mesmo rio, a cidade de Ratemberg, Kundl, Kirchpiebl, e Kuffstein, ultimo logar do condado do Tyrol, munido de um castello fortissimo, pelo sitio, que era uma montanha sobranceira á povoação. Aqui passaria o rio por uma ponte, e entraria no ducado de Baviera. N'elle veria Aurdorf, e Falkenstein, villas acastelladas, e, deixando de caminhar por montes, pois ahi se acabam, Rethenfeld e Rosenhaim, onde entra o Mangfeld no In. Então,

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

[2] Bib. da Ajuda, Mss., *Embaixada do conde de Castro Daire, por Damião Ribeiro, official-maior dos papeis d'esta embaixada, e secretario particular do dito senhor conde embaixador.*

Bib. Nac., Mss., B, 14, 35, id., sem nome de auctor e com o titulo de *Jornada.*

embarcando-se, seguiria o curso d'este rio, absorto nos varios e imprevistos panoramas, que, a cada instante, lhe iam passando deante dos olhos: as scenas da natureza, tão differentes das nossas, as construcções religiosas, as fortalezas, as cidades com a sua casaria caracteristica, as villas e os logares, já mirando-se á borda das aguas, já cercados de muralhas ou de verdura; veria a activa Wasserburgo; a villa e convento de Gars da jurisdicção do bispo de Salzpurgo; Craiburgo, com o seu castello; Muldorf, do mesmo bispo; a boa cidade de Otting; Markel, sita proximo d'onde o rio Altza se mettia no In; Braunaw, cidade murada e forte; a acastellada Ering; Obernperg, já pertencente ao bispo de Passaw; Scherding; Neuburgo, condado livre do imperio encravado nas terras da Baviera, com um castello e uma aldeia do outro lado do rio; o mosteiro de S. Nicolau, termo, por esta parte, do ducado de Baviera; Passaw, onde ainda iria curtir as amarguras do captiveiro; e, na margem proxima Instadt, que se juntava a Passaw por uma ponte, ambas da jurisdicção do bispo do mesmo titulo, e ambas, posto que com differentes denominações, conhecidas pela da primeira. Depois, entrando, com as aguas do In, no Danubio, veria o castello de Kremspelstain; e Hasnerzel, tambem do senhorio do mesmo prelado, onde, pouco mais abaixo, se lançava no Danubio um rio pequeno, que dividia por aquella parte o estado de Baviera da Austria superior. Continuando a navegar, já nas aguas d'este estado, veria as villas de Engernzel e de Kelgelleiten; a cidade de Efferding; e a de Lintz, com o seu formoso palacio e grande praça; os castellos e villas de Steyreck e Ebersberg; a cidade de Ens, perto do rio do mesmo nome, e apartada do Danubio tres milhas; Mathausen, com o seu castello, junto da qual entrava aquelle rio n'este; as villas acastelladas de Walse e Greyn, uma á direita e outra á esquerda e as de Strudel e Syrmyngstein, não longe d'onde o Ips se misturava com o Danubio, dividindo a Aus-

tria superior da inferior. Chegando a esta altura da sua navegação, ir-lhe-hiam ficando á pôpa a antiga cidade de Ips; Marpach; Altenbechling; o castello de Waytneck; a villa e o mosteiro de Melk; o castello de Achstein e o de S. Miguel; as villas de Wieskyrch e Leubn; as cidades de Sten e Mautern, uma á direita e outra á esquerda do rio, unidas por uma ponte; e as de Krems, Tuln e Closterneuburgo, com seu formoso mosteiro de frades bentos, e Korneuburch; até que desembarcou finalmente em Nussdorf, distante cinco milhas de Vienna, a dezoito do mesmo mez de setembro, depois de oito dias, pouco mais ou menos, de viagem, que tanto levaria desde Inspruck.

Esta paragem de D. Duarte em Nussdorf, cidade na borda do Danubio, e longe da estrada, que do occidente conduzia a Vienna, mostra-nos que elle se serviu da via fluvial, conforme conjecturamos, fundando-nos na *Embaixada do conde de Castro Daire* e em bons mappas da epocha. E aquelle facto é positivo, porque o narra D. Antonio Caetano de Sousa, que teve presente uma relação de credito. Quando D. Duarte, depois de saber a noticia da restauração portugueza, foi do seu quartel de Leiphen para Ratisbona, tambem se utilisou do curso do Danubio, como veremos. Quando de Ratisbona o levaram preso para Passaw, os seus guardas fizeram o mesmo, por se despender d'este modo metade do tempo e menos dinheiro. A brevidade, a economia, o exemplo do conde de Castro Daire, que aproveitou o mesmo caminho, e o de outros, aconselhavam-lhe que preferisse o que descrevemos. Ainda porém havia para isso estas razões que são de peso: a commodidade, pois differente era andar tantas leguas embarcado ou a cavallo; o poder mais facilmente levar comsigo toda a sua numerosissima familia e grande bagagem; e a belleza de rios tão importantes, como o In e o Danubio, de margens tão povoadas, e que elle nunca vira.

De Nussdorf mandou D. Duarte a Fernando II um gen-

til-homem com uma carta, em que lhe participava ter chegado, assim como os intentos que o moviam a passar ao imperio d'Allemanha, e em que pedia licença para lhe beijar a mão, confiando que sua magestade o trataria como era proprio da grandeza cesarea, e da pessoa d'elle D. Duarte. Ao mesmo tempo que dirigiu esta carta ao imperador, endereçou outra a D. Inigo Vellez Ladron de Guevara, conde de Oñate, embaixador extraordinario d'el-rei catholico, pondo-o ao facto da sua chegada e do que escrevera ao soberano allemão. Aqui principiou logo, ou, antes, continuou a manifestar-se a malevolencia do governo hespanhol contra D. Duarte. Dentro em breve respondeu-lhe o conde, dizendo, entre outras coisas: que sua magestade cesarea daria a sua excellencia o tratamento dos grandes de Hespanha, como recentemente succedera com o principe de Venosa. D. Duarte que julgava baixo este tratamento, replicou-lhe que só receberia o que se costumava dar aos principes livres do imperio, e que rejeitava outro qualquer, por desegual á qualidade e sangue do casa de Bragança, o que desenvolveu com diversas razões, em abono da justiça da sua pretenção. Não contente com esta resposta, declarou ao imperador o que occorrera entre elle e o conde de Oñate, protestando que não acceitaria decisão alguma que fosse contraria ás regalias com que nascera. Procuraram os hespanhoes oppor-se aos desejos de D. Duarte, e não foram poucos os obstaculos que para tal fim urdiram, por varias vezes, com as suas negociações e intrigas junto da côrte, insistindo no pensamento de que elle não devia ser mais considerado do que os grandes de Hespanha, que se cobriam na presença do imperador. Não se deixou Fernando II levar pelos maus conselhos dos nossos inimigos, e, para resolver a questão, convocou o seu conselho privado, o qual,ventilando-a largamente, foi de parecer que se tratasse D.Duarte como os principes livres que serviam o imperio, e que, por irmão

do duque de Bragança, fosse egualado ao irmão do duque de Florença[1].

Conta D. Antonio Caetano de Sousa a este respeito, que, estando o imperador a comer em publico, um dos ministros do conselho privado lhe quiz referir, naturalmente em abono da resolução tomada, a grandeza da casa de Bragança, o que sua magestade atalhou com estas palavras: «Não tendes necessidade de me dizer quem é D. Duarte, porque minha mãe esteve para casar com seu avô, e sei muito bem qual é a representação d'essa familia». A isto pudera juntar Fernando II, que bem a conhecia, porque d'ella vinha, como claramente se manifesta da procedencia da seguinte linha genealogica: D. Affonso I, duque de Bragança; D. Isabel, que casou com o infante de Portugal, D. João; D. Isabel, rainha de Castella, mulher de D. João II; a rainha D. Isabel de Castella, que casou com D. Fernando V, rei d'Aragão; a rainha D. Joanna, herdeira de Castella, que casou com o archiduque Filippe, o Formoso, que por sua mulher, foi rei de Castella e primeiro d'este nome; Fernando I, imperador; o archiduque Carlos; e Fernando II[2].

Um dos validos de sua magestade, o bispo de Vienna, mandou aviso a D. Duarte do que se resolvera. Recebeu-o tambem o conde de Oñate, e sentiu-o, assim como, em geral, os hespanhoes; mas tiveram por esta vez de sujeitar-se, posto difficilmente dissimulassem a repugnancia com que o fizeram.

O embaixador de Hespanha, sendo-lhe communicado o aviso da resolução imperial, enviou a D. Duarte, que esperava fóra de Vienna, tres coches e seu filho D. Filippe de Guevara, depois conde de Escalante, para o conduzir,

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

D. Fr. Francisco Brandão, *Conselho e voto da sr.ª D. Filippa, filha do infante D. Pedro, sobre as terçarias e guerras de Castella.* Lisboa, 1643. 4.º

[2] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

acompanhado de alguns gentis-homens. Com tal apparato realisou o recem-chegado o seu ingresso na côrte cesarea a um de outubro, depois de estar doze dias em Nussdorf, indo em direitura para o palacio do conde de Oñate, no qual, por então, se aposentou. Este palacio pertencia ao governo hespanhol e servia de residencia aos seus embaixadores. Era muito formoso; compunha-se de tres grandes edificios, separados uns dos outros; e tinha capacidade bastante para elles e todos os seus creados.

Passados quatro dias, foi D. Duarte recebido em audiencia pelo imperador e pela imperatriz que o acolheram com manifestas provas de affecto, e com todas as preeminencias que no imperio d'Allemanha cabiam aos principes livres. Entrou D. Duarte no aposento em que sua magestade estava, e este, mal o viu, tirou o chapeo, correspondendo com os passos ás suas cortezias, e abaixando a cabeça ás suas continencias, não se cobrindo, até que D. Duarte levantou o chapeo para se cobrir, de sorte quo ambos o fizeram ao mesmo tempo. O que passou com Fernando II vel-o-hemos pela seguinte carta que escreveu ao duque seu irmão logo depois, muito embora D. Antonio Caetano de Sousa, que a traz na *Historia genealogica,* lhe attribua data posterior, julgando, por um engano injustificavel, que ella se refere á audiencia que D. Duarte obteve do mesmo soberano, depois de ir visitar o rei de Hungria no paiz de Wurtemberg.

«Senhor. Chego agora de beijar a mão ao imperador e imperatriz. Fui recebido com muita demonstração. O imperador me perguntou por vossa excellencia, e esteve um bom pedaço falando comigo: disse-me que era necessario testemunhas para saber que era portuguez, porque parecia que era allemão. Fez grande festa de lhe falar em italiano. Dentro de seis ou oito dias parto para o exercito, para o que me fico dispondo. Agora não sou mais largo porque espera o correio. Disse-me o imperador que teria morto por sua

mão, n'estes tres mezes passados, quinhentos e vinte e tres veados; e em doze dias que havia começado a matar porcos montezes passante de duzentos. Um dia d'estes matou um veado que pesou seiscentas e sessenta libras de dezeseis onças: o que pesam ordinariamente são quatrocentas ou quinhentas libras. Pasmára vossa excellencia de vêr os campos cobertos de milhões d'elles. Matam-os com redes; hão cornos, d'elles de oito palmos, e de seis até sete é o ordinario, e tão grossos que parecem azinheiras. Tem-os postos em cabeças de páu pintadas, e está todo o palacio cheio. Disse-me o imperador que este inverno passado matara seiscentos e tantos porcos, e que um dia d'estes, antes que me partisse, me havia de levar á caça. Deus guarde a vossa excellencia como pode e é mister. Beijo a mão a vossa excellencia. Seu irmão, maior servidor e amigo, que mais lhe quer, D. Duarte. Mande vossa excellencia mostrar esta carta ao senhor D. Alexandre [1]».

Depois da audiencia do imperador, visitou D. Duarte o archiduque Leopoldo, filho segundo de sua magestade, o qual, da vida ecclesiastica, que primeiro seguiu, passara á militar, e foi general das armas cesareas. Sahiu este a recebel-o ao segundo aposento da casa em que se achava; tratou-o com muitas cortezias e cerimonias, falando-lhe pelo termo de dilecção, e na despedida acompanhou-o muito mais além do que fizera quando o recebeu. Não foi no mesmo dia visitar a rainha de Hungria, D. Maria de Austria, infanta de Hespanha, porém sómente no dia nove, por ella se achar incommodada.

N'este comenos arranjara-se-lhe casa propria junto de Vienna, naturalmente por não se julgar a capital do imperio ainda de todo livre da peste que a affligira, o que havia obrigado a côrte a retirar-se para Ebrestorf, d'onde veiu pouco antes da chegada de D. Duarte, para tornar a sahir.

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. Genealogica.*

Prompta e adereçada a sua nova habitação, transferiu-se a ella, depois de ter residido quinze dias, pouco mais ou menos, na do embaixador hespanhol.

Faltava-lhe visitar o principe imperial, rei de Hungria; mas esse estava ausente na guerra, no paiz inimigo de Wurtemberg, em que ficara victorioso, e em que tencionava invernar. Embora tão distante, pareceu-lhe mal não o ir vêr, e determinou fazel-o pela posta, logo pouco depois de haver chegado, segundo parece, pois na carta ao duque de Bragança, que transcrevemos, já allude ao projecto de partir para o exercito dentro de seis ou oito dias. Não querendo decidir-se unicamente por si, communicou a idéa a alguns senhores; dissuadiram-o quasi todos, e as razões que apresentavam eram convincentes e envolviam graves riscos para a sua liberdade e vida, porque tinha de percorrer terras inimigas e logares atacados da peste. Preferiu D. Duarte ser tachado de temerario a incorrer em censura por acceitar o conselho dos prudentes. Foi uma prova de arrojo, que lhe podia custar cara, se d'elle fosse victima, merecendo, n'esse caso, a accusação de insensato; mas sorriu-lhe a fortuna, e portanto esse feito com que estreiou a sua vida na Allemanha, qualificou-o vantajosamente na opinião geral, e manifestou as partes de valor, affoiteza e brio que posteriormente o distinguiram na guerra e nunca o desampararam.

VIII

Estava o rei de Hungria, como dissemos, muito distante de Vienna, em Stuttgart, no paiz de Wurtemberg. Era-lhe pois necessario passar toda a Austria e Baviera e chegar mui perto do Rheno e dos limites da França, de sorte

que tinha quasi de atravessar, por aquella parte, toda a Allemanha. Não trepidou D. Duarte nem com a distancia, nem com os perigos, e, assente a viagem, foi-se despedir do imperador no castello de Hort, a cinco leguas de Vienna, o qual n'essa occasião lhe deu um passaporte para não lhe impedirem o caminho e o favorecerem. Foi-se tambem despedir da rainha de Hungria, e d'ella recebeu uma carta para seu marido.

Cumpridas estas formalidades, e arranjado quanto convinha, partiu D. Duarte de Vienna a vinte e tres de outubro, indo pela posta, unicamente com cinco creados. A primeira povoação que encontramos nomeada no seu itinerario é a cidade de Salzburgo. D'esta dirigiu-se a Munich, côrte do eleitor de Baviera, na qual não entrou por amor da peste, que a invadira, assim como muitos logares dos seus arredores. Tinha este flagello, outr'ora terrivel e frequente companheiro da guerra, causado os peiores estragos em grande porção do imperio, e, segundo fica dito, nem mesmo a sua capital escapara ao contagio, posto na epocha em que vamos, já elle estivesse em manifesta declinação. A Baviera fôra um dos paizes mais atacados, e, quando D. Duarte passou por ella, ainda ardia na maior força do mal. Então depararam os seus olhos a mais triste scena de afflicção e miseria! Aqui, era um campo em que jaziam enterradas para cima de trinta mil pessoas, victimas da fatal epidemia; alli, as casas ao desamparo e sem portas, e os moveis espalhados pelas ruas, havendo até um terreno murado, onde se tinha posto todo o genero d'elles, misturados, expostos ao tempo e sem dono; e, emfim, a cada passo, pelo caminho, as povoações grandes e pequenas, quasi em numero de quarenta, desertas completamente de seus habitantes.

Deixados atraz tamanhos horrores, que lhe contristaram o coração, continuou D. Duarte a viagem, até que em trinta e um de outubro chegou á cidade de Donawerth, da qual seguiu

para Nordlingen, em que não entrou por já estar tocada da peste. Um quarto de legua distante d'ella, esperava-o outra scena, de certo não menos horrivel do que a antecedente.

Dera-se ahi, havia pouco, no dia sete de setembro, a celebre batalha conhecida pelo nome da proxima localidade, e as suas funestas consequencias eram evidentes. Na cidade as ruinas causadas pela artilheria dos inimigos patenteavam um espectaculo lastimoso, emquanto no campo, onde fôra a lucta sanguinolenta, se viam muitos cadaveres mal gastos do tempo, e na falda da collina grande numero de cavallos e homens mortos. Demorou-se D. Duarte por algum tempo a observar o memoravel e triste sitio, meditando silencioso nos rastos de sangue e destruição que deixára após si o infernal açoite da guerra. Mas não se limitava áquelle campo o quadro medonho; e ainda por tres leguas foi encontrando corpos mortos dos que se dizia terem succumbido na perseguição dos croatas.

Atravez de todas estas scenas, e, muitas vezes, com eminente risco de ser aprisionado ou de perder a vida, proseguiu D. Duarte a sua viagem, como se quizesse provar assim o animo e acostumar-se ás contingencias e horrores das armas, que cedo affrontaria tão brava e galhardamente. Houve occasiões em que o seu valor tocou as raias da temeridade, e em que lhe poderia facilmente succeder alguma desgraça, por despresar as informações que se tomavam, porque em muitas partes por onde passava, ás vezes a menos de meia legua, andavam forças da Suecia. Um dia, perto da fortaleza de Jarandor, encontrou dois homens correndo a cavallo, e perguntando-lhes o motivo porque iam com tanta pressa; responderam que fugiam do inimigo, o qual escaramuçava detraz de um monte que indicaram, e d'onde D. Duarte ouvira tiros. E a tudo isto se afoitava só com vinte mosqueteiros e com os cavallos cançados. Foi a sua felicidade não ser visto.

Finalmente chegou ao termo da viagem, a Stuttgart, côrte

do rei de Hungria; mas, antes de entrar na cidade, fez alto em Eslingen, distante uma legua, e d'ahi despachou um creado com uma carta para o marquez de Castañeda, embaixador ordinario de Filippe IV, que em toda a campanha passada havia assistido ao filho do imperador. N'essa carta declarava-lhe ter chegado, e pedia-lhe que solicitasse d'el-rei licença para lhe beijar a mão. Voltou logo no mesmo dia o creado com resposta de que el-rei estimava muito a sua vinda, e que podia entrar. Partiu portanto D. Duarte de Eslingen, mas quasi no meio do caminho encontrou o marquez embaixador, que o ia buscar com tres carroagens. Cumprimentaram-se; passou D. Duarte para a carroagem do marquez; e, assim fez a sua entrada, apeiando-se em casa d'este. Á noite mandou el-rei visital-o e dar-lhe as boas vindas pelo conde de Popoli. No terceiro dia depois da chegada, obteve D. Duarte audiencia d'el-rei, e, indo aõ paço, o foi esperar por ordem sua o conde Thum, que exercia o officio de mordomo-mór, entre o qual e o marquez de Castañeda, chegou á presença de sua magestade, que o tratou com a mesma formalidade que o imperador. Emquanto se demorou em Stuttgart, isto é, de cinco até vinte e tres de novembro, empregou o tempo vendo, na companhia do marquez de Castañeda, os jardins, os palacios e os divertimentos sumptuosos que ornavam a cidade, então alojamento do rei de Hungria, depois que o duque de Wurtemberg, perdida a batalha de Orttingen, d'ahi se retirára.

Como el-rei declarasse a vinte e tres de novembro, que deixava Stuttgart no dia seguinte, resolveu D. Duarte fazer tambem viagem n'esse dia, de volta a Vienna, o que effeituou á tarde, pela posta, apenas com alguns cavallos ligeiros de guarda. Tendo andado quatro leguas, chegou á cidade de Queppingen, onde pernoitou. No outro dia seguiu até Hainhaim; porém, estando ella ferida da peste, antes quiz ficar fóra, e incumbiu um creado de procurar uma

casa ainda liberta do contagio. Soube o governador Victorio Galaran, pelo seu tenente, d'esta diligencia, e para quem era, e mandou immediatamente, e da melhor vontade, abrir ao recem-chegado as portas do castello, onde o alojou, assim como aos seus, com grandes demonstrações de cortezia, e lhe offereceu uma ceia, a qual durou desde as seis horas até á meia noite, usando-se n'ella de todas as cerimonias, que se costumam em Allemanha com os grandes principes. Comeram com D. Duarte, além do governador, um general de artilheria, e um sargento-mór do rei da Suecia, prisioneiros na ultima batalha. Deteve-se D. Duarte até ao outro dia, em que o divertiram com bailes e um magnifico jantar. Era o castello forte e armado de oitenta e tres peças; por isso, quando os hespanhoes o ganharam, foi abundante o despojo de joias e dinheiro, pois muitos haviam confiado os bens ás suas grossas e defendidas muralhas. No dia seguinte despediu-se D. Duarte do governador, que lhe deu uma guarda de soldados, lhe fez presente de um cavallo da Moravia, de estimação, e o acompanhou até á distancia de meia legua da fortaleza, salvando esta á sua sahida com dez tiros. No mesmo dia foi dormir á cidade de Lintzgow, pertencente ao ducado de Baviera, na margem do Danubio. O governador d'ella, que era milanez e cavalleiro de Malta, estava avisado da sua vinda, e por isso mandára esperar á porta da cidade um creado para lhe pedir que se apeiasse em sua casa. Acceitou D. Duarte o convite, e recebeu ahi tão magnifico tratamento, que, sendo o dia de peixe, lhe apresentaram trinta pratos.

Lisongeado por tantos obsequios, dignos da sua pessoa e alta jerarchia, sahiu de Lintzgow e seguiu até Neuburgo, côrte do duque do mesmo nome, onde se aposentou na casa que os padres jesuitas possuiam n'esta cidade, cujo provincial tomou a seu cargo servir-lhe sempre de guia em todas as partes a que teve de ir, e obsequial-o com boa musica.

D'alli embarcou para Ingolstadt, cidade do duque de Baviera, tão bem fortificada, que resistiu ao sitio que lhe poz o rei da Suecia, o qual desesperado de rendel-a, por a julgar inconquistavel, o levantou. Não podendo entrar n'um pequeno logar onde se terminava a jornada, receioso da peste que n'elle havia, teve de dormir na barca, sem cama nem commodo algum, e exposto a um frio intoleravel.

D'aqui passou a Ratisbona, que o rei de Hungria ganhara por concerto, depois de n'ella ter perdido nove mil homens; e de Ratisbona a Passaw; e de Passaw a Lintz; d'onde remetteu por um creado as cartas que levava do dito rei para o imperador seu pae, e para a rainha sua esposa, os quaes ainda habitavam fóra de Vienna, por causa da peste que não cessara de todo.

Sahido de Lintz, chegou finalmente á capital do imperio a sete de dezembro, tendo gasto portanto quarenta e cinco dias em toda a viagem, e sendo tão feliz n'ella, que não só gosou sempre saude perfeita, apesar dos incommodos que experimentou, e de tantas povoações atacadas do contagio que percorreu, mas até mesmo conseguiu escapar aos perigos a que o seu animo atrevido e corajoso o expoz muitas vezes [1].

Devia ser cordeal a maneira porque o receberam o imperador, a imperatriz, e a rainha de Hungria. Tornara-se elle merecedor dos maiores obsequios e elogios, praticando esse acto, ao mesmo tempo de delicadeza e arrojo, e de tão boa vontade, e tão resolutamente, para visitar o seu filho e marido, atravez de tamanhos riscos, e em paiz tão distante. É pois natural que a sympathia que alcançara da familia imperial, desde o começo, pelas suas estimaveis qualidades e instrucção, ganhasse muito com este acontecimento, que relevou o seu valor e ousadia aos olhos de toda a côrte. Além d'isso, esta como revista de parte

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

do theatro da guerra, podia-se considerar, por assim dizer, um preparo e annuncio para entrar n'ella, e devia merecer o agrado do exercito imperial, de que viria a ser notavel ornamento.

LIVRO IV

Torna-se D. Duarte estimavel em Vienna pelas suas qualidades.— De como participaria dos banquetes, caçadas e festas religiosas da côrte.— Seu respeito e admiração pelo imperador.— Esboço da guerra dos Trinta Annos, em que ia militar.— Parte para a guerra com o rei de Hungria.— Despede-se do imperador.— Como vae e seu estado.— Logares por onde transita.— Praga e as memorias de Waldstein.— Outros sitios que percorre.— Param em Heilbron, distante doze leguas d'onde estava o exercito.— Noticias que ahi se recebem d'este e do inimigo.— Obsequios a D. Duarte na viagem.— Triste sorte dos povos por onde passara.— Compaixão e bondade de D. Duarte para com elles.— Cartas que escreve ao duque.— Relação das campanhas de 1635, 1636, 1637 e 1638, e parte que teve n'ellas.— É nomeado em 1636 sargento-general de batalha.— Dissabores e intrigas que acompanham as suas glorias, a que não é extranho o governo hespanhol.— Pede licença ao imperador para vir a Portugal.— Motivos da sua viagem.— Embarca em Hollanda para Lisboa.— Combate com dois corsarios perto da foz do Tejo, e vence-os.— O que acontecera em Portugal depois da sua partida para Allemanha.— Revolta de Evora.— Mal chega a Lisboa, dirige-se a Villa Viçosa.— Alvoroço com que é recebido. — Qual seria ahi a sua vida.— Parte para Lisboa, com tenção de embarcar logo.— Porque foge em Lisboa de visitas e de intrometter-se em negocios.— Temores que excita a sua vinda ao governo hespanhol.— Inquietam-se os sebastianistas.— É tentado para ajudar a libertar a patria, e acceitar a corôa, não a querendo seu irmão.— Desculpa-se o seu procedimento n'esta occasião.— Parte para Inglaterra.— Desembarca, segundo parece, em Dover, e d'ahi passa a Allemanha.— Continua as suas campanhas.— A de 1639. — Toma posse de um regimento de cavallaria, de que é feito coronel.— Campanha de 1640.

I

Chegou pois D. Duarte a sete de dezembro a Vienna, da visita ao rei de Hungria. Durante os cinco mezes seguintes, isto é, desde então até treze de maio de trinta e cinco, em que partiu para o exercito, junto com o mesmo rei, permaneceu naturalmente na côrte imperial, fazendo as disposições e aprestos necessarios á vida nova que ia encetar, e gastando o resto do tempo na alegre convivencia dos principes e grandes, que a frequentavam. Já vimos como o imperador o recebeu franco e benevolo, e quaes as honras que lhe prodigalisou, mau grado á opposição de inimigos e invejosos, para o que não concorreriam pouco as recommendações do duque de Bragança. Depois, dia a dia, as mostras de deferencia e amizade de Fernando II e das pessoas, com quem mantinha tracto mais ou menos intimo, deviam crescer, á proporção que as suas boas qualidades se patenteavam; até que de todo, e de todos conhecidas, se tornou alvo do maior respeito e credor das mais subidas distincções.

Á regia estirpe e á grandeza de sua casa, predicados bastantes para lhe franquearem praça em qualquer das primeiras capitaes da Europa, e Vienna entrava n'esse numero, pois nenhuma se lhe approximava n'aquella epocha, nem na importancia politica, nem na concorrencia de principes e illustrações de toda a ordem, a não ser a côrte de Roma ou a de Paris, D. Duarte unia, em summo grau, a magestade do porte, que subjugava, a lhaneza das maneiras, que attrahia, o saber esmaltado pela modestia, o arrojo sem imprudencia, o sorriso e a alma abertos sempre, e não me-

nos aberta a mão, com que, á larga, repartia por grandes e pequenos os thesoiros da sua generosidade. Collocado n'aquella illustre scena do mundo, o nosso principe, longe de se eclipsar em tantos esplendores, brilhou n'elles com o brilho proprio, e com o herdado, mas principalmente com o proprio, que eram extremes as suas virtudes.

Entre os obsequios que Fernando II dispensou a D. Duarte, contar-se-hia a partida de caça que lhe promettera, seguida de outras muitas, porque o monarcha allemão era apaixonado e acerrimo caçador, como bem provou logo na primeira entrevista com elle, e costumava frequentemente retirar-se para a bella vivenda imperial de Luxumburgo, proximo de Vienna, onde se entregava aos seus fadigosos exercicios.

Tornavam-se essas caçadas sobremaneira agradaveis e seductoras, pela magnificencia que apresentavam e pela amabilidade do imperador com os seus companheiros, o que não se estranhava, pois ou no campo ou na cidade, o seu modo de viver não tinha a ostentação habitual dos soberanos, e sahia com tamanha singeleza, que até os cocheiros do seu coche iam cobertos, coisa n'aquelles tempos insolita, e parava até para falar a um e a outro [1]. Ah! quantas vezes no cerrado arvoredo das mattas imperiaes, acompanhando Fernando II, não sentiria D. Duarte confranger-se o coração oppresso de tristeza, ao recordar-se da sua terra, da sua querida tapada de Villa Viçosa, e de tantas caçadas e de tantos passeios que fizera n'ella com seu pae e com seus irmãos!

Não lembrariam menos a D. Duarte em Vienna as festas da capella ducal. Eminentemente piedoso, o seu espirito espanejou-se á vontade n'aquella atmosphera impregnada de catholicismo; e as solemnidades da egreja, cele-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Damião Ribeiro, *Embaixada do conde de Castro Daire*, etc.

bradas com pompa na do paço imperial por Fernando II e pela sua familia, a que D. Duarte assistiu decerto, emquanto esteve na côrte, se deviam contentar o seu zelo, deviam, ao mesmo tempo, encher-lhe a alma de saudades, e transportal-a pressurosa aos sitios da sua infancia e juventude, sitios tão queridos, tão distantes, e que receiava nunca mais tornar a vêr, porque, além das incertezas inherentes á inconstancia e fragilidade das coisas humanas, ia aventurar-se a perigos continuos, onde, a cada passo, teria de encarar a morte.

Era Fernando II muitissimo religioso. «O imperador, escrevia D. Duarte ao duque seu irmão, ouve todos os dias duas missas, e sempre de joelhos; os de festa tres; depois entra em conselho até ás onze horas; como dão, vae a uma ladainha, que se canta na capella, depois de comer; se é de santo, ouve dois pares; á noite se canta outra ladainha; a imperatriz, reis e todos os principes assistem a ella. Isto é lei invariavel. Não se faz procissão que não acompanhe. Na das Ladainhas de Maio estava nevando, e jámais o imperador se cobriu. Missas cantadas e tudo ouve sempre de joelhos[1]».

Damião Ribeiro, auctor da *Embaixada* do nosso compatriota, o conde de Castro Daire, embaixador extraordinario de Hespanha ao imperio em mil seiscentos e vinte e oito e vinte e nove (já citada mais de uma vez) que formava parte da comitiva do conde, como seu secretario particular, e portanto foi testemunha de vista dos acontecimentos que narra, não encarece menos o animo piedoso de Fernando II e da sua familia, quando nos conta que todas as sextas feiras da Quaresma ia a pé a uma devoção que em Vienna se fazia todos os annos, semelhante á nossa em Lisboa de correr os Passos, com muito recolhimento, levando comsigo as archiduquezas suas filhas e as suas damas, sem mais

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXVII, fol. 417 v.

sequito que os seus mordomos e creados, uma companhia de infanteria e a sua guarda.

A devoção de D. Duarte e a sua frequencia nos officios e festas religiosas contribuiriam muito para lhe alcançar as sympathias de Fernando II, assim como da familia imperial e da côrte, que se moldariam á imagem do soberano, quando a isso os não levasse o habito ou a inclinação. Pelo seu lado, D. Duarte não só se deixou captivar nos laços do agradecimento e do affecto, mas tambem se sentiu tomado de respeitosa admiração por aquella alta magestade, que nos titulos de sacra e de cesarea consubstanciava em si a alliança da realeza com a divindade e com a secular grandeza do imperio de Roma, alliança que aos seus olhos despia a parte mundana, purificando-se no chrysol do zelo e da humildade christã, que tanto a proposito se ajustam com a religião do Crucificado. A admiração de D. Duarte por Fernando II resumil-a-hemos na seguinte phrase, ainda da mesma carta: «O que este homem é não se póde conceber, sem se vêr!» Nem julgava bastante admiral-o; respeitava-o, reverenciava-o como um predestinado, cuja missão na terra era defender a fé contra os herejes, e amparar a egreja na guerra de morte que então se combatia. Segundo as suas crenças, o céo influia-o n'esse empenho pela voz do proprio filho de Deus. «É coisa certissima, accrescentava D. Duarte, referindo-se ao imperador, que o agosto passado, estando deante de um Christo, chorando, este lhe falou, dizendo: Ferdinande, incepisti; progredere; nunquam te desero [1].»

Reinava a melhor convivencia na côrte imperial entre os grandes; e nos domingos e dias de festa davam-se banquetes, ficando logo convidados todos de uns para os outros. Entravam n'elles sempre os embaixadores, excepto o do turco, pois não tinha com os mesmos correspondencia, e até vivia

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxvii, fol. 417 v.

fóra da cidade, á qual não podia ir sem licença do imperador. Muitas vezes encontravam-se juntos á meza, a par dos representantes de varias nações, principes, cardeaes, prelados, generaes e nobres de todas as classes; como acontecera no banquete do mencionado conde de Castro Daire, realizado poucos annos antes, por occasião do nascimento do principe de Hespanha, e cuja magnificencia ficou memoravel. Nem infringiria D. Duarte esse louvavel costume; nem a sua auctoridade e largueza lhe permittiriam o contrario; não; honrar-se-hiam de o ter por commensal os paços imperiaes e os dos senhores e potentados, e elle, correspondendo generosamente ás finezas recebidas, como filho de quem era, convidal-os-hia tambem a banquetearam-se no seu palacio. N'estas diversões, ou em passeios campestres, no cumprimento dos seus deveres religiosos, que nunca lhe esqueciam, na leitura, habito inveterado da sua natureza, no estudo do allemão, de que tanto precisava para a communicação com a gente da terra, já na côrte, já sobretudo no exercito, no manejo das armas, em que não deixaria de aperfeiçoar-se, na caça e na equitação, costumes seus desde os tenros annos, passaria D. Duarte os mezes decorridos desde que chegou de visitar o rei de Hungria até partir para a campanha.

II

Antes de continuarmos com a nossa narração, urge dizer alguma coisa ácerca da guerra, em que D. Duarte ia pelejar tão briosa e desinteressadamente, honrando-se, e honrando o nome portuguez, para, depois de tamanhos servi-

ços, receber em paga d'elles a mais dura das recompensas, a ingratidão.

A guerra dos Trinta Annos, essa guerra gigante, meio politica e meio religiosa, que envolveu no seu manto de sangue tantas nações da Europa, e teve por theatro principal a Allemanha, foi devida, como todos sabem, ao descontentamento das seitas protestantes d'este paiz, que a celebre paz de Augsburgo exacerbara, e á ambição da casa d'Austria, sempre prompta para lançar mão de todos os meios de engrandecimento.

Começou nos fins do reinado do imperador Mathias, e uma das suas causas immediatas foi a successão aos ducados de Juliers, Cleves, e Berg, e aos condados de Mark, Ravensberg, e Ravenstein, vagos em mil seiscentos e nove pela morte de João Guilherme, ultimo descendente da linha que os possuia. Julgavam-se com direito a estes estados o eleitor de Saxonia, o eleitor de Brandeburgo, o conde palatino das Duas Pontes, e o margrave de Burgau, e cabia decidir a contenda ao imperio e ao conselho aulico; mas taes arbitros não convinham a alguns dos pretendentes, e os interesses politicos, tomando por escudo e alavanca o sentimento que mais excitava os animos, converteram esta questão n'uma questão religiosa. A isto respondeu a Austria apoderando-se por precaução dos estados em litigio, medida que poz álerta contra ella todas as nações, que podiam temer a sua preponderancia, e esteve a ponto de fazer sahir a campo a França, ao que obstou a morte de Henrique IV. D'aqui nasceu formar-se, por parte dos protestantes, a união evangelica, e, por parte dos catholicos, a liga catholica, as quaes, depois de se ameaçarem armadas durante alguns annos, romperam finalmente as hostilidades. Eram diversas as causas que moviam os belligerantes. «O imperador, diz Cantu, queria estabelecer o seu direito supremo á sombra da dupla corôa politica e religiosa; os eleitores lutheranos invocavam a independencia

do imperio e da fé; os eleitores catholicos ligavam-se á unidade da religião, ao mesmo tempo que se separavam d'ella quanto ao direito politico; os estados sujeitos pela Austria esperavam sacudir o jugo; os que se tinham subtrahido ao seu dominio consolidar a sua liberdade; e a Europa libertar-se da supremacia que esta casa ameaçava adquirir».

N'isto succedeu no throno de Allemanha Fernando II, mais energico do que o seu antecessor, e foi elle que verdadeiramente principiou a guerra, de que se consideram preliminares os successos que apontámos.

Os bohemios, cujos privilegios Fernando II violara, insurgiram-se e nomearam rei o eleitor palatino Frederico V, calvinista; mas este não soube sustentar na fronte a corôa que lhe haviam cingido, e pouco tempo depois fugia covardemente deante das forças da liga catholica, a que a Hespanha e o papa forneciam homens e dinheiro, ao passo que a pouca harmonia da união evangelica lhe tirava as forças e facilitava os progressos de Fernando II.

Embriagado pela fortuna, o imperador não parou na sua carreira ambiciosa. Por sua ordem foram exilados differentes principes, e, entre elles, o eleitor palatino; depois Tilly tomou Heidelberg; depois Waldstein venceu Gabor, proclamado rei de Hungria, que de novo empunhara as armas; e a união evangelica foi dissolvida. Então Vienna e Madrid, ligadas pelos laços de sangue que prendiam as suas familias reinantes, e por interesses até certo ponto communs, deram-se as mãos para opprimirem a Allemanha e a Hollanda. Aqui termina o primeiro periodo da guerra, o palatino.

Christiano IV, rei da Dinamarca, e parente do eleitor desapossado, temendo que as victorias da Austria prejudicassem o seu reino, decidiu-se a entrar em campanha e occupou o paiz entre o Elba e o Weser em mil seiscentos e vinte e cinco; porém batido por Tilly em Luter, ameaçado por Waldstein, que levantara um poderoso exercito,

de que era chefe absoluto, e vendo os imperiaes senhores das margens do Baltico, recolheu-se aos seus estados, e assignou a paz de Lubeck em mil seiscentos e vinte e nove. Então a Allemanha do norte, despojada pelo edicto de restituição, e oppressa por cem mil homens armados, não teve remedio senão curvar-se ao poder austriaco. Felizmente dirigia os negocios da França o astuto Richelieu, o qual, por antever o futuro, ergueu obstaculos aos desejos immoderados do vencedor, não, declarando-lhe guerra, mas incitando os principes por meio de emissarios secretos, obtendo que a dieta de Ratisbona tirasse o commando a Waldstein, e levando o bravo Gustavo Adolpho, rei da Suecia, a abraçar o partido contra o imperio e a invadil-o. É este o fim do segundo periodo, o dinamarquez.

Gustavo Adolpho, receioso da influencia da Austria no Baltico, desembarcou em mil seiscentos e trinta nas costas da Pomerania, com forças aguerridas e disciplinadas, e conquistou-a. Em seguida penetrou na Saxonia, onde derrotou Tilly na batalha de Leipzig, em mil seiscentos e trinta e um; levou deante de si as guarnições da Franconia, Suabia, Alto Rheno, e Palatinado; separou os imperiaes dos hespanhoes; entrou na Baviera; e forçou a passagem do Leach, onde morreu Tilly. Aterrado o imperador por tamanha serie de victorias, desceu á baixeza de chamar novamente Waldstein, que offendera e demittira do commando. Acceden este a assumir a direcção da guerra, e desde logo mudou-lhe a má fortuna, lançando-se na Suabia e obrigando Gustavo Adolpho a ir defendel-a. A batalha de Lutzen, em mil seiscentos e trinta e dois, foi a ultima que pelejou o valoroso rei da Suecia, o qual morreu n'ella, sem vêr o triumpho que alcançaram as suas armas. Não obstante a morte de tão assignalado capitão, os suecos proseguiram a guerra com exito feliz commandados por Baner e Bernardo de Weimar, e dirigidos pela politica do chanceller Oxenstiern, principalmente quando Fernando II, as-

sustado da ambição e dos projectos traidores de Waldstein, fez com que elle fosse assassinado em vinte e quatro de fevereiro de mil seiscentos e trinta e quatro.

A Waldstein succedeu no cargo de generalissimo do exercito imperial o filho do imperador, o archiduque Fernando, rei de Hungria, mas só no titulo, porque realmente o era o conde Galasso. As suas primeiras acções consistiram no cerco e tomada de Ratisbona, e de Donawert, que os suecos em vão defenderam; assim como no de Nordlingen, uma das principaes fortalezas da Suabia. Correu o duque Bernardo de Weimar em soccorro d'ella, e, confiando demasiadamente na sua boa estrella, combateu com o inimigo, apezar da inferioridade de forças, e dos conselhos em contrario do general Horn, e foi derrotado. Perderam os suecos n'este formidavel desastre doze mil homens mortos, oitenta peças, quatro carros, e trezentas bandeiras e estandartes. D. Duarte ainda viu os resultados de tão sanguinolenta batalha, quando atravessou o campo onde ella succedera, indo visitar o rei de Hungria, vencedor, como fica dito. As consequencias da derrota de Nordlingen foram o enfraquecimento da Suecia; a desconfiança e terror que se apoderou dos seus alliados, conhecendo que a abandonara a victoria, tão constante em lhe seguir os passos; a confiança que cobrou o partido catholico, levantado do seu abatimento; e a invasão e saque da Suabia e do Wurtemberg pelo exercito victorioso. Os principes protestantes recorreram em tal extremidade a Oxenstiern, o qual, tendo o exercito destruido ou disperso, e faltando-lhe dinheiro para organisar outro e pagar o que ainda se devia, lhes pediu novos sacrificios, porém debalde. Então o chanceller sueco, deixado por todos os alliados de Allemanha, obteve soccorros da França, que decidiu entrar abertamente na guerra, pondo a mira em alargar o seu territorio até ao Rheno. Mandou Richelieu para as margens d'este rio um exercito ás ordens do cardeal de La Valette, o qual

se uniu ao do duque Bernardo de Weimar, a fim de atacar os imperiaes, e outros tres para entreter as forças de Hespanha, que tinham passado á espada a guarnição de Treves, a saber: um para o Milanez, outro para a Valtelina, e outro para Flandres. Aqui começou o periodo francez, que só terminou em mil seiscentos e quarenta e oito com a paz de Munster. Eis, em resumo, o que fôra a guerra dos Trinta Annos até ao tempo em que D. Duarte começou a figurar no seu sanguinolento e glorioso theatro.

III

Quando D. Duarte visitou o rei de Hungria, achava-se elle, como vimos, acampado nos seus quarteis de inverno, gosando ainda os fructos da victoria obtida em Nordlingen. D'ahi tornou Fernando a Vienna, onde permaneceria com seu pae, o imperador, até que, entrada a primavera, se decidiu a partir de novo para o exercito, levando comsigo o irmão do duque de Bragança, que ia estreiar-se no duro mister das armas.

Chegado o dia da partida, sexta feira, treze de maio, sahiu D. Duarte do seu palacio, vestido á moda, mui galante, com um rico vestido agaloado todo de passamanes de oiro, e montado n'um soberbo ginete. Acompanhavam-o todos os seus creados, egualmente em bem adereçados cavallos, cada um com um par de pistolas, trajados á militar, com colletes e mangas de anta e calções de panno bordados de oiro pelos lados. D'esta maneira se dirigiu aos paços imperiaes. Estava Fernando II no seu quarto com o rei de Hungria, e D. Duarte foi-lhe ahi fazer as despedidas. A entrevista entre um e outro correu affectuosissima,

e, segundo a propria phrase do principe portuguez, o que o imperador então lhe disse e fez não é possivel exprimir-se com palavras. Pediu-lhe D. Duarte a mão para lh'a beijar; esquivou-se Fernando II a essa prova de reverencia devida á magestade, e abriu-lhe com verdadeira effusão de amigo os braços; D. Duarte, commovido, abraçou-o e beijou-lhe a mão.

N'este meio tempo, acabara o rei de Hungria de despedir-se de seu pae, e, recebidos os cumprimentos dos cavalleiros e de todos que lh'os deviam fazer, metteu-se n'um coche de campanha, e partiu acompanhado de alguns personagens importantes, e dos embaixadores de Hespanha, todos em carroagens. D. Duarte, como mais soldado, diz Miguel de Ruias na sua relação, de que vamos extrahindo estas noticias[1], seguiu-o a cavallo até um convento, que ficava nos arredores da cidade, e onde costumavam ouvir missa as pessoas da familia imperial, quando iam para alguma guerra. Ahi, deixando sua magestade no dito convento, tornou ao seu palacio, e, entrando n'uma carroagem, poz-se-lhe logo no alcance. Pouco depois sahiu o seu trem, o qual constava de quatro carros cobertos e de um caleche ou carro pequeno; atraz dos carros viam-se quatro cavallos folgados com mantas da côr da libré dos lacaios, e em cada manta um escudo com as armas do seu dono. Cada um d'estes cavallos era conduzido por um moço, egualmente a cavallo.

A primeira cidade em que entraram foi a de Horn, munida de um muito bom castello. Tendo dormido n'esta cidade, continuaram até Witingau, logar fortissimo da Bohemia, rodeiado de grandes lagoas, as maiores de Allemanha, e em cuja visinhança começavam as extensissimas flores-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXVII, fol. 416, *Relacion de la jornada que S. Ex.ª hizo en compañia del señor rey de Hungria y Bohemia desde Vienna de Austria hasta seis legoas del Rin en busca de la armada.*

tas, que, alongando-se por vasta porção do reino, como que o abraçavam.

De Witingau dirigiram-se á cidade de Budweiss, defensavel por um cinto de aguas. Ao approximar-se sua magestade, veiu toda a clerezia d'ella, em procissão, a buscal-o sob o pallio, e, posto que chovesse muito, sua magestade apeiou-se do coche, e levaram-o á egreja, onde se cantou um solemne Te-Deum.

Depois de se demorar oito dias n'esta cidade, ajustando pazes com o lutherano duque de Saxonia, partiu el-rei com a sua comitiva, e foi comer a Framberg, logar e castello de D. Balthazar Marradas, cavalleiro do habito de S. João, natural de Valencia, e general do exercito cesareo na Bohemia. Cercavam este castello espaçosas lagunas, onde havia abundancia de salmões e outras qualidades de pescado. Recebeu D. Balthazar sua magestade á entrada do logar, á porta de um jardim sito antes d'elle. Apeiados dos seus coches, andaram pelo jardim tanto el-rei como D. Duarte, admirando-lhe detidamente a formosura, e, emquanto o faziam, sulcava uma das lagunas uma barca remada por oito homens, com um tambor que ia tocando, na qual se queimou um bello fogo de artificio. Ao mesmo tempo salvou o castello com os seus canhões, e a mosquetaria, que era muita. Dadas estas salvas, montaram a cavallo el-rei e D. Duarte, e subiram ao castello, edificado no cume de um monte, onde os banqueteou delicadamente D. Balthazar com grande profusão de iguarias e de vinhos, assim como aos cavalleiros do sequito. Depois correram o castello, examinando as suas curiosidades, numerosas e dignas de apreço, e assistiram ás habilidades que executavam com muita arte quatro alentados ursos, do que havia fartura no largo fosso, em roda das fortificações, e nos bosques visinhos; dois maiores, e dois mais pequenos, vestidos os maiores mui graciosamente.

Tendo recebido estes obsequios, montaram a cavallo el-

rei e D. Duarte, e foram dormir n'aquella noite á forte cidade de Tabor. No dia seguinte, vespera da festa do Corpo de Deus, pernoitaram n'um castello bem fortificado, onde o seu dono offereceu um lauto banquete a toda a companhia; e, ao amanhecer, dirigiram-se a Praga, capital do reino da Bohemia, a cuja entrada, do mesmo modo que nos demais logares, estavam quatro deputados para darem os emboras a sua magestade e lhe entregarem as chaves da cidade. Parou o coche onde ia el-rei; fez-se a cerimonia; trocaram-se os cumprimentos; e seguiu o prestito com os quatro deputados até ao palacio, no que se gastaram duas horas e meia.

Praga, atravessada pelo rio Molda, era uma das mais formosas e aprazíveis cidades n'esse tempo, e, conforme alguns, na extensão não cederia a Lisboa. Não se podia considerar como um logar forte, porque a isso obstava a sua grandeza, e a maior defensão que tinha era o palacio erguido na parte mais alta, a um lado da muralha. Junto ao palacio ficava a cathedral, com uma optima tribuna d'onde ouviam missa as pessoas da familia imperial. Tinha tambem esta egreja um notavel sepulchro, em que estavam enterrados muitos imperadores e reis. No palacio havia um thezoiro de objectos riquissimos, e sua magestade mandou convidar D. Duarte para que fosse vel-o.

Uma das celebridades de Praga consistia em haver sido residencia de Waldstein, duque de Friedland, commandante das armas imperiaes, e rival feliz do rei da Suecia, Gustavo Adolpho. Já dissemos alguma coisa d'este personagem, da influencia que exerceu nos destinos da guerra que então se degladiava, do seu grande poder e aspirações á realeza, e de como pretendeu rebellar-se contra Fernando II, e foi morto. Muito pouco decorrera depois do ultimo facto, e a Allemanha estava ainda cheia da sua memoria, sobretudo Praga, que durante algum tempo lhe serviu de côrte e testemunhou o seu fausto, verdadeiramente real. A imaginação

de D. Duarte, imaginação portugueza, e, por conseguinte, facil de impressionar-se, abalada já de antemão pela noticia dos acontecimentos, sentiria agora no meio de tantas recordações do homem celebre, intenso desejo de contemplar os sitios que elle habitara, e iria visitar o seu palacio. Era elle magnifico; na opinião de Miguel de Ruias, que ia com D. Duarte, o melhor de todos que vira em Hespanha, Italia, e no resto de Allemanha; e encerrava dentro de si um bello jardim de mais de quinhentos mil passos quadrados, com formosissimas fontes de cobre, que o duque mandara fabricar a Augsburgo. A cavallariça, e por ella se poderá avaliar a magnificencia do mais, que Miguel de Ruias não descreve, toda de jaspe e marmore precioso, dividia-se em trinta e seis repartimentos egualmente de marmore, do feitio de conchas, adornados de bem esculpidas figuras. Separando-os, levantavam-se grossas columnas tambem de marmore, e cada repartimento tinha annexa uma casa de agua. Aqui costumavam estar trinta e seis cavallos do duque, em que só elle montava. Ao lado do jardim abriam-se umas grutas debaixo da terra, formadas de penhascos, por sobre os quaes, da parte de fóra corria agua, tudo feito com tanta perfeição, que imitava a natureza. N'estas sombras fugindo a intensidade da calma do estio, se acoitou e comeu muitas vezes o duque. Ah! que profunda sensação não experimentaria D. Duarte ao devassar tão recondito e delicioso abrigo! De quantos projectos de guerra, de ambição e de gloria, não foram testemunhas aquellas pedras! Quantos sonhos de triumpho e de conquista não sonhou Waldstein, acalantado pelo som d'aquellas cascatas!

A dezoito de junho sahiu a comitiva de Praga, e atravessou um monte, chamado o Monte Branco, onde se deu a conhecida batalha de Praga contra o conde palatino, quando se acclamou rei da Bohemia: novo espectaculo para a alma enthusiasta e scismadora de D. Duarte. Ainda mostrava o sitio da pugna signaes evidentes da carnificina d'esse dia

tremendo nos ossos dos que n'ella pereceram, signaes que por tantas outras partes se encontravam junto com as ruinas das povoações e das herdades desertas e descultivadas, porque a Allemanha formava então quasi toda um grande campo de batalha, açoitado pelos dois maiores flagellos da humanidade, a guerra e a peste.

Contemplando, por um pouco, este theatro das glorias imperiaes, e da miseria e furor dos homens, seguiram ávante até á cidade de Pilsen, onde sua magestade foi recebido com muita auctoridade e com salvas de artilheria. Aqui ainda os acompanhou a memoria do duque de Friedland; e por quantos e quantos logares lhes aconteceria o mesmo, tamanha era ella, tão recentes os feitos da sua brilhante carreira militar, e com tantas raizes andavam impressos na imaginação de todos! Entretanto a recordação que evocava Pilsen vinha envolvida com idéas desagradaveis e repugnantes, principalmente aos olhos dos partidarios da casa d'Austria. Aqui reuniu Waldstein todos os cabos do exercito para os persuadir á traição que machinava contra o seu soberano, Fernando II, traição que lhe custou a vida; e d'aqui fugiriam horrorisados a vista e o pensamento de D. Duarte, amigo do imperador, de quem acabava de receber tantos obsequios, e seguidor, ao menos em parte, da sua politica.

Deixando Pilsen, encaminharam-se a Vemburgo, primeira cidade do Palatinado-Inferior, d'antes forte, mas então destruida, assim como as outras do mesmo estado pelos effeitos da guerra, de tal maneira, que soffreram necessidades na sua subsistencia, e que, achando-se ahi no dia vinte e oito de junho, vigilia de S. Pedro, foram obrigados a comer carne, menos D. Duarte, que não quiz infringir o preceito do jejum. Aos que iam com o trem, e ficaram atraz, chegou a urgencia a ponto de não terem para sustentar-se mais do que um pouco de pão negro, e umas hervas cosidas.

D'ali continuaram até Neumarckt, distante quatro leguas de Nuremberg. Esta cidade formava uma republica e estivera em rebellião contra o imperador, mas pelas pazes de Saxonia, havia pouco celebradas, tornara á sua obediencia, para o que mandou a el-rei quatro embaixadores com o fim de tratarem dos concertos. Os habitantes eram herejes, assim como os de todo o Palatinado-Inferior.

De Neumarckt passaram a Berg, onde estava grande parte da gente e muita artilheria de campanha do duque de Baviera. Aqui terminava o Palatinado-Inferior, que pertencia ao dito duque. De Berg passaram a Ingilspil, cidade imperial bem fortificada, onde receberam sua magestade com grande pompa debaixo do pallio; de Ingilspil a Ermiguen, tambem habitada por lutheranos, e d'aqui a Heilbron, cidade já pertencente ao ducado de Wurtemberg, cujos moradores eram todos egualmente lutheranos, e na qual permaneceram algum tempo. Faziam tenção de partir d'esta cidade a nove de julho, para atravessarem o Rheno, distante d'ella sete leguas, onde se dizia que estava o exercito imperial. De Heilbron ao exercito haveria doze leguas, e dentro de oito dias esperavam alcançançal-o.

As noticias que receberam das forças imperiaes eram as seguintes: tinham tomado aos inimigos uma cidade proxima do Rheno, chamada Worms; proseguia o cerco da cidade de Ulma, e esperava-se que capitulasse com a vinda d'el-rei, o que seria muito conveniente, por segurar aos imperiaes a rectaguarda; o duque de Lorena achava-se com o seu exercito, que, segundo diziam, constava de dezoito mil homens, nos limites do seu estado, e recebera recentemente um reforço de trinta e seis peças de artilheria; Picolomini passara o Rheno com oito mil cavallos e dezoito mil infantes, para soccorrer o infante Carlos, que apertavam vinte mil francezes e outros tantos hollandezes. Quanto aos projectos do exercito cesareo, corria como certo que, apenas sua magestade chegasse, marcharia na volta

de França, porque não havia forças que lh'o impedissem, a não serem sete mil homens, commandados pelo duque de Weimar, e, n'esses mesmos já os croatas tinham causado grande mortandade.

Os obsequios e attenções prodigalisados na viagem a D. Duarte foram os que elle merecia pelo seu sangue e pelas distinctas qualidades que o auctorisavam. Em todos as partes e occasiões occupava o primeiro logar logo abaixo d'el-rei; todos os cavalleiros e nobres o acatavam com o maior respeito, o que não excluia, de muitos, provas singulares de cordealidade e affecto; e o grão-mestre da ordem teutonica, principe livre do imperio, de summa importancia, a que todos davam alteza, falava-lhe de egual para egual.

N'estes preludios militares teve D. Duarte logo ensejo de manifestar mais de uma vez a generosidade do seu animo, o zelo religioso que o inflammava, e os resultados beneficos de um coração compadecido. Eram grandes os soffrimentos dos povos com a passagem dos exercitos, e tambem o foram não muito menores com a da numerosa côrte do rei de Hungria, composta de tantos senhores, a que em muitas povoações, e ainda nas importantes, se tornava muita vez difficillimo prover de morada e de subsistencia, attento o miseravel estado a que se via reduzido o paiz pelas correrias e devastações de amigos e inimigos, e pelos estragos da peste. Comparaveis á peste eram porém, na propria phrase de Miguel de Ruias, as violencias de toda a ordem que padeceram os lutheranos (porque a esses mais opprimiam) das terras por onde transitou, ou onde se alojou a côrte do filho do imperador, no que se patenteava bem claro, afóra a dureza da epocha, o antagonismo religioso. Tratavam-os os senhores do sequito real peior do que os turcos aos seus escravos, accrescenta o mesmo, e os seus paizes, como se acabassem de conquistal-os. Compadecia-se D. Duarte de tamanha oppressão e miseria, e,

posto devesse sentir por elles uma tal ou qual animosidade, proveniente do zelo da fé, e das idéas exclusivas de então, visto que ninguem se pode eximir de todo á influencia do tempo em que vive, não só reprovava taes rigores, mas ainda, impellido pelo seu natural, procurava abrandal-os quanto possivel. Aboletavam-se as pessoas da comitiva do rei de Hungria nas casas dos particulares, e considerava-se feliz a que tinha a honra de acolher D. Duarte; porque, ao passo que os outros senhores dispunham d'ellas como suas, ou peior, e se serviam de tudo que haviam mister, sem pagar coisa alguma, o irmão do duque de Bragança, apenas entrava na que lhe fôra destinada, doído da sorte dos seus donos, se não das suas queixas e lagrimas, e levado da propria indole, de si compassiva e magnifica, mandava logo aos que o acompanhavam que em nada tocassem, e que tudo fosse pago com dinheiro. O unico mal que lhes fazia era queimar-lhes as biblias, no que julgava servir a Deus, se por acaso as encontrava á mão.

Além da relação de Miguel de Ruias, escripta ao duque D. João, de Heilbron a sete de julho, ainda em viagem, como se vê do seu conteúdo, o proprio D. Duarte escreveu-lhe egualmente do caminho, da cidade de Budweiss, na Bohemia, em trinta e um de maio, dando-lhe conta da partida de Vienna, e dizendo-lhe que ia de saude; que dentro de quinze dias chegaria ao exercito dos suecos, os quaes tinham occupado a Silesia e a Pomerania; e que havia muito que trabalhar; mas que esperava que Deus acudisse com a sua misericordia. Não conhecemos d'esta carta senão um fragmento[1].

Da mesma cidade de Heilbron dirigiu ainda D. Duarte a seu irmão outra carta em trinta de julho, da qual infelizmente só tambem resta uma parte.

«Todo este tempo havemos estado n'esta cidade, diz elle,

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Miscel., vol. XXVII, fol. 417 v.

em que sua magestade esteve dispondo algumas coisas de importancia, e, não se tendo ajuntado todo o exercito, se resolveu el-rei a ficar aqui mais dias. Agora veiu nova como o Weimar, juntamente com os francezes, vinham com grande furia e resolução de darem batalha. Eu pedi licença a el-rei para me ir achar n'esta occasião, para onde partirei ámanhã, e serão tres dias de caminho. O nosso exercito está junto a Moguncia, praça principal dos inimigos. Dentro de oito dias se dará a batalha, e, se succede como esperamos, logo se porá cerco a Moguncia. A gente que aqui temos serão quarenta mil homens, e Galasso, como tenente-general d'el-rei, a governa. Grandemente começa aqui a picar a peste»[1].

Por estas linhas se vê qual era o ardor bellicoso de D. Duarte, e como anciava achar-se nos combates, pois, não lhe soffrendo a impaciencia demoras, queria deixar por elles a companhia d'el-rei e os regalos da côrte.

Executou D. Duarte o seu louvavel proposito, e a tres de setembro já o encontramos no exercito, d'onde escreveu a seu irmão o seguinte:

«Junto á cidade de Worms estivemos alojados alguns dias, nos quaes se vieram sempre chegando os inimigos. Dia de S. Bartholomeu tornaram atraz, e passaram o Rheno por Moguncia, aos vinte e sete; e, chegando esta nova, mandou o general Galasso que no mesmo dia, á meia noite, marchasse todo o exercito e tornasse a passar o Rheno, como se fez em pouco mais de vinte e quatro horas, em que eu sempre acompanhei o general. Estivemos sem comer todo este tempo, até que um coronel soccorreu ao general, de que todos nós participámos. Marchámos os dois dias seguintes de vinte e nove e trinta, em que fizemos alto; os inimigos vieram marchando junto ao rio Meno. No primeiro de setembro tornámos a marchar, em fórma de batalha,

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Miscel., vol. xx, fol. 165.

com a cavallaria deante e artilheria de uma e outra parte. Alojámos n'esta campanha defronte da cidade de Openheim, que está da outra parte do Rheno, e é cidade pequena, mas tem uma cidadella boa. Á mão direita está a cidade de Darmstadt, cujo landgrave é nosso amigo; aqui parámos; e os inimigos fizeram o mesmo, lançando uma ponte sobre o Meno, como vossa excellencia verá n'esse papel. Em ambos os campos ha fome, ainda que até agora se acha algum pão. A peste nos logares é grande, e já me entrou em casa, levando-me brevemente uma lavandeira, e ao principe de Polonia quatro creados em uma noite. Eu o fui visitar, e elle me veiu esperar fóra do quarto onde estava, dando-me a mão direita e as portas, e na sua camara me deu a cadeira que estava na alcatifa, arrimada á parede, pondo a sua de fóra. Depois me acompanhou até uma varanda junto á escada. Depois de chegarmos a este quartel, me veiu a visitar; falou-me por excellencia, e eu a elle por alteza, ainda que não era preciso dizer isto.

«Aqui se queimou um dia d'estes um quartel, em que se perderam quarenta carros, quantidade de cavallos, e meninos de soldados não se sabe, até agora, os que faltam.

«A noite passada se accendeu outro fogo no quartel do principe de Florença, junto d'este em que estou, em que houve grande rumor. O Eslevain, em camisa, fugiu; o de Polonia foi, do mesmo modo, e sem chapeo, nem botas, dar em outro quartel bem longe, em que lhe emprestaram um vestido, com que voltou. Eu tambem sahi na mesma fórma, e tomei um cavallo e o capote, com que esperei até vêr o que passava. Tirando-se toda a roupa, carros, e cavallos, e sendo meia noite e grande o numero de gente, não perdi mais que uma libré e uma banda. Ao de Florença se lhe queimaram sellas, guarnições de carros, e alguns cavallos; e outros, a que, com a pressa, se cortaram os cabrestos, não apparecem; como tambem lhe falta prata, e ao de Polonia o chapeo. Galasso accudiu; e, como não ha-

via vento, tudo se remediou, e só dois moços se queimaram.

«Escreva vossa excellencia ao imperador o parabem do casamento da filha, a archiduqueza Marianna, com o duque de Baviera, e, quando nomear o duque, diga: Serenissimus Elector Bavieræ.

«Tanto que cheguei ao exercito, me mandou Galasso dar dezeseis mosqueteiros, que me fazem guarda de dia, como se faz a todos os grandes principes, em quanto não teem posto [1]».

Esta carta é datada de Openheim a tres de setembro.

No dia sete do mesmo mez escreveu de novo D. Duarte ao duque de Bragança.

«Hontem ás tres horas do dia, diz elle, deram tres mil cavallos dos inimigos em os quarteis de Ansfelt, e mataram alguma gente, rompendo tres regimentos nossos, e prenderam algumas pessoas de importancia, ficando outros muitos feridos, e, entre elles, Lamboi, tenente de mariscal de campo, e pessoa de respeito. Nós marcharemos amanhã para os inimigos. A fome é grande, e não ha cavallo que escape; e morre muita gente, e a mais está enferma; e não ha quem pare com fedor dos mortos, de que estão estes campos cheios, sem haver quem os enterre, por amor da peste; e os mais morrem de camaras. Os suecos fizeram paz com Polonia, e marcham para Silesia com o exercito que tinham em Prussia contra o de Polonia, e ajuntaram-se com o exercito de Panier, que está em Pomerania. Todas as armas suecas governa Oxenstiern, cancellario maior de Suecia [2]».

O que acabamos de transcrever, são apenas tambem fragmentos. Tanto estas duas ultimas cartas, como a primeira, chegaram juntas a Villa Viçosa, pelo correio de seis de dezembro, no que o duque não teria pequeno contentamento,

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xx, fol. 165.
[2] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xx, fol. 166.

por vêr como D. Duarte se continuava a lembrar d'elle, e o ardor e enthusiasmo com que encetava a sua vida de soldado, promettendo honrar, á vista de tão auspiciosos principios, o nome já illustrissimo da familia de Bragança.

IV

A relação de Miguel de Ruias ácerca da viagem de D. Duarte para o exercito, e os fragmentos de cartas que apresentámos, além de algumas noticias vagas ou diminutas, colhidas aqui e alli, constituem os escassos subsidios de que dispomos para traçar a historia militar do nosso heroe. Affirma o terceiro conde da Ericeira, no *Portugal restaurádo,* que D. Duarte escreveu uma relação das suas campanhas, digna dos maiores elogios, mas infelizmente não consta que ella exista em parte alguma, e é provavel que se perdesse. Era o titulo d'essa obra: *Restauracion del imperio y relacion abreviada de todo lo sucedido en los exercitos cesareos, en que personalmente ha asistido el conde Mathias Galeazzo, después que goberna las armas de su magestad cesarea;* e conservava-se autographa, no seu tempo, na livraria de D. Luiz de Sousa, filho segundo do conde de Miranda, capellão-mór do principe D. Pedro, e arcebispo de Lisboa. O segundo conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes, na obra *Historiarum lusitanorum,* chama a este escripto: *Annaes de Allemanha.* D. Antonio Caetano de Sousa entra em duvida se as noticias da guerra, dirigidas por D. Duarte ao duque de Bragança, que traz Marinho de Azevedo nas *Exclamaciones politicas,* e que elle transcreve, formariam parte da dita relação; mas a duvida é inteiramente infundada. Essas noticias não são mais do que

um fragmento de um dos fragmentos das cartas que acabamos de ler. A obra de D. Duarte, além da importancia que lhe vinha de ser por elle composta, outra haveria ainda maior, a de nos pôr ao facto de quasi toda a sua vida militar, e dizemos quasi toda, porque, á vista do titulo, o mais a que podia chegar era até aos fins de trinta e nove, em que o general Galasso deixou o commando do exercito imperial, vindo a faltar, por consequencia, o tempo em que D. Duarte militou com Picolomini, isto é o anno de quarenta e janeiro de quarenta e um. Na carencia de tão valioso auxilio, de que não encontrámos rasto algum, preencheremos esta lacuna, embora mal, compendiando os movimentos dos exercitos dos dois generaes, com que sabemos ter elle servido. Vejamos pois, em primeiro logar, chronologicamente, quaes foram as campanhas de Galasso, especializando, á medida que o fizermos, as acções em que consta haver entrado D. Duarte.

No anno de trinta e cinco, emquanto o archiduque Fernando, rei de Hungria, generalissimo do exercito, se demorava em Heilbron, por causa da reducção de certas cidades, mediante ajuste, determinou a Galasso que se posesse em marcha com o exercito, e procurasse commetter alguma empreza notavel; o que este logo executou. Transpoz por conseguinte o Rheno em Filisburgo, e, conhecendo que a conquista de Worms, praça situada perto do dito rio, e vizinha das de Moguncia e Frankendal, era importante para apressar a occupação d'estas, sitiou-a, assestou contra ella a artilheria, investiu-a e tomou-a dentro de pouco tempo. O presidio sueco, que a guarnecia, não constava de mais de noventa homens, diminuta guarnição para uma cerca de muros tão extensa, e por isso, conhecendo que seria inutil continuar a defender-se, tanto mais que desconfiava da boa vontade dos habitantes, resolveu capitular, e sahiu da cidade, retirando-se para Moguncia. Á tomada de Worms referem-se as noticias recebidas pelo rei de Hun-

gria. Não a presenciou portanto D. Duarte, mas sim unicamente a passagem do Rheno, que lhe foi posterior, como se vê da sua carta de tres de setembro.

Tres vezes encontramos mencionado o nome de Galasso nas campanhas de trinta e seis. Na primeira apoderou-se de Moguncia, junto do Rheno, depois de alguns dias de cerco, e, marchando d'ahi, chegou sem obstaculo á vista de Sarbruck, nos limites da Allemanha com a Lorena, a qual se lhe entregou, não sem resistencia. Marchou depois contra a cidade das Duas Pontes, que dava o nome a um tracto de terreno, pegado á Lorena e ao Palatinado-Inferior, chamado ducado das Duas Pontes, assente nas margens do Blies, e ahi fez alto, receiando encontrar-se com o exercito francez, que, unido ao do duque de Weimar, estava em grande força junto de Metz, cidade principal, cercada de bons e fortes muros, e banhada pelo rio Meuse, onde os francezes se tinham aquartelado. Não se podendo conservar n'esse logar, por falta de viveres, e pelo muito que os soldados soffriam, resolveu Galasso retirar-se e invernar na Franconia, no Wurtemberg e na Alsacia; mas antes, para que não ficasse livre a cidade de Daistem, presidiada por francezes, postou contra ella duas baterias, entrou-a á viva força, e passou a guarnição ao fio da espada.

Na segunda sahiu Galasso de Spira, onde observava os movimentos dos francezes, com o intento de obstar aos seus progressos, e, temeroso de que os suecos, enfunados pela victoria de Minden, causassem maior damno na Veteravia ou no Palatinado, atravessou o Rheno com uma parte do exercito em Worms, e, juntando-se a Lamboi, decidiu dar-lhes batalha; porém não os achou, porque se haviam retirado, á noticia de que os imperiaes, levantados do cerco de Osnabruck, lhe iam ao encontro.

Na terceira marchou Galasso das proximidades de Spira, onde se acampára, em soccorro de Saverna, na Alsacia, sitiada pelos francezes; intento que não effeituou com te-

mor do descontentamento e deserção dos soldados. Viu pois cahir Saverna em poder do inimigo, depois de supportar seis assaltos, e recebeu no seu exercito a guarnição vencida.

Na quarta Galasso, influido, assim como geralmente os imperiaes, por ter Condé levantado o sitio de Dole, e passado o Saone, repassou o Rheno, por não lograr sustentar o exercito na Alsacia, pela falta de forragens e viveres, e transpoz novamente aquelle rio em Brisach, esperando, com uma diversão, que ao mesmo tempo se operava na Picardia, intentar por esta parte alguma empreza no oriente da França. Então correu com o exercito as terras da Borgonha, além do Saone, occupou Merebaul, castello pouco distante das margens do Ain, e dirigiu-se a S. João de Laulne, terra perto d'aquelle rio; mas o cardeal de La Valette e o duque de Weimar, mandaram contra elle o sargento general de batalha Ranzan, que soccorreu a praça, pelo que se retirou Galasso, julgando a empreza de pouca importancia.

N'este anno, diz-nos Simão Noé, n'uns apontamentos para a vida de D. Duarte, de quem era creado, que este acompanhou o exercito, sem especificar com que posto[1].

Luiz Marinho de Azevedo, nas *Exclamaciones politicas,* e D. Antonio Caetano de Sousa, na *Historia genealogica,* escrevem que elle teve parte na tomada de Saverna. Como vimos, o general do imperio não tomou Saverna; quiz soccorrel-a, e nem isso mesmo conseguiu. Se portanto D. Duarte fez alguns serviços n'esta occasião, devemos entender que foi nas operações do exercito, para ir auxiliar os sitiados contra os francezes e suecos.

A nove de setembro d'este anno Fernando II nomeou D. Duarte sargento general de batalha[2], cargo que já exerceu

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224.

[2] Bib. Nac. de Paris, Mss. Portuguezes, 26, F. 352. A patente original.

na campanha de Borgonha; e, na retirada do exercito imperial d'este paiz, faltando cavallos á artilheria, deu os seus proprios da bagagem para salval-a[1].

O posto de sargento general de batalha, cujas preeminencias nas ordenanças militares do imperio eram as de maior estimação, fôra creado por Waldstein, e tinha o commando sobre todos os coroneis, e o cargo de ordenar o exercito nos casos de combate[2].

Dizem ainda D. Antonio Caetano de Sousa e Luiz Marinho de Azevedo, nas mesmas obras, e Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, no sermão das exequias de D. Duarte, que este entrou na batalha de Bistoch, a qual julgamos ser a de Wittok, com o nome desfigurado, por não depararmos outro parecido com elle, e por constar claramente de Pimentel que foi pelejada entre os imperiaes e Baner. Não achamos noticia de ter commandado Galasso tão renhida acção, mas sim o general austriaco Hatzfeld; é entretanto muito possivel que no seu corpo de tropas fosse D. Duarte. Por se prender á sua vida, falaremos pois alguma coisa ácerca d'esse feito d'armas, e dos seus antecedentes.

Influidos com os soccorros da França, e reforçados com a gente que a tregoa da Polonia lhes permittira arredar d'ella, os suecos de novo marcharam á victoria sob o mando do arrojado Baner, que não só livrou a cidade de Demnitz, mas tambem venceu completamente o general saxonio Baudissen, sem que os imperiaes, occupados nas margens do Rheno e na Westphalia pelo duque de Weimar e pelo landgrave de Hesse-Cassel, o pudessem auxiliar. O exercito sueco assolou a Saxonia, furioso de ter o eleitor ajustado

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224, Relação de Noé ácerca do infante.

[2] Conte Galeazzo Gualdo Priorato, *Historia delle guerre di Ferdinando II e Ferdinando III imperatori e del rè Filippo IV di Spagna contro Gostavo Adolfo rè di Suecia e Luigi XIII rè di Francia*. Venecia, 1640. 4.º

paz com o imperio, e as tropas do eleitor juntas com as do general austriaco Hatzfeld, depois de alcançarem algumas vantagens contra o inimigo, viram-se atacadas subitamente, e derrotadas por Baner, perto de Wittok, a vinte e quatro de setembro. Mais de cinco mil austriacos e saxonios cahiram no campo de batalha, além dos que morreram na fuga ás mãos dos contrarios, que os perseguiam, e dos camponezes irritados contra elles pelas suas violencias. Foram feitos dois mil prisioneiros, e tomadas cento e cincoenta bandeiras e estandartes, vinte e tres peças, todas as munições e as bagagens do exercito. Não se contentou Baner com este assignalado triumpho, e correu no encalço dos imperiaes vencidos atravez da Thuringia, e do paiz de Hesse, até á Westphalia, d'onde voltou a estabelecer os quarteis de inverno no territorio saxonio.

No anno de mil seiscentos e trinta e sete, o rei de França, inquietado pela invasão na Borgonha, enviou a La Valette e a Weimar seis mil homens de soccorro, commandados pelo duque de Longueville, para a limparem das incursões inimigas. Por isto, e por se lhe tornar difficilimo sustentar mais tempo tanta gente n'uma terra cançada e gasta dos effeitos da guerra, poz Galasso de parte os seus intentos, e retirou-se para a Alsacia, na qual não poude tambem conservar-se por falta de viveres. Passou pois ao Wurtemberg, e, aquartelado ahi o exercito, partiu para Ratisbona, onde estava o imperador, a fim de assistir aos conselhos, que n'essa cidade deviam celebrar-se, e receber ordens para a futura campanha. Esta é a primeira vez que encontramos Galasso figurando nas operações militares de trinta e sete.

Via o eleitor de Saxonia o seu paiz cada vez mais infestado pelas armas dos suecos, tão seus inimigos, quanto já tinham sido amigos, e, não dispondo de meios sufficientes para lhes resistir, pediu auxilio ao imperador, allegando não só este motivo, mas egualmente a conveniencia geral do imperio. Em attenção ao pedido, ordenou-se a Galasso que,

providos os logares de maior importancia no Wurtemberg, se dirigisse d'alli com o resto do exercito, pouco mais ou menos dez mil homens, para a Saxonia, juntando-se com Hatzfeld, que já fôra soccorrer o eleitor, e que protegesse o estado d'este, e outrosim recuperasse algumas das praças cahidas nas mãos dos contrarios. Tratou Galasso de executar as ordens recebidas, e foi ao encontro de Baner, que se achava proximo de Torgau. Defendeu-se, com o costumado valor e constancia, o general sueco, mas, sendo as suas forças inferiores em numero, depois de algumas perdas, conseguiu recolher-se á protecção da artilheria de Torgau. Ahi, reunido conselho, resolveu-se que Baner, pela impossibilidade de sustentar-se sem grandes reforços n'aquelles logares, devastasse todo o paiz, e se retirasse para as fortalezas da Pomerania, onde com menos custo se defenderia, porque, além de fortissimas, podiam receber auxilios da Suecia pela costa maritima, ao passo que o exercito imperial, alongando-se cada vez mais, e não gosando d'esta vantagem, não se poderia manter n'um territorio desprovido de tudo, onde o esperava a fome, e talvez morte ingloria. Destruida portanto a ponte de Torgau, e deixados n'esta praça tres mil soldados dos mais valentes, e munições para seis mezes, encaminhou-se Baner para Landsberg. Seguiu-o Galasso, desejoso de travar com elle batalha; mas o general inimigo, que alliava á maior energia a maior prudencia, não se julgando para isso bastante forte, e persistindo no seu plano de só se defender nas fortalezas, e deixar o campo aos imperiaes, sahiu de Landsberg, e, depois de uma escaramuça, retirou-se para Stettin, com tenção de ahi ficar, e de mandar d'ahi soccorro ás praças que, investidas pelos austriacos, o precisassem. Galasso então chegou-se aos muros de Landsberg, assestou contra os mesmos a artilheria, abriu as trincheiras, e mandou dar o assalto, que foi bravamente repellido pelos suecos. Ordenou o general outro mais vigoroso, e os defensores intimi-

dados rogaram ao governador que se rendesse; este porém, resolvido a comprar a honra com a vida, resistiu até á ultima, entrando finalmente os imperiaes na cidade, e matando e fazendo prisioneira a sua briosa guarnição. A conquista de Landsberg animou os austriacos e levou-os a atacar a Pomerania. Aqui, contra a sua esperança, foi-lhes a fortuna menos favoravel. Galasso occupou, é verdade, Ribnitz e Damgortem, praças de pouca consideração, mas não conseguiu tomar Anclam, fortaleza muitissimo importante, situada no coração d'aquella provincia, á borda do rio Pene, entre Volgast e Stettin, com cuja acquisição não sómente asseguraria a permanencia do seu exercito na Pomerania, mas tambem conservaria em continuo sobresalto todas as terras que demoravam entre Stralsunt e Stettin, e tornaria penoso aos suecos sustentarem-se n'ella unicamente com as provisões recebidas pela via do mar. Começou Galasso a bombardear Anclam; ao que lhe responderam os seus defensores com fortissima e bem sustentada opposição; além d'isso, Baner, com o grosso do exercito, reforçado pelo desembarque em Wolgast de numerosas forças suecas, estava proximo de Grypesuald, e sem cessar incommodava o campo dos imperiaes com atrevidas surpresas. Galasso, vendo por um lado crescer as difficuldades em torno de si, e o grande numero dos contrarios, e pelo outro faltarem-lhe viveres e o dinheiro que de Vienna esperava para pagar as tropas, o que ia causando amiudadas deserções, determinou aquartelar-se na Marca Nova, e esperar ahi os meios de satisfazer os soldos, sem o que nem poderia mover o exercito, nem obstar á fuga dos soldados. Estas foram as segundas operações de Galasso no anno de trinta e sete.

O eleitor de Saxonia, intimidado pelas victorias dos suecos, pediu novamente ao imperador que o soccorresse. Conheceu o conselho imperial a necessidade de attender as suas representações, por serem os estados do eleitor antemuraes da Bohemia, e ficar esta, não tendo elles auxilio,

exposta immediatamente aos ataques do inimigo. Arranjaram-se portanto trezentos mil thalers, que forneceu Hespanha, pois o erario estava vazio, e enviaram-se a Galasso, com ordem de se oppor aos suecos. Marchou Galasso dos seus quarteis no Brunswich, com parte do exercito contra Baner; mas o general sueco, não se reputando em circumstancias de resistir ás tropas reunidas do imperador e da Saxonia, deixou Verben, e parou entre Damitz e Stettin, com o proposito de incommodar, como da outra vez, os contrarios, fazendo-os voltar aos seus alojamentos e vencendo-os assim mais pela fome do que pelo ferro. Os saxonios que tinham permanecido junto de Verben, tomaram-a dentro em breve, e Galasso, avançando até perto de Demmin, tentou conquistar esta fortaleza, mas debalde. Então determinou ir assentar os quarteis no Brandemburgo, o que effeituou, não sem ser perseguido pelos suecos, que recebiam frequentes reforços do seu paiz.

O que sabemos ácerca de D. Duarte n'este anno, é, segundo a relação do já citado Noé, que invernou com o exercito de Galasso no Wurtemberg; que, passando por ahi D. Francisco de Mello, em direcção ao estado de Flandres, foi a Filipsburgo visital-o; que o acompanhou pelo Rheno, até além de Wermatin; que, ao voltar, o tratou magnificamente n'este logar o principe Mathias de Florença; que seguiu para a cidade de Praga, onde o marquez de Castello Rodrigo o foi buscar para sua casa, e onde foi muito bem recebido por sua magestade cesarea, por varios principes, e sobretudo pelo grão-mestre duque de Stadien; que, depois d'isso, partiu com o principe Mathias para o exercito de Saxonia, atravessando Dresde incognito, para não assistir aos desregrados banquetes do eleitor, ao qual mandou, já fóra da cidade, um gentil-homem a cumprimental-o em seu nome, do que elle muito se resentiu; e que exerceu o seu posto com grande vigilancia, coragem e valor, atacando nas occasiões opportunas o inimigo, do que

deu provas bastantes nos combates de Anclam e Treblesse, no meio do fogo, conservando, além d'isso, a melhor disciplina nas tropas.

D. Antonio Caetano de Sousa diz ainda o seguinte: «O seu valor e talento lhe conseguiram glorioso nome, como se viu na cidade de Anclam, na Pomerania, que á sua custa experimentou os damnos que do principe de Florençá não temeu, o que o infante tanto lhe fez sentir, tomando os fossos, e reductos, com tamanha actividade e perigo tão evidente, que lhe mataram o cavallo em que pelejava, do que foi testemunha Galasso [1]».

Em mil seiscentos e trinta e oito as operações do general do imperio reduzem-se a muito pouco. Falto de dinheiro e de viveres, com o exercito diminuido por successivas deserções, n'um paiz completamente destruido, e tendo de combater os suecos reforçados pelos soccorros que desembarcavam na Pomerania, Galasso conservou-se nos seus quarteis no Brunswich, sem poder tentar empreza alguma; viu, sem se mover, Baner, com tropas recentes, assaltar e tomar Volgast e Demmin, e, depois de varias escaramuças com o inimigo, que o foi atacar, retirou-se para Volberg.

Isto é o que diz Gualdo [2], de que principalmente nos temos servido e serviremos na exposição d'estas campanhas. Noé porém assevera que D. Duarte estava nos quarteis de inverno, no ducado de Mecklemburgo, em Neustel, na primeira metade de trinta o oito. Foi d'ahi, segundo o mesmo, que elle partiu para Portugal, em vinte e nove de junho, obtida licença a quartoze de março do imperador, já então Fernando III, e de Galasso [3]. Não tiveram portanto nenhum

[1] *Hist. genealogica.*

[2] Conte Galeazzo Gualdo Priorato, *Historia delle guerre di Ferdinando II.* etc.

Id. *Historia universal delle guerre dall'anno 1630 sino al anno 1640.* Genova. 1648. 8.°

[3] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224, Relação do mesmo ácerca do infante.

valor as operações d'este anno, e, em todo o caso, D. Duarte só assistiu a parte d'ellas, isto é, até á epocha da sua partida.

V

A gloria e as honras que D. Duarte lograra nas guerras do imperio, não deixaram de ser acompanhadas de alguns dissabores. Parece que lhes deram causa certas censuras que fez ao baldado soccorro de Saverna, e á marcha dos negocios militares, communicadas não sabemos a quem, e, por imprudencia, divulgadas, e algumas murmurações ácerca dos embaixadores hespanhoes, que elle julgava poderem compromettel-o. Isto se deprehende de uma carta, incompleta no fim, e portanto sem data e assignatura, que lhe foi dirigida a tal respeito, e que aquí apresentamos quasi toda, vertida do castelhano, por a suppormos elucidativa.

«Faltei, é verdade, á prudencia, diz o auctor d'ella, mas não á minha obrigação de servidor e amigo de vossa excellencia, em lhe ter communicado o que soubera de suas coisas com tanta nobreza de animo; porém como as maiores mentiras costumam alcançar muito credito, e como na duração das noticias se tornam mais inaveriguaveis, quiz advertir a vossa excellencia de tudo, e de que pudera tel-o feito muitos mezes antes, e o deixara de fazer por esperar a vinda do senhor D. Francisco de Mello, a quem, como mais domestico de vossa excellencia, tencionava participal-o, para que procedesse do modo que julgasse mais conveniente. Vendo entretanto que com a minha partida não nos podiamos encontrar, resolvi-me a cumprir com a obrigação de amigo. Tudo que referi a vossa excellencia foi por maior;

e sempre temi muito que estes contos chegassem de qualquer modo a Hespanha. Não sei de quem vossa excellencia suspeita que os referisse; mas posso assegurar com toda a verdade que pessoas de muita consideração e grandes postos d'esse exercito falaram d'isto na côrte do serenissimo rei de Hungria, d'onde eu sube o mais; no que observei o silencio correspondente a tudo o que a vossa excellencia se deve. Pela minha parte, asseguro-lhe que procederei com a mesma intenção, posto supplico a vossa excellencia que não estime em pouco estas coisas, porque é grande a sua pessoa, e o seu sangue o que se sabe, para se ver obrigado a desculpal-as.

«No tocante á carta que vossa excellencia me escreveu este verão do exercito e que me pede lhe remetta, para satisfazer com ella a quem disse que não falava bem do que alli se passava, basta eu responder que vossa excellencia me escreveu que folgaria muito de praticar comigo, visto que por cartas o não podia como convinha, para me dar conta de tudo quanto no exercito occorria; que não fazia pouco quem procedia n'elle como lhe mandavam; e que todos me desejavam com approvação do meu parecer nos negocios. D'esta carta não vejo que se possa inferir nada contra vossa excellencia; e ter eu mostrado este capitulo ao senhor conde de Trautsmandorf (era o valido do imperador), e sua excellencia a sua magestade foi por me haver dito o conde que o senhor tenente-general se lhe queixara muito de eu ter falado mal com vossa excellencia do seu governo, quanto ao soccorro de Saverna, e dizer que vossa excellencia lh'o dissera em Sorlach; pelo que me vi obrigado a mostrar ao conde a carta de vossa excellencia, para que se conhecesse que o ter eu falado a vossa excellencia na materia procedera do mesmo que vossa excellencia me escrevia que tinha que falar-me n'ella, e que afirmava que o meu discurso consistia em parecer-me que se podia ter soccorrido a cidade, e em temer muito que, pois o não fi-

zeram, menos se soccorresse Dole. Isto é o que se passou exactamente; e maravilho-me que vossa excellencia o estranhe agora, tendo-lh'o eu referido em Brisach; e para dizer a vossa excellencia a verdade estas materias são muito improprias de pessoas como vossa excellencia e como eu; e se vossa excellencia sabe alguma coisa que se murmure dos embaixadores, como me diz, contento-me de o não perguntar, porque nada faço que saia da obrigação do meu officio; julgue cada um o que quizer; comtanto que vossa excellencia esteja certo de que nada me ha de obrigar a não o servir mui deveras, tudo o mais o desculparei [1]».

Esta carta parece do seu conteúdo que foi escripta em trinta e seis, depois do verão.

Ha mais cartas que provam andar D. Duarte desgostoso, e pretender deixar o serviço; ao que não eram extranhas as intrigas dos ministros hespanhoes em Allemanha. A primeira e a segunda são-lhe escriptas por Galasso, em italiano, e datadas de Praga, uma a vinte e oito e outra a trinta e um de maio de trinta e sete, e a terceira, na mesma lingua, dirige-lh'a João Luiz, marquez Palavicino, com data da mesma cidade de quatorze de junho do dito anno.

A primeira contém, em resumo o seguinte. O imperador só chegou a Praga a vinte e seis, diz Galasso, e ainda não lhe pude falar no negocio de vossa excellencia; mas consegui fazel-o ao conde de Trautsmandorf; o qual me declarou que de modo algum se pensava em ter desgostado vossa excellencia; que, se vossa excellencia quizesse continuar, sua magestade cesarea o levaria a bem; que falaria a sua magestade para assim o communicar a elle Galasso, e que entretanto o escrevesse a vossa excellencia. Agradeci-lh'o, e respondi que, á vista do zelo e vigilancia de vossa excellencia, ignorava que motivo de desgosto pudesse ter dado. Tornou-me que nada d'isso sabia; mas que se sentia

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxxvii, fol. 182.

que vossa excellencia partisse, sem antes haver tomado licença do seu rei; que a casa de vossa excellencia já tinha tido pretenções ao throno, e que vossa excellencia se chamava principe de Portugal. Repliquei-lhe que nada me constava quanto ao primeiro ponto, e, quanto ao segundo, que se fazia injustiça a vossa excellencia[1].

Na carta de trinta e um de maio diz Galasso a D. Duarte que, se fôr do seu gosto continuar a servir effectivamente o imperador, poderá dirigir-se ao Elba, onde está o exercito de sua magestade cesarea, que elle commanda, ou ficar no exercito de Picolomini, se o preferir[2].

Na de quatorze de junho escreve-lhe o marquez Palavicino, que partiu um gentil-homem levando-lhe o parecer do tenente-general, e que vae tão bem informado do que toca a elle D. Duarte, que lhe quer poupar o tedio de o repetir. Entretanto accrescenta: «Todas as razões obrigam vossa excellencia a vir aqui, para se justificar com sua magestade e lhe dar os seus agradecimentos, desenganando ao mesmo tempo a opinião publica sinistramente impressionada. A demonstração de partir no principio da campanha prejudicaria a declaração tão largamente feita pelo imperador a favor de vossa excellencia. Nem ha outro remedio para sarar as cicatrizes abertas na reputação de vossa excellencia, contra a mente de sua magestade, que não pode desejar-se mais propicia. Se pois vossa excellencia quizer partir, ficará mais livre de fazel-o, pondo-se superior ás accusações. Decidindo entrar n'esta campanha, confundirá a inveja e corresponderá com prudente gratidão aos bons officios com que o senhor Galasso se empenhou, sem reserva e em abono de vossa excellencia na presença de sua magestade e dos senhores ministros. Falou tão claramente o senhor tenente-general do animo e valor de vossa excellencia que

[1] Bib. da Ajuda, Mss., vol. XXXVII, fol. 154.
[2] Id., fol. 144.

não merece ser desacreditado; até para vencer todas as difficuldades se offerece por fiador de qualquer emprestimo que se encontre, e n'este sentido deu particularmente alguns passos. O Perurolli procura um bom partido em Nuremberg á lettra que vossa excellencia tem para Flandres; e o senhor tenente-general assegura todo o auxilio, quando vossa excellencia esteja no campo, onde me dizem que se achará maior commodidade para a bagagem, do que aqui ou n'outra parte. Remetto-me ao que de viva voz disser a vossa excellencia esse gentil-homem. Reverenceio vossa excellencia e rogo ao céo que lhe dê feliz viagem[1]».

É pouca a luz que transparece d'estes documentos; entretanto basta para provar, com evidencia, que D. Duarte andava desgostoso do serviço; que tencionava retirar-se não sabemos para onde; que as intrigas dos ministros hespanhoes continuavam a existir; que a inveja pretendia manchal-o com a baba venenosa; e, o que é lisongeiro para a sua reputação militar, que tanto o imperador, como o general Galasso, e o auctor da ultima carta, estimavam o seu valor e boas qualidades. Tratar-se-hia de deixar de todo o serviço e o imperio, ou apenas de passar do exercito de Galasso para o de Picolomini, conforme se poderá julgar pela carta de trinta e um de maio? Em tal caso D. Duarte iria talvez servir em Flandres (e a Flandres se allude na carta ultima), pois n'este mesmo anno de trinta e sete, o governo imperial ordenara a Picolomini, por instancia dos ministros hespanhoes em Vienna, que, abandonasse a posição do circulo do Rheno, onde com oito mil homens observava se as forças dos francezes e de Weimar tentavam lançar-se na Franconia, e corresse em auxilio dos hespanhoes n'aquelle estado. Haverá ainda ligação entre estes factos e o que se narra no fragmento da carta, atraz copiado, ácerca da censura de D. Duarte á marcha dos negocios militares na cam-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxxvii, fol. 157.

panha do anno antecedente? Apesar das probabilidades em pró da affimativa, deduzidas da materia, das datas, e da collocação dos documentos, não nos é possivel decidil-o, e só o apresentamos como conjectura.

Nota-se tambem aqui uma coincidencia attendivel: a morte de Fernando II, acontecida n'este anno, e pouco antes das cartas em questão. Já vimos, historiando a chegada de D. Duarte a Allemanha, como os representantes de Filippe IV envidaram todos os esforços junto do imperador para que elle fosse recebido pela côrte de Vienna com menos auctoridade do que lhe competia, e como ficaram vencidos nas suas maleficas diligencias. Ora, emquanto Fernando II existiu, D. Duarte parece que sempre obteve o melhor acolhimento, pelo menos não achamos indicio de desintelligencia entre elle e o governo imperial. Morre porém o monarcha allemão, e logo em seguida complicam-se as coisas, surgem motivos de desgosto, augmentam-se as intrigas, pois nunca deixaram de existir, e apparecem as suspeitas dos ministros hespanhoes, porque a casa de Bragança já tinha tido pretenções ao throno, e porque D. Duarte se chamava principe de Portugal. Bem advertimos que tão poucos documentos não constituem prova, e que outros existirão ou existiriam contrarios ás nossas presumpções. Ajuizamos do que conhecemos; e só notamos a coincidencia na verdade frisante; mais nada. Entretanto os acontecimentos posteriores justificaram-a, infelizmente.

Não será fóra de proposito, antes ligado com o assumpto, apresentar aqui o retrato que Schiller nos deixou do fallecido imperador, a quem tanto deveu D. Duarte, e que por isso, máo grado aos seus defeitos, merece a estima dos portuguezes.

«Fernando II, diz elle na sua *Historia da guerra dos Trinta Annos,* morreu em fevereiro de mil seiscentos e trinta e sete, com cincoenta e nove annos de edade. Durante todo o seu reinado nunca depoz a espada, e em dezoito annos

de luctas e combates não teve um só dia de paz. Comtudo era dotado em parte das qualidades necessarias a um grande monarcha, e de quasi todas as virtudes que felicitam os povos; porém as suas idéas falsas a respeito dos verdadeiros deveres, converteram-o em instrumento e victima das paixões que se lhe agitavam em torno; e, posto que de natureza humano e meigo, tornou-se o oppressor da Allemanha, o inimigo da sua paz, e o flagello da sua epocha. Amavel nas relações da vida privada, justo e clemente no que respeitava á administração dos seus estados, fraco, parcial e apaixonado, como homem politico, reuniu sobre a sua cabeça as bençãos dos seus subditos catholicos, e as maldições dos seus subditos protestantes. A historia pinta-nos despotas mais odiosos do que Fernando II, porém nenhum d'elles ateou uma guerra de trinta annos. Para produzir este resultado cumpria que a cegueira e a ambição de um só homem estivessem em contacto com os antecedentes funestos, e com os germens de discordia que o passado lhe legára. Em epochas tranquillas, os defeitos d'este imperador annullar-se-hiam por falta de alimento; o socego dos povos e a uniformidade das crenças não teriam occupado a sua ambição e fanatismo; porém as faiscas d'estas duas paixões terriveis, cahindo n'um grande acervo de materias inflammaveis, por força produziriam o incendio que se estendeu a toda a Europa».

VI

Como escrevemos, D. Duarte deixou o exercito a vinte e nove de junho de trinta e oito, com permissão do imperador Fernando III. Essa licença, de data muito anterior, traduzida do latim, é do theor seguinte:

Ao illustrissimo sinceramente de nós amado D. Duarte de Portugal, nosso parente, capitão supremo das nossas guardas, e coronel. Illustrissimo amado parente. Muito estimei saber pela sua carta a boa vontade com que determina servir, e empregar o seu valor militar no meu serviço imperial, no do serenissimo rei de Hespanha, e no de toda a augustissima casa; e pela digna e bem merecida estimação em que o tenho tido, ninguem póde duvidar de que me tem sido e é muito agradavel este serviço; e, havendo respeito a elle, concedo-lhe livremente a licença de tres mezes que me pede, para que, acabados os seus negocios em Portugal, possa voltar em tempo conveniente ao meu exercito imperial, certificando-o do meu costumado affecto e graça imperial. Dado na nossa imperial cidade de Passaw, a quatorze de março de mil seiscentos e trinta e oito. Fernando[1]».

Da presente carta conclue-se que D. Duarte confessara querer empregar-se no serviço do imperador, do rei de Hespanha e de toda a casa d'Austria, e que sua magestade cesarea declara que o seu serviço lhe tinha sido e era muito agradavel. Taes offerecimentos e confissões de parte a parte são como que uma satisfação mutua, e ligam-se, quanto a

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

nós, ás desintelligencias do anno anterior. A redacção, além das idéas, assim o persuade.

Que causas influiram em D. Duarte para vir ao reino? Se estivermos pelo seu depoimento, no processo que lhe instauraram algum tempo depois de prezo, a sua viagem foi motivada por negocios particulares de fazenda, e por causa de umas commendas que tinham vagado.

Para explicarmos esta ultima razão, precisamos recuar um pouco a nossa narrativa. Em trinta e seis fallecera em Villa Viçosa, no paço ducal, a que voltára, partido o irmão, como fica dito, na promettedora edade de vinte e nove annos, e em resultado de uma apostema, D. Alexandre, cuja amizade e companhia D. Duarte apreciára tanto no trato familiar, e tão longamente, e que a ausencia nunca lhe apagara da memoria.

Não é esta a epocha geralmente assignada á sua morte, que se põe um anno depois, em dezoito de maio; porém a conta do luto, que o thesoireiro do duque, João de Mello Carrilho, escripturou em vinte e dois de junho de trinta e seis[1], obriga-nos a collocal-a n'este anno, e antes d'este dia, ao passo que um recibo assignado por D. Alexandre, em treze de março do mesmo anno, de quatro mil cruzados, para serem remettidos a D. Duarte, mostra claramente que a data do seu obito deve cahir entre a de um e de outro documento, e quasi com certeza pouco antes da do primeiro. Erraram portanto, ao menos quanto ao anno, D. Antonio Caetano de Sousa, e quasi todos os auctores; e dizemos quasi todos, porque nos lembra de algum que traz este successo tambem em trinta e seis, além de Noé na sua relação já citada[2].

Fôra D. Alexandre bastante debil desde a infancia, e muitas vezes tremeu pela sua saude a alma de D. Theodo-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxxvii, fol. 120 v.
[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224.

sio, o qual, talvez por isso, o destinou á vida ecclesiastica, e para ahi encaminhou a sua educação. Já o relatamos, assim como a mallograda tentativa de elle ser arcebispo de Evora, pela morte de D. José de Mello.

Tinha-o D. Duarte deixado como seu procurador; e D. Alexandre, á hora da morte, em signal da estima que lhe consagrava, nomeou-o por herdeiro. Com o seu fallecimento vagaram as commendas de Santa Maria de Moreiras, S. Thiago de Monsaraz, e Santa Maria da Alagôa, todas da ordem de Christo, de que fôra provido por cartas de dezoito de janeiro de trinta e quatro[1], e em que foi apresentado D. Duarte pelo duque seu irmão, mandando-se-lhe, em vinte e nove de outubro de trinta e sete, tirar as provanças em Lisboa e Villa Viçosa, e devendo-lhe ser lançado o habito, na parte em que servisse em Allemanha, pelos cavalleiros que ahi residissem, sem embargo do disposto nos novos definitorios[2]. Ignoramos se se fez assim, ou se D. Duarte só o tomou dois annos depois, quer fosse em Villa Viçosa, quer em Thomar, quando veiu ao reino, como veremos em breve[3]. Das commendas de Santa Maria de Moreiras, e de Santa Maria da Alagôa encontramos cartas de confirmação a D. Duarte, de vinte e um de maio de trinta e oito; não acontece o mesmo a respeito da de S. Thiago de Monsaraz; entretanto, consta que ella lhe pertenceu egualmente[4]. É a estas commendas que se refere o depoimento citado, e foram ellas portanto, conforme o proprio D. Duarte, uma das razões que o obrigaram á sua viagem. As outras deviam ser as saudades da patria e dos seus, cujo amor a distancia lhe teria engrandecido, e tomar posse da herança que D. Alexandre lhe deixára, pois D. Francisco Manuel de Mello diz

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Habilitações da ordem de Christo.

[3] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Protesto do infante contra o seu processo.

[4] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., Vol. XLIV, fol. 5.

precisamente que da dita herança procedeu a sua desgraça[1]; d'onde se conclue que julga foi ella a causa ou uma das causas de D. Duarte vir a Portugal, visto que d'este facto derivou depois a sua principal criminalidade. Para os hespanhoes a sua viagem nasceu de muito differente motivo. Segundo D. Nicolau Fernandes de Castro, D. Duarte, informado da revolta d'Evora, veiu ao reino para tomar parte n'ella, sendo falsas as allegações das commendas que tinham vagado, e do arranjo dos negocios da sua fazenda, porque bastava para isso uma carta, sem se arriscar a tão perigosa viagem, e á perda do soldo[2]. D'estas affirmativas a primeira é manifestamente insustentavel. Quando D. Duarte sahiu de Allemanha, havia tempo mais que sufficiente de ahi se conhecer o infeliz resultado das alterações populares do Alemtejo, que os hespanhoes, por ser desastroso para nós, se apressariam em divulgar; nem é crivel que D. Duarte, em vista da attitude do duque seu irmão, opposta a ellas, quizesse trilhar caminho diverso. Não diremos o mesmo quanto á segunda. Parece-nos tambem que bastaria uma procuração; talvez porém não fosse inutil a sua presença em Portugal. Quanto á perda do soldo, todos sabem que D. Duarte o não recebia. Fr. Antonio Seyner assevera na sua obra, *Historia del levantamiento de Portugal,* publicada em Saragoça no anno de mil seiscentos e quarenta e quatro, que o duque de Bragança mandou vir de Allemanha D. Duarte, com pretexto de tomar o habito de Christo, mas, conforme os alterados, para lhe communicar os seus projectos, e que correu voltara ao imperio por disfarce. Outros avançaram que D. Duarte aproveitara a sua viagem, se é que a não emprehendera de proposito, para em Hamburgo, nas demais cidades hanseaticas, e em Inglaterra negociar armamentos e coisas relativas a preparativos da revolução.

[1] *Tacito portuguez.*
[2] *Portugal convenzida con la razon.*

Meros boatos unicamente. É verdade que D. Duarte esteve em Hamburgo, ou na vinda, ou na ida, ou mesmo n'outra occasião; é verdade que, entre as epochas em que deixou o exercito, vinte e nove de junho, e em que chegou a Lisboa, vinte de outubro, ha um intervallo de quasi quatro mezes, que cumpre preencher, ou suppondo a sua partida de Allemanha muito posterior á primeira data, ou que occupou bastante d'este tempo, quer em viagens, quer demorado, por circumstancias previstas ou imprevistas, em algum ou alguns logares do caminho, antes de embarcar; é verdade que, á volta para Allemanha, foi a Inglaterra, mas, cremos, por simples acaso e de passagem [1], o que tambem se applica á sua viagem a Hamburgo e ás outras cidades hanseaticas, se, porventura, as visitou. A quasi coincidencia dos acontecimentos, o seu parentesco proximo com o duque, as suspeitas, o odio dos inimigos de Portugal, a confusão de datas em factos ha muito passados, mais facil de occorrer do que geralmente se cuida, ainda mesmo que a malicia lhe seja estranha, tudo isto, ou alguma coisa d'isto, deu vulto a circumstancias que não o tinham realmente, e levou a acreditar que D. Duarte participara mais ou menos da revolução portugueza, embora houvesse muitas provas em contrario.

Nem sómente os nossos inimigos julgaram ver na sua viagem ao reino um fim occulto. Cadornega tambem assim o suppõe, mas negando apenas que fosse para a posse das commendas, sem se fazer cargo de outras quaesquer causas [2].

Conservava D. Duarte gravados bem fundo na memoria os desgostos que experimentara em Madrid, quando por alli transitou para o imperio, a animosidade do conde-duque, os obstaculos levantados pelos ministros hespanhoes

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 168 e 174.

[2] Ac. das Sc., Mss., *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*

em Vienna ao seu recebimento na côrte imperial com as honras de principe, que lhe cabiam, e os outros que, conforme notámos, os mesmos parece terem-lhe movido, algum tempo depois de servir com gloria e desinteresse o monarcha allemão. Por todos esses motivos, e talvez por alguns de nós ignorados, entre os quaes se contaria o desejo de ver novas terras, não quiz D. Duarte voltar a Portugal pelo mesmo caminho, nem entrar na peninsula pela via de França; preferiu aventurar-se aos perigos e incertezas de uma viagem de mar, e aos riscos que então lhe eram inherentes, a atravessar os dominios de Filippe. Com tal proposito, tomou a posta até Hollanda, e ahi fretou um navio que o conduzisse a Lisboa.

Esta viagem tornou-se notavel, não por tempestades e ventos contrarios, que não sabemos se os teve, mas pelo encontro de dois navios de corsarios moiros, praga que n'aquelles tempos, e ainda não muito longe dos nossos, infestava atrevidamente as costas occidentaes e meridionaes da Europa, com vergonha e prejuizo notavel das nações que as habitavam. Mal os dois corsarios avistaram a embarcação de D. Duarte, viraram para ella o rumo, e investiram-a com ousadia e presteza. Preparara D. Duarte tudo para a peleja, e, costumado ás furias da guerra, oppoz-lhes tanto valor e tão bem combinada resistencia, que os moiros, perdida a esperança com que vinham seguros, julgaram melhor retirar-se, emquanto não experimentavam mais consideravel destroço. Da familia de D. Duarte ficaram algumas pessoas mortas e outras feridas. Foi uma d'estas o seu copeiro, que muito estimava por ser habilissimo no officio. Achava-se elle junto do amo, e, vendo-o tão exposto, não só pelo logar que occupava, mas tambem pela farda escarlate que vestia, pediu-lhe que se retirasse para fugir ao alvo, que para alli faziam os inimigos. Não o attendeu D. Duarte, e protegeu-lhe a fortuna o atrevimento; não assim ao pobre rapaz, pois foi colhido, dentro

em pouco, por uma bala que lhe levou uma das pernas[1]. Ás acertadas disposições de D. Duarte e ao seu grande esforço se deveu tão feliz victoria, distinguindo-se egualmente no combate Francisco de Mello, fidalgo de Evora, o melhor executor das suas ordens. Este acontecimento passou-se perto da barra de Lisboa. Dispoz o destino que elle entrelaçasse ás gloriosas e viridentes palmas, ganhas na guerra d'Allemanha, outros laureis, e que, duas vezes triumphante, fundeasse nas aguas do Tejo, em frente da capital dos reis seus antepassados.

VII

Qual era o estado em que D. Duarte vinha encontrar o nosso paiz, depois de quatro annos de ausencia?

A quatorze de dezembro de mil seiscentos e trinta e quatro, isto é, precisamente quando elle acabava de chegar á côrte de Vienna, da visita que fizera ao rei de Hungria em Stuttgart, entrou em Portugal D. Margarida de Saboya, duqueza de Mantua, viuva do duque Francisco Gonzaga, destinada por Filippe IV para governal-o, nomeação que só se realisara pela morte do infante D. Carlos, irmão d'el-rei, primeiramente escolhido para tão alto cargo[2]. Seguiam-a o marquez de La Puebla e outros fidalgos hespanhoes. Chegando a Elvas, o duque de Bragança mandou cumprimental-a pelo seu aposentador-mór, Francisco de Sousa Coutinho, com tenção de depois a cumprimen-

[1] Ac. das Sc., Mss., Antonio de Oliveira Cadornega, *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*
[2] Bib. da Ajuda, Mss., *Regimentos,* etc.

tar pessoalmente, o que não executou, porque a duqueza, pela altivez com que vinha, e por se escandalisar de elle mesmo a não ir ver, tratou o seu enviado pouco agradavelmente. Em janeiro do anno seguinte, Miguel de Vasconcellos, o portuguez renegado e oppressor da sua patria, tomou posse do logar de secretario de estado.

A duqueza vice-rainha era prima-coirmã de Filippe IV, por ser filha da infanta D. Catharina, filha de Filippe II, a qual casou com Carlos Manuel, duque de Saboya, e por não se ligar ao soberano, no grau de parentesco exigido nas côrtes de Thomar e ser mulher, a sua nomeação contrariava-as. Além d'isso, os fidalgos hespanhoes que a acompanhavam sentaram-se nos nossos tribunaes com violação dos fóros do reino, e Miguel de Vasconcellos, geralmente odiado, attrahiu logo sobre si o escarneo e a colera dos nobres, ao que respondeu aconselhando á côrte de Madrid as medidas mais vexatorias contra elles. Vieram portanto estes tres novos motivos de descontentamento aggregar-se aos antigos e augmentar, de modo consideravel, o fermento de uma revolução, que existia em todos os animos e que não podia tardar.

E essa revolução era procurada e desejada pelo proprio governo hespanhol. O seu proposito consistia em exasperar de tal maneira o povo portuguez, por meio de oppressões continuas, que o forçasse a um levantamento contra os seus tyrannos, com o que lhe daria occasião de adoptar medidas energicas e repressivas, e de acabar por uma vez com a autonomia do paiz. Incommodava-o ainda essa fraca sombra de independencia, e convinha extinguil-a. Portugal deixava de ser um reino unido á Hespanha, e baixava á classe inferior das varias provincias da monarchia. Para tão infame projecto onde se encontrariam intermediarios mais idoneos do que Diogo Soares, secretario de estado de Portugal em Madrid, e o secretario de estado junto da duqueza de Mantua, Miguel de Vasconcellos?

O primeiro expediente que adoptou o governo usurpador foi carregar a nação de tributos, ainda mais do que já estava, sem que o fructo de tão pesadas exacções se empregasse em obras de utilidade publica para o reino ou na defeza das colonias, o que produziu geraes e frequentes queixas. Ficaram surdos a estas vozes os oppressores, e os povos, de accordo com os magistrados, ou se negaram ao pagamento, ou o protrahiram com disfarces. Sem se assustarem de tal opposição, nem hesitarem no caminho que haviam encetado, crearam novos recursos para obviar aos inconvenientes que surgiam, e, um d'elles, o do registo dos pescadores, suscitou um tumulto violento da parte dos opprimidos contra D. Francisco de Toledo, commandante dos presidios hespanhoes, e encarregado de o pôr em execução. A experiencia ia sortindo bom effeito, porque aos vexames respondia a resistencia popular, e assim se preparava o modo de subjugar os mais ferrenhos adversarios dos projectos unificadores do conde-duque de Olivares. Deu-se portanto outro passo, e mais decisivo: substituiu-se a todos os tributos novos: sal, real d'agua, augmento de sizas, um unico representado pela somma de quinhentos mil cruzados, que as camaras, entendendo-se com os corregedores das comarcas lançariam e cobrariam como o julgassem melhor. Dobravam-se as contribuições que o misero povo já pagava, as quaes ascendiam a egual somma, e subiriam por esta medida inqualificavel a um milhão de cruzados, com maior vantagem do governo hespanhol, porque os tributos novos, por mais carregados que fossem, nunca chegariam á quantia do resgate. A execução de tão odioso projecto fez rebentar a revolta de Evora. Hespanha estava satisfeita; mas como a ambição e a fortuna cegam os tyrannos! Essa explosão popular não era mais do que o preludio de mil seiscentos e quarenta, ou a aurora da emancipação da patria.

A escusa da camara de Evora, e a attitude energica do

juiz do povo, Sezinando Rodrigues, principiaram a insurreição. Tanto este como aquella recusaram acceitar as ordens do governo; e as ameaças do seu representante, o corregedor André de Moraes Sarmento, contra o juiz, acabaram por sublevar o povo, que invadiu tumultuosamente a casa do magistrado, arrombando as portas, e obrigando-o a fugir, bem contente de escapar com vida, ao mesmo tempo que levava em triumpho Sezinando Rodrigues e o seu escrivão. A turba vencedora e desordenada, dominando a cidade, porque as justiças haviam tambem fugido, saqueou os cartorios publicos, soltou os presos, e commetteu outros excessos, como em todos os tempos costuma, em casos identicos. Debalde tentaram os nobres apaziguar a revolta, não por falta de odio ao dominio estrangeiro, mas por ella não ter sido preparada, nem ter chefe, nem plano, nem probabilidade de exito favoravel, antes, de perseguição por parte de Hespanha, o que seria uma verdadeira desgraça, que viria aggravar as já existentes. Não pensavam d'esta maneira os populares; confiavam nas suas forças, ou, melhor, não calculavam o futuro, cegos pela paixão que os arrastava. Seria inutil, por conseguinte, incutir-lhes moderação, e muito mais os fidalgos, pois os julgavam suspeitos. Os precedentes de mil quinhentos e oitenta prejudicavam-os, e mesmo o papel de pacificadores e medianeiros entre os levantados e o governo, que tomaram sobre si, para reprimir as represalias da côrte de Madrid, lhes attrahia as desconfianças. Em vez, portanto, de se aquietar com as sensatas palavras da nobreza, o povo injuriou-a, e, crescendo o tumulto com o cahir da noite, assaltou as casas dos magistrados e dos vereadores, quebrou os vidros do paço do arcebispo, e forçou o proprio palacio do conde de Basto. De Evora, a insurreição propagou-se a parte do paiz, lavrando por todo o Alemtejo, com excepção de Elvas e Moura, e o Algarve, o Porto, Santarem, Abrantes, Vianna, e Tancos mani-

festaram-se mais ou menos ousada e abertamente contra os tributos. Os animos estavam mais dispostos do que se pensava para um levantamento geral, e só esperavam occasião opportuna e um chefe, que, obedecendo a plano de antemão assentado, aproveitasse e reunisse tantos elementos dispersos. Villa Viçosa, e ha quem diga que tambem outros logares, chegou a acclamar o duque D. João rei; e até se affirma que D. Antonio Mascarenhas foi á capital do Alemtejo de proposito para aconselhar aos insurgidos que não desistissem do seu intento, e que para d'elle conseguirem bom resultado pedissem amparo á casa de Bragança[1]. Se assim foi, não sortiram effeito algum os seus conselhos.

Como não agradassem ao duque estas provas do enthusiasmo popular, procurou annullal-as; e em Villa Viçosa, mandou sahir e percorrer os sitios principaes seu filho primogenito, D. Theodosio, então de tres annos apenas, o que não fez em pessoa por se achar enfermo, se é que o não fingiu, para não excitar mais o povo com a sua presença. O negocio, porém, era muito serio, e não bastava ao governo hespanhol, já desconfiado e agora posto em sobresalto com tamanha novidade, esta fraca demonstração de obediencia; apressou-se por conseguinte o duque em lhe dar outra melhor e mais convincente; e, como não estivesse n'esse tempo em Madrid nem D. Francisco de Mello, occupado no grave posto de plenipotenciario na junta da paz universal em Colonia, que costumava acudir aos seus negocios, ou por si mesmo, ou com a sua auctoridade, nem o seu residente Francisco de Sousa Coutinho, que viera a Villa Viçosa por motivos particulares, antes, só o agente Antonio Pereira da Cunha, depois secretario de guerra, escolheu o duque ao nosso celebre escriptor D.

[1] Nicolau da Maia de Azevedo, *Relação de tudo o que passou na... acclamação do... rei D. João IV...* Lisboa. (1641).

Francisco Manuel de Mello, que residia em Hespanha, com grandes creditos na milicia e nas lettras, para tratar d'esta materia, de interesse capital á sua casa, cuja sorte ficaria compromettida, se elle não fosse julgado livre de qualquer interferencia nas alterações d'Evora. E tornavam-se necessarias tantas cautellas, pois, segundo o mesmo D. Francisco Manuel de Mello, «era este o maior negocio em que a dita casa se vira depois da alheiação do reino, porque justificar-se com Filippe IV vinha a ser n'aquelle tempo a coisa mais importante, e porque não faltavam a D. João na côrte de Madrid muitos emulos, muitos fiscaes e muitos olheiros para suas acções»[1]. Foi importante o serviço que n'esta occasião D. Francisco Manuel de Mello prestou ao duque e a Portugal, porque, diz elle, com arte e dextreza, jarretou «a indignação e a malicia de tão bravos monstros, como os ministros castelhanos, quando recuavam para remetter mais furiosos contra a real casa de Bragança e contra o reino»[2].

A revolta de Evora ao principio não inquietou o conde-duque; a propagação do contagio e os meios baldados para o debellarem fizeram, porém, com que elle abrisse os olhos e considerasse a gravidade da situação; não obstante, confiado no seu poder, sorriu-se com a esperança de lograr d'esta vez a completa sujeição do reino. Mandou a Evora diversos emissarios, sempre inutilmente, e o ultimo, o conde de Linhares, em cuja companhia veiu o mesmo D. Francisco Manuel de Mello, provocou com a sua presença um novo motim, a ponto de ser obrigado pela multidão, que lhe cercou a casa, a sahir para Lisboa.

Entretanto o valido de Filippe IV, temeroso de tão estranhos e prejudiciaes successos, determinara que se approximassem as tropas hespanholas da fronteira. Pelo lado do

[1] Bib. Nac., Mss., *Memorial a D. João IV*, do mesmo.
[2] Id.

Alemtejo entrou o exercito da Cantabria, commandado pelo duque de Bejar, e os coiraceiros, arcabuzeiros e dragões de Badajoz, ás ordens do duque de Nochera, e do lado do Algarve a gente de pé e de cavallo da Andaluzia, capitaneada pelo duque de Medina Sidonia, e pelo marquez de Val-Paraizo. Ordenou ao mesmo tempo o governo de Madrid que se guarnecessem os castellos do reino, e que a nobreza de Portugal, da Mancha e da Estremadura, com a cavallaria das ordens militares e os terços de Guipuscoa, e a infanteria, artilheria e cavallaria das praças da raia pegassem em armas. Tambem receberam aviso para se aperceberem o capitão-general de Castella a Velha, o duque de Bragança, o governador da Corunha, e o vice-rei da Galliza. Tamanhos preparativos bellicos eram uma ameaça á nação inteira. Á sombra de tão imponentes forças as justiças fizeram o seu officio, e o fogo da revolução apagou-se com o sangue d'algumas victimas, verdadeiros martyres da patria. Além dos infelizes que subiram ao cadafalso, muitos gemeram amarrados aos remos das galés; nem parou aqui a vingança dos dominadores: as terras occupadas foram tratadas como paiz inimigo, e as tropas hespanholas recolheram-se carregadas de despojos, depois de terem praticado as maiores violencias e licenciosidades; bastando ponderar que sómente no Algarve se metteram seis mil soldados. Evora ficou obrigada á restituição dos impostos e a pagar as despezas da alçada que por causa dos tumultos se nomeara, e as juntas executivas creadas em Badajoz e Ayamonte para vigiarem os acontecimentos continuaram a funccionar, posto que pacificado o reino.

Anniquilados assim os revoltosos, tratou o governo hespanhol de vêr se anniquilava tambem o paiz, a fim de conseguir a unificação da monarchia, como adeante diremos.

Tal era a situação em que D. Duarte vinha encontrar Portugal ao tornar de Allemanha.

VIII

Chegado D. Duarte a Lisboa, no mesmo dia, que foi vinte de outubro, dia de Santa Iria, passou a Aldeia-Gallega, e dirigiu-se a Villa Viçosa n'uma liteira, acompanhado de seus creados.

Com que alvoroço não pizaria elle novamente o solo da patria! Com que alegria, misturada de doces lagrimas, não tornaria a vêr aquelles sitios tão seus conhecidos desde a infancia, ainda mesmo, apesar do espesso véo de trevas que os cobriam, porque, quando entrou em Villa Viçosa, já eram dez horas da noite! Ao avistar o palacio ducal como lhe pulsaria agitado o coração dentro do peito! Mas chega, e acha as portas fechadas. Manda bater rijamente; acodem uns moços que dormiam junto d'ellas, nos vãos aonde ficavam as copas, e que, de manhã, varriam as salas e aposentos de fóra[1], e, sem abrir, extranham que a taes horas, e de tal modo, se perturbe o socego de tão nobre morada. N'isto, entre as vozes, D. Duarte descobre uma que lhe era familiar, a do preto Nicolau de Bragança, e chama-o pelo seu nome, e pede que não se enfadem e abram, que é elle. Reconhecem-lhe a fala; franqueiam as portas; cercam-o; e acolhem a sua chegada com palavras de alegria. Ao ruido correm outros creados; e cresce o rumor de maneira, que o duque o ouve e pergunta qual o motivo. Quão grande não seria o seu contentamento ao saber que era D. Duarte! Escutal-o; levantar-se da cama e correr ao

[1] Ac. das Sc., Mss., Antonio d'Oliveira Cadornega, *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*

seu encontro, coberto com uma capa, foi um só instante. Já se divulga com a maior rapidez por todo o paço a fausta novidade, e a duqueza, e toda a familia, apressam-se a festejal-o; já se espalha do paço pela villa, e, posto fosse adeantada a hora, acodem os fidalgos, e mais gente nobre e principal, para o cumprimentarem, até que, á meia noite, D. Duarte se recolhe ao seu antigo quarto a descançar.

No meio de tantos regosijos, a falta de seu irmão D. Alexandre vinha entenebrecer a alma do recem-chegado de tristes lembranças, porque fôra muito amigo d'elle. Surprendido pela noticia da sua morte, nos trabalhos da guerra, D. Duarte pagara-lhe então o devido tributo de dôr fraterna [1]; entretanto agora os logares, onde tinham vivido juntos na maior convivencia e amizade, reabriram-lhe de certo a chaga profunda, que o tempo ainda não conseguira fechar de todo. Mas a alegria com que o receberam, e a que teve de rever os patrios lares, afugentaram em breve essa nuvem de tristeza para substituil-a por outros pensamentos, já suaves, já cheios de melancholia e de saudade. A larga e querida tapada tornou a admirar, mais galhardo do que outr'ora, o seu nobre cavalleiro e o seu bravo monteador; os cuidados jardins, onde tantas vezes passeiara, sem flores, e com as arvores meio despidas de folhas, por ser no outono, posto que, ainda assim mesmo, formosos e ridentes, viram-o passeiar triste e pensativo, recordando os seus amores e sonhos da juventude; e os tumulos de seus paes, onde ajoelhou contricto, absorto nos pensamentos de Deus, no pó da vida, e nas memorias do passado, ouviram-lhe, entremeiadas de soluços, as orações proprias de uma alma tão amoravel e religiosa.

Nem de certo lhe esqueceu a formosa capella dos paços ducaes, que lhe evocaria tantas e tantas recordações; e como?

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224, Relação de Noé ácerca do infante.

se até nos distantes paizes de Allemanha, e a braços com o fadigoso lidar das armas, se lembrou d'ella? Militando nos confins da França, pelo lado da Lorena, deu-se o caso de alguns soldados do exercito imperial entrarem n'uma egreja e quebrarem o caixão onde estava o martyr S. Gandulfo, de que o povo da terra era muito devoto, espalhando-lhe irreverentemente os ossos pelo chão. Não poude soffrer o animo de D. Duarte sacrilegio tamanho; juntou-os; recolheu-os; e, postos n'uma preciosa caixa, trouxe-os comsigo, e depositou-os na capella[1]: rico despojo das suas campanhas; presente digno da sua piedade!

Assim gastaria elle entre recordações e festas os poucos dias que residiu na côrte dos duques de Bragança; pelo menos assim o imaginamos; porém no que mais se entreteve, foi sem duvida em responder, a cada instante, ás mil perguntas de D. João, de D. Luiza, e dos parentes, amigos, e conhecidos, que lhe pediriam novas de suas longinquas viagens por tantos paizes estrangeiros, dos homens notaveis com que tratara, dos perigos a que se expusera, e das campanhas em que tinha pelejado, passatempo sempre agradavel, sobretudo quando a narrativa sahe de labios que se estimam e é ouvida com os ouvidos e o coração. D. Duarte, pelo seu lado, não se cançaria de indagar tudo quanto occorrera na sua ausencia, quer na côrte ducal, quer no reino. Devia vir sequioso de noticias verdadeiras e circumstanciadas do que mal soubera por cartas, ou por boatos deturpados adrede pelos nossos inimigos: das alterações de Evora, do papel que D. João n'ellas representara, das consequencias que d'ahi adviriam á casa, do estado em que se achava o paiz, das esperanças que havia de sacudir o jugo estranho, que o aviltava, e da probabilidade mais ou menos distante de serem reconhecidos emfim os direitos da sua familia ao throno de Portugal.

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224, Relação do P.e Storr ácerca do infante.

Concluidos os negocios da sua fazenda, e tendo ido a Thomar, onde o encontramos poucas dias depois de chegado, ainda no mez de outubro[1], segundo é de crer, por causa do negocio das commendas, teve D. Duarte que deixar Villa Viçosa, e no dia vinte e tres de novembro disse adeus á casa fraterna e a todos quantos n'ella estimava, dirigindo-se a Lisboa, com tenção de alcançar ainda n'este porto o navio em que viera, que estava para partir, e de embarcar immediatamente. E com tanta pressa o fez que nem esperou o nascimento de sua sobrinha D. Catharina, (futura rainha de Inglaterra pelo casamento com Carlos II), facto succedido d'ahi a dois dias, e que o duque participou logo no começo de dezembro ao irmão[2], que ainda esperava em Lisboa a sahida de navio, porque, em consequencia do descuido de um seu creado, já não encontrara o outro. Conta Cadornega, tratando da partida de D. Duarte de Villa Viçosa, que deixou aos cuidados do duque o seu copeiro, já salvo da peloirada, e que levou comsigo um bom barbeiro, para não se sangrar com balestilha, como costumavam em Allemanha, por assim se praticar em Portugal com os quadrupedes[3].

O proposito de D. Duarte, claro se colhe do que fica dito, era fugir a côrte e as communicações, em geral. Ao chegar, seguiu no mesmo dia para Villa Viçosa, ignoramos se directamente da embarcação que o trouxera, ou se depois de entrar na cidade, podendo bem ser que se realisasse a primeira hypothese. Ao tornar a Allemanha, calculou o tempo da partida, e só abandonou Villa Viçosa, quando o navio estava quasi a dar á vela, tudo levado do desejo de não se demorar em terra, onde só permaneceu o menos possivel e casualmente. O estado do rei-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XLIV, fol. 157.

[2] Id., fol. 159.

[3] Ac. das Sc., Mss., *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*

no, que esboçámos, levou-o a adoptar este procedimento. A soberania da duqueza de Mantua, cujo trato já o duque evitara quando ella passou por Elvas, entrando em Portugal; o odio do conde-duque á familia de Bragança, e mesmo á sua pessoa, manifestado por tantos modos; a amizade de Miguel de Vasconcellos, ministro omnipotente nas nossas coisas, que D. João desejava conservar, como amparo, contra esse odio em tempos tão calamitosos; o descontentamento de muitos nobres contra o mesmo ministro; as esperanças que a sua presença podia despertar entre elles e entre o povo; as suspeitas que d'ahi conceberiam o governo de Lisboa e o de Madrid; todos estes motivos obrigavam-o a não se demorar na capital, e a esquivar quaesquer entrevistas ou compromissos. Não queria vêr ninguem, nem mesmo a duqueza Margarida, disse elle ao irmão em Villa Viçosa; mas este advertiu-lhe que Miguel de Vasconcellos se mostrava muito affeiçoado e muito amigo d'elle duque, por saber que, instado para se queixar da sua administração a Filippe IV, se escusara, pelo que se o procurasse, não devia deixar de recebel-o [1].

Os temores de D. Duarte não careciam de fundamento. A sua vinda, assevera Fr. Raphael de Jesus, poz álerta o valido de Filippe IV [2]; a seita dos sebastianistas, expressão eloquente da saudade de melhores tempos, e anceio de recuperar a independencia, a qual engrossava cada vez mais com os descontentes, e ainda então era razoavel, porque ainda podia existir, conforme a lei da natureza, o objecto da sua crença, a seita dos sebastianistas, que, vendo proximo o termo fatal, imposto por essa lei, procurava, para muitos, encarnar-se n'outra personalidade viva, aproveitou o ensejo, e declarou á bocca cheia, que D. Duarte fôra enviado expressamente pelo Encoberto, sob cujo nome alguem

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Protesto do infante contra o seu processo.

[2] Bib. Nac., Mss., *Vida d'el-rei D. João IV.*

começava a divisar o duque de Bragança; porque cumpre saber-se que por esse tempo, ou pouco depois, os commentadores das prophecias de Bandarra, julgavam achar allusão a D. Duarte nos seguintes versos do oraculo popular:

> Este rei tem um irmão
> Bom capitão;

e no outro:

> Não se sabe sua irmandade;

o que, no seu entender, significava que eram tão amigos o duque e elle, que não havia palavras para exprimil-o perfeitamente; emfim a poesia, o desafogo dos grandes sentimentos nacionaes, soltou a voz congratulando-se da sua vinda e pedindo lhe que ficasse no reino, como se mostra d'estas significativas estrophes:

> Appareceis na patria saúdosa,
> Depois de quasi um lustro, escondido,
> Como entre nuvens sol, que, apparecido,
> Faz a manhã mais fresca e mais formosa.
> ....
>
> Das gentes sois agora o desejado,
> Bom grado ao valor vosso e á vossa fama,
> Que, publicada ao mundo, elle vos chama,
> Para vos dar os bens que tem negado.
> Da patria foi rogado
> Camillo, e, para vir do seu desterro,
> Com honras confessar lhe fez seu erro.
> A vossa, a seu exemplo,
> Como ella throno deu, vos dará templo.
>
> Olhae, principe meu, que a crueldade
> Que avezou beber sangue, e assim se cria,
> Chega a por-se em altar por tyrannia.

Só os sceptros de amor são de verdade.
Se isto vos persuade,
No reino portuguez tendes empreza,
Na casa em que nascestes grande alteza[1].

Não foi esta poesia a unica composição feita ao nosso biographado, quando então esteve em Portugal; de outra sabemos, escripta por D. Francisco Manuel de Mello, inedita, assim como a precedente, e que se intitulava: *Elogio ao senhor infante D. Duarte, quando segunda vez se preparava para a jornada de Allemanha.* N'esta obra o illustre escriptor levou em vista imitar o panegyrico de João de Barros á infanta D. Maria[2]. Se n'ella se encontrava alguma allusão a ficar D. Duarte no reino, é o que não podemos dizer; nunca a vimos.

A mais subiram porém as manifestações de amor e enthusiasmo a favor do irmão do duque de Bragança; houve até quem em nome da salvação publica lhe offerecesse a corôa, se D. João a não quizesse.

«Em novembro de mil seiscentos e trinta e oito, escreve Nicolau da Maia de Azevedo, veiu D. Duarte de Allemanha a Lisboa, e foi aposentado por D. Francisco de Faro na quinta de seu sogro, Francisco Soares; e, como se occultou ás vistas, nenhum fidalgo houve que lhe pudesse falar. Porém D. Antonio Mascarenhas, tanto que soube da sua chegada, levado do grande amor, com que venerava a casa de Bragança, e do zelo da patria, em que, desde os primeiros annos, procurou sempre imitar a seu pae, D. Nuno Mascarenhas, fez muitas diligencias pelo vêr, e, alcançada licença, lhe deu conta das insoffriveis calamidades que este reino padecia; procurou persuadil-o a que não se fosse para

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Mss., num. 2121, Livro com o titulo: *Discursos e papeis varios politicos impressos e manuscriptos*, que parece foi de D. Francisco Manuel de Mello.

[2] Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico.*

Allemanha, em tempo que o seu valor devia empregar-se em conseguir a liberdade da patria, e restituir ao duque, seu irmão, o sceptro, que por tantos titulos lhe era devido. Assegurou-lhe que a nobreza de Portugal estava descontente, e nomeou-lhe alguns fidalgos que, de todo o coração, como verdadeiros portuguezes, se haviam deliberado a sacudir o jugo de Castella, fundando a esperança de tão heroica empreza no amparo da excelsa casa de Bragança. Lembrou-lhe que este amor e este zelo herdara de seus maiores; pois já seu pae, D. Nuno Mascarenhas, fôra a Villa Viçosa, no anno de mil seiscentos e dezesete, em que ao porto de Lisboa veiu a frota das Indias, só com animo de persuadir ao duque D. Theodosio, a que se lembrasse do mortal aggravo que el-rei de Castella lhe fazia em lhe usurpar o reino, de que elle era legitimo successor; e que a isto respondera que não era ainda chegada a hora da restauração de Portugal. Lembrou-lhe tambem que o amor e o zelo da patria o inquietavam de tal maneira, que, no anno de mil seiscentos e trinta e sete, quando foi a alteração do Alemtejo, fôra a Evora, a admoestar aos cabeças d'aquella parcialidade que não desistissem do começado, e que, para que a empreza tivesse bom successo, pedissem amparo á casa de Bragança. Emfim discorreu sobre a materia com tal affecto, que fez grandissimo abalo no coração d'este principe. E D. Francisco de Faro, encontrando a Jorge de Mello, lhe rogou que fosse visitar ao senhor D. Duarte, o que elle fez logo, e, tanto que chegou a ver-se em sua presença, lhe disse: Senhor, onde se vae vossa excellencia, quando o reino está lutando com as ondas de um pégo de continuas vexações, e quando el-rei de Castella, em vingança do desgosto que lhe deu a alteração de Evora, nos quer aniquilar e reduzir á mesma infelicidade de Galliza? O duque é o legitimo rei de Portugal; se elle não quizer acceitar o sceptro, acceite-o vossa excellencia, que nós saberemos sacrificar a vida em sua defeza. A isto respondeu o senhor D.

Duarte, que Deus ordenaria as coisas como melhor nos estivesse a todos, e que, offerecendo-se occasião, viria de onde quer que se achasse, e não nos faltaria com seu amparo» [1].

D. Francisco Manuel de Mello, o terceiro conde da Ericeira, D. Antonio Caetano de Sousa e os nossos modernos historiadores, abundam nas mesmas idéas do padre Nicolau da Maia de Azevedo, ou porque n'elle as bebessem, o que é mais provavel, ou porque tivessem outro fundamento para isso.

D. Duarte, porém, conta os factos de mui diversa maneira. Segundo elle, pouco depois de chegado a Lisboa, visitou-o o jesuita Bartholomeu Guerreiro, velho amigo seu e da casa de Bragança, como já vimos. Participou-lhe o padre que o fôra procurar um certo fidalgo, chamado D. João ou D. Antonio Tello, o qual lhe pedira para lhe representar que não partisse de Portugal, porque todos o estimavam muito; que, se ficasse, poderia prestar assignalado serviço ao reino, intercedendo a seu favor com el-rei, porque eram grandes as maldades de Diogo Soares e de Miguel de Vasconcellos, que ninguem se atrevia a accusar, com medo de ser lesado nos seus interesses, caso que não se dava em D. Duarte, pois nada tinha que perder; e que lhe pertencia promover o bem de Portugal, como descendente dos seus reis, e de uma familia tão obrigada á corôa, já que seu irmão a isso se recusava. Respondeu D. Duarte que não lhe tocava metter-se em taes coisas, nem o queria, pois tornar-se accusador d'aquelles potentes ministros, que de tudo dispunham, e do ultimo dos quaes o duque, por essa razão, diligenciava grangear a amizade, seria concorrer para a ruina do estado de Bragança; e que vinha a embarcar-se, e não a tratar de negocios politicos. Approvou o padre a sua resposta, di-

[1] *Relação de tudo o que passou na... acclamação do... rei D. João IV...*

zendo-lhe que tudo isso ponderara ao dito fidalgo, e ainda mais; que não tinha cabimento implicar-se elle em questões do governo; e que era uma loucura proporem-lhe aquillo, e da sua parte escutar semelhantes propostas. Não se convenceu o fidalgo com a repulsa do padre, e tentou vêr por força D. Duarte; mas D. Francisco de Faro livrou o seu hospede de tal importunação, escusando-o de não o receber, por ser Tello inimigo de Vasconcellos, que não convinha descontentar de maneira alguma, e por suppor que o seu fim era tomar o tempo a D. Duarte com doidices ácerca de D. Sebastião. A causa de D. Duarte se negar a receber Tello foi não só o havel-o feito aos outros geralmente, mas tambem porque conheceu que ia com intenções de lhe falar contra pessoas a que não desejava desgostar, e porque, sendo D. Francisco de Faro amigo de Vasconcellos, não queria ouvir dizer mal d'elle em parte alguma, quanto mais em sua casa, onde morava.

Levado do desejo de fugir a estas e outras tentativas, firmou-se D. Duarte ainda mais na idéa de não ver ninguem; Vasconcellos porém, sabedor da sua estada em Lisboa, visitou-o em coche cerrado, para não se allegar que abria com elle, recebendo-o, uma excepção. Aconselhára D. João a D. Duarte que não lhe recusasse a visita, como vimos, e pedira-lhe que, n'essa occasião, o certificasse da boa vontade d'elle duque a seu respeito, e por isso teve talvez mais felicidade do que os outros. Foi cordeal a entrevista: tentou Vasconcellos persuadil-o com varias razões a que não se retirasse da patria, declarando-lhe que desejava ter poder para prendel-o; que já assim o escrevera ao conde-duque; que era muito bem visto e estimado de todos; que por esse motivo se lembrara o seu nome para general da armada que havia de ir ao Brazil, no que se esperava d'elle grande serviço; e que, a resolver permanecer em Portugal, escreveria logo para Madrid a tal respeito, e egualmente a duqueza de Mantua. Não accedeu D. Duarte ao

convite do ministro. Então este rogou ao seu amigo D. Francisco de Faro que o convencesse, e ao bispo de Targa que o ajudasse a reduzir um e outro. Mas a tudo ficou D. Duarte inabalavel, pelas offensas que tinha de Filippe IV nunca lhe haver concedido mercê alguma, nem querer acceitar os seus serviços, nem o tratar conforme se costumava aos filhos da casa de Bragança, além da resolução em que já estava de ir viver em Allemanha, fugindo ás intrigas e ás desinquietações dos negocios de Portugal.

Conservou-se portanto D. Duarte, por assim dizer, recluso, e quasi incommunicavel durante a sua estada em Lisboa, sahindo unicamente duas vezes em coche cerrado, para vêr a cidade, n'uma das quaes esteve em S. Vicente de Fóra. Chegado o tempo da partida, foi Vasconcellos despedir-se d'elle, occulto, como da outra vez. Foi-lhe tambem fazer os seus cumprimentos o padre Bartholomeu Guerreiro, e por essa occasião lhe disse que ouvira terem resolvido n'uma roda de fidalgos não o deixar voltar a Allemanha. A opinião d'estes fidalgos, que era a de muitas pessoas, chegando até algumas a censurar o duque por não o impedir de satisfazer a sua vontade, e a alteração entre os sebastianistas, cujas esperanças, conforme vimos, se avivaram com a sua presença, contrariaram-o bastante, e de tal modo, que se embarcou sem mais demora a treze de dezembro, com pessimo tempo, tendo que esperar a bordo dois dias para seguir viagem.

Eis a maneira porque D. Duarte narra o que lhe aconteceu em Lisboa, em trinta e oito, nas reclamações que redigiu para sua defesa particular, a que já nos referimos, e a que nos referiremos ainda mais de uma vez [1], e no depoimento do processo que lhe formaram depois de preso, no anno de quarenta e seis [2]; e, quando dizemos o depoi-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Protesto do infante contra o seu processo.

[2] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança. Mss.

mento do processo, entenda-se não o primeiro que vem n'elle, que foi o que serviu para a accusação, porque esse desfigurou-o o senador D. João Arias Maldonado, em proveito da mesma, segundo affirma o proprio D. Duarte, do que o seu advogado, o marquez Carlos Gallarati, não vae longe, porém o que aquelle fez, rectificando-o, no dia seguinte.

Este testemunho de D. Duarte tem grande valor, e é assellado com os juramentos mais solemnes; mas, pelas diversas posições em que se achavam, elle e o padre Nicolau da Maia, damos mais credito á narrativa do ultimo. Um, havia cinco annos e meio que penava nas durezas do carcere, longe da patria e dos seus, inutil para a gloria das armas, separado do mundo, ancioso de liberdade, e com interesse portanto em disfarçar, ou mesmo falsear os acontecimentos, na parte que lhe pudesse ser favoravel; o outro, livre em todo o sentido, não precisava citar este facto, em nada importante á sua obra, e por conseguinte nada ganhava em desfigural-o, não devendo nós suppor que o fizesse levado da ignorancia, em vista do seu caracter illustrado, e de ser um dos principaes auctores da restauração. Nem é este o unico depoimento em que o infeliz preso, obrigado pela sua lamentavel e triste situação, foge á verdade, como veremos melhor nos logares competentes. Demais, quanto aos juramentos com que corrobora o seu testemunho, cuja gravidade e solemnidade obrigam a hesitar, e muito, qualquer animo desprevenido, lembraremos que não faltariam Sorbonas que o absolvessem d'elles, como diz o padre Antonio Vieira, referindo-se aos não menos solemnes, que D. Duarte esteve para prestar, nos quaes se comprometteria a não auxiliar a causa portugueza, sendo-lhe concedida a liberdade, opinião que não era só do celebre jesuita, mas tambem d'elle D. Duarte, e de Antonio de Sousa de Macedo, do marquez de Niza, do cardeal Mazarini, e de outros. Cumpre ainda considerar a grandeza do fim e do personagem, e os exemplos repetidos que nos

mostram que os direitos civil e ecclesiastico não duvidariam de modo algum annullar juramentos dictados por tão criticas circumstancias.

A maior prova da falsidade d'esses juramentos deprehende-se, porém, do seguinte. Negou terminantemente D. Duarte, respondendo no seu processo á pergunta dos juizes, haver tomado parte na revolução de Portugal, ou ter sabido alguma coisa d'ella, caminho natural e unico para fugir ás terriveis consequencias que lhe resultariam de depor o contrario: a perda da liberdade, por ventura para sempre, e quem sabe se a perda da vida. N'isto procedeu razoavel e coherentemente com os seus actos e palavras, que eram em geral de fidelidade ao governo de Filippe IV; mas, logo depois d'esta confissão, sem ninguem lhe perguntar nada, contou a historia das visitas do padre Bartholomeu Guerreiro, e o mais que se lhe seguiu, dando margem á malevolencia e a novas inquirições que o prejudicassem. E porque? Que motivo o levou a um passo tão imprudente? Nenhum encontramos, a não ser o desejo de prevenir, explicar, ou desvanecer qualquer boato que houvesse ou receiasse haver, a respeito do que acontecera verdadeiramente, do que narra o padre Nicolau da Maia de Azevedo; só este; e, em tal caso, a sua confissão voluntaria, em vez de innocencia, denuncia culpabilidade.

Muitos talvez censurem com vehemencia D. Duarte por não adherir immediatamente ás instancias de quem o procurou; talvez mesmo o taxem de indifferença pela sorte da patria. Dirão: falaram-lhe na liberdade da terra natal, nas tyrannias que a sujeitavam, nos direitos da sua familia ao throno; convidaram-o para ajudar seu irmão a subir-lhe os vacillantes degraus; a substituil-o, se elle o rejeitasse; e ficou surdo a todas as propostas, a todas as persuasões, a todos os rogos. Concedendo que tudo isso é verdade, tambem devemos conceder que, pelo breve tempo que esteve em Portugal, D. Duarte não alcançaria perfeito co-

nhecimento dos projectos que se machinavam; que eram estes abraçados ainda por muito poucos; que D. João não sómente se não resolvera, nem resolveu, senão muito posteriormente, mas até não ousara, nem ousou longo tempo, abrir-se com a nobreza, nem a nobreza com elle, «porque, diz Antonio Paes Viegas, no seu *Manifesto,* de parte a parte se receiava a primeira declaração, não se assegurando cada uma do que acharia na outra, e passava isto tanto adeante, que, não parando em receios, chegavam a brotar desconfianças». Devemos outrosim lembrar que, a par de muitos portuguezes fieis e amantes do seu paiz, alguns que o não eram, sob falsas apparencias de amizade, serviriam de espias e delatores; que o governo hespanhol nutria o mais ardente desejo de encontrar pretexto para, com visos de justiça, perseguir e castigar o reino, reduzindo-o a uma simples provincia; que um dos meios de o fazer seria comprometter-se a casa de Bragança, que tanto anceiava destruir, n'alguma tentativa de revolta contra o seu dominio; que nunca esta lhe movera mais suspeitas do que depois do levantamento de Evora; que a severidade, promptidão e crueza, com que o mesmo, havia oito mezes apenas, fôra extincto, se tinham exasperado, tambem tinham aterrado os animos, deixando prever com quanto maior rigor se reprimiria outro projecto de emancipação; e, por ultimo, que o estado de Hespanha e o da Europa contrariavam qualquer movimento no reino.

D. Duarte desejava que a patria despedaçasse as algemas insupportaveis que a prendiam; mas, a exemplo do duque D. Theodosio, seu pae, acreditava, e com razão, que não soara ainda a hora opportuna; nem então podia prever os acontecimentos que, dentro e fóra do paiz, occorreram, passado algum tempo, acontecimentos que a tornaram exequivel, e apressaram mais do que era de imaginar. Além d'isto, D. Duarte tinha vivido annos em Allemanha, onde a politica hespanhola influia poderosissimamente, o

que não contribuiria pouco para lhe exagerar as difficuldades de um commettimento contra a sua despotica soberania. Ah! de quão diverso modo procedera elle, se, em logar de vir a Portugal nos fins de trinta e oito, viesse anno e meio mais tarde, isto é, nos meiados de quarenta, quando a exasperação da nobreza e do povo os congraçara reciprocamente, e quando, crescido o bando dos conjurados em numero e importancia, adquiria cada momento novas forças a idéa da liberdade, unica estrada para sahir com honra de tanto opprobrio e aniquilamento, porque, inspirados aquelles grandes portuguezes pelo influxo occulto e sobrenatural que leva os heroes a executar feitos quasi impossiveis, tinham fé na sua estrella, e estavam decididos a ir ávante, embora os não quizesse proteger o duque de Bragança. Oh! então, estamos certo, elle escutaria a voz da patria, que lhe bradava pela bocca de tão amantes filhos, e com elles, e como elles, desembainharia a espada gloriosa para defendel-a. Não permittiu, ainda mal, a sua e a nossa desventura que assim acontecesse!

IX

Depois de uma espera de dezesete dias, D. Duarte embarcou emfim, a treze de dezembro, não directamente para Allemanha, para onde julgamos não encontrou navio, mas para Inglaterra, com tenção de seguir d'alli ao seu destino, sendo o tempo tão borrascoso, que dois dias, como dissemos, aguardou no Tejo que elle amainasse para sahir a barra. Acompanharam-o dez creados, e tomou, para si e para a familia, uma coberta. A idéa de seguir n'este navio parece que foi adoptada subitamente, para talvez fugir mais de-

pressa a responsabilidades, e mesmo talvez sem o ter participado a D. João; pois, se o fizera, ou se não fosse o embarque tão repentino, de certo não acceitaria os offerecimentos de um negociante inglez, chamado Roberto Lloyde, que foi a bordo, de o recommendar a algumas pessoas com que mantinha relações n'aquelle paiz, porque não lhe faltariam as recommendações do duque de Bragança ou outras de grande valia, isto admittindo que pretendesse guardar o incognito, porque, do contrario, bastaria a auctoridade propria para ser bem recebido em toda a parte. O negociante desempenhou-se do seu compromisso, escrevendo a seu irmão, e a Guilherme Fisher, ambos moradores em Londres, e a João Jacobs, morador em Dover, áquelle a quatorze de dezembro, isto é, no dia seguinte ao do embarque de D. Duarte, e a este ou em egual data, ou na vespera. Depois de lhes noticiar que o recommendado era o irmão do duque de Bragança, senhor da maior casa de toda a peninsula, e, exceptuando o duque, o primeiro homem de Portugal, Roberto Lloyde encarecia as suas qualidades, apresentando-o como um principe excellente, que excedia a grandeza do sangue pela sua heroica e magestatica presença, unindo a isso ser muito lhano e cortez com todos, louvores em harmonia com outros enunciados em circumstancias e por pessoas mais dignas de consideração. Ao primeiro e segundo pedia que lhe prestassem todo o auxilio em Londres e lh'a mostrassem; ao terceiro que, ou fosse ou não a esta cidade, o servisse em tudo quanto elle pretendesse. O tratamento que lhe deviam dar era o de excellencia. As cartas originaes de Lloyde a seu irmão e a Guilherme Fisher conhecemol-as[1]; e a sua existencia prova, ou que D. Duarte as não entregou, ou que não foi á capital de Inglaterra, hypothese mais acceitavel; emquanto que a falta da outra dirigida a João Jacobs pode levar-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxxvii, fol. 168 e 174.

nos á presumpção de que tocou em Dover, d'onde tomaria passagem para o continente, entrando n'elle ou por algum dos portos da Hollanda, ou por Lubeck ou Hamburgo, cidade em que, então, ou antes, ou depois, esteve hospedado na casa de Duarte Nunes da Costa, que foi seu correspondente, o mesmo que tanto havia de figurar na sua historia, e que seria uma das pessoas para que o duque de Bragança lhe deu creditos, quando a primeira vez sahiu do reino.

No dia quinze abandonou D. Duarte o porto de Lisboa, sem haver mister passaporte para as fortalezas, que corresponderam com salvas á do seu navio, na passagem [1]. A sua demora em Portugal foi, por consequencia, de menos de dois mezes, pois tanto vae desde vinte de outubro, em que chegou, até á data da partida.

Contempla pela ultima vez, ó nobre principe, esse Tejo que te leva ao oceano; farta os teus olhos na formosura d'essa cidade, que se banha e se mira nas suas aguas, d'essa cidade descobridora e conquistadora de grande parte do mundo, e hoje agrilhoada ao poste da ignominia pela mão tyranna e sempre odiada do estrangeiro. Contempla-a bem, que nunca mais a verás! Breve raiará para ella o sol da liberdade, alluminando os seus templos e palacios, e acordando os seus filhos do longo somno da escravidão; tornará a viver feliz e senhora, posto não cinja de novo na fronte predestinada a corôa de rainha dos mares; será a côrte, como já foi, de reis portuguezes, e sahidos da tua familia; e tu, embora esperes voltar ás suas praias, ajudal-a com a prudencia dos teus conselhos e com o valor do teu braço, vel-a rainha em vez de serva, e morrer, e ser sepultado na terra de teus paes, nunca, nunca mais tornarás a pizar as suas areias, e só de longe, do fundo de uma prisão, em paiz es-

[1] Ac. das Sc., Mss., Antonio de Oliveira Cadornega, *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*

tranho, entregue aos seus e teus inimigos, sentirás o influxo dos raios da sua independencia, sem os poderes gosar, sem a poderes servir, e exhalarás o ultimo suspiro, lembrando-te d'ella, no tumulo em que te hão de sepultar vivo, e que servirá de abrigo aos teus restos!

Não foi pequeno o sentimento do duque de Bragança ao vêr apartar-se do reino seu irmão, com quem manteve correspondencia nos poucos dias que se demorou em Lisboa, e não sómente o acompanhou com a lembrança e com as orações, mas tambem fez com que na capella ducal se dissessem algumas missas, encommendando-o a Deus, para que o livrasse dos riscos e trabalhos a que ia expor-se no mar e na terra[1].

X

Tornado a Allemanha, D. Duarte continuou ao serviço do imperador, no exercicio do seu posto de sargento general de batalha.

Vejamos quaes foram desde então as campanhas do exercito em que elle militava, e quaes as acções em que sabemos tomou parte, como fizemos anteriormente.

Retirara-se Galasso nos fins de trinta e oito até Volberg, não logrando conservar as suas posições por falta de viveres e dinheiro, e pela insubordinação das tropas, emquanto que tinha de combater Baner, cujo exercito fôra reforçado por novos contingentes; e por isso não poude impedir a tomada de Volgast. Ufano com a victoria, o general sueco levantou o campo das Duas Marcas e do Brunswich, onde

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Miscel., vol. XLIV, fol. 157.

invernara, e com vinte e seis mil homens encaminhou-se á Thuringia. O' eleitor da Saxonia e a Bohemia, a quem tão má visinhança prejudicava, requereram auxilios ao imperador, que tambem não se inquietava menos com o movimento, e Hatzfeld, que ainda estava na Westphalia, observando o que faria Ching e o irmão do Palatino, recebeu ordem de se dirigir a Fulda, e prescrutar os intentos dos suecos. Chamaram-se egualmente outras forças para se reunirem a Galasso; mas este por enfermo, e, ainda mais, por ciumes da fortuna de Hatzfeld, que declarava publicamente não lhe querer obedecer, pediu licença ao imperador para deixar o serviço, o que não lhe foi concedido, e apenas descansar na Bohemia, até ficar de todo curado, dando-se-lhe as satisfações necessarias. Substituiu-o provisoriamente no commando o conde Slich, e o imperador, para se achar mais proximo e ordenar o que fosse conveniente, passou a Praga. Todas estas diligencias se baldaram. Baner, com incrivel rapidez, occupou Torgau, Neuburgo e outros logares do eleitor de Saxonia, e, sem opposição, senhoreou a visinhança de Leipzig, e a fronteira da Bohemia, destroçando parte do exercito imperial, que se lhe quiz oppor. Os suecos, animados pela entrega de Fulda, procuraram tomar Freiberg, com parte da sua gente, para lhe ficar aberta a entrada da Saxonia; mas, por ser praça de muita importancia, o eleitor d'este estado uniu-se com as forças imperiaes de Mancini, e Baner viu-se obrigado, depois de um pequeno ataque, em que soffreu algumas perdas, a retirar, sendo elle mesmo ferido. Esta perda resarciu-a o valente general pela tomada de Demmin, que poucos mezes antes havia cercado, com o que os suecos se apoderaram de toda a Pomerania. Depois da tomada de Demmin, Baner recolheu-se a Aldemburgo, para ahi esperar a juncção das guarnições de certos presidios, que levantara, e, sendo perseguido por Mancini, entrincheirou-se perto do rio Scop, cujas aguas correm entre Chemnitz e Freiberg, ao passo

que Mancini acampou não distante, para aguardar tambem reforços, que marchavam da Bohemia em sua ajuda.

Estando as coisas n'este estado, Galasso, por se achar já bom, e lh'o pedirem, retomou o commando do exercito, ficando incumbido de guardar a Bohemia, que os suecos tanto ameaçavam; e mandaram-se, com grande pressa levas de gente para a fronteira.

Viu Baner que os imperiaes se reforçavam como d'antes, e, não lhe chegando as tropas que esperava, dicidiu passar o Elba, a fim de se assegurar mais contra as hostilidades do inimigo, e aguardar por ellas na Silesia. Tentou-lh'o impedir Mancini, mas foi colhido n'uma emboscada e destroçado com muita perda.

Taes acontecimentos apressaram a ida de Hatzfeld para a Bohemia; enviaram-se dois mil hungaros para este reino; o imperador adiou a sua partida para Praga; e juntaram-se na fronteira todas as forças da Moravia, Austria, e outras provincias visinhas, temendo-se alguma empreza atrevida de Baner.

Entretanto este, não querendo deixar na retaguarda Freiberg, atacou-a, posto sem resultado, porque, prolongando-se a resistencia, marchou sobre a Bohemia, e, tomadas Melnich e Leitmeritz, estabeleceu aqui os seus quarteis, com o proposito de formar no mesmo logar um grande armazem para a exercito, e conter em suspeita a Bohemia e a Saxonia, obrigando os imperiaes e os saxonios a correr em soccorro das suas fronteiras, operação que facilitaria aos demais chefes suecos o progresso na Silesia e n'outras partes. Assim se desvaneceu o seu projecto de apoderar-se de Praga, e tambem por estar n'ella toda a gente austriaca, e Galasso acampado no Monte Branco, com dez mil infantes e quatro mil cavallos, e boas trincheiras.

Tomou egualmente o general sueco Brandeiss, tambem junto do Elba, sitio opportuno para atacar com mais facilidade Praga, e penetrar no coração do reino, apesar da

forte opposição de Offchirchen, um dos principaes capitães do duque de Saxonia, que a soccorrera e foi derrotado.

Produziram estas victorias grande confusão nos imperiaes, e o exercito esteve em risco de perder-se. Salvaram-o o conde Slich e Galasso com a sua muita prudencia e com tanto maior difficuldade, quanto os soldados, por falta de paga, se insubordinavam, e queriam passar ao exercito inimigo.

Baner conhecedor da constancia dos imperiaes, e de que não lhe aproveitaria entranhar-se na Bohemia, por carecer de viveres e por causa das suas numerosas forças, ás quaes a chegada de Hatzfeld a Egra, com seis mil combatentes, havia dado animo, fez alto em Brandeiss, e começou ahi a fortificar-se, com tenção de entretel-as por este lado de tal maneira, que as operações dos suecos na Silesia tivessem bom exito. Porém, tanto junto de Praga como de Brandeiss, havia repetidas e fortes escaramuças entre elles e os imperiaes, porque a cavallaria d'estes alongando-se a forragear, encontrava-se muitas vezes com o inimigo, que tambem sahia para o mesmo effeito, e combatiam bravamente.

D. Duarte chegou a Allemanha, de volta de Portugal, com toda a probabilidade, no principio d'este anno; e em maio achamol-o em Praga, tomando posse de um regimento de cavallaria, de que foi nomeado coronel, por morte de D. Balthazar Marradas[1], posto que já anteriormente gosava, effectiva ou honorariamente, como se vê da licença de Fernando III em trinta e oito, que transcrevemos. Chamava-se este regimento o da Banda Negra[2]. Ignoramos em que acções entrou com o exercito imperial, já commandado provisoriamente por Slich, já por Galasso; mas, a crermos Noé, na occasião em que o inimigo appareceu

[1] Fr. Francisco Brandão, *Conselho e voto da senhora D. Filippa, filha do infante D. Pedro, sobre as terçarias e guerras de Castella*. Lisboa. 1643. 4.º

[2] D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica*.

junto de Praga, teve D. Duarte ás suas ordens boa parte da cavallaria e infanteria. Referem-se estas palavras a quando Baner se approximou a uma legua d'aquella cidade, e se contentou com lhe fazer algum mal, retrocedendo ante as forças de Galasso, fortificado no Monte Branco, ou a algum dos rijos encontros que houve entre suecos e allemães sahindo a forragear? É o que não sabemos decidir.

Nos fins de trinta e nove o imperador concedera licença a Galasso para deixar o exercito, e nomeara-o seu conselheiro d'estado. Substituiu-o no commando o archiduque Leopoldo, tendo por tenente-general Picolomini, e com elles continuou a servir D. Duarte, o qual, logo no principio d'esta campanha, se distinguiu illustremente. Leopoldo, que nos quarteis d'inverno, se preparava para entrar em operações, marchou de Praga contra Chemnitz, e obrigou-a a entregar-se; mas, por causa das muitas chuvas e da carencia de viveres, não tentou mais nada contra Baner, o qual se retirou para Erfurt, onde se entrincheirou á espera das forças que lhe deviam chegar do Rheno. Ora, esta tomada de Chemnitz foi commettida e levada a effeito por D. Duarte. Assim é affirmado geralmente, e com particularidade pelo citado Noé, que diz, formaes palavras: «Em mil seiscentos e quarenta sua alteza esteve com o archiduque, e, marchando com a armada em Saxonia, o mandaram com mil homens ao aquesto (tomada) da cidade de Chemnitz, presidiada de um regimento de cavallaria inimiga. Veiu sua alteza com grande silencio, tomou os postos, tirou a agua aos assediados, e queimou os moinhos, com que, em poucos dias, ficou senhor da dita cidade á discrição, e a tornou, com muito louvor, ao eleitor da Saxonia, cujo era[1]».

Reforçado Baner a dezoito de maio pelo duque de Lon-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224. Relação ácerca do infante.

gueville, que lhe trouxe oito mil homens, e tres dias depois por outros oito mil, conduzidos por Milander e Chiffinge, marchou a vinte e sete do mesmo mez sobre Soafelt, quartel general do exercito cesareo, com intento de dar batalha; mas o archiduque, apesar de ter recebido numerosas tropas, não a acceitou; pelo que Baner, achando-se sem viveres, se encaminhou para Fulda, que recentemente cahira no poder dos suecos, sendo seguido pela cavallaria cesarea, que lhe infligiu algumas perdas. D'ahi dirigiu-se para Muthusen, nas margens do Unstrutt, nos confins do landgraviado de Hesse, do lado da Thuringia. O archiduque, vendo que não podia ir mais ávante, pela grande quantidade dos inimigos e pela fome, alojou-se na Franconia, na direcção de Suveinfurt, d'onde se transferiu a Neustadt, na margem do mesmo rio, em virtude da mudança dos suecos, a fim de os observar.

Estando acampados os austriacos nos seus alojamentos da Franconia, Baner passou a Munden, praça situada na confluencia do Werra com o Fulda, e enviou o coronel Pful com algumas forças de cavallaria para Westphalia, e para o bispado de Paderborn; mas este, depois de correr boa porção do paiz, encontrou-se com a cavallaria imperial do commando de Hatzfeld, e foi por ella destroçado. A respeito d'este acontecimento, lemos n'uma carta de D. Duarte, com data de dezesete de outubro do mesmo anno, o seguinte: «De dez dias a esta parte, temos perdido mais de seis mil homens, e hontem rompeu o conde Asfelt mil e duzentos cavallos do inimigo, junto a Paderborn, e se faz uma terribilissima guerra. O conde Galasso é chamado com grandes instancias para tomar outra vez as armas, e se escusa grandemente[1]».

Ganha essa victoria, marcharam os imperiaes, reforça-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 135, Carta a Antonio Paes Viegas.

dos por gente do exercito da Baviera para Binghem, e, vencida esta, bem como Bacarach, atacaram Kreutzenach, a qual, sendo soccorrida pelo exercito de Weimar e pelo de Longueville, lhes resistiu com vantagem, retirando-se os imperiaes para Fritzlar, no Hesse, junto do rio Eder, onde então acampava o grosso do exercito cesareo, em observação dos designios dos suecos, que a pouco se reduziram. Augmentado, porém, com as tropas vindas da Suecia, Mecklemburgo, Pomerania, e outras procedencias, Baner atacou de repente o acampamento austriaco, julgando-o desprevenido, o que não succedeu, sendo derrotado, e obrigado a acolher-se ao abrigo dos canhões da infanteria; e, se não soffreu mais destroço, deveu-o á má posição dos inimigos.

A necessidade de sustentar o exercito, cada vez mais crescido, fez com que os imperiaes mudassem o acampamento de Fritzlar para Wolffshagen, proximo de Cassel, a fim de velarem na conservação das suas praças sobre o Weser, ameaçadas pelos suecos. Baner, vendo-o, abandonou tambem os seus quarteis, e transferiu-se a Munden. Além d'isto, os suecos conquistaram Calcar, ficando-lhes livres as incursões nos paizes de Cleves e Juliers, e apoderaram-se de Hochein.

O archiduque, deixando os seus alojamentos, dirigiu-se a Hexster, que rendeu depois de quatro assaltos. D'ahi passou o Weser com parte do exercito; occupou diversas terras; incendiou muitas aldeias; percorreu e sujeitou quasi todo o estado do landgrave; tomou Hanover, praça nos confins do ducado de Brunswich, na margem do rio Inders; e venceu o general Baner n'uma escaramuça que teve com elle. Entretanto começava o inverno, engrossava o exercito austriaco, e os suecos, enfraquecidos pela retirada do duque de Longueville para o Rheno, e pela de outras forças, recolheram-se a invernar, em direcção ao mesmo rio, adoptando depois Baner o expediente de se alojar nos ducados

de Luneburgo e Brunswich, com cujos duques ajustou estabelecer ahi os quarteis durante tres mezes. O archiduque, tendo corrido boa parte do paiz, e ganho, por accordo, o condado de Amnburgo, vendo tambem chegar o inverno, mandou o exercito para as terras dos landgraviados de Darmstadt e de Hesse, e aquartelou-se em Kirchain, logar pouco distante de Marburgo, onde teve diversas escaramuças, algumas d'ellas notaveis, com as forças suecas do coronel Rosan[1]. A cavallaria do commando de D. Duarte alojou-se no principio de dezembro no territorio de Ulma, cidade livre, e a elle coube por quartel Leyphen, logar a duas leguas da mesma[2].

Assim terminaram os movimentos do exercito imperial n'este anno de quarenta, e com elle podemos dar verdadeiramente por acabada a carreira militar de D. Duarte, que dos factos expostos, se conclue foi ardua e honrosa. No livro seguinte ainda teremos que dizer alguma coisa a este respeito, e então veremos qual a paga que recebeu de tantas fadigas.

[1] Conte Galeazzo Gualdo Priorato, Obras citadas.

[2] Luiz Pereira de Sampaio, *Relação da prisão injusta do... infante D. Duarte...* Mss.

LIVRO V

Preludios da restauração.— É nomeado o duque de Bragança governador das armas do reino.—Declara Filippe IV que D. Duarte virá servir com elle.—Visita do duque á vice-rainha.—Enthusiasmo de Lisboa ao vel-o.—Alguns conjurados, attenta a sua frieza, querem mandar chamar D. Duarte para ser rei.—Rebenta a revolução.—Não se avisa logo o infante D. Duarte.—A frouxidão de el-rei causa a perda de seu irmão.— Não manda logo ordem o governo hespanhol para o prenderem.—Ministros de Hespanha no imperio.—Preponderancia n'elle da politica hespanhola.—Emquanto se trata da prisão do infante, corre este a defender o imperador, cercado em Ratisbona.—Persuadem os hespanhoes Fernando III a que o prenda.—Não acredita o infante os primeiros rumores da restauração.—Parte do seu quartel para Ratisbona pelo Danubio.—Encontra D. Luiz Gonzaga que ia prendel-o.—Chega a Ratisbona, onde fica preso.—Poem-lhe guarda á sua morada.—Tenta-o Navarro com o interesse em prejuizo de seu irmão.—Creados que lhe deixam.—Escreve a Filippe IV.—Ordena o que toca ao seu regimento.—Pretende renuncial-o.—Visita-o D. Luiz Gonzaga da parte do imperador.—Examina-lhe Navarro os papeis.—Os seus temores e esperanças.—Pouco ao facto da importancia da revolução portugueza, amesquinha-a e desculpa seu irmão.—Defeza do infante por pensar d'esta maneira.—Offerece-se para vir a Portugal compor as coisas, ainda por ignorar o estado d'ellas.—Parte para Passaw, pelo Danubio.—Queixa-se dos rigores que soffre.—Chega a Passaw.—Aloja-se na hospedaria da Aguia Negra.— Attenções com que o archiduque Leopoldo mandou que o tratassem.—Providencias que se tomam para a sua segurança.—É visitado pelo duque de Saxonia e por outros.—Queixa-se de lhe porem grades nas janellas dos quartos para onde ha de ir.—Escreve-lhe D. Francisco de Mello.—Passa da hospedaria

para o palacio.— Outras medidas para a sua segurança.— Parte Navarro para Ratisbona.— Considerações favoraveis d'este a seu respeito.— Complemento das noticias militares do infante.— Miseria da Allemanha.— As suas virtudes brilham n'este negro quadro. — A sua grandeza e generosidade.— Quaes os seus recursos.— Postos que teve.— Poesias ás suas façanhas.— Como mostrou lembrar-se da patria e dos seus.

I

Emquanto estas coisas succediam na Allemanha, os acontecimentos que deviam produzir a emancipação da patria encaminhavam-se para o seu termo fatal e glorioso.

O descontentamento que, de longa data, lavrava, com intenso vigor, no coração de todos os portuguezes, sempre inquietos, sempre irreconciliaveis, sempre anciosos de liberdade, sob o nefasto dominio do estrangeiro, fôra-se accumulando cada vez mais, e exacerbando, dia a dia, pelos continuos vexames e ordens tyrannas, com que se tentava aniquilar uma nação inteira, destinada a readquirir o seu logar na assembléa dos povos da Europa, e a desempenhar o honroso papel, que o destino lhe marcara entre elles.

Já sabemos qual o resultado das alterações de Evora; como o governo hespanhol as esmagou, povoando os cadafalsos de victimas, e fazendo occupar pelas suas tropas as terras sublevadas. Não pararam n'isto as medidas violentas dos oppressores, antes, receiosos por essa forte explosão de odios, ha tanto abafados, julgaram, mais do que nunca, necessario apressar a obra de ruina, a que haviam condemnado Portugal, o qual tambem, pela sua parte, começou a pensar mais seriamente, do que até ahi, em se livrar de jugo tão pesado e opprobrioso.

Á animosidade, ao rancor que animava os dois povos peninsulares, o dominador e o dominado, succedeu a guerra de tramas encobertos, em que cada um caminhava direitamente ao seu fim: aquelle para de todo espedaçar a presa que tinha nas garras; este para reconquistar a liberdade; guerra, a que se seguiria outra, onde, com a espada na mão e á luz do sol das batalhas, os tyrannos ficariam vencidos e os opprimidos vencedores.

Para realisar as barbaras idéas do conde-duque de Olivares tornava-se preciso esgotar o reino de homens e de dinheiro, com o que mais facilmente se lhe entregaria manietado e enfraquecido. Arredar d'elle as pessoas de mais influencia equivalia a prival-o de outros tantos protectores, e, por conseguinte, de outros tantos recursos para resistir aos seus intentos. O alvo principal era o duque de Bragança, mais poderoso e mais estimado do que todos pelo povo, e em que este punha os olhos nas horas calamitosas e nos casos desesperados; mas estava muito alto, e só lá se chegaria depois de longos e calculados rodeios. Começou pois chamando outros fidalgos e pessoas de nome á côrte de Madrid, por turmas, com varios pretextos, e, entre elles: o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Mattos de Noronha; o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha; o arcebispo de Evora, D. João Coutinho; o bispo do Porto, D. Gaspar do Rego da Fonseca; o conde de Santa Cruz, D. Martinho de Mascarenhas, conselheiro de Estado e presidente do Desembargo do Paço; o conde de Miranda, Diogo Lopes de Sousa, presidente do conselho da Fazenda, e conselheiro de Estado; o conde de Sabugal, D. Francisco de Castello Branco, meirinho-mór; o conde de Portalegre, D. Diogo da Silva; o commendador-mór de Aviz, D. Francisco Luiz de Lancastre; o desembargador dos aggravos, Francisco Leitão; e tres jesuitas de Evora: Sebastião do Canto, Gaspar Correia, e Alvaro Pires Pacheco.

O outro meio consistia em tirar de Portugal o maior nu-

mero de soldados nacionaes. Mandou-se ao marquez de Porto Seguro, D. Affonso de Lancastre, que levantasse toda a cavallaria que pudesse, e que nas ilhas dos Açores e da Madeira se recrutassem alguns terços para a Catalunha, infracção, além das já commettidas, dos privilegios outorgados por Filippe II nas côrtes de Thomar. Determinou-se egualmente que se formassem quatro regimentos de infanteria, que se reuniriam em Coimbra, Guimarães, Ourique e Castello Branco, e marchariam para Hespanha; que o duque de Bragança enviasse mil homens armados, ás ordens de D. Antonio Tello; e que o almirante hespanhol, D. Thomaz Chamburu, se apoderasse dos navios portuguezes.

Quanto a enfraquecer o reino com pedidos de dinheiro e novas imposições de tributos, poz tambem o conde-duque em pratica este meio, carregando-o com um emprestimo forçado de cento e cincoenta mil ducados de prata, e com um subsidio de quatrocentos e quarenta contos de réis, negociados com uma casa bancaria, cuja primeira prestação devia ser paga a esta pelo primeiro quartel vencido de juros e tenças dos ecclesiasticos, e com o quinto dos rendimentos das casas de Bragança, Villa Real e Aveiro, confiscado pelo thesoiro, sob promessa de lhes ser satisfeito, com os reditos que se cobrassem. As taxas lançadas sobre o sal e o assucar, e os direitos de mercê ou meia annata, estendendo-se a todos os cargos, que vieram aggravar a situação, já lastimavel, do commercio, e os interesses dos particulares, opprimiram e alvoroçaram, como era de prever, o paiz inteiro.

O governo hespanhol concitava d'esta maneira contra si todos os animos, o que entrava no seu plano, plano insensato, que não lhe serviu para realisar o sonho constante que o embalava, antes, nos ajudou a quebrar os laços de ferro que a elle nos prendiam.

Ás queixas geraes, provenientes de medidas tão crueis,

casavam-se as particulares da nobreza, por causa da ordem para apresentar os titulos dos bens que possuia da corôa, pelo atrazo do pagamento das tenças, pelo desprezo com que os ministros hespanhoes tratavam os seus membros, toda a vez que não se lhes curvassem humildes e respeitosos, principalmente depois que Diogo Soares e Miguel de Vasconcellos preponderavam no animo despotico do conde-duque, pela data de muitos dos cargos publicos de Portugal a hespanhoes, pela venda dos habitos e commendas das ordens militares, out'ora premios honrosos e rendosos de serviços prestados á patria, e, torpeza e tyrannia incriveis! pela infamia empregada para arruinar muitos dos fidalgos, calumniando-os e deshonrando-lhes as irmãs e as filhas!

As queixas do clero tambem eram grandes. O resgate do antigo subsidio, pago por elle com cento e noventa mil cruzados, não o eximira das oppressões dos exactores; com o desvio que o governo hespanhol fizera dos rendimentos da alfandega de Lisboa, perdera-se a garantia unica do pagamento das rendas de muitos clerigos, abbadias, mosteiros e estabelecimentos pios; e os repetidos subsidios da cruzada, e outros gravames, instigavam os ecclesiasticos, sobretudo os jesuitas, contra o dominio dos oppressores.

A tudo isto viera-se ainda juntar um novo motivo de conflagração: as desintelligencias entre a côrte de Madrid e o nuncio Castracani, por causa das leis de desamortisação, desintelligencias que forçaram Hespanha a prender o representante da Santa Sé, e este a dardejar os raios da egreja sobre o reino, pondo-se o povo, incitado pelo amor da patria e pelo sentimento religioso, da parte do nuncio.

Faltava attingir o ponto mais importante: dar um golpe decisivo na influencia do duque de Bragança. Um dos alvitres para o conseguir foi nomeal-o vice-rei da Lombardia, apartal-o por conseguinte dos seus estados e do reino, confundil-o com os outros fidalgos de Hespanha, entre os quaes,

assim como entre os de Portugal, a casa de Bragança occupara sempre um logar separado, e obrigal-o a prestar vassallagem. Conheceu D. João que, debaixo d'essas apparencias de honra e estima, se occultava a perdição do seu solar, e o damno do reino, e eximiu-se de acceitar o encargo, o que lhe admittiram, não sem reluctancia. Este projecto parece que procurava realisal-o o conde-duque, talvez desde antes de trinta e quatro. Já o vimos, e que as suas diligencias ficaram então frustradas. Ignoramos se as negociações pararam, sendo assim, e foram depois renovadas, ou se nasceram na epocha em que estamos.

O outro alvitre cifrava-se em encarregar o duque do governo geral das armas do reino. Semelhante escolha e os aprestos militares então feitos encontraram opportuno motivo na armada franceza do arcebispo de Bordeos, que se temia atacasse as nossas costas. A carta de Filippe IV, participando ao duque a nomeação, e a patente são datadas de vinte e oito de janeiro de trinta e nove, e n'aquella declarava-se que D. Duarte viria servir junto de seu irmão [1]. Escusou-se o duque, allegando varios pretextos; mas el-rei não lh'os attendeu e enviou-lhe as instrucções para exercer o seu importante cargo, as quaes foram lavradas a vinte e cinco de março do mesmo anno [2]. N'ellas se determinava a D. João que assistisse em Montemór-o-Novo, por ser o ponto mais adequado para a boa organisação dos apercebimentos militares, e por elle assim o haver pedido; que entrasse em Lisboa incognito; e que, da mesma maneira, visitasse as fortalezas.

Muitos se admiraram de assim pôr a côrte de Madrid a direcção de todas as forças militares do reino nas mãos do senhor natural d'elle, e portanto do maior contrario do seu contestado dominio. Ou, cega pela soberba, e illudida pelo

[1] Bib. Nac., Mss., E, 5, 7.
[2] Id.

apparente socego dos animos, não fazia idéa do estado de combustão em que elles se achavam, ou, conhecendo-o, commettia uma grande temeridade, ou tamanha confiança não era senão pretexto para effeituar violentos e traidores projectos, que felizmente não chegaram a realisar-se. De tal modo pensavam os amigos e os inimigos da côrte de Madrid.

O severo e facil castigo da revolta de Evora, os protestos de lealdade, apresentados n'essa occasião pelo duque de Bragança a Filippe IV, a attitude passiva e indolente da nobreza, no meio da effervescencia dos tumultos populares, o abatimento em que jazia o paiz, cada vez mais enfraquecido, e a insana presumpção de o destruir dentro em breve totalmente com o seu intoleravel systema de extorsões, tudo isto contribuiu para enganar o conde-duque a respeito do verdadeiro estado das coisas.

O povo, esmorecido por tamanha desgraça, recorria ao sonho do sebastianismo, cadeia mysteriosa que ligava a gloria do passado á independencia do futuro; mas que importava o povo ignorante e visionario ao potente valido de Filippe IV? Nos pulpitos sagrados e nas conversações soavam palavras mysteriosas, allusões perdidas, que deixavam presentir o desejo e a crença de melhores eras; porém esse desejo e essa crença acabariam de todo com os ultimos clarões da liberdade portugueza. Abundavam em toda a parte os descontentes, e havia-os credores da maior consideração; mas uns, gente rude, pouco valiam, e quanto aos outros, arrancados de entre os seus, servindo nos exercitos hespanhoes, ou retidos na côrte, vêr-se-hiam obrigados, em que lhes pesasse, a calar o seu descontentamento. E não sabia Hespanha que a nobreza e o clero se abraçavam com o povo n'uma unica aspiração, a liberdade; que o Encoberto, por que este aguardava, já não era o cavalleiro de Alcacer-Kibir, o heroe poetico e lendario, que havia de vir sentar-se novamente no seu throno, e expulsar d'elle os reis

estrangeiros, mas o descendente dos monarchas portuguezes, o duque de Bragança, porque tanto os fidalgos como os religiosos, aproveitando o sentimento popular, tinham encarnado a sua saudade, o seu sonho, a sua esperança, no unico homem que os podia salvar a todos, e salvar a patria, realisando tambem assim as longas e queridas aspirações d'elles?

Outra causa de segurança existia para a côrte de Madrid, e que muito contribuiu a enganal-a: o caracter do proprio duque. Se o animasse o espirito varonil de D. Catharina, ou o animo austero, exempto e inquebrantavel de D. Theodosio II, os tyrannos de Portugal não andariam tão desprevenidos e imprudentes, sobretudo após as revoltas de Evora, e achando-se Hespanha a braços com tamanha guerra, como a dos Trinta Annos, e com tão bellicoso visinho, como a França. Mas o duque D. João não trilhou o caminho nem da avó nem do pae nas relações com os usurpadores; transigiu até certo ponto com elles, e, levado da indole froixa, e talvez do desanimo que o tempo e os acontecimentos trouxessem comsigo, se não se esqueceu dos seus direitos, pareceu ao menos conformar-se com a sua sorte. Entregou-se portanto ao governo do ducado, á vida de familia, ás excursões venatorias na sua famosa tapada, e a compôr e ensaiar musicas para a capella ducal, sem mostrar em coisa alguma contrariedade ao governo estabelecido, ou ambição de um dia supplantal-o; antes, fugiu a todas as occasiões de comprometter a sua casa, ainda que precisasse abafar os impetos de um coração portuguez sob falsos protestos de obediencia, como em trinta e sete, ou esconder-se ás provas de sympathia popular que a sua presença despertava sempre.

Apesar d'isto, houve hespanhoes, e amigos ou parciaes d'elles, que taxaram de temeridade a nomeação do duque de Bragança para governador das armas do reino, accusação que diminue muito de importancia, ao considerarmos

que Hespanha o rodeiava de officiaes seus, ou por nascimento, ou vendidos ao seu oiro, e que lhe sujeitava os actos á decisão de uma junta de defesa. Demais, quem penetra os intentos do feroz conde-duque, ajudado dos conselhos perversos de um Diogo Soares e de um Miguel de Vasconcellos? Se acreditarmos o que então se disse e anda escripto, o senhor da casa de Bragança devia ser preso traiçoeiramente, quando, pela obrigação do cargo, visitasse as fortalezas ou a esquadra hespanhola na sua vinda ao Tejo: acto feio, inqualificavel, posto digno de tal ministro e de taes conselheiros. Assim o affirmam os escriptores nacionaes e alguns estrangeiros, contando-se entre estes, o proprio auctor da *Historia general de España,* Modesto Lafuente. Não permittiu a Providencia, tastas vezes, então e depois, favoravel á nossa justa causa, que tão negro crime se levasse a effeito, porque reservava D. João para o glorioso papel de restaurador da liberdade portugueza, e escapou ás violencias tramadas contra a sua pessoa, ou por se prevenir, acompanhando-se, nos lances perigosos, de amigos leaes e decididos, como pretendem, ou por algum d'esses acasos admiraveis, que muitas vezes acontecem, e que não explica a intelligencia humana.

Para D. João conseguir este fim, e para o bom desempenho das suas obrigações militares, não contribuiram pouco as instrucções que lhe deu D. Francisco Manuel de Mello. «Foi vossa magestade encarregado, diz elle, do governo das armas d'este reino, posto, ao que então se poude observar, solicitado pelos inimigos de vossa magestade, em cujo exercicio, a este respeito, convinha haver grande vigilancia; e porque aquellas materias não eram muito presentes a vossa magestade, quiz vossa magestade que eu lhe apontasse o modo por que se devia haver na direcção das armas; e, sem embargo de estar ausente, enviei a vossa magestade um papel, pelo qual offerecia a vossa magestade todas as advertencias, não só competentes ao posto, mas á

conservação da auctoridade da sua real pessoa, que tambem se logrou depois[1]».

Declarava, como já dissemos, Filippe IV, que D. Duarte viria de Allemanha para assistir ao duque. A nosso vêr isto fôra quasi impossivel. Verdadeira loucura seria trazer o governo hespanhol para Portugal mais um elemento de reacção, e tão forte, mais um pretendente á côroa usurpada, e collocar, na qualidade de adjunto, perto do senhor do estado de Bragança, o nobre principe portuguez, o valente general do imperador, aureolado pela triplice corôa da sua regia prosapia, da sua illustração e virtudes, e dos serviços, que o haviam tornado notavel na guerra que então attrahia todas as attenções, e quasi todos os esforços da Europa. Se não era um simples engodo armado a D. João, para assegural-o e captivar-lhe a vontade, conjecturamos, parece-nos, menos mal, que os hespanhoes só punham a mira em apoderar-se de D. Duarte, como do duque, para o que haveria as mesmas causas, ou maiores. Nenhum outro vestigio encontramos d'este facto, ao passo que o contrariam as queixas de D. Duarte, a que já nos referimos, pois ficamos sabendo por ellas, que Filippe IV nunca acceitou os seus serviços, tendo-lh'os offerecido elle e seu irmão, conforme succedeu em trinta e oito e trinta e nove, chegando, n'esta ultima vez, Olivares a replicar a D. João que não conhecia em D. Duarte sufficiencia para occupar posto algum. Como se ajusta affirmativa tão explicita com a da carta de Filippe IV ao duque? Não foi jámais a noticia da nomeação ao conhecimento de D. Duarte, ou, não tendo effeito, considerou-a este como se não existisse?

Entretanto o duque, por maiores que fossem as cautelas, e por mais que o rodeiassem de partidarios da côrte e de officiaes e ministros hespanhoes, punha-se em contacto com as guarnições das praças e com outros muitos dos fu-

[1] Bib. Nac., Mss., *Memorial a D. João IV*, do mesmo.

turos subditos, a quem a sua presença alentava. Quando chegou a Almada, onde, a exemplo dos seus, ficou, antes de passar a Lisboa, visitaram-o todos os grandes e senhores, que n'elle punham a esperança, ousando alguns fidalgos até insinuar-lhe, juntamente com os queixumes do estado miseravel em que se achava o reino, os seus desejos de que acceitasse a corôa, e os ajudasse a libertar a patria. Escutou-os o duque, mas temendo comprometter a sua casa e a causa geral, nem os desenganou, nem os esperançou, como pretendiam.

Grande enthusiasmo sentiram os portuguezes pela vinda de D. João a Lisboa, apesar de mal entrar na cidade, pois, obedecendo ás ordens ciumentas do governo hespanhol[1], que se affrontava com esse enthusiasmo, apenas saltou em terra para ir ao palacio real, situado, como sabemos, á margem do rio.

No primeiro de julho á tarde, embarcou o duque, abaixo de Cacilhas, n'um bergantim feito de novo para esta occasião, com seis remos por banda, toldado de rica tela com franja de oiro, arvorado o guião real, e os remeiros vestidos de vermelho, levando comsigo unicamente duas ou tres pessoas. A comitiva do duque accommodou-se em outras embarcações tambem toldadas ricamente. A este tempo já o rio estava povoado de barcos de toda a sorte, os mais d'elles com os seus toldos e as velas desfraldadas, soltando todos ao vento bandeiras e galhardetes de diversas côres, em que vinha grande numero dos principaes fidalgos, e muitas pessoas nobres, e muito povo; e cem frades pouco mais ou menos. Precedia tão lustroso e verdadeiramente regio acompanhamento, em outro barco, a sua trombeta bastarda, e toda a sua musica, alvoroçando e alegrando os animos. Sobresahia no cortejo maritimo um formoso navio de Lubeck, chegado recentemente, e que trouxera car-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xx, fol. 389.

tas de D. Duarte para o duque, o qual, largando todo o panno, seguiu sempre o seu bergantim, amiudando tiros de grossa artilheria no decurso da viagem, e dando no principio e no fim d'ella duas salvas geraes, no que foi segundado por todos os navios, tanto de portuguezes, como de estrangeiros, surtos no Tejo, os quaes, garbosamente empavesados com bandeiras e galhardetes de mil côres, salvaram o duque á passagem.

Desembarcou este, com as pessoas do seu sequito na ponte junto da casa da India, onde aguardava a demais fidalguia e nobreza, que, ou não poude ir para o acompanhar pelo rio, ou de proposito não o fez para o receber em terra, todos os ministros e officiaes d'el-rei e uma immensidade de gente tão espessa, que o duque, segundo a sua propria confissão, nunca mais poz o pé em terra até ao palacio; «e não é muito, diz o documento d'onde vamos tirando estas noticias, que os fidalgos e nobreza levassem nos braços e hombros ao duque, quando elle com sua extraordinaria benevolencia e affabilidade, com que a todos captivava, parecia que os levava todos n'alma».

Entrou pela porta da casa da India, onde o esperava o capitão da guarda, com a da vice-rainha, parando ahi a que o seguira. Era tambem dentro do paço avultadissima a concorrencia, e por isso o duque, antes de chegar á sala, onde o aguardava a princeza, gastou bastante tempo; foi mesmo preciso que a guarda apartasse a multidão, para lhe abrir logar e a D. Margarida, pois mal podiam mover-se. Esta, apenas viu approximar-se D. João, desceu tres passos do estrado, em que estava, debaixo do docel, e recebeu-o debaixo d'elle, depois de grandes cortezias de parte a parte. Chegou a cadeira a sua alteza o seu mordomo-mór; queria fazer o mesmo á do duque um official de sua alteza, mas não o consentiram D. Luiz de Noronha e Thomé de Sousa, que, á porfia, lh'a chegaram ambos. A visita durou um quarto de hora, e falaram todo o

tempo em voz tão baixa, que ninguem lhes ouviu nada; ao que accrescentavam alguns que nem elles se ouviram, attribuindo este dito engraçado ao proprio duque. Os que assistiram na sala á entrevista conservaram-se, durante ella, de pé, e, menos os grandes, descobertos. Acabada, despediu-se o duque com as mesmas cortezias, e embarcou logo com o mesmo acompanhamento ou triumpho naval, deixando em todos os portuguezes muitas saudades e muitos desejos de o tornarem a ver, e nos hespanhoes o maior enfado e resentimento de tão espontanea e luzida recepção ao representante, ao descendente dos reis portuguezes, que tanto odiavam. Só o castello de Lisboa, como orgão da malquerença do governo intruso, ficou silencioso no meio de tamanha festa. Não serviu este acontecimento senão para mais irritar o animo dos portuguezes, que se espraiaram em commentarios, pondo em parallelo a esplendida entrada do duque em Lisboa com a pouco concorrida da vice-rainha, e a maneira por que um e outro foram acolhidos do povo, sendo o meirinho obrigado a fazel-o descobrir, quando ella passava, ao passo que, mal viam o duque, se desbarretavam todos por sua propria vontade, conservando-se assim emquanto o avistavam[1].

É tambem curiosa a noticia que traz da entrevista Fr. Antonio Seyner, na *Historia del levantamiento de Portugal*. O auctor, e tambem o da relação precedente, foi testemunha dos factos, e, como hespanhol, torna-se insuspeito nos seus encarecimentos favoraveis ao duque. Não a transcrevemos por brevidade; basta dizer que confirma o principal, e que contribue para provar a popularidade do irmão de D. Duarte.

O receio do governo hespanhol de algum acommettimento da armada franceza, principalmente no Algarve e

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Miscel., vol. I, fol. 35, Carta do padre Manuel Luiz a? de 6 de junho de 1639.

em Lisboa, desvaneceu-se porém, porque o arcebispo de Bordeos não demandou as costas de Portugal, e, depois de tentar lançar fogo aos navios que se armavam na Corunha, navegou no rumo de Biscaya. Com isto parte das forças navaes e terrestres, que estavam no reino, foram chamadas em auxilio de Hespanha.

II

Extinctos os medos de um ataque da esquadra franceza, o duque aproveitou o ensejo, para se furtar ao peso dos negocios, e recolheu-se novamente aos seus paços de Villa Viçosa, empregando-se todo, como outr'ora, nos pacificos entretenimentos da vida particular.

A ausencia de D. João, e a cautela de que usou em Almada, quando desviou e desattendeu as praticas que se encaminhavam a coroal-o, levaram os conspiradores, que viam correr o tempo inutilmente, e aggravar-se, cada vez mais, a situação do reino e a sua, a volver os olhos a D. Duarte. Decidiram pois mandal-o chamar de Allemanha, para o que chegou a ser eleito o padre Nicolau da Maia de Azevedo, de quem fiavam os maiores segredos; mas, como não estavam de todo desesperançados, e porque o perigo demandava remedio prompto, resolveram por mais conveniente, aguardar, e amiudar as instancias com D. João. Isto succedia nos fins de trinta e nove e principios de quarenta.

N'este meio tempo novas, felizes circumstancias concorriam para alentar os conjurados. A grande armada hespanhola, cuja presença o conde-duque de Olivares esperava no Tejo, a fim de vibrar o golpe decisivo na autonomia portugueza, foi destruida no Canal por Tromp, o celebre al-

mirante hollandez; a monarchia de Filippe IV via-se atacada seriamente pelos exercitos da França, já em Flandres, já na Italia, já na fronteira; e a Catalunha, exasperada pela quebra dos seus fóros, pelas crueis oppressões do governo de Madrid, e agitada pela influencia politica de Richelieu, contorcia-se febril, rugindo os preludios da temerosa tempestade que não tardava muito a desencadear-se.

Não desconhecia Hespanha as difficuldades que recresciam, embora se illudisse talvez quanto á sua importancia verdadeira. O estado a que tinha reduzido Portugal, com tantas medidas deshumanas e impoliticas, não podia continuar a existir; era a opinião do proprio Miguel de Vasconcellos. Parar seria perder-se; consentir o reino descontente, insoffrido, n'um dos lados da peninsula, com o mar aberto ao auxilio das esquadras francezas, auxilio provavel, se a côrte de Paris seguisse o caminho sensato, em que déra alguns passos, e ir combater no outro lado o novo inimigo que se armava, fôra de certo um erro fatal; voltar atraz era tarde; e para que, se os portuguezes, por maiores regalias que lhes concedessem, não ficariam satisfeitos sem a liberdade completa? Restava, portanto, unicamente um meio: proseguir no systema que, havia muito, encetara; acabar de opprimir o reino com tributos; despovoal-o de gente com as continuas levas de soldados que marchavam a combater e morrer em terras estrangeiras, deixando incultos os seus campos, e immoveis as suas officinas; arrancar á força do seio do povo os fidalgos e os homens influentes capazes de capitaneal-o ou de lhe servir de amparo; tirar-lhe sobretudo o duque de Bragança, que já debalde quizera desprestigiar, ainda que para isso commettesse a maior violencia; reduzil-o a um simples vassallo; e cercear-lhe, ou mesmo, se fosse necessario, destruir-lhe o poder. Qualquer d'estas sendas levaria o paiz a emancipar-se n'uma epocha mais ou menos proxima. Hespanha escolheu a ultima; era a mais consentanea ao seu feroz sys-

tema de administração: tanto melhor para nós, porque nos impelliu com a soberba e a imprudencia dos seus actos a espedaçar, dentro em breve, os ferros que pretendia tornar mais pesados.

Portugal tambem não desconhecia o destino que lhe reservavam. Se não bastassem tantas insolencias, tantas perseguições, tantos roubos, a palavra dos soberanos mil vezes quebrada, a violação de todas as leis, o desconhecimento de todos os principios, o reino sem dinheiro e sem braços, as conquistas perdidas em grande parte, ou quasi a perder-se, os mares, que eram nossos, avassallados por outras nações, as nossas esquadras destruidas pelo mau governo e má vontade dos usurpadores, ou pelos seus caprichos, fructos inevitaveis de tão hybrida e forçada união; se não bastasse tudo isto, falaria por tudo, e mais alto do que tudo, a voz do conde-duque de Olivares, quando aos fidalgos portuguezes, reunidos em Madrid, propoz a conveniencia de acabar com a autonomia de Portugal.

Critica era egualmente a situação do duque de Bragança, que não ignorava os perigos que se amontoavam no horizonte para a sua pessoa e casa. Além d'isso, como portuguez e senhor d'uma porção consideravel do reino, sentia profundamente a desgraça e o mal de todo elle. Arrependido de se haver approximado da politica de Hespanha, pouco antes da morte de D. Theodosio, e pouco depois, D. João bem depressa reconheceu a sua culpa, ou com os desenganos, ou por melhor considerar o que devia a si, ou porque amigos verdadeiros o desviassem do vergonhoso caminho, e recolheu-se á vida privada. Mas debalde procurou viver quasi neutral no meio da guerra, chamada paz e união, dos opprimidos e oppressores; debalde: por mais que se retirasse, viam-o sempre uns e outros, como se fôra presente. Para aquelles era a unica esperança e o libertador da patria escravisada; para estes o maior e o mais terrivel inimigo; para ambos o descen-

dente dos reis portuguezes. Cedo se patenteou a animosidade do governo hespanhol nas desconsiderações ao duque, e a seus dois irmãos; e o desgosto de D. João subiu de ponto com estas mostras hostis; entretanto continuou observando passivo e distante a marcha dos acontecimentos. Rebentou a revolta de Evora, e houve quem dissesse então que, se esta cidade estivesse mais longe do duque, «não se mostrara tão briosa contra a conveniencia real». São palavras formaes de D. Francisco Manuel de Mello, que, na companhia do conde de Linhares, veiu de Madrid para apasiguar os levantados, como vimos, e que por essa causa conferenciou com D. João. Semelhante idéa e a acclamação d'este como rei de Portugal, em Villa Viçosa, avultaram a sua figura, e, apesar dos protestos de fidelidade que fez ao throno de Filippe IV, com o fim de desvanecer quaesquer suspeitas, a desconfiança augmentou muito contra elle, e tanto, que, desde essa epocha, foi decretada necessariamente a sua expatriação e ruina. A sua auctoridade, que contribuiu para conter a revolução, trouxe novo motivo de ciume, pois conheceram mais uma vez quanto ella valia. Quizeram-o rebaixar aos olhos dos seus, nomeando-o governador das armas do reino, e a nobreza e o povo, longe de o considerarem menos, acercaram-se-lhe respeitosos e cheios de enthusiasmo, como se fôra o seu monarcha. Era necessario, por consequencia, tiral-o a todo o custo d'entre os portuguezes, e para a execução d'esta medida não poderia apresentar-se mais favoravel ensejo do que a revolução da Catalunha. Era necessario que se mostrasse praticamente acreditar a perfida sentença de Diogo Soares, o qual se atrevera a dizer que Filippe IV nunca seria senhor de Portugal, emquanto a praça de Villa Viçosa não se tornasse um prado sempre verde [1].

[1] Bib. Nac., Mss., D. Francisco Manuel de Mello, *Tacito portuguez.*

Principiaram os catalães as suas alterações em fevereiro de quarenta, e em junho estavam completamente revoltados. Empregou o governo de Madrid remedios energicos, mas o incendio lavrou com maior força e rapidez. Não formando verdadeira idéa da sua intensidade, esperou abafal-o facilmente com o peso das armas, e, ao mesmo tempo, servindo-se d'este pretexto, extirpar, d'uma vez para sempre, do solo da nossa patria as raizes de liberdade que, durante sessenta annos de captiveiro, nunca arrancara; e cumpria dispor as coisas com promptidão, antes que os movimentos do oriente da peninsula agitassem mais os espiritos em Portugal, já, de si mesmos, dispostos a imital-os.

Em vinte e quatro de agosto chegou a Lisboa a ordem, completamente imprevista, para toda a nobreza, sem excepção, acompanhar Filippe IV ás côrtes aragonezas. Mandavam-se tambem fazer grandes levas de tropas que deviam marchar para a Catalunha, á custa do paiz, fóra outra gente que se alistou em todas as provincias. Estas medidas constituiam para os fidalgos uma violação dos seus privilegios, e quasi a sua destruição; para o reino, já empobrecido por vexatorios tributos, e pela sahida de tantos de seus filhos, o golpe mais tremendo, o que o lançaria no tumulo, ou, por um supremo esforço, o restituiria á sua antiga existencia. Tinha pois o duque de Bragança que deixar a patria e os seus estados e passar, de emulo do soberano, a encorporar-se, como qualquer nobre, no seu numeroso e esplendido sequito. O perigo ameaçava-o a elle, a toda a nobreza, á nação inteira.

Já antes d'estas ordens, os fios da conspiração, nunca partidos, se haviam tornado a seguir com mais ardor, suggerindo-se novas propostas ao duque; mas os receios prendiam-o de tal modo, que, não obstante a gravidade das circumstancias, o seu espirito ainda vacillava na incerteza. Ao contrario, os conjurados, cujo numero crescera consideravelmente, estavam tão resolutos, que no mez de agosto ou no

de setembro queriam pôr, a todo o custo, o seu plano em effeito, recorrendo a D. Duarte, se seu irmão teimasse em não acceitar a corôa, ou, em ultimo caso, proclamando a republica. Com taes disposições a noticia da rebellião formal da Catalunha, e as ordens insupportaveis do governo, acabaram de atear a labareda. O monteiro-mór, o marquez de Ferreira e o conde de Vimioso, instaram uma e outra vez com o duque; Jorge de Mello, mestre de campo de um dos terços recrutados na provincia da Beira, D. Miguel de Almeida, D. Pedro de Mendonça, D. Antão de Almada, D. Antonio Mascarenhas e outros fidalgos, que cada dia se aggregavam aos primeiros, formaram uma junta, a fim de assentar o que convinha, e Nicolau da Maia de Azevedo dispoz os juizes do povo. Finalmente resolveram a timidez ou nimia prudencia que embaraçava o duque, já então para muitos censuravel, João Pinto Ribeiro, seu procurador em Lisboa; o seu secretario, Antonio Paes Viegas; e a duqueza D. Luiza. Comtudo, desconfiavam tanto os conjurados da sua pouca firmeza, que, tendo marcado para principiar a restauração do reino o dia primeiro de dezembro, determinaram logo que o aviso competente sahisse de Lisboa a tempo, que por nenhum modo viesse outra ordem de Villa Viçosa[1].

Estas hesitações e retrahimento do duque teem movido varias exprobrações, algumas d'ellas excessivamente acrimoniosas. Não seremos nós que absolutamente o desculpemos; todavia o parallelo que alguem estabelece do seu procedimento e do do mestre de Aviz parece-nos assentar em bases falsas. Na epocha do mestre Portugal achava-se no periodo da sua mocidade e vigor; contava em si quem seguisse a voz do rei estrangeiro, mas não era dominado por elle, e tinha de combater só com o reino de Castella; na

[1] P.e Nicolau da Maia de Azevedo, *Relação de tudo o que passou na... acclamação do... rei D. João IV...* Lisboa. (1641). 4.º

do duque estava decadente e desanimado; gemera, e pelo espaço de sessenta annos, debaixo do governo de ferro dos usurpadores, que a pouco e pouco lhe haviam exhausto as forças e a vitalidade; tinha de medir-se, não com um pequeno reino, mas com a vasta monarchia, formada por Carlos V e Filippe II, com a senhora de Flandres e de grande parte de Italia, com a alliada do imperio de Allemanha, com a possuidora dos paizes e thezoiros de tamanha porção da America, embora já não brilhasse em todo o seu esplendor, embora a debilitassem os erros dos seus governantes e as guerras que sustentava em diversas regiões do seu extensissimo dominio. Nem unicamente o duque temia as fataes consequencias de passo tão arriscado. Todos sabemos como D. João da Costa, homem de valor e lealdade incontestaveis, receiava, quasi nas vesperas da restauração, o bom exito da empreza, e as forças de Hespanha, a que haviamos de resistir sós, e não, como os catalães, escudados pela França. Ainda em abono do duque ha o seu offerecimento de se levantar com os povos do Alemtejo, segundo uns, quando rebentasse a revolução em Lisboa, e, segundo outros, no caso d'ella falhar, o que não se levou a effeito por suspeitas que chegaram aos ouvidos de D. João, e que não houve tempo de dissipar. Ah! se a revolução se mallograsse, talvez a historia, tantas vezes injusta, e que tantas vezes apenas avalia os factos pelas consequencias, o acoimasse, não de fraco, mas de imprudente e de temerario! Em todo o caso, a tibieza do seu caracter, ou a sua prudencia, redundou em felicidade nossa, porque a abstenção era o melhor caminho para elle, mormente depois da revolta de Evora.

A situação politica da Europa, e as complicações em que Hespanha, de ha muito, se achava envolvida, promettiam offerecer algum ensejo favoravel. Desde que França entrou abertamente na guerra dos Trinta Annos, podia-se alimentar melhor essa esperança, tanto mais, que, logo em

mil seiscentos e trinta e quatro, ella mandou sondar a disposição do duque, e, em mil seiscentos e trinta e oito, enviou, primeiro um frade de S. Francisco, e depois Saint-Pé, a fim de observar o estado das coisas em Portugal, e de, com promessas, incitar os descontentes, negociação nulla nos seus resultados, ou por falta de perseverança e habilidade dos emmissarios, ou, como é mais crivel, porque não ajudava qualquer movimento a politica da Europa, e principalmente a de Hespanha, e não estava sufficientemente preparado o animo dos portuguezes. Quando, não satisfeito com os exercitos que fizera marchar contra a Valtelina, o Milanez e Flandres, Richelieu approximou as tropas francezas dos Pyrineus, era facil prever que o vulcão não tardaria a inflammar-se áquem d'elles. Todos estes acontecimentos, o desespero causado pelas medidas violentas de Olivares, e a perspectiva de soccorro dada pelo habil ministro de Luiz treze em trinta e oito, que depois se reduziu a tão pouco, deviam trazer necessariamente a revolução de Portugal, e o seu triumpho. Mas, para não se baldarem as tentativas, convinha o maior segredo e cautela, e sobretudo que o duque de Bragança, representante dos reis naturaes, senhor da grande casa que podemos considerar então como arca de salvamento da liberdade patria, alvo principal das attenções do governo hespanhol, não excitasse a menor suspeita. Assim aconteceu; e tanto, que o proprio Miguel de Vasconcellos, constando-lhe que alguns fidalgos se reuniam, julgou ser por causa da ordem de acompanharem o rei ás fronteiras aragonezas. Pensaria Vasconcellos da mesma maneira, se o duque tomasse parte activa n'essas conferencias? De certo que não. Portugal havia de libertar-se; mas tão rapida, efficaz e incruentamente, só d'este modo. Tudo foi providencial no grande feito, e mais do que tudo, o caracter de D. João. Para o estado em que vegetava o paiz, fraco, desanimado, e sem auxilio estranho, dir-se-hia este principe

talhado de molde. Se foi pois a natureza que só lhe dirigiu os passos, digamos com Dunlop: «a melhor politica não o levaria a proceder mais sabiamente do que o levou a sua indole» [1]; se, como acreditamos, influiram n'elle, por um lado a natureza, e pelo outro a politica, temos razão, não sómente de nos congratular por isso, mas tambem de lhe tributar os nossos louvores.

Raiou finalmente o dia primeiro de dezembro, e, contra os loucos e infames calculos do governo hespanhol, e contra as duvidas de alguns timoratos, viu-se que a nação portugueza, maltratada, empobrecida, condemnada á morte pelos seus tyrannos, estava ainda viva, tinha ainda forças bastantes para se levantar de um impeto do sepulchral abatimento em que jazia, e para expulsar do terreno sagrado da patria o abutre que lhe roía as entranhas, dilaceradas por tantas feridas. É que durante esses sessenta annos, longos, tristes, insupportaveis, o povo nunca perdeu o sentimento da sua liberdade, nunca foi vencido, nunca deixou de confiar na sua victoria, assim como Hespanha nunca poz de parte o seu projecto de aniquilar-nos, tirando-nos os elementos vitaes, porque só de tal modo julgou que nos poderia domar. A guerra entre os opprimidos e os oppressores durou desde o primeiro até ao ultimo momento do captiveiro. A desunião da nobreza e do povo adiou a hora da emancipação; mas chegou um dia em que a nobreza conheceu o seu erro, em que se confundiu com elle, e, em que juntos venceram, porque uma nação, quando pugna pela sua justiça, e quer, sempre vence, ou mais tarde ou mais cedo. Sem um rei valoroso para capitaneal-o, sem armas estrangeiras que o ajudassem na difficil empreza, Portugal luctou e sahiu triumphante da lucta que se estendeu por mais de um quarto de seculo.

Surgiu finalmente o dia primeiro de dezembro, e o sol

[1] *Spain during the reign of Philip IV and Charles II.* 1834.

d'esse dia não cahiu no occaso sem ficar liberta a capital do reino. Sete dias depois, todo o paiz, unanime, reconhecia a auctoridade do seu legitimo soberano. A seis, entrava D. João em Lisboa, victoriado por todo o povo, que não se fartava de o vêr e acclamar, e sentava-se, no meio de homens livres, no throno dos seus antepassados. D'ahi a seis mezes, as conquistas da Asia, da Africa e da America, seguiriam espontaneamente o exemplo da metropole.

III

Deixámos D. Duarte, nos fins de quarenta, nos seus quarteis de inverno na Suevia, descansando das fadigas da guerra, para, em tempo favoravel, reentrar em campanha, e prestar novos serviços ao imperio. Ah! mal sabia elle os graves acontecimentos que então occorriam em Portugal, e as desgraças que por essa razão o ameaçavam!

Tem-se culpado D. João IV, tornando-o responsavel do infortunio de D. Duarte, porque o não preveniu a tempo, como devia; tem-se-lhe chamado, por isso, egoista e mau irmão; tem-se-lhe até lançado em rosto que o fez de proposito, com medo, com ciume do seu talento e da sua experiencia. Vejamos o que ha de verdade em tão graves criminações.

Em mil seiscentos e quarenta e tres, alguns membros das côrtes reunidas em Lisboa accusaram Francisco de Lucena, secretario de Estado, de manter correspondencia com o governo hespanhol em damno da patria, e nos capitulos que os Tres Estados apresentaram contra elle a el-rei, lê-se um, cujo theor é o seguinte: «Mostra-se mais que

o dito Francisco de Lucena procurou por todos os meios, que lhe foram possiveis, encontrar a vinda do senhor infante D. Duarte, dando a entender este seu intento em palavras que se lhe ouviam, e com as obras que são notorias, tudo a fim de sua damnada tenção, como é publico e notorio em este reino.» E na sentença proferida contra elle lê-se tambem: «Mostra-se, por presumpções muito evidentes, que o réo tinha a seu cargo avisar ao senhor infante do estado das coisas d'este reino, para se poder pôr em salvo e sahir d'aquelle imperio, e que o dito réo se houve, de proposito, tão remissamente no aviso, que por esta razão passaram dias bastantes para de Castella se dar aviso para prenderem ao dito senhor infante, sendo o réo infamado de havel-o feito pelo odio que lhe tinha, de que testificam pessoas de grande credito»[1].

O terceiro conde da Ericeira escreve no *Portugal restaurado:* «Publicou-se em Lisboa que Francisco de Lucena havia sido origem d'este desacerto, por antigas dissenções, mal affecto ao infante; porém, o descuido d'el-rei padeceu no juizo dos homens a maior condemnação, julgando que materias d'esta qualidade não se deviam fiar de outra diligencia, sendo preciso avisar a seu irmão pela pessoa mais confidente, a tempo que elle se pudesse sahir do imperio, sem perigo dos ministros de Castella, que era certo haverem de romper na sua pessoa todos os impulsos da ira de verem separado o reino de Portugal d'aquella monarchia».

Os *Annaes de Portugal restituido a reis naturaes* dizem que só a vinte e oito de dezembro é que partiu de Lisboa um navio com o aviso, e ajuntam terminantemente: «que D. Duarte não fôra preso, se seu irmão se não descuidara tanto do que mais se devia lembrar», e tambem:

[1] Bib. Nac., Mss., B. 18, 35, fol. 152, e B, 16, 1, fol. 124 e 125, e Deposito, num. 1102.

«que a causa d'este descuido não convem trazel-a á luz, por não culpar a muitos»[1].

O segundo conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes, vae mais longe do que estes auctores, e é muito mais explicito do que todos. Segundo a sua opinião, os motivos da demora em avisar o infante foram diversos. Primeiro, o duque de Bragança, duvidoso do resultado da revolução, não quiz aventural-o ao perigo, para, no caso de mallogro, elle restaurar ou conservar a sua casa; depois, temeu não o poder consultar ou prevenir com a promptidão necessaria para não ser descoberto o negocio; depois, já senhor do throno, hesitou na escolha do caminho, pois o terrestre fechava-o Hespanha, e o maritimo difficultava-o o inverno. De resto, havia quem não desejasse a volta de D. Duarte. A rainha, ávida de mando, temia vel-o adquirir no animo d'el-rei tamanha graça, que a privasse da que desfructava. Nem esquecia a antiga inimizade ao cunhado que o obrigara a partir para Allemanha, pelo que, todas as vezes que se falava d'elle, difficilmente escondia os maus sentimentos a seu respeito. O secretario Lucena era tambem inimigo velho do infante, tanto que, depois, entre os crimes que lhe assacaram, foi um ser negligente na expedição das cartas de aviso para elle. Outros, que gosavam os favores d'el-rei, temiam o seu engenho e pericia, e até houve quem, fingindo querer abrandar a dôr de sua magestade, lhe dissesse que, fosse qual fosse o estado das coisas, era conveniente estar D. Duarte longe do reino. «Pessima gente, conclue D. Fernando, que só mede as felicidades e as infelicidades pelos seus interesses. El-rei, que amava seu irmão, pensava de outro modo, e para extinguir a primeira opinião de descuidado, mandou aos seus embaixadores, principalmente ao conde da Vidigueira, que fizesse soltar D. Duarte por qualquer preço»[2].

[1] Bib. Nac., Mss., Supplemento, 606.
[2] *Historiarum Lusitanarum ab anno 1640 ad 1657.* Ulyssipone. 1734. 4.º

O padre Nicolau da Maia de Azevedo exprime-se por maneira que desculpa D. João. Diz este auctor, e já o declarámos, que os conspiradores, receiando mudasse o duque do favoravel proposito em que ficára de acceitar a corôa, resolveram participar-lhe ser sabbado, um de dezembro, o dia destinado para a empreza, só pouco antes do facto, isto é, a tempo que não pudesse vir resposta em contrario de Villa Viçosa. Sendo assim, nada se lhe communicaria antes de vinte e oito de novembro, pelo menos. E continúa: «Chegou o aviso; e, n'esse mesmo momento, sahiram de Villa Viçosa nove proprios, uns trás outros, por diversas vias, com cartas em que el-rei nosso senhor dava conta ao senhor D. Duarte, e lhe mandava que se sahisse logo das terras do imperador, e se viesse para Portugal; e, se até este ponto se não havia feito esta diligencia, não foi porque não conhecessem todos a grande necessidade que, para a occasião, havia da pessoa do senhor D. Duarte; se não porque chamal-o antes de el-rei nosso senhor se resolver seria não sómente fazer um mui grande dispendio, a risco de não aproveitar, mas tambem dar motivo para que os que no conselho de Castella andavam já desconfiados e com receios presumissem alguma coisa; e, em tal caso, a menor suspeita bastaria para a perdição geral de tudo; e a razão de estado pedia que não se abalasse de Allemanha este principe senão depois de estar a empreza em acto proximo, de modo que não se pudesse dar caso que viesse sem ella ter effeito; além de que, no instante em que se soube da resolução d'el-rei nosso senhor, lançaram logo mão da occasião, e não quizeram esperar todo o tempo que era necessario para ir a Allemanha e vir»[1].

O *Mercure français*, no tomo vinte e tres, anno de mil seiscentos e trinta e nove a mil seiscentos e quarenta, no-

[1] Nicolau da Maia de Azevedo, *Relação de tudo o que passou na... acclamação do... rei D. João IV...* Lisboa. (1641). 4.º

ticiando a revolução de Portugal, concorda com Nicolau da Maia de Azevedo, que não sabemos se copiou; o que é possivel, por lhe ser posterior, pois a *Relação de tudo o que se passou na feliz acclamação,* etc., foi impressa em mil seiscentos e quarenta e um, e o jornal a que alludimos em mil seiscentos e quarenta e seis.

D. Francisco Manuel de Mello escreve as seguintes palavras sobre o mesmo assumpto: «O primeiro negocio foi avisar D. Duarte, então ao serviço do imperador, e attento ao governo do seu regimento, aquartelado no paiz da Franconia, distante da côrte imperial, e, pór essa causa, do commercio das Germanias. Com ser este o primeiro negocio, mostrou a experiencia se lhe tardára na resolução, ou errára no modo, nome e cartas soltas que se despacharam, e todas perdidas por Flandres, Hollanda, Hamburgo, e Veneza, devendo-se reduzir as cartas a menos enviados, que pudessem calar ou dizer o successo, segundo a occasião o pedisse. Acaso o alvoroço, mais que a malicia, foi o culpado d'esta inadvertencia»[1].

A obra intitulada: *Novas extraordinarias que contienen lo mal tracte que han fet los imperials al germa del rey de Portugal que tenian pres,* publicada em Barcelona em quarenta e dois, diz que, no fim de quarenta, D. João IV enviou um correio ou espia a Allemanha, para o infante voltar ao reino, mas que os hespanhoes lhe tomaram a carta, e por isso o prenderam.

O padre Sebastião Gonzalez, escrevendo de Madrid ao padre Raphael Pereira, ambos da Companhia de Jesus, em trinta e um de dezembro do mesmo anno de quarenta, entre outras novas da restauração, conta-lhe que no proprio dia d'ella se despacharam duas caravellas: uma a Catalunha para que não se compuzesse com Filippe IV, e outra a D. Duarte para que tornasse a Portugal[2].

[1] *Tacito portuguez.*

[2] *Memorial historico español.* Madrid. 1851. Tom. XVI, pag. 109.

Do que acabamos de ver conclue-se que, a não serem estes dois ultimos testemunhos, que é licito considerar como meras noticias sem fundamento, só Nicolau da Maia de Azevedo e o *Mercure français* são favoraveis a el-rei, ao que advertiremos ainda que o ultimo ou o seguiu, ou limitado credito merece, como estrangeiro residente fóra do reino, e portanto pouco sabedor dos acontecimentos.

A opinião de Nicolau da Maia de Azevedo figura-se, á primeira vista, valer mais do que todas, porque assistiu á restauração, figurou n'ella, e a expõe especialmente. Entretanto as súas palavras, além de encontrarem as dos escriptores que vimos de citar, movem-nos alguns reparos. O duque de Bragança, logo depois de saber o dia da revolução, enviou nove mensageiros por diversas partes. Mas por onde? Por terra? Tinham de atravessar Hespanha; seria uma temeridade, e nunca Portugal se serviu n'esses tempos senão da via maritima para communicar com os outros paizes da Europa, ainda mesmo arriscando-se a grandes delongas e serios perigos, quanto mais n'aquella occasião. Por mar? Estavam promptos a sahir, logo que o duque o desejou, todos os navios necessarios para o effeito? É possivel tão extranha e feliz coincidencia? Concedamos porém que, não tendo ainda rebentado a revolução, e contando com a ignorancia de Hespanha, o duque se atreveu a mandar por terra nove pessoas de confiança d'elle e de seu irmão, ou munidas de qualquer carta, ou signal, que os acreditasse, tomadas as precauções devidas, a fim de transporem incolumes os dominios de Filippe; concedamos que, por um acaso notavel, se encontraram logo os navios convenientes. O que foi feito de tantos mensageiros? Qual o seu destino? Perderam-se? Como? Aonde? Não se salvaram, ao menos, alguns vestigios d'elles, ainda que raros? Nem sequer os seus nomes? Demais, como calou o auctor dos *Annaes,* aliás tão abundante em particularidades, e contemporaneo, esta de si tão recom-

mendavel, emquanto que accusa o descuido d'el-rei, e marca a data do aviso que posteriormente se expediu ao infante? Como é que D. Francisco Manuel de Mello, que, do mesmo modo, escreveu n'aquelle tempo, embora estivesse longe da patria, quando succedeu a revolução, fala unicamente em cartas que, por mal dirigidas ou tardias, não produziram resultado? Como é que o terceiro conde da Ericeira, cuja obra foi composta á vista de tantos documentos, e de tantas informações de pessoas que presencearam os factos, não se faz cargo da asserção de Nicolau da Maia de Azevedo, e rompe até na franqueza de censurar tão acremente D. João IV? Como é emfim que o segundo conde da Ericeira, D. Fernando, tambem coevo do que narra, pois tinha então vinte e seis annos, entrando em tantas miudezas e em accusações tão formaes, não diz nem uma unica palavra que, sequer de leve, corrobore Nicolau da Maia de Azevedo, apesar de mostrar tanta vontade de defender el-rei? Ainda accresce outra razão, e esta para nós é uma das principaes ou a principal de todas. Se partiram os avisos do duque de Bragança, apenas marcado o dia da revolução, e nas vesperas d'ella, os de Lucena, eleito secretario d'estado, mal foi constituido o governo do reino, só teriam por fim segundal-os; e por conseguinte nunca este funccionario poderia ser criminado de originar com o seu descuido ou animosidade a desgraça do infante.

De tudo que levamos dito parece concluir-se que não houve os avisos a que alludem Nicolau da Maia de Azevedo, e o *Mercure français;* que as cartas mencionadas por D. Francisco Manuel de Mello ou constituem uma variante da mesma versão, ou talvez antes se referem á communicação de Lucena; que foi esta a unica enviada, e naturalmente pelo navio sahido de Lisboa a vinte e oito de dezembro, conforme os *Annaes;* que a asserção de Nicolau da Maia de Azevedo proviria do desejo de esconder ou attenuar a culpabilidade de D. João IV, ao ver as fataes

consequencias que derivaram d'ella; quę a do periodico frnacez seria a sua reproducção; e que a perda do infante foi causada pela indesculpavel frouxidão d'el-rei, e pela má vontade que lhe tinham a rainha, Lucena e outros inimigos da sua influencia e talento. Para reforçarmos esta presumpção temos ainda contra o secretario d'estado o testemunho do proprio infante, quando mostra d'elle as maiores desconfianças, como veremos. De D. Luiza é bem notoria a indisposição com o cunhado, motivo principal d'este deixar a casa fraterna e o reino; o seu animo imperioso e ciumento de mando, favorecido pela indifferença do esposo, que lhe abandonava a administração domestica; quanto contribuiu para leval-o a acceitar a corôa, e quanto influiu nas coisas do governo, durante a sua vida e posteriormente. No geral, a respeito de pessoas contrarias á volta do infante a Portugal, alguns rastos iremos encontrando no decurso da presente historia, bastantes para tornar mais que razoavel o que fica dito. O que porém julgamos inadmissivel é que D. João IV, de proposito, faltasse aos seus deveres de parentesco e de amisade, tantas vezes antes e depois provada, o que não lhe tira, mas só lhe diminue a responsabilidade.

Que elle desejava seu irmão em Portugal parece proval-o a escolha que d'este fez o governo de Madrid, é de crer, a seu pedido, ou, ao menos, com a sua annuencia, para servir junto d'elle, quando em janeiro de trinta e nove foi nomeado governador das armas do reino; e talvez tambem as suas instancias, n'esse anno, e no anterior, para D. Duarte militar nos exercitos de Filippe IV, se por aqui se entendia militar em Portugal, ou sequer na peninsula, onde estaria mais perto para o ver e consultar, ou ainda em Flandres, d'onde poderia passar ao reino mais facilmente, pela proximidade de Hollanda e do mar. Além d'isto, ha indicios de que ou o chamou, ou approvou a sua vinda a Portugal, poucos mezes antes da restauração, como se co-

lhe d'uma carta autographa do mesmo D. Duarte, escripta ao secretario do duque, o licenceado Antonio Paes Viegas, da qual transcreveremos a parte que nos interessa.

«Recebi a vossa carta de onze de maio, com que me alegrei muito, e vos agradeço tudo o que n'ella me dizeis: com o parecer que me daes sobre minha partida me conformo; porém estou em aperto tão miseravel, que não sei que partido tomar, e fôra a morte mui barata em troco de não me vêr como estou, que não é para escrever. Tinha-vos dito que vendesseis parte do meu juro, para me soccorrer, e agora vos digo que, se não houver outro remedio que dal-o todo, que o façais, como eu possa ser soccorrido com tres mil cruzados pelo menos, e que se encaminhem com toda a brevidade a Duarte Nunes da Costa. Chegado este dinheiro, partirei a tomar licença do imperador, e depois me irei embarcar a Hamburgo. Com que não tenho mais que vos dizer. Deus vos guarde. De Furstembem, dezesete de outubro de mil seiscentos e quarenta»[1].

Que fim tinha esta viagem de D. Duarte a Portugal, pois de Portugal parece que se trata? Envolvia alguma idéa politica? Desejava seu irmão ajudar-se d'elle; tel-o comsigo para qualquer eventualidade, e chamara-o, ou era elle que tencionava, de moto proprio, voltar á patria? O espaço de cinco mezes, que corre entre as datas da carta recebida e da resposta, indica, á primeira vista, não ser o negocio de urgencia, ou, sendo-o, que D. Duarte não o sabia; porém o mais plausivel é, que a carta, por grandes transtornos, só lhe chegasse á mão tarde e muito tarde, o que n'aquelle tempo acontecia frequentemente, como veremos, por exemplo, algumas vezes, nos officios do governo de Milão para a côrte de Madrid, que levavam dois e tres mezes[2], demora mais factivel, estando D. Duarte em campanha, e

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 135.

[2] Arch. de Simancas, Maço 2356. Carta de 19 de abril de 1642; e Consulta do Conselho de Estado de 18 de novembro id.; maço 3357,

portanto em logar incerto. Em todo o caso, ella é para nós de subida importancia, porque mostra que o duque desejava, ou não temia a presença de D. Duarte, pois não admittimos que o seu secretario escrevesse em negocio de tanta magnitude, sem participação do amo. E quando? Seis mezes depois de haver sido tentado pelos fidalgos em Almada para cingir a corôa, depois de se renovarem as negociações para esse intento, com esperanças de bom exito, depois de rebentarem os movimentos da Catalunha, que principiaram em fevereiro, isto é, quando as circumstancias aplanavam ao futuro rei a difficil subida do throno, que já via levantar-se proximo.

Se o fim da carta era politico, os acontecimentos precipitaram-se. D'ahi a quarenta e quatro dias estalou a revolução, e provavelmente não houve tempo de ir a resposta a D. Duarte.

Quanto ao aviso ou avisos que se lhe enviaram, quiz a sua infelicidade que não os recebesse. Confessa-o elle e confessa-o el-rei D. João IV[1]. Apenas veiu ao seu conhecimento, bastante tempo depois de estar encarcerado em Italia, que um mensageiro, ido de Portugal em sua procura, fôra preso em Vienna, sem saber se lhe tinham tomado cartas ou não. N'essa mesma data, pedia o infante que o informassem das outras pessoas que haviam sido mandadas para o mesmo fim[2]. Eram estes, ou este mensageiro, os que seguiriam no navio sahido a vinte e oito de dezembro, se algum foi então, ou outros partidos posteriormente? Não atinamos a decidil-o.

Carta de 8 de abril de 1643; e maço 3360, Consulta do Conselho de Estado de 14 de outubro de 1645. Mss.

[1] Bib. de Evora, Mss., 106. 2, 11, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira de 19 de agosto de 1645. Id., id., 105, 1. 8, fol. 100 v., Instrucção ao mesmo conde, já marquez de Niza, para a segunda embaixada de França.

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 502, Carta do infante a Taquet de 2 de dezembro de 1643.

IV

Em sete de dezembro, chegou a Madrid a primeira noticia da revolução de Portugal. Conseguiu o conde-duque de Olivares esconder por pouco tempo a Filippe IV tão calamitoso e inesperaho successo, mas, receiando, se alguem lh'o participasse antes, perder immediatamente a sua graça, resolveu-se a fazel-o elle mesmo. Todos conhecem a maneira singular por que o pôz em pratica. Meu senhor, disse-lhe o valido, dou os parabens a vossa magestade, porque acaba de ganhar um ducado e doze milhões; e depois accrescentou, explicando o seu dito a Filippe IV, que o não percebia e olhava admirado: o duque de Bragança commetteu a loucura de se acclamar rei de Portugal, e o confisco dos seus bens vae encher os cofres de vossa magestade.

Ouviu-o o monarcha hespanhol com pasmo e sobresalto, proporcionados ao temeroso golpe que acabava de ferir a sua corôa, não achando a proposito o gracejo, mas encobriu a impressão que recebera sob as compostas apparencias da auctoridade.

Foi uma verdadeira surpreza para Filippe IV esta transformação do duque de Bragança, que no seu retiro de Villa Viçosa, e ajudado só por alguns portuguezes, illudiu os fins da politica hespanhola, e zombou das vistas dos seus ministros! Quem lh'o dissera, quando, algum tempo antes, ouvia e applaudia na capella real de Madrid, deante de numerosa côrte, a musica sagrada do seu nobre primo![1].

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII.

Tambem não fôra menor a surpreza do ministro. Ao espanto do rei e de Olivares seguiu-se porém logo a necessidade de adoptar algumas medidas; e este, receioso de que o povo e os nobres clamassem mais contra a sua administração, incitados por tão grave facto, novo golpe na situação de Hespanha, já por elle tão compromettida, começou, não obstante o animo desassombrado que apparentava, a dispor as coisas, no interesse geral e no seu proprio, para combater a sublevação dos portuguezes. Entre essas medidas conta-se que foi uma das principaes fazer com que prendessem D. Duarte em Allemanha, privando assim o reino do auxilio da sua pessoa, e que portanto expediu, sem perda de tempo, ordens n'este sentido para Vienna, as quaes infelizmente chegaram primeiro do que os avisos mandados de Portugal.

Ha aqui um erro que cumpre não deixar passar por mais tempo desapercebido. Nem o governo de Madrid teve, como se assegura, tanta pressa em mandar ordens para prender o infante, nem, o que é mais, o infante foi preso em virtude d'ellas, mas sim a pedido do embaixador D. Francisco de Mello, como se vê claramente da participação de D. Diogo de Saavedra Fajardo a Filippe IV, em que louva D. Francisco por esse facto[1]. Se fosse preciso adduzir outras provas tel-as-hiamos em Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, doutor theologo na dieta de Ratisbona, prégador ás magestades cesareas, e procurador geral de toda a ordem do Carmo na curia imperial, que então morava com o dito D. Francisco, e que se pode reputar quasi testemunha de vista, o qual affirma, que a sua prisão foi requerida pelos ministros hespanhoes no imperio, independentemente de determinação do seu governo[2]; tel-as-hiamos no testemunho do infante que attribue tambem a culpa a estes, sem men-

[1] Arch. de Simancas, maço 2342, fol. 36. Mss.
[2] *Panegyrico funeral.*

cionar a côrte de Madrid[1]; tel-as-hiamos no offerecimento feito por Navarro ao infante, em nome de D. Francisco de Mello, logo depois de preso, para ser provido do necessario, emquanto não chegavam ordens de Hespanha a seu respeito, o que parece dar a entender que as não havia, ou que só as havia, sem olhar a estes e outros casos, o que se torna improvavel[2]; tel-as-hiamos finalmente no testemunho de D. Francisco Manuel de Mello.

Se dermos credito ao auctor do *Tacito portuguez,* D. Francisco de Mello hesitou por algum tempo, antes de proceder contra o infante, e só depois de vinte e seis dias de constarem em Vienna os successos de Portugal, é que, para escapar ao reparo de seus inimigos, se viu obrigado a pedir ao imperador, apesar de lhe faltarem instrucções de Madrid, que o retivesse. «O silencio de D. Francisco n'este caso, escreve o mesmo auctor, culpavam os castelhanos, recorrendo ás razões de parentesco e confidencia que entre D. Duarte e D. Francisco de Mello observavam; mas elle, sendo avisado da fulminação dos émulos, ou porque esperasse do imperador tomasse algum receio mais exempto, ou que D. Duarte houvesse tomado outro mais seguro, propoz ao cesar, que seria justo segural-o até aviso d'el-rei de Hespanha; n'esta diligencia fundaram depois todas as queixas publicas e secretas dos portuguezes contra D. Francisco, pelas quaes se arruinou em Portugal sua casa e memoria».

Em abono d'esta opinião temos ainda outra obra, composta, segundo se diz, por um creado do infante, que a tudo se achou presente, o qual vae mais longe do que o auctor do *Tacito portuguez,* pois dá a entender que D. Francisco de Mello não só foi alvo da murmuração dos con-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. III. fol. 20, *Forma da prisão do infante.*

[2] Bib. Nac., Mss. *Relacion que hize al conde D. Francisco de Mello de lo que pasó en la prision de D. Duarte...*

trarios, mas tambem esteve para ser victima d'elles. Esta obra assigna um dos papeis principaes no trama ao doutor Agostinho Navarro Burena, a que já nos referimos, e que tanto ha de figurar na nossa historia. Foi este um dos que em Ratisbona suggeriu a idéa da prisão de D. Francisco de Mello, ou instou para que se executasse, com approvação do marquez de La Fuente, o que o astuto D. Francisco evitou, ganhando Navarro, e empregando-o na prisão do infante[1].

Esta opinião de D. Duarte ser preso sem ordem do governo de Madrid, posto destôe da que tem vogado durante dois seculos e meio, além de verdadeira, parece mais verosimil do que a recebida por quasi todos, incluindo até D. Antonio Caetano de Sousa, que, embora tanto conheça o *Tacito portuguez,* e o siga geralmente, não o seguiu n'esta parte. Com effeito, prender o infante depois de frustradas as tentativas de contra-revolução, de que era centro a duqueza de Mantua, objecto para o governo hespanhol de tamanhas esperanças, e depois de rotas definitivamente as hostilidades entre os dois paizes, seria razoavel; não assim quando elle procurava, com meios brandos e pela intriga, alienar do novo rei os animos dos portuguezes, sem os descontentar e sem lhes mover guerra, fazendo-lhes crer que não deviam seguir os revoltosos, como nos chamava, e adeante melhor explicaremos, ao tratar dos sentimentos do infante, respectivamente ao que succedera em Portugal. É o que aconteceu em relação a outros portuguezes de importancia, que serviam Hespanha, os quaes ou não foram presos, ou o foram, e logo soltos, e alguns até honrados e escolhidos para altos cargos, do que temos exemplo no mesmo D. Francisco Manuel de Mello, que chega a asseverar no seu celebre *Memorial* a D. João IV, que mais

[1] Bib. da Ajuda, 585, D., 17, *Relatione delli mali tratamenti fatti dalla Maestà Cesarea e da ministri spagnuoli all'infante D. Odoardo da un servitore di S. A. che a tutto si trovò presente.*

lhe custou desprender-se das mercês do que das cadeias de Hespanha. Ora, todos veem que prender um principe innocente, ou cuja culpabilidade era muito duvidosa, seria malquistar-se com este, em vez de lhe captar a boa vontade, podendo-se adduzir em abono d'esta nossa opinião as palavras de D. Jeronymo de Leon, em uma relação dirigida ao cardeal Spinola, ácerca das coisas que sabia de Portugal, quando diz que sentiu muito a prisão de D. Duarte, por fundar Hespanha na sua solicitude grandes esperanças [1]. Com isto não queremos assentar que o governo de Madrid desapprovou o procedimento dos seus ministros, mas só que não partiu d'elle a iniciativa, que não houve a pressa que se affirma, antes hesitação proveniente do que apontamos, hesitação que então se deu com outros por causas semelhantes. Nem Olivares tinha motivos para desconfiar do zelo dos ministros hespanhoes no imperio, a respeito de Portugal, pelo contrario os maiores para descançar n'elles, assim como na dependencia da côrte de Fernando III, e portanto para esperar que não deixariam escapar-se o principe portuguez.

Já pintámos D. Francisco de Mello como dedicado de corpo e alma ao governo de Madrid, e como um dos protegidos e aduladores do conde-duque, servindo em tal caracter de medianeiro entre este e D. João, para os preliminares e contracto do seu casamento com a filha do senhor da casa de Medina-Sidonia. Esquecido da terra em que nascera, do nobre sangue que lhe pulsava nas veias, dos favores e protecção que devia aos duques de Bragança, seus parentes e da propria honra, sem pundonor nem consciencia, D. Francisco de Mello subiu, primeiro á sombra de D. Theodosio que se enganára com elle, e depois graças ás suas qualidades vis, mas necessarias, e tambem ao seu talento, aos mais cubiçados postos da monarchia. Não co-

[1] Arch. de Simancas, Maço 7041, Mss.

nhecemos quebra nas suas relações com a familia Bragantina, a não ser a que talvez procedesse entre elle e o velho duque, da sua interesseira ingerencia no casamento de D. João; antes, D. Francisco continuou a manejar os negocios da casa em Madrid, pelo menos até ás proximidades da revolta de Evora, em que não o fez por estar ausente [1]. Inclinamo-nos por conseguinte a crer que o feio papel que representou na perseguição de D. Duarte não procedeu de qualquer offensa particular, porém das funcções do seu cargo, do desejo de se tornar agradavel a Hespanha, sobretudo ao conde-duque, cuja animosidade contra o infante devia conhecer perfeitamente, e talvez de certas miras ambiciosas ácerca do estado de Bragança. Outro motivo ainda existia para o seu comportamento: o odio que votara a tudo quanto era nosso, odio de renegado, o peior de todos, porque precisa sempre manifestar-se, temeroso a cada instante de incorrer no desagrado dos filhos da sua patria adoptiva. Aos olhos dos hespanhoes nunca elle deixara de ser portuguez; convinha-lhe pois mostrar pelos factos, e quanto mais estrondosos melhor, que era hespanhol de alma, quando só o era de ambição, em que consistia o movel das suas acções. Proporcionou-lhe a sorte na perseguição do infante um novo meio de servir o seu poderoso protector, e, embora ao principio hesitasse, aproveitou-o depois com ancia, esperando obter em recompensa outras honras e mercês. O mais tinha-o por indifferente. Que fosse culpado ou innocente, amigo ou inimigo, parente ou estranho, nada lhe importava.

Se porém D. Francisco de Mello era o principal de todos os ministros de Hespanha, residentes na côrte de Fernando III, e se, por tomar n'essa qualidade maior parte na prisão do infante, ser portuguez, aparentado como a casa de Bra-

[1] Bib. Nac., Mss., D. Francisco Manuel de Mello, *Memorial a D. João IV.*

gança, e d'ella outr'ora protegido, acarretou com a maxima porção de censura da posteridade, é de justiça lembrarmos que havia então na mesma côrte um embaixador ordinario, o marquez de Castañeda, além do marquez de La Fuente, que de Veneza acudira ali a varias occurencias do seu officio, e que os outros personagens importantes, hespanhoes, ou da parcialidade hespanhola, pesariam tambem pela sua influencia nos actos d'aquelle ministro, como ha pouco vimos, na tentativa que houve de o prender a elle proprio, e nas palavras de D. Francisco Manuel de Mello. Não se pense que o pretendemos illibar da grave culpa que lhe toca; falta-nos base para fazel-o, e as presumpções e as provas levam ao convencimento do contrario. D. Francisco e o marquez de Castañeda teem ainda contra si o mesmo infante, que os accusa de serem seus grandes inimigos[1].

No que respeita á familia e côrte imperiaes, as circumstancias não favoreciam menos a perseguição do infante. Os laços que prendiam os interesses do imperio á Hespanha eram apertados e indissoluveis. O parentesco de Fernando III com o soberano hespanhol estreitara-se muito, em mil seiscentos e trinta e quatro, por meio do seu casamento com a infanta D. Maria, irmã d'elle. As pessoas que esta comsigo levara tinham ido augmentar os numerosos partidarios da politica do gabinete de Madrid. Entre esses partidarios, contavam-se na primeira plana o doutor Agostinho Navarro Burena, secretario da imperatriz e advogado da embaixada hespanhola, e o padre Fr. Diogo de Quiroga, confessor da mesma senhora, que de soldado passara a religioso, e por actos pouco decorosos ao estado que professava, chegara a obter tão honroso emprego, além da mercê

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo IV, B., pag. 609, Carta do infante a Duarte Nunes da Costa de 10 de julho de 1642. Mss.

Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 342, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira de 19 de agosto de 1645.

de conselheiro aulico, homem de tamanho poder que, passados annos, ousou arcar com o valido do imperador, o conde de Trautsmandorf, tramando contra elle uma terrivel conspiração, como veremos. Nas pessoas preponderantes do imperio tinha egualmente Hespanha varios sequazes, que comprara a troco de pensões e beneficios mais ou menos escandalosos. A todas estas causas de união entre os dois governos juntava-se a solidariedade politica que os ligava, como dois ramos que eram da potente e ambiciosa casa d'Austria. As armas de um ajudavam as armas do outro; as operações militares de ambos dispunham-se como n'um plano geral, e estendiam-se desde os Pyrineus pela França, Hollanda, Flandres, a maior parte do que hoje forma a Allemanha e a Austria, e o norte da Italia; entretanto a influencia de Hespanha preponderava, e, até mesmo, apesar das queixas dos allemães, a que já se tornava pesada a especie de jugo em que viviam. Por estas e outras razões, a imperatriz e os ministros hespanhoes mandavam tudo na côrte de Vienna[1]. Apresentaremos um exemplo d'essa influencia e descontentamento.

Em mil seiscentos e trinta e nove, sendo ameaçada a Bohemia pelas victorias dos suecos, e tratando-se de lhe enviar promptos soccorros, ficou irresoluto o conselho imperial em Vienna, porque o prendia a necessidade dos auxilios pecuniarios do governo de Madrid, que em troca exigia soccorros de gente. Doíam-se os allemães, diz um auctor contemporaneo[2], de haverem chegado á situação de depender da vontade dos ministros hespanhoes e accusavam-os de ter dado occasião á perda de Brisach, não só retendo em Flandres Picolomini e Lamboi, quando deviam

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228. Notas do infante ao *Portugal convenzida con la razon*, de D. Nicolau Fernandes de Castro.

[2] Conte Galeazzo Gualdo Priorato, *Historia universal delle guerre successe nell'Europa dall'anno 1630 sino all'anno 1640*. Genova. 1648. 8.º

soccorrer esta praça, juntamente com Ghetz, mas tambem não accedendo a enviar tropas da Italia para a Alsacia, a fim de se valer a fortaleza tão importante, e que era a chave do imperio. Não obstante essas queixas e as desintelligencias de parte a parte, os hespanhoes e os allemães dissimulavam, pela precisão que tinham uns dos outros, aquelles das tropas de Allemanha, e estes do dinheiro de Hespanha, pois os seus cofres achavam-se vasios. Admiravam-se muito os allemães de que os hespanhoes, que tanto estimavam a grandeza imperial, com que tambem sustentavam a sua, tirando do exercito cesareo os melhores soldados, olhassem unicamente aos seus interesses, e aos provimentos de Flandres e da Italia, e só se procurassem defender da França, que mais temiam. Outros julgavam que os hespanhoes deviam attender ás suas coisas, de preferencia ás germanicas; que o damno que os suecos podiam causar ao imperio não era tamanho como vulgarmente se imaginava, porque, antes de chegarem ao coração do patrimonio imperial, haviam de guerrear os estados de Brandeburgo, Saxonia e outros protestantes, alliados com o imperador, os quaes primeiro soffreriam todos os prejuizos; que d'aqui resultaria um bem para os austriacos, pois, sendo a guerra nos paizes dos hereticos, estes se enfraqueceriam, ao passo que cobraria força a grandeza cesarea; pelo que, quando houvessem com as armas defendido Flandres e a Italia dos francezes, e feito a paz com estes, ou quando rebentassem em França algumas alterações, voltariam os imperiaes todas as forças contra os pobres principes allemães enfraquecidos, e facilmente os reduziriam á obediencia, cumprindo-se d'este modo os vastos e barbaros intentos dos ministros de Hespanha. Não sabendo o conselho imperial, no meio d'estas idéas politicas, se o que estes diziam e promettiam era a vontade do seu rei, e até suspeitando o contrario, mandou-se um embaixador para representar a Filippe IV o estado da Allemanha, a importante perda de Brisach, e a

necessidade de grande soccorro para recuperal-a, e impedir maiores progressos a Weimar e a Baner.

Não nos pinta o que acabamos de escrever a dependencia de Allemanha do governo hespanhol, e a illimitada preponderancia d'este na côrte de Vienna? Pois toda essa preponderancia, nascida de tantas causas, qual d'ellas mais forte, armava-se contra a lealdade, a innocencia, e a justiça, para encarcerar e perseguir o nosso infante, sorrindo de antemão, porque esperava sahir facilmente vencedora da lucta.

V

Quando procella tão medonha ameaçava o infante, corria este com o seu regimento em defeza do monarcha allemão, cercado pelos suecos em Ratisbona[1]. Abrira-se a treze de outubro de mil seiscentos e quarenta, n'esta cidade, a dieta imperial, com o fim de discutir os urgentes negocios do estado, e Fernando III dirigira-se para alli no intuito de vigiar de perto os seus trabalhos. Tinham começado as discussões da paz, emquanto nos campos de batalha se debatia a causa da Europa com as armas na mão; porém a força da quadra invernosa obrigara os combatentes a retirar-se ao abrigo dos seus alojamentos. A ferocidade dos homens havia cedido á da natureza; a lucta d'elles á das tempestades; o solo regado de tanto sangue cobrira-se, como para o disfarçar, com o seu veu de branca neve; e os rios, em vez de franquearem passagem aos exercitos e de volverem nas suas aguas os corpos mortos ou agoni-

[1] Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, *Panegyrico funeral* ....

santes, corriam silenciosos e pacificos por debaixo de densas camadas de gelo. Tudo parecia convidar ao repoiso. De repente, no meio de tamanha quietação, os ares animam-se de bellicos rumores; o tropel dos soldados, o relinchar dos ginetes, as vozes do commando, o rodar da artilheria, casam-se ao rugido dos ventos; é que, a despeito de todas as intemperies, de todas as contrariedades da guerra desenfreada do céo e da terra, Baner, cuja intrepidez não conhece perigos nem obstaculos, sahe com o seu exercito do acampamento de Luneburgo, e dirige-se para onde só elle sabe, pois a ninguem confiara os seus projectos. A espessa neve que acoberta os caminhos facilita-lhe o modo de transportar as tropas com extrema ligeireza, e o grosso gelo que obsta á navegação dos rios, permitte-lhe transpol-os sem pontes nem barcos. Levando comsigo o general francez Guebriant, Baner atravessa, com a rapidez do raio a Thuringia e o Voigtland, e apparece em frente de Ratisbona, antes de se aperceberem que partira de Luneburgo. Não ha palavras para descrever cabalmente a consternação da dieta. Os representantes das potencias estrangeiras fugiram; todos os soberanos allemães dispunham-se a imitar este exemplo; só o imperador teve a coragem de declarar que não deixaria a cidade, qualquer que fosse o destino que lhe estava reservado; e a sua firmeza animou os timidos. O desgelo do Danubio, e as forças, que correram prestes em auxilio de Ratisbona, livraram-a e a Fernando III de tão grande perigo, vendo-se obrigado o general sueco a deixal-a, depois de lhe lançar muitas bombas. Além d'estas forças, outras se puzeram em marcha para acudir tambem ao soberano allemão, e entre ellas conta-se o regimento do nosso infante, que não passou de Ulma, por lhe chegar a noticia da retirada de Baner.

Não menos profundo para a dieta foi porém o golpe que recebeu com a noticia do levantamento de Portugal; chega mesmo a assegurar o conde Galeazzo que lhe causou maior

perturbação do que a visinhança dos suecos, pois conhecia que, convindo ao rei catholico empregar o seu dinheiro na defeza do proprio reino e no castigo dos levantados, se diminuiriam os soccorros que Hespanha costumava dar largamente ao imperador e ao imperio.

VI

Quatro fins principaes aconselhavam a prisão do infante á côrte de Madrid: privar Portugal da sua presença e dos seus conhecimentos militares, que lhe seriam do mais instante proveito e causariam o maior damno a Hespanha, pela pratica adquirida no exercito cesareo, e pela grande aura popular que no reino gosava; livrar-se de mais este successor ao throno, quando o novo rei só tinha tres filhos e de pouca edade; intimidar porventura, com esta medida de rigor, D. João IV e o paiz; e tambem esperar valer-se da sua influencia para oppol-a á de seu irmão, e assim conseguir sujeitar novamente os portuguezes, do que não perdia, nem perdeu por muito tempo a idéa.

Trabalhou pois D. Francisco de Mello, ajudado pelos seus sequazes, em dispor os animos de quem o podia auxiliar, e em encarecer ao imperador, com varias razões, a necessidade de prender o infante, no que manifestaria a sua amizade pelo rei seu cunhado. Ponderou-lhe que, tendo sua magestade cesarea este principe em seu poder, facilmente se extinguiria a revolta de Portugal, e que, se, ao contrario, elle se escapasse dos seus dominios, iria soccorrer o irmão com a longa experiencia, alcançada na guerra, com o alento que pessoalmente prestaria aos portuguezes, levando-os a armar-se e a resistir ao rei catholico, e pro-

movendo assim uma grandissima diversão por aquella parte ás operações militares, em que, tanto Hespanha como Allemanha, andavam empenhadas, o que acarretaria consequencias gravissimas para ambas.

Sentiu-se Fernando III da proposta, e não poude esconder quanto lhe desagradava, dizendo que não havia motivo algum que o obrigasse a faltar á fé jurada e ás leis da hospitalidade; que D. Duarte estava em Allemanha, e não tinha culpa dos successos de Portugal; e que os serviços que prestára ao imperio não mereciam que se violasse a seu respeito a immunidade e liberdade germanicas para injurial-o.

O archiduque Leopoldo, irmão do imperador, a que este communicou a materia, repelliu tambem, com indignação, a proposta de D. Francisco de Mello. Conhecedor das nobres qualidades do infante e dos seus serviços, Leopoldo foi ainda mais longe: fez com vehemencia o elogio d'ellas e d'elles; lembrou quanto se lhe devia; mostrou como seria a maior infidelidade, a mais detestavel ingratidão, tratar assim um tal principe, que descançava na fé publica, que elle mesmo lhe havia certificado, e protestou, que consentir-se na sua prisão, equivalia a quebrar as franquezas do imperio, o que censurariam todas as nações.

Não fraquejou D. Francisco de Mello no intento, nem se assustou com a má vontade do imperador ou com a do archiduque, e procurou interessar em seu favor o valido, conde de Trautsmandorf, e outros ministros obrigados ás pensões que recebiam de Hespanha, promettendo-lhes por isso consideraveis sommas; porém alguns d'elles, surdos á voz da cubiça, desprezaram as offertas, sustentando que aquella proposta contra D. Duarte era injusta.

N'este comenos, outras traças, urdidas habilmente por D. Francisco e pelos seus, tinham produzido certo effeito, e a constancia do imperador, minada por ellas, começava a vacillar. Os ministros imperiaes, vendidos a Hespanha,

conheceram-o com prazer, e aconselharam-lhe que, para se livrar de escrupulos, consultasse o confessor da imperatriz, o padre Fr. Diogo Quiroga, de cujo caracter falámos ha pouco, hespanhol, já disposto pelo astuto diplomata, e, assim como Agostinho Navarro Burena, dos principaes da conspiração.

Continuava a lucta; multiplicavam-se os ataques; os obreiros do mal não descansavam. Tentou-se o animo da propria mulher de Fernando III, e esta cedeu facilmente. Era um auxilio immenso. Mostrara-se ao principio compadecida da sorte do infante, ou simulada ou verdadeiramente; levada pelas suggestões de maus conselheiros, endureceu o coração, se já não estava endurecido; mudou de sentimento ou antes de apparencia, e, depois de ajustar com Quiroga o modo de reduzir seu esposo a prendel-o, levou o esposo a buscar nos conselhos do mesmo Quiroga remedio ás duvidas que o assaltavam. Bem se vê que era irmã de Filippe IV.

Satisfez-lhe a vontade Fernando, mas não se convenceu com as palavras do padre. Todavia tornava-se-lhe impossivel resistir por muito tempo. A mulher, os ministros, e, entre elles, o conde de Trautsmandorf, outr'ora amigo do infante, a religião, embora representada por tão indigno sacerdote, como Quiroga, a politica intransigente, como sempre, o parentesco, tudo, tudo instava para que assentisse ao pedido feito em nome do soberano hespanhol, e ás representações multiplicadas dos que esposavam a sua causa. Os defensores do infante iam visivelmente perdendo terreno; pelo contrario, os seus perseguidores augmentavam em numero e estratagemas; e tantos foram estes, que o imperador convenceu-se finalmente, ou, levado da necessidade, fingiu convencer-se, de que o obrigava a prender o principe portuguez, não a intriga e a perfidia, mas a razão do estado, palavra que n'aquelle tempo servia para velar e desculpar, muito mais do que hoje, qualquer violencia, por maior que fosse.

Decidiu-se pois a sorte do infante; e, apenas obtida a annuencia de Fernando III, recebeu D. Luiz Gonzaga, irmão do duque de Mantua, em cujas veias ainda girava o sangue da familia de Bragança, e seu companheiro no exercito, o encargo de ir ao quartel de Leyphen, e de o chamar da sua parte a Ratisbona. Ao mesmo tempo divulgavam-se varios boatos a seu respeito, espalhados sobretudo pelo odio dos hespanhoes: que a sua ida a Portugal em trinta e oito fôra por causa da revolução; que, de caminho, passara por Inglaterra, e por Hamburgo e outras cidades hanseaticas, para diligenciar armamentos; e que, apenas soubera dos successos de Portugal, fugira.

Induzidos por taes boatos, ou talvez antes para legitimal-os, os ministros de Hespanha puzeram talha de oito mil hungaros á sua cabeça, e expediram ordens a Italia e a outras partes, para o prenderem. Diz-se ainda que, não julgando bastante D. Luiz Gonzaga para satisfazer a commissão, como desejavam, persuadiram Picolomini, general do exercito, o mesmo sob cujas ordens o infante servia, e que se achava então na côrte, a mandal-o segurar em Leyphen, para o que este enviou o coronel D. Jacinto de Vera, com a seguinte escripto: Ordeno ao coronel D. Jacinto de Vera, que vá ao quartel de Leyphen, a prender o principe de Bragança; que, não o podendo conseguir, o mate; e que, vivo ou morto, me traga o seu corpo.

Entretanto D. Duarte partira do acampamento para Ratisbona, a fim, segundo se dizia, de tratar alguns negocios dos seus soldados, e, seguindo o caminho do Danubio, escapou de ser morto pelos que o buscavam em terra, com o engodo do premio offerecido.

Estes factos repetidos por todos que escreveram do periodo da historia portugueza em que figura o infante, ou d'elle em particular, foram bebidos, quer directa, quer indirectamente, na *Historia delle rivoluzioni di Portogallo,* de João Baptista Birago; e dizemos indirectamente, porque D.

Antonio Caetano de Sousa e o terceiro conde da Ericeira, reproduzindo-os na *Historia genealogica*, e no *Portugal restaurado*, fizeram com que os aproveitasse a maioria dos auctores. A crueza das medidas, e a qualidade de estrangeiro que se dá em Birago, pois estrangeiros, com rarissimas excepções, pouco sabem de nós, dispõem-nos á duvida; porém, quanto a este, essa duvida desapparece, ao sabermos ser o verdadeiro auctor da obra que lhe é attribuida Fr. Fernando de la Houe, da ordem de S. Domingos, depois bispo eleito de Tanger e do Funchal, mandado expressamente por D. João IV para cuidar da liberdade de seu irmão, que o serviu muitos annos, com grande amor e fidelidade, e que escreveu pelos proprios apontamentos que lhe deu o infante[1]. Quanto á dureza das medidas, tornam-as criveis a epocha, e a barbaridade dos hespanhoes, embora, á primeira vista, se affigurem exaggerações. Não conhecem todos a maneira selvagem e escandalosa por que, em plena Roma, o embaixador de Filippe IV atacou, pouco tempo depois, e pretendeu prender ou matar o bispo de Lamego, embaixador de Portugal? Não se tentou novamente dar-lhe a morte, quando já ia caminho de Liorne? Não o haviam procurado assassinar antes, ao entrar na capital do orbe catholico? Não correu o maior risco a vida do mesmo Fr. Fernando de la Houe, em Veneza, por machinações do embaixador hespanhol alli residente, só por estar encarregado dos negocios do infante, ou dos de Portugal? Não correu Fr. Fernando egual perigo em Roma por identico motivo? Não usaram tambem da mais censuravel violencia os hespanhoes em Genova, contra o padre Ignacio Mascarenhas, nosso embaixador á Catalunha? Contra Pantaleão Rodrigues Pacheco e Nicolau Monteiro, egualmente por tratarem dos negocios de Portugal na ci-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, Vol. III, fol. 20, Fórma da prisão do infante.

dade eterna? Contra Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo por escrever a nosso respeito? Contra Luiz Pereira de Castro, nosso plenipotenciario em Munster, quando, á mão armada, lhe invadiram a residencia? Não fez Hespanha tudo isto, como tudo iremos vendo no decurso da presente obra?

Parecem pois merecedores de credito os factos mencionados, excepto a ordem de Picolomini a D. Jacinto de Vera, embora a traga o livro de Birago e os que o seguiram, pela razão de a não incluir o infante nos ditos apontamentos.

VII

Vejamos agora como se effeituou a sua prisão. Servir-nos-ha principalmente de guia um documento precioso intitulado: *Relacion que hize al conde D. Francisco de Mello el doctor Augustin Navarro Burena de lo que pasó en la prision de D. Duarte para embiar a su magestad*[1], o qual vae de quatro a vinte e tres de fevereiro de quarenta e um, isto é, desde que o infante desembarcou em Ratisbona, até que Navarro partiu de Passaw, depois d'aquelle para ahi ser transferido, e contém dia a dia o que então occorreu. Noticia tambem alguns precedentes. Diverge muito do geralmente conhecido, e, n'outras partes, amplia-o. Tudo quanto encerra é interessante, e aproveitámos tudo, por isso, e pela verdade que das suas palavras transpira. O testemunho do infante[2] e o de Luiz Pereira da Costa, ou de

[1] Bib. Nac., Mss., B. 2, 1.
Bib. de Madrid. Mss.
[2] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, nos interrogatorios ao mesmo. Mss.

Sampaio[1] corroboram e completam a narração de Navarro, e serviram-nos de muito.

Continuava D. Duarte no seu quartel de Leyphen, quando inesperadamente recebeu a noticia (enviada por um dos gazeteiros que pagava, sobretudo em Nuremberg, para o trazerem ao corrente dos acontecimento politicos) de que Portugal se havia sublevado. No correio ordinario seguinte recebeu outro aviso, accrescentando que o duque de Bragança fôra proclamado rei. Ficou o infante incredulo e confuso; e dizia: isto não pode ser; isto é maldade; o duque apaziguou o tumulto de Evora, ha poucos annos; será outro egual; mas o aviso repetiu-se quatro ou cinco vezes, e até alguns seus creados lh'o levaram de Ulma. Estes factos, segundo o seu testemunho, succederam pelos Reis de quarenta e um. O seu creado Noé, que o acompanhava e merece todo o credito, diz que pelo Natal, o que vem a dar no mesmo. Passaram-se dias, e, meiado o mez, estando no refeitorio do convento dos Capuchinhos de Kinsprug, pouco distante do seu quartel, onde fôra confessar-se, e dispondo-se para comer com elles, chegou de Ratisbona o tenente-coronel De Redoan, o qual lhe contou, deante de D. Camillo Gonzaga, o que vogava a respeito de Portugal, e mais que o ouvira em casa de D. Francisco de Mello, e que um dos plenipotenciarios do duque de Mecklemburgo lhe participara terem-o mandado prender como cumplice na acclamação de seu irmão. Estas novas foram confirmadas no dia seguinte por cartas que recebeu de Augsburgo.

Posto suspendesse o seu juizo até aviso certo, o infante começou logo a meditar no que seria melhor em tão criticas circumstancias: se pôr-se em seguro, se ir a Ratisbona, para onde já tencionava partir, por causa de negocios do

[1] Luiz Pereira de Sampayo, *Relação da prisão injusta do... infante... D. Duarte...* Mss.

Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, (1643). Mss.

seu regimento, sobre o que escrevera, algum tempo antes, a D. Francisco de Mello. O modo de se pôr em seguro era, (a crermos o que depois disse a Navarro) passar em duas jornadas a Strasburgo ou á Suissa; d'ahi, escrever ao rei de Hespanha ou ao imperador, explicando o motivo de se haver retirado, e, offerecendo-se ao seu serviço, ficar n'um d'aquelles paizes livres, até vir resposta de Filippe IV. Pareceu-lhe este o meio de maior segurança, porém não o de maior reputação, e por isso escolheu o de mais perigo e de mais honra: dirigir-se a Ratisbona, onde se achava a côrte imperial e D. Francisco de Mello, confiando na justiça d'elle e d'ella, que não lhe fariam damno[1].

O que acabamos de expor é insustentavel. Se o infante julgasse que devia fugir, e fugisse, não se aventuraria a tanto para ficar em Strasburgo ou na Smissa, á espera da decisão d'aquelles soberanos; antes, temos como quasi certo que de Leyphen seguiria immediatamente para França, que lhe demorava proxima, onde se veria fóra de todos os riscos, por ser paiz inimigo de Hespanha e da casa d'Austria, e, portanto, nosso alliado natural, e d'onde se transportaria com facilidade a Lisboa.

Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, vae mais além na inverosimilhança, quando escreve: «Com os avisos que alli chegaram (a Ulma) da restauração, esteve o infante tão longe e alheio de faltar ainda á obrigação que não tinha, que foi ter com o imperador, para de sua ordem e conselho, fazer volta e jornada a este reino; mas o imperador o mandou prender, chegando a Ratisbona[2]». Esta opinião parece egualmente inadmissivel, e é de certo confusão com o pedido que o infante depois apresentou a D. Francisco de Mello,

[1] Bib. Nac., Mss., B., 2, 1, *Relacion* etc.

Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, interrogatorios do mesmo. Mss.

Id. Interrogatorios de Luiz Pereira de Sampaio. (1643).

[2] *Panegyrico funeral*...

para o governo hespanhol o deixar vir a Portugal debellar a revolução, como dentro em pouco veremos, pedido que tambem faria a sua magestade cesarea.

Em vez de acreditarmos as escusas do infante, perguntamos: não fugiria elle se soubesse o verdadeiro estado das coisas, se avaliasse bem a importancia da revolução, que collocara no throno o duque de Bragança? Levou-o ao passo tão contigente de se ir entregar nas mãos do imperador, só, como elle quer persuadir, a idéa de não ter culpa, que com effeito julgamos não tinha, quanto a tomar parte na obra activa da restauração portugueza, ou tambem, e mais do que tudo, essa ignorancia?

Responderão por nós o proprio infante e D. João IV. Não pode haver melhores depoimentos. Referindo-se ás accusações contra a sua pessoa por haver conspirado para a liberdade da patria, escreveu o primeiro, passados alguns annos: «Saibam que os ministros de Castella me impoem mil falsos testemunhos para desculpar a minha prisão, sendo que fui tão infeliz, que não se me deu parte da restituição d'el-rei, nem houve quem se lembrasse de me advertir que me puzesse em seguro[1]». O segundo, nas instrucções ao marquez de Niza, quando em quarenta e seis o tornou a enviar por embaixador a França, diz: «O rei de Castella quer imputar culpa ao infante, depois de quasi seis annos de preso, da resolução que eu e o reino tomámos de me restituir a esta corôa, sem nenhuma noticia do infante, pois, se a tivera, se não havia de ficar em poder de seus inimigos, antes, livrando-se d'elles, havia de procurar vir defender o reino em que nasceu, e servir-me na guerra, desembaraçando-se de outras em que não lhe ia nada[2]».

Se portanto o infante houvesse recebido aviso certo e fidedigno dos successos de Portugal, no tempo conveniente,

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 342, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira de 19 de agosto de 1645.

[2] Id., id., 105, 1, 8, fol. 100 v, as ditas instrucções.

ter-se-hia posto em salvo, e a causa da independencia contal-o-hia entre os seus mais estrenuos defensores. Mas, em logar d'isso, apenas, nos principios de janeiro de quarenta e um, soube vagamente o que acontecera e tanto que nem o acreditou; e, quando pelo tenente-coronel De Redoan, e por carta datada de Augsburgo, lhe veiu a confirmação do caso, mas ainda confuso e deturpado pelos inimigos, foi-lhe participado juntamente pelo mesmo tenente-coronel, e deante de Camillo Gonzaga, que o tinham mandado prender. Posto n'esta triste situação, vendo nos dois talvez dois espias, julgando que outros o saberiam, que outros o guardariam, que por toda a parte o procuravam, que partido lhe restava tomar? Ou fugir, arriscando-se a apanharem-o e a comprometter-se deveras, sem saber se a causa era d'isso merecedora, e se com a fuga beneficiava ou prejudicava o seu paiz e o seu irmão, ou confiar na generosidade de Fernando III, que aliás avaliava por bastante duvidosa, pois, segundo as suas expressões, o soberano allemão e os seus ministros tomavam muito a peito os interesses de Hespanha, e tanto perigo era para elle estar em Vienna como em Madrid, porque a imperatriz e os ministros hespanhoes mandavam tudo [1].

Fosse qual fosse o motivo, o facto é que o infante não mudou a tenção, que formara, e, deixando o seu quartel, partiu para Ratisbona, pelo Danubio, por ser a viagem mais breve, nos ultimos dias de janeiro, obtida licença do general Picolomini, com data de dezenove do dito mez; tocando porém em Donawerth, cidade posta na ribeira do mesmo rio, a doze legoas de Leyphen, onde findou a primeira jornada, recebeu uma carta de D. Luiz Gonzaga, na qual lhe mostrava desejos de assentar com elle alguns pontos relativos á sua tropa, então aquartelada; pelo que o esperou mais

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Notas do infante ao *Portugal convenzida con la rozon*, de D. Nicolau Fernandes de Castro.

de um dia, tendo como certo, que, por haver de marchar o exercito, e querer D. Luiz ir para Flandres, o chamavam em seu logar. Aportou D. Luiz a Donawérth; perguntou-lhe apenas se se dirigia a Ratisbona, e foram navegando durante todo o dia, sem se occuparem de negocio algum. A noite, em terra, ceiaram juntos, e despediram-se um do outro, retirando-se D. Luiz. Algum tempo depois, pareceu a D. Duarte ouvir-lhe a voz na rua; chegou á janella, e viu-o, passeiando e falando, emquanto que o conde de Glisiguieri entrava muitas vezes no seu quarto, sahindo logo sem motivo, nem dizer coisa de importancia; do que inferiu, por conhecer os rumores de Portugal, e os intentos contra a sua pessoa, que o tinham debaixo de prisão. Na manhã seguinte perguntou a D. Luiz qual a causa do que acontecera a noite anterior, e se o levavam preso; ao que elle respondeu intimando-lhe a ordem de sua magestade cesarea. Continuaram na viagem pelo Danubio; anoiteceu; desembarcaram; e o infante para forrar a D. Luiz o incommodo de lhe ficar de guarda na rua, obrigou-o com rogos a dormir no seu quarto. Ia D. Luiz acompanhado por um só creado, ao passo que os do infante eram trinta. Souberam estes ou suspeitaram o perigo que corria o amo, e alguns d'elles aconselharam-lhe que o lançasse ao rio, conselho a que o generoso principe portuguez não deu nem podia dar ouvidos. No dia seguinte, quatro de fevereiro, fundearam em Ratisbona.

Chegou o infante ao caes ás tres horas da tarde, em companhia de D. Luiz Gonzaga, e logo Navarro que o aguardava ahi, desde pouco depois do meio dia, por ordem de D. Francisco de Mello, entrou no barco, cumprimentou-o da sua parte, e disse-lhe: que, não podendo elle ir ao seu encontro por alguns motivos de força, o mandara em seu logar; o que o infante agradeceu, posto friamente.

Desembarcados todos, subiram aos coches que D. Francisco enviára, assim como o conde Glisiguieri, que parece

acompanhara D. Luiz Gonzaga, e o capitão Miguel del Zerro, e, conversando o infante em coisas ordinarias, foram apear-se á hospedaria chamada o Chapeu da Provincia ou os Tres Morriões, onde os forrieis do imperador lhe haviam preparado para alojamento um quarto muito pequeno e pouco decente.

Entraram e permaneceram todos mudos, durante algum tempo; até que o infante rompeu o silencio, dizendo: que julgava ia apear-se a casa de D. Francisco de Mello, e que aquella habitação era extremamente incommoda e limitada. Em seguida ordenou a um creado que fizesse esperar os coches, porque pretendia visital-o.

Então Navarro, conhecendo a impossibilidade de continuar calado como até alli, pois n'este caso teria de resistir á realisação do seu intento, pediu-lhe para se retirarem a um dos lados do quarto, e communicou-lhe em particular, conforme D. Francisco de Mello determinara, que o motivo de elle o não ter esperado á chegada, nem o ter alojado em sua casa, era a resolução do imperador de se assegurar da sua pessoa, por haver seu irmão, o duque de Bragança, tomado armas contra o rei de Hespanha, acclamando-se rei de Portugal, consentindo que lhe beijassem a mão, e despachando embaixadores a alguns soberanos; e que o imperador adoptava esta medida por temer que entre elle e o novo rei pudesse existir alguma communicação a respeito da revolta, o que não era difficil de presumir, em vista do seu estreito parentesco. Dito isto, aconselhou-o a que supportasse semelhante lance com animo e prudencia, como d'elle se devia esperar, porque, vendo-se que não tinha culpa, como era provavel, ganharia, e não perderia, em credito e commodidades. Aqui parece haver um erro de Navarro, quando, já n'aquella data, fala em Allemanha de terem sido nomeados embaixadores por D. João IV ás nações estrangeiras; mas não é assim; porque, com effeito, logo a doze de dezembro o foram para Roma, França, In-

glaterra, Hollanda e Catalunha, embora só partissem mais tarde.

Ouviu o infante com attenção a Navarro, e, suspirando, respondeu, que Deus conhecia o fundo da sua alma e os seus pensamentos; que nunca suppozera que seu irmão commettesse tal erro, tanto que, noticiando-se-lhe, havia quinze dias, o acontecido, respondeu que o não acreditava, mas que, a ser verdade, estava certa a perdição da sua casa; e que, tendo resolvido ir a Ratisbona, sobre o que escrevera a D. Francisco de Mello, apressou a viagem para se aconselhar com elle ácerca do seu modo de proceder, depois de tão inesperado accidente, do qual esperava sahir illibado, graças a Deus e á sua consciencia.

Acabadas estas palavras, despediu-se Navarro, dando o infante, por delicadeza, alguns passos fóra do aposento para o acompanhar, e tornando logo a elle, por Navarro lh'o rogar muito.

Escrevera D. Luiz Gonzaga n'esse dia ao imperador, quando ainda navegava pelo Danubio, participando-lhe que chegaria a Ratisbona ás duas horas da tarde, e pedindo-lhe que lhe mandasse ao caes as suas ordens, antes de desembarcar. Chegou e não encontrou ordem alguma. Reresolveu portanto requerel-as pessoalmente a sua magestade cesarea, para saber o que lhe cumpria fazer, e, a esse effeito, despediu-se do infante, juntamente com o doutor Navarro; mas o cauteloso secretario da imperatriz julgou mais prudente que elle não perdesse de vista o preso, e que referisse por outrem a sua magestade o que de viva voz desejava referir-lhe. Annuiu D. Luiz Gonzaga, e voltou ao aposento de D. Duarte, a que foi posta guarda de um alferes e alguns soldados. Pelo que toca a Navarro partiu para casa de D. Francisco de Mello, a contar-lhe tudo quanto occorrera.

D'esta conferencia resultou approvar o ministro de Filippe IV o procedimento do seu emissario, e encarregar-lhe

que procurasse maneira de D. Duarte melhorar de alojamento, ou na mesma casa ou n'outra, o que Navarro executou, passando-o para dois quartos grandes, na dita hospedaria, onde se conservou emquanto esteve em Ratisbona. As janellas d'esses dois quartos não eram muito seguras, e houve logo quem avisasse por escripto do perigo a D. Diogo de Saavedra Fajardo, embaixador na dieta de Ratisbona pelo circulo e casa de Borgonha, escriptor hespanhol bem conhecido, outro espia e outro perseguidor do infante, o qual se apressou a communicar o bilhete que recebera a D. Francisco de Mello. Em resultado da denuncia, Navarro foi incumbido de adoptar as providencias necessarias, e, tendo o preso de ficar muito pouco tempo n'aquelle logar, julgou-se bastante pôr guardas na rua, além da sentinella que tinha á porta.

No dia seguinte, cinco, relatou Navarro ao infante o que D. Francisco ordenara para o melhorar de habitação, e disse-lhe, que devia saber como o marquez de Ferreira era o que alimentava mais ardentemente a conspiração do duque, levantando tropas em nome d'este, e chamando-se capitão general das suas armas; que, para não se perder tudo de uma vez, sua magestade cesarea julgára conveniente retel-o; que D. Francisco de Mello, immediato successor de um e de outro, desejaria a conservação do cabeça da sua casa, e que, se D. Duarte não tinha culpa, conforme era presumivel, devia considerar que os reis tão grandes, como sua magestade, não despojavam as familias inteiras de suas fazendas, ainda mesmo em crimes tão execraveis, qual se considerava o de conspiração; que se lembrasse do que acontecera com a casa de Saxonia, no tempo do imperador Carlos V, e esperasse da grandeza e justiça de sua magestade egual liberalidade; que, se estava comprehendido no desacerto de seu irmão, bem conhecia que ninguem o podia auxiliar; e, por ultimo, que D. Francisco de Mello lhe assistiria com o que houvesse mister para o sustento da sua

pessoa, emquanto não chegavam ordens de Hespanha a seu respeito.

Como se vê, tentava-se o infante, approximando a sua situação e a do novo rei de Portugal das de João Frederico, eleitor de Saxonia e de seu primo Mauricio, o primeiro dos quaes, por seguir o partido protestante contra Carlos V, perdeu o estado, que passou ao segundo, em recompensa de haver combatido a favor do imperador. Que projectos se esconderiam debaixo d'estas allusões? Julgavam talvez facil arrancar-lhe informações importantes ácerca da revolução, como se tentou, mas inutilmente, com o auctor do *Tacito portuguez,* quando, tendo cumpridò a sua missão por causa dos tumultos de Evora, informou de tudo ao conde-duque; o que bem se expressa nas seguintes palavras dirigidas pelo mesmo auctor a el-rei D. João IV, no seu já citado *Memorial:* «Por ventura o galardão que podia esperar de comprazer áquelle ministro (o conde-duque), os signaes que elle não dissimulava de desejar lhe revelasse alguns segredos dos que passavam n'este reino, foram bastantes para me metter nos bicos outras razões que aquellas que me dictava a obrigação e a amor que tinha, e guardei sempre, á real pessoa de vossa magestade, e a seu estado». Quereriam pois obrigal-o a algumas revelações, dando-lhe a entender que alcançaria como premio os estados de seu irmão? Ou entravam n'isto as ambições de D. Francisco de Mello, que pretendia ser duque em Portugal, como veremos, e, tentaria interessar o infante no jogo, e sel-o de uma parte da casa de Bragança, da qual já considerava chefe o mesmo infante, e a cuja posse, na falta d'este, se julgava com direito, como se colhe das expressões de Navarro?

O infante, a cuja nobre alma de portuguez repugnavam intrigas e conluios odiosos, limitou-se a responder, em termos geraes, ao zeloso confidente, agradecendo ao ministro, e queixando-se do seu infortunio, como causa unica de o tratarem de modo tão diverso de quanto era de esperar,

só pelo desejo de o perseguirem, sem lhe valer estar tão longe de Portugal; mas, proseguiu, deixava a Deus o conhecimento de tudo; se podiam tirar-lhe a honra e a liberdade, nunca lhe tirariam a paciencia; que soffressem a pena merecida os auctores da culpa; e depois, em tom de gracejo, e para alliviar a dôr: «se me prendem por ter irmãos em Portugal, prendam tambem D. Leonor Pimentel, que alli tem um».

N'este dia escolheu Navarro os familiares que haviam de ficar em seu serviço, e, por ordem de D. Francisco de Mello, deixou lhe Araldo de Tret, seu capellão, natural de Lilla, homem de conhecida virtude; Luiz Pereira da Costa ou de Sampaio, seu camarista; Gaspar de Magalhães, seu mordomo; dois pagens; dois moços da camara; um cosinheiro; e um reposteiro.

Desejou D. Duarte escrever a Filippe IV, e pediu a Navarro que para isso obtivesse licença de D. Francisco de Mello. Obtida ella, entregou a carta a Navarro, aberta, como lhe fôra determinado, para que se lesse, entregando-a este logo ao ministro hespanhol.

Como o infante não devia demorar-se em Ratisbona senão pouco tempo, decidiu assentar quanto respeitava ao seu regimento, e solicitou consentimento de D. Francisco para fazel-o na presença de Navarro. A esse fim mandou chamar o seu secretario, que era allemão, e sómente conhecia a lingua propria e a latina, e com elle falou n'esta por mais de meia hora, não sem elegancia, dispondo dos seus cavallos e alfaias a favor dos seus creados, permittindo a alguns que se fossem, e gratificando-os, conforme os logares que occupavam e os serviços que haviam prestado.

Acabadas as disposições que julgou necessarias, e a conferencia com o secretario, voltou-se para Navarro, e disse: «Era opinião de meu pae que se dêem aos amigos, e não se vendam, os cavallos de que nos servimos, para que os não maltratem; se não achaes n'isso inconveniente, receberei por-

tanto grande gosto em acceitardes um dos meus, que estimo muito». E, vendo que Navarro não annuia ao seu offerecimento, posto se enternecesse alguma coisa, por ser n'aquella occasião, continuou: «Não sabia até hoje que fosse delicto receber um presente que se faz como legado testamentario, mas, visto que assim o entendeis, conformo-me com a vossa vontade, embora muito o sinta».

No dia seguinte, seis, disse o infante a Navarro que resolvera renunciar o seu regimento, e que D. Francisco de Mello dispuzesse d'elle do modo que julgasse proprio, pois, segundo o determinado, via que passava ao serviço de Filippe IV. Respondeu-lhe Navarro que não lhe parecia acertada a renuncia, porque era começar-se a castigar pelas suas mãos, antes do conhecimento da causa; e apresentou-lhe, a proposito, a fim de o persuadir, alguns exemplos que sabia de principes do imperio, os quaes, apesar de accusados, haviam conservado os seus postos e regimentos; ao que o infante replicou: «Se Deus houver por bem livrar-me de tão immerecida oppressão, a espada, que, durante o espaço de sete annos, serviu a augustissima casa d'Austria e n'ella a el-rei, mostrará que não se cansou em tão pouco tempo, ainda que me seja preciso derramar o sangue, e perder a vida em seu real serviço; e então, reconhecida a minha fidelidade e zelo, não deixará elle de me dar regimentos que commande». Todavia, insistindo Navarro nas suas razões, concordou no outro dia com ellas, e nomeou para o posto de tenente-coronel do mesmo regimento, vago recentemente pela morte de quem o occupava, D. Pedro de la Cueva, hespanhol, bom soldado, que era sargento-mór, e servia no mesmo havia muitos annos, ordenando que, para remontar a sua companhia, se tirassem dois tiros dos seus cavallos, pois não os precisava. Segundo quer Birago, o infante mandou offerecer a renuncia do seu regimento ao imperador pelo conde Slich. Não a acceitou Fernando III, mas pouco tempo depois ti-

rou-lh'o, sem o ouvir, por suggestões dos hespanhoes. Nenhum outro documento ou auctor dos que compulsámos corrobora esta asserção.

Foi n'este dia D. Luiz Gonzaga visitar o infante, em nome do imperador, e disse-lhe da sua parte que estivesse descansado, e que, se não tivesse culpa, sua magestada cesarea lhe offerecia a sua protecção. Agradeceu-lh'o o infante com toda a reverencia; mas, voltando-se para Navarro, exclamou: «Conceda-me Deus a sua, que a do imperador já vejo quanto me serve».

Parecia diligencia escusada examinar os papeis do infante; se houvesse alguns que o compromettessem, tinha tido tempo mais que sufficiente para os inutilisar, desde que soube do levantamento de Portugal, antes de ser preso por D. Luiz Gonzaga, e mesmo depois, porque os poderia ter lançado com a maior facilidade no Danubio. Comtudo Navarro, embora pensasse d'este modo, não deixou de o fazer, já para cumprir com todas as formalidades, em taes actos costumadas, já sobretudo porque D. Francisco de Mello assim lh'o ordenara, por causa de D. Diogo de Saavedra Fajardo haver interceptado um maço de cartas dirigidas ao infante, entre as quaes havia uma de seu irmão, em branco, e outra com algumas linhas em cifra, escripta pelo padre D. Damazo Cardoso, que assistia em Veneza.

Recebida a ordem de D. Francisco, apressou Navarro a diligencia, a que já tencionava proceder, e apresentou-se para esse fim a D. Duarte, o qual determinou logo que lhe franqueassem os bahús e uma escrevaninha em que guardava papeis. Tambem lhe pediu Navarro, que, se tivesse alguma cifra, lh'a entregasse, ao que elle respondeu immediatamente que uma tinha com o padre D. Damazo, e mandou-lh'a dar por Luiz Pereira de Sampaio, seu camarista.

Do exame de todos os papeis apresentados, que se continham em quatro maços, conheceu-se serem contas e cartas de correspondencia com varias pessoas, durante o pe-

riodo de sete annos, nas quaes, posto que algumas fossem um tanto frescas, não havia nada em seu prejuizo, e muitas ordens, em allemão, para o seu regimento, e recebidas de seus generaes. Estas deixou Navarro em poder de Luiz Pereira; todos os outros papeis restituiu-os ao infante, como determinara D. Francisco de Mello. Quanto á carta em cifra de D. Damazo, levou-a a este ministro, o qual a fez decifrar por elle e por D. Diogo de Saavedra. Tratava ácerca de uma pessoa religiosa, de que falava com bem pouca decencia, aconselhando ao infante que a não visitasse, sem ella o fazer primeiro. A este acto achou-se tambem presente o marquez de la Fuente. A cifra e a carta ficaram nas mãos de D. Francisco.

N'este meio tempo, um novo accidente perturbou o animo do preso, e de tal maneira, que logo o deu a conhecer a Navarro, quando este o foi ver no dia dez, recebendo-o com modo serio e com pouco agrado, fóra do seu costume e da sua natureza, que era modesta e branda. Suspeitou Navarro que seria falta de saúde, e perguntou-lhe como passara a noite. «Como quereis que passe um homem, tão desditoso, que não ha ninguem que não se lhe atreva!» respondeu elle; e, proseguindo, contou que chegara um capitão do seu regimento, pelo qual soubera como o conde Picolomini tinha determinado a todos os officiaes do mesmo que não lhe obedecessem, nem o reconhecessem por coronel. Esta resolução do seu general causou-lhe o maior sentimento; não acreditava que partisse d'elle, e sim de esphera superior; e bradava, e protestava a sua fidelidade, assegurando que um golpe tão sensivel não tinha remedio, visto ser publico a todo o exercito.

Procurou Navarro moderar-lhe a magua, dizendo que estava persuadido que o conde Picolomini procedera por si, pois, sendo este regimento um dos designados para passarem ao serviço do rei de Hespanha, não mandaria o imperador ordens áquelle general sobre suspender-lhe ou tirar-lhe o

coronel; que sabia muito bem que D. Francisco de Mello era contra o parecer de começar o julgamento pelo castigo, e que ia immediatamente dar-lhe conta do succedido, a fim de remediar-se o mal. Com effeito, Navarro foi ter com D. Francisco, e pôl-o ao facto de tudo. Admirou-se este de o conde Picolomini haver tomado tão subita resolução, e incumbiu-o de tornar logo a D. Duarte, e de lhe affirmar que a tudo se providenciaria, declarando, além d'isso, que na noite antecedente o imperador lhe participara a sua tenção de o conservar nos postos de sargento general de batalha e de coronel de cavallaria. Estas palavras abrandaram o sentimento do infante. Foi ainda Navarro ter com o conde Slich, em nome de D. Francisco, e referiu-lhe o que succedera. D'aqui resultou falar o conde a sua magestade cesarea, e ordenar-se a Picolomini que não innovasse coisa alguma quanto aos postos de D. Duarte, porque a vontade do imperador era que elle fosse conservado em todas as suas honras.

VIII

Desde que o infante soube com certeza que o queriam prender, apoderou-se do seu espirito uma grande inquietação, e o somno fugiu de seus olhos, durante muitas noites, e a alegria voou da sua alma, se bem, ás vezes, o não deixassem transparecer a delicadeza e constancia de que era dotado. Suspeito de cumplicidade com seu irmão, confiou ainda, posto conhecesse perfeitamente a solidariedade de principios e interesses do imperador e do rei de Hespanha, que demonstraria a sua innocencia, apresentando-se, de pro-

pria vontade, a Fernando III e a D. Francisco de Mello, e que os seus desinteressados e importantes serviços, o seu comportamento, a sua qualidade de principe, o privilegio de cidade livre de que Ratisbona gosava, estar ahi reunida a dieta e a fé publica que o proprio archiduque Leopoldo, irmão do imperador, lhe garantira, o escudariam de quaesquer perseguições. Preso antes de chegar ao seu destino, viu desvanecer-se parte das suas esperanças; todavia, continuou acreditando que, dentro em breve, se conheceria a verdade, e sahiria illeso da culpa que lhe imputavam. Procurava portanto provar o mais possivel o seu zelo e fidelidade ao governo hespanhol, e no que se acaba de ler estão bem patentes os esforços empregados para conseguil-o.

«Muitas vezes me fala o senhor D. Duarte, diz Navarro, da temeridade de seu irmão, dando-lhe o nome de loucura, desatino e ignorancia; e insiste no parecer de que não foi uma acção premeditada, porém uma revolução repentina do povo, embebido nas crenças sebastianistas, porque o duque não é homem para emprezas, nem para governar coisas grandes; nunca lhe conheceu ambição; e nem mesmo se embaraçava com o governo da sua casa. De sua mulher não asseguraria outro tanto, e accrescentava: mulier quam dedisti mihi».

No dia oito de fevereiro, indo Navarro aos aposentos do infante, encontrou com elle D. Carlos Guasco, general de artilheria do exercito hespanhol, que era seu amigo, e, estando em Ratisbona, obtivera licença de D. Francisco de Mello para visital-o. Conversou-se nas alterações de Portugal; e o infante persistiu na sua opinião afiançando que o tempo mostraria como o duque fôra obrigado pelo povo, em revolta, a commetter aquelle desacerto; que os ministros com as suas demasias o sublevaram talvez; mas que não havia causa imaginavel que desculpasse a traição ao seu senhor natural. A quanto força a necessidade! Referiu-se depois ao mau procedimento de alguns ministros;

accusou Miguel de Vasconcellos, sobre cuja ascendencia se alongou, e Diogo Soares, de tyrannisarem o reino e abaterem a nobreza; e alludiu ás intrigas do ultimo com o fim de inimisar o marquez de la Puebla e a princeza Margarida, para governar tudo, dividindo-os.

Outra vez discorrendo Navarro com o infante sobre a mesma materia, e sobre o damno que resultaria a Hespanha da guerra entre ella e os portuguezes, por ser dentro da peninsula, respondeu-lhe D. Duarte que nunca vira Portugal tanto, como quando lá foi, havia dois annos; que estava perdido; com limitado numero de gente, esta mesma pobre e falta de tudo; e que o seu mal provinha principalmente dos portuguezes, por serem poucos e de baixa classe os que governavam, e se achavam de posse dos cargos e prelazias; com o que, a maior parte da nobreza vivia desgostosa; que a recuperação do reino não a tinha por mui difficil; que era tal a desunião entre os nobres, que nem um dia se encobriria qualquer projecto de sublevação, quanto mais dois annos, conforme constava; e que, de todo o coração, sacrificaria a vida, como fiel vassallo de Fillippe IV, a troco de receber novas de Portugal estar socegado.

Uma das coisas que extremamente o inquietava era a India e o Brazil; e tanto que, indo Navarro um dia visital-o, o infante lhe disse, com as lagrimas nos olhos, ao acabar de ouvir missa no seu quarto: «Sabeis no que estava pensando? Na perda da India e do Brazil, onde a religião catholica, plantada com o sangue de tantos martyres, padecerá a ultima ruina, por causa do terrivel desatino do duque; e os paizes, que, com tamanho valor dos cavalleiros portuguezes, e excessivos gastos, foram conquistados, cahirão indubitavelmente nas mãos dos nossos maiores inimigos, pois a India não se pode sustentar sem o soccorro ordinario; e os que lá se acham pactuarão com elles; e quem fôr fiel morrerá gloriosamente.»

Não contente o infante com estas mostras de devoção ao

governo de Fillippe IV, chegava até a asseverar que havia a melhor correspondencia entre seu irmão e o conde-duque, o que vae de encontro ao por elle mesmo confessado n'outra parte.

São falsas algumas d'estas asserções, e é claro o seu intuito; mas n'outras conhece-se a verdade que respiram.

Custa-nos a crêr que o infante pensasse de uma maneira tão desfavoravel ácerca da restauração da sua patria, confundindo-a com uma simples revolta popular, desordenada, e facil de extinguir. Ponhamo-nos porém na sua situação, no meio da atmosphera politica em que vivia, atmosphera agitada pelos grandes interesses da Europa, e viciada profundamente pela influencia hespanhola, e de certo o nosso juizo mudará immediatamente.

Partiu o infante, de Portugal, desanimado pelo que vira, para o que tinha razões de sobra. Continuou occupando-se nas suas campanhas, longe do tracto dos portuguezes, ao menos, dos portuguezes não affectos a Hespanha, emquanto que no reino crescia o descontentamento contra o dominio estrangeiro, e se preparavam surda, dispersamente os elementos da revolução. Á superficie do corpo social reinava uma calma enganadora, que os mais previdentes supporiam nuncia de procella, mas de que só o povo, nas suas constantes e quasi loucas aspirações de liberdade, imaginaria que tinha de sahir resplendente a aurora da emancipação da patria.

Já dissemos quanto basta, e n'este mesmo livro, para pintar o estado de Portugal n'essa terrivel épocha, e por isso nos dispensamos de o escrever de novo. Os debeis passos da França, para tentar os animos dos portuguezes, ficaram talvez occultos ao infante, ou tiveram tão pouca importancia, e foram tão secretos, que passaram para elle, como para o commum, desapercebidos ou quasi. Quanto á sublevação da Catalunha, qual seria o portuguez que não estremecesse de jubilo com tão fausta novidade? Qual o que

não nutrisse desejos de ver a patria imitar tão proficuo exemplo? Qual não sonhou então, por mais desalentado e descrente, com a emancipação nacional? E conservar-se-hia D. Duarte insensivel a tão nobres sentimentos? Ninguem ousará affirmal-o.

Mas o silencio que reinava em torno de Portugal, semelhante ao que acompanha os ultimos momentos do enfermo, continuou como até alli, e nada levou o infante a pensar que o occidente da peninsula se levantaria, galvanisado, do seu longo torpor. Emfim um dia chega-lhe a noticia, incerta, confusa, e depois evidente, de que elle proclamara a sua independencia, escolhendo para rei seu irmão.

Predisposto contra o acontecimento, sem aviso algum do que occorrera, não acreditou os primeiros rumores, e, forçado a prestar-lhes fé pela sua confirmação e pela propria prisão, julgou que fôra um tumulto popular, egual ao de Evora, ou pouco mais, e que em breve se extinguiria, porque lhe appareciam os factos atravez das informações dos inimigos, e da propria ignorancia. A falta de participação do duque levava-o sobretudo a duvidar da importancia da revolução portugueza, e de elle haver acceitado a coroa por vontade, porquanto, do contrario, como não lh'o communicaria, deixando-o entregue ás maiores perseguições, e como o esqueceria a ponto de não o convidar para tomar parte nos riscos e na gloria de tamanho feito? E os conjurados? Tinham-o procurado quando viera a Portugal em trinta e oito; tinham mesmo chegado a offertar-lhe o throno, caso seu irmão o não quizesse; fugira ao convite, promettendo todavia auxiliar a emancipação da terra natal, correndo a ajudal-a, d'onde quer que estivesse; e chegava esse momento tão anciado, e nem ao menos o avisavam de coisa alguma! Como havia de acreditar tamanho amor e tanta solicitude de um lado, e tanta indifferença e tanto descuido do outro?

Nem admira que o infante duvidasse da restauração,

quando, ao principio, isso aconteceu geralmente fóra de Portugal, e quando, até n'elle, os que a viram ficaram estupefactos e quasi incredulos: tão repentina, tão inesperada, tão assombrosa foi ella!

Fr. Antonio Seyner, já por nós citado, escreve o seguinte, que vem confirmar-nos: «Foi tal o successo de Portugal que, depois de realisado, a custo se acredita. Não se poude temer, nem conjecturar, e por isso não admira a incredulidade. A prevenção dos sediciosos, a presteza da execução, e finalmente o modo com que tudo se assentou não parecem obra de homens, porém sim que Deus o permittiu em castigo dos seus e dos nossos peccados[1].»

E, se assim pensava o religioso hespanhol, testemunha presencial dos acontecimentos, o que faria D. Duarte, longe de Portugal, e que só d'elles conhecia um rumor incerto, adrede amesquinhado pelo nossos inimigos?

Não significa pois o seu procedimento carencia de amor patrio; e, se não correu, como tantos, em soccorro dos seus conterraneos, foi porque, pela sua auctoridade e parentesco com o novo rei, o imperador de Allemanha, que tão bem servira, o entregou ingrata e traiçoeiramente á Hespanha, antes que o certificassem da verdade dos successos.

Ah! pobre infante, se os soubesses com certeza, bem diversos foram os teus sentimentos, posto os não pudesses exprimir pela triste dependencia em que te achavas! Suppunhas teu irmão compromettido, como o estivera quasi na epocha das alterações de Evora, e temias, julgando inconsistente o movimento que o levantara ao throno, para elle e para o teu paiz, as terriveis consequencias das represalias de Hespanha. Duvidavas, temias, como é proprio de quem ama, que tamanha empreza, commettida com forças tão deseguaes, se mantivesse contra os seus exercitos; que

[1] *Historia del levantamiento de Portugal.*

as vastas regiões de além-mar, conquistadas para o reino, para a civilisação, e para a humanidade, pela cruz do missionario, e pela espada do guerreiro, á custa de tanto sangue espargido nos potros do martyrio ou nos campos de batalha, com os olhos em Deus e na gloria da terra natal, se perdessem totalmente. Receiavas que esse imperio, estendido pelas nossas armadas atravez dos perigos e tempestades do oceano, desde a Europa ás quatro restantes partes do mundo, já tão diminuido principalmente pelas incursões da Inglaterra e da Hollanda, depois da desgraçada juncção de Portugal á Hespanha, se esboroasse de todo, desprotegido da força e do prestigio d'esta, e abalado nos fundamentos pela repentina separação dos dois povos peninsulares. Eram pois sinceras n'este e n'outros pontos as tuas palavras; entretanto quanta vontade não terias de que mudassem as circumstancias e pudesses pensar como te mandava o coração!

Mas não se limitava o infante a protestar o seu zelo ao governo de Madrid; offerecia-se até para vir a Portugal combater a revolução, que de certo desejaria ajudar, se não houvesse as causas que apontámos, isto é, se a julgasse estavel e digna de confiança.

Pouco depois da sua chegada a Ratisbona, pediu D. Duarte a Navarro, deante do marquez de Grana, que o fora visitar, com licença do monarcha allemão e de D. Francisco de Mello, para representar a este o seguinte: que considerasse bem qual seria maior, se o damno que causaria a Filippe IV, indo a Portugal, ou se o proveito que lhe resultaria de elle procurar reduzir o duque ao seu serviço, e apartal-o do terrivel erro que commettera. Pela sua parte, parecia-lhe, consultando-o com a sua innocencia e sinceridade, que o prejuizo seria nenhum, e conhecida a utilidade da jornada, cujo perigo se acautelava, prestando antes preito e homenagem ao imperador de voltar ao sitio que se lhe determinasse, o que tudo deixava á prudente

consideração de D. Francisco de Mello. Egual offerecimento fez, n'essa ou n'outra occasião, deante do conde de Quineniler[1]. Prometteu Navarro comprazer-lhe, ponderando comtudo que julgava impraticavel o caso, porque o imperador não o soltaria sem annuencia do rei de Hespanha, e, além d'isso, porque, se fosse a Portugal, e não seguisse a facção do duque, o metteriam sem duvida preso n'algum castello, até que mudasse de parecer, ou o matariam para não o terem por inimigo. Tudo quanto dissera, escreveu o infante, pouco depois, a D. Francisco; mas este respondeu-lhe por Navarro, que a sua prisão poderia trazer-lhe augmento e socego, e que se prevenisse para ser levado á fortaleza que o imperador determinasse.

N'este offerecimento, que nos parece estranho e censuravel, o infante conformava-se com o proceder dos outros portuguezes, que então serviam Hespanha, ou estavam n'ella. E julgaes que eram poucos ou de pouca monta? Não: residiam n'aquelle paiz grande parte da nobreza e alguns dos principaes membros do clero do reino, bastando citar d'entre os setenta e tantos nomes, que trazem os *Annaes de Portugal,* os seguintes: D. Affonso de Lancastre, marquez de Porto Seguro, commendador-mór de S. Thiago, filho segundo do duque d'Aveiro; Felix Machado, marquez de Monte Bello; os condes de Villa Nova; de Santa Cruz; de Sabugal; do Prado; de Miranda; de Linhares; de Castro Daire; de Basto; de Figueiró; de S. João; de Santo Antonio; de Villa-Flor; e da ilha do Principe; D. Francisco de Lancastre, commendador-mór de Aviz; Antonio de Magalhães, senhor da Ponte da Barca; D. Fradique da Camara, irmão do conde de Villa Franca; D. Francisco de Noronha e D. Jeronymo de Noronha, filhos do conde de Linhares; Francisco Moniz, senhor de Angeja;

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, nos interrogatorios ao mesmo. Mss.

Henrique de Sousa, filho do conde de Miranda; Luiz de Sousa, seu irmão; D. José de Sousa, sobrinho do conde do Prado; D. João de Castello Branco, filho do conde de Sabugal; Antonio de Mello, filho de Martim Affonso de Mello; D. João de Menezes, conde de Castro Forte, e senhor de Alconchel; o celebre D. Francisco Manuel de Mello; o arcebispo de Evora; Francisco Pereira Pinto, do conselho de Portugal, bispo eleito do Porto; D. Bernardo de Athayde, filho de D. Antonio de Athayde, conde da Castanheira, bispo eleito de Portalegre; Affonso Furtado de Mendonça, deão da sé de Lisboa; e D. Diogo Lobo, priormór de Palmella.

Pois, ao correr a noticia da revolução do primeiro de dezembro, todos, ou quasi todos esses portuguezes apresentaram os seus protestos de adhesão ao governo de Filippe IV, e offereceram-lhe os seus serviços, tendo aliás o maior desejo de passarem a Portugal, em ajuda da causa da independencia, como bem depressa quasi todos fizeram, apenas lhe foi permittido, e apenas ficaram scientes da magnitude da empreza, que, ao principio, mal informados, não avaliaram devidamente.

Devemos imaginar portanto que o offerecimento do infante era de boa fé, e originado da situação em que se via; e que só tentava compor tudo de modo favoravel ao bem da sua patria e de seu irmão e familia, tanto mais, que já talvez acreditasse, como algum tempo depois, que o detinham para conseguirem por seu meio a reducção de Portugal á antiga obediencia, conforme adeante veremos. Admittida a ignorancia do verdadeiro valor da revolução portugueza, não custará egualmente a admittir que o infante quizesse representar o papel de medianeiro entre o duque e o seu paiz, de um lado, e o governo de Madrid, do outro. Não representou o proprio D. João IV, e a fidalguia de Portugal esse mesmo papel por occasião dos tumultos de Evora? Dava o infante por garantia de voltar ao imperio

a sua palavra, e julgamos que era com tenção de cumpril-a, isto é, se as coisas estivessem no estado em que pensava, pois, se não, o bem da patria, razão suprema, o desculparia, como desculpou a outros; mas Navarro e D. Francisco de Mello não o creram assim, e, previdentes e mais bem informados, viram os perigos da resolução, perigos com effeito verdadeiros, que o infante não fugiria, e que até devia estimar.

IX

N'este comenos preparava-se tudo para o infante ser transferido de Ratisbona a Passaw, logar mais seguro, por ficar em uma eminencia, forte pela natureza e pela arte. Logo dois ou tres dias depois da sua chegada, mandou D. Francisco de Mello a Navarro, que fosse pedir as ordens necessarias ao conde de Trautsmandorf, e este dirigiu-o ao conde Slich, presidente de guerra, o qual perguntou a Navarro, se havia de levar D. Duarte como réo do crime de lesa-magestade, ou como cavalheiro. O que se pretende, respondeu-lhe Navarro, é que vá com muito boa guarda; sua magestade cesarea, pelo simples facto de prendel-o, não o declarou réo d'aquelle delicto; os accusados não se privam das suas honras, antes de serem convencidos da culpa; e portanto é justo que seja levado como cavalheiro. Concordou o conde, e prometteu dar-lhe as ordens no dia seguinte. Passou-se isto a seis ou sete de fevereiro.

A nove tornou Navarro ao conde Slich para buscal-as. Disse-lhe este que a jornada se realisaria dentro de dois ou tres dias; que se destinara o coronel Schench para o effeito; e que Voregart, a cujo cargo estava a companhia da guar-

da do archiduque, faria a escolta com trinta cavallos. Mas a partida adiou-se para d'ahi a tres dias, porque o archiduque fôra a Passaw, e não queria encontrar-se lá com o infante. Parece que se resolvera, ao principio, encerral-o no castello de fóra da cidade; depois o imperador (ou o archiduque, segundo Luiz Pereira de Sampaio)[1] determinou que, por elle ser de maus ares, o alojassem no palacio archiducal, preparando-lhe tres casas com grades, para maior cautela.

No dia doze ventilou-se a questão do modo da viagem, se por terra, se pelo rio, e opinou-se a favor do ultimo, por se gastar metade do tempo, ser menos perigoso, e de menos dispendio. Approvou-o D. Francisco de Mello, e incumbiu Navarro de communical-o ao marquez de la Fuente e a D. Diogo de Saavedra Fajardo, os quaes tambem o approvaram. Cuidou-se pois de pedir barcos ao imperador. A treze fixou-se a partida para o dia seguinte de manhã.

Foi Navarro participar a noticia ao infante, o qual, ouvindo-a, replicou triste e resignadamente: «Façam o que quizerem, que já não sou dono de mim. Em verdade, se visse entrar por esta janella a morte, dar-lhe-hia as boas vindas. Já não teem que tirar-me, pois me levam a uma prisão com tão pouca justiça. Resta-me apenas um consolo: não me podem fazer damno á alma; interficere quidem possunt; ledere autem non possunt. Que Deus augmente a minha paciencia, e venham os trabalhos».

A quatorze partiu finalmente D. Duarte, depois de haver estado dez dias incompletos em Ratisbona. Durante todo este tempo D. Francisco de Mello não o viu nem lhe escreveu. «Sinto muito, dizia o infante a Navarro, não ter visto sua excellencia, nem ter, ao menos, recebido um escripto seu; e, posto conheça que faz bem de evitar toda a especie de communicação commigo, isso não diminue a mi-

[1] *Relação da prisão injusta do... infante D. Duarte...* Mss.

nha dôr, pois sei, consultando-o com o meu coração, que el-rei não tem nenhum vassallo mais fiel do que eu; e, ainda que o duque se deixou levar de tão terrivel desatino, filius non portabit iniquitatem patris; quanto mais, tratando-se de um irmão, de que, ha muitos dias, não tenho cartas, e nem mesmo os auxilios pecuniarios que me costuma mandar».

De outra coisa se queixou tambem o infante: soubera D. Francisco de Mello os acontecimentos de Portugal; escrevera-lhe, e não o avisára d'elles, para se dirigir, sem mais demora, a Ratisbona, e se entregar em suas mãos. A isto objectou Navarro que não lhe achava razão; porque, como constara ao mesmo tempo a acclamação do duque de Bragança e a suspeita de que elle tivera parte no facto, commetteria grande erro D. Francisco, em lh'o participar, visto que, se fosse cumplice na revolução, procuraria pôr-se a salvo o melhor que pudesse; e que, em caso de duvida, não devia D. Francisco faltar a si mesmo e ao cargo que occupava, em um negocio de tanta monta, no qual se precisava prevenir o minimo inconveniente.

Em compensação, as ordens de D. Francisco de Mello a Navarro ácerca do infante não eram barbaras. A sua pessoa devia guardar-se com muito cuidado e diligencia por diversos respeitos, mas cumpria não o desgostar de modo que o obrigassem a tentar extremidades, pois, já que voluntariamente se lhes entregara, não convinha dar-lhe motivos para buscar fugir. Estas ordens cumpriram-se, como vimos na resposta de Navarro ao conde Slich, na occasião de se assentar a sua transferencia para Passaw. Tambem D. Francisco lhe offereceu, por vezes, dinheiro, que elle rejeitou, e da segunda vez com estas palavras: «Que agradecia a sua excellencia, mas que o tinha bastante para dois ou tres mezes; e que, até esse tempo, acreditava se viria no conhecimento do seu zelo e fidelidade»; e, como Navarro insistisse com elle para acceitar, respondeu-lhe ma-

goado: «Se me quereis bem, não me aconselheis tal; quando houver passado esta borrasca, e me julgarem capaz do serviço d'el-rei, receberei a mercê que elle me queira fazer; até então não quero nada; se me faltar com que coma, irei vendendo hoje um prato, ámanhã outro, emquanto durar a minha pouca prata, que valerá seiscentos escudos».

Durante a sua permanencia na cidade de Ratisbona, visitaram-o o marquez de Grana, e o general D. Carlos Guasco, e Fernando III encarregou D. Luiz Gonzaga de o cumprimentar, e de lhe prometter a protecção imperial, no caso de estar innocente, como tudo já escrevemos. O marquez de la Fuente incumbiu tambem Navarro de o visitar da sua parte, e de lhe offerecer os seus serviços. A sua guarda em Ratisbona era de vinte e quatro soldados.

Sahiu o infante a quatorze de fevereiro d'esta cidade para Passaw, descendo o curso do Danubio em dois barcos, n'um dos quaes ia elle, o coronel Schench e Navarro, com os creados de todos; no outro vinte soldados, para segurança da viagem; e, na entrada de ambos os barcos, quatro mosqueteiros. O infante levava toda a sua casa, prata, cavallos, e objectos de luxo.

Ás tres horas da tarde, estando Navarro fóra da coberta, á proa, viu alguma infanteria na margem, a qual não lhe deu cuidado por ser da parte de Baviera. Seguiram navegando pelo meio do rio, e, ao emparelhar com ella, ouviram gritar que abordassem, e, como não obedecessem logo, foram recebidos com uma descarga de mosquetaria. Mandou então Navarro ao coronel que respondesse com a dos seus soldados; mas este julgou melhor não o fazer, e approximou-se da margem. D'ahi falou ao commandante d'aquella força, que o conheceu, e se escusou com a ordem que tinha para examinar todos os barcos na passagem. Posteriormente soube-se que, julgando serem barcos de commercio, queriam roubal-os. N'esse dia chegaram, posto que

tarde, a Estraubinghen, onde desembarcaram, a fim de dormirem a noite em terra e em logar fechado.

A quinze partiram de Estraubinghen, e saltaram, na tarde do mesmo dia, em Filsofen, tambem logar fechado. Emquanto ahi se demoraram, recahiu uma vez a conversa a respeito dos negocios de Portugal, e o infante disse que sentia muito haver-se espalhado no imperio, por noticias vindas de Hespanha, n'uma gazeta, que, havia dois annos, se machinava no reino a sublevação, e que era n'ella comprehendido; affirmou que tal não podia ser por causa da desunião da nobreza, que não permittiria guardar-se segredo, nem sequer um dia; no tocante á sua pessoa, calava-se; mas Deus não deixaria oppressa a sua innocencia com o que, injustamente, lhe imputavam. Respondeu-lhe Navarro que todos folgariam de elle não se achar implicado n'aquella conspiração, mas que, emquanto a verdade não se aclarava, qualquer suspeita bastaria para o reter preso, e que ninguem, que bem pensasse, a não ser o prejudicado, teria por má a medida que se tomára. Replicou-lhe o infante que em Madrid não o tratariam tão rigorosamente, no que Navarro discordou, procurando animal-o com a esperança de que Deus o livraria, para muita gloria sua, d'aquelles trabalhos, e que el-rei o não faria padecer, não tendo crime. «Podeis crer a meu respeito o que quizerdes, tornou-lhe D. Duarte; quanto a mim, acredito firmemente que, se a razão do estado lh'o persuadir, hão de atropelar a minha innocencia, e deixar-me morrer aqui como um perro, ficando eu na opinião de todos havido por criminoso, embora nunca lhes possa constar que commetti culpa alguma».

N'aquelle dia podiam terminar a viagem, mas não o fizeram, porque não navegaram de noite, visto lhes ser impossivel tão tarde, pôr o infante na habitação que se lhe destinára. Ficaram portanto em Feltizen. A dezeseis chegaram, antes das tres horas, a Passaw.

Enviou logo Navarro um recado ao coronel Rublender, governador militar da cidade, para lhe vir um coche em que entrasse D. Duarte. Passada meia hora, parava um junto da margem do rio, trazendo o barão de Rumestal, conselheiro do archiduque Leopoldo, o qual, tendo cumprimentado D. Duarte, lhe disse em italiano, com muita cortezia, que summamente lhe pesava ter de servil-o em semelhante occasião, mas que sua excellencia conheceria a boa vontade de sua alteza, na maneira por que havia de ser tratado. Agradeceu-lh'o o infante, e juntamente com o barão, o coronel Schench e Navarro, entrou no coche, indo-se apeiar á hospedaria da Aguia Negra, por não estarem ainda arranjados os seus aposentos.

Apenas Navarro deixou o infante na hospedaria, encaminhou-se para casa do stathalter, ou vigario, que era conego da sé de Passaw, e exercia tambem o governo politico do bispado. Pelas suas informações soube que o archiduque Leopoldo déra as ordens necessarias para a guarda do preso, e determinara que fosse tratado como principe, com toda a gentileza e urbanidade, e tambem que pelo passadiço pudesse ir ouvir missa á cathedral. Depois o vigario mandou mostrar a Navarro os quartos do infante, que o mesmo archiduque escolhera. Eram quatro grandes; dois tinham sido divididos e arranjados muito decentemente para o seu serviço; nos outros dois alojar-se-hiam os seus creados. As janellas d'estes quartos davam sobre uma espaçosa praça, e o vigario resolvera que se lhe puzessem grades em toda a altura, o que já anteriormente fôra assentado, como vimos; e já haviam sido postas em cinco. No mesmo dia, visitou o vigario o infante, indo á usança do paiz, e enviou-lhe diversos presentes. Aqui moveu-se duvida quanto á sua guarda. Navarro, segundo a ordem do coronel Schench, devia entregal-o ao coronel Rublender, que já sabia a fórma por que se regularia; Rublender dizia que não recebera ordem alguma, e que

isto tocava ao vigario, o qual allegava que os soldados de que dispunha eram burguezes e improprios para o effeito. Por tal motivo, despachou o vigario um correio, no dia dezesete, ao archiduque, a fim de saber a sua vontade. Entretanto Navarro incumbiu os mosqueteiros, que levara de Ratisbona, de guardarem o infante.

A dezoito, estando Navarro conversando com elle das coisas de Portugal, inquiriu-o a respeito da seguinte prophecia que lêra, feita a D. Affonso Henriques: et durabit regnum tuum usque ad decimam sextam generationem, et attenuabitur proles, eamque sic attenuatam postea respiciam et videbo; o que lhe explicou o infante como uma tradição de paes a filhos, que tinha sido achada em caracteres mui antigos, e que depois se verificara no rei D. Henrique, decimo sexto na linha dos reis de Portugal; e accrescentou: «Prouvera a Deus que os nossos portuguezes não fossem tão dados a estas impertinentes prophecias, pois geralmente asseveravam que no anno de mil seiscentos e quarenta se havia de manifestar o Encoberto, do que a gente de bom senso zombava, julgando que falavam do rei D. Sebastião».

Na noite do mesmo dia, achando-se com o infante o coronel Schench, e estando Navarro fóra do seu quarto, foi visital-o o duque Francisco Alberto de Saxonia, alojado na dita hospedaria, de caminho para Dresde. Era já hora de ceia, e demorou-se por algum tempo, assim como o barão de Zizendorf, o coronel Cacrei, e o capitão Henin, camaradas do infante. A dezenove, passeiando um seu creado pela cidade, viu que punham grades no quarto do amo, e participou-lh'o. Sentiu-se este de tal medida de prevenção e estranhou-o a Navarro, dizendo-lhe: Que, pois se tinha vindo entregar, não seria para fugir, e que as maiores e mais fortes cadeias consistiam nas da sua fidelidade; que o Palatino, rebelde ao imperio e prisioneiro de guerra, andava pelas ruas de Lintz, e que a elle o opprimiam com

o fim de o matarem de sentimento e melancholia. Respondeu-lhe Navarro ser verdade o relativo ás grades; mas que, no tocante ao Palatino, haviam-o tido com muito mais rigor do que a sua pessoa; que as prisões no começo eram sempre mais apertadas; que nutria esperança de o ver, dentro de pouco tempo, livre; e que, além de ter por encerro o palacio do archiduque, este determinara que elle fosse bem tratado, e com todos os respeitos que se lhe deviam. Estas ponderações calaram-lhe no animo, e abrandaram alguma coisa a sua magua.

No dia vinte chegou a ordem que se requerera ao archiduque para Rublender mandar fazer a guarda do infante com os seus dragões, pelo que, se retiraram os soldados que Schench empregára até então n'esse serviço.

A vinte e um visitou-o o barão de Rumestal da parte do archiduque, offerecendo-lhe n'essa occasião, em nome d'elle, tudo quanto fosse necessario ao seu bem estar. No mesmo dia entregou-lhe Navarro uma carta de D. Francisco de Mello, cujas palavras o consolaram um pouco.

Tendo-se acabado de pôr as grades nas janellas dos seus aposentos, e tendo-se feito tudo quanto a occasião requisitava, foi o barão de Rumestal, a vinte e dois, buscal-o á hospedaria n'um coche. Perguntou-lhe o infante se eram horas de passar á sua casa nova, e respondendo-lhe aquelle: como vossa excellencia fôr servido, cingiu a espada, que sempre se lhe consentiu trouxesse, conforme se praticava com os homens da sua qualidade, subiu ao coche e depois d'elle o barão e Navarro, e dirigiu-se ao palacio do archiduque. Ao entrar no quarto em que devia morar, cobriu-se-lhe o rosto de profunda tristeza. N'esse dia visitou-o o barão de Offquigen, conego da sé de Passaw.

A guarda do infante ficou encarregada, como vimos, ao coronel Rublender, que apartou para isso doze dragões do seu regimento, sob o commando do capitão Nicolau Capelli, por cuja conta devia correr a sustentação do preso. Á porta

do seu aposento seria postado um mosqueteiro, com ordem de só deixar entrar as pessoas, que o coronel quizesse. A paga d'esta gente era feita pelo governo de Hespanha, e montaria cada mez a cento e quarenta thalers. Pagou-se um mez adiantado, entregando-se o dinheiro a Rublender.

Além d'estas medidas, Navarro, na vespera de partir, fez conhecidos do coronel e do capitão os creados do infante, para que soubessem quem podia ir ao seu quarto; prevenção até ahi escusada, pela vigilancia que Navarro exercera no preso, que acompanhava durante a maior parte do dia.

O coronel deu ordem para que na porta da cidade o avisassem de todas as pessoas que entrassem, assim como dos seus nomes, e das casas em que se hospedavam, a fim de se averiguar se levavam alguma incumbencia a respeito do infante.

Devia o mesmo coronel, segundo as instrucções do archiduque, acompanhal-o todos os dias á missa pelos corredores até á cathedral, juntamente com o capitão Nicolau Capelli, e alguns soldados de guarda, mas com toda a cortezia e respeito.

Pouco antes de retirar-se de Passaw, Navarro offereceu outra vez dinheiro ao infante, para o seu gasto e sustento, por assim lh'o incumbir D. Francisco de Mello. Respondeu-lhe o infante que escreveria a este, e entregou-lhe outra carta para Filippe IV, aberta como a primeira.

A noite, despediu-se d'elle Navarro, e no dia seguinte, vinte e tres, partiu para Ratisbona, onde chegou a vinte e cinco com bonissima viagem.

É apreciavel a noticia dada por Navarro a D. Francisco de Mello, na relação de que nos temos servido, ácerca das suas impressões de quando conviveu com o infante.

«Não posso deixar de dizer a vossa excellencia, são as suas palavras, em que vi occupar o tempo aquelle cavalheiro nos dias que lhe assisti. Desde que se levanta emprega-se na oração e lição de livros devotos ou de historia,

e tambem de alguns politicos, dos antigos; ouve missa e depois come do que se lhe serve, sem jámais pedir coisa particular. Á tarde tem a mesma occupação, a qual se lhe conhece no discurso, porque a sua conversação, além de ser aprazivel, é naturalmente varia, erudita e sentenciosa. Nos costumes é muito modesto, honesto e retirado; não mostra ter odio a ninguem, excepto aos maus ministros, ou maus creados de el-rei nosso senhor, ou de sua magestade cesarea. Seu aspecto é sempre jovial e festivo com todos; nem jura, nem encarece muito o que diz; é homem socegado e um tanto fleugmatico; posto saiba muito do mundo, não é malicioso; se se achar innocente no desacerto de seu irmão, crerei que Deus lhe quiz experimentar a grande paciencia, de que julgo o dotou com muita vantagem».

Ao terminar a exposição de Navarro, vem a pello algumas considerações sobre o caracter d'este personagem da nossa obra, descripto pelos historiadores, cujo testemunho, á falta de melhor, ás vezes aproveitamos, como homem de baixa condição e insolente. Seguimos a sua relação passo a passo, mesmo de proposito, para mostrar, quanto possivel, os sentimentos que o animavam, e habilitar os leitores a julgarem seguramente. Pois bem, cumpre dizel-o, e de certo elles nos applaudirão n'este parecer, porque a verdade está acima de tudo, e o nosso unico desejo é acertar, e fazer justiça imparcial, nada achámos no longo documento que nos serviu de minucioso guia, que legitime estas accusações; pelo contrario, em todo elle respiram, a par da firmeza na execução das ordens que recebera, no meio das precauções que teve de adoptar, as maneiras mais delicadas e attenciosas da sua parte. Com effeito, não ha uma palavra que traia as más qualidades que lhe assacam; e note-se que este documento era dirigido a D. Francisco de Mello, ao proprio que solicitou a prisão do infante, e para ser remettido ao governo hespanhol. Se Navarro, pela sua posição especial, attrahiu sobre si o odio

dos portuguezes, e até a censura do infante, conforme veremos, culpa seria mais d'ella do que d'elle; pelo menos, assim o concluimos relativamente ao ponto que acabamos de historiar: n'esta occasião, o seu comportamento foi bom, e mui diverso do que pediriam aquellas más qualidades.

X

Antes de passarmos a outro livro, diremos ainda alguma coisa ácerca da vida militar do infante, para completar, tanto quanto possivel, o que deixámos escripto no livro antecedente. Seriam mais bem cabidas, sabemol-o perfeitamente, estas noticias, logo que findou a carreira gloriosa, com que se illustrou e á patria, nas guerras do imperio; mas operou-se tão rapida e tão bruscamente a sua passagem da liberdade para o captiveiro, e dos campos de batalha para a solidão do carcere, e, tão unida e travada ordiram os acontecimentos a teia da nossa historia, que só agora lhe podemos entretecer algumas palavras que ponham mais em relevo as qualidades apreciaveis do seu caracter, no largo theatro onde representou, durante annos, papel honroso e importante.

Dois lados, bem distinctos ambos, teve, como todas, a guerra dos Trinta Annos: o bom e o mau; o brilhante e o tenebroso; o magnifico e o miseravel; porém tudo em summo grau, porque foi uma guerra gigante; e, em ambos elles, sobresahiu o infante, já pelo valor, já pelas virtudes. Se foi uberrima a colheita de gloria n'esse campo, em que se degladiaram tantas nações e tantos interesses, os seus fructos brotaram da terra ensopada em sangue, e cresceram

entre a ruina e a devastação, debaixo de um ceo turvo pelo fumo das povoações incendiadas, e ao som das blasphemias e dos gemidos das victimas; se coube ao nosso infante avantajado quinhão nas victorias e nos perigos marciaes, e se n'elles mostrou os seus dotes de guerreiro, não menos brilharam os seus dotes de coração na incrivel miseria que então opprimia a Allemanha.

Tratando da visita de D. Duarte ao rei da Hungria, acampado no Wurtemberg, pouco depois de chegar a Vienna, da sua viagem com o mesmo rei para se ir juntar ao exercito, e da preponderancia que exercia n'esta côrte a politica hespanhola, já dissemos incidentemente algumas palavras a respeito do lastimoso estado a que chegara o imperio. Schiller completará agora a descripção do quadro.

«A situação da Allemanha, escreve o celebre poeta, na sua *Historia da guerra dos Trinta Annos,* era tão cruel, que todos os dias milhares de vozes pediam ao céo lhes concedesse a paz, julgada beneficio, ainda que viesse com as condições mais duras e humilhantes. Os paizes, onde outr'ora enxameavam populações numerosas, tinham-se convertido em aridos desertos, e, se ás vezes, no meio de tão triste scena se destacava algum verde prado, ou alguma ceara loirejante, a passagem subita de força amiga ou inimiga destruia, em poucos instantes, o fructo de um anno de trabalho, e a ultima esperança de um povo faminto. Só se descobriam por toda a parte, como outros tantos pregoeiros das calamidades publicas, castellos arruinados e aldeias em cinzas, cujos habitantes, baldos de todo o recurso, tinham ido engrossar as fileiras dos auctores dos seus males, e que infligiam, por seu turno, aos seus concidadãos, ainda felizes por possuirem asylo, todas as violencias de que haviam sido victimas. É que n'esse tempo unicamente se conhecia um modo de escapar á oppressão: tornar-se oppressor. As cidades gemiam sob o jugo de ferro das guar-

nições, que se julgavam com o direito de dispor da liberdade, da honra e da vida dos cidadãos. Se o transito dos exercitos, os quarteis d'inverno, e as contribuições de guerra devastavam e empobreciam os campos, o trabalho e a fertilidade do solo podiam remediar estes desastres; mas não havia esperança alguma para os habitantes das cidades, cujos muros serviam de refugio a guarnições permanentes. Para ellas uma victoria era tão funesta como uma derrota, porque o vencedor vinha tomar o logar do vencido, e os amigos eram, ás vezes, tão ferozes, e sempre tão exigentes, como os inimigos. O abandono da cultura, e a destruição das cearas elevara os productos da terra a preços exorbitantes, e a falta de viveres originara doenças contagiosas, que faziam mais estragos do que o ferro e o fogo dos combatentes. No meio dos infortunios publicos, e dos soffrimentos individuaes, tinham-se afrouxado os laços da vida social. A obediencia ás leis, a moral, a boa fé, a humanidade, e a confiança na palavra dada ou recebida haviam cedido o logar ao direito do mais forte; os vicios e os crimes grassavam á sombra da desgraça, e cresciam sob a egide da anarchia; finalmente, os povos tinham-se tornado incultos e selvagens como o seu paiz. Para pintar de um só traço todas as miserias d'esta epocha, basta dizer que o soldado reinava como senhor, o soldado, cujo despotismo excede em brutalidade e exigencias todos os despotismos possiveis. O commandante de um pequeno corpo de exercito julgava-se muito superior ao soberano, cujo estado occupava; e, com effeito, era-o pelo poder e pela força; e a Allemanha inteira estava á mercê d'estes tyrannetes, que espalhavam o terror tanto nas provincias que defendiam, como nas que atacavam».

N'este fundo escuro e terrivel a nobre figura do infante apparece-nos como uma luz benefica e suave, que refrigera e consola a alma, oppressa de tamanha degradação, e de tamanhos infortunios. A sua fé religiosa levanta-nos a Deus,

que a terra parece renegar pelos seus crimes nefandos; o seu animo generoso faz-nos crer nos homens, apesar de toda a sua maldade, porque n'elle fructifica o bem, incolume do bafo contaminado, que o rodeia.

Para governar convenientemente os outros, principiava o nosso infante por si mesmo, offerecendo o exemplo, a fim de que o imitassem: procedimento justo, mas que nem todos abraçam, pelas arduas difficuldades que encerra. Para elle não era isso mais do que seguir os seus habitos, e a propensão ingenita da sua natureza. A primeira coisa que attrahia e continha o soldado era aquelle ar de magestade, que lhe sorria composto na bocca e nos olhos, e lhe compassava os movimentos da alta, esbelta e grave figura. Moderado sem fraqueza, desculpava as faltas alheias mais do que as proprias, tanto quanto o permittia o decoro e a disciplina, e esquecia com facilidade, enlevado em mais altos pensamentos, as offensas que lhe eram feitas; bravo sem ostentação, arrostava os perigos e supportava os trabalhos denodada e pacientemente, deixando aos outros o cuidado de o louvarem, toda a vez que os encomios não degenerassem em lisonja, porque para ella não tinha ouvidos; liberal sem publicidade, não sabia a sua mão esquerda, como preceitua o Evangelho, o que dava a direita; religioso de fé sincera, procurava andar sempre bem com Deus, para que o andasse egualmente com os homens. Nunca jurava; as suas palavras eram, como tambem estabelece o livro santo, unicamente sim, sim, não, não. Tinha por timbre a honestidade e o comedimento no falar. Na comida e na bebida, poucos seriam mais sobrios. Todas estas qualidades, em que estamos vendo a sua boa indole, e os fructos da educação moral que lhe deu o duque seu pae, e como que o espelho de muitas das virtudes de tão nobre exemplar, influiam directamente nos habitos da sua numerosa familia, e ainda iam, por modo indirecto, a que dava prestigio a auctoridade do elevado posto que exer-

citava, repercutir-se nos habitos e nas acções das tropas do seu commando. Não queremos dizer com isto, que os seus soldados fossem verdadeiros modelos; falamos só em relação ao desenfreamento geral, e á conducta licenciosa e tyrannamente oppressora dos exercitos do imperio. Isto, quanto ao seu regimento. No que toca a forças maiores, que uma ou outra vez commandava, D. Duarte não obrava milagres, posto que já o fosse moderar o impeto e a barbaridade d'essas torrentes humanas, mais devastadoras na sua passagem do que as da natureza. As tropas imperiaes, como outras então de outros paizes, formadas, na maior parte, de aventureiros, de varias procedencias e nacionalidades, que se assemelhavam, frequentemente, mais a salteadores do que a soldados, mal pagas, e nem sempre bem disciplinadas, compostas com elementos tão heterogeneos, estavam muito longe do que hoje chamamos um exercito, e o saque formava um dos seus direitos. Este direito o infante não lh'o podia tirar; mas, na impossibilidade de fazel-o, tentava abrandar-lhe a crueldade, ou, ao menos, remediar-lhe os effeitos, como aconteceu, achando-se nos confins da França, pelo lado da Lorena, com os ossos do martyr S. Gandulfo, que salvou das mãos sacrilegas dos soldados e trouxe para Portugal em trinta e oito, como já dissemos.

Estas e outras tyrannias e profanações excitavam a maior indignação no infante; nem podia deixar de ser, visto que destoavam tanto da sua condição humana e dos seus sentimentos religiosos. Annos depois, contando alguns d'esses factos escandalosos, o seu coração, ferido de vel-os ou de ouvil-os, parecia ainda verter sangue, com se a chaga fosse recentissima.

«No anno de trinta e cinco, entraram em Lorena as armas imperiaes, escreve elle, e não perdoaram a coisa alguma sagrada. A cidade de S. Nicolau, que estava a seu favor foi, apesar d'isso, invadida e saqueada. Nem escapou

ao seu furor o celebre templo da invocação do dito santo, porque o queimaram, profanando os mais altos mysterios da religião catholica; nem o mosteiro de monjas, que ahi havia, porque o devassaram sacrilegamente, violando as reclusas, e distribuindo-as, conforme o gosto e a sensualidade dos soldados.

«No anno seguinte entraram os imperiaes no ducado de Borgonha, em França, cedendo ás instancias de Hespanha, e quasi em todos os logares que pisaram os templos foram queimados e destruidos. O mesmo aconteceu na cidade de Mirabeau. Os frades da insigne abbadia de Sixto, da ordem de S. Domingos, sita junto de Dijon, só porque pretenderam ficar no mosteiro, foram tratados com a maior atrocidade, e as reliquias e imagens despedaçadas, embriagando-se os soldados no proprio templo, e servindo-lhes de copos os calices e os vasos santos. Nem procedeu melhor o exercito com que, no mesmo anno, penetrou na Picardia o cardeal infante[1]».

Não comprehendia a bondade de D. Duarte unicamente os soldados; estendia-se tambem ás povoações em que era obrigado a permanecer. Deviam estas contribuir para o sustento das forças militares que, por infelicidade, ficavam no seu territorio; mas elle prescindia de tão vexatoria contribuição, mandando que tudo quanto fosse preciso se pagasse, com o que aligeirava ao pobre povo o já insupportavel peso da guerra. Além d'isto, evitava todos os maus tratos que lhes podia causar a soldadesca, e esmolava os necessitados, ainda que fossem inimigos. Quantos actos generosos não jazem na sombra do esquecimento, praticados n'essas occasiões pelo nosso infante, posto assim de repente em contacto com a pobreza e com a desventura!

A piedade, que desde a juventude o inspirara, nunca o

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. 1, fol. 7, Apontamentos do infante refutando Caramuel e Chumacero.

desamparou entre as fadigas das armas, e era esse mais um motivo de respeito para os seus subordinados. Citaremos alguns traços caracteristicos para exemplificar o nosso dito. Em campanha ouvia o santo sacrificio da missa todas as vezes que lhe era possivel, e, quando as marchas lh'o não consentiam, dizia o officio de Nossa Senhora e as suas orações quotidianas. Em trinta e seis, estando com o exercito na Borgonha, foi a Besançon, para venerar as muitas reliquias que ahi se conservavam. No anno seguinte, passando o inverno no ducado de Wurtemberg, fez vir de longe sacerdotes catholicos, por ser o paiz protestante, para celebrar a paschoa, e se confessarem e commungarem os seus creados; e nos dias da Semana Santa, não podendo executar nas egrejas, por serem do rito reformado, as cerimonias que então usa a nossa religião, mandou que se fizessem em sua casa, e assistiu a ellas com a sua familia.

Tambem as armas o não apartavam das lettras. A maior parte do tempo, que os cuidados da guerra e os exercicios piedosos lhe deixavam livre, empregava-o na leitura, porque os livros eram para elle uma verdadeira necessidade, e entravam sempre na sua bagagem militar; nem foi pequeno o numero dos que adquiriu nas operações do exercito, já nos saques das cidades, já por compra, sendo uma das pessoas, que lh'os enviavam, Leonardo Peppo, conego de Constança[1].

A tantos dotes, attestados pelas relações de Huet, e de Storr, que attrahiam sobre elle a benção dos habitantes do paiz, de que se tornava protector em vez de oppressor, a dos seus creados, de que se podia chamar amigo, e a dos soldados, de que era tão bom companheiro, que Pae dos Soldados o appellidavam, a todos estes dotes cumpre juntar outros predicados, que não menos o abonavam e engran-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxxvii.

deciam aos olhos de naturaes e de estranhos, e eram: a influencia que lhe provinha de ser irmão do duque de Bragança, e parente de tantos reis; a sua qualidade de principe; o desinteresse com que seguia a vida das armas, que só considerava carreira de sciencia e de honra, pois nem recebia soldo, nem abusava do direito do mais forte, para se locupletar á custa dos vencidos; a sua afabilidade com todos, e a mão generosa e verdadeiramente real, com que despendia os largos rendimentos proprios e os auxilios pecuniarios que lhe mandava seu irmão.

Não nos é licito avaliar, nem mesmo approximadamente, quaes fossem esses rendimentos; porém já vimos como D. Duarte, sendo, ao principio, o menos favorecido da fortuna entre os seus irmãos, augmentou successivamente os haveres com os vinte mil cruzados dos cahidos das commendas e a posse de Villa do Conde, para a gosar durante a sua vida, que lhe deixou D. Theodosio, com a herança de D. Alexandre, o qual, segundo D. Francisco Manuel de Mello, era muito rico, e com as commendas de Santa Maria de Moreiras, S. Thiago de Monsaraz e Santa Maria da Alagôa, avaliadas em um conto e seiscentos ou um conto e setecentos mil réis [1], que a elle passaram pela morte do dito seu irmão, não falando no que herdou de seu tio D. Duarte: uma capitania no Brasil, e uma terra no limite de Santa Iria, termo de Lisboa, de cuja posse nada nos consta.

Alguns dos bens que possuia cedeu-os, a crermos as suas palavras, a D. João, quando veiu a Portugal, ficando-lhe ainda assim bastantes para se manter com grandeza. Entretanto, por vezes, a sua situação financeira não foi das melhores. Nos fins de trinta e seis, por exemplo, Marcos Putz, instava com elle para lhe mandar pagar, pelo padre D. Damaso, os cento e quarenta e seis thalers que lhe de-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XLIV, fol. 5.
Bib. Nac., Mss., E, 5, 7, fol. 65 v.

via dos interesses de cinco mil e trezentos, que emprestára a sua excellencia, havia anno e meio[1]. Esta situação tornou-se mesmo desesperadora, como elle proprio confessa na carta ao licenceado Antonio Paes Viegas, de dezesete de outubro de quarenta, já transcripta. Nasceriam taes embaraços por ventura da sua liberalidade e desinteresse, das consideraveis despezas a que o obrigava o sustento da sua numerosissima familia, pois de Villa Viçosa partira, como sabemos, com sessenta creados, e na occasião de ser preso por D. Luiz Gonzaga, de caminho para a cidade de Ratisbona, ainda era acompanhado de trinta; das despezas a que o levavam as relações com os generaes e principes que militavam no exercito cesareo, ou com os altos personagens que, por amizade ou outras causas, visitava ou o visitavam, do que temos testemunho, além dos já mencionados, quanto ao general Galasso, quanto a um dos membros da familia do duque de Saxonia, sargento-general de batalha do imperador[2], e sobretudo quanto ao principe Casimiro de Polonia, e aos de sua comitiva, os quaes, se lhe mostravam muito agradecidos pelo bom tratamento que d'elle haviam recebido[3]; e, não menos, das digressões e viagens em Allemanha e n'outras partes, quer antes, quer depois de seguir as armas, e dos atrazos nas remessas do dinheiro, que não deviam faltar. Quanto aos auxilios pecuniarios que o irmão lhe enviava, ignoramos o seu valor, posto alguns affirmem que era grande. Isto no que respeita á epocha anterior á sua prisão. Da posterior diremos alguma coisa em tempo proprio.

Os postos que o infante occupou foram, já fica escripto, o de sargento-general de batalha, e o de coronel de um regimento de cavallaria, chamado da Banda Negra, com o

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 153.
[2] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, (1643). Mss.
[3] Bib. da Ajuda, Mss., Miscel., vol. XXXVII, fol. 174.

que não se julgava bem recompensado dos serviços feitos ao imperador, durante tantos annos, serviços de que era testemunha, accrescentava elle, toda a Allemanha, havendo outros muitos, de muito inferior qualidade, e com menos tempo, chegado ás mesmas graduações e a maiores[1].

A este respeito divergem todos os auctores da nossa opinião, que é a verdadeira, pois se funda na relação de Navarro, que ha pouco aproveitámos, e até no testemunho do infante. Além d'isto, quanto ao primeiro posto, existe a propria patente, original e authentica[2]. O terceiro conde da Ericeira, no *Portugal restaurado,* D. Antonio Caetano de Sousa, na *Historia genealogica,* Rebello da Silva, e o sr. Pinheiro Chagas, nas suas *Historias de Portugal,* o sr. Silvestre Ribeiro, no *Esboço biographico do infante D. Duarte,* e Domingos de Mendonça, na traducção e continuação da *Historia de Portugal* de Schoeffer, apresentam-o como coronel e general de artilheria. As duas traducções ampliadas de Manuel Fernandes Villa Real da obra *Innocentis et liberi principis venditio,* dizem que D. Duarte foi general de artilheria e major do imperio; as *Exclamaciones politicas* de Marinho de Azevedo, e os *Annaes de Portugal* sargento maior de batalha e general de artilheria; a *Historia austriaca* de Krones, dá-lhe tambem este ultimo posto. Laboram todos em erro. Krones accrescenta que o infante estava ao soldo do imperador; escreveu-o tambem D. Nicolau Fernandes de Castro, no *Portugal convenzida con la razon;* mas isto é inteiramente inexacto. D. Duarte não precisava de ser pago nem o queria. A sua ambição e o seu intento não se prendiam a tão mesquinhos laços. Mirava a outro fim, ao maior, ao que era digno de um filho e irmão dos duques de Bragança. Será elle que fale por nós

[1] Bib. da Ajuda, Mss. Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. I, fol. 7, Apontamentos do infante refutando Caramuel e Chumacero.

[2] Bib. Nac. de Paris, Mss. Portuguezes, 26, F. 352.

com as palavras com que se defendeu das accusações d'este auctor. Segui a guerra, diz «porque estimara mais o nome e a gloria que podia adquirir, do que todos os mais interesses, imitando muitos reis e grandes principes, que, sendo, não segundos, porém os unicos possuidores de grandes reinos e principados, e sem successores, não repararam em coisa alguma, pela gloria de vestirem a coiraça, e apparecerem como leões no meio dos exercitos, como vimos praticar, em nossos tempos, ao rei D. Sebastião, ao rei da Suecia, Gustavo Adolpho, e a Luiz XIII, rei de França; e, se quizermos recuar aos tempos remotos, acharemos ao santo e invicto rei D. Affonso Henriques, que não casou nem tomou estado, senão depois de ter vencido e debellado todos os seus inimigos; e quanto á ponderação de ter deixado os regalos e delicias, respondo-lhe que antes quiz imitar a Constantino Magno do que a Sardanapalo[1].

Imbuido na leitura dos livros antigos, e principalmente na historia romana, que podia ler, graças ao seu conhecimento do latim, nos proprios originaes, não menos versado na historia patria, mâis fertil ainda do que a do povo do Lacio em maravilhosos rasgos de heroismo, com a alma cheia de enthusiasmo, e a imaginação povoada de nobres sonhos, D. Duarte alistou-se no exercito cesareo, e militou n'elle, já sob o commando de Galasso, já sob o de Picolomini, supportando a dureza das marchas e as necessidades e riscos das campanhas, nos sitios das cidades, nas grandes batalhas nas calamitosas retiradas, só com o fito de corresponder ao nome dos seus e ao do seu paiz, e de hombrear com os primeiros no arrojo e valentia.

Foi uma bella escola; e quasi seis annos em tão famosa guerra, como a que então se pelejava, com inimigos tão aguerridos e poderosos, quaes os suecos e os francezes, tor-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Notas do infante sobre o mesmo.

naram-o experiente e instruido na arte militar, e estimado dos seus camaradas, superiores, eguaes, e inferiores, não só por essas qualidades, mas tambem pelas outras que o recommendavam. Porém nada lhe valeu; antes, foram precisamente essas qualidades e experiencia que reforçaram os motivos de desconfiança e odio já existentes contra elle, porque o fizeram ainda mais perigoso á politica de Hespanha.

XI

As glorias militares do infante não ficaram, nem podiam ficar, sem echo em Portugal. A poesia, de que apresentámos fragmentos, convidando-o a não deixar o reino, quando a elle veiu em trinta e oito, é uma prova d'isso; outra o elogio de D. Francisco Manuel de Mello na mesma occasião, e que tambem já citámos; outra uma oração panegyrica escripta em seu louvor por Braz de Menezes, e lida por este na presença do duque D. João e de seu irmão D. Alexandre[1]; e outra um soneto que aqui damos fielmente copiado.

Quem será um mancebo de grande arte,
D'estranha formosura e gentileza,
Qu'em Allemanha vejo na braveza,
Esforço e coração vencer a Marte?
Que grande estrago faz por toda a parte,
Fulminando co'a lança, e com dextreza
A espada empunhando? É a portugueza
Gloria e honra; é o principe Duarte.

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Papeis Varios.

Porque, como no reino paternal
A Alexandre Magno o coração
Não coube, por ser muito generoso,
Assi ao grão Duarte em Portugal
O coração não coube, por razão
De ser tão esforçado e tão brioso[1].

São ainda fiadores do que avançamos cinco epigrammas latinos, dos quaes reproduzimos tres pela sua brevidade, sem lhes mudar coisa alguma, despresando os outros por terem o mesmo argumento, e serem como variantes de dois d'elles.

Tem o primeiro por titulo: *Hostem fugat ad Albim fluvium.*

Instantis fugiens Odoardi tela, manusque,
Hostis præcipiti fertur in arva fuga.
Nec jam tuta satis campis loca fugit in undas.
Immensis Albis spumeus ibat aquis.
Tutari oppositis se fluctibus audet, opemque
(Ridicula hæc res est) hostis ab hoste petit.
At fluctus Odoardus agens jam, jam imminet armis,
Vulnera perque undas sanguinolenta tulit.
Auxilium frustra sperasti incautus ab undis,
Infelix letho sed graviore cadis.
In mediis posses melius procumbere campis;
Sæva nimis mors est, quæ tibi venit aquis[2].

Odoardus princeps Portugalliae dux Brigantiae, generalis praefectus vigiliarum, coronelus equitum caesareus, insidias evadit, diz o titulo do segundo, que é como segue:

Dum procul a castris, et nullo milite septus
Forte viam accelerans dux Odoardus agit,
Nox ruit: ille gravis somno, fessusque viarum,
Hospitio ignotus tecta parata subit.
Proditur (heu nullis fas quemquam fidere tectis)

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 239.
[2] Id., id., *Movimento do orbe lusitano*, vol. II, fol. 248.

Cinxerat hostilis proxima quæque phalanx.
Nec mora: per noctem, somno dum cuncta silebant,
Pervigil insidias hostis, et arma parat.
Improvisus adest, et circumfunditur urbi,
Armatus muros, tectaque miles habet.
Irrumpunt, flammisque toros et limina lustrant;
Cesserat; et thalami strata relicta vident.
Unde dolos potuit Princeps fugisse paratos?
Præfectus vigilum est, evigilare solet[1].

O terceiro finalmente é feito já depois da prisão do infante e intitula-se: *In serenissimum Infantem Odoardum Germaniae et Castellae odium cum invidia.*

Vectus equo, et rutilis fulgens Odoardus in armis,
Ductor agit turmas, sævaque bella gerit.
Infensum imperii procul ille a finibus hostem
Submovet, et totis agmina sternit agris.
Quin etiam Imperiique Aquilas, victriciaque arma
Per gentis victor barbara regna tulit.
Inde gravis spoliis, et victo Marte superbus,
Nota iterum ad regni mænia flectit iter.
Obvia cum gaudens iret Germania palmis,
Victorem festis exciperetque choris;
Quis pudor heu! Quo te imperiis Fernande furentem
Invidia in præceps? teque Philippe tulit?
Pro lauro et partis, post tot fera bella, triumphis,
Ferre dolo, insidias, vincla, necemque juvat?
Virtutem meritis non vos coluisse, pudendum est;
At vexasse odiis, invidiaque nefas.
Turpe odium! at factis hinc maior gloria surgit:
Invidia vinci non potuisse datum est.
Invidia, et Martis laus certant. Gloria ab armis
Par Odoarde tibi, par tibi ab invidia[2]

Feita depois da prisão conhecemos ainda uma poesia la-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., *Movimento do orbe lusitano*, vol II, fol. 247.
[2] Id., fol. 230.

tina de Manuel de Andrada, jesuita, intitulada: *Odoardo vincto &*, que começa:

> Lysia multa loquar? sistamve in vocibus infans[1].

De poesias a D. Duarte, ou antes de sahir do reino ou depois de estar em Allemanha (não logramos distinguil-o) mas antes de preso, ainda conhecemos duas: uma do padre Francisco de Macedo, que principia:

> Mitior ambrosiis Juditha exultat in armis,

e outra sem nome de auctor, cujo primeiro verso é:

> Contulit optatos princeps Eduardus honores.

De obras que lhe fossem dedicadas, depois de servir em Allemanha, não sabemos de nenhuma; entretanto é natural que não faltassem a quem as teve antes de abandonar a patria e de empunhar as armas, como foram: o *Templo da Memoria* de Manuel de Galhegos; a *Laura de Anfriso* de Manuel da Veiga Tagarro; a *Segunda parte de las comedias* do alferes Jacinto Cordeiro; e a poesia á morte do duque D. Theodosio do padre Francisco Freire, de que já falamos. Ou n'este tempo, ou posteriormente, Diogo Alvares Correia, que por vinte e tres annos militou em Flandres, Italia e Africa, já como alferes, já como sargento-mór, dedicou-lhe a sua obra intitulada: *Instrucção e ordenança de gente de guerra*.

Se porém os portuguezes não se esqueciam do infante, este, pela sua parte, conservava tambem vivos, no fundo d'alma, o amor da patria e dos parentes; nem lhe tinham sa-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Christovão Soares de Abreu, Tomo v, fol. 438.

hido da memoria os seus familiares, com alguns dos quaes se correspondia. Isto nos certificam, além das referencias dispersas por muitos documentos, as cartas ao duque e a Antonio Paes Viegas, de que já nos servimos, ao conego Thomé Alvares Velho, a D. Rodrigo de Mello, parente d'este[1], ao seu confessor no reino, que era um frade de Santo Agostinho, a um sobrinho do marquez de Ferreira, que se chamava, parece, D. Fernando[2], e outras que felizmente escaparam á destruição do tempo, d'entre as muitas que se perderiam, ou que jazerão por ahi nos archivos, quasi perdidas pelos descuidos ou pela cegueira da ignorancia. O mesmo se pode dizer das que lhe foram escriptas, posto que os trabalhos e as perseguições que o infante padeceu, tão longe de Portugal, tornem plausivel o seu desapparecimento. Mandou tambem D. Duarte alguns presentes para o reino; e dois entre todos certamente de bastante significação, pelos objectos em si e pelas pessoas a que foram destinados. Consistia o primeiro n'um cinto feito da pelle de um cavallo, de cuja carne se sustentara durante os apertos de um cerco, com que mimoseou seu irmão[3]; e o segundo n'umas peçasinhas de bronze, para seu joven sobrinho e afilhado D. Theodosio, então duque de Barcellos, e depois principe real[4]. Outro, muito mais valioso, trouxe elle em trinta e oito para Portugal, e já o conhecemos: o corpo do martyr S. Gandulfo. Estes bons sentimentos de D. Duarte, acompanharam-o posteriormente sempre na desgraça, como veremos no decurso da presente obra. Os dos seus parentes e amigos, se tiveram algumas intermittencias,

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII.

[2] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança. (1643). Mss.

[3] Ac. das Sc., Mss., Antonio de Oliveira Cadornega, *Descripção de sua patria Villa Viçosa.*

[4] João Baptista Domingues, *Vida do principe D. Theodosio.* Lisboa. 1747.

nem por isso se desmentiram; e os d'elles, e, em geral, os do reino patentearam-se muitas vezes eloquentemente durante os tempos mais calamitosos da sua vida, e sobretudo na sua morte.

Para a sua correspondencia com Portugal, sabemos que se servia, além de Duarte Nunes da Costa, e do padre D. Damaso Cardoso, de Alexandre Tasca e de João Paulo Vidman, negociantes de Veneza, e de Gerardo Vronts, e Garcia Posadas [1].

Aqui viria de molde um capitulo ácerca dos seus amores no imperio; que de certo não lhe faltaram elles; porém a ausencia completa de noticias, veda-nos entrar no assumpto. As pessoas que melhor as podiam prestar: Claudio Huet, seu camareiro, Simão Noé, seu creado particular, e o padre Matheus Storr, seu confessor, acharam preferivel calar-se, e apresental-o á posteridade mais como um santo do que como um homem. Navarro na sua relação não vae tão longe: attesta de ouvida a sua pureza de costumes; porém diz n'outra parte que, entre a sua correspondencia, se encontraram algumas cartas frescas. Isto é crivel n'um fidalgo moço, poeta, militar, e rico, além de ser conforme a certos vestigios da sua juventude, e a outros, que adeante veremos. Do que ninguem se persuadirá é que D. Duarte fugisse a companhia das damas da côrte de Vienna d'Austria, como quer aquelle religioso, e respondesse a quem lh'o estranhava, que não se importava com ellas, e só de fazer reverencia á imperatriz.

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII.

LIVRO VI

Estada do infante em Passaw.— É visitado por varios generaes e pelo archiduque Leopoldo.— Tiram-lhe os creados e inquirem-os. —Recorre o infante á protecção de Fr. Timotheo Ciabra Pimentel.— Tenta este libertal-o.— Descobre-se o projecto e Fr. Timotheo é mandado para um convento, d'onde foge.— Mudam o infante para Gratz.— É bem tratado pelo governador d'esta cidade.— Não deixam os hespanhoes de molestal-o.—Representa o infante ao imperador contra as violencias que soffre.— Carta apocrypha exagerando estas violencias.— Resposta de Filippe IV á que o infante lhe escreveu de Ratisbona.— O que acontecera entretanto em Portugal.— Nomeam-se embaixadores para França, Inglaterra, Hollanda e Catalunha.— Entra em Barcelona o nosso embaixador, e anima os catalães com a noticia da restauração.—Passa a Genova, e os hespanhoes tentam matal-o por um sicario que se finge companheiro d'armas do infante.— Embaixada do monteiro-mór e de Antonio Coelho de Carvalho a França.— Primeiros passos que dão para obter novas do infante e favorecel-o.— Memorial que enviam, a seu respeito, á dieta de Ratisbona.— Embaixadas a Inglaterra e Hollanda e o que fazem a seu favor.— Embaixada á Suecia.— Manifesto de Francisco de Sousa Coutinho á dieta, contra a sua prisão.— Recommenda a liberdade do infante ao governo de Stockolmo.— Embaixada a Roma.— Contrariedades que lhe movem os hespanhoes.— Manifestações na Allemanha em pró do infante. —Missão ao imperio e a Roma de Fr. Fernando de la Houe para tratar da sua liberdade.— Procura o infante novas de Portugal. —Aclara-se a verdade dos acontecimentos.— Sua alegria por essa causa e receio de que d'ahi peiore a sua situação.— Sua correspondencia com Fr. Timotheo, Duarte Nunes da Costa e Fernando Brandão.— Noticias ácerca d'este.— Quando começou a sua correspondencia com o infante.— Primeiros passos de Brandão a

seu favor.—Sahe a duqueza de Mantua de Portugal por conspirar contra o reino.—Perde-se talvez com a sua liberdade a do infante.—Ao chegar a duqueza a Badajoz denuncia uma tentativa de libertal-o.—Conspiração contra D. João IV.—Rompem-se definitivamente as hostilidades com Hespanha.—Influencia presumivel d'estes factos no maior aperto com que tratam o infante.

I

Posto o infante na sua nova prisão, e ordenado tudo para o guardarem com a maior segurança, partiu Navarro da cidade de Passaw no dia vinte e tres de fevereiro, e a vinte e cinco chegou a Ratisbona, onde deu conta a D. Francisco de Mello de quanto se passara. Esta conta fórma a relação, de que tanto nos aproveitámos no livro antecedente.

Durou a prisão do infante em Passaw quatro mezes, desde dezeseis de fevereiro até vinte e tres de junho. A maneira do seu tratamento foi toleravel todo esse tempo, ao menos, em comparação do seguido posteriormente. Já vimos como a sua guarda ficou a cargo do coronel Rublender, que para ella destinou doze dragões, sob o commando do capitão Nicolau Capelli. Não bastava porém isto, nem todas as medidas preventivas que se tomaram; e, em substituição do doutor Navarro, foi da côrte de Vienna um hespanhol, chamado D. João de Avilez, o qual felizmente era bom homem, muito civil, e não motivou nenhuma queixa do infante. D. Francisco de Mello, pela sua parte, encarregou de espial-o um fulano de tal Andrada. Encontramos tambem um capitão, chamado Valderrabano, que ti-

nha a mesma incumbencia por estes tempos[1]. Nunca sahia o infante do seu aposento, senão para ir á missa, á cathedral, que ficava pegada ao palacio do archiduque. A communicação era interior, e assistia aos officios divinos, em logar que ninguem o via de fóra. N'essas occasiões, acompanhavam-o até á egreja o conselheiro do archiduque, barão de Rumestal, o coronel Rublender, e o capitão Capelli com alguns soldados. Os seus aposentos constavam de uma sala, onde passeiava muito á vontade, e de um quarto. Nos outros dois moravam os creados, cujo tratamento não era mau. Jantavam com o infante muitas vezes o barão de Rumestal e D. João de Avilez. Quanto a Andrada jantava quasi sempre com os creados. Durante a sua estada em Passaw, visitaram-o muitas pessoas de importancia, umas de proposito, e outras de passagem; entre as quaes, além das já mencionadas, o conde Hatzfeld, o conde Brias, e Engelfort, todos generaes, que mostraram sentir bastante o que lhe acontecera. Visitou-o egualmente o archiduque Leopoldo, e, conversando sobre a sua prisão, disse-lhe que falara n'ella ao imperador, seu irmão, e lhe declarara que não queria ser sabedor do que elle fazia, porque de tudo lavava as mãos. Em geral era estimado e lastimado, não só dos que militaram com elle, mas tambem dos habitantes da cidade, o que bem se demonstrou depois, quando partiu para Gratz[2].

Affirma Birago que em Passaw lhe tiraram todos os creados portuguezes, incluindo o proprio cosinheiro, e os mandaram a Ratisbona, onde os inquiriram apertadamente ácerca de seu amo. Nem é esta a primeira vez que Birago accusa tão grande violencia; porque lemos na sua obra o seguinte:

[1] Arch. de Simancas, Maço 2343, fol. 19, Consulta do Conselho de Estado feita em Madrid a 5 de abril de 1642, motivada por cartas do marquez de Castello-Rodrigo. Mss.

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224, Relação de Huet ácerca do infante.

«Foram presos, no mesmo dia (da prisão em Ratisbona) todos os creados do infante, com tanta bulha e apparato, como se todos merecessem a morte; mas soltaram-os no mesmo dia; com o que se conheceu quão precipitadas torna as acções humanas o impulso de uma paixão infrene». A *Relatione delli mali tratamenti fatti... all'infante...*, já por nós citada, confirma o dito de Birago; mas a semelhança entre ella e a obra d'este, no estylo e nas idéas, leva-nos a consideral-as uma só. Entretanto accrescenta que, de todos os creados, apenas lhe deixaram cinco para o seu serviço. Huet n'uma das suas relações diz tres; e Luiz Pereira de Sampaio na sua que elle foi preso logo depois de seu amo, com quem ficou unicamente um pagem allemão e mettido n'outra estalagem, com sentinella á porta, sendo-lhe restituido, passados dois dias. Quanto a Passaw, a *Relatione* confirma Birago e contém mais que quizeram pôr os creados a tormento, e que só tornaram ao serviço do infante, ao menos por então, o cosinheiro e Luiz Pereira de Sampaio. Huet cala o facto, para elle de tamanha importancia, por lhe tocar particularmente, a ser, como julgamos, um dos que ficaram, e até assevera que o tratamento dos mesmos em Passaw foi bom.

A relação de Navarro, que refere dia a dia tudo quanto succedeu ao infante, desde que chegou a Ratisbona, não apresenta vestigio algum a tal respeito, nem na parte relativa a esta cidade, nem na relativa a Passaw. Limita-se a dizer que no dia cinco, por ordem de D. Francisco de Mello, se reduziu o numero das pessoas do seu serviço a nove, convém a saber: Araldo de Tret, seu capellão; Luiz Pereira de Sampaio, seu camarista; Gaspar de Magalhães, seu mordomo; dois pagens; dois moços da camara; um cosinheiro; e um reposteiro; e que o infante deu licença a alguns creados para se irem, gratificando-os, conforme as cathegorias e serviços, o que tudo já vimos.

O testemunho de Birago é portanto mais ou menos abo-

nado, quanto a Ratisbona, embora com alguma diversidade, pelos de Luiz Pereira de Sampaio e de Huet. Além d'isto o facto é natural. Na verdade, se o infante se reputava um preso de tamanha importancia, se havia motivos para suspeitar a sua cumplicidade na revolução de Portugal; se por isso forçaram o imperador a esquecer-se das leis do imperio e da gratidão, encarcerando-o; se não desprezaram as mais insignificantes precauções para a guarda da sua pessoa; se, para o esclarecimento das suspeitas concebidas, não hesitaram em violar o segredo da sua correspondencia particular, posto o julgassem desnecessario, pelas occasiões que tivera de destruir os papeis que o compromettessem; se estas coisas se fizeram, porque não se empregariam tambem todos os meios para obrigar os seus creados a confessarem algumas particularidades que ajudassem o conhecimento da verdade? Isto quanto a Ratisbona. Quanto a Passaw, o silencio de Luiz Pereira de Sampaio, de Huet e de Navarro é contra Birago.

Não se podiam consolar os amigos do infante com a sua desgraça, e principiaram logo a cogitar no modo de conseguir-lhe a liberdade. Foi durante a sua permanencia em Passaw que occorreu a primeira tentativa, promovida ou auxiliada por Fr. Timotheo Ciabra Pimentel. Nasceu este religioso na cidade de Lisboa, sendo filho de Pedro Ciabra e de Maria de Serpa. Na adolescencia recebeu a roupeta da companhia de Jesus, e, seis annos depois, em mil seiscentos e treze, deixou-a para vestir o habito do Carmo. Discorreu por Italia e Hespanha, assim como pela Africa e America, alcançando sempre fama de bom prégador, que foi em Roma do papa Urbano VIII; ensinou a grammatica latina no convento de Evora, a Sagrada Escriptura em Lisboa, e a theologia na universidade de Alcalá, e, passando a Allemanha, pouco antes da epocha em que vamos, com D. Francisco de Mello, foi nomeado prégador de sua magestade cesarea e theologo á dieta de Ratisbona, cidade

onde estava morando, na casa de D. Francisco, ao tempo da prisão do infante.

Desprotegido e accusado lançou os olhos o infeliz principe em torno de si, no meio da sua afflição, e o homem que achou mais proximo e mais a proposito para o soccorrer, ou pela amisade que lhe tinha ou pela convivencia com D. Francisco de Mello, foi elle; pelo menos, não encontramos menção de outro algum. Escreveu-lhe pois ácerca da sua prisão, invocando como os titulos de mais força para o obrigar a servil-o n'aquelle infortunio o ser irmão da ordem do Carmo, e o amor da casa de Bragança á mesma ordem.

Que se colheu do appello do infante ao illustre religioso? Ignoramol-o; e tambem se se limitaram as diligencias a coisa de pouca monta, ou se chegaram a protestos, protestos inuteis, que apenas serviriam para engrossar o clamor soltado contra tamanha arbitrariedade. De mais, a demora do infante em Ratisbona limitou-se a dez dias, e, em tão curto praso, o que faria Fr. Timotheo, cuja influencia não nos parece fosse consideravel e em proporção das difficuldades que tinha de combater?

Transferido d'ahi a pouco á sua nova morada, logrou o infante, a despeito dos seus carcereiros, continuar a correspondencia com o carmelita; por signal que n'uma carta que lhe escreveu, depois de contar o que passara, terminava: «Tudo me poderão tirar os que aqui me perseguem, mas a paciencia não; com a qual estou armado a padecer estes e maiores trabalhos»[1].

Vamos porém á tentativa de libertar o infante, planeada por Fr. Timotheo e por D. Pedro de la Cueva, resultado talvez d'esta correspondencia.

Começaria o projecto a urdir-se, estando o infante ainda em Ratisbona, e seria descoberto a D. Francisco de Mello logo pouco depois da sua transferencia para Passaw,

[1] *Panegyrico funeral*...

isto é, talvez na primeira metade do mez de março, pouco mais ou menos. D. Pedro de la Cueva, tenente-coronel do regimento do infante, posto a que este o promovera, como sabemos, estando já preso, era um dos principaes fautores da conspiração. A qualidade de hespanhol, e as communicações que tinha tido e continuaria a ter com o seu commandante, ou com os seus familiares, amigos e conhecidos levaram D. Francisco de Mello a querer empregal-o em vigiar-lhe o procedimento. Fingiu D. Pedro que cedia aos desejos do embaixador; mas, em vez de occupar-se no baixo mister que lhe assignavam, uniu-se com Fr. Timotheo e com outros, e tentou dar a liberdade ao principe portuguez; ao que o deviam mover, afóra qualquer interesse, os nobres sentimentos de camaradagem, e quem sabe se de gratidão, que a elle o prenderiam.

Este projecto anda todo envolvido nas nuvens da incerteza, como outros muitos, e o primeiro ponto duvidoso consiste em precisar-se qual o seu chefe; pois, ao passo que geralmente se attribue esta qualidade a Fr. Timotheo nos vestigios impressos, raros e deficientes, que nos restam, a correspondencia de D. Francisco de Mello com os governos de Madrid e de Milão, tambem pouco explicita, accusa D. Pedro de ser o verdadeiro director do trama. Entravam ainda n'elle um sargento-maior e um clerigo, italianos, o ultimo dos quaes havia de fazer uma agua para envenenar o embaixador, porque se pretendia nada menos do que isto. Fr. Timotheo, como domestico de D. Francisco, e portanto mais proximo e mais sciente das suas coisas, tentou, para os fins da conspiração, imitar-lhe a firma, e tomar-lhe o sello, mas, convidando algumas pessoas de casa a entrarem no plano, perdeu-se, pois d'ahi proveiu a denuncia, e prenderem-o. Quasi tres mezes durou a sua prisão, conjecturamos, em Ratisbona; entretanto, considerando D. Francisco, que as provas colhidas de culpabilidade não bastavam, e que, procedendo-se a mais severo castigo, talvez se indispuzess o

governo de Madrid com o nuncio de sua santidade, resolveu, de accordo com este, retel-o no convento de Cremona, emquanto durasse a revolta dos portuguezes, cuja causa Fr. Timotheo mostrava aliás favorecer. Escreveu portanto ao grão-chanceller de Milão, por imaginar o governador do estado, o conde de Siruela, ausente na campanha contra os francezes, dizendo-lhe como mandava o padre entregue aos cuidados de D. Carlos Landriano, seu capellão, o qual levava a obediencia do seu geral, e a competente ordem do nuncio, e pedindo-lhe que o fizesse conduzir com boa guarda por pessoas de sua confiança, desde Milão até Cremona, ficando então livre do encargo D. Carlos, que poderia voltar a Ratisbona, e que advertisse o prior do convento de Cremona, para nunca o deixar sahir, e o guardar com o maior cuidado, de maneira que não se escapasse. Ultimamente, encommendava o embaixador ao grão-chanceller que o informasse do modo por que os seus desejos eram satisfeitos, declarando, outrosim que o seu unico proposito consistia em ter seguro Fr. Timotheo, durante as alterações de Portugal, e em que aquella prisão servisse para castigo do mal que cumprira as suas obrigações um homem de tantas lettras e partes, qual o padre mestre, e um tão insigne prégador, conforme bem o demonstrara na quaresma d'aquelle anno, na capella de sua magestade cesarea. Esta carta tinha a data de Ratisbona, dezesete de junho de quarenta e um. Pelo mesmo tempo, D. Francisco escreveu ao conde de Siruela, em identico sentido. Repararam nas ordens do embaixador, tanto este como o grão-chanceller, e hesitaram em observal-as. Julgavam mais seguro encerrar o criminoso n'um castello, e pensaram até em pol-o no de Milão, emquanto se resolvia o ponto com o provincial, que estivesse em Cremona. Todavia, ponderando o que dizia D. Francisco da falta de provas de culpabilidade, a confiança com que o mandara só com um capellão, sem elle tentar fugir, e as largas com que determinava que es-

tivesse retido, não ousaram prendel-o mais rigorosamente, e limitaram-se a recommendar ao padre prior de Nossa Senhora do Carmo de Milão, a que fôra confiado, que tivesse a maior vigilancia na sua guarda.

É isto o que resulta da correspondencia de D. Francisco de Mello. Entretanto de outros documentos conclue-se que o podestá de Cremona escreveu ao conde sobre o que tratara com o provincial, quanto á conveniencia de ser o preso mettido no castello d'aquella cidade, e não no convento, por não haver aqui carcere seguro. Assim, no caso de fugir, não incorreriam os frades na pecha de terem ajudado a fuga; além de que devia attender-se ao perigo a que sempre estava exposta a dita casa religiosa, cheia de sicarios, visinha de muitos potentados, alguns pouco affectos a sua magestade catholica e aparentados ainda com o duque de Bragança. Conclue-se tambem que em egual data o provincial requereu ao conde no mesmo sentido; e que, a oito de julho, o conde, attendendo ás razões expendidas, ordenou ao governador do castello de Cremona que n'elle tivesse preso Fr. Timotheo, em nome do provincial e da sua religião. Esta ordem não chegou a executar-se. Os receios do conde e do grão-chanceller viu-se dentro em breve quanto eram razoaveis; porque, no dia seguinte ao da chegada a Milão, Fr. Timotheo desappareceu do convento, segundo se pensou, com auxilio de outro frade, e talvez com elle. Mal o conde o soube, expediu aviso a todos os podestás com os signaes de Fr. Timotheo, para o procurarem e prenderem. Procederam estes conforme as instrucções, mas as suas pesquizas foram inuteis, posto se chegasse a offerecer um premio a quem o descobrisse. Não podendo a fuga ser executada sem cumplices, o conde encarregou o podestá de Milão de proceder a rigoroso inquerito no convento com os religiosos e com a familia do marquez Palavicino, que ahi residia. O unico resultado a que se chegou foi á certeza de que Fr. Timotheo fugira para Genova e estava escondido n'uma casa

d'esta cidade. De tudo inferiu o conde a sua maior culpabilidade no attentado que lhe imputavam, e, posto considerasse que no territorio genovez seria difficil colhel-o novamente ás mãos, empregou logo todas as diligencias para o conseguir; o que incumbiu a duas pessoas, que deputou especialmente. O que mais consta d'esta tentativa, é que, interrogado, o infante negou a sua connivencia no trama, allegando não saber coisa alguma; e que o clerigo, indigitado como um dos cumplices, foi preso, e preso estava ainda em quinze de março do anno seguinte, resolvendo-se, n'esta data, em conselho d'estado em Madrid, á vista do officio de vinte de novembro do embaixador em Allemanha, o marquez de Castello-Rodrigo, successor de D. Francisco de Mello, a respeito dos interrogatorios do réo, e de uma relação do doutor Navarro, que se fosse procedendo com elle como de direito, apesar do pouco fundamento que os juizes tinham achado nas accusações. De D. Pedro de la Cueva nada mais dizem os documentos que temos presentes.

Na allusão que ha pouco vimos á familia do marquez Palavicino como podendo ser implicada na fuga de Fr. Timotheo notaremos uma coincidencia, e é que os marquezes Palavicino parece que foram posteriormente suspeitos de quererem libertar o infante, como veremos. Luiz, marquez Palavicino, suppomos que militava no tempo d'elle no imperio, e escreveu-lhe a carta que já conhecemos ácerca dos seus desgostos no exercito. São outros tantos factos que dão peso ás suspeitas dos hespanhoes.

A carencia de provas nos culpados, e a brandura de D. Francisco de Mello com Fr. Timotheo, depois de uma conspiração tão seria, e descripta por elle com tão feias côres, tornam licito duvidar das suas palavras e reduzil-a a muito menores proporções, attribuindo o encarecimento ao proposito no embaixador de allegar serviços, e de se pintar victima de perigos que, ou não existiram ou existiram em parte, só para alcançar mercês. Isto mais claramente se pa-

rece deprehender, ao advertirmos que, no mesmo officio em que fala da conspiração contra a sua vida, o faz tambem das diligencias que empregou n'outras materias interessantes á monarchia hespanhola, na prisão do infante, e na marcha de tropas de Allemanha a Flandres, para substituirem as que d'alli passavam a Hespanha, objecto que o desvelava muito; e que se queixa de lhe terem os portuguezes confiscado os bens, por servir Filippe IV. O que avançamos adquire maior grau de probabilidade, sabendo-se que D. Francisco pediu e obteve recompensa, e outros tambem, como dentro de pouco veremos, por causa da mencionada prisão, recompensa a que a consulta do conselho d'estado, fundada no seu officio, se inclina quasi por voto geral, e que o decreto que se originou d'ella, promette para o futuro.

A conjuração de Fr. Timotheo não produziu portanto nenhum bom resultado, antes, prejudicaria o infante, pois, conhecido este primeiro projecto de o libertarem, devia augmentar o rigor e a vigilancia dos hespanhoes a seu respeito, para o que houve votos na mesma occasião, no conselho[1]. Foi de certo esta uma das causas de o transferirem de Passaw a Gratz.

Ao facto alludem ainda dois documentos, que não esqueceremos, embora o deixem na mesma escuridade. Um é a carta de Gaspar Fernandes de Leão a Christovão Soares de Abreu, secretario dos primeiros embaixadores de D. João IV a França, com data de dezesete de julho de quarenta e um, onde lhe diz: «De Ratisbona me escrevem que mudaram a prisão do infante D. Duarte, e o mandaram a

[1] Arch. de Simancas, Maço 3355, Consulta do Conselho de Estado feita em Madrid a 30 de março de 1642. Mss.

Id., Maço 2343. fol. 60, id. a 15 id., id. Mss.

Id., Maço 2342, fol. 39, id. a 5 de julho, id., id. Mss.

Arch. do Estado de Milão, Dominio Spagnuolo, Filippe IV, 1641 Maços 546 e 549. Mss.

Gratz por maior seguridade; e ao padre descalço (carmelita descalço, visivelmente Fr. Timotheo) que estava com elle, a seu convento a Cremona, em o estado de Milão: alguma coisa haviam de haver descoberto[1]». O segundo é o mesmo Fr. Timotheo nas seguintes palavras do seu *Panegyrico funeral:* «E eu, a quem mais individua e altamente fere este golpe e pesar (o da morte do infante) por haver merecido acompanhal-o em suas prisões, e não haver acertado a ser instrumento em sua liberdade»...

Outra versão. Contam os *Annaes de Portugal* ter-se espalhado fama de que D. Pedro de la Cueva, e o padre Fr. Timotheo Ciabra Pimentel tentavam dar fuga a D. Duarte; que isto bastou para ambos serem presos, encontrando-se pouco depois D. Pedro morto na prisão, ou porque se suicidasse, a estarmos pelo dito dos hespanhoes, ou porque o assassinassem, e que o padre conseguiu, passados alguns mezes, fugir para Portugal, quando era mandado a Italia.

O conde Galeazzo tambem narra o mesmo, com a differença de dizer que Fr. Timotheo foi mandado para Milão, que ahi fugiu do carcere, e que ainda outra coisa tinham em vista os hespanhoes com a retenção dos dois amigos do infante: aclarar, applicando-lhes a tortura, algumas suspeitas que nutriam de este se haver informado na sua viagem a Portugal, em trinta e oito (assim o criam ou fingiam crer) em Inglaterra, Hamburgo, e outras cidades hanseaticas, ácerca de materias concernentes á guerra, para favorecer a revolução[2].

Huet e Noé são omissos a tal respeito. Birago apresenta o facto de modo bem diverso. Conforme o seu testemunho fica tudo reduzido a muito menos. Um hespanhol do regimento do infante reprovou em publico as perseguições e rigores que os seus compatriotas exerciam contra este;

[1] Bib. da Ajuda, Corresp. de Christovão Soares de Abreu, Vol. III, fol. 228. Mss.

[2] Obras d'este auctor já citadas.

tornou-se-lhes por isso suspeito; indagaram quaes eram as suas relações, e, vendo que conhecia um padre carmelita portuguez, que prégara um sermão, onde se alludia occultamente á prisão de D. Duarte, e se criminavam os que para ella concorreram, tiraram d'ahi a conclusão de que o dito hespanhol conspirava com o frade para o libertarem, e estrangularam-o.

D. Antonio Caetano de Sousa, na *Historia genealogica,* ainda traz outra variante, por talvez entender mal Birago, d'onde tomaria esta passagem. «Refere-se, diz elle, que um official hespanhol que servia no regimento do infante, dando esta noticia (do mal que o tratavam) a um religioso carmelita portuguez, condemnou este *(sic)* iniquo procedimento em um sermão que prégara *(sic)* deante do imperador, do que sendo informado o marquez de Castello Rodrigo, fez prender o official; e poucos dias depois o acharam morto na sua cama, com uma ferida na garganta, por onde se veiu a entender fôra por ordem do marquez».

Luiz Pereira de Sampaio na sua relação confirma o assassinio de D. Pedro de la Cueva, e a fuga de Fr. Timotheo.

II

Effeituou-se a transferencia do infante á cidade de Gratz no dia vinte e cinco de junho, ou porque os hespanhoes julgassem pouco rigoroso e seguro o seu encerro, e receiassem outro esforço para libertal-o, ou porque o quizessem ir alongando cada vez mais de Ratisbona, onde contava amigos e protectores, e tambem, e principalmente, pol-o a coberto das incursões e conquistas dos suecos nos territorios

do imperio; pelo que escolheram aquella cidade, sita na margem esquerda do Muhr, confluente do Drave, na Styria, distante cento e cincoenta kilometros proximamente de Vienna, para sudoeste.

Deixou o infante Passaw com grande sentimento do povo, que se apiedava da sua desgraça, sendo acompanhado pelos mesmos soldados que o guardavam, e seis archeiros a cavallo, pelo capitão Capelli, pelo doutor Navarro, que parece veiu de proposito para isso, e por D. João de Avilez, e Andrada. Não se sabe qual o caminho que seguiu; mas é de presumir fosse o do Danubio, até Vienna, e d'ahi a estrada que, tomando para o sul, passava por Gratz, onde chegou a quatro de julho, sem novidade, depois de oito dias de caminho. Dois dias esteve o infante n'uma estalagem, chamada a Aguia Negra, á espera que se preparasse o castello, sito n'um logar alto e forte, para onde foi levado a seis. Então recebeu-o o governador d'elle, o conde de Atristain, e deu-se-lhe um aposento desprovido de tudo, onde não havia nem uma cadeira para se sentar, nem cama para os creados, o que durou tres ou quatro dias. Esta severidade e estreiteza abrandaram-se em breve, por conhecer o castellão as boas qualidades do preso, emquanto este, da sua parte, affeiçoando-se-lhe pelo continuo tracto, e a sua mulher e filhos os presenteava como podia. O resultado foi depositar o conde de Atristain tamanha confiança no infante, que o deixava ser visitado por alguns homens e senhoras e ir por toda a fortaleza só com uma sentinella, a qual Huet affiança com juramento muitas vezes nem sabia d'elle; de modo que, se quizesse fugir, ser-lhe-hia muito facil. Embora; guardavam-o a honra e a gratidão para com o seu bemfeitor[1].

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224, Relação de Huet, ácerca do infante.

Luiz Pereira de Sampaio, *Relação da prisão injusta do... infante... D. Duarte...* Mss.

Não duvidamos completamente d'este rasgo de cavalheirismo attestado por Huet; mas não acreditamos que o infante houvesse tanta facilidade de escapar-se, posto elle o dê tambem a entender, á vista das reiteradas ordens do governo de Madrid para que fosse cuidadosamente vigiado, ordens que os ministros hespanhoes deviam cumprir á risca, e até antecipar, pela grave responsabilidade que lhes caberia da fuga de tal preso. Sim; se por uma parte era bem tratado, pela outra tinha contra si os satellites e espiões de Hespanha, que lhe seguiam os passos, e não se descuidavam de o molestar. Conheceram estes a mudança favoravel que se operara em seu beneficio, e procuraram estorval-a; d'ahi resultou a ida de Navarro para Gratz, o qual, vendo que o governador não queria receber as suas ordens, queixou-se a Fernando III. Em consequencia da queixa, o conde de Atristain foi reprehendido, e prohibiu-se ás pessoas da cidade que visitassem o infante, ou tratassem com elle, e que seus creados sahissem do castello. Contra estas duras medidas representou o infante a sua magestade cesarea. Uma das privações que mais o magoava era não ter missa quotidiana, e foi este um dos objectos da sua representação. Tambem lhe escaceiavam os meios convenientes ao sustento, e pediu-lhe egualmente que lhe consentisse vender alguns dos bens proprios, a fim de occorrer ás suas necessidades. Tudo isto o marquez de Castello Rodrigo participou ao governo hespanhol em dezoito de dezembro [1]. Não sabemos se a dependencia, melhor, a subserviencia, consentiu a Fernando III ouvir as reclamações do infante. Ainda assim, se acreditarmos as narrações de Huet e de Noé, este seu encarceramento foi bom (comparado com o posterior de Milão) tanto pelo que lhe dizia respeito, como pelo que tocava aos creados, os quaes

[1] Arch. de Simancas, Maço 2343, fol. 19, Consulta do Conselho de Estado feita em Madrid a 5 de abril de 1642. Mss.

tinham todo o castello ao seu dispor; d'onde se vê que o imperador não attendeu um dos pedidos do infante, isto é, a sahida dos creados. Os *Annaes de Portugal* suggerem que um dos meios de que se serviram os hespanhoes para peiorarem a situação do infante foi inventar que galanteava as filhas do governador.

Nada mais encontramos ácerca d'estes amores; outros porém teve D. Duarte em Gratz com a baroneza de Guilerin, Petronilha Paula Juconerin, rica viuva d'aquella cidade, que depois foi suspeita de entrar n'uma tentativa de libertal-o, estando já em Milão, e que muito tempo se correspondeu com elle por escripto, como tudo veremos.

Torna Birago a dizer, referindo-se á estada aqui do infante, que o privaram do serviço de alguns creados portuguezes, e os prenderam, do que se concluiria, sendo verdade, ou que os primeiros tinham sido readmittidos, ou que se tinham tomado outros, pois, segundo o mesmo auctor, em Passaw lhe tiraram todos. As relações de Huet, Noé e Luiz Pereira de Sampaio nada trazem, o que prejudica Birago, assim como passar este pela circumstancia do bom tratamento que deu ao preso o conde de Atristain, certificado por Huet e Luiz Pereira, e confirmado pelos *Annaes de Portugal,* pelo conde Galeazzo, e até pelo infante.

Pediu o infante licença ao imperador para vender alguns dos bens proprios, naturalmente a prata, com que já contava para as suas urgencias; n'isso concordamos com Birago; mas não com elle dizer que o fazia, por só lhe deixarem receber de quem o provia o estrictamente necessario ao seu sustento, e com tanta mesquinhez, que apenas chegaria para o minimo dos seus creados.

Já vimos, pela sua carta ao secretario do duque de Bragança, Antonio Paes Viegas, como em outubro de quarenta eram apertados os seus recursos; como elle declarou, quando foi preso, que havia muito que seu irmão lhe faltava com os auxilios pecuniarios costumados; como Navarro lhe offe-

receu uma e outra vez dinheiro da parte de D. Francisco de Mello, o qual recusou, respondendo que para dois ou tres mezes, que por ventura duraria a sua prisão, ainda tinha, faltando-lhe meios, alguma pouca prata no valor de seiscentos escudos, que iria vendendo a poucô e pouco, á medida das necessidades.

Eram pois n'este tempo bastante más as suas finanças, e muito peiores seriam d'ahi, pelo menos, a quatro mezes. Sabemos tambem que o seu correspondente em Hamburgo, Duarte Nunes da Costa, o suppria de dinheiro, por via do conselho cesareo de Gratz[1]; e suspeitamos que outra pessoa o proveu de algumas sommas, posto ignoremos quando, e por quanto tempo, dizendo-se geralmente que foi, estando o infante em Allemanha, o que tambem se deduz do que ha pouco citamos de Birago. Por outro lado, os documentos do seu processo affirmam, que elle era mantido pelo governo hespanhol no imperio, sem especificar se em Passaw, ou em Gratz, e até que este lhe tinha assignado quatrocentos reaes de oito por mez.

Estabelecido isto, parece-nos possivel que o infante, ou por não serem os ditos provimentos constantes, ou pela sua escassez, ou falta temporaria, ou por outra causa, se visse reduzido a precisar vender alguma prata; mas custa-nos admittir que o fizesse por lhe defenderem os ministros hespanhoes receber o que era seu, e lhe forneciam os seus correspondentes, quer fosse para sustentar-se, quer para outros gastos. Seria um requinte de maldade, sem explicação razoavel.

A accusação de Birago de que o obrigaram a mudar de confessor, destinando-lhe outro, para elle gravemente suspeito, é facto que não achamos mencionado em documento algum, nem atinamos a explicar. Deve ser confusão com a

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança (1643). Mss.

ordem de Navarro, n'este sentido, dada nas proximidades da partida do infante para Milão, como veremos, podendo tambem haver equivoco no que diz o mesmo auctor da despedida dos creados com os dois que então lhe tiraram e prenderam. Deixamos de responder a outras divergencias entre Birago e o que fica expendido, pela sua pouca importancia e por brevidade.

As accusações contra os rigores, que Birago assegura ter soffrido o infante na sua residencia em Gratz, são pintadas ainda com mais negras côres n'uma carta apocrypha do doutor Navarro a D. Francisco de Mello, datada de Ratisbona, nove de outubro de mil seiscentos e quarenta e um, e, segundo se diz, impressa no anno seguinte. Serve tanto este documento para denunciar a origem de certas falsidades, que depois tomaram corpo, assim como para demonstrar, mais uma vez, como anda escripta a historia do infante, e as exaggerações e mentiras que n'esse tempo se publicaram entre nós (no que Hespanha nos levou assignalada vantagem), e vogaram tanto as suas asserções, que o vamos transcrever na integra da grande obra de D. Antonio Caetano de Sousa, que teve, como outros, a ingenuidade de acreditar n'elle, e, o que é mais, applicando tudo que ahi se contem, não obstante a data, não ao tempo em que o infante esteve em Gratz, mas em Milão, para onde só partiu a dezesete de julho do anno seguinte.

Eil-o no original, que não traduzimos, de proposito, porque as suas mesmas incorreções de linguagem servirão para augmentar as razões que o condemnam.

«Respondiendo a esta ultima de vuestra excellencia de veinte de setiembre: el marques de Castel-Rodrigo és verdaderamente hijo de gigante, y lo prueba bien en todas sus acciones, que son de caballero leal en el servicio de Sus Magestades Cesarea y Catholica; el abono de vuestra excellencia en este particular és de todos conocido, como de quien és, como lo mas que vuestra excellencia advertió,

pués como de oraculo se sigue y pontualmente se executa. De las ordenes de vuestra excellencia ni faltará un punto el marques, ansi lo tengo entendido.

«Se estrechó, como vuestra excellencia ordena, la reclusion de D. Duarte de Bragança, el qual yaze (verdaderamente yaze) a buen recaudo, y sus vanas fantasias mas humilladas que su presuncion jamás pensó.

«Le dimos confessor español, quitandole el suyo, bien que lo rehusó, y lo hechara a palos, si pudiera, abominandole, como si le dieramos un lutherano o calvinista, diziendo: quiero antes morir sin confession; quicá juzgara los castellaños inhabiles para oir de penitencia a los portugueses: note el odio vuestra excellencia y que se puede esperar d'esta accion!

«Por muchas razones me parece bueno el pensamiento de impedir que D. Duarte vaya a Portugal mostrar su valor, y llevar a su hermano la felicidad con que mandó las armas en estes paeses, siendo ahora tan facil (por las inteligencias de este reyno) la extinsion de las esperanças de sucessores d'esta familia, supuesto (como vuestra excellencia dize) haver en los fidalgos portugueses la sobervia de no ceder uno a otro, teniendo-se cada uno por hijo del sol.

Tambien la consideracion de la tierna edad del duque de Avero, y la poca aficion que aquel reyno muestra a esta casa, en que sea tan proxima a la real, no és para despreciar, puesto que si el duque de Bragança tuviere seso, con una hija puede destruir esta seguridad, reuniendo la misma sangre, multiplicando mas pretendientes áquel reyno; y por aqui, quando non hagan por el de Avero los portugueses, lo haran por ser unido a la casa de Bragança de que se muestran fieramente apassionados.

«Suponga vuestra excellencia cartuxo D. Duarte; ni se canse en recomendarlo; que está aun más recoleto; la cadena se le ofreció para la noche, echada por la ventana de

la guardia secreta, a la mano, ó al pié; a su elecion escogió la mano; todo en el son desvanecimientos.

«Los vestidos se le quitaron, pero no de tal modo, que tenga frio, porque de resto le dexamos dos, quitandole tambien la superfluidad de su ropa y colgaduras, porque se desengane que és un pobre prisionero, y no infante, como el piensa.

«El cozinero a su pezar le fué quitado, porque para la vaca que le está ordenada menos destreza basta, y esta se halla en otro qualquiera, que lo hará al gusto de otros bien, quando no sea al suyo.

«Poco temor causarian las correspondencias de que vuestra excellencia avisa, quando las pudiera haver; con todo por no salir de lo que vuestra excellencia manda, se le dará el comer por la ventana, cessará el dinero, ni se le dará mas, ni tendrá mas audiencia de sus criados (que ya estan en prision) ni de otra persona que no sea el decretado confessor que haze diestramente su papel.

«Lo mas para la otra estafeta. Guarde Dios a vuestra excellencia. Ratisbona nueve de octubre mil seiscientos quarenta y uno».

Esta carta é uma edição mais correcta e augmentada de outra que sahiu em catalão, com o titulo seguinte: *Carta escrita de Ratisbona per lo doctor Navarro, secretari de la reyna de Ungria a D. Francisco de Mello,* a qual differe em muitos pontos da que traz a *Historia genealogica*. Não tem data, posto que do titulo geral: *Novas extraordinarias que contienen lo mal tracte que han fet los imperials al germá del rey de Portugal, que tenian prés,* impressa em Barcelona em mil seiscentos e quarenta e dois, se veja que não é posterior a este anno[1].

Birago bebeu alguns dos factos que narra n'esta carta. A mais do que Birago, tem ella ainda o seguinte: que D.

[1] Bib. Nac., 2.ª Repartição, I. 10, 4.

Duarte ficava de noite preso por uma das mãos a uma cadeia, lançada da janella da guarda secreta; que sómente lhe deixaram dois vestuarios; que lhe diminuiram a roupa e as coberturas ao indispensavel; e que se lhe daria o comer pela janella! D. Antonio Caetano de Sousa aproveitou-a quasi toda, já o declarámos, porém mudou por engano o tempo aos acontecimentos, applicando-os a Milão. Luiz Marinho de Azevedo, nas *Exclamaciones politicas,* foi ainda mais longe do que elle, seguindo-a, e apropriando tudo quanto na mesma se diz, á estada do infante em Ratisbona, onde, note-se, o dá preso no castello, sendo a sua permanencia n'esta cidade só de dez dias, de quatro a quatorze de fevereiro de quarenta e um, e sendo a carta datada de nove de outubro d'este anno, tempo em que já estava em Gratz. Os manifestos escriptos a favor do infante aproveitam-a tambem quasi toda. Emfim as suas mentiras chegaram até Portugal e consternaram o animo de D. João IV, o qual as relata n'uma das instrucções dadas ao conde da Vidigueira, embaixador a França, em vinte e sete de março do anno de quarenta e dois, como veremos.

Precauções e rigores tão apertados, e alguns desnecessarios e até ridiculos, nunca o infante os experimentou; nem mesmo na epocha mais calamitosa da sua desgraça; nem quando foi mais perseguido e vexado no castello de Milão. Bem sabemos que estas e outras falsidades, e entre ellas, sobretudo, a de ser preso com cadeias, as adoptaram todos os nossos escriptores, contemporaneos e não contemporaneos dos factos, alguns de nome, e que d'elles passaram a correr mundo, como coisa averiguada e indubitavel. Teremos occasião de tocar varias vezes no ponto; mas desde já o deixamos decidido, negando absolutamente as proposições da dita carta e, mais do que todas, a de ter estado em ferros o infante, que não encontramos em documento algum digno de credito, assim como as outras, e que só uma consideração basta para deitar por terra: ac-

cusar D. Nicolau Fernandes de Castro os escriptores portuguezes d'esta falsidade, e não o refutar o infante, nas notas que compoz contra elle, o que aliás não deixaria de fazer se o caso fosse verdadeiro. Demais, quem não vê na carta em questão uma pia fraude, um fructo da paixão partidaria, ou antes patriotica? Se porém não fosse bastante para proval-o esta consideração geral e o mais que expendemos, proval-o-hiam, a nosso ver, de sobra, as suas mesmas exaggerações, a sua linguagem, o seu estylo baixo, fóra de todas as praxes officiaes e até da etiqueta e respeito com que um advogado de embaixada devia falar a um ministro plenipotenciario, a um conde, a um amigo do poderoso valido de Filippe IV, a maneira differente, propria de noticia politica, por que foi impressa em catalão; proval-o-hia principalmente a grandissima distancia que vae d'ella á outra que já conhecemos do mesmo Navarro, tambem a D. Francisco de Mello, escripta anno e meio antes, ácerca da prisão de D. Duarte, como se pode julgar pelo fragmento atraz copiado, o qual, e egual coisa dizemos, e já dissemos, de todo o documento, longe de respirar odio e incivilidade, é concebido em termos delicados e ás vezes até compassivos. O officio de Navarro ao conde-duque, relatando a mudança, e viagem do infante de Gratz para Milão, de que adeante nos serviremos, acabará de evidenciar o nenhum valor da carta de nove de outubro de quarenta e um.

Tão infeliz, ou mais ainda, foi o infante com o recurso a Filippe IV, do que fôra com relação a sua magestade cesarea; e assim era de esperar. Escrevera-lhe, como sabemos, logo depois de preso, para o que pedira licença a D. Francisco de Mello. N'essa carta justificava a sua innocencia a respeito da revolução de Portugal, e acreditava que o rei catholico velaria pela sua honra e o ampararia. Confiança inutil! Fillippe IV mandou-lhe responder, pelo seu embaixador em Allemanha, que lhe não faria injustiça, e

que sentiria se fosse achado culpado. Ao mesmo tempo, recommendava o maior rigor com a sua prisão[1]. A resposta do rei de Hespanha recebel-a-hia o infante estando já em Gratz.

III

Ao tempo que estas coisas se passavam em Allemanha, a restauração de Portugal seguia o seu caminho e procurava consolidar-se. Chegado el-rei a Lisboa e acclamado com o maior jubilo no continente do reino, celebrou-se d'ahi a dias a cerimonia da coroação, que teve logar a quinze de dezembro no Terreiro do Paço, e adoptaram-se varias medidas tendentes á organisação do governo civil e militar. A vinte e seis entrou na capital, juntamente com seus filhos, D. Theodosio, D. Joanna e D. Catharina, a rainha D. Luiza, a que o povo, apesar de hespanhola, fez o mais enthusiastico recebimento, por saber de quão boa vontade abraçara a causa da independencia nacional. A vinte de janeiro reuniram-se as côrtes, e a vinte e oito do mesmo mez teve logar o juramento a el-rei e ao principe herdeiro, tratando-se em seguida dos negocios mais urgentes.

O grito soltado pela patria ao recuperar a sua liberdade não parou nas fronteiras; transpol-as rapido, e foi acordar nos paizes estrangeiros, sobretudo em Hespanha, os corações dos seus nobres filhos, que n'elles serviam ou peregrinavam. Fidalgos, ecclesiasticos, dignidades, estudantes, officiaes, soldados, todos acudiram pressurosos, apenas lhes

[1] Arch. de Simancas, Maço 2342, fol. 45, Consulta do Conselho de Estado feita em Madrid a 15 de junho de 1641. Mss.

foi possivel, ao resurgir da terra natal; e podemos dizer todos, porque o limitado numero dos que a renegaram infamemente constitue apenas uma odiosa excepção, que em nada invalida a generalidade. Echoou a noticia do grande acontecimento, e começou logo a torrente de impatriação que nos trouxe e havia de trazer tão estrenuos defensores. Só dos exercitos hespanhoes calcula-se em mais de dois mil os que vieram prestar, com o correr do tempo, a causa tão sacrosanta o auxilio do seu braço e da sua experiencia, auxilio da maxima importancia no estado de fraqueza a que chegára o reino, graças ás medidas destruidoras da côrte de Madrid. Pois foi precisamente uma d'essas medidas que se converteu, quem o diria aos tyrannos? em um dos maiores instrumentos da nossa defesa! Arrancaram a Portugal, com o fim de o anniquilarem, os seus mancebos mais validos e prestimosos; levaram-os a servir longe na guerra, a pelejar por uma bandeira que não era a sua, e, sem o quererem, sem o pensarem, forneceram-lhe armas, sciencia e disciplina para resistir aos intentos de reconquista do proprio solo! Levaram-lhe homens, e deram-lhe soldados, soldados das campanhas de Flandres, da Italia, e da Catalunha! Nem todos volveram, é certo; muitos dizimou o ferro inimigo durante tantos annos; porém os sobrevivos lograram centuplicado o galardão das suas fadigas e soffrimentos, podendo, como bons filhos, defender com as espadas valentes e affeitas aos combates a mãe de todos, a patria, que tanto d'elles precisava.

Não ha para nós revolução mais admiravel do que a do primeiro de dezembro de mil seiscentos e quarenta, no atrevimento do plano, na inviolabilidade do segredo, na execução veloz e incruenta, no modo espontaneo por que a receberam o continente, ilhas e conquistas da Asia, Africa, America e Oceania, e, não menos do que isso, na temeraria confiança, com que esses tantos portuguezes, conhecida devidamente a grande nova, deixaram logares, hon-

ras, interesses, para seguirem a causa nacional, na hora do maior perigo, e quando ella ainda vacillava, não no tribunal da justiça, mas no da força, que despoticamente obriga e avassalla os corações, ou antes as vontades!

Só tu, ó nobre, ó desinteressado infante, só tu, descendente dos nossos reis, e irmão do que acabava de escolher para presidir aos seus destinos a nação inteira, ficaste longe da patria, que te desejava e que tu desejavas. Ah! se pudesses voar em seu soccorro, se não te prendessem em duro carcere os nossos inimigos, ninguem, ninguem te excederia, estamos certo, nem no amor com que a amavas, nem no valor com que a defenderias!

Para os governos, tanto civil como militar, lançou-se mão das pessoas que eram mais adequadas a elles, excluindo-se apenas as manifestamente partidarias de Hespanha; do que resultou conservarem muitos os mesmos logares que exerciam no tempo da usurpação. Este caminho, que, á primeira vista, se afigura arriscado, e que o seria na verdade, se a adhesão dos portuguezes a Hespanha não fosse toda apparente, era sensato, e o unico a seguir nas circumstancias excepcionaes em que Portugal se achava; o contrario fôra crear dois bandos, de fieis e de duvidosos, e mover descontentamentos e intrigas inconvenientissimas.

O mais difficil de prover de todos os cargos, o de secretario de estado, á falta de homens habilitados na pratica dos negocios, recahiu em Francisco de Lucena, que servira durante certo tempo com Miguel de Vasconcellos. Já dissemos alguma coisa ácerca do apego d'elle e de seu pae, Affonso de Lucena, á côrte de Madrid; das accusações que pesavam n'este, de se ter engrandecido e aos seus, atraiçoando D. Catharina, com as revelações que fez; e dos officios que ambos occuparam em Hespanha e Portugal. Não devia portanto ser agradavel e exempta de suspeitas a D. João IV, e a muitos, a nomeação de Francisco de Lu-

cena para tão elevado posto; mas a necessidade venceu tudo. Entre os que desconfiavam do novo secretario contava-se o infante; e foi o seu chamamento de Allemanha um dos primeiros negocios em que poz a mão. O modo por que n'isto procedeu, e os tristes resultados d'esse seu erro, ou, se quizerem, maldade, não só contribuiram para confirmar as apprehensões existentes contra elle, mas formaram tambem, como vimos, um dos capitulos do processo que posteriormente se lhe instaurou.

Carecia Portugal de organisar-se e armar-se contra Hespanha, e tambem de estabelecer allianças com varios paizes, sobretudo com os que guerreavam esta potencia; por isso, logo a doze de dezembro, segundo uma carta do padre Sebastião Gonzalez, escripta de Lisboa, se nomearam para a missão de Roma o bispo de Lamego, para a de França D. Francisco de Mello, para a de Inglaterra D. Antão de Almada, para a de Hollanda Tristão de Mendonça, e para a de Catalunha Jorge de Mello [1]. Foi a embaixada de Catalunha a primeira de que se cuidou, já por mais proxima, e já por mais necessaria na occasião do que todas, pelas muitas tropas hespanholas que alli militavam contra os levantados e contra os francezes, tropas que, entretidas convenientemente, deixariam de marchar para as nossas fronteiras.

Por causa d'esta urgencia, e por se demorar ainda alguns dias a partida do ministro especial, mandou o governo a Barcelona um barco, no intuito de alentar os revoltosos do oriente da peninsula, dando-lhes a boa nova da separação de Portugal. Era o capitão d'elle, em vez de catalão, como inculcava, castelhano; levava no animo traiçoeiro proposito de entregar os portuguezes que lhe tinham sido confiados, e, sob o pretexto de metter agua, conduziu-os a Cadis, a um logar em que dizia poder fazel-o, sem

[1] *Memorial historico español*, vol, XVI, pag. 112.

perigo de ser descoberto, dispondo as coisas de maneira que todos foram presos e retidos em Hespanha, onde ficaram até quarenta e quatro, anno em que, indo para as galés, se libertaram no caminho, incitados pelo portuguez Antonio da Silva[1]. Seria este barco por acaso a caravella que o padre Sebastião Gonzalez participa ter sahido no dia um de dezembro[2], e que, na verdade, só depois de alguns dias sahisse? Em compensação, o padre Ignacio Mascarenhas, o embaixador definitivamente nomeado, obteve prospero successo.

A sete de janeiro embarcou Mascarenhas no porto de Lisboa, com o seu companheiro Paulo da Costa, jesuita como elle, e, tendo esperado tempo favoravel, partiu a quatorze para o seu destino, levando carta de crença de dezenove de dezembro. A entrada do embaixador em Barcelona, onde chegou a vinte e quatro do mesmo mez, produziu immenso enthusiasmo nos catalães, aos quaes a noticia da restauração de Portugal, que os hespanhoes, não conseguindo abafar, tinham transformado em uma simples revolta, influiu novo alento na extremidade em que se achavam de ver çahir no poder do inimigo a capital do principado. As consequencias appareceram breve traduzidas em factos na derrota infligida ás tropas reaes em Monjuich, apesar da desproporção do numero. Esta brilhante victoria fôra porém como um milagre, e o governo da Catalunha receiava outro ataque, e desconfiava da repetição de tanta ventura. Precisava pois, sem demora, soccorros de França e navio que os requisitasse, porque o inimigo lhe embargava procural-os pelo lado da terra. Faltando, em tal aperto, embarcações, o nosso religioso offereceu-se para o effeito, e, poucos dias depois de haver chegado, seguiu

[1] Bib. Nac., Mss., Supplemento, n.º 606, *Annaes de Portugal restituido a reis naturaes.*

[2] *Memorial historico Español,* vol. XVI, pag. 109.

em demanda da costa de França, a qual não lhe deixou tocar a força do tempo, que o atirou á Italia. Resolveu então dirigir-se a Genova, e de lá escrever para Marselha, como fez, obtendo assim prompto e valioso auxilio os catalães, que se viram livres do risco imminente que os havia intimidado.

A seis de fevereiro desembarcou o padre em Genova, e, escondendo a sua qualidade de enviado de D. João IV, começou a espalhar a noticia da separação de Portugal e do estado em que ficava o reino, o que ninguem queria acreditar, porque os hespanhoes, como em Barcelona, tinham reduzido tão grande feito ás pequenas proporções de um simples levantamento. Foi quanto bastou para alterar os animos dos subditos de Filippe IV e dos que seguiam os seus interesses n'aquella cidade, e para ser olhado rancorosamente o jesuita. A isto accresceu conhecerem o alto cargo que desempenhava, talvez por um seu creado, que depois se entendeu atraiçoal-o, e crerem que com o mesmo posto ia a Roma, presumpção d'onde nasceu logo o infame projecto de o matarem e de se apoderarem dos seus papeis, por meio do seguinte ardil. Procurou-o um dia um joven milanez, de boa apparencia e bem vestido; inculcava ter servido em Allemanha no exercito imperial com D. Duarte, e mostrava desejos de servir tambem em Portugal, aonde D. Duarte, calculava elle, já devia ter passado; receiava comtudo executar este plano, por causa dos hespanhoes, e recorria portanto á protecção do padre. Isto fazia simuladamente com o fim de o assassinar; mas o embaixador estava acompanhado, e, por então, frustrou-se o crime. Tentou-o segunda vez; mas teve identico resultado. Foi uma providencia; porque entretanto um allemão, que se dizia creado dos encommendadores do assassinio, delatou o projecto do milanez ao jesuita, e que era sempre seguido por vigias. Temeroso de tão grande perigo, conseguiu Mascarenhas fugir disfarçado, juntamente com o seu companheiro,

da estalagem em que morava, e acolher-se a outro tecto e andou tão cautamente, que illudiu os seus perseguidores, a ponto de o supporem já no mar, caminho de Roma, e de enviarem um navio para o perseguir, ao golfo de Spezzia, o qual teve a infeliz sorte de naufragar, perdendo-se quarenta homens que levava.

N'este meio tempo, chegou a Genova o marquez de Leganes, vindo de Milão, onde fôra governador, e, com a sua chegada, augmentaram as diligencias para se desfazerem da pessoa do jesuita, subindo o zelo do marquez até exigir do senado a sua entrega, como embaixador do rebelde duque de Bragança, o que aquella corporação repelliu com nobre firmeza. Frustrada a pretenção, prometteram os hespanhoes quinhentos dobrões pela sua cabeça; mas não conseguiram ainda os negregados planos, porque Mascarenhas, depois de mudar outra vez de casa, temendo cahir nas mãos de seus encarniçados inimigos, queixou-se ao senado da violencia que intentavam contra elle, e obteve a sua efficaz protecção, e guardas, que o defenderam, até embarcar em vinte e um de março para França. De França passou logo a Barcelona, e d'ahi outra vez a França, onde, tomando o porto da Rochella, voltou a Lisboa, com o tratado que celebrara entre Portugal e Catalunha, e além d'isso com cincoenta officiaes e soldados portuguezes, que para elle desertaram do exercito hespanhol, seguindo-se-lhe pouco depois seu companheiro com mais de duzentos da mesma procedencia. Assim escapou o sagaz, o intrepido jesuita a todas as ciladas; assim executou felizmente a sua missão, sobejando-lhe ainda animo e vagar para induzir varios negociantes a remetterem para Portugal consideraveis partidas de armamento, de que tanto careciamos.

Alongámo-nos mais na descripção d'esta embaixada, por ser ella revestida de algumas particularidades que pintam ao vivo a influencia da Hespanha na Italia, a maneira porque ella desfigurava quanto nos dizia respeito, a persegui-

ção odienta e acrimoniosa que movia a quanto era portuguez, e ainda pela especialidade de ser invocado o nome do infante, para um vil sicario, comprado pelo seu oiro, assassinar o nosso embaixador. Auxiliados por estes factos, que são descriptos pelo proprio Ignacio Mascarenhas [1], comprehenderemos melhor alguns pontos da presente historia, que, sem parallelos tão frisantes, pareceriam inverosimeis e até incriveis.

IV

A embaixada da Catalunha seguiram-se as de França, Inglaterra e Hollanda. Para a primeira foram nomeados embaixadores Francisco de Mello, monteiro-mór do reino e do conselho de sua magestade, e o doutor Antonio Coelho de Carvalho, do mesmo conselho e desembargador do Paço; e secretario Christóvão Soares de Abreu. Iam tambem com o monteiro-mór o celeberrimo Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, então jesuita, que fôra seu mestre, o qual, tendo fugido de uma das casas da Companhia em Lisboa, onde estava preso, embarcou escondidamente, e João Franco Barreto, secretario do dito monteiro-mór, assaz conhecido pela sua traducção em verso da *Eneida* de Virgilio. Para a segunda embaixada escolheu o governo por embaixadores D. Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão, desembargador do Paço; e como secretario Antonio de Sousa de Macedo, benemerito da nossa litteratura. Para a terceira como embaixador Tristão de Mendonça, e como secretario Antonio de Sousa Tavares.

[1] *Relação do successo que teve com a jornada que fez a Catalunha.* Lisboa 1641. 4.º

Levantaram ferro o monteiro-mór e os seus companheiros a quatro de fevereiro, precisamente no dia em que o infante foi preso em Ratisbona, a bordo de um navio inglez, por nome Maria João, guarnecido de vinte e seis peças; mas só a oito puderam sahir a barra, por causa do tempo contrario, o que tambem succedeu aos embaixadores de Inglaterra e Hollanda, que tinham dado á vela na mesma occasião em outros dois navios inglezes. A um de março chegaram á Rochella, depois de experimentarem fortes temporaes, sendo ahi recebidos cordialmente pelo governador da cidade, Amador de la Porte, grão prior de França, e embaixador da ordem de S. João de Jerusalem, e a vinte e um estavam em Paris. Feita a entrada solemne na capital do reino, e apresentadas a Luiz XIII, á rainha, e ao cardeal de Richelieu, que lhes fizeram o melhor acolhimento, as cartas que levavam de D. João IV e de sua esposa, começaram a negociar o tratado de alliança, de que iam incumbidos, e que se assignou em um de junho. Alguns dias depois foram-se os embaixadores despedir de suas magestades a Abbeville, e voltaram a Paris, d'onde sahiram em vinte e quatro do mesmo mez para a Rochella. Aqui embarcando na esquadra franceza do commando do marquez de Brezé, que Luiz XIII mandava, para, conforme o tratado, se reunir á portugueza contra Hespanha, navegaram em direcção a Portugal a vinte e dois de julho, e surgiram felizmente, depois de vinte e um dias de viagem, na bahia de Cascaes, a sete do mez de agosto[1].

Antes de chegarem a Paris, sobresaltou os embaixadores a noticia da prisão do infante. A vinte e tres de março já Gaspar Fernandes de Leão, negociante portuguez, ou de origem portugueza, residente em França, tornava a es-

[1] João Franco Barreto, *Relação da viagem que a França fizeram Francisco de Mello e Antonio Coelho de Carvalho indo por embaixadores... do rei .. D. João IV...* Lisboa. 1642. 4.º

crever ao secretario da embaixada, Christovão Soares de Abreu, pois já o fizera no correio anterior, promettendo dirigir-se a pessoas de consideração, moradoras em Ratisbona, a fim de obterem informações certas de D. Duarte e de lhe prestarem os serviços que fosse possivel. A vinte e sete escrevia o mesmo novamente ao secretario que ainda lhe não viera a resposta, e que tinha confiança de que os seus amigos lh'a enviariam breve. A trinta communicava-lhe que escrevia para Ratisbona, Vienna e Colonia o que haviam assentado ácerca dos negocios do infante. N'este comenos, recebia Gaspar Fernandes de Leão carta de Antonio Lamego, datada de Ruão, vinte e dois do dito mez, na qual lhe dizia que seu cunhado Lopo Ramiro (irmão de Duarte Nunes da Costa) ficava muito sentido da desgraça de sua alteza; que o imperador o mandara de Ratisbona para um castello chamado Neustadt, na Austria; que esperava cada dia carta do infante e dos seus; e que por varias partes escrevera a D. João IV, informando-o de quanto se passára[1]. Além d'isso, a vinte e nove do mesmo mez, os embaixadores receberam cartas de Amsterdam, com data de dezoito, em que se affirmava já ter sido o infante levado ao dito castello. Estas cartas talvez fossem ou tambem de Lopo Ramiro, ou de Jeronymo Nunes da Costa, residente n'esta cidade, filho de Duarte Nunes da Costa, e que então se empregou em servir Portugal, assim como seu pae, assistente em Hamburgo. Do ultimo tiveram os embaixadores muitas[2], e n'alguma ou algumas trataria da prisão do infante, pois era seu correspondente.

Constava portanto em França, pelo menos desde meiados de março, a prisão de D. Duarte, mas, segundo acabamos de ver, de um modo inexacto; e os embaixadores não se descuidaram de procurar novas mais claras, logo nos pri-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xx, fol. 62, 61, 70 e 69.

[2] Bib. Nac., Mss. comprados ultimamente ao sr. conde da Vidigueira.

meiros tempos da sua estada em Paris, e de prestar-lhe, ou procurar prestar-lhe auxilio, posto ignoremos qual.

Não contentes com isto, o monteiro-mór e Antonio Coelho de Carvalho, a oito de junho, endereçaram á dieta de Ratisbona um memorial a favor do principe portuguez, no qual exprimiam grande admiração pelo facto, sem verdadeiramente o censurarem, e pediam, assustados pelo boato da sua transferencia da Austria a Hespanha, que não consentisse que elle fosse entregue aos hespanhoes, e tambem que o fizesse soltar, attendendo assim ao direito das gentes, á auctoridade do sacro romano imperio, e á do proprio congresso. Os embaixadores portuguezes andavam com toda a precaução. Aconselhavam-o as circumstancias, e talvez o gabinete de Paris não fosse estranho á confecção d'este documento, que aliás chegaria á dieta pelo intermedio dos seus ministros[1]. Emfim a treze do mesmo mez, participando a Richelieu o reconhecimento da independencia nacional pelo Brazil, e pelos Açores e Madeira, patentearam-lhe os embaixadores a dor de el-rei, por seu irmão estar preso, e declararam que sua magestade lhes encommendara empregassem todas as diligencias para o libertar, tendo sua magestade por certo que, com o auxilio do rei christianissimo havia de lograr essa ventura[2]. Dias depois partiram para a Rochella.

D. Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão aportaram a Falmouth a cinco de março, e na primeira audiencia publica, a oito de abril, entregaram ao rei e á rainha de Inglaterra as cartas que para elles levavam do rei e da rainha de Portugal. A de D. João IV dirigida ao parlamento não a deram, pela desintelligencia que já então havia entre elle e o seu soberano[3].

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxxi, fol. 160.

[2] *Gazette de France*, 1641, n.º 76, pag. 389.

[3] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Francisco de Andrade Leitão, vol. ii.

Quanto a Tristão de Mendonça, entrou na Haya só a nove de abril.

Aquelles, pouco depois da sua chegada, deviam saber a lamentavel noticia pelas relações commerciaes da Allemanha, Hollanda e cidades hanseaticas com Inglaterra, e especialmente pelos avisos de Duarte Nunes da Costa e de seu filho e irmão. Tristão de Mendonça, mais proximo d'estes, e chegando mais tarde, seria, logo que entrou na Haya, ou antes, posto ao facto de tudo quanto succedera. No que toca ao procedimento de uns e do outro, no particular que nos respeita, sabemos pelos *Annaes* e pelo manifesto de Antonio de Sousa Tavares, a favor do infante, de que em breve falaremos, digno em tal caso do maior credito, que representaram á dieta de Ratisbona, pugnando pela sua liberdade, e requerendo-a.

V

Depois das embaixadas de França, Inglaterra e Hollanda, segue-se na ordem chronologica a de Dinamarca e Suecia, de que foi encarregado Francisco de Sousa Coutinho. Partiu o embaixador a dezoito de março, em um navio que estava surto no Tejo, com um almirante do rei de Dinamarca, e a doze de abril chegou a Copenhague. Não lhe faltaram obsequios e attenções da parte de Christiano IV, que então reinava; mas o resultado politico da sua missão foi nenhum, por temer este soberano malquistar-se com o imperador de Allemanha, se fizesse o contrario; pois sabia muito bem que offender Hespanha era offendel-o. A tal baixeza descera o velho chefe da liga dos protestantes, o rival, outr'ora feliz, da casa d'Austria, e tão desastrosas ti-

nham sido para o seu paiz as consequencias da derrota de Lutter e do tratado de Lubeck! Entrando em Copenhague sem honras publicas, Francisco de Sousa Coutinho solicitou debalde uma audiencia solemne, até que desenganado, depois de varios subterfugios e desculpas, do verdadeiro estado das coisas, determinou partir para a Suecia. Não o poude todavia fazer tão depressa como desejava, porque o rei, querendo disfarçar o mau effeito de recusar recebel-o na qualidade de embaixador de D. João IV, deu-lhe as maiores provas de benevolencia e affecto, que Francisco de Sousa Coutinho acceitou e agradeceu como particular. Uma d'ellas consistiu em convidal-o para ir ao castello de Fredesborg, residencia magnifica, distante cinco leguas de Copenhague, onde Christiano IV o recebeu com grande affabilidade, sentando-o comsigo á meza, e até brindando á saude do monarcha portuguez.

N'estas tentativas e obsequios correu o tempo desde doze de abril, epocha da chegada, até dezenove de maio, em que Francisco de Sousa Coutinho partiu para Stockolmo. Aqui acolheram-o amigavel, estrondosa, magnificamente; assim o aconselhavam as conveniencias politicas. Governava então o reino, na menoridade de Christina, filha de Gustavo Adolpho, o chanceller Oxenstiern, um dos tutores da joven soberana. Inimiga acerrima da casa d'Austria, alliada da França, que o não era menos, a Suecia abriu francamente os braços ao embaixador portuguez, e applaudiu com enthusiasmo a separação de Portugal da monarchia hespanhola, pois via n'esse facto um dos meios mais efficazes para combater o potente alliado do Imperio. Não só foi recebido com grandeza Francisco de Sousa Coutinho, nas terras por onde passou, até chegar a Stockolmo, mas tambem entrou n'esta cidade com a maior honra e luzimento, mandando-se-lhe para isso muitos coches, e sendo acompanhado por um senador do reino, pelo mordomo-mór do palacio, e por numeroso cortejo de fidalgos, vestidos de gala. Alojado na capi-

tal á custa da corôa, servido com todas as attenções devidas ao seu alto cargo e ao paiz que representava, visitado pelo embaixador de França e pela nobreza, obteve audiencia solemne da rainha a dez de junho, e, cuidando em seguida dos negocios a que era mandado, concluiu em vinte e nove de julho o tratado entre Portugal e Suecia. Cumprido o fim da sua missão, deixou o embaixador a cidade de Stockolmo a trinta do mesmo mez, e a dez de outubro deu á vela para o reino, com tres navios de guerra fretados, cheios de armamento, os quaes passaram o Sund sem visita, outra prova de sympathia do rei da Dinamarca á causa portugueza[1].

Não conhecemos as instrucções que levou Francisco de Sousa Coutinho; mas conjecturamos que nenhuma d'ellas era ácerca do negocio do infante, e que só posteriormente este lhe foi incumbido. O intervallo de mez e meio, entre a prisão e a partida do embaixador, bastava para receber-se a noticia em Portugal, não havendo tardança na remessa, e sendo a viagem regular, sobretudo se alguem, por exemplo, um dos creados do infante despedidos do seu serviço, no dia cinco de fevereiro, a certificasse á côrte de Lisboa, de maneira que ella pudesse tomar uma resolução firme. Não é isto o que nos move duvida, porém a data do manifesto do embaixador, vinte e quatro de julho; pois custa a crer, que, levando elle instrucções para a liberdade do infante, e tendo-se demorado em chegar a Stockolmo mais de dois mezes, só o escrevesse mez e meio depois de estar n'esta cidade. Entretanto quem sabe se, anteriormente á confecção do manifesto, se empregou n'outras diligencias.

Confiado nos avisos expedidos ao infante, esperava o governo portuguez que este voltasse ao reino, quando teve

[1] Antonio Moniz de Carvalho, *Memoria da jornada e successos que houve nas duas embaixadas que S. M. mandou aos reinos de Suecia e Dinamarca*. Lisboa. 1642. 4.º

a triste nova da sua prisão, o que seria, segundo a maior probabilidade, nos principios ou meiados de abril, quer por algum dos ditos creados, quer pelas cartas que Lopo Ramiro escrevesse a el-rei, quer pelas dos ministros portuguezes, que não deixariam de participar com urgencia um tal acontecimento. Só então, acreditamol-o, determinaria o governo portuguez que se representasse á dieta de Ratisbona; e d'isto nasceriam o protesto dos embaixadores em França, de oito de junho, os dos embaixadores em Inglaterra e Hollanda, cujas datas desconhecemos, e o de Francisco de Sousa Coutinho. Prescrevia-lhe D. João IV que, para esse fim, passasse a Allemanha; mas considerando o embaixador os obstaculos e os perigos da missão, consultou com Duarte Nunes da Costa o que mais lhe conviria. D'aqui proveiu não seguir n'esta parte as determinações de sua magestade[1], e, em vez de ir defender pessoalmente a causa do principe portuguez na grande assembléa, dirigir-lhe de Stockolmo um manifesto, naturalmente servindo-se para isso da interferencia dos ministros suecos. Esta hesitação e não ser logo recebido em audiencia ajudam a explicar, mas não escusam, a dilação que notámos.

O manifesto de Francisco de Sousa Coutinho foi composto em latim, e pouco depois traduzido em portuguez. O principal d'elle (tirado d'essa traducção) é o seguinte:

«Notorio é, ó padres do sacro imperio romano, gravissimos e dignissimos de todos os titulos, que o principe D. Duarte de Bragança, tendo servido fielmente ao imperio, está hoje retido violentamente n'elle, negando-se-lhe a liberdade de ir para Portugal, sua patria, fazendo-se retenção e represalia de sua pessoa, e de seus creados e familiares, de certo coisa nova e tanto mais para admirar, quanto

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 649, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira de 17 de agosto de 1643. Mss.

a excellentissima congregação de Ratisbona é a mais justa e egual, e quanto jámais costumou fazer-se coisa semelhante a principes livres, senão por inimigo declarado.

«Sabido é de todos que aquelle serenissimo principe, deixando sua patria, deixando seu irmão, a esse tempo principe e duque de Bragança, e hoje rei de Portugal, meu senhor, deixando as guerras e exercitos de outros reis e principes visinhos, se veiu ao sacro romano imperio a offerecer sua pessoa, seus serviços, trabalhos e despezas. Ninguem negará o que até os proprios inimigos, os poderosissimos suecos e francezes protestam publicamente, o que os mesmos émulos não deixam de confessar, o que toda a Allemanha sabe, que elle se portou sempre valoroso e excellente guerreiro e capitão, em todos os logares e cargos do imperio, que se lhe encommendaram, e que desprezou a vida e perigos, em muitas e quotidianas occasiões que se offereceram, assim no sitiar das cidades, como em as livrar do cerco, e que, por muitas vezes, sahiu vencedor em campo descoberto, ou em arraiaes assentados, pelejando sempre pelo imperio gloriosamente, e que isto praticou por sua livre vontade, por tempo de sete annos, não á custa e despezas do imperio, mas ás suas proprias.

«Eis agora este sincero capitão e principe, servidor unicamente do imperio, e não de outrem, depois de se livrar dos inimigos, captivo dos amigos; onde buscou a liberdade achou o captiveiro, onde esperava premios soffre represalias e retenção, prohibindo-se-lhe não só toda a communicação humana, mas negando-se tambem poder e faculdade para lhe ser dado o necessario á sua sustentação e mantença. Que faria mais um inimigo, se o captivasse? Menos em verdade, porque hoje estivera livre.

«Que segurança se dará aos principes em toda a Europa? Quaes se lhe poderão offerecer e servil-o livremente? Com que exemplo se moverão os animos, quando considerarem aquelle exemplar de merecimentos, exemplo de captiveiro? Aonde

está a observancia do direito das gentes e da fé publica, debaixo da qual elle tinha militado? Aonde está aquella liberdade sacra e imperial ou germanica que até se concede aos que vem afugentados de outros reinos, e aos criminosos, se se nega a um principe tão benemerito do imperio, innocente e inculpavel? Aonde está o favor dos peregrinos e estrangeiros? Aonde estão os premios dos que os bem merecem? Assim se paga o sangue derramado do excellente soldado e capitão? Assim se estima o trabalho incansavel de sete annos? Assim a eleição do serviço do sacro imperio romano? Se offendeu em alguma coisa ao imperio, no tocante aos seus cargos e obrigações, dê-se libello dos crimes, seja convencido e castigado legitimamente; mas, se não quebrou a paz do imperio, nem a publica, nem contra ella machinava coisa alguma, antes, com todas suas forças, pelejava por a defender, que culpa, que crime lhe ficam? a não ser que os serviços e beneficios sejam tidos por injurias e que seja o mesmo defender e offender.

«Se se oppozer á instancia de el-rei de Castella, e por ventura por ministros que da casa de Bragança alcançaram sustento e honra, que o serenissimo rei D. João de Portugal, irmão do principe D. Duarte, accedendo á acclamação de todos os nobres e povo do seu reino, se apartou injustamente de Castella e se rebellou contra o rei d'ella, diremos que não é verdade, porque a restituição não é rebellião, nem o rebater a violencia se poderá chamar injustiça. A todos é notorio que o rei catholico Filippe II, entrando por armas em Portugal, o occupou com grande força, não como herdeiro, mas como inimigo; nem podia a serenissima senhora D. Catharina resistir, porque esta, se as leis então valessem, já reinaria...»

Aqui trata dos direitos da duqueza á corôa de Portugal, e continua:

«Por estes e outros fundamentos que, melhor e mais largamente, já n'aquelle tempo mostraram todos os professo-

res de jurisprudencia, por livros impressos, na celeberrima universidade de Coimbra, e em outras, sabia bem do seu direito o serenissimo principe de Bragança; porém, cercado pelas forças de Castella, ainda que confiava no amor dos portuguezes, comtudo não lhe constava descobertamente da vontade d'elles, e assim nada pretendia. Mas Deus todo poderoso, por quem reinam os reis e os legisladores decretam coisas justas, tomou a tyrannia dos ministros de Castella por instrumento da liberdade e justiça; porque chegaram a tanto as tyrannias e injustiças de dois ministros poderosos, genro e sogro, Diogo Soares e Miguel de Vasconcellos, secretarios do estado real de Portugal em Madrid e Lisboa, assim como os tributos intoleraveis, arbitrados por elles, o despreso e extirpação da nobreza, a venda das honras, dos logares da justiça e da guerra, e das commendas das ordens militares, feita quasi em almoeda publica, que só faltava, o que já tratavam, reduzir-se o antiquissimo reino de Portugal a misera provincia, quebrados seus foraes e leis. Incitados por estas coisas, e por outras muitas, todos os prelados ecclesiasticos, toda a nobreza e todo o povo, sem discrepancia alguma, acclamaram, restituiram, e juraram por seu rei a D. João IV, ao qual, em breve espaço de tempo, obedeceram todas as fortalezas e presidios em que estavam terços castelhanos, e se entregaram todas as regiões e ilhas de Portugal, sem golpe de espada nem estrondo de armas.

«Eis aqui como o meu serenissimo rei D. João o IV governa e reina para defender o seu direito, e defender a liberdade de seus vassallos; nem á defensão e restituição do seu direito se lhe poderá attribuir culpa: ainda que o rei catholico, contrariado, appelle para o direito das armas com que tomou Portugal, o que tambem faz por el-rei meu senhor, porque é licito recuperar por armas o reino que elle tomou por armas, e assim um e outro, entre si, resolvam os direitos e as armas.

«Porém dado, e nunca concedido, que o serenissimo rei de Portugal commettesse alguma injustiça e hostilidade contra el-rei catholico de Castella, que culpa, que engano, que machinação se pode considerar no innocente principe D. Duarte? O filho fica livre das obrigações do pae, se não é herdeiro; a mulher não está obrigada ás dividas do marido, se não fôr pelos vinculos da successão; clamam os jurisconsultos que o crime ou pena do pae não pode causar affronta alguma ao filho, porque cada um fica sujeito á sorte por sua culpa, e não se constitue successor do crime alheio, e, em outra parte, que melhor é deixar sem castigo a maldade do culpado que condemnar o innocente. Como se ha de pois obrigar o irmão innocente pela culpa do outro? Porventura foi D. Duarte participante da alteração de Portugal e da de seu irmão? Responde a verdade: de nenhum modo; porque se o soubera, ou n'ella concorrera com sciencia ou ajuda, perto estava de cidades livres, para onde se pudera ir, e onde podia recolher-se; mas nenhuma coisa soube, fiado na sua consciencia, não temeu nada, e a segurança exterior mostrou bem a interior.

«Mas, indo mais ávante, permittida e nunca concedida qualquer presumpção, conforme a qual se julgasse que lhe agradaram as alterações de Portugal, e que consentiu n'ellas, e se quiz sahir do imperio (o que se nega), que se segue d'aqui contra o imperio? O principe D. Duarte servia a este, e não a Castella, e, segundo as diversidades, senhorios e possessões dos reinos, nenhuma coisa teem de commum o imperio e Allemanha com Castella, nenhuma coisa com Portugal. E ainda que pelas offensas do imperio se pudesse reter um innocente, D. Duarte não deve nada com respeito ao imperio, nem o serenissimo rei D. João, seu irmão, contrahiu divida alguma com o imperio, nem tomou coisa alguma a Allemanha. Se quebrantou a paz de Castella, não quebrantou a paz de Allemanha; e se ainda, em contrario, se repetir aquella antiquissima allegação dos ac-

cusadores, que todo o que se faz rei contradiz a Cesar, não tem ella logar em um ou outro irmão, nem deve attender-se ou valer ante a sacra catholica e cesarea magestade.

«Instruido com estas memorias de direito, justiça e razão, desejava comparecer ante vossas altezas, illustrissimas e senhorias, e ante a mesma sacra e cesarea magestade, para pedir a todos humildemente justiça; mas já se me não concede a passagem; e que segurança se me guardará pelo direito das gentes, se se quebra na pessoa de tão grande principe? Que liberdade se dará a mim, seu creado, se até ao mesmo senhor se nega?

«Portanto peço com justiça, por estas presentes lettras, a vossas altezas, illustrissimas e senhorias, em nome do serenissimo rei D. João IV, meu senhor, que se solte o principe D. Duarte, seu irmão, innocente, e se restitua á sua antiga e devida liberdade, e, para melhor promoção do seu effeito, se proponha pela muito sublimada congregação a sua sacra cesarea magestade a justiça do innocente capitão e principe, para que por suas proprias leis se obrigue e dê satisfação a um acto, em que tem posto os olhos todos os outros reis e principes, e de que todos elles se espantam, de sorte que, na causa do excellentissimo capitão e principe D. Duarte, se defira á justiça e não ao sangue, e não aconteça que d'onde nasce o direito nasçam as injurias. Assim confio e espero muito firmemente que hei de conseguir de tão excellente congregação, na qual a todos geralmente, e em particular a cada um dos senhores congregados, offereço humildemente tanto o agradecimento d'el-rei, meu senhor, como os meus serviços. Stockolmo, vinte e quatro de julho de mil seiscentos e quarenta e um»[1].

[1] *Manifesto e protestação feita por Francisco de Sousa Coutinho,... enviado á dieta de Ratisbona sobre a injusta retenção e liberdade que requer do serenissimo infante D. Duarte.* Lisboa. 1641. 4.º Id., em latim nas provas da *Hist. genealogica.*

Este manifesto, em que se pugna pela liberdade de D. Duarte, é ao mesmo tempo um manifesto politico a favor de Portugal, e, só contando com muitas e fortes adhesões na dieta, seria de utilidade ao fim principal, do contrario, a mistura da injustiça da prisão do infante com a justiça da causa portugueza unicamente serviria para lhe trazer damno. Faltam de todo documentos e memorias que nos elucidem ácerca da apresentação e consequencias de tão importante escripto; nem sabemos quem tomou a sua defeza. Quanto ao seu resultado favoravel foi nenhum; ao passo que a sua apresentação, feita algum tempo depois de já estar o infante em Gratz, coincidindo com o peior tratamento d'este, e com a maior vigilancia dos seus guardas hespanhoes, parecerá a alguem haver preparado essas alterações; d'onde se inferiria que até lhe foi prejudicial.

Posto não levemos intuito determinado de censurar os erros dos nossos antecessores que escreveram expressa ou incidentemente da prisão e destino fatal de D. Duarte, mas só o de aproveitar d'elles o que julgarmos bom, á falta de documentos dignos de fé, nosso principal fundamento, continuaremos entretanto, como até aqui, visto não podermos prescindir do seu auxilio, a notar alguns dos descuidos em que elles incorreram. Agora tocaremos n'um ponto em que Birago, ou antes Fr. Fernando de la Houe, e portanto o terceiro conde da Ericeira, D. Antonio Caetano de Sousa, Rebello da Silva, e os outros auctores que os seguiram, confundem as datas e os factos de modo incrivel.

«Estava n'aquelle tempo, diz Birago, relatando a prisão do infante em Ratisbona, e antes da sua mudança para Passaw, como embaixador extraordinario do rei de Portugal nas partes septentrionaes, Francisco de Sousa Coutinho, o qual, pela obrigação do seu cargo, antigos serviços á casa de Bragança, e entranhado amor a sua alteza, apenas soube a grande desgraça que lhe acontecera, apresentou na dieta de Ratisbona, em nome do seu rei, um escripto

na lingua latina, que julguei conveniente deixar aqui»; e transcreve o manifesto.

É claro o erro. O infante esteve preso em Ratisbona dez dias, desde quatro até quatorze de fevereiro; e é n'estes dez dias que Birago colloca a apresentação do manifesto de Sousa Coutinho. Impossivel, completamente impossivel. Este embaixador sahiu de Lisboa d'ahi a mais de um mez, e só cinco mezes depois escreveu o documento alludido; mas, ainda que não existisse tal razão, bastaria a da falta de tempo. Em dez dias não se podia receber em Stockolmo a noticia da prisão, preparar e escrever o manifesto, e voltar d'esta áquella cidade.

Nem é Birago o unico auctor que errou quanto á duração da permanencia do infante em Ratisbona. Luiz Marinho de Azevedo estende-a, pelo menos, até outubro, tempo em que elle, havia muito, já se achava em Gratz[1]; e o padre Francisco de Santa Maria a dezoito mezes, chegando portanto á epocha da sua partida para Milão[2]; e, o que é mais, supprimindo por conseguinte a sua estada em Passaw e em Gratz. Diogo Barbosa Machado incorre no mesmo erro[3].

Não se limitou Francisco de Sousa Coutinho a este manifesto. Propoz egualmente ao governo da Suecia que, se entre elle e o imperador se celebrasse algum tratado de paz, no que já então se cuidava, puzesse no mesmo, como condição, a liberdade do infante. Respondeu-lhe o gabinete de Stockolmo que desejava com todas as véras que sua alteza fosse solto, e, ainda mais, pela sua intervenção; mas que previa duros embaraços, ensinado pela experiencia de casos comparativamente muito mais faceis; pois, se custava tanto conseguir a liberdade de qualquer general prisioneiro, o que não seria com respeito á do irmão de um rei

[1] *Exclamaciones politicas... en la injusta prision del infante D. Duarte.* Lisboa, 1645. 8.º

[2] *Anno historico...* Lisboa, 1744. Fol.

[3] *Bib. Lusitana.*

inimigo; que, não obstante, se alguma coisa se pudesse conseguir no tratado de paz com o imperador, ficasse certo el-rei de Portugal que, da sua parte não se deixariam de empregar todas as diligencias[1]. A resposta do governo sueco tem a data de trinta de julho.

VI

Foi a embaixada de Roma a ultima de todas; não por menos importante do que as outras, pois convinha muito a D. João IV o reconhecimento da sua realeza pelo chefe supremo da egreja, sem o que se julgaria imperfeitamente legitimado aos olhos dos catholicos, não falando nas vantagens politicas que d'ahi derivariam; mas porque as urgencias do estado eram muitas, e o dinheiro pouco, em relação a ellas.

Escolheu-se para este difficil cargo o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, irmão do conde de Vimioso, e primeiro marquez de Aguiar, prelado de boa vida, lettras, e talento, e não menos valoroso, o que para a empreza era necessario, pela opposição que se esperava dos ministros de Hespanha.

Levou o bispo em sua companhia, como secretario, o doutor Rodrigo Rodrigues de Lemos, a quem sua magestade fez mercê do habito de Christo, e do desembargo da casa do Porto, para o servir n'esta occasião; e, como agente de negocios, junto da curia, Pantaleão Rodrigues Pacheco, membro do conselho geral do Santo Officio, e conego dou-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. I, fol. 130.

toral da sé de Lisboa. Partiu o embaixador das aguas do Tejo a nove ou a doze de abril, e a trinta deu fundo no porto da Rochella, onde o grão-prior de França lhe fez o melhor recebimento, e onde se demorou dez dias; depois dos quaes, se dirigiu a Paris, para consultar com o monteiro-mór e Antonio Coelho de Carvalho, que ainda alli estavam, a maneira de passar a Italia.

Seguira este caminho a embaixada de Roma por ser o mais seguro, e para obter o auxilio francez, a fim de contrabalançar na capital dos estados pontificios a grande influencia de Hespanha. Com effeito, a protecção da côrte de Paris tornava-se da primeira necessidade, como bem demonstraram os acontecimentos posteriores. Não se descuidara o conde-duque de Olivares das prevenções adequadas; bem avaliava o alcance moral e material do reconhecimento da independencia do reino e da recepção do seu embaixador, e a trinta de dezembro communicara a noticia da revolução de Portugal aos embaixadores hespanhoes alli residentes, o marquez de Castello-Rodrigo e D. João Chumacero e Carillo, ordenando-lhes que pedissem a Urbano VIII para vibrar os raios da excommunhão contra os portuguezes, por se alliarem com as nações protestantes, para obrigar os prelados a cumprirem o juramento que haviam prestado nas côrtes de mil seiscentos e dezenove a Filippe III, e para não receber qualquer ministro que D. João IV lhe enviasse, pois do contrario offenderia gravemente o rei catholico. Além d'esta attitude decididamente hostil contra nós em Roma, temia-se ainda alguma violencia ou crime contra o bispo, como, pouco antes, acontecera, quando o marquez de Castello-Rodrigo fez prender n'esta cidade o principe de Sans, e conduzil-o a Napoles, onde o decapitaram, violencia, que por ficar impune, promettia outras novas.

Consideradas estas razões, foi o embaixador portuguez primeiro a França, para Luiz XIII favorecer a sua missão,

não só recommendando-o ao grão-duque de Toscana e ao doge da republica de Genova, mas tambem mandando-o acompanhar até Civittà-Vecchia por alguns navios de guerra, e incumbindo o embaxaidor francez em Roma e o cardeal Barberino, protector da corôa de França, de o ajudarem efficazmente; o que tudo el-rei encommendou aos seus embaixadores alcançassem da côrte de Paris, por carta de oito de fevereiro[1].

As instrucções ao bispo, datadas de sete de abril, nada dizem ácerca do infante, ou porque a enviatura tivesse unicamente por fim os negocios de Roma, ou porque ainda se não soubesse da sua prisão, ou porque n'essa data fossem ou estivessem para ser enviadas as instrucções aos demais embaixadores a tal respeito, e estas tornassem escusado recommendar-lhe a diligencia. Pode tambem ser que ella formasse o objecto de alguma instrucção particular que desconheçamos.

VII

Tinham-se porém cifrado no protesto e na recommendação do embaixador portuguez na Suecia, e nos memoriaes dos outros embaixadores as manifestações a favor do infante? De certo que não. O procedimento desleal, ingrato e servil do imperador attrahiu, desde o principio, sobre elle censuras e accusações graves, entre os seus proprios subditos, dos quaes havia muitos, como já vimos, que aliás aborreciam a preponderancia illimitada, que a côrte de Madrid exercia na politica germanica. A prepotencia con-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Collecção de S. Vicente, vol. XIV, fol. 17. Mss.

tra o infante era mais uma infracção da liberdade do imperio, tantas vezes despresada pela autocracia da casa d'Austria, a qual, com um pé na Allemanha e outro na Hespanha, pretendia dominar a Europa, embora sentissem ambas estas potencias devastar-lhes o seio o cancro voraz que as ia corroendo. É pois evidente que todos os inimigos d'aquella casa, e tambem muitos dos seus amigos, descontentes do mau estado dos negocios, ou mais sensatos, ou mais honrados, tomariam a defeza de D. Duarte. Accresce que os motivos de recriminação contra ella, já de ha muito existentes, no animo de tantos, e que tantos chamara ás armas, tinham encontrado um divulgador famoso por aquelles tempos. Filippe de Chemnitz, pomeranio ao serviço da Suecia, na sua obra, *De ratione status in imperio romano germanico,* publicada pouco antes, demonstrara que os principes de Allemanha não formavam na realidade um imperio, mas uma republica aristocratica, cuja soberania pertencia aos estados e não ao imperador, pelo que, se deviam unir todos contra a casa do tyranno, flagello do imperio e da liberdade; asserções, que, espalhadas rapidamente, exerceram a maior influencia nos espiritos preparados de longa data para as receberem. Esta obra, examinando os meios de reintegrar a liberdade nacional, chegava a propor entre elles a extirpação da casa d'Austria, e a eleição de um novo imperador, ao qual seria imposta uma capitulação de genero novo.

O partido dos descontentes era, por conseguinte, forte, e muitos seriam os que tacita ou abertamente increpassem o feio acto commettido pelo monarcha allemão. Além d'isto, o infante contava camaradas que o estimavam, e alguns amigos poderosos, como, por exemplo, o principe Casimiro de Polonia[1], e numerosas pessoas que obsequiara e bene-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.º 108 do Santo Officio, Carta de Francisco de Sousa Coutinho a el-rei de 21 de junho de 1648. Mss.

ficiara com as suas gentis maneiras e larguezas de principe; e nem todos ficariam mudos. Dos religiosos, de que elle se mostrou sempre tão devoto, já em Villa Viçosa, já na Allemanha, e n'esta não só emquanto livre, mas tambem nas amarguras do captiveiro, dos religiosos, e sobretudo dos jesuitas, que muito lhe deviam e á sua casa, e que depois representaram tão bello papel em seu favor, quando foi entregue aos hespanhoes, é provavel que alguns então levantassem a voz por elle, e usassem dos recursos ao seu alcance, para o tirarem da má situação em que se achava.

Que o infante encontrou no imperio defensores da sua causa dil-o n'esta epocha o ousado procedimento de Fr. Timotheo Ciabra Pimentel; dil-o Birago; dil-o elle proprio. Escreve o primeiro, referindo-se á pessoa do imperador: «Prégando-lhe em sua capella do palacio em Ratisbona, no anno de mil seiscentos e quarenta e um, em a noite da Paixão de Christo, preso já o senhor D. Duarte de poucos mezes e dias antes, não sem este cuidado e receios do que agora vemos, ponderei, de maneira que todos os embaixadores e circumstantes entenderam: que tres generos de penas sentira Christo mais em particular em sua morte e paixão, quaes foram: uma bofetada deante do pontifice, a corôa de espinhos, e a lançada que lhe deram em seu corpo defunto, por serem todas estas originadas e dadas pelos ministros de sua prisão e morte, sem ter ordem para isso, nem mandado de seus maiores (como até áquelle tempo não o havia de Castella para que o senhor D. Duarte fosse preso), senão inventadas por elles e executadas com todo o rigor, em contemplação e lisonja de seus inimigos, por carear sua graça e adeantar-se em seu valimento..., mas que eu não achava que houvesse em a vida coisa mais feia e nefanda em um homem mui ordinario, quanto mais em um principe soberano, que fazer seu negocio e sua fortuna com o sangue de um justo, congratulando-se com seus ami-

gos e parciaes de haver-lhe cahido em as redes, de o ter preso, e poderem dispor d'elle á sua vontade»[1].

O testemunho de Birago não é menos concludente. «Os congregados na dieta d'aquella cidade, diz elle, posto alguns não falassem, com medo de prejudicar os seus interesses ou os dos seus constituintes, commoveram-se de tal sorte, que protestaram que o imperio estava reduzido á escravidão, a liberdade perdida, violadas as leis, infamada a fé germanica com as acções da maior infidelidade; e que bem se conhecia que o fim da casa d'Austria era sujeitar o imperio, e despojal-o da sua antiga independencia, na qual não queria que ninguem vivesse, nem que nenhum principe estivesse seguro».

E mais abaixo:

«Não faltaram principes allemães que procurassem interceder com o imperador a favor de sua alteza, mas nada aproveitaram as diligencias, porque deram por desculpa que, quando as resoluções dos principes são publicas, convem, pelo credito d'elles, sustental-as durante algum tempo».

Finalmente D. Duarte, em confirmação de Birago, e este é o melhor testemunho, não sómente se refere mais de uma vez ao que Portugal devia á Allemanha por o defender, mas tambem affirma que alguns deputados da dieta representaram n'ella contra a sua prisão, como aggravante das liberdades e leis do imperio[2].

[1] *Panegyrico funeral.*
[2] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. III, fol. 20, *Fórma da prisão do infante.*

VIII

Com a partida dos embaixadores das côrtes de Paris e de Stockolmo coincidiu, pouco mais ou menos, a missão de Fr. Fernando de la Houe a Allemanha e a Roma, pois é n'este tempo, meiados de quarenta e um, que se nos afigura ter tido logar. Era este um religioso flamengo, da ordem de S. Domingos, presentado em theologia, que estivera na India, e que, em quatorze de junho d'este mesmo anno, fôra nomeado por el-rei confessor da guarda allemã[1]. Sentimos não nos ser possivel colligir mais traços da sua biographia, porque merecera, como ninguem, aqui, menção individual e especialissima, pelos assignalados serviços prestados ao infante, desde a primeira vez que passou a Allemanha, para tratar das suas coisas, e principalmente da sua liberdade, até á morte do desgraçado principe no castello de Milão. Tão lamentavel falta será porém vantajosamente compensada pelo muito que d'elle nos occuparemos, no decurso da nossa historia.

Ignoramos quando Fr. Fernando sahiu de Portugal; quando chegou a Allemanha; se visitou outros paizes antes d'ella, e quaes; e quando voltou ao reino. Sabe-se apenas, com certeza, que foi a Vienna e a Gratz; que estava n'esta cidade na epocha da conspiração do arcebispo de Braga e dos seus companheiros contra el-rei D. João IV, isto é, pelo mez de julho de quarenta e um[2]; que n'este tempo,

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Chancellaria de D. João IV, Livro XI, fol. 205. Mss.

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 462, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira de 16 de abril de 1644.

ou proximamente, morou n'um convento em Salzsburgo, com um religioso de auctoridade[1], que talvez seja, visto o interesse que mostra pelo infante n'uma carta, D. Damaso Cardoso, tanto do seu conhecimento e seu servidor, posto não nos conste que elle residisse n'aquella cidade, mas sim em Vienna. Nem ha nada mais proprio do caracter da sua missão do que Fr. Fernando de la Houe corresponder-se com as pessoas a que principalmente interessavam os negocios do regio preso, como era este, que tomava n'elles tamanha parte, e Duarte Nunes da Costa, o qual, pela qualidade particular de seu correspondente, e pela grande dependencia que havia d'elle para o adiantamento e remessa de dinheiros, de certo procuraria, ou de proposito, ou casualmente, sobretudo se entrou no imperio por Hamburgo ou por Hollanda. Tambem ignoramos se Fr. Fernando de la Houe d'esta primeira vez usou do seu nome ou de outro ou outros suppostos, como na segunda, em que adoptou o de Francisco Taquet, e, n'algumas occasiões, os de Pedro Smith e Andrea Renfort; o que parece mais natural é que não usasse o de Taquet, porque, a fazel-o, depois não lhe serviria de disfarce, por já ser conhecido. Da ida de Fr. Fernando de la Houe a Roma algumas noticias mais nos restam. Presumimos que tivesse logar posteriormente á viagem de Allemanha, por ser em Allemanha que se achava a infante, e pela necessidade de buscar ahi informações certas, já de Duarte Nunes da Costa, já de outras pessoas mais ou menos ligadas com sua alteza. Desembarcaria portanto Fr. Fernando em qualquer porto de Hollanda ou das cidades hanseaticas, ou quem sabe mesmo se do norte da França, entraria no imperio, e, cumprida a missão de que el-rei o encarregara, passaria a Italia.

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, tom. 4 B, pag. 621, Carta de (D. Damaso?) a Duarte Nunes da Costa de 24 de junho de 1642. Mss.

Souberam os ministros de Hespanha da presença do emissario portuguez na capital do catholicismo, e, levados pelo rancor de que abafavam, e conhecendo a necessidade de annullar os seus esforços a favor dos rebeldes, assim nos chamavam, ou do infante, se sabiam que se tratava da sua pessoa, o que nos parece menos natural, tentaram, avesados a violencias, arrancar o mal pela raiz, prendendo-o, talvez com o proposito de lhe tirarem a vida. Em tal extremidade porém valeu-lhe a protecção que encontrou em Fernando Brandão, homem de notaveis recursos, pelas muitas e valiosas relações que tinha em Roma, e nosso agente ahi, o qual o recolheu em sua casa, amparou e poz em salvo da perseguição dos hespanhoes[1].

Quaes foram as diligencias que Fr. Fernando de la Houe empregou, tanto n'esta cidade (se, conforme cremos, os negocios graves, de que el-rei n'ella o incumbira, versavam sobre o infante), como em Allemanha, não nos é licito dizel-o ao certo; mas deve-se presumir que se dirigissem no imperio a promover a fuga do illustre preso, e principalmente a esforçar os que o defendiam, para conseguirem do imperador a sua liberdade, e em Roma a facilital-a ou por meio do pontifice, ou por outro de grande influencia.

IX

O infante, logo que foi preso, sentiu-se acommettido dos maiores temores e incertezas. Encarcerado, exposto á raiva dos seus inimigos, ignorante do destino da patria e do do

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 1109, fol 122, Carta de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, de 8 de abril de 1645.

irmão, cuja pessoa e casa julgava compromettidos, o seu pensamento tumultuaria afflicto; umas vezes desejaria que se apaziguasse a revolta, se com effeito o era, e tão infundada como suppunha, para d'ahi não resultarem graves damnos á terra natal, á sua familia, e a si proprio; outras phantasiaria uma revolução gloriosa, sem saber que pensava a verdade, ancioso de ver Portugal livre e forte como d'antes, porque dentro do seu peito batia um coração leal e generoso; outras estremeceria alegre, só com imaginar os direitos da casa de Bragança finalmente reconhecidos. Mas de que servia toda esta lucta interior, a elle preso, isolado de quantos amava, se não podia desembainhar a espada, em defeza dos seus e da liberdade, a espada gloriosa que o destino feroz lhe quebrava nas mãos impacientes?

Assim se debatia sem socego, entre receios e esperanças, a sua alma, onde, de quando em quando, raiava, no negror das trevas mais espessas, um clarão incerto de melhor futuro.

Saber noticias exactas de Portugal era e devia ser portanto um dos seus principaes desejos. Ao principio, esse desejo frustrara-o a obscuridade dos acontecimentos, que a côrte de Madrid fomentava adrede com as suas mentiras; e se isto era em geral para o publico, muito peior seria para o infante, collocado em situação tão critica. O mysterio porém não podia deixar de aclarar-se em breve, mau grado a todos os embaraços que lhe puzessem, pelas relações commerciaes entre Portugal e os paizes do norte, principalmente Hollanda e Hamburgo, e sobretudo pelas noticias officiaes que espalhara na Catalunha, França, e Italia, o padre Ignacio Mascarenhas. A vinte e quatro de janeiro de quarenta e um desembarcou o embaixador portuguez em Barcelona, e a seis de fevereiro chegou a Genova, d'onde escreveu para França. A nova da restauração levada pelo padre devia conseguintemente penetrar em Allemanha

não só por este paiz, mas tambem por Italia, e divulgar-se no começo de fevereiro, pouco depois de mudado o infante de Ratisbona para Passaw.

A missão do padre Ignacio Mascarenhas foi pois o primeiro testemunho official e authentico, dado á Europa, dos acontecimentos de Portugal; e tanto Hespanha reconheceu a sua importancia e o mal que d'ahi lhe adviria, que tentou pôr obstaculo aos seus resultados, preparando em Genova o assassinio do embaixador. Desconcertados por se frustrar o seu plano, e vendo notorio o que desejavam esconder a todo o custo, os hespanhoes amesquinharam a embaixada portugueza, dizendo que ia occulta sob o habito de um religioso, que era de revoltosos a revoltosos, que em Portugal e na Catalunha não havia forças capazes de resistir ás de Filippe IV, e que em breve seriam tanto esta como aquelle punidos; mas o resultado que colheram com os embustes ou foi nullo ou durou pouco tempo. No primeiro de março aportava á Rochella o navio que conduzia o monteiro-mór Francisco de Mello, e o desembargador Antonio Coelho de Carvalho, embaixadores de rei a rei, e a uma nação com que Hespanha ardia em porfiada guerra. Foi quanto bastou para fazer cahir a venda de todos os olhos, e espalhar d'ahi para toda a parte, ruidosa, claramente, que Portugal não só se declarava livre, mas tambem estava decidido a arcar, braço a braço, com a monarchia hespanhola, para o que se alliava aos inimigos declarados do seu poder. Quasi pelo mesmo tempo, as embaixadas a Inglaterra e Hollanda acabaram de tornar manisfesto á Europa o verdadeiro estado das coisas.

Sabida a verdade, ainda que mais tarde, pelo apartamento em que o conservavam do mundo, o infante exultou de enthusiasmo, ao ver com effeito solta do jugo odioso do estrangeiro a terra natal, e o irmão sentado no throno dos reis portuguezes, d'onde só arredara a familia de Bragança o oiro, a perfidia, e a força de Filippe II. Correr em soccorro de seus

compatriotas, que com tanto denodo haviam resuscitado do marasmo em que jaziam, unir-se-lhes e combater com elles para amparar a corôa de um soberano seu parente, combatendo, ao mesmo tempo, a favor dos proprios interesses, e não em pró de estranhos, e estranhos ingratos, foi desde então a sua mais ardente vontade. Mas a luz que raiara no meio das trevas, ao mostrar-lhe em todo o brilho os raios vivificantes do astro da liberdade patria, e ao arrebatar para longe do que era real a sua alma, por elles enthusiasmada, mostrou-lhe tambem, melhor do que até ahi, a negra voragem, a cuja borda fôra arremeçado, obrigando-o a temer, como nunca, a sua situação, porque bem devia presumir, attento o caracter do governo hespanhol e as graves circumstancias que se davam, que elle procuraria tornar o seu encarceramento tanto mais duradoiro e tanto mais cruel, quanto maiores e mais estaveis fossem as probabilidades de se sustentar e fundamentar a causa portugueza.

Em verdade a confirmação do glorioso acontecimento do primeiro de dezembro; a energia com que Portugal o annunciava ao mundo e se aprestava para a guerra; o esmorecimento das esperanças nutridas pelo governo de Madrid de o chamar á antiga sujeição; a attitude nobremente resignada do infante, que baldava todas as tentativas para o fazerem declarar cumplice da revolução, ou para o obrigarem a revelar qualquer segredo que a compromettesse, tudo isto devia exasperar o animo dos seus inimigos, e firmal-os cada vez mais na idéa de o perseguirem.

Como chegariam a Passaw ás mãos do infante noticias fidedignas de Portugal e de seu irmão? Seria pela carta que Fr. Timotheo Ciabra Pimentel para ahi lhe escrevera? Por Duarte Nunes da Costa que se communicou tanto com os embaixadores portuguezes em França, provavelmente ácerca do negocio da sua prisão, como já dissemos, e da compra de navios o armamentos para o reino, no que depois muito o empregaram? Ou por Francisco Brandão?

A correspondencia do infante com os seus amigos, ou com as pessoas que lhe poderiam valer, começou logo depois de ser preso em Ratisbona, pois já n'esse tempo escreveu a Fr. Timotheo. Duarte Nunes da Costa e seu filho Jeronymo Nunes da Costa, ambos empregados no serviço de Portugal, e o primeiro tambem no do infante, com quem se carteou quando esteve em Allemanha[1], necessariamente conheceriam a sua prisão, poucos dias depois d'ella se effeituar, ou directamente, ou por Lopo Ramiro, ou por outras pessoas com que estivessem em relações, ou pelos creados que Navarro despediu, ou pelos que despediu o mesmo infante, dos quaes alguns, por escripto ou de viva voz, lhe communicariam tão importante nova. Lopo Ramiro já vimos que não só teve d'ella noticia, pouco depois de acontecer, mas que tambem esperava carta de D. Duarte e dos seus, e que participou tudo a el-rei. D. Damaso Cardoso, residindo em Vienna, ainda a teria mais depressa. O padre João de Mattos, assistente dos jesuitas em Roma, e Fernando Brandão, morador na mesma cidade, é natural que logo o soubessem, pela facilidade e frequencia das communicações entre Allemanha e Italia, por tratarem ambos dos nossos negocios, e pelas relações dos religiosos da companhia d'aquellas duas nações, alguns dos quaes tanto se interessaram na sorte do infante, e talvez mesmo pelos irmãos do dito Fernando, Simão e Virginio, que tinham sido seus camaradas no exercito imperial. De todos porém, n'este tempo, só conhecemos a correspondencia de Fernando Brandão, e por isso, e pelo papel que representa n'esta primeira epocha da prisão do infante, d'elle nos occuparemos mais de espaço.

Nasceu Fernando Brandão em Roma, segundo presumimos, de familia portugueza ahi talvez estabelecida de

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O., Caixa 17, vol. 4 B., pag. 667, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 3 de outubro de 1642. Mss.

longa data, pois já seu bisavô Antonio Lopes Brandão, reinando D. Manuel, serviu de agente de Portugal na côrte pontificia, e com tal titulo estava sepultado na egreja da Santissima Trindade do Monte, egreja de francezes, dos Minimos. Além d'esta origem portugueza, tinha no reino irmãos, cunhado e sobrinhos. Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, o famigerado escriptor e sabio, espanto de Roma e Veneza, que o conheceu perfeitamente n'esse tempo, deixou-nos d'elle algumas noticias, as quaes aproveitaremos agora e mais adeante.

Era Fernando Brandão homem entendido, de notavel juizo e subtileza, de bom ar, agradavel, geralmente bemquisto em Roma, activissimo no meneio dos negocios, dando expedição simultanea a varios de importancia, e muito sufficiente por estudo e experiencia em todas as materias de estado, ao que o ajudavam o tracto que mantinha com os homens publicos, e a larga correspondencia que sustentava em muitos paizes da Europa. Concorria com estas apreciaveis qualidades a da nobreza, pois, não sendo de muita edade, já fôra duas vezes consul em Roma, dignidade que seu pae tambem gosara. Liberal de natureza, senhor de uma casa honrada e rica, despendia largas sommas em servir e regalar os seus amigos, recebendo a jantar até cardeaes e secretarios de estado do papa, e outros ministros de tribunaes, com mesa franca e porta aberta para elles e seus creados. Por todos estes motivos e pela arte especial de se insinuar, servindo-se já de cumprimentos, já de dadivas, eram grandes a sua valia e a estima que lhe consagravam, e, quando entrava no palacio papal, custava a crer o agasalho que lhe faziam, a gente que o seguia, e os pretendentes que o rodeiavam; emfim, aquilatavam-o em Roma como um dos homens mais intelligentes e praticos da Italia, da Italia, onde, pelo muito concurso de capacidades nacionaes e estrangeiras, difficilmente se reconhecia esta vantagem.

Apesar de nascido na cidade eterna, Fernando Brandão,

pelos seus antepassados, pelos seus parentes no reino, e talvez por outras causas, mostrou-se sempre inclinado a elle, e serviu-o bem: haja vista, por exemplo, como alcançou que se expedisse a bulla da cruzada, que tanto se desejava, com tal desinteresse, que engeitou o dinheiro que de Portugal lhe mandavam para a expedição, e como obteve, ajudado pelo padre João de Mattos, para o bispo de Targa a conezia de Eugenio Caldeira, não obstante já estar concedida a um cortezão portuguez, benemerito da curia, e muito estimado n'ella. Além d'estes, outros serviços nos fez anterior e posteriormente á separação de Hespanha[1].

Que motivo decidiria o infante a recorrer a Fernando Brandão? Ignorar a estada em França do monteiro-mór e de Antonio Coelho de Carvalho? Ter maior difficuldade de se corresponder com estes? Confiar mais no italiano por tratar na curia dos negocios de Portugal? O conhecimento que o infante já teria da sua pessoa, com quem talvez se carteasse? A amisade que prendia Brandão a D. Vicente Nogueira, conhecido do infante, assim como ao residente da companhia de Jesus, o padre João de Mattos, e as ligações do infante em Allemanha com a mencionada companhia? A assistencia de Fernando Brandão na capital do orbe catholico, centro n'essa epocha dos maiores negocios, e echo de todos os acontecimentos da Europa? Fosse qual fosse o motivo, D. Duarte parece que o preferiu a outro qualquer, e lhe escreveu logo nos primeiros tempos da sua prisão. D'essa fé, n'elle depositada, se gaba mais de uma vez, e com desvanecimento, Brandão, confessando-se-lhe agradecido.

Não sabemos mesmo se o infante o conhecia pessoalmente. A estar em Roma algum tempo, na sua passagem para Allemanha, em trinta e quatro, conforme conjecturámos, po-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os mss., n.º 1109, fol. 122, Carta de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo de 8 de abril de 1645.

dia dar-se o caso, que não tinha nada de estranho, e até era natural, attenta a origem portugueza de Brandão, os serviços que prestára ao reino, e a qualidade do viajante. Se porém D. Duarte não esteve n'aquella capital, nem se carteava com elle, conhecel-o-hia ao menos de nome, e sobretudo por seus irmãos, que lhe foram camaradas nos exercitos do imperio, como já dissemos, que muitas vezes poz á sua mesa, e que lhe deviam alguns favores[1]. Levado por esse conhecimento ou fama, pela carencia de outras pessoas que o soccorressem na desgraça, de que se tornára inesperadamente victima, ou por quaesquer circumstancias que escapam ás nossas conjecturas, o infante voltou os olhos para elle, e procurou valer-se da sua influencia.

Começou o infante a corresponder-se com Fernando Brandão ainda em Passaw? Julgamos que sim. Em carta ao conde da Vidigueira, conta o mesmo que escreveu para Lisboa e outras partes, e para Duarte Nunes da Costa, com data de vinte e oito de setembro de quarenta e um, aconselhando que o bispo de Lamego não passasse a Roma, porém ficasse em França, com pretexto de falta de saúde, e que enviou copia d'esta carta ao infante, que se achava em Passaw[2]. Aqui Fernando Brandão parece incorrer n'um erro, porque o infante n'essa data já fôra mudado para Gratz, para onde partiu em vinte e cinco de junho; mas o erro proviria ou de lapso de pena, ou por não lhe constar a transferencia. O que é certo é que o simples facto de Fernando Brandão lhe enviar copia de uma carta, sobre materia politica, interessante a Portugal, nos leva a suppor que não foi essa carta a primeira, nem talvez das primeiras, porém que a precederam outras, nas quaes se estabeleceria o carteio entre ambos e se trataria do negocio principal: a liber-

[1] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 30 de setembro de 1642.

[2] Idem, Carta do mesmo ao mesmo, de 31 de dezembro, idem.

dade do preso, o que levaria o começo da correspondencia a Passaw. O fim d'esta consistia, como dissemos, em proporcionar todos os allivios possiveis ao infante, em dispor o modo de o fazer soltar, e em dar-lhe noticias da patria. Para conseguil-o, Fernando Brandão estabeleceu communicação por escripto com as pessoas que costumavam fornecel-o, maxime com Duarte Nunes da Costa; poz por ordem do mesmo infante, como seu correspondente, em Veneza, Luiz Ramiro, e outros sujeitos em outras partes, na mesma qualidade; pretendia mandar-lhe um para Milão; remetteu-lhe papeis, gazetas e cartas de Roma[1], para o informar de quanto occorria, tanto entre nós, como nos demais paizes da Europa; e ainda se occupou com elle ácerca de alguns particulares do reino. Quanto a libertal-o, nada encontramos no principio; mas em setembro já Fernando Brandão approva um conselho de Duarte Nunes da Costa a tal respeito, e promette dizer tudo ao bispo de Lamego, logo que chegue á curia[2].

X

No tempo em que, pouco mais ou menos, se terminam os acontecimentos, que acabamos de narrar, e já alguma coisa antes, a situação do infante peiorara sensivelmente. O odio de Hespanha recrudescera contra nós, e portanto contra elle, e o que no começo podia ter sido prevenção, tornava-se agora em vingança, consequencia fatal do estado

[2] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Cartas de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 7 de setembro e 14 de outubro de 1642. Mss.
[1] Id., a dita carta.

do reino. Iam-se acabando para a côrte de Madrid os phantasticos projectos a respeito da sua sujeição pela intriga e villania, e não tardava muito que começasse verdadeiramente a guerra entre as duas nações, e que o sangue de seus filhos corresse abundantemente, para auxiliar a ambição dos antigos oppressores, e para sustentar a independencia de Portugal.

Não será ocioso, antes de proseguirmos, voltar um pouco atraz, e esboçar ao de leve, os successos da politica portugueza desde o ponto em que os deixámos, visto interessarem á urdidura da presente historia, posto já dissessemos d'elles, no tocante ás embaixadas, quanto convinha.

Coroado o rei, reunidas as côrtes, prestado o juramento ao monarcha e ao principe herdeiro, organisado o governo civil e militar, providos os mais urgentes negocios, nomeados os primeiros embaixadores, cuidou-se nos preparativos da guerra: em fortificar Lisboa; levantar tropas; construir fortalezas; escolher cabos; guarnecer fronteiras, sobretudo as do Alemtejo, provincia mais exposta, e por onde provavelmente romperiam as hostilidades; defender com obras d'arte a costa maritima; e aprestar navios para formar uma esquadra, que guardasse os nossos mares e protegesse as colonias; não sendo de menos importancia do que estas medidas, as de administração, fazenda e justiça, com que os tres braços das côrtes, clero, nobreza, e povo, dotaram o reino exhausto, e que tanto carecia de efficazes remedios.

Porém, emquanto á porfia a representação nacional, o rei, e os particulares, contribuiam poderosamente para assentar em bases solidas a obra do primeiro de dezembro, alguns espiritos vis, e indignos do nome de portuguezes, e do nome de homens, conjuravam na sombra contra a terra do seu berço, o maior, o mais abominavel de todos os crimes. Oxalá, que os dias gloriosos do resgate os não tivesse manchado essa nodoa indelevel, e que a mais incruenta das revoluções não precisasse do sangue d'esses miseraveis, para

bracejar aos ares da liberdade os ramos verdejantes e carregar-se de fructos opimos!

Sim; no meio d'este nobre povo, quando elle acabava de dar um tão grande exemplo de heroismo e de valor ao mundo inteiro, e quando tanto precisava de união, houve quem descresse da causa da patria, e, ainda mais, quem covardemente a atraiçoasse! Olivares, costumado a mercadejar com as consciencias, e a especular com a baixeza das paixões humanas, contava estes elementos entre os mais preciosos dos seus calculos politicos. O consideravel numero de fidalgos e prelados portuguezes que retinha em Hespanha, e de cuja correspondencia se servia para tentar os animos dos seus parentes no reino, ou pelo medo, ou pelo interesse; as rivalidades provenientes de ambições não satisfeitas, cancro voraz de almas pequenas e orgulhosas; as mutuas desconfianças que a côrte hespanhola excitava por todos os modos; a timidez insensata dos fracos e sem fé; tudo isto eram as principaes armas com que o vaidoso conde-duque esperava subjugar outra vez Portugal.

Foram victimas dos sentimentos indignos que os animavam, e tambem d'estes enredos do valido de Filippe IV, D. Pedro e D. Jeronymo Mascarenhas, filhos do marquez de Montalvão, residentes no reino, que lançaram com passo tão censuravel, algumas duvidas, embora passageiras, sobre o caracter de seu honrado pae, ao mesmo tempo que este acclamava D. João IV nas nossas vastas colonias americanas; o conde de Tarouca, D. Duarte de Menezes, nomeado para fazer reconhecer o novo rei na praça de Tanger; D. João Soares de Alarcão, alcaide-mór de Torres Vedras, que para egual fim era mandado a Ceuta; D. Lopo da Cunha, e seu filho D. Pedro Luiz da Silva; e os filhos do conde de Tarouca, D. Luiz e D. Estevão. Todos estes passaram a Hespanha, onde, marcados pelo ferrete ignominioso dos traidores, foram abandonados dentro em breve, como instrumentos abjectos e inuteis, posto

os festejassem no começo, cuidando que fructificaria tão mau exemplo.

Estas deserções excitaram as desconfianças d'el-rei e do governo; e as iras do povo cresceram contra os fidalgos tão furiosas, que a muito custo se aplacaram. Investigou-se a origem do mal, e descobriu-se que havia em Madrid uma junta chamada da Intelligencia Secreta, que estava em relação com Lisboa, e que n'estas machinações entravam, como cumplices, os companheiros da duqueza de Mantua, principalmente o marquez de la Puebla, e o frade Seyner, em consequencia do que, ambos foram presos, e a duqueza transportada á fronteira. Esta medida censuraram-a alguns, por se perder com D. Margarida o maior penhor da liberdade do infante, pois, diz o terceiro conde da Ericeira: «Filippe IV, quando não fosse mais que pela reputação, como constava de varias cartas do mesmo infante escriptas a el-rei (pela nossa parte, não as conhecemos, nem referencia a ellas), convinha-lhe procurar ver livre da prisão, que padecia por seu respeito, uma pessoa em que concorriam todas as prerogativas da grandeza»[1]. Antonio de Sousa de Macedo assevera que os parentes da duqueza chegaram a diligenciar a troca, o que D. João IV, por generosidade, rejeitou[2]. O proprio infante julgou que esta resolução lhe fôra prejudicialissima, como veremos, embora não diga nada que abone as affirmativas dos dois auctores. Siri no seu *Mercurio* tambem suppõe que ella podia servir de penhor para a dita liberdade. Não pensaram do mesmo modo muitos dos homens influentes, ou de mais prudencia do reino, ou pensaram, mas prevaleceu o bem geral. Com effeito, n'outras circumstancias menos perigosas, a retenção da duqueza de Mantua fôra talvez o

[1] *Portugal restaurado.*

[2] *Proclamatio de injustitia germanica*... Na *Hist. genealogia*, Provas, vol. 4, pag. 650.

melhor caminho de libertar o infante. A conveniencia publica decidiu o contrario, talvez para não exacerbar demasiadamente a colera de Hespanha, e não conservar no reino este fermento de inquietações e revoltas contra a ordem de coisas estabelecida. Siri attribue a resolução de se soltar a ex-vice-rainha ás instancias do marquez de Brezé, commandante da esquadra que Luiz XIII mandou a Lisboa, em resultado do convenio entre as duas nações. Marinho de Azevedo não vae longe d'isto, quando escreve que D. João IV a deixou voltar a Hespanha livremente, attendendo ao seu parentesco com a familia real de França[1]. O infeliz principe foi por conseguinte sacrificado. Quem sabe porém se esperanças de sua liberdade, então havidas como quasi certas, e depois frustradas, não tiveram grande parte no abandono d'este meio de procural-a?

Por esta occasião aconteceu um facto que liga ainda mais a sahida da duqueza de Mantua á historia do principe portuguez. Apenas ella chegou a Badajoz, um dos seus primeiros cuidados foi communicar ao conde de Monterrey, governador das armas da Estremadura hespanhola, que, alguns dias antes de deixar Lisboa, partira d'esta cidade para Allemanha o padre Fr. Diniz Mascarenhas, da ordem de S. Domingos, irmão do conde de Obidos, em habito regular, levando em sua companhia um barbeiro d'ella duqueza, chamado Lourenço Gastaldo, que se fôra sem sua licença, e fingia dirigir-se a Italia. Tinham ambos embarcado em Setubal, e tencionavam, segundo se dizia, proporcionar a fuga a D. Duarte do castello onde se achava preso, o que participava para que sua magestade catholica desse ordem, a fim de ser guardado o mesmo D. Duarte no imperio com muito cuidado. Os signaes do frade eram: alto, boa figura, barba e cabello pretos, e alguma coisa gordo. Outro signal indicava ainda D. Margarida para o

[1] *Exclaciones Politicas.*

conhecerem: talvez em Allemanha se apresentasse como seu creado á imperatriz e á marqueza de Grana. Este aviso communicou-o o conde de Monterrey, em vinte e seis de agosto (de quarenta e um), ao governo hespanhol, o qual logo principiou a tomar providencias para baldar os intentos de Fr. Diniz Mascarenhas e de Lourenço Gastaldo [1].

A partida da duqueza de Mantua não acabara porém com a contra-revolução, o que não tardou a patentear em toda a sua hediondez a denuncia de um trama secreto para unir Portugal novamente a Hespanha. Era chefe da conspiração o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Mattos de Noronha, já nosso conhecido desde o casamento de D. João IV com D. Luiza, que fôra ministro de D. Margarida, homem geralmente odiado dos portuguezes; e principaes conspiradores: D. Luiz de Menezes, marquez de Villa Real; o duque de Caminha, D. Miguel de Noronha; o conde de Armamar, Ruy de Mattos de Noronha; o inquisidor geral, D. Francisco de Castro; D. Agostinho Manuel de Vasconcellos, o mesmo que teve parte na feitura do testamento do duque D. Theodosio, como vimos; Diogo de Brito Nabo; Belchior Correia da França; Pedro de Baeça; e Manuel Valente.

Tamanho perigo exigia punição condigna, que o povo pretendeu exercer por suas proprias mãos, logo que soube a traição, contra culpados e innocentes. Precisava-se mostrar a Portugal, á Hespanha, á Europa, que D. João IV era e queria ser rei, e que tinha bastante arrojo, bastante poder, porque estava do seu lado a nação inteira, para castigar esses poucos membros corrompidos que a deshonravam e pretendiam immolar nas aras de seus mesquinhos interesses. Prenderam-se os réos; caminhou breve o processo; e, no dia oito de agosto de quarenta e um, o marquez de Villa Real, o duque de Caminha, o conde de Armamar e

[1] Arch. de Simancas, Maço 2342, fol. 38, a carta do conde. Mss.

D. Agostinho Manuel de Vasconcellos, subiram os degraus do cadafalso, onde as suas cabeças rolaram decepadas pelo cutello do algoz, ao som das maldições do povo, e dos vivas a D. João IV e á liberdade. Ao supplicio dos nobres seguiu-se o dos plebeus: Diogo de Brito, Correia da França, Pedro de Baeça, e Manuel Valente, que foram arrastados, enforcados e esquartejados. O arcebispo de Braga morreu algum tempo depois no carcere.

Este acto de justiça e energia salvou então, ou contribuiu para salvar, a patria da horrivel tormenta que a ameaçava. O povo fiel e arreigado sempre á terra que lhe deu o ser, porque vive mais em contacto com ella, e mais das suas entranhas, applaudiu-o unanimemente, e quiz até substituir o algoz no castigo dos culpados; o clero e a nobreza, tão ciosos dos seus privilegios e immunidades, curvaram a cabeça com respeito, beijando a mão que soubera livrar a todos, e sacrificando as suas prerogativas e amizades á razão do estado, muito superior a ellas; em geral, a nação inteira, sobresaltada pelos perigos internos e externos, acercou-se do throno do soberano, prompta a defendel-o; e Filippe IV, conta-se que exclamou, cheio de assombro por castigo tão expedito e rigoroso: «Agora sim, agora é que o duque de Bragança se fez rei».

Foi tambem por estes tempos que começou verdadeiramente a guerra, cujas primeiras operações tiveram logar no dia nove de junho, e foi pouco depois que o general hespanhol, conde de Monterrey, marchou com um exercito de oito mil homens a tomar Olivença, o que não conseguiu. Foi egualmente por estes tempos, singular coincidencia, com relação a um principe, cujo destino andava tão ligado ao da sua patria, que os perseguidores do infante o conduziram, para melhor executarem os seus perfidos intentos, de Passaw a Gratz, onde o deixámos e voltaremos a encontrar.

LIVRO VII

Cresce o rigor contra o infante em Gratz, com a ida de Navarro.— O marquez de Castello Rodrigo succede como embaixador a D. Francisco de Mello, nomeado governador dos Paizes-Baixos.— Se a nomeação d'este foi premio da prisão do infante.— Confiscam-se-lhe em Portugal os bens, e ao marquez de Castello Rodrigo. — Continuam os hespanhoes a procurar a mudança do infante para alguma das suas fortalezas.— As victorias dos suecos apressam-a.— Duvidas quanto ao logar para onde.— Sabe-o o infante e escreve ao bispo de Lamego, para que o papa interceda por elle com o imperador.— Vende-o Fernando III a Hespanha, faltando á sua palavra.— Carta do infante ao imperador para não sahir de Allemanha, e resposta desfavoravel d'este.— É tambem infeliz com o recurso a Roma.— Mallogro da embaixada portugueza a Urbano VIII.— Mais noticias ácerca de Fernando Brandão.— A inimizade entre elle e o bispo embaixador desfavorece a liberdade do infante.— Recebe o prelado segunda carta d'este.— Correspondencia entre ambos por meio de um jesuita morador em Roma.— Avisa o infante o bispo da sua venda e pede que o livre.— Dá este a incumbencia a um fidalgo italiano, mas descobrem-o os hespanhoes.— Manda a Veneza Fr. Luiz Coutinho para tratar do mesmo com Picini, mas debalde.— Passa a França, como embaixador, o conde da Vidigueira.— Motivos que retardam a sua primeira audiencia.— Apesar d'isso, cuida logo da liberdade do infante.— Determina a Antonio Moniz de Carvalho que componha um manifesto e promove a feitura d'outros.— Sabendo da venda e passagem do infante a Italia, procura que os bandidos ou os grisões o libertem no caminho.— Demoras que houve em tratar das coisas do infante. — O infante paga os descuidos do governo portuguez dando-lhe

conselhos.— Manda ao imperador o padre Sinabel pedindo que o não entregue aos hespanhoes.— Continúa o marquez de Castello-Rodrigo a perseguil-o e aos seus.— Tratos crueis que faz dar a um seu servidor para obter revelações.— Temores por isso de um religioso, amigo do infante.— Providencias do marquez para o transito do infante pelo paiz dos grisões e pelo Tyrol.— Não é menos solicito Navarro em guardal-o em Gratz.— Exaggeração de Antonio de Sousa de Macedo, a respeito dos rigores que então soffreu.— Desconfia Navarro do seu confessor e de dois creados, e tira-lh'os.— Preparativos dos hespanhoes para o conduzirem a Milão.— Cartas do infante das vesperas da partida noticiando-a, e pedindo que lhe valham.— Parte para Milão, e como.— Caminho que segue.— Precauções que toma Navarro, perto do estado de Veneza.— Chegam ao Tyrol.— Demora na viagem, e porque.— Carta que se diz que o infante escreveu então a um valido do imperador.— A tropa allemã que o conduz insubordina-se.— Navarro temeroso cede ás suas exigencias.— Novas complicações.— Chega a força de Milão e toma conta do infante.— Occasião que se perdeu de libertal-o.— Ordem que tinham de o matar n'este caso. — Passa o infante os Alpes.— Fala com um dos soldados que o levam, que o conhecera pequeno.— Chega a Mortugno.— Um ministro dos grisões tenta aqui a sua liberdade.— É descoberta a tentativa.— Põem-lhe guardas dentro do quarto.— Diligencias dos hespanhoes por isto e queixas do infante.— Atravessa o lago de Como e chega á cidade do mesmo nome.— Cuidado com que o infante foi levado por Allemanha e o era por Italia.— Querem-o livrar uns bandidos.— Sabem-o os hespanhoes e evitam o perigo.— Chega o infante a Milão.

I

Já vimos como os ministros hespanhoes recorreram a Fernando III, por causa do bom tratamento que o governador do castello de Gratz dava ao seu preso, receiosos de que lhes pudesse escapar, graças á liberdade que elle e

seus creados gosavam; e como conseguiram facilmente que se tomassem as energicas providencias mencionadas no livro anterior. Tambem já referimos as queixas do infante contra as prepotencias que soffria, e a representação que dirigiu ao imperador para o deixarem ouvir missa quotidiana, vender alguns bens, ser visitado pelas pessoas da terra, e para se permittir a seus creados andarem pela cidade. Cremos que o resultado das supplicas foi nenhum, ao menos quanto aos dois ultimos pontos, e que a perseguição não diminuiu, antes, augmentou com a ida de Navarro para Gratz, no mez de fevereiro de quarenta e dois, em execução do mandado de sua magestade catholica[1]. Este passo do governo de Madrid era a continuação da marcha que seguira desde o começo: vigiar por todos os meios, e por todos os seus ministros no imperio o infante, emquanto alli estivesse, e instar apertadamente com o monarcha allemão para a sua entrega, politica indicada pelo conde-duque, mais de uma vez, e pelos outros membros do conselho de estado, seus collegas, que não se mostravam menos desvelados na guarda e perseguição do principe portuguez[2].

Dos documentos que temos á vista infere-se que o secretario da imperatriz, só desde então, esteve effectivamente com o infante em Gratz, e não sempre, como se parece deprehender das relações de Huet e Luiz Pereira de Sampaio, embora, conforme estes pretendem, o acompanhasse na mudança de Passaw á cidade styria.

Passara entretanto D. Francisco de Mello, pela morte do infante D. Fernando d'Austria, ao cargo de governador dos Paizes Baixos, cargo para que foi nomeado por pa-

[1] Bib. de Madrid., Mss., Codice H, 74, Carta de Navarro ao conde-duque de 26 de agosto de 1642.

[2] Arch. de Simancas, Maço 2342, fol. 39, Consulta do Conselho de Estado feita em Madrid a 5 de julho de 1641. Mss.

tente de vinte de janeiro de quarenta e dois [1], e que já exercia em vinte de abril [2]; e o marquez de Castello-Rodrigo, renegado portuguez, como elle, deixando a missão diplomatica que exercia em Roma, fôra mandado residir no imperio como embaixador, segundo já vimos.

Escreveu-se que esta mercê concedida a D. Francisco significava premio da prisão do infante; sobre o que, o terceiro conde da Ericeira advertiu, defendendo-o, que, por outras acções mais decorosas e verdadeiramente grandes, elle havia merecido a el-rei catholico maiores logares. Tem razão, pelo menos apparentemente, o auctor do *Portugal restaurado*. Não deparámos documento onde se confirme aquella asserção; mas, nem por isso se entenda que este serviço e os outros contra os seus, de que elle se gaba tão desfaçadamente, como vamos ler, deixassem de influir sensivelmente na concessão de tamanho pósto.

Aproveitado o ensejo, digamos aqui de uma vez quanto chegou ao nosso conhecimento a respeito do galardão d'esse e d'esses vergonhosos serviços, com o que evitaremos repetições escusadas.

Com effeito, D. Francisco pediu a Filippe IV recompensa da sua negregada acção, e obteve-a, mas foi diversa. Mostra-o o seu officio de seis de maio de quarenta e um, resposta ao despacho do governo de Madrid de vinte e nove de março, concernente ao infante [3], e o *Memorial, relacion de papeles, copias de cartas, y razones sobre el cumplimiento de las mercedes honorificas hechas al señor D. Francisco de Mello* [4], que este, por mil seiscentos e cincoenta,

[1] Bib. de Paris, Mss. Hespanhoes, n.os 142 a 144, tom. II, fol. 139, a patente.

[2] *Memorial historico español.*

[3] Arch. de Simancas, Maço 2342, fol. 39, Consulta do Conselho de Estado feita em Madrid a 5 de julho de 1641. Mss.

[4] Bib. da Ajuda, Mss., Do governo de Hespanha, tom. III, Requerimentos e pretenções dos grandes e ministros. Impresso.

dirigiu ao mesmo soberano, e que aproveitaremos na parte para nós interessante.

N'aquelle documento, D. Francisco discorre ácerca do logar dos estados hespanhoes a que convinha levar D. Duarte, para assegurar a sua prisão, aconselhando de preferencia a cidade de Napoles; conta, afeiando-a, a conspiração tramada contra a sua vida, com o fim de libertar o preso, por Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, D. Pedro de la Cueva, e outros, cujo pouco valor já conhecemos; apparentando zelo fervoroso, mostra-se offendido de ter o infante D. Fernando encarregado a D. Miguel de Salamanca que pedisse ao imperador enviasse o infante para Flandres, sem o deixar ao arbitrio d'elle D. Francisco, e sem consultal-o; e alardeia pomposamente o que fez quanto á conducção de tropas de Allemanha a este estado, em substituição das que marchavam d'elle a Hespanha, suggerindo que ficava pensando n'outros meios melhores para se debellarem as sublevações na peninsula, que tanto careciam do remedio de exercitos estrangeiros. Attendendo a esta exposição, o conselho de estado, composto do conde-duque, cardeal Borja, conde de Oñate, confessor inquisidor geral, marquez de Santa Cruz, marquez de Mirabel, conde de Castrillo, duque de Villa-Hermosa, cardeal Spinola, e marquez de Castrofuerte, votou unanimemente, em consulta de cinco de julho, que se deviam galardoar os assignalados serviços de D. Francisco de Mello, não no presente, porque o marquez de Castello Rodrigo, e outros nobres portuguezes, que tinham ficado em Hespanha, se considerariam offendidos, mas no futuro, com larga mercê em fazenda e honra, do que se lavrou decreto.

«D. Francisco de Mello, quando se rebellou Portugal, diz elle mesmo, falando de si no alludido *Memorial*, era vice-rei da Sicilia, embaixador e ministro plenipotenciario em Allemanha, e general do exercito de vossa magestade; e, pela forma porque procedeu, prendendo D. Duarte, seu

sobrinho, irmão do duque de Bragança, mantendo o exercito com a pouca assistencia que aquelles tempos permittiam, conservando-o, e mudando-o inteiramente a Flandres, lhe fez vossa magestade mercê... de uma casa grande, quando se recuperasse Portugal, ou em Hespanha, egual ás maiores de qualquer outro vassallo».

D'esta mercê, concedida por carta de vinte e seis de outubro do mesmo anno de quarenta e um, e em que julgamos ver o resultado da consulta de cinco de julho, o governo hespanhol, já perdido o medo de escandalizar o marquez de Castello Rodrigo, e outros portuguezes traidores, passou a declarar as graças que fazia a D. Francisco, e foram ellas, segundo o *Memorial:* a grandeza de Hespanha, em sua vida, e na de seu filho mais velho, algumas cidades, e a de Tordelaguna, ou outras em seu logar, e algumas rendas, o titulo de conde ou de marquez para a grandeza de Hespanha, e para a de Portugal o titulo que D. Francisco escolhesse n'este reino, e, mais tarde, a grandeza de Hespanha perpetua na sua casa, mas sem poder cobrir-se, declarando-se-lhe ao mesmo tempo, que, a não se julgar bem recompensado, pedisse outras graças.

Agora, antecipando um pouco os factos, vejamos como o governo de Madrid satisfez as suas promessas. Volveram alguns annos, e no de cincoenta, pouco mais ou menos, D. Francisco pediu a Filippe IV (no dito *Memorial)* que se cumprissem inteiramente as mercês outorgadas. Das honorificas, dizia D. Francisco, unicas de que tratava, por não haver n'isso inconveniente á fazenda e estado de sua magestade catholica, só se realisára, para a grandeza de Hespanha a do marquezado, no titulo de marquez de Villescas. Uma das que faltavam era o titulo em Portugal, para a grandeza d'este reino, e D. Francisco escolhia o de duque de uma das suas villas n'elle; não entrando, accrescentava, n'outras maiores pretenções de que tinha falado; quem sabe se relativas a alguns projectos ambiciosos que

nutrisse, dentro da alma damnada, a respeito da casa de Bragança.

A fim de esforçar a realisação da mercê não cumprida, o renegado expunha o seguinte, em que alardeava torpemente as suas perseguições contra a patria e contra a illustre familia a que o prendiam os laços do sangue, e a que o deviam prender os da gratidão.

«Emquanto ao titulo de Portugal, depois que aquelle reino se rebellou, deu vossa magestade titulos de conde a dez ou doze cavalheiros que o não tinham, a alguns sómente porque serviam a vossa magestade na côrte, e a outros por se haverem apartado da obediencia dos rebeldes; e por outras razões, e algumas mais particulares, quatro titulos de marquezes; e assim, se D. Francisco de Mello, achando-se, na occasião da rebellião do reino, conde de Assumar, membro do conselho d'estado, e do supremo de Portugal, continuasse na côrte e persistisse no serviço de vossa magestade, sem todos os serviços que representa, *e com as qualidades da varonia da casa real de Portugal, e de ser o mais proximo parente dos reis que ficou na obediencia de vossa magestade, e o que tem empregado contra os rebeldes da sua mesma casa maiores demonstrações do que nenhum outro vassallo,* parece que n'esse caso não se lhe podia deixar de fazer a mercê do titulo de duque, sem notorio aggravo», quanto mais tendo os outros serviços que allegava.

A respeito de cobrir-se na presença d'el-rei, D. Francisco representava a Filippe IV que, além das qualidades reunidas na sua pessoa, elle possuia cinco villas em Castella, tres villas consideraveis em Portugal, e mais de quinze mil ducados de renda n'este reino (in nomine, já se sabe); que portanto nada podia impedir o despacho a seu favor, tendo sangue tão illustre (que elle deslustrava), tantos serviços e tantas graças alcançadas só pelo merecimento, pelo valor (falta dizer pela intriga e baixeza), e pelos trabalhos in-

fatigaveis de vinte annos, em occasiões de tanta circumstancia, senão considerar-se que as ditas mercês lhe tinham sido feitas no tempo em que o conde-duque aconselhava sua magestade, e em que podiam ter tido parte as relações entre ambos (algumas contra Portugal e contra a casa de Bragança), mas que sua magestade, depois da retirada do dito ministro, lhe declarara por carta que elle D. Francisco era feitura sua e não d'este.

Como é significativa esta exposição de D. Francisco de Mello, e como nos patenteia bem as suas intrigas, deslealdades, e immoderada ambição, que se elevava talvez até á posse do nobre solar do seu generoso bemfeitor o duque D. Theodosio, ou de parte d'elle! E não concorreria essa ambição para a retenção do infante? Não poderia este, conforme o modo de entender de seu indigno tio, estorval-o no conseguimento dos torpes projectos?

Mostrou-se o marquez de Castello Rodrigo, quanto a perseguir o infante e o paiz que renegara, digno successor de D. Francisco de Mello, e tanto, que o seu procedimento levou D. João IV a decretar, no dia quinze de março do mesmo anno de quarenta e dois, a confiscação de todos os seus bens, por andar em Allemanha em prejuizo de Portugal[1]. Entre elles contavam-se a casa e a quint ade Queluz, hoje da corôa, e o palacio do Côrte Real, proximo outr'ora ao Corpo Santo, depois concedidos, por decreto de dez de agosto de mil seiscentos e quarenta e quatro, ao infante D. Pedro, mais tarde D. Pedro II, sobrinho do nosso biographado[2]. Entravam tambem nos ditos bens dezoito mil cruzados de commendas. Aos que eram de morgado oppoz-se o conde de Vimioso, primeiro marquez de Aguiar, casado com uma irmã do marquez de Castello Rodrigo; mas nada conseguiu, por se julgar que, emquanto o confiscado vivesse,

[1] Bib. Nac., Mss., F. 2, 30, fol. 111, o decreto.
[2] Id., fol. 112, o decreto.

pertenciam á corôa. Além do marquez, foram sequestrados egualmente D. Francisco de Mello, o conde de Villa Hermosa, e o conde de Linhares, tambem por andarem ao serviço do rei de Hespanha[1].

Estas medidas de rigor, aliás justas, e que até o infante, nos seus momentos de colera, aconselharia, deviam ser-lhe entretanto prejudiciaes, por excitarem contra elle o odio particular dos seus dois já figadaes inimigos.

Apenas D. Francisco de Mello soube, por avisos de Italia, que o tinham declarado, em Portugal, inimigo da patria e rebelde, e que lhe haviam tomado os bens, com outras demonstrações iniquas (segundo o seu juizo), sem que precedesse termo algum, nem lhe escrevessem, nem fizessem caso d'elle, como acontecera com todos os homens de conta portuguezes, que andavam fóra do reino (palavras textuaes, dignas do maior reparo e admiração, inconcebiveis até, depois de tantos desserviços á sua patria, e sobretudo depois da prisão do infante!), apenas D. Francisco teve conhecimento de tamanha novidade, communicou-a logo ao governo hespanhol, e enviou-lhe um escripto, que por este motivo compuzera, intitulado: *Propria defensa,* com o fim de publicar-se; ao que annuiu o conselho d'estado, sendo porém datada a impressão de Allemanha, e sendo feita com todo o segredo, de maneira que não se julgasse intervir n'isso ordem ou sciencia de sua magestade catholica. O conde-duque votou pela publicação, note-se, por não haver inconveniente em que o rebelde de Portugal (D. João IV) conhecesse que D. Francisco se lhe atrevia, como a qualquer particular, ou em que se irritasse mais contra elle[2].

[1] Bib. Nac., Mss., Supplemento, n.º 606, *Annaes de Portugal restituido a reis naturaes.*

[2] Arch. de Simancas, Maço 2342, fol. 39. Consulta do Conselho de Estado feita em Madrid a 5 de julho de 1641. Mss.

II

Desde que o infante foi preso, entrou no pensamento e nos projectos do governo hespanhol mudal-o do imperio para alguma das suas fortalezas; e não o perdia de vista, como, ha pouco, nos mostrou o officio de D. Francisco, porque ahi o teria inteiramente sujeito, e ficaria despreoccupado de que o imperador o soltasse, ou levado de um resto de honra e piedade, ou de valiosas influencias externas, ou de complicações internas, a que os estados de Fernando III, convulsionados pela guerra que, havia tanto, os flagellava, e sobretudo pelos exercitos victoriosos da Suecia, que lhe rasgavam as entranhas, e divididos de idéas e interesses, viviam continuamente expostos.

Na verdade a situação da Allemanha era gravissima, e credora de serios cuidados, principalmente no tocante aos inimigos exteriores. O arrojado movimento de Baner contra Ratisbona, onde estava o imperador e a dieta, que narrámos pouco antes de se realisar a prisão do infante, foi, por assim dizer, a ultima acção do grande general. Obrigado a retirar-se deante das forças imperiaes, que correram açodadamente de toda a parte, em auxilio de Fernando III, combatido pela natureza, que o constrangeu a deixar aquella cidade, primeiro que o Danubio, desgelando, lhe embargasse o passo com a barreira de suas aguas, abandonado pelo marechal francez Guebriant, retirou atravez da Saxonia e da Bohemia, conseguindo, a muito custo, escapar ao exercito de Picolomini, e recolheu-se a Halberstadt, onde morreu no

mez de maio do mesmo anno, em consequencia de uma constante vida de desregramento, que era o reverso das qualidades verdadeiramente extraordinarias d'esse illustre homem de guerra.

Com a sua morte respiraram os imperiaes, e o exercito sueco esteve quasi a destruir-se pela indisciplina; mas Tortensohn tomou o seu commando, e, dentro em pouco tempo, mostrou-se digno de succeder a Baner e a Gustavo Adolpho, seu mestre. Até ahi, os estados austriacos tinham respirado livres da devastação que desde tanto arruinava a Allemanha; Tortensohn fez com que lhes chegasse a sua vez. Reunindo todos os generaes, preparou as coisas com tal mysterio e celeridade, que atravessou os estados de Brandeburgo, apesar da neutralidade armada do seu novo eleitor; appareceu na Silesia, antes do inimigo saber em que direcção marchava; tomou Glogau á espada; e conquistou com rapidez prodigiosa a cidade de Schweidnitz, e todas as provincias ao sul do Oder. Em seguida entrou na Moravia, e apoderou-se de Olmutz, reputada inconquistavel. Estas victorias encheram de terror a capital austriaca; e o archiduque Leopoldo, e o general Picolomini, juntando as forças, obrigaram o conquistador sueco a deixar a Moravia, e logo depois a Silesia. Tortensohn porém não desanimou, e, chamado o general Wrangel com o seu corpo de exercito, tomou a offensiva, recuperou quasi todas as cidades perdidas, tentou debalde fazer sahir a campo os imperiaes, e penetrar na Bohemia, e, não o conseguindo, invadiu a Lusacia, tomou Zittau, continuou a marcha atravez da Misnia, passou o Elba perto de Torgau, poz o cerco a Leipzig, derrotou em batalha campal, no mesmo logar em que Gustavo Adolpho alcançara uma brilhante victoria, base do poder da Suecia, ao archiduque e a Picolomini, que tinham corrido em soccorro d'ella, fazendo-lhes cinco mil mortos, outros tantos prisioneiros, tomando quarenta e seis peças de artilheria, quasi toda a bagagem, a secretaria, e toda a

prata do archiduque, e, d'ahi a tres semanas, obrigou a entregar-se a propria Leipzig.

Nos fins de quarenta e um, Tortensohn poz cerco a Freiberg, que não poude render pela constancia dos cercados em defender-se e pela approximação de Picolomini. Entretanto alcançou a grande vantagem de levar os imperiaes a deixarem os seus quarteis de inverno, e a se comprometterem em operações que lhes custaram acima de tres mil cavallos. Para os cançar ainda mais, dirigiu-se Tortensohn ao Oder, onde se reforçou com as guarnições da Silesia e da Pomerania, e imprevistamente appareceu nas fronteiras da Bohemia, atravessou este reino com assombrosa velocidade, entrou pela segunda vez na Moravia, libertou Olmutz, que estava quasi a render-se aos imperiaes, acampou a duas leguas da fortaleza, impoz contribuições de guerra exorbitantes, e fez bater o campo por tropas ligeiras, que levaram as suas correrias até aos postos avançados, a que fôra incumbida a guarda das pontes de Vienna. Temeroso de perigo tamanho e tão proximo, o imperador chamou em seu auxilio a nobreza hungara, porém ella não lhe obedeceu, allegando os seus privilegios, que a exemptavam de combater pelo soberano fóra do territorio da Hungria. Emquanto isto se passava, Tortensohn tornava-se senhor de toda a Moravia, ao passo que as tropas da Hesse, da França e de Weimar, commandadas pelo general d'Eberstein e pelo marechal Guebriant, entravam no arcebispado de Colonia, onde estabeleciam os quarteis de inverno, e venciam perto de Kempen, em janeiro de quarenta e dois, o general austriaco Hatzfeld e o general Lamboi, que os pretendiam desalojar, matando-lhes mais de dois mil homens, e aprisionando mais do dobro, victoria que tornou os alliados inteiramente senhores de todo o rico eleitorado de Colonia, onde invernaram, remontaram a cavallaria, e levantaram tropas. Emfim, Tortensohn invadiu a Styria, tomou diversas cidades, e em junho corria que ia cercar

Gratz[1], o que então não aconteceu, mas passado algum tempo, vindo a apoderar-se d'ella pouco depois da sahida do infante para Milão.

Estes movimentos militares fazem-nos comprehender, afóra outras razões, o empenho dos hespanhoes em mudar o infante do imperio, explicam-nos, melhor do que até aqui, a sua transferencia de Passaw para Gratz, pela maior segurança do preso n'esta cidade, logar mais forte, mais apartado do theatro da guerra, no meio de paizes ainda não devassados pelo inimigo, perto dos confins da Hungria, e coberto por Vienna, de que distava vinte e oito leguas, o que o punha aliás longe dos que lhe podiam melhor valer, motivos dignos de attenção, e que tornam tambem plausivel, depois da entrada dos inimigos na Styria, a mudança do infante da cidade de Gratz.

Com effeito, considerando nós que a Suecia era alliada de Portugal, que acolhera, com grande enthusiasmo e favor, a embaixada portugueza, que em Stockolmo escrevera Francisco de Sousa Coutinho o seu manifesto ácerca da prisão do infante, o qual naturalmente foi apresentado á dieta reunida em Ratisbona por influencia dos seus ministros, e que o dito embaixador, pouco antes de retirar-se para Lisboa, recommendara ao governo da rainha procurasse obter a sua liberdade, considerando tudo isto, é-nos licito suppor que os generaes suecos receberiam ordem para libertal-o, se as operações militares os levassem ao sitio onde estava, e que, ainda que a não tivessem recebido, bastaria ser o preso irmão do rei de Portugal, para elles o emprehenderem, dadas as ditas eventualidades. É o que posteriormente se tentou praticar com respeito a Milão, depois de ahi se achar o infante, quando as armas francezas corriam victoriosas esse estado, fazendo tremer pela sua sorte Filippe IV, e exultar de esperança os corações portuguezes.

[1] Bib. Nac., Mss., I, 2, 5, fol. 1 v., Carta de D. Antão de Almada ao conde da Vidigueira, de 17 de julho de 1642.

Hespanha e os seus diligentes ministros não reputavam, portanto, ainda seguro o infante em Gratz; e tinham razão. Nem estas mudanças de um a outro logar da Allemanha significavam para ella mais do que palliativos, porque a projectada a alguma das suas fortalezas estava, de ha muito, planeada e decidida. Continuaram, pois, vigiando o infante, o que o governo de Madrid não se descuidava de recommendar, e multiplicando as instancias com o imperador para a sua entrega, ao mesmo tempo que, já contando com a satisfação dos negregados intentos, iam dando varias providencias para a viagem[1].

Dividiam-se os pareceres quanto á futura residencia do infante. Opinavam uns por Hespanha, outros por Napoles, e outros por Milão. Reunia o primeiro alvitre contra si grandes inconvenientes: a difficuldade de transporte, que, não podendo ser pela França, teria só o caminho do mar, onde as forças de Filippe IV se sujeitavam ao encontro das de Luiz XIII, alliado de Portugal; o auxilio que estas acaso lhe prestariam, se se soubesse com antecedencia da viagem, ou por não se effeituar logo, ou pelas demoras inherentes á navegação; por um lado, a guerra aberta que havia entre as duas nações peninsulares, cujas alternativas não era licito prever; pelo outro lado, as contingencias que resultariam do estado da Catalunha, insurreccionada e sujeita á influencia das armas francezas, a falta de fortalezas bem seguras, e os portuguezes de importancia residentes em Hespanha, alguns d'elles com grandes cargos, e em cuja fidelidade não se confiava inteiramente.

O segundo alvitre tinha tambem alguns contras: a influencia que o poder maritimo da França, a que talvez se

[1] Arch. de Simancas, Maço 2342, fol. 45, Consulta do Conselho de Estado, feita em Madrid a 15 de junho de 1641, Mss.

Id., fol. 39, id., de 5 de julho, id. Mss.

Id., Maço 2356, Carta do conde de Siruela, governador de Milão, a Filippe IV, de 19 de abril de 1642. Mss.

juntasse o de Portugal, poderia exercer nos mares do sul da Italia, e a facilidade de se realizar um desembarque em tão extensa costa, assim como os embaraços que, apesar da preponderancia da Hespanha na peninsula, ella encontraria porventura n'algum dos seus estados, quando se pretendesse dar por ahi passagem ao infante, e quem sabe se tambem a pouca segurança das prisões.

O terceiro alvitre é o que reunia melhores conveniencias. Milão, proxima do Tyrol e da Grisonia, offerecia, se os francezes a ameaçassem, maneira de evitar que o preso fosse por elles livre, fazendo-o retirar para um ou outro territorio, emquanto que, embora esse momento não chegasse, a sua posição na parte mais larga e mais ao norte da Italia, no meio de estados vizinhos, ou amigos da Hespanha, ou contidos em respeito pelas suas forças, lhe dava decidida vantagem aos outros logares, accrescendo ainda a fortaleza do seu celebre castello, de certo uma das considerações de maior peso, e a facilidade de transporte, pois, sem dependerem de transitar pelas terras de qualquer principe inimigo ou suspeito, o conduziriam os hespanhoes directamente de Allemanha ao Tyrol, e d'ahi ao Milanez.

Estas, pouco mais ou menos, deviam ser as duvidas do governo de Hespanha na mudança do infante para os seus estados, e estas são as que trazem Birago e outros auctores; entenda-se, no começo, porque na consulta do conselho d'estado de cinco de julho de quarenta e um, atraz citada, já se dá por assente a preferencia a Napoles. A ida para Milão foi só como escala para o encerro que lhe tinham determinado, e que não veiu a aproveitar-se, ou por algumas das vantagens que recommendavam o castello d'esta cidade, ou por já prevêr ou presentir o gabinete de Madrid as revoltas dos napolitanos, e os projectos de França a seu respeito. A escolha de Napoles foi indicada por D. Francisco de Mello, conforme, ha pouco, tivemos occasião de ver, e talvez resolvida ou ajudada a resolver por essa in-

dicação. A mudança do preso de Allemanha para Flandres, lembrada pelo infante D. Fernando, não teve consequencia[1].

III

Estas machinações não ficaram occultas ao infante, o qual, consternado pelas noticias que vogavam, escreveu ao bispo de Lamego, que desde vinte de novembro do anno anterior residia em Roma, a seguinte carta, respondendo a outra sua, cujo conteúdo ignoramos.

«Com grandissimo gosto recebi a carta de vossa senhoria, de vinte e cinco de janeiro; e bem necessario era este allivio em tão continuadas penas, como as minhas, que cada hora se multiplicam; e me acho em estado que invejo a fortuna dos que vivem nas masmorras dos turcos; e sobretudo se tem por infallivel que o imperador me entrega aos ministros de Hespanha para me passarem a Italia, e vingarem em mim o odio da patria em que nasci; e já aqui fica o doutor Navarro, que é a pessoa que os ministros portuguezes, que se tem achado n'estas partes, escolheram para estas execuções, por menos christão e mais cru que os mais que ha n'estas partes. Peço a vossa senhoria se faça alguma grande e apertada diligencia com o papa, para que escreva ao imperador, e mui apertadamente ao duque de Baviera, e ao arcebispo de Salzspurg, porque isto é uma

1 Arch. de Simancas, Maço 2342, fol. 39, Consulta do Conselho de Estado, feita em Madrid a 5 de julho de 1641. Mss.

Id., Maço 2356, Carta do conde de Siruela, governador do estado de Milão, a Filippe IV, de 19 de abril de 1642, e parecer do Conselho de Estado a seu respeito. Mss.

execução contra o direito das gentes, e bem publico, e a mais escandalosa que se póde dizer. É necessario muita brevidade a diligencia, e que o geral da companhia escreva ao confessor do imperador e duque de Baviera, com muita estreiteza; e porque sei que vossa senhoria não faltará ás obrigações do sangue, nem ás mais que agora não refiro, deixo de me alargar n'este particular, desejando minha vida e liberdade para dar muito claro testemunho da estimação que faço da casa e pessoa de vossa senhoria. Tenho os minutos contados, e por isso deixo de responder a D. Vicente Nogueira; para outra hora; e vossa senhoria me desculpe por agora. D'esta prisão, em doze de março de mil seiscentos e quarenta e dois.

«Bem sei que não é necessario lembrar a vossa senhoria o que vae no segredo e cautela d'esta correspondencia, ainda com os mais intimos; e avisarei por que via se póde continuar, e todas as diligencias, que se fizerem com os principes e ministros de Allemanha, são necessarias, sem se perder tempo. D. Duarte» [1].

A verdade surgia terrivel deante do pobre preso! O imperador machinava entregal-o a seus inimigos, que n'elle queriam desafogar o odio á terra em que nascera; fugia-lhe a tenue luz que o allumiava ainda nas trevas do infortunio. Na Allemanha contava amigos e affeiçoados que, pugnando por elle, pugnavam tambem pela honra do imperio e pelo bom nome do seu paiz; tinha sete annos de serviços desinteressados á casa d'Austria, que, embora até ahi lhe houvessem desconhecido ou mal pago, poderiam ainda ser lançados na balança da justiça, e fazel-a pender para o seu lado; na Allemanha havia mais probabilidade de ficar livre, já pela influencia dos que o estimavam ou tomavam o seu partido, irritados da baixeza do governo, compadecidos da

[1] Bib. Nac., Mss., Supplemento, n.º 606, *Annaes de Portugal restituido a reis naturaes.*

triste sorte de tão grande principe, ou movidos do interesse, já pelo poder da corôa de Suecia, com as suas armas vencedoras das imperiaes, e senhoras, em parte, do territorio germanico; e, se a sua liberdade se não obtivesse, ao menos, na Allemanha poderia mitigar-se-lhe a dureza da prisão, e não ser tão infeliz. Todas essas probabilidades acabavam, porém, com a sua entrega á Hespanha, que não se demoveria nem pela compaixão, nem por outro qualquer sentimento humanitario, porque na sua alma egoista e cruel só dominava a sede da vingança.

E essa entrega decidiu-se, com effeito, e o movel principal d'ella foi o dinheiro! O imperador de Allemanha vendeu o infante D. Duarte ao rei de Hespanha por quarenta mil escudos. Assim se diz geralmente, e assim o escreveu, com mais particularidade, o livro latino, que, sob o titulo: *Innocentis et liberi principis venditio,* viu a luz publica n'esse anno, devido á pena de Antonio Moniz de Carvalho, e depois no seguinte, em hespanhol, traduzido e augmentado por Manuel Fernandes Villa Roal, com o de: *El principe vendido*, e, depois ainda, em francez vertido pelo mesmo, e tambem ampliado. D. Nicolau Fernandes de Castro, refutando as accusações de injustiça da prisão do infante, parece negar a venda[1]; mas, em geral, os nossos escriptores da epocha, e os que esposaram a nossa causa confirmam-a. Krones, na sua *Historia austriaca*, condemna o facto, sem lhe dar o nome de venda. «A diplomacia hespanhola, diz elle, fez com que o imperador faltasse á sua promessa de não o entregar (D. Duarte) á Hespanha, e pelo ajuste de vinte e cinco de junho alcançou, mediante a somma de quarenta mil escudos, manifestamente como penhor, que fosse transferido ao logar que Filippe IV indicasse. Em seguida a isto, enviaram D. Duarte para Milão... Julga-se que o imperador foi enganado pela côrte de Madrid. Seja

[1] *Portugal convenzida con la razon...* Milan, 1648. 4.º

como for, elle ficou mal visto por semelhante acto, tanto que, já n'esse tempo appareceram alguns escriptos da parcialidade que lhe era adversa, que o accusam concordemente de ingratidão e de perjurio com as mais negras côres» [1]. Em apoio d'esta asserção, podemos adduzir ainda as palavras de Taquet: «Negam in solidum tel-o vendido por quarenta mil cruzados, dando outro titulo a esta quantia». Na *Historia delle rivolutioni del regno di Portogallo,* affirma Birago, ou o mesmo Taquet, a venda e o preço, e chega a avançar que os trinta mil escudos recebidos em dinheiro, pois os dez mil restantes foram em lettras, tiveram emprego immediato no levantamento de tropas, pelo que, alguem disse que aquella somma não se guardou, quia pretium sanguinis erat. O infante assegura a venda; e ainda Taquet n'outra parte especifica que o dinheiro se pagou em Veneza [2].

Aqui move-se a questão se o imperador entregou o infante a Hespanha, sem reservar para si nenhum direito sobre elle, ou se o fez sob condição de rehavel-o quando quizesse.

Os auctores que escrevem do infante declaram-se quasi todos pela primeira hypothese, com excepção de Krones e de Gualdo. Krones inclina-se, como já vimos, a que Fernando III recebeu os quarenta mil ducados, não por preço da venda, mas em penhor do deposito, o que deixa margem para suppor-se alguma obrigação, embora não se diga se é a de o restituir. Gualdo, na obra: *Historia delle guerre di Ferdinando secondo e Ferdinando terzo,* não fala na venda, mas diz que o imperador entregou o infante aos hespanhoes, com a clausula de não se fazer coisa alguma contra elle sem sua participação e consentimento, e de sem-

[1] Vol. 3.º pag. 547.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, tom. 4 B, pag. 609, Carta do infante a Duarte Nunes da Costa de 10 de julho de 1642. Mss.

Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 257, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira de 14 de março de 1643.

pre se entender que era seu prisioneiro. Em confirmação da segunda hypothese veem tambem alguns documentos, e são elles: a carta do conde da Vidigueira de vinte e dois de outubro de quarenta e quatro ao plenipotenciario de Portugal no congresso de Munster, Luiz Pereira de Castro[1], a de oito de julho de quarenta e cinco a João de Guimarães nosso residente na Suecia[2], a de Fr. Fernando de la Houe, ou Taquet, ao mesmo conde, de vinte e sete de maio de quarenta e seis[3], e a do infante ao dito Taquet, de vinte e quatro de julho d'este anno[4]. Tratava-se nas mencionadas cartas de obter a liberdade do infante por occasião da paz, que então se discutia no congresso, fazendo Suecia com que o imperador o pedisse a Hespanha; e declara-se n'ellas que o mesmo tinha tal direito, visto ser seu prisioneiro, e havel-o cedido sob condição, mediante uma escriptura, na qual o governo d'este paiz se obrigava a entregar-lh'o, toda a vez que o requisitasse. O infante accrescenta que essa escriptura foi feita muito em segredo, porque o imperador queria desculpar-se de não o libertar, allegando que já não tinha poder n'elle. O conde da Vidigueira na sua carta de oito de julho vae ainda mais longe, pois avança que Wolkmar, um dos plenipotenciarios do imperador no congresso, confessára ahi a existencia do documento. A ser tudo verdade, e principalmente a confissão de Wolkmar, o acto de Fernando III não seria uma venda; mas poder-se-hia reputar como tal, e como um simples disfarce o nome que lhe assignaram, pelo abandono completo do soberano allemão quanto aos seus direitos, e pela improficuidade das condições no mesmo acto estipuladas. Todas estas affirmativas, e até a de Wolkmar, por mais valiosas que pareçam, havemol-as por improvaveis, porque as contradiz positiva-

[1] Bib. Nac., I. 2, 9, fol. 131. Mss.
[2] Id., I, 2, 8, fol. 107. Mss.
[3] Bib. de Evora, 106, 2, 11, fol. 270. Mss.
[4] Id., id., fol. 403. Mss.

mente uma das respostas dos plenipotenciarios imperiaes no proprio congresso, na qual declararam que D. Duarte não era prisioneiro de sua magestade cesarea. Se existisse o dito tratado, esta resposta seria n'outros termos. O mais acceitavel é que tudo fossem meros boatos, apenas inventados para desculpar a má acção do imperador. Quanto a considerar-se ou não a entrega do infante como venda, não passa de uma questão de nome. Os apertos do thesoiro imperial eram frequentes; Hespanha valeu-lhe muitas vezes com o seu dinheiro; quiz vencer as opposições que encontrava na cedencia do infante; empregou o suborno; e, aproveitando alguma conjunctura mais critica do gabinete de Vienna, conseguiu-o. Quer dizer, se o imperador não vendeu D. Duarte, vendeu-se. O preço, ou pequeno ou grande, pouco importa.

O procedimento de Fernando III, sejam quaes forem as desculpas que se adduzam em seu favor, mereceu e merecerá sempre dos homens imparciaes a maior e mais justa exprobração. Admitte-se que a razão do estado o induzisse a prender o infante, apesar de todos os seus serviços; e alguns, n'esse tempo, o defenderam. Era uma ingratidão com certa desculpa aos olhos de muitos, pela estreita alliança de interesses que existia entre os dois poderosos ramos da casa d'Austria, a Allemanha e a Hespanha, e pela importancia do irmão do rei de Portugal. A brandura com que o guardariam, o que não excluia a segurança, as attenções de que não deixaria de ser alvo, pois não o manchava nenhum crime, serviriam para attenuar os dissabores da reclusão a que se via forçado pelos imprevistos acontecimentos do reino, embora n'elles não tivesse tomado parte. Assim Fernando III pagava com a prisão a quem o servia tão fiel e generosamente; violava a liberdade do imperio; lançava, humilde, aos pés do governo hespanhol a honra e os sentimentos de humanidade e independencia da nação germanica; mas, ao menos, não abandonava, não

sacrificava completamente o infeliz principe aos seus crueis inimigos, fechando o coração a todas as vozes do brio e da piedade.

Infelizmente cedeu tudo ante a politica enredadeira e ante os mais mesquinhos interesses; e o imperador de Allemanha, o glorioso chefe da casa d'Austria, a primeira testa coroada da Europa, o que se julgava continuador dos cesares romanos, e acima dos restantes monarchas, entregou o seu parente, o seu hospede, o seu amigo, o seu generoso servidor, desamparando-o quando mais carecia de amparo, e, para cumulo de opprobrio, com quebra da honra e da propria palavra!

Segundo Birago, Fernando III, estando o infante ainda em Ratisbona, comprometteu-se solemnemente a não o entregar aos hespanhoes.

Tudo quanto aconteceu então a D. Duarte já o vimos miudamente pela narração de Navarro, que o guardou, desde ser preso até chegar a Passaw, com assiduidade e vigilancia, e nada ahi encontramos a respeito de elle recorrer ao imperador, ou da promessa alludida; pelo contrario, escandalisado da aleivosia e ingratidão de Fernando III, o principe portuguez inculcou não querer d'elle nada no começo da sua prisão, e unicamente no monarcha hespanhol parecia depositar, ou fingir depositar toda a esperança, dirigindo-lhe duas cartas, e procurando descarregar-se de qualquer suspeita ante seus ministros com reiterados protestos de adhesão e respeito. Entretanto deve admittir-se que, instado pela triste situação que o opprimia, elle recorreu ao imperador, apesar de só se demorar em Ratisbona dez dias, e conseguiu fazer-lhe chegar as suas representações, a occultas de Navarro, como conseguiu escrever a Fr. Timotheo Ciabra Pimentel, tambem, segundo parece, sem Navarro o saber, porque Luiz Pereira de Sampaio que estava com elle, o affirma pelos termos seguintes: «N'este tempo mandou sua alteza dizer ao imperador que, já que o pren-

dia sem culpa alguma, lhe pedia que pelo menos o quizesse ter em sua protecção, e o não entregasse a seus inimigos, prevendo logo o que depois veiu a succeder. O imperador lhe enviou o conde Slich, conselheiro de guerra, o qual da parte de sua magestade cesarea deu a mão a sua alteza que estivesse sem receio, que o não havia de entregar, e que sempre o havia de ter debaixo da sua protecção»[1].

Conta-se que houve certa reluctancia em Fernando III para consentir na prisão do infante. Houve-a do mesmo modo, e Navarro parece confessal-o, para o deixar sahir do imperio[2]. Mais fraco talvez do que perverso, repugnou-lhe o encarceramento e a entrega do seu nobre general, e dentro d'alma luctaram-lhe durante muito com as suggestões dos maus conselheiros sentimentos bons e generosos. Porque não admittiremos pois, no espaço intermedio a estes dois factos, a existencia, a lucta d'esses mesmos sentimentos, e os esforços do infante para aproveital-os? Demais, era tão critica a sua posição, que até se estranharia, se não tentasse todos os caminhos para sahir d'ella o mais breve possivel. As suas palavras de censura ao comportamento do imperador, e de nenhuma fé na sua assistencia, que vimos na narração de Navarro, pouco depois de ser preso, exprimiam n'essa occasião o estado do seu espirito, mas dentro em pouco, reflectindo, viria a necessidade mostrar-lhe que precisava de tão poderoso auxiliar, porque estava na sua mão livral-o, como o prendera. É pois admissivel, e até rasoavel, que o infante conseguisse por meio de seus amigos, um dos quaes era o proprio valido do imperador, o conde de Trautsmandorf, posto se contasse entre os que mais concorreram para a sua perda, ou de pessoas que lhe fossem affectas, representar a Fernando III, n'esta epocha, a justiça da sua causa.

[1] *Relação da prisão injusta do... infante... D. Duarte...* Mss.

[2] Bib. de Madrid, Mss., H-74, Carta de Navarro ao conde-duque, de 26 de agosto de 1642.

Em Passaw, escreve ainda Birago que o infante requereu a sua magestade cesarea para que não o entregasse aos hespanhoes, o que elle lhe assegurou, debaixo da palavra imperial. Nenhum documento abona esta asserção.

Em Gratz as mesmas razões que apresentámos ha pouco, e ainda com mais força, pela urgencia das circumstancias, deviam levar, e levaram o infante a recorrer ao imperador. Aqui ha certeza. Prova-o Navarro, quando diz ao conde-duque que: «D. Duarte procurou estorval-o (a sua sahida de Allemanha), representando a sua magestade cesarea algumas conveniencias do seu serviço, e dando a entender que assim lh'o tinha offerecido o conde Slich»; e prova-o a missão do padre Sinabel, de que em breve falaremos, se não é o mesmo facto a que Navarro se refere. Quanto ao empenho, n'este tempo, da palavra do monarcha allemão, para o não entregar aos hespanhoes, assevera-o o mesmo infante, pois declara que o conde de Trautsmandorf lh'o prometteu em seu nome, estando na dita cidade, já verbalmente, já por escripto[1]. Além d'isto, nas instrucções ao padre Sinabel, afiança em geral D. Duarte que Fernando III lhe assegurou por varias maneiras que nunca o largaria de seu poder[2]. O marquez de Niza attesta que o imperador deu quatro vezes a sua palavra de não entregar o infante a Hespanha[3].

Aterrado com o grande e imminente perigo que o ameaçava, procurou recorrer o principe portuguez a quanto pudesse evital-o; escreveu ao bispo de Lamego, conforme sabemos; amiudou, o mais possivel, a correspondencia com Fernando Brandão[4]; directamente, ou por mediação de ou-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. III, fol. 23, Carta de Taquet ao mesmo, de 6 de janeiro de 1646.

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 9, fol. 102.

[3] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, fol. 615, Carta do conde da Vidigueira a Duarte Nunes da Costa, de 16 de agosto de 1642.

[4] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19.

trem, pediu a Antonio de Sousa de Macedo, secretario dos nossos embaixadores em Inglaterra, que ahi ficara como residente depois de assignar-se o tratado, que compusesse um manifesto em sua defeza[1]; representou ao imperador, fundado nos offerecimentos que lhe fizera pelo conde Slich, segundo dissemos; e mandou a esse monarcha uma carta, e outra ao conde de Trautsmandorf, contra o abandono da sua pessoa á Hespanha, e para não ser levado a Milão, como constava. Tambem, estando em Gratz, mas não sabemos se n'esta conjunctura, escreveu a D. Francisco de Mello, e ao marquez de Castello-Rodrigo. Aqui notaremos que todas as cartas que lhe eram dirigidas iam primeiro ás mãos do conselho cesareo da dita cidade, que as abria e lia, antes de lh'as entregarem[2].

«Muitas vezes tenho manifestado a vossa magestade cesarea, dizia elle a Fernando III na dita carta, a grande injustiça e aggravo que se me faz, quando eu, por haver deixado a patria e a commodidade da minha casa, e havendo servido oito annos a vossa magestade com tanta satisfação, como sabe todo o mundo, esperava receber grandes favores. Agora entendo que o marquez de Castello-Rodrigo, continuando o mesmo que já havia intentado D. Francisco de Mello, procura conduzir-me a Milão, para que eu sirva de zombaria e sacrificio ao odio e indignação d'este e outros ministros; porém espero da grandeza de vossa magestade que não queira romper em mim as leis da justiça, e aquelle direito, no qual me constituiram a hospitalidade e fé publica, inviolavel entre as mais barbaras nações. Pelo que espero que vossa magestade terá consideração á minha justiça e innocencia, deixando uma e outra nas suas imperiaes mãos, até que vossa magestade me franqueie o direito

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 8, Carta de Antonio de Sousa de Macedo ao conde da Vidigueira, de 28 de agosto de 1642.

[2] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança (1643). Mss.

das gentes com a mesma liberdade do imperio, não permittindo que se execute em mim novidade que sirva de exemplo tão prejudicial á fé publica; representando juntamente a vossa magestade o grande amor, trabalho e despeza com que tenho servido a vossa magestade, expondo a vida a muitos perigos, como agora fizera com o mesmo animo e fidelidade, se vossa magestade m'o permittira. Guarde Deus a imperial pessoa de vossa magestade cesarea. De Gratz, dezeseis de março de mil seiscentos e quarenta e dois»[1].

Passou-se um mez, e o conde de Trautsmandorf respondeu ao infante, em nome do imperador, n'estes termos:

«Dei a sua magestade cesarea a carta de vossa excellencia, e lhe referi tudo o que vossa excellencia me escreveu em dezeseis do passado. Sua magestade cesarea me respondeu muito benignamente, declarando não querer aggravar a vossa excellencia na sua afflicção, mas allivial-o muito depressa, e, em sendo tempo, fazer-lhe todo o favor; o que se me offerece referir a vossa excellencia, beijando-lhe as mãos. Vienna, cinco de abril de mil seiscentos e quarenta e dois»[2].

IV

Infeliz foi tambem o infante com o recurso á côrte de Roma, para que appellara na carta ao bispo de Lamego. Não era a primeira vez que se pensava em interessar o pontifice na sua desgraça. Já em meiados do anno anterior Fr. Fernando de la Houe se dirigira áquella cidade, pro-

[1] Birago, *Historia delle rivolutioni del regno di Portogallo.* D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. genealogica.*
[2] Id., id.

vavelmente para o mesmo fim. Já em setembro do dito anno Duarte Nunes da Costa escrevia a Fernando Brandão n'este sentido, e Brandão lhe respondia approvando o alvitre, como tudo sabemos. Pode até ser que a ultima negociação se prendesse á de Fr. Fernando, ou que exprimisse a vontade do illustre preso, o qual tambem, no meio das suas tribulações, recorria ao chefe da egreja, para que lhe valesse. Mas o mallogro da embaixada portugueza a Urbano VIII preveniu ou inutilisou todos os esforços.

Tendo conferenciado com os nossos ministros em Paris, sahiu D. Miguel de Portugal d'esta cidade, e, depois de longa demora, fez-se á vela no dia vinte de outubro de quarenta e um, de Toulon para Italia, n'um galeão do rei de França, aportando, passados alguns dias, a Civittà-Vecchia. De Civittà-Vecchia despachou Diogo de Barcellos, seu estribeiro, com o fim de avisar o marquez de Fontanes, embaixador de França, da sua chegada. Mandou-lhe o marquez immediatamente o seu coche, com o secretario da embaixada, Board, e muitos francezes a cavallo, armados de clavinas, para o escoltarem, pois sua santidade lhe permittiu que desembarcasse e entrasse na côrte, o que não se alcançou sem grande opposição dos hespanhoes e dos do seu partido.

Alvoroçou a noticia os portuguezes residentes em Roma, e trinta d'elles foram-o buscar, montados em cavallos ligeiros, e com armas de fogo para a sua defeza. Nem deixavam taes precauções de ser necessarias, porque o principe de Galicano se offerecera ao embaixador hespanhol, D. João Chumacero, para no caminho assaltar o bispo, insulto que não teve effeito em virtude d'ellas, e de trinta soldados que enviou o cardeal Barberino, sobrinho do papa, avisado do criminoso intento. Não foi só este o perigo a que, por então, escapou o nosso ministro: esteve egualmente para ser morto pelo capitão dos ditos soldados que a isto se promptificava.

Com esta companhia chegou o bispo de Lamego a Roma,

em vinte de novembro. Ahi hospedou-se na casa do embaixador de França, havendo-o por bem sua santidade, que lhe determinou não sahisse em publico, e só pelo agente Pantaleão Rodrigues Pacheco representasse o que pretendesse na congregação de proposito formada. Foi o agente ouvido n'ella com benevolencia; entretanto o cardeal Barberino disse-lhe logo que folgaria de vêr escriptas as razões de direito por que o reino de Portugal justificava uma acção tão extraordinaria, como a da sua revolução, tendo jurado duas vezes em côrtes obediencia aos reis catholicos, e tendo estado estes na sua posse por mais de sessenta annos. Respondeu-lhe Pantaleão Rodrigues Pacheco que não se recorria a sua santidade para alcançar confirmação nas materias temporaes, e só para lhe prestar obediencia como a chefe do catholicismo. Não obstante isto, que o dispensava de annuir á exigencia do cardeal, preferiu o agente satisfazel-o, mesmo porque assim tornava manifesta na côrte de Roma a justiça de el-rei D. João IV. Mas nem com a sua condescendencia a nossa causa ficou em melhor terreno. Depois de algumas congregações, o cardeal Barberino respondeu da parte de sua santidade, que a obediencia de D. João IV era muito contraria ás obras, nas quaes mostrava estar em desobediencia á santa sé apostolica, pois continuava retendo as capellas que em Portugal se haviam usurpado á egreja, com violação da immunidade ecclesiastica; subsistia o pernicioso exemplo da expulsão do bispo de Nicastro, collector apostolico, occasionada d'esta retenção; e tinha de novo gravemente escandalisado toda a republica christã com a prisão do arcebispo de Braga, D. Sebastião de Mattos de Noronha; que, portanto, antes de outro qualquer requerimento, devia o novo rei dar satisfação á egreja, restituindo-lhe os seus bens e soltando o bispo, ou, ao menos, mandando-o com custodia honesta á presença de sua santidade. Representou o agente, por escripto, ao cardeal que a commissão do embaixador não se estendia a

tanto, mas que, sem embargo, fiado na devoção que reconhecia em sua magestade para com a egreja romana, o embaixador se offerecia, em nome do mesmo senhor, a satisfazer aquelles dois pontos na fórma seguinte.

No tocante ás capellas, obrigava-se a que sua magestade chegasse ao accordo mais favoravel á curia, enviando sua santidade a Portugal um nuncio apostolico, a fim de celebrar uma outra concordata, como tinham feito, em casos identicos, os summos pontifices João XXI e Xisto IV, em tempo dos reis D. Affonso V e D. João II, porque as coisas estavam tão embaraçadas que não se poderiam resolver de diverso modo, visto que o collector, não contente de proceder contra os possuidores das capellas, chegara a violentar a lei do reino.

No que respeitava á prisão do arcebispo de Braga, devia presuppor-se que el-rei não ultrapassaria o determinado no direito canonico, o qual não só a permittia no crime de lesa-magestade, em que o mesmo arcebispo fôra culpado, mas até livrava de ficar incurso na pena de excommunhão quem houvesse morto qualquer ecclesiastico perturbador da tranquillidade publica, como se colhia de muitos casos lembrados pela historia; que, todavia, apesar de o favorecer o direito, sua magestade não se intrometteria em castigar o seu delicto; mandaria logo entregar os autos, que se houvessem processado, aos ministros por sua santidade deputados para o conhecimento da causa, e sujeitar-se-hia em tudo ao que elles determinassem. A ida do arcebispo não a consentia, pela razão de poder na viagem tomar algum porto dos estados de el-rei catholico, e por não lhe ser possivel formar em Roma culpa de lesa-magestade, emquanto não estava n'ella reconhecida a mesma magestade.

Aquietou-se o cardeal Barberino, quanto á prisão do arcebispo, mas continuou a instar pela restituição plena das capellas. Julgando entretanto mais util outro meio para atalhar os requerimentos do agente, que pedia com instan-

cia o recebimento da embaixada, e a acceitação da obediencia, começou a mostrar que se cançava com elles, e a dilatar a resposta sob varios pretextos, umas vezes negando-lhe as audiencias, outras ouvindo-o contrafeito, chegando em uma a voltar-lhe as costas, contra o seu natural benigno e agradavel para com todos, e dizendo-lhe por fim que o não mettesse entre portuguezes e hespanhoes, porque, sendo sobrinho de sua santidade, receiava anoitecer-lhe em Roma e amanhecer-lhe em Napoles[1].

Tanto valeram com a curia as intrigas e as exigencias da côrte de Madrid! E note-se que Urbano VIII, desde que subira á cadeira pontificia, fôra inimigo constante da casa d'Austria, e por conseguinte de Filippe IV; que tivera negociações contra ambos com o cardeal de Richelieu; que até festejara os triumphos dos protestantes e de Gustavo Adolpho; e, quanto a Portugal, que recebera com applauso a primeira noticia da restauração, sentimento em que o acompanharam muitos dos cardeaes, e quasi todos os italianos. Foi isso o que de certo enganou ao principio tanto o governo de D. João IV, como o de Luiz XIII; porém mudaram-lhe o animo a visinhança das armas hespanholas; as muitas nunciaturas e emolumentos dos varios reinos do rei catholico, os quaes se perderiam, inimisando-se com elle; o estar n'aquella occasião em guerra com o duque de Parma, a quem tomara no verão antecedente o estado de Castro, e condemnara por sentença ao perdimento do estado de Parma e de Placencia, sentença que pretendia, armado, executar a todo o custo; e a insubsistencia do estado de Portugal, principalmente como lh'o pintavam os hespanhoes.

Porém, se o bispo de Lamego nada podia obter da curia, e se, portanto, eram inuteis, ou antes impossiveis, os seus

[1] Bib. Nac., Mss., Supplemento, n.º 606, *Annaes de Portugal restituido a reis naturaes.*

esforços d'este lado, cumpria-lhe ao menos, como nosso representante, e como parente da casa real, ser cuidadoso pelo bem estar do infeliz principe, buscando, mediante o governo francez, ou por outros modos ao seu dispor, soccorrel-o e amparal-o. Ora foi isso o que elle fez deficientemente, principiando por não aproveitar os serviços e influencia de Fernando Brandão, do que resultou, a nosso ver, o mais grave prejuizo.

Já d'este personagem dissemos alguma coisa: da correspondencia que mantinha com o infante, desde a sua prisão na cidade de Passaw: do allivio que lhe deu com as suas cartas; e das gazetas que lhe remettia, pondo-o assim ao corrente das noticias de Portugal. Já sabemos tambem que lhe estabeleceu em Veneza Luiz Ramiro, com o cargo de seu correspondente, e outras pessoas n'outras partes com essa qualidade, tudo por ordem do mesmo infante. Vimos outrosim alguns exemplos de como servira Portugal, antes da separação de Hespanha, e que, proclamada a independencia, os serviços não cessaram. Movido, segundo é de presumir, por estas causas, D. João IV encarregou-o dos negocios de Portugal na côrte de Roma logo nos começos do seu reinado, cargo que já exerceria na epocha em que vamos.

Tantas qualidades boas e tantos merecimentos eram todavia, no conceito de alguns, damnificados pelas desconfianças ácerca da sua fidelidade, as quaes o bispo de Lamego quinhoou largamente, o que, se acreditarmos o mesmo Brandão, e quem o defendia, prejudicava muito os ditos negocios, sendo o do nosso infante um dos prejudicados. Estas desconfianças acham-se, porém, em contradicção com o serviço que, pouco antes, elle nos prestára, protegendo em Roma Fr. Fernando de la Houe, do que já falámos sufficientemente, e com outro serviço relevantissimo que nos fez pouco depois, e que consistiu em defender Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo

da furia dos hespanhoes. Passára este religioso, como dissemos, a França, escondido, em companhia do monteiro-mór. Lançado em negro carcere na casa professa dos jesuitas, onde residia em Lisboa, pela influencia malefica de Diogo Soares e de Miguel de Vasconcellos, a cujo governo tyranno se tornara odioso e merecedor de perseguição, Macedo jazeu ahi durante dois annos, sem saber verdadeiramente porque, e sem poder defender-se. Debalde ordenou o geral da companhia, em oito de janeiro de quarenta, ao provincial que o soltasse; valeu mais a vontade dos poderosos ministros seus inimigos, e obteve apenas ser-lhe relaxada a prisão. Perdida esta esperança, e vendo fechadas todas as portas da liberdade que tanto anceiava, Macedo fugiu do seu encerro no dia trinta de julho, sob grave perigo de vida, com tenção de recorrer ao geral, para o que o provincial lhe denegara licença. Correram mezes, rebentou a gloriosa revolução do primeiro de dezembro, nomearam-se os embaixadores, e Macedo, aproveitando a passagem a França do monteiro-mór, que fôra seu discipulo, embarcou occulto no navio em que elle ia, e com elle entrou em Paris, onde endereçou um conceituoso memorial ao cardeal de Richelieu, composto na lingua latina, expondo-lhe as circumstancias em que se achava, e pedindo-lhe que escrevesse ao geral da companhia de Jesus, Mucio Vitelleschi, para lhe conceder transferencia á ordem franciscana, e provincia de Santo Antonio dos Capuchos [1], o que veiu a realisar-se no anno seguinte de quarenta e dois. Alcançada a recommendação do ministro de Luiz XIII, partiu para Roma com o embaixador á curia, o bispo de Lamego. Souberam os hespanhoes da sua chegada, da sua importancia scientifica e litteraria, do seu amor á terra natal, dos escriptos em que pugnara por ella, e, temendo o mal que podia causar-lhes com outros, determinaram pren-

[1] Arch. Nac., Mesa Censoria. Impresso.

del-o, o que teriam conseguido, conforme a propria confissão de Macedo, se Fernando Brandão o não livrasse das suas garras, e depois de o ter escondido em casa, o não fizesse sahir disfarçado de Roma, acompanhando-o até Liorne, d'onde com creditos seus, seguiu para Genova e Marselha[1].

Semelhantes factos acontecidos, este antes da mudança do infante a Italia, e aquelle nas suas proximidades, são corroborados pelos serviços que posteriormente nos prestou Brandão, entre os quaes sobresahe outro, não menos relevante, e que até lhe mereceu recompensa do proprio governo portuguez: tomar parte com seu irmão, Manuel da Costa Brandão, no encontro entre o bispo de Lamego e o embaixador hespanhol, o marquez de los Velez, quando, nas ruas da cidade eterna, o ousado ministro, por instrucções da sua côrte, pretendeu prender ou assassinar D. Miguel, com affronta da auctoridade da santa sé, do caracter duplamente respeitavel de prelado e de embaixador, da propria dignidade, e da justiça, serviço por que a Fernando Brandão foram dados os foros e privilegio de cavalleiro fidalgo, e a Manuel o habito de S. Thiago e tença, com o foro de cavalleiro fidalgo, tudo a instancias do bispo de Lamego. Pois, apesar d'isto, e de fazer publicar em italiano as noticias de Portugal, com o que muito se expunha á sanha dos hespanhoes, a nomeação do doutor Nicolau Monteiro para nosso agente junto da santa sé, em setembro de quarenta e quatro, e ainda as desconfianças do seu caracter, levaram o governo a desencarregal-o e tambem ao padre João de Mattos do logar identico que ahi occupavam[2].

Já que pelo fio da nossa narrativa alterámos a sua or-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 1109, fol 122, Carta de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo a...

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 456, fol. 167 v., Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira de 17 de setembro de 1644.

dem chronologica, digamos alguma coisa mais do que nos tempos seguintes aconteceu a Fernando Brandão, com o que acabaremos de mostrar a sua importancia, e tentaremos illibar o seu caracter.

A favor do exonerado sahiu então Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, não só defendendo-o das imputações com que o oneravam, mas até recommendando-o como necessario ao andamento da nossa politica na côrte papal.

Em carta, ao que parece, escripta a alguem influente com o governo portuguez, em oito de abril de quarenta e cinco, Macedo lembra os serviços de Brandão, que relatámos, pelos quaes este perdera os interesses de Hespanha, e arriscára os de seu irmão Alexandre; a fé que merecia ao padre João de Mattos, religioso de conhecida virtude, lettras, lealdade e zelo; e o penhor que havia da sua fidelidade por ter no reino irmãos, cunhado, e sobrinhos, a quem estimava muito, e em quem desejava fazer casa. Confessa que Brandão andava descontente de Portugal, por corresponder mal áquelles serviços; que o tinham aggravado, pondo-os de parte; que os seus accusadores eram pessoas offendidas por elle nos interesses, ou que abafavam de ambição e inveja, vendo-o tão bem medrado; cita mesmo o nome de alguns d'esses detractores, e, logo em seguida, outros respeitaveis que podiam attestar a confiança que elle merecia; e termina aconselhando que sua magestade o empregue, por ser um dos homens mais adequados para negociar com o papa no meio dos nossos numerosos inimigos em Roma, não como agente, visto estar ministro de sua santidade (fôra em quarenta e quatro nomeado prefeito da Componenda, cargo de estima e de seis mil cruzados cada anno) e tão entranhado na privança do pontifice, que alcançava muitos favores e audiencias secretas, e dentro em pouco alcançaria a prelatura, mas como superintendente dos negocios de Portugal, para que os ajudasse, pois d'elle dependia, em grande parte, o meneio e provimento da Da-

taria, pagando o seu trabalho com alguma commenda a seu irmão Francisco, e a elle dando-lhe apenas alguns mimos, pois tinha muito [1].

Taquet e Duarte Nunes da Costa eram tambem favoraveis a Brandão, e no mesmo caso estava o conde da Vidigueira, ao menos nos primeiros annos. Nos meiados porém de quarenta e cinco, a boa opinião que os dois ultimos d'elle faziam mudara, pela suspeita de haver denunciado aos hespanhoes a assistencia de Taquet em Veneza, para tratar das coisas de Portugal, denuncia de que egualmente foi accusado Picini, conforme contaremos adeante [2].

Mas com effeito descobriu Fernando Brandão o fim da permanencia de Taquet em Veneza, ou levantaram-lhe este falso testemunho os seus inimigos, como n'outra occasião aconteceu? Contemos o caso. Foi em quarenta e nove. Manuel Alvares Carrilho, então agente portuguez em Roma, culpou-o de mostrar, na ante-camara do papa, umas cartas que affirmava ter-lhe escripto o marquez de Niza contra o cardeal Mazarini, e de dar traslados d'ellas, que se mandaram a França, o que o indispoz com o marquez. A este respeito escreveu D. Vicente Nogueira, expondo o succedido: «Ainda que quem conhece o saber de Fernando Brandão, e o primor com que guarda a fé humana, se ri muito de calumnia tão grossa, e eu o disse ainda peor ao agente, comtudo quiz por sua bocca que elle me dissesse o que n'isto passa, e me disse que de vossa senhoria (o marquez de Niza) nunca teve carta em que lhe falasse em Mazarini, e que, se as houvera tido, as sepultara, pela grande amizade e creação que tinha com elle, quando nem o respeito de vossa senhoria o detivesse; mas que isto é o menos que,

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 1109, fol. 122, Carta de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, a...

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 336, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira de 26 de agosto de 1645.

para prejudicar-lhe, dirão e farão, do que a elle se lhe dá pouquissimo, assim por saber sua innocencia, como por ter muito segura sua verdade e procedimento ante o papa e sua cunhada»[1].

Este testemunho de D. Vicente Nogueira, pela sua auctoridade, e pelo muito que viveu com Fernando Brandão, merece todo o credito, ao mesmo tempo que concorre para duvidarmos da accusação do conde da Vidigueira e de Taquet contra elle. Na verdade, se Brandão tivesse atraiçoado os interesses do reino e do infante d'aquelle modo, como é que D. Vicente Nogueira o ignoraria? E, não o ignorando, como se atreveria a attestar a sua fidelidade ao proprio conde, já então marquez de Niza, com tanto encarecimento? Demais, não souberam em Hespanha da ida de Taquet em quarenta e dois? Em maio de quarenta e tres não temia já Duarte Nunes da Costa que lhe fizessem algum mal, por o trazerem ha muito de olho[2]? Não conheceram a sua estada em Veneza no meiado do mesmo anno de quarenta e cinco, pela denuncia de Francisco Valdez de la Fuente, que negociou com elle um fingido projecto de libertar o infante, como tudo veremos opportunamente? Por ultimo, se Brandão era tão infiel e tão suspeito ao governo portuguez, como é que o conde da Vidigueira, ao partir para o reino, mandou em vinte de abril de quarenta e seis, ao residente Antonio Moniz de Carvalho, nas instrucções que lhe deixou, que ácerca dos negocios de Roma se correspondesse e entendesse com elle[3]?

Quanto aos sentimentos dos Brandões, em geral, allegaremos ainda um testemunho valioso, o de Theodoro Amey-

[1] Bib. Nac., Mss., Corresp. do marquez de Niza, Carta de 29 de novembro de 1649.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O., Caixa 17, tom. 4 B., pag. 569, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 12 de maio de 1643. Mss.

[3] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XIX, fol. 89.

den, agente de Filippe IV na curia, celebre pela violencia das suas idéas contra a causa de Portugal. Este, no seu importantissimo *Diario della città e corte di Roma*, referindo-se aos preliminares da chegada do bispo de Lamego, escreve: «Os portuguezes estão o mais que é possivel insolentes, e não ha nada que não digam; defronte da minha casa moram uns certos Brandões, que servem de agentes do rebelde (D. João IV), pelo que vejo das minhas janellas um concurso extraordinario d'esta raça durante todo o dia»[1]. Tambem cremos que nos ajuda o alvará concedido em sete de abril de quarenta e cinco por el-rei a Manuel e a Fernando Brandão para seus filhos nascidos em Roma gosarem do privilegio de portuguezes, naturalmente em paga de serviços prestados[2].

Parece-nos pois Fernando Brandão o sujeito mais capaz de valer ao infante, e de procurar, com bom exito, a sua liberdade, antes de o transferirem a Milão, se com mercês e dinheiro o contentassem, e se depositassem n'elle maior confiança, porque era pessoa que saberia servir muito, e desservir muito, e que não convinha desobrigar nunca, dizia ainda D. Vicente Nogueira[3]. Uma parte das sommas, que se gastaram em enviaturas e projectos de resultado duvidoso ou nullo, bastaria para reter no serviço de Portugal e do infante o astuto e interesseiro italiano, o qual, devidamente vigiado, seria talvez de grande proveito. Isto emquanto D. Duarte residiu no imperio, ou no caminho para Italia, porque, fechadas sobre elle as portas do castello de Milão, as difficuldades cresciam e superavam ou quasi as suas forças. Que em Gratz, pelo menos anteriormente á chegada

[1] Alessandro Ademollo, *La questione della independenza portoghese a Roma*. Firenze. 1878. Pag. 22.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Chanc. de D. João IV, L.º xiv, fol. 378 v.

[3] Bib. Nac. Mss., Corresp. do marquez de Niza, Carta de D. Vicente Nogueira ao marquez, de 29 de novembro de 1649.

de Navarro, era mais realisavel a fuga, prova-o a narração de Huet, prova-o o proprio infante no protesto que escreveu contra o seu processo, quando contam as largas que o conde de Atristain dava ao seu preso. A cidade styria não estava no caso da capital do Milanez, nem o seu castello no da terrivel fortaleza de Porta Giovia, nem o seu territorio pertencia ao dominio de Hespanha. No caminho para Italia, a liberdade do infante não era outrosim irrealisavel, como nol-o mostrará, dentro em breve, a narração de Navarro, a cuja guarda foi entregue.

O damno que a falta de Brandão causou ao infante avalia-se pelo do reino. A este respeito, escrevia em quinze de janeiro de quarenta e seis Gregorio Martins Ferreira a Christovão Soares de Abreu: «Fernando Brandão já não fala de Portugal, porque lá não estimam coisa que não seja vernacula. Eu, que conheço o seu valor, chorei a perda que fizemos, e lá a sentirão os que cuidavam que melhoravam muito as coisas com mandar aqui o doutor Nicolau Monteiro. Lembre-se vossa mercê do que então lhe escrevi» [1].

Mas, não só o governo portuguez deixou de valer-se da habilidade, conhecimentos, e influencia de que Brandão dispunha a favor do infante, mas até foi um dos seus embaixadores, o bispo de Lamego, o maior estorvo a que o seu prestimo se aproveitasse, pois, chegado a Roma, elle e Brandão, os dois homens que podiam ser dois elementos importantes da salvação do infeliz principe, em logar de se auxiliarem, combateram-se, e a desconfiança, com todos os seus pessimos resultados, mettendo-se-lhes de permeio, inutilisou-lhes as diligencias, que, unidas, talvez seriam vantajosas.

A acreditarmos Brandão o infante escreveu-lhe continua-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Christovão Soares de Abreu, vol. III, fol. 366.

das cartas, e, se não se realisou então a sua liberdade, foi porque o bispo as não attendeu, como devia. Mandou-lhe mesmo um correio com a noticia da sua passagem a Milão, do que o italiano deu parte a D. Miguel, o qual entrou em tal perplexidade, que o padre João de Mattos, como participante do segredo, chegou a dizer-lhe, notando as duvidas em que fluctuava: «E, se a nova fôr verdadeira, ficaremos sem adoptar as providencias convenientes?» Veiu depois outro correio do infante, com o que Brandão acreditou que o embaixador daria algum passo, posto fóra de tempo e sem fructo. Por este e outros motivos, conhecendo quão pouco prestava tratar dos negocios d'el-rei, e que o bispo o obrigava a abster-se de enfastial-o, desistiu de intrometter-se n'elles[1].

D'onde proviria a animosidade do bispo de Lamego? Saberia, acaso, que Brandão julgara prejudicial a sua enviatura a Roma, e que melhor fôra tratar de Portugal, particularmente[2]? Semelhante opinião, que muitos julgarão filha do interesse, era tambem a de outro religioso portuguez, então residente em Roma[3], e o mau resultado da embaixada de D. Miguel confirmou-a. Vicquefort, na sua obra: *L'ambassadeur et ses fonctions*, impressa na cidade de Colonia, em mil seiscentos e noventa, diz que o cardeal Bichi, comprotector de França, embora desejasse a admissão do prelado portuguez, não disfarçava que o governo de D. João IV andara imprudentemente, enviando ao papa uma embaixada, antes de sondar se ella lhe seria agradavel, o que reforça o parecer de Brandão. Este, pela sua parte, attribuia a malquerença do bispo a ter representado contra o caminho erroneo que levavam na curia os nossos negocios,

[1] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 30 de setembro de 1642.

[2] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 31 de dezembro de 1642.

[3] Arch. Nac., Mesa Censoria. Mss.

e contra o pouco cuidado de D. Miguel respectivamente á liberdade do infante. Em vinte e nove de junho de quarenta e dois, anno em que vamos, ainda porém Brandão dizia ao conde da Vidigueira que fazia muitas diligencias a favor do illustre preso[1]. Posteriormente, outras encontraremos que mostrarão mais de uma vez o cuidado que elle lhe merecia.

V

Mas ficava o bispo completamente inactivo nas vesperas de tamanha calamidade, e recusava insensato prestar fé á lamentavel noticia que se ia divulgando? Mostraria não se importar com as cartas de D. Duarte a Fernando Brandão, para o desviar de introduzir-se em assumpto tão melindroso, visto não confiar na sua fidelidade? Ou só se demoveu da condemnavel apathia ao ser directamente informado pelo infante?

Entrou D. Miguel de Portugal na cidade de Roma a vinte de novembro de quarenta e um, e, d'ahi a dois mezes, endereçou a primeira carta ao infante, a que serve de resposta a d'este de doze de maio do anno seguinte, ha pouco transcripta. Depois, teve segunda carta sua, na qual lhe apontava modo de se communicarem, e lhe participava que, sendo mudado para Hespanha, lh'o faria saber por certa pessoa[2]. Ha ainda vestigio de outra carta do bispo ao infante.

[1] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19.
Id. id., Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 30 de dezembro de 1643.
[2] Bib. Nac., Mss., I, 2, 5, fol. 74 e 75, Carta do bispo de Lamego ao conde da Vidigueira, de 10 de agosto de 1642.

Esta correspondencia, não correndo por Fernando Brandão, segundo cremos, correria por Luiz Ramiro, posto em Veneza para cuidar dos interesses do infante, posteriormente á sua mudança a Gratz, como vimos, ou pelo fidalgo italiano, de que se falará em breve, ou por outro meio, que vamos explicar. Havia então em Roma um jesuita que estivera na India, onde parece missionara, e fôra prisioneiro dos hollandezes, o qual, resgatado, já depois da restauração, pelo governo portuguez, voltára ao reino, e passára d'ahi á capital do orbe catholico. Este religioso conseguiu corresponder-se com o infante, para o que tinham cifra particular, entre ambos concertada, e tão mysteriosa, que ninguem seria capaz de entendel-a. O portador das cartas era uma pessoa muito confidente, cuja lingua só o dito religioso percebia, de todos os portuguezes fieis moradores n'aquella cidade, por a ter aprendido quasi com gottas de sangue (são as suas proprias expressões), podendo d'aqui inferir-se que seria algum oriental das terras onde o jesuita padecera pela fé, que o acompanhasse á Europa, e que não sabendo nada ou quasi nada dos seus idiomas, se julgou menos sujeito a quebrar o segredo do que outro qualquer, ou em conversas casuaes, ou movidas adrede. «Quando esta pessoa vinha, estando aqui o bispo de Lamego, escreve o jesuita a D. João IV, a este respeito, eu fazia todo o negocio e expedia o homem; e da ultima vez com tão bom successo, que uma carta bem larga minha lhe foi á mão, a qual, diz elle (o infante), lhe serviu de grandissima consolação e allivio, porque d'ella soube ao certo todas as prosperidades de Portugal, da saúde de vossa magestade, e casa real..., e já tive resposta; e quando a pessoa d'aqui partiu a ultima vez, tinha chegado no mesmo dia carta de vossa magestade para o dito senhor, e eu andei toda a noite pelas estalagens buscando o homem, e, depois que o achei, não quiz o embaixador, que m'o fez buscar, que lh'a dessem, sendo que dizia o portador, que

segurissimamente sem nenhum risco lh'a daria na mão, e que o risco da vida era seu, mas que o não havia; comtudo não se lhe deu, e o senhor infante o sentiu muito, porque eu o avizei de como aqui estava carta de vossa magestade, e o porque não fôra.» Esta carta do jesuita, ainda mal, é apenas um fragmento e sem data, mas vê-se que foi escripta depois da sahida do bispo de Lamego de Roma, o que teve logar a dezoito de dezembro de quarenta e dois, embora os factos a que allude sejam do tempo em que o infante estava em Gratz. Entretanto parece que a correspondencia já tinha acabado, provavelmente com a sua transferencia a Milão, onde o religioso, illudido por credulas esperanças, cria poder vel-o, pois talvez por alli passasse em companhia de um grande fidalgo italiano, seu confessado, de caminho para Allemanha, ao qual julgava natural que mostrassem o castello, e mesmo até o preso[1].

Aqui não deixaremos de aventurar uma supposição, posto muito gratuita. Não seria este jesuita o padre Manuel de Lima, que em mil seiscentos e trinta partiu para a India como missionario, que, passados alguns annos, veiu a Roma por terra, e a que o padre Matheus Storr, tambem da companhia, confessor do infante, e que o foi á hora da sua morte, se remette na carta que escreveu a el-rei, participando-lh'a, como pessoa de quem sua magestade saberia muitas partícularidades ácerca do triste acontecimento, ou porque as presenciasse, ou porque d'ellas houvesse noticia?

No principio de julho recebeu D. Miguel de Portugal um aviso do infante, por via de quem estava encarregado em Veneza de ser intermediario da correspondencia (Luiz Ramiro, suppomos), contando-lhe que o imperador o vendera ao marquez de Castello-Rodrigo; que o mandavam para o estado de Milão, com guarda de cincoenta mosqueteiros

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Collecção de S. Vicente, vol. XII, fol. 163. Mss.

e cincoenta cavallos, e que havia de transitar pela Valtelina. Dentro em pouco, chegou-lhe segundo recado do infante, ratificando o primeiro com um escripto em cifra, da sua mão, para que se tentasse livral-o na passagem.

Inteirado d'estes avisos, despachou o bispo de Lamego um correio a um fidalgo italiano, conhecido do infante, de quando servira no exercito cesareo, o qual se offerecera para o tirar aos guardas, no caminho, ou para lhe dar fuga do castello de Gratz, cidade onde, parece, já fôra, pois por elle escreveu o bispo duas vezes a D. Duarte; e, além de lhe despachar esse correio com os avisos, mandou-lhe o dinheiro que poude obter, e que julgou bastante para a empreza [1].

Este fidalgo, que era vassallo de sua santidade, chegou a Veneza em vinte e quatro de julho, já depois de haver partido o infante de Gratz para Milão, levando letras de quatro mil escudos, que se lhe haviam de entregar por ordem do bispo de Lamego, pelo menos, assim o participou dois dias depois a Pedro de Arce, secretario d'estado do governo de Madrid, Francisco Ugarte, encarregado dos negocios de Hespanha na republica, emquanto não chegava alli, para tomar o exercicio das suas funcções, o embaixador, marquez de la Fuente. A isto accrescentava o solicito ministro que não pudera alcançar o intento do recemchegado; e só que devia passar a Allemanha; d'onde concluia, visto já se haver, por meio de Veneza, tentado a liberdade de D. Duarte, que elle visava ao mesmo fim, se acaso se tinha sabido que o levavam do castello de Gratz para outro. Desperto por tal suspeita, ficava procedendo a indagações, e do que soubesse daria conta ao duque de Medina de las Torres, ao embaixador no imperio, o marquez de Castello-Rodrigo, e ao governador de Milão, o conde de Si-

[1] Bib. Nac. Mss., I, 2, 5, fol. 74 e 75, Carta do bispo de Lamego ao conde da Vidigueira, de 10 de agosto de 1642.

ruela[1]. A tentativa de livrar o infante, a que se refere Francisco Ugarte, como tendo-se negociado em Veneza, seria porventura a do duque de Parma, que se planeou n'aquelle tempo, ficando em nada[2], pela mudança do infante a Italia, ou a de um italiano, chamado Picini, que vamos referir, se é que não se devem applicar as palavras do documento unicamente a qualquer noticia que houvesse chegado ao ministro hespanhol da correspondencia com D. Duarte, e a seu respeito, por meio de Luiz Ramiro.

A tentativa de Picini foi a seguinte. Apenas o bispo de Lamego entrou em Roma, escreveu-lhe este de Veneza, onde morava, diversas cartas, pedindo em todas, com muitos encarecimentos, quizesse mandar alli um homem, com quem tratasse algumas materias relativas á conservação de Portugal, modo encoberto de expressar-se, que o bispo interpretou pela liberdade do infante, ou por algum grande favor que a republica desejava prestar ao reino. Obrigado pelas suas instancias, satisfez-lhe D. Miguel a vontade; conferenciou o mensageiro com Picini, e soube que versavam as suas offertas ácerca da dita liberdade, que elle diligenciaria, dando-se-lhe quatrocentas a quinhentas mil patacas, e duzentas e cincoenta mil para gastos e serviço do infante, porém sem que apontasse como se propunha alcançar tamanho resultado. N'este ponto, veiu o aviso ao embaixador portuguez de já ter sido levado para Milão o infante, e logo um pedido de reembolso de cinco ou seis mil cruzados da parte de Picini, que affirmava tel-os dispendido em preparativos, sendo verdade, segundo o bispo depois escrevia, que não fizera diligencia alguma, por exigir previamente o recebimento d'aquella quantia. Em julho, enviando D. Miguel a Veneza Fr. Luiz Coutinho, agostiniano, por causa

[1] Arch. de Simancas, Maço 3356. Mss.

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 367, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira, de 24 de junho de 1645.

do infante, e ainda talvez do offerecimento do fidalgo italiano, aproveitou a occasião para se informar ácerca de Picini, e soube que não era mercador, mas notario, com alguns filhos e pouquissima fazenda, e espia dos embaixadores[1]. Mais adeante, e em logar proprio, falaremos novamente de Picini, ao relatar outras suas propostas. Basta saber-se por ora que esta nem mesmo chegou a pôr-se em pratica, ou, se o acreditarmos, que apenas ficou em preparativos.

Assim utilisou o prelado portuguez no serviço do infante os oito mezes que até então haviam decorrido, desde que chegara a Roma, não mettendo em linha de conta os seis que esteve em França; devendo-nos ainda lembrar, como circumstancia aggravante, que a sua opinião era que, uma vez entrado D. Duarte no castello de Milão, se baldariam todos os projectos para lhe conseguir a liberdade. Pois, apesar d'isso, e de saber com antecedencia bastante que os hespanhoes o tentavam levar áquella cidade, portou-se com frouxidão e incuria tão censuraveis e prejudiciaes, no que talvez entrasse tambem a prudencia, fundada ou infundada, desenvolvendo só no fim uma solicitude tardia e inutil.

VI

Mais activas, mas pouco mais proveitosas, do que as do bispo de Lamego, foram as diligencias, a favor de D. Duarte, do novo representante, que o governo portuguez mandou

[1] Bib. Nac., Mss., I, 2, 5, fol. 31, Carta do bispo de Lamego ao conde da Vidigueira, de 20 de abril de 1643.

residir junto a Luiz XIII. A nove de abril de quarenta e dois partiu de Lisboa o conde da Vidigueira, D. Vasco Luiz da Gama, depois primeiro marquez de Niza, para ficar em França como embaixador, levando por secretario Antonio Moniz de Carvalho, que já acompanhara com o mesmo cargo, Francisco de Sousa Coutinho, na missão de Dinamarca e Suecia.

As suas instrucções teem a data de vinte e sete de março do mesmo anno, e n'ellas se trata muito especialmente do infante [1], como veremos. Além d'ellas, ha outras de caracter particular, feitas para o conde por Christovão Soares de Abreu, secretario, que fôra, da embaixada do monteiro-mór. Diz-se ahi que o objecto que mais ha de levar toda a attenção do conde é a liberdade do infante, porque se dará com isso um grande mate aos hespanhoes; que não é elle facil, visto já os mesmos estarem prevenidos; mas que os animos grandes e generosos cumpre empregarem-se no mais difficil, maiormente quando resultará tanta gloria da empreza; e que escreva logo ao embaixador que está na Suecia, a quem tocam mais estes officios e negociações, pela influencia que exercem na Allemanha os exercitos victoriosos d'aquella monarchia. Notaremos, de passagem, antes de proseguirmos, que, ao tempo em que estas advertencias se podem julgar escriptas, não havia embaixador portuguez na Suecia, pois Francisco de Sousa Coutinho partira a dez de outubro do anno antecedente para o reino, e Rodrigo Botelho, que lhe succedeu, ainda alli não estava; podendo-se d'aqui inferir que ás ditas instrucções cabe data anterior, ou muito pouco posterior á partida de Francisco de Sousa, e que a enviatura do conde da Vidigueira estava desde então assente.

A quatro de maio desembarcou o conde na Rochella, onde o grão-prior de França o recebeu muito bem; e, sa-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxxi, no principio.

bendo d'elle que o rei christianissimo marchara a sitiar Perpinhão, seguiu em busca da côrte, atravessou grande parte do reino, e parou em Narbona, proximo da qual se achava doente Richelieu, de uma enfermidade que trouxera do exercito. D'esta cidade foi com Luiz XIII, que tambem viera doente do exercito, e com o cardeal para Avinhão, e d'aqui para París; morrendo, porém, entretanto, a rainha mãe, e, detendo-se o rei alguns dias em Fontainebleau, só depois de sua magestade voltar á capital, é que o conde alcançou a primeira audiencia, o que teve effeito a dezesete de agosto, isto é, depois de ir o infante em viagem para Milão.

As contrariedades, que experimentou na sua embaixada o conde da Vidigueira, foram de consequencias fatalissimas para D. Duarte. Apesar d'isto, não ficou n'esse intervallo ocioso, antes, se poz em activa communicação com as pessoas que mais interessavam na causa do pobre principe, e com alguns ministros de Portugal nos paizes estrangeiros, entre os quaes se contam, logo pouco depois da sua chegada, o bispo de Lamego, que estava em Roma, D. Antão de Almada, em Inglaterra, Francisco de Andrade Leitão, em Hollanda, e Duarte Nunes da Costa, em Hamburgo. Mas, emquanto se occupava n'esta correspondencia, sem poder ser recebido solemnemente pelo rei de França, chegou-lhe a triste noticia de que o imperador entregara D. Duarte aos hespanhoes, vendendo a sua honra e a do paiz por quarenta mil escudos. Indignado e instigado por tanta villania e barbaridade, cujas funestas consequencias não deixaria de prever, ao menos em parte, o conde desenvolveu ainda maior actividade do que até então, e procurou por todos os modos annullal-as. Um dos recursos que tentou foi appellar para a opinião publica da grave injuria que soffria o irmão do rei de Portugal, imaginando que a voz da justiça sobrelevaria a tumultuaria e desenfreada grita dos interesses politicos. Determinou portanto a Antonio Mo-

niz de Carvalho que compozesse um manifesto em latim, n'esse sentido, e da maneira que o infante apontara; e escreveu, com o mesmo proposito, aos embaixadores em Hollanda e em Roma. Quanto ao residente em Inglaterra, Antonio de Sousa de Macedo, já estava cuidando do mesmo objecto, a pedido do infante; mas tambem d'elle se não esqueceu o conde da Vidigueira. Ao passo que tomava taes providencias, punha espias em logares convenientes; escrevia a Francisco de Andrade Leitão, a Duarte Nunes da Costa, e a Jeronymo Nunes da Costa, seu filho, sobre um projecto que ignoramos qual fosse; procurava informações do mencionado Duarte Nunes da Costa, sobre os meios de tirar o infante do captiveiro, para o que este lhe lembrava dois: peitas, e troca de prisioneiros; para o primeiro dos quaes serviria perfeitamente Fernando Brandão, se o conduzissem a Napoles, como então se suppunha, e, para o segundo, a influencia do governo francez[1]; tratava com o ministro dos suissos em Paris para conseguir do que estava em Veneza, que fizesse, mediante dadivas e promessas, com que os banidos o tirassem das mãos dos guardas, no caminho; e pedia ao mesmo governo cartas, a fim de que o seu representante no paiz dos grisões, por onde elle devia passar, tentasse egual empreza. Mas tudo era inutil ou tardio: a sorte do infante estava irremediavelmente decidida!

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 2, fol. 136, Apontamentos com a data de 23 de agosto de 1642.

VII

Meditando em quanto havemos escripto ácerca d'este primeiro periodo das desgraças de D. Duarte, que abrange todo o tempo que esteve preso em Allemanha, ou o espaço de dezeseis mezes, experimenta-se uma sensação desconsoladora, uma frialdade n'alma, ao imaginar o quasi abandono, a que parece foi votada a sua causa, tão digna de interesse para todos os homens de coração, e sobretudo para os portuguezes.

Que segurança illimitada, ou que descuido inqualificavel atava os braços á côrte de Lisboa, e aos seus representantes, emquanto Hespanha minava e trabalhava incessantemente até chegar ao exito desejado? Poderia acaso ignoral-o, ou, sabendo-o, conservar-se impassivel? E porque havia da parte do infante a mesma ou quasi a mesma apathia? O que esperava elle? Porque não se queixava, porque não pedia, porque não protestava, como fez nos ultimos tempos, quando conheceu que fôra completamente sacrificado por Fernando III ao rei catholico? Porque só então despertou, como aconteceu ao governo de Portugal e aos seus embaixadores? Por depositarem, e, a nosso ver, esse foi o grave erro de um e outro, por depositarem demasiada confiança nas promessas do monarcha allemão, e no partido e pessoas que sustentavam no imperio a nossa causa e a do irmão de D. João IV; sendo provavel que a enviatura de Fr. Fernando de la Houe tivesse por um dos fins, talvez o maior, em Allemanha, já o dissemos, aproveitar esses partidarios. Mas a desgraça do infante não proveiu unicamente da boa fé; procedeu sobretudo do desleixo

do gabinete de Lisboa, e, quem sabe, se da contrariedade de alguem que n'elle influia, talvez mesmo da rainha, a qual, segundo já vimos, pelo testemunho do segundo conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes, temia a influencia que o infante podia exercer junto de D. João IV, se voltasse ao reino, e não disfarçava a sua má vontade todas as vezes que se falava n'elle[1]. Com effeito, se o governo, logo depois do monteiro-mór voltar ao reino, enviasse para França o conde da Vidigueira, como parece tencionou fazer, talvez que as suas negociações conseguissem o que se pretendia; porque no conde e em Fernando Brandão vemos os dois homens mais proprios para o intento. Mas, em vez d'isso, deixou ao desamparo a embaixada de França, a mais importante de todas, durante o longo espaço que vae de junho de quarenta e um até maio do anno seguinte, a d'ahi a dois mezes o infante partiu para Milão; mas, em vez d'isso deixou abandonada a missão diplomatica de Suecia, desde dez de outubro de quarenta e um, e, só pouco antes da sua transferencia a Italia, esteve para mandar residir em Stockolmo Antonio de Sousa Tavares, do que desistiu por ella se realizar[2]. A de Inglaterra ficou, desde o principio de quarenta e dois, entregue aos cuidados do residente Antonio de Sousa de Macedo, capaz de interessar-se pelo infante, porém muito longe do theatro dos seus infortunios, e em côrte pouco influente n'elles. A de Hollanda, tambem no mesmo caso, passou, depois de partir Tristão de Mendonça, o que occorreu em egual epocha, a ser occupada por Francisco de Andrade Leitão. De maneira que o unico representante portuguez, mais ao facto dos acontecimentos, e mais proprio para lhes acudir com remedio, foi, durante muitos mezes, até de-

[1] *Historiarum Lusitanarum ab anno 1640 ad 1657.* Ulyssipone. 1737. 4.º.

[2] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Christovão Soares de Abreu, Tomo III, fol. 263.

zembro de quarenta e dois, isto é, até pouco depois da passagem de D. Duarte a Italia, o bispo de Lamego, e este já sabemos como empregou bem o seu tempo.

Só uma coisa diminuiria a culpa do governo portuguez, e explicaria imperfeitamente a inercia do illustre encarcerado, e a improficuidade da missão de Fr. Fernando de la Houe: a vontade do infante. «E quanto a imputar-me, escreve elle, defendendo-se de certas arguições com que o gravaram no seu processo, que eu quiz fugir da prisão, digo que é falsissimo. Pudera-o mui bem fazer em Allemanha, onde... foi de tal fórma, que a fuga estava na minha mão; porém, fiado na minha innocencia e na justiça que acreditava se me fizesse, esperava serem estes os meios da minha liberdade, e esta esperança foi a maior cadeia da minha prisão. É verdade que, se pudera antever ou pensar o que tenho padecido, eu houvera tomado outra resolução, porque fugir as perseguições é doutrina do Evangelho» [1]. Se assim é, se o infante esperava tanto da sua justiça, e se D. João IV ordenou a Fr. Fernando de la Houe que se conformasse em tudo com a sua vontade, para os passos que tinha de dar, como depois succedeu da segunda vez que o enviou de Portugal, a tratar da sua liberdade, certo que menos responsabilidade cabe a el-rei e á côrte de Lisboa, e melhor se entende o nenhum fructo da missão do religioso dominico.

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Protesto do infante contra o seu processo.

VIII

A tamanho descuido da patria, ou antes do governo, respondia o infante com o maior affecto, pagando o mal com o bem, porque o amor não sabe contar as offensas.

Existem umas lembranças a respeito do que era conveniente a Portugal, para resistir a Hespanha e conservar-se, feitas, segundo se diz no documento, por D. Duarte. Da sua leitura mostra-se que não foram escriptas logo depois da restauração. A inteireza e patriotismo que respiram não desdizem dos nobres sentimentos do illustre preso, cujo coração nunca deixou de palpitar enthusiasta pelo seu paiz, ao qual veremos, no decurso d'esta historia, prestar o soccorro da sua experiencia, com muitos conselhos aproveitaveis. Não seria portanto extranho que lhe offerecesse mais estes. Inclinamo-nos mesmo a este lado, e a que são do periodo da sua prisão em Allemanha, posto não saibamos especialisar-lhe a data: por isso os pomos aqui em resumo, primeiro que elle diga adeus para sempre ao imperio. Se porém estas lembranças não lhe pertencem, ainda provarão uma coisa digna de considerar-se: a influencia do nome do infante em Portugal, tamanha, que o auctor d'ellas o invocou para auctorizar o seu escripto.

Em todo o caso aproveitemol-as.

Sente o infante não ter podido passar ao reino, apenas se effeituou a restaração, porque alentaria com a presença e experiencia os soldados, além de que se evitaria assim alguma novidade, por causa da occupação do posto supremo. Aconselha a el-rei que proceda com muita cautela no provimento dos officios, distribuição dos favores, e admi-

nistração da justiça, porque n'estes primeiros acertos ou se ganha ou se perde tudo; que mande lhe assista, sem nome de privado (por ser abominavel) o marquez de Ferreira; que, quando a obrigação acompanha o merecimento, fica sendo premio do zelo e divida do talento. Pondera que o conselho d'estado, de que os mais teem dependencia, por natureza compete aos melhores do reino, e tambem, por accidente, aos que com a casa de Bragança teem alguma razão de parentesco; e que o conselho de guerra pertence aos que militaram. É de parecer que os capitães de cavallos sejam os que serviram em Flandres, e, não os havendo, os que serviram em Africa, pois, ainda que n'esta parte se peleje com differentes armas, é circumstancia que com pouca disciplina se ha de supprir; que os capitães de infanteria sejam dos que serviram no Brasil, porque, havendo arrostado as forças de tão grande inimigo, como o hollandez, e seus ardis, darão d'elles noticia, e do valor com que lh'os impugnaram; que, se se proverem n'algumas fronteiras os cargos de capitães-móres em pessoas, cujo sangue e fidelidade mereçam confiança, se lhes ponham por adjuntos, no caso de não serem experientes na guerra, soldados praticos, prudentes e animosos, que, a seu exemplo, terão, em breve, quem, nas emboscadas e acommettimentos, os acompanhe; que o começar ha de ser com o maior poder, e o resistir com o que houver; que a gente de guerra antes seja pouca e bem paga, que muita e mal contente. Lembra que Hespanha, apesar de ter muitas forças, tem tambem muitos postos em que as empregue, e, dos muros a dentro, novos e poderosos inimigos, pelo que, privada dos soccorros de Portugal, contra o qual ha de prevenir novas tropas, e egualmente contra o principado de Catalunha, e para a conservação de Navarra, devem os portuguezes prometter-se feliz successo; além de que, os campos de Andaluzia, cultivados até agora com os vassallos do reino, e as minas de prata com os negros de Angola,

de que carecem, ou lhe hão de entreter gente, ou faltar-lhe com os interesses, e, sem estes, e com aquelles empenhos, não pode concluir jámais a guerra de Flandres, que hoje está pedindo a mesma assistencia; que, supposto de tão briosa nação, como a portugueza, se não espere acção prejudicial á sua lealdade, deve-se ter cuidado em serem os officiaes de guerra, superiores e inferiores, pessoas fieis, e em prohibir com muita cautela a communicação de Hespanha, porque el-rei Filippe recompensa mais os alvitres que o valor, e não lhe hão de faltar intelligencias, com que pretenda inquietar os animos; nem será esta a primeira vez que o demonio offerece o que não é seu pela adoração que lhe não cabe; do que é bom exemplo, aprendido á nossa custa, Filippe II, quando premeditou a sua entrancia em Portugal com as commendas, que os reis portuguezes haviam instituido para differentes effeitos, grangeando a investidura d'elle, sendo alheio. Aconselha a el-rei que saiba o nome dos fidalgos e nobres para ser d'elles amado como pae, e obedecido como soberano, informando-se de pessoas, sem suspeita, dos que sem ella o podem servir, e mandando apparecer ante si os que commodamente o possam fazer, para que o exame acredite a informação, sem se descuidar dos que, no posto mais arriscado, o estão servindo, e recommendando a todos a obediencia dos superiores; que não consinta impedirem aos queixosos que o vejam, porque ha enfermidades que se curam com a vista do medico, e o officio dos reis, que tambem é officio, é ouvir a todos, despachar aos que o merecem, e desenganar a alguns; que ao soldado, que notoriamente se adeantar aos mais no serviço, não lhe seja necessario pedir a remuneração d'elle; que o premio caminhe tanto como o valor, e que se antecipe o despacho ao requerimento, pois com isto se auxiliam os animos para as acções mais difficeis; que, se lhe disserem que convem á auctoridade real ser visto poucas vezes, não o creia, porque Deus, emquanto Deus, assim o

fez, mas, logo que se tornou homem, buscou homens com que se communicasse; que não se satisfaça de ser amado por fé, mas logre os applausos da sua venturosa acclamação da bocca de seus vassallos, porque a meiga acceitação de tão leaes vontades não offende o acatamento á regia soberania, e, assim escusará imposições, que os officiaes da sua casa procurarão pôr sobre as entradas d'ella; que só exigia dos pobres o que elles quizerem, e dos ricos menos do que puderem, emquanto o patrimonio real, e os bens da corôa, e da casa de Bragança, com seus erarios e depositos bastarem para a fomentação da guerra, porque tudo isto se ha de gastar primeiro que o dos particulares; que, se alguns ministros pretenderem, a titulo de lealdade e zelo, impor tributos e fintas, se pode presumir que é intelligencia de inimigos para com a violencia da cobrança dividir os animos, que se acham tão conformes na feliz restauração da corôa portugueza; que, se não bastar o donativo voluntario, patenteie a necessidade aos seus vassallos, e fie de quem lhe restituiu o throno que lh'o saberá conservar, porque maior difficuldade se venceu na sua venturosa acclamação, do que se vencerá na resistencia aos contrarios; que os castellos se reedifiquem por conta dos alcaides-móres, conforme a ordenação do reino, e não pela fazenda real, pois não tem d'onde sem prejuizo dos pobres. Diz que ha poucas armas, porém que essa falta já estará remediada, porque os officiaes do reino não devem fazer outra coisa senão trabalhar no seu fabrico, e os mercadores devem ser obrigados a trazel-as de fóra com os seus interesses; e que, se não houver dinheiro se lhes satisfaça em prestações. Lembra a el-rei que arme seu exercito, com o que dará que receiar e não que cubiçar ao inimigo, porque, tendo-o luzido e desarmado, lhe despertará o animo com o interesse; que cumpre manter as fronteiras de Hespanha só com gente paga, porque as continuas vigilias e rebates, e a promptidão que a guerra requer,

não consentirão que os pobres trabalhem em seus officios, com o que padecerão grandes necessidades; que as proveja de infanteria, para os logares, e de cavallos, para a segurança dos campos, visto que, sem elles, não se conservarão os logares dois annos; e que faça muita mercê aos que servirem a cavallo nas fronteiras á sua custa, por ser posto muito arriscado[1].

IX

Vendo augmentar-se, cada vez mais, o perigo, o infante não se limitava a procurar o auxilio dos extranhos; tentava egualmente, por si mesmo, vencel-o. Já nol-o disse Navarro. Ignoramos, porém, se a representação de que elle fala na carta ao conde-duque, como apresentada ao imperador, em nome de D. Duarte, pelo conde Slich, é a mesma que D. Duarte incumbiu então, ou proximamente, ao padre Sinabel. Nas instrucções que deu a este recommenda-lhe o infante, que, apenas chegue a Vienna, peça audiencia a sua magestade cesarea, e, em seu nome, lhe exponha o seguinte: Que deixou Portugal unicamente com o intuito de o servir, o que fez durante sete annos; que, sabida a revolução portugueza, não se recolheu a logar seguro, como poderia, antes se deixou ficar sob a protecção de sua magestade; que, sendo preso, lhe prometteu sua magestade, por varias maneiras, não o entregar a outrem; que lhe constava queria proceder de modo contrario, o que não merecia a sua innocencia, nem era de esperar de sua ma-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 609. Mss.

gestade, depois de ter empenhado a sua palavra; que, ainda que fosse seu inimigo, sua magestade o devia proteger, quanto mais tendo-o servido tanto; que d'aqui não resultava bem algum á questão de Portugal, antes, se augmentava o incendio com semelhante procedimento; que sua magestade não devia ser parte na causa em que talvez ainda fosse arbitro, com grande utilidade para toda a casa d'Austria, e para si; que, tendo-o sob o seu dominio, o poderia entregar, quando fosse da sua vontade, ao passo que, entregue, não o poderia conservar n'elle; que, se era para a recuperação do reino, o seu auxilio seria melhor do que outro qualquer, e, se não era, o que não acreditava, não havia conveniencia alguma em o tratar d'este modo, mas sim em ser bem tratado, principalmente não se offerecendo pretexto, que, sem offensa da corôa, obrigasse sua magestade a largal-o das suas mãos; que não recusava ficar preso sob o poder de sua magestade; que renunciava qualquer via de liberdade, se de sua magestade não viesse directamente; e que, por estas razões, pelo bem publico, e pelo da casa d'Austria, o devia conservar como estava[1].

Sinabel ha de ser o jesuita, de quem o infante diz a Duarte Nunes da Costa, participando-lhe a sua venda aos hespanhoes, que foi a Vienna, e lançou em rosto ao imperador, com feias côres, a sua vergonhosa acção, pondo-lh'a a cargo da consciencia. Antonio de Sousa de Macedo assevera-o claramente, na *Lusitania liberata*, pelos seguintes termos: «Um entre os outros (jesuitas) Seriahel, ardendo no zelo da justiça, compareceu ante o rei de Hungria, e, ante elle, attestou Deus, pela sua offensa, attestou os homens, pelo seu escandalo, attestou a Allemanha, pela sua quebrada liberdade.» Antonio Moniz de Carvalho, na *Innocentis et liberi principis venditio*, refere o facto, e pelas mesmas palavras. Birago não o relata, e só allude a elle, na carta de seis de agosto

[1] Bib. de Evora, Mss. 106, 2, 9, fol. 102.

de quarenta e dois, que traz na sua obra, como escripta pelo infante a um ministro do imperador, indo já em caminho para Milão, carta cuja procedencia em breve analysaremos. Tambem não historia os serviços e assistencia dos membros da companhia, que o proprio infante confessa, e a que se mostra agradecido. Talvez para alguem esta omissão se explicasse pelo antagonismo, tantas vezes manifesto, entre os jesuitas e a ordem de S. Domingos, a que pertencia o verdadeiro auctor da *Storia di Portogallo,* Fr. Fernando de la Houe. Não nos atrevemos á affirmativa, posto nos pareça impossivel que, por descuido ou ignorancia, se commettesse esta falta.

Mover-nos-hia alguma duvida, quanto á data das instrucções a Sinabel, allegar o infante que o seu braço e a sua influencia poderiam ser empregados em vencer a revolução de Portugal; mas isto não é razão sufficiente para recuar a mesma data até á epocha em que, mal informado dos successos, elle julgava um bem, para a patria e para o irmão, reduzir as coisas ao antigo estado, como acontece ácerca dos outros offerecimentos que fez em egual sentido, logo depois de preso em Ratisbona. Estes offerecimentos, que, ao principio, resultaram do seu falso modo de pensar, originado da ignorancia, e da triste situação em que se via, continuou a repetil-os depois, como repetiu varias vezes as mostras da sua fidelidade ao governo de Filippe IV, não por convicção, mas por conveniencia, embora lhe repugnasse profundamente, para o que havia um motivo muito grande; afóra outros: não se desdizer do procedimento anterior, levantando contra si gravissimas suspeitas.

A esta enviatura juntou ainda o infante outra diligencia, mais efficaz e valiosa, para ficar no imperio: offereceu a um dos ministros allemães, se o conseguisse, trezentos mil florins[1]. Mas tudo foi baldado.

[1] Bib. de Madrid, Mss., Codice H, 74, Carta de Navarro ao conde-duque... de 26 de agosto de 1642.

X

Emquanto se preparavam estes meios tardios e pouco seguros de livrar o infante, ou de, ao menos, o reter em Allemanha, o marquez de Castello-Rodrigo caminhava a passos firmes no caminho que encetára para a sua perdição, não poupando expediente algum, por barbaro que fosse. As suspeitas de ser connivente D. Duarte na restauração de Portugal apoderaram-se do seu espirito, e offereciam-lhe pretexto para o perseguir, e ás pessoas que, mais ou menos proximamente, estavam em relação com elle. A um pobre homem, ou creado seu, ou seu affeiçoado apenas, mas cuja profissão era ou tinha sido dentista (o seu barbeiro talvez, o que vimos levára do reino em trinta e oito), lançou-o n'uma prisão escura, evidentemente para obter revelações que compromettessem o principe portuguez. Da prisão conduziram-o para casa do algoz, onde ainda se achava nos fins de julho, pouco depois da partida do infante para Milão. Atormentaram-o duas vezes, com tamanha barbaridade, que ficou aleijado de ambas as mãos, a ponto de as não poder levar á bocca; e para lhe arrancarem a confissão que desejavam, prometteram deixar-lhe a vida e recompensal-o, se dissesse quanto sabia, no que elle condescendeu, vencido naturalmente dos tratos e do medo, promptificando-se a fazel-o ao confessor da imperatriz, o padre Quiroga, um dos mais desalmados perseguidores do infante, como vimos[1]. O marquez de Castello-Rodrigo, em officio de dezeseis de ju-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B., pag. 621, Carta (de D. Damaso?) a Duarte Nunes da Costa, de 24 de julho de 1642. Mss.

lho de quarenta e dois, ao seu governo, fala n'um velho que mandara prender por causa de D. Duarte, e que ainda não fôra posto a tormento; e n'outro, de dez de setembro, dá os signaes do mesmo velho, que a esse tempo já tinha sido desterrado dos dominios de ambas as magestades, cesarea e catholica, para que o conhecessem, e devidamente se castigasse, no caso de voltar a elles[1]. Seria o mesmo dentista, ou barbeiro, ou seria outro?

Taes perseguições amedrontavam os amigos do infante, mesmo os que, pelo seu caracter ou posição, se criam mais a coberto de experimental-as, e, entre elles, um religioso que entrava nos seus negocios, e muito o estimava. Já a elle nos referimos, ao historiar a missão de Fr. Fernando de la Houe, como sendo D. Damaso Cardoso. Correspondia-se com D. João IV e com Duarte Nunes da Costa, de quem recebia dinheiros, que empregava no serviço do infante. Depois da prisão d'este, foi eleito procurador geral da sua provincia em Roma, porém, querendo ficar em Allemanha, e ajudal-o, apenas teve noticia da eleição, apressou-se a renunciar o cargo, chegando, levado da mesma causa, a pedir por mercê ao geral da ordem, quando alli esteve, que não contasse com elle para coisa nenhuma, que o obrigasse a sahir d'onde se achava, fineza que D. Duarte agradeceu muito, rogando-lhe, por amor de Deus, que o não abandonasse. Este religioso, apesar da qualidade da sua pessoa, julgava-se pouco seguro em Allemanha, e com fundamento, vendo praticar tantas crueldades ao imperador, movido pelas machinações do marquez de Castello-Rodrigo; e, por isso, desejava partir do imperio e livrar-se da presença de tão duros e odiados inimigos[2].

[1] Arch. de Simancas, Maço 2343, fol. 5 e 43, Consultas do Conselho de Estado, feitas em Madrid, a 18 de novembro e 11 de dezembro de 1642. Mss.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, tom. 4 B, pag.

Não se esquecia pois o marquez de Castello-Rodrigo da sua pobre victima, porém, as suas diligencias principaes consistiam em fazel-o deixar Allemanha. Já pelo mez de dezembro de quarenta e um, tratava de dispor a sua mudança para os estados de Filippe IV, escrevendo para isso ao duque de Medina de las Torres, e ao conde de la Roca[1]. Em fevereiro do anno seguinte, continuava no mesmo intento, e a ida de Navarro para Gratz não lhe foi indifferente[2]. Então, ou pouco depois, de ordem do governo hespanhol, que lhe transmittira o marquez, o conde de Siruela, governador e capitão general de Milão, escrevia ao conde Francisco Casate, ministro de Hespanha no paiz dos grisões, para negociar com elles a passagem do infante por alli, debaixo de toda a segurança, e a faculdade de estar nos logares, onde se precisasse fazer alto, uma companhia de cavallos de guarda. Concedida a passagem, o conde de Siruela não se contentou com isso, e mandou, de proposito, uma pessoa para assental-a com todas as cautelas, de modo que ninguem se atrevesse a favorecer a liberdade do preso, e até lembrou, como mais conveniente, que elle fosse escoltado por mil cavallos, que haviam de transitar pelo estado de Milão, e que tinha promptos o marquez de Medina de las Torres; mas porque a archiduqueza Claudia talvez não quizesse permittir o transito d'esta gente pelo Tyrol, escreveu ao marquez de Castello-Rodrigo, que a ordem de sua magestade catholica presuppunha enviar o imperador a D. Duarte até Inspruck, e, no caso de negar a archiduqueza o passo aos mil cavallos, que o daria ao menos para uma boa escolta, que o acompanhasse

621, Carta de (D. Damaso?) a Duarte Nunes da Costa, de 24 de julho de 1642. Mss.

[1] Arch. de Simancas, Maço 2343, fol. 19, Consulta do Conselho de Estado de 5 de abril de 1642. Mss.

[2] Bib. de Madrid, Mss., Codice H, 74, Carta de Navarro ao conde-duque, de 26 de agosto de 1642. Mss.

pelo seu estado, até ao primeiro logar dos grisões, d'onde seria facil conduzil-o a Milão. Estas diligencias approvou o governo de Madrid, recommendando ao marquez que, a não ser com toda a segurança, não se transferisse o preso, pelo damno que resultaria da sua fugida[1].

N'estes e n'outros preparativos se foi gastando o tempo, assim como em desfazer as negociações do infante contra a sua entrega, e a opposição de muitas pessoas, no imperio, a um acto tão vergonhoso, opposição em que se tornaram salientes os membros da companhia de Jesus, cujo empenho para estorval-o, ou sequer retardal-o, se tornou digno de memoria[2]. Não houve porém forças que demovessem Fernando III. Faltou-lhe constancia para defender o innocente, confiado na sua palavra e protecção; mas teve-a, até ao fim, para permanecer fiel no crime e no perjurio. O marquez de Castello-Rodrigo conseguiu afinal os seus desejos!

Não era menos zeloso, do que os ministros de Hespanha, o doutor Navarro em guardar o infante na cidade de Gratz, onde já vimos como peorou a sua situação. Aqui renovam-se as exaggerações de que atraz falámos. D'esta vez, é Antonio de Sousa de Macedo, na *Lusitania liberata,* que se encarrega de transtornar os factos já de si bastantemente feios e censuraveis. E de que maneira? Dizendo que o infante, logo depois de vendido, o levaram preso com cadeias para casa de Navarro, sendo entregue á mulher d'elle, que oxalá fosse como a de Pilatos, e sujeitando-o ás grosserias de seus creados, que tinham ordem para o insultar, quando os chamasse. O auctor da *Lusitania*

[1] Arch. de Simancas, Maço 2356, Carta do conde de Siruela a Filippe IV, de 19 de abril de 1642, e Consulta do Conselho de Estado sobre ella, de 12 de setembro de 1642. Mss.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, tom. 4 B., pag. 609, Carta do infante a Duarte Nunes da Costa, de 10 de julho de 1642. Mss.

liberata chega até a fazer, n'esta obra, uma especie de parallelo do nosso personagem com Christo, seguindo os passos da sua paixão, as perseguições, a venda, etc., e o ponto que citámos obedece a esse plano. O mesmo parallelo faz, em parte, Birago, referindo-se tambem a este tempo. Provemol-o com as suas palavras: «De tal maneira enganado, o infante jazia na sua prisão, na qual consolando-se com o exemplo de Christo, Nosso Senhor, procurava alliviar os seus soffrimentos, considerando que em muitas coisas se dignava sua Divina Magestade querel-o por seu imitador: padecia innocentemente; erravam todos os seus; fôra vendido, senão por trinta dinheiros, ao menos por trinta mil de contado, que têem analogia com os trinta; recebia dos ministros da justiça e da vil canalha injurias e offensas grandissimas».

A verdade, porém, é que o infante sahiu directamente do castello de Gratz para Milão, e que Navarro assistiu no mesmo castello, ou na cidade, para assegurar a sua guarda, desde fevereiro, em que chegou, até á hora da partida[1]. É mais uma das falsidades que, então e depois, se commetteram, para excitar maior piedade a favor do infante, e a que talvez mesmo elle não fosse ás vezes alheio, como se parece colher, entre outros logares, da sua carta ao bispo de Lamego, de doze de março d'este anno, onde os rigores que soffria são engrandecidos, ou pelo excesso da paixão, ou para se tornar mais credor de lastima. Que Navarro estreitou a sua prisão, e foi mandado para Gratz com o fim de vigial-a, n'isso concordam os documentos; e é crivel; mas que tratassem o infante, na cidade styria, peor do que os que viviam no fundo das masmorras dos turcos, segundo este diz n'aquella carta, suppomol-o insustentavel, e um requinte de barbaridade inutil. O que as-

[1] Bib. de Madrid, Mss., Codice H, 74, Carta de Navarro ao conde-duque, de 26 de agosto de 1642.

severa Macedo é mais do que insustentavel, é impossivel, é ridiculo. Navarro, querendo guardar melhor D. Duarte, tirava-o do forte castello de Gratz, e punha-o em sua casa, não sabemos se unicamente para ter o gosto de o ver insultar por sua mulher e servos!

Repetimos, o infante não sahiu d'onde estava; e, tanto continuou sob a auctoridade do conde de Atristain, e não se mudou á de Navarro, embora este velasse pela sua maior segurança, que foi o conde quem o entregou ao commissario do imperador, o barão de Stubemberg, o qual o conduziu, como veremos, até aos limites do imperio. O governo de Vienna é que representou, pelo menos ostensivamente, o primeiro papel, na prisão e perseguição do infante, emquanto residiu em Allemanha, posto saibamos perfeitamente que os hespanhoes dominavam, de um modo quasi absoluto, na côrte de Fernando III, e que sempre o vigiaram muito de perto, influindo poderosamente nas medidas tomadas contra elle. Não encobrimos que Birago escreve: «pelo que, desonerado da sua guarda o governador de Gratz, foi confiado ao doutor Navarro»; mas aqui, como em outros pontos, julgamos que alterou os factos com o mesmo intuito de Macedo. Birago attribue ainda a culpa de tudo quanto padecia D. Duarte ao confessor da imperatriz, o padre Quiroga, o que era opinião corrente entre os mesmos hespanhoes, diz elle; posto não se soubesse explicar essa animosidade ao principe portuguez, a não ser por não o adorar, como faziam os outros. Faltam motivos para negar a parte de Quiroga nas desgraças do infante; não o carregamos, entretanto, com a responsabilidade de todas, nem outro qualquer dos seus perseguidores, porque, se nas providencias contra elle podiam mostrar-se mais ou menos rigorosos, é necessario advertir que, na maioria dos casos, essas ordens não provinham da sua iniciativa, mas sim do governo de Madrid.

O infante era um preso da maxima importancia, e cum-

pria guardal-o com toda a precaução. A sua influencia pessoal, a dos seus amigos e partidarios, a do rei seu irmão, a dos alliados de Portugal, os varios meios que a seu favor se poriam em pratica, o desejo que havia de libertal-o, do que já se tinham dado algumas demonstrações, a cholera de Hespanha contra a casa de Bragança, que lhe tirara um reino tamanho e tão valioso, e o odio que o conde-duque votára á dita casa, e, em particular, ao preso, tudo isto, afóra o interesse de alguem, eram outras tantas razões para que Navarro, e as pessoas encarregadas da sua custodia se não descuidassem de velar com a maior solicitude por tão precioso thesoiro, não falando nas recommendações da côrte de Madrid, que, já de si, eram sufficientes. Demais, para atormentar um homem de alma tão delicada, como D. Duarte, bastavam, além dos males provenientes da sua qualidade de preso, as precauções e desconfianças de que se via alvo, as sentinellas que o vigiavam, a estreiteza do carcere, as suspeitas concebidas a seu respeito, os testemunhos que lhe levantavam, as palavras contra o seu paiz, e o que era, ou elle julgava, desconsideração, principiando pela escolha de Navarro, pessoa, a seu ver, de baixa esphera para guardal-o. N'isto consistiam, acreditamos, muitos dos seus verdadeiros tormentos e as suas cadeias.

Uma d'essas providencias, que faziam brotar os maiores queixumes da alma do infante, foi a que se deu, mesmo quasi nas vesperas de partir para Milão. Acreditou Navarro que havia, entre os seus familiares, quem lhe servisse para algumas correspondencias, e, como remedio apropriado, ordenou que o padre Taifol, jesuita, seu confessor, não o acompanhasse; que Arthur Peres, um dos seus creados, que era cavalleiro e queria ir servir no exercito, sahisse de Gratz; e que João Paulo Seraphim, natural, conforme se cria, de Nuremberg, seu secretario, ficasse detido no castello, durante tres semanas, depois da

partida[1]. Imagine-se qual a sensação produzida por tão asperas determinações no infante, e quaes as suas queixas, vendo-se privado do consolo espiritual, em que tanto se aprazia e retemperava na desdita, e de dois servos, um d'elles tão intimo!

Vencida a batalha, o marquez de Castello-Rodrigo, tendo arranjado com difficuldade, por causa das urgencias da fazenda, os dezeseis mil thalers, que sua magestade catholica destinára á viagem do infante, determinou a Navarro que fizesse uma relação de quanto era necessario para ella se executar seguramente, e enviou-lhe o que pedira, assim como instrucções da maneira porque havia de proceder, pois a Navarro se incumbira acompanhar sua alteza. Chegou tudo, e egualmente as competentes ordens de sua magestade cesarea, a Gratz, a dez de julho.

Navarro emtanto não se descuidava nem perdia tempo. Requisitou da Croacia a gente que devia escoltar D. Duarte, e o conde de Warcemburgo, vice-rei d'aquelle paiz, forneceu-lhe uma companhia de cavallos, e vinte e cinco infantes, que, juntamente com os quinze, que se destacaram do castello de Gratz, perfizeram o numero de quarenta, determinado por sua magestade. Pediu, outrosim, que se lhe enviasse um commissario imperial, para que nos paizes hereditarios obtivesse todo o auxilio preciso, e se encarregasse da custodia de D. Duarte. O imperador nomeou, para tal fim, ao barão de Stubemberg, cavalheiro da Styria, e o mais rico d'esta provincia[2].

[1] Bib. de Madrid, Mss., Codice H, 74, Carta de Navarro ao conde-duque de 26 de agosto de 1642.

[2] Arch. de Simancas, Maço 2343, fol. 5, Consulta do Conselho de Estado feita em Madrid a 18 de novembro de 1642. Mss.

Bib. de Madrid., Mss., Codice H, 74, Carta de Navarro ao conde-duque de 26 de agosto de 1642.

XI

Conhecedor o infeliz principe da quebra de palavra de Fernando III, e de que, em breve, seria levado a Italia, escreveu, afflicto e consternado, em dez de julho, ao seu correspodente, Duarte Nunes da Costa, participando-lhe a triste noticia, e pedindo-lhe protecção.

«Esta servirá, dizia elle, para advertir de como o imperador vendeu ao principe de Bragança aos castelhanos, por quarenta mil thalers, e logo o embaixador deu trinta mil. Partirá para Milão a quinze d'este, e o levam com um tratamento, como costumam fazer aos salteadores de caminhos e facinorosos ladrões; e as estatuas de D. Francisco de Mello e embaixador se olvidam de queimar em Portugal!

«O imperador não quiz ouvir razão alguma, nem deixar se fizesse justiça. Todo o imperio vê isto muito mal, e é a coisa mais infame e injusta que jámais se fez no mundo; e assim convem fazel-o publicar, e que em Portugal se faça um manisfesto em latim, e que se bote por todo o mundo, e que corra por toda Allemanha, para que se veja que tal caso se não tem visto no mundo. Os padres da companhia fizeram infinito entreter isto d'este principe, e com muita liberdade disseram o que havia, e se oppuzeram aos embaixadores, e não deixaram este principe até á ultima hora; e peço a um o escreva assim a meu pae (quer dizer irmão), para que muito lh'o agradeça, porque se lhe tem muita obrigação; e de tudo avisae aos embaixadores; e advirto que me não escrevaes até ter aviso; e as cartas que vêem de Vienna trazem cruel perigo.

«Os livros das cidades espero sempre, e que os encaminhem a qualquer parte d'onde estiver, escrevendo a alguma pessoa que os entregue; e muito estimara uma ou duas pedras bazares commigo, por amor do veneno. E advirto a vossa mercê não querem que d'aqui a deante tome mais dinheiro; e não sei como hei de viver; e tudo é bom avisar por toda a parte; e, se vossa mercê me podér mandar alguma coisa de unicornio, estimal-o-hei muito; e já sabe que tudo se visita. A toda a casa mando muitos recados; e vossa mercê me lembre muito a el-rei. A dez de julho.

«O reverendo não está preso, e foi engano (talvez o religioso a que ha pouco nos referimos, julgando ser D. Damaso Cardoso); e adverti a el-rei que os inimigos são avisados de muitos particulares, e que D. Francisco de Mello, e embaixador, são infames inimigos» [1].

Quatro dias depois D. Duarte, julgando-se na vespera da partida, dirigia ao mesmo a seguinte carta:

«Esta serve para vos avisar como este tyranno me entregou a Hespanha, e me vendeu, e amanhã me levam para Milão, com cem soldados de guarda. Um padre da Companhia (Sinabel, naturalmente) foi a Vienna pela posta, e falou terrivelmente ao imperador, e lh'o pôz em consciencia, e fez o que se não pode crer; mas nada montou; e teve grandes dares e tomares com os embaixadores; e será bom avisar a Portugal, para que o agradeçam lá aos padres. Tiraram-me o confessor e creados, e não sei como hei de viver; e d'aqui até lá dizem que serei bem tratado. Avisae a Portugal como de lá avisaram a Castella, que Francisco Taquet vinha aqui; e se fizeram grandes diligencias; e lá não ha segredo nenhum; e, se averiguarem pessoa que veiu aqui, pode-me custar a vida; e o melhor é que me não escrevam, pelo perigo em que me põem; e chegam a dizer que me hão de

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 609. Mss.

dar tratos por isto, e fal-o-hão; a adverti isto com grande cautela; e dizei que se lembrem de mim, e aqui que tanto me desampararam, e se descuidaram de mim, o que eu lhes não merecia.

«Eu buscarei caminho de vos escrever, e não me escrevais até vos avisar. Eu não sei como hei de viver, pois não posso tomar mais dinheiro. Os livros encaminhae lá, sem pordes o titulo de infante, porque me matam com isso; e vêde que tal estarei em poder de taes inimigos. A toda vossa casa dae muitos recados. Deus vos guarde, e me dê tempo para vos pagar tantas obrigações. A quatorze de julho.

«Avisae tudo aos embaixadores.

«Torno a abrir esta para vos dizer como me avisaram que ha ordem do imperador, para, se me quizerem tirar no caminho, que os que me levam me matem, e vou com bem grande perigo da vida, e alfim me matarão». Aqui estam umas palavras inintelligiveis, d'onde se parece deprehender temia que o obrigassem a escrever alguma coisa a el-rei, e adverte, para prevenil-o, que, se a carta levasse duas cruzes em cima, não a acreditassem, ainda que fosse sua lettra.

«Deram licença que, d'aqui a algum tempo, possa ter o meu confessor; e as palavras são como as obras; e as infamias que dizem d'el-rei e de todo o Portugal não são para escrever; e o imperador, com dizer publicamente que ninguem o serviu melhor que eu, me vendeu e tratou como se vê, sem me dar uma boa palavra; e Portugal tem muita obrigação a toda Allemanha que fez muito por mim; mas o imperador e seus ministros são inimigos da liberdade do imperio, porque todos tiram ao dinheiro da Hespanha, que o deseja metter em captiveiro da casa d'Austria, e destruir a todos os principes e cidades livres; e tudo, assim como digo, avisae a todos os embaixadores, e a França, Hollanda, Suecia, e a Portugal; e é bom fazer um mani-

festo, queixando-se a todo o imperio e principes do mundo; e seja em latim; e dizer como fui preso na dieta, com tanto prejuizo do imperio a que servia»[1].

No mesmo dia participou a Duarte Nunes da Costa que tomara tres mil florins para pagar as suas dividas, e que era o ultimo dinheiro que lhe consentiam recebesse[2].

Estas cartas, escriptas á pressa e incorrectas, são mais eloquentes do que as mais eloquentes palavras. Como nos passam rapidos por deante do espirito os sentimentos que dilaceravam o desgraçado principe! Como o exacerba a cholera! Como o offende a ingratidão! Como se commove com os serviços que lhe prestaram! Como se queixa brandamente e quasi a medo da patria, que elle julgava esquecel-o! Como se afflige na sua piedade, ao ver-se privado do confessor que estimava! Como se sente desamparado por lhe tirarem os creados! Emfim, como dos desabafos e queixumes passa a segurar-se ainda a uma esperança, e roga aos embaixadores que protestem do que se praticara com elle! Mas receia ao mesmo tempo que vá alguem do reino para se interessar pela sua liberdade; que por isso o torturem; que o matem; e pede que não o nomeiem infante; que não vá lá ninguem; que não lhe escrevam; que não o creiam, porque podem obrigal-o a dizer o que não deseja! Considerae se ha quadro mais lastimavel do que este!

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 610. Mss.
[2] Id., pag. 609. Mss.

XII

Chegou finalmente o dia dezesete de julho destinado á partida, que o infante esperava fosse a quinze, e tudo se aprestou para a viagem. Amanheceu e conservou-se escuro esse dia, como se vestisse lucto pela sua triste sorte; e a chuva cahiu em torrentes; mas, não obstante, a multidão era tão densa que difficilmente se conseguia atravessal-a. Movidos de compaixão, pela desventura de tão grande principe, ou levados pelo conhecimento ou fama das suas boas qualidades e maneiras, todos os habitantes da cidade, fidalgos e plebeus, correram a vêl-o, e deram-lhe inequivocos signaes de sympathia. Birago, e com elle a *Historia genealogica,* narram que o infante, confiado nos juramentos mais solemnes feitos por Navarro, acreditava não ir para Milão, e que só no fim o soube com certeza, quando na occasião da partida, lhe entrou na prisão o secretario da imperatriz, com a gente armada, para o conduzir ao seu destino. Contra esta opinião protesta o proprio infante na sua carta datada a dez de julho, sete dias antes de partir, pois d'ella se conclue que sabia para onde o intentavam levar, e na de quatorze do mesmo mez, na qual até especifica o numero de soldados que o acompanhariam.

Contam os mesmos auctores que o infante, ao entrar Navarro na prisão com os guardas, exclamara: «Seja louvado o Senhor! Exierunt cum gladiis et fustibus, tanquam ad latronem»; o que é uma variante do dito de Christo aos sol-

dados que o prenderam: «Quasi ad latronem, existis cum gladiis et fustibus»[1]. Foram reaes estas palavras, ou apresentam-nos sómente um novo traço do parallelo do infante com o Divino Mestre? Se é uma invenção, cumpre confessar que o não parece, pois, como o duque D. Theodosio, seu pae, elle, ou escrevendo, ou falando, gostava de apoiar as idéas com textos da escriptura sagrada, que lia muito, e já d'isso notámos alguns exemplos.

O prestito ia na ordem seguinte. Primeiro, alguns batedores, com os forrieis e os carros, para descobrirem o caminho, devendo, no caso de se encontrar novidade, tornar atraz um d'aquelles a annuncial-a. Esta primeira parte da comitiva sahiu com meia hora de antecipação. Passada ella, seguiram-se-lhe vinte e cinco cavallos; logo, o infante em liteira, cercado de quarenta mosqueteiros, gente escolhida, com os morrões accesos; depois o barão de Stubemberg, o capitão Valderabano e Navarro, todos montados, estes dois atraz do barão; depois um coche, para quando o infante quizesse servir-se d'elle; o capitão com o resto da companhia; e os creados em dois carros á moda do paiz, desarmados, e com quatro soldados de guarda.

Não aponta Navarro, na relação dirigida ao conde-duque, ácerca da viagem do infante, de que vamos extractando o principal d'esta narrativa, qual o numero de soldados que o escoltavam; mas o infante, na sua carta de quatorze de julho, tres dias antes da partida, que já transcrevemos, esperava fossem cem, e Huet, nas suas noticias, confirma o numero, especificando que cincoenta eram de pé, e cincoenta de cavallo. O mesmo disse a Fernando Brandão, em Roma, um dos creados de D. Duarte que ia com elle[2]. Entre os creados contavam-se Luiz Pe-

[1] *Evangelho de S. Lucas*, Cap. XXII, versiculo 52.

[2] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 7 de setembro de 1642.

reira da Costa ou de Sampaio, um chamado Martinho, e um camareiro ou pagem allemão, cuja mãe parece que era de Hamburgo, e a que o infante cingira a espada, havia seis mezes, o qual o acompanhou, posto seu bondoso amo o dispensasse de servil-o, conferindo-lhe um attestado muito honroso, conforme elle merecia. Este creado chamava-se Henrique Peres de Magdeburgo; despediu-o o infante do caminho, dando-lhe um vestido seu, rico, e um seu retrato, e encaminhou-o a Luiz Ramiro, em Veneza, para este o fazer passar d'ahi a Portugal; mas faltando commodidade de o embarcar em Veneza, mandou-o Luiz Ramiro a Roma, onde esteve com Fernando Brandão, e d'onde é provavel seguisse viagem para o reino, pois levava intuito de entrar ao serviço de D. João IV. Segundo o testemunho d'este creado, que é do maior valor, iam tambem com D. Duarte, além do pagem Luiz Pereira de Sampaio, e d'elle, João Pau, Manuel da Costa, camareiro, e João Gonçalves. O seu secretario (João Paulo Seraphim) despediu-o tambem o infante por lhe ter Navarro prohibido partir para Milão, como escrevemos.

Percacho, que levara ao infante um aviso do religioso seu amigo, ultimamente citado, poz-se em logar onde o descobrisse na passagem, e, ao descobril-o, arrasaram-se-lhe os olhos de lagrimas. Este Percacho fôra companheiro de Fr. Fernando de la Houe; fôra visto diversas vezes pelo secretario do infante com Luiz Pereira de Sampaio, quando todos os seus creados podiam sahir do castello de Gratz; e por isso, temendo o infante que o prejudicasse, por o mesmo secretario ficar retido n'esta cidade para averiguações, entregou-lhe um escripto em cifra, com tres linhas sómente, no qual rogava ao dito religioso que o persuadisse a deixar o paiz, o que este executou, pois em breve partiu Percacho com dinheiro seu para Gratz, a juntar-se ao pagem, se ainda alli estivesse, devendo, no caso contrario, encontral-o em Veneza, onde procurariam embarcação para o

reino [1]. O pagem seria o de que ha pouco falámos: Henrique Peres de Magdeburgo.

O itinerario do infante descripto por Navarro em pouco se resume. Por algumas indicações, porém, completal-o-hemos, se não verdadeiramente, ao menos com alguma verosimilhança, na parte em que a sua relação nos não ajuda.

Sahido D. Duarte de Gratz, seguiria a estrada que se alongava para o sul, ao lado esquerdo do Muhr, e que, junto á confluencia d'este rio com o Kairack-Boden, passava á sua direita, proximo de Wilthau até Marhburgo, na margem direita do Drave, por onde o caminho se dirigia para oeste, sempre pela dita margem, e onde se encontravam as povoações chamadas Zetitz e Mantheu. Então, deixando o ducado da Styria, pelo qual, até alli, haveria caminhado, e entrando no da Carinthia, continuaria pela mesma estrada, vendo Laramund, ou Lavant, Volkenmark, e Clagenfurt; e costearia o norte do lago conhecido pelo nome de mar de Verlen, ficando-lhe atraz Velden e Villach, onde a estrada atravessava o rio para o lado direito, para, em breve, tornar ao esquerdo. Aqui, a proximidade do estado de Veneza infundiu serios receios, sobretudo pela razão muito plausivel de se ter publicado a viagem bastante tempo antes. Por isso adoptou Navarro algumas precauções que suppoz mais urgentes, e, entre ellas, guardar os alojamentos, em que poisavam, com infanteria e cavallaria, e estabelecel-os, a maior parte das vezes, em logares fechados. Depois veria o infante Spilhal, Psarniz, Saxemburgo, Greifemberg e Draaburgo, onde, terminado o condado de Carinthia, entraria nas terras que eram dominio do bis-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 621, Carta de (D. Damaso?) a Duarte Nunes da Costa, de 24 de julho de 1642.

Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 7 de setembro de 1642.

pado de Brixen, encontrando logo Lienz, situada não muito distante da nascença do Drave, e Doblack, Braunegen, e Brixen. Por estas terras Navarro caminhou tambem com temor e cuidado, como lhe acontecera na Carinthia, visto ser o limite do dito bispado ao sul egualmente o territorio de Veneza, do qual o caminho pouco distava pelo que empregou as mesmas cautelas. Então, em vez de tomar a estrada que, á direita, conduzia ao Tyrol, e á sua capital, Inspruck, proseguiu o comboio para oeste, e penetrou n'este condado por Botzen, Merau, e Val de Venosla, por onde a archiduqueza Claudia mandara ao barão Curtz, seu commissario para acompanhar o infante, que o introduzisse nos seus estados. Aqui, apartando-se a estrada dos dominios de Veneza, diminuiram os medos de Navarro, e com elles as providencias.

Logo nos começos da viagem, o pagem do infante, Luiz Pereira de Sampaio cahiu doente, o que o obrigou a voltar a Gratz, onde, depois de estar alguns dias, se restabeleceu. Disse-lhe então o governador, o conde de Atristain, que podia ou ir reunir-se a D. Duarte, ou tornar á sua terra, conforme lhe aprouvesse. Agradeceu Luiz Pereira de Sampaio a liberdade que lhe dava, e, como servo fiel, respondeu-lhe que não sahira do reino de Portugal com o intento de acompanhar seu amo só nos tempos felizes, mas tambem nos adversos, além de que, fôra deshonra sua deixal-o em lances tão penosos, nobre resolução, que o conde de Atristain elogiou muito, encarecendo como grande fineza estar uma pessoa livre, e de propria vontade metter-se na prisão por causa de outrem. No dia onze de agosto Luiz Pereira de Sampaio projectava partir com o confessor do infante, o padre Taifol (o que lhe fôra tirado poucos dias antes da viagem) que lhe queriam restituir, do que o infante já tinha promessa, a qual nunca se effeituou. Partindo n'este dia, Luiz Pereira esperava encontrar seu amo ainda em Inspruck, por onde erradamente conjecturava que

elle passaria, pois a comitiva, pelas informações que recebera, marchava com grandes vagares[1].

Com effeito houve alguns, e houve até quem attribuisse a sua causa a doença do infante. Correu mesmo esse boato, e Duarte Nunes da Costa soube-o, e participou-o a Gaspar Fernandes de Leão, que o communicou ao conde da Vidigueira. Segundo os termos da participação, deprehende-se que o pobre principe já andava enfermo antes de sahir de Gratz, porque se conta na mesma que os hespanhoes tentavam disfarçar a sua tyrannia, allegando que os medicos lhe aconselhavam a mudança de ares[2]. Da carta de Navarro ao conde-duque não consta coisa alguma a semelhante respeito. Julgamos, por conseguinte, ou que o boato foi falso, ou que, se o infante esteve doente, foi ainda em Gratz, ou que, se foi posteriormente, o secretario da imperatriz, pela sua insignificancia, não se fez cargo de noticial-o, não diremos por affeição, mas ao menos para escusar a tardança com o valido de Filippe IV.

Outra causa da demora aponta-a Navarro, e bem diversa. Escrevera Navarro a Luiz de Paniza, governador do forte hespanhol de Fuentes, que ficava situado mesmo nos confins do Milanez, pela parte da Valtelina, avisando-o da sua marcha, e de como a dez de agosto se acharia no limite d'este estado e do Tyrol, para que o dito official, em virtude das ordens recebidas do governador de Milão, o conde de Siruela, ahi o esperasse com a sua gente, e tomasse conta do preso. Respondeu-lhe Luiz de Paniza, que não poderia chegar ao sitio marcado senão a quatorze; que se lhe tornava forçoso torcer o caminho, passando pela Enguediva, e que iria até Ponte Martin, onde, no meio do campo, se faria a entrega de D. Duarte. Recebendo Na-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B., pag. 619, Carta de Luiz Pereira ao padre ?, de 10 de agosto de 1624. Mass.

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1,Carta do conde da Vidigueira a Gaspar Fernandes de Leão de 20 de setembro de 1642.

varro esta communicação, foi entretendo o tempo com jornadas curtas, para não esperar na raia da Grisonia, e a doze entrou em Nauderich, donde despachou um correio ao encontro de Luiz de Paniza, pedindo-lhe que se apressasse. Tornou o correio sem noticia d'este, mas trazendo-lhe uma carta do conde Francisco Casate, embaixador de Filippe IV, no mesmo paiz, em que lhe participava que Paniza sómente chegaria á raia a vinte.

Durante a viagem, talvez n'esta conjunctura, pois é a que offerece mais azo para isso, pela paragem de tres dias que o comboio teve em Nauderich, o infante escreveu, assevera-se, a um ministro do imperador, a carta que traz Birago e D. Antonio Caetano de Sousa, datada de seis de agosto, e a que já nos referimos, a respeito dos seus serviços e da sua prisão. Na correspondencia do nosso ministro no congresso de Munster, Luiz Pereira de Castro, vem uma copia d'ella, da lettra de Taquet, que este lhe enviou, dizendo-lhe que era do infante e originalmente em italiano. Apezar d'isto, não a acreditamos da penna do principe portuguez. Tornam-o improvavel, se não impossivel, o assente do estylo, differente de todas as outras suas que conhecemos, a placidez de phraze e raciocinio que a distinguem, precisamente quando o seu animo luctava com tantos temores, incertezas e perigos, e a sua muita extensão (sete paginas e meia da obra de Birago), ao que se deve juntar ser escripta n'aquella lingua, e de tal modo, pelo menos na dita obra, que pouco ou nada se differença do resto d'ella; e tudo isto na situação em que o infante se achava, guardado de perto, visto a miudo pelos seus perseguidores, e quiçá mesmo sem as commodidades materiaes para escrever tão longo documento. Quando muito, esta carta será ampliação de outra, breve, que então elle fizesse, e aperfeiçoasse depois, elle, ou mais naturalmente Taquet, ou Birago, dando-lhe a fórma de quasi um manifesto, para servir na assemblea de Munster, que

para isso foi enviada por Taquet, o qual lhe assigna a mesma qualificação. D. Nicolau Fernandes de Castro não acredita que seja do infante[1].

Os transtornos que a viagem de D. Duarte experimentára, tinham sido grandes, e iam acarretando comsigo fataes consequencias. A cavallaria, impaciente pela demora, começou a mostrar signaes de desagrado; o commissario imperial, longe de procurar aquietar os soldados, conservou-se inactivo, e estes atreveram-se até a pedir mais soldo; ao que Navarro acquiesceu, temendo-se amotinassem, caso tanto mais serio, por constar a força de gente de varias nacionalidades, valachos, hungaros, croatas, etc. O temor de Navarro augmentou-se, quando elles imaginaram que os queriam obrigar a passar á Italia, ao que de nenhuma maneira annuiriam; e, ainda mais, ao saber ter-se espalhado uma voz de se pagarem duzentos mil ducados pela liberdade do infante. Que origem teria semelhante boato? Do intento do conde da Vidigueira para corromper os que o guardavam? Não nos atrevemos a avançal-o, porque só a *Historia genealogica* affirma esta tentativa. Nasceria porventura de algum dito vago de qualquer dos creados do infante? Ou seria apenas um estratagema da soldadesca para obter maior soldo?

Aqui ainda surgiram novas complicações. O barão Curtz, commissario da archiduqueza Claudia, dirigiu-se a Nauderich, e, procurando Navarro, disse-lhe que sua alteza resolvera mandar com a comitiva, até Pontalto, oito leguas dentro da Enguediva, um capitão d'este paiz, que a conduziria em nome de sua alteza, para evitar o prejuizo, que, sem tal precaução, pudéra provir á jurisdicção litigiosa, pretendida pelo Tyrol até áquelle logar. Chegou o capitão a Nauderich, e Navarro não lhe quiz falar, nem mesmo vel-o, para, nem de leve, imaginarem os grisões, que, havendo-

[1] *Portugal convenzida con la razon...*

lhes pedido passagem pelo seu territorio o imperador e sua magestade catholica, pretendiam arvorar-se em juizes arbitrarios das pendencias que tinham com os povos seus vizinhos. A fim de prevenir taes supposições, e o seu mal, discorreu largamente Navarro com Curtz, ácerca da pouca conveniencia da missão, ao que este respondeu que o official d'ella encarregado não procederia a nenhum acto, a não ser que alguma pessoa publica dos grisões lhe perguntasse o motivo da sua ida. N'este caso protestaria por escripto; mas, não encontrando inconveniente, voltaria ao sitio d'onde partira, enviando uma relação a sua alteza de haver acompanhado D. Duarte e a sua comitiva até Pontalto.

A isto acudiu Navarro, ponderando-lhe que os creados de sua magestade catholica de certo não desejavam prejudicar os direitos de sua alteza, antes, procurariam estender o seu dominio; que disputar n'aquella occasião ácerca dos limites d'este, seria obrigar os grisões a negarem a passagem concedida e a fazerem volver atraz a comitiva, com consideravel gasto, e grande perigo da guarda de D. Duarte; que podia mesmo resultar d'aqui algum levantamento, e que o povo do paiz lhe tirasse das mãos o preso, que levavam com tanta responsabilidade e cuidado; que sua alteza concedera o passo livre pelos seus estados a pedido de suas magestades cesarea e catholica, o que aquella novidade alterava completamente; e que se devia considerar o socego com que o comboio havia transitado pelo Tyrol, causando-lhe na sua marcha utilidade em vez de damno. Esgotadas estas razões, Navarro accrescentou, com alguma cholera, que não acreditava, considerando o expendido, senão que algum ministro mal affecto intentava perdel-o, e perder a todos que o acompanhavam; que não podia persuadir-se, em vista das rectas intenções de sua alteza, que intentasse mandar executar um acto em que não se conseguiria proveito nenhum, antes, se correria immenso risco,

se os grisões penetrassem o fim da commissão; e que, se apenas se tratava de um protesto, que, não se pondo impedimento ao capitão, seria mental, elle Navarro ou algum dos seus companheiros, o faria por escripto, em nome de sua alteza, e lh'o enviaria authenticado, com o que se acautelava o que sua alteza queria, e se cumpria o seu intento; que Luiz de Paniza passaria ao Tyrol com a sua gente, conforme se insinuara da parte de sua alteza, e tomaria conta da pessoa de D. Duarte em Nauderich; e que, não sendo grisões os que comboiavam a este, nem sendo coisa que lhes tocasse, não tinham elles que allegar como acto possessorio a passagem, pelo contrario, era a mesma em favor dos direitos de sua alteza. Ainda houve entre ambos algumas duvidas, concluindo finalmente o barão de Curtz que não deixaria de cumprir as ordens que recebera. Despachou então Navarro, a toda a pressa, um correio ao secretario João de Castillo, que D. Fradique Henriques deixara em Inspruck, para que representasse a sua alteza o pouco fructo da sua determinação, e a revocasse. Todas estas novidades originaram serias apprehensões em Navarro, mas o negocio resolveu-se, não sabemos como, antes de vir a resposta da archiduqueza.

A quinze, ás duas horas da manhã, chegou a Nauderich o ajudante Francisco de Robles, com carta de Luiz de Paniza, em que avisava que ia marchando na volta da Valtelina, mudado do proposito de passar pela Enguediva, por causa de alguma intelligencia da parte dos portuguezes, ou dos seus affeiçoados, para libertar D. Duarte, com a casa de Platas, numerosa e hereje, e que a dezesete estaria em Maltz, limite do Tyrol por aquelle lado.

Sabido isto, e concordada a partida entre Navarro e o commissario imperial, o barão de Stubemberg, deixou a comitiva Nauderich no dia seguinte, dirigindo-se ao logar que se aprazara, e onde se devia fazer a entrega do infante, para o que foi preciso retroceder tres leguas. Final-

mente no outro dia, dezesete, ao romper da manhã, descobriu-se ao longe, na campina, Luiz de Paniza, com cento e sessenta infantes, gente escolhida, e vinte e cinco cavallos, e com os capitães Olva e Medina, mandados pelo governador do estado milanez, o conde de Siruela, expressamente para servirem n'esta occasião. Correu Navarro ao seu encontro, e elles dois e o barão de Stubemberg convencionaram o modo de entrar em Maltz o comboio hespanhol, e de sahir o allemão, o que se ajustou fosse ao mesmo tempo. Entrou o hespanhol, entregou-se o preso a Paniza, poz-lhe este guardas; mas o commissario imperial, apezar d'isto e do que se assentara, não partiu. Convencionou ainda Navarro que sahisse primeiro com a sua gente o commissario imperial, e elle e a sua duas horas depois; mas o commissario tambem não esteve pela convenção, dizendo, no ponto de effeitual-a, que só lhe competia mandar alli, e não a outrem, e que havia de partir por conseguinte quando quizesse. Navarro temendo que a consequencia de teima semelhante fosse alguma desordem da soldadesca, sobretudo havendo ella jantado, e estando um pouco alegre, sahiu de Maltz com os hespanhoes á uma hora, e n'esse mesmo dia (dezesete), á tarde, chegou a Santa Maria, logar já situado na terra dos grisões, «dando eu, exclama Navarro, muitas graças a Deus de me haver livrado do comboio e do seu conductor (o barão de Stubemberg)».

Ao separar-se e despedir-se do commissario imperial, conta Birago e os que o seguiram que o infante, cheio de resentimento pela ingratidão e perversidade de Fernando III, rompeu n'estas palavras contra elle: «Dizei ao imperador que mais sinto haver servido a um principe tyranno, do que ver-me preso, vendido, e entregue aos meus inimigos; mas que permittirá Deus que venha alguem que faça o mesmo a seus filhos, os quaes, por serem da casa d'Austria, não são mais privilegiados do que eu, que sou do sangue real de Portugal, e que a historia falará por elle, e por mim».

Se Taquet não assegurasse que o infante lhe mandou um apontamento, confirmando este facto[1], negariamos a sua veracidade. Achamol-o em absoluta contradicção com o caracter soffredor e sizudo do infante, e com a moderação de que sempre usou a respeito de Fernando III, excepto uma vez, que o fizeram perder completamente a paciencia, com perseguições e descortezias, como veremos. Demais tamanho desabafo teria melhor cabida ou quando elle soube que o monarcha allemão o entregara aos hespanhoes, para ser levado a Italia, ou quando definitivamente viu que partia de Gratz, caminho de Milão. Estranhamos sobretudo o silencio da relação de Navarro, tendo este aliás todo o interesse em relatal-o ao conde-duque, supposta a sua vontade de prejudicar o infante, e admittida a impossibilidade de ignorar o caso, visto ser em publico; silencio que não guarda quanto ás outras palavras que dentro de pouco o infante soltará em Mortugno contra os seus guardas, em cuja brandura se nota um contraste frizante com as que acabamos de referir. Vem ainda em nosso favor a seguinte razão. Tão acre e extensa invectiva contra o imperador não podia ficar occulta ás pessoas que acompanharam o infante, as quaes, sendo-lhe, em geral, mal affectas, deviam espalhar a noticia em Allemanha e em Milão. Passaram-se quasi quatro annos; accusaram-o de haver dito que antes quizera ter servido o turco do que Fernando III; entrou essa accusação no seu processo; e nem ahi, nem na obra *Portugal convenzida con la razon*, de D. Nicolau Fernandes de Castro, um dos juizes d'elle, vem a minima allusão ás suppostas palavras. E note-se, que Castro conheceu a historia de Birago; d'onde se conclue a pouca fé que lhes prestou. Quanto a nós, ellas serão, quando muito, ampliação d'al-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. I, Advertencias do infante para os ministros portuguezes no congresso de Munster.

guma phrase passageira, dita na occasião, sem importancia, e que por isso escapou ao conhecimento de Navarro, ou foi por elle desprezada.

Outro facto se narra como então acontecido, e é o seguinte: «Indo da prisão de Gratz, que é na Styria, para o castello de Milão, diz Fr. Francisco Brandão, relaxado aos ministros de Castella, se lhe aggregaram dois gentis-homens allemães, voluntariamente, e o acompanharam com cortez humanidade, e permissão dos guardas, obrigados á boa correspondencia do infante, e apiedados de sua fortuna. Chegados á raia de Milão, se despediram, e o infante, em gratificação da companhia, tirou a espada e a deu a um d'elles, dizendo: «Esta espada trouxe de Portugal para servir no imperio; com ella alcancei a satisfação que vedes; não quero que entre comigo no senhorio de Castella; fique a um de vós em penhor do meu agradecimento»[1]. Não sabemos quaes eram estes dois gentis-homens estrangeiros; mas, por mais que merecessem, a particularidade de a um d'elles entregar o infante a espada é inacceitavel, porque não era objecto de que assim se desfizesse, e porque a usou e presou sempre, até que, annos depois, em quarenta e seis, lh'a tiraram, com bastante sentimento seu, quando foi declarado criminoso. Além d'isto, o silencio da relação de Navarro e dos mais documentos prejudica a affirmativa de Fr. Francisco Brandão.

A má vontade, claramente manifesta, do commissario imperial contra os hespanhoes; o estorvo de que lhes serviu; a sua frouxidão em presença das demazias dos seus soldados; os elogios que lhe tecem tanto Huet, como Birago, pela delicadeza e dó que teve com o preso, tudo indicará para alguem disposição favoravel de Stubemberg a auxilial-o, se se tivesse lançado mão dos meios convenientes.

[1] *Oração funebre nas exequias do serenissimo infante D. Duarte.* Lisboa. 1650. 4.º

Pela nossa parte, custa-nos a crer que Stubemberg, o cavalheiro mais rico de toda a Styria, e de certo credor da maior confiança, pois o escolheram para tão importante missão, quizesse faltar ao que devia a si e a ella, auxiliando a fuga de um preso como era D. Duarte; mas tambem julgamos que cumpria empregar esses meios então, com toda a diligencia, emquanto se pisavam terras do imperio, emquanto guardavam o infante, não hespanhoes, mas allemães. Vimos o modo com que Navarro caminhou no ducado de Carinthia, por causa da visinhança dos venezianos; vimos a desconfiança que tinha do representante do imperador, e o receio da gente que este commandava, inquieta e meio sublevada, já pela demora da viagem, já pelo desejo de augmento de soldo, já pelo boato de a fazerem passar á Italia, e já pelo outro, ainda mais perigoso, de que o infante pagaria á larga a quem o libertasse. Uma revolta da soldadesca n'esta occasião, em taes circumstancias, com a fronteira de Veneza tão proxima, e antes de chegarem Paniza e os seus, salvaria talvez o desgraçado preso, porque Navarro nada poderia contra ella, só e desajudado, como o estão confessando o seu temor, o alvoroço com que esperava e recebeu a tropa hespanhola, e o regosijo que lhe causou livrar-se finalmente do barão de Stubemberg, e porque este, segundo parece, difficilmente continha a força indisciplinada sujeita ao seu mando.

Mas tentar libertar o infante n'esta occasião era talvez expol-o a perder a vida. Duas vezes assegura D. Duarte que o imperador deu ordem ao barão de Stubemberg para matal-o, no caso de o quererem pôr em liberdade: na carta de quatorze de julho de quarenta e dois, e n'umas advertencias, que enviou a Taquet, para responder ás falsidades divulgadas pelos hespanhoes contra Portugal, e, em particular, a Caramuel e a Chumacero. Birago segue identica opinião, nem podia deixar de fazel-o, sendo a sua obra escripta, ou quasi escripta, por Fr. Fernando de la Houe,

isto é, Taquet. Os *Annaes de Portugal restituido a reis naturaes* seguem-a egualmente. Os outros auctores foram atraz d'aquelle, ou, antes, de D. Antonio Caetano de Sousa, que o tomou por fonte, e serviu de guia aos demais.

Em todo o caso, as occorrencias do caminho favoreciam a empreza. Bem sabemos que lá ia Navarro e o capitão Valderabano, e que o marquez de Castello-Rodrigo não se esqueceria de ordenar severamente que obstassem á fuga, ou a qualquer tentativa de liberdade. Mas que valeriam elles contra uma sublevação dos soldados allemães, não dispondo Navarro de tropas hespanholas que o defendessem, e deixado á mercê dos seus furores? Entregue o preso á força de Milão, tudo mudava completamente; tudo o prejudicava, e nada o favorecia; ao que temos ainda a notar, que instrucções, eguaes na crueldade ás de que já falámos, consta haverem sido passadas pelo governador do estado de Milão, e por D. Fradique Henriques, governador do castello d'esta cidade, ao commandante encarregado de o receber dos imperiaes. Essas instrucções viram-as os creados do infante, dizem-o este e Luiz Pereira de Sampaio, um d'elles; e a sua execução não offereceria difficuldade para animos perversos. Travada a lucta entre os libertadores e os guardas, uma bala disparada na confusão d'ella, sem mesmo se saber por quem, acabaria com o pobre principe. Entretanto esta medida, a existir, devia ser empregada só na ultima extremidade, porque Hespanha, para os seus planos, mais queria o infante vivo do que morto; e escrevemos a existir, por admittirmos a possibilidade de ser apenas um boato espalhado para aterrar o infante, como julgamos transparecer de algumas palavras de Birago, posto o diga não affirmando-o, mas pretendendo rebater antecipadamente tal supposição.

XIII

Durante a manhã do dia seguinte, dezoito, passou a comitiva os montes. N'este logar, o caminho era apertado e fragoso, e, não podendo, por isso, D. Duarte ser conduzido em liteira, tornou-se necessario que montasse a cavallo, o qual Navarro lhe deu, com pistolas carregadas ao seu modo, ajunta elle.

No meio dos montes pararam para comer; e, estando assim em descanço, collocadas a infanteria e a cavallaria á roda, um dos soldados presentes, que era do castello de Como, disse ao infante que o conhecera muito pequeno. Perguntou-lhe este, com toda a cortezia, em que sitio, e, respondendo-lhe o soldado que era portuguez, principiou a conversar com elle, tratando-o por vós.

N'aquella noite chegaram a Borneio. Ahi Luiz de Paniza encontrou uma carta de D. Carlos Robustel, na qual lhe escrevia, que, tendo mandado reconhecer os caminhos, que, do estado de Veneza, desembocavam na Valtelina, não encontrara gente alguma alojada, e que, no caso de se juntarem por alli banidos, deixara pessoas encarregadas de o participarem immediatamente a Paniza, assim como o seu numero, e a parte por onde desceriam ao valle. Esta noticia confessa Navarro que o tranquillisou muito, e louva a pontualidade e o cuidado com que Robustel e o coronel Islovin, governador da Valtelina, em tal ensejo, e tão importante, serviram ao rei de Hespanha. Em todo este tempo, a marcha foi feita na melhor ordem de guerra, com receio do que podia acontecer.

A vinte e um, chegaram a Mortugno, ultimo sitio em que haviam de ficar na Valtelina.

Apesar de viverem com o maior cuidado nos logares onde se alojavam, ia-lhes acontecendo aqui um contratempo, cujos resultados seriam para Navarro, e para os seus, verdadeiramente fataes, mas felicissimos para Portugal, pois era nada menos do que a fugida do infante. Havia em Mortugho um ministro dos grisões, chamado João Planta de Videmberg, homem de crença protestante, e de coração francez, assim como todos os do seu appellido. Presenteou este muito aos hespanhoes; fez-lhes muitos offerecimentos; e visitou o preso, acompanhado dos principaes da terra, em presença de Navarro, e dos capitães Olva e Medina. Na tarde do dia em que chegaram, Navarro, para distrahir um pouco o infante, levou-o a dar um passeio, seguido da competente garda; e, ao voltarem, o infante mandou-lhe dizer que não queria ceiar. Recolheram-se Navarro e os capitães aos seus quartos, e pouco depois puzeram-se todos á mesa para comer; entretanto Navarro sentiu em si uma terrivel tristeza, e uma grande inquietação, presagio, segundo elle, de que alli não se achavam seguros; de tal maneira, que os seus companheiros julgaram que lhe tinha sobrevindo algum accidente. Confessou-lhes Navarro os seus receios, e que nunca experimentara tal agitação de animo, em tanto tempo que acompanhava D. Duarte, e durante tão longa viagem; mas, qual não foi o seu espanto, quando as pessoas presentes, ouvindo-o, confessaram tambem unanimes, que sentiam identica preoccupação. Ainda se estavam communicando estas desconfianças e temores, e eis que sôa uma voz, que chamava da parte de fóra Luiz de Paniza. Era de um homem, por quem Antonio Castel, auctoridade immediata ao dito ministro, lhe participava que sabia de tentativas para libertar D. Duarte, pelo que lhe cumpria guardar bem o preso.

Apenas constou a communicação, ergueram-se todos da mesa, e correram ao quarto do infante, que pouco antes haviam deixado na cama. Chegados á porta, a sentinella

ahi postada, pois ainda então a não tinha á vista, como posteriormente, annunciou-lhes que D. Duarte acabava de levantar-se, e se dirigira á janella do seu quarto; mas o receio de fuga que moveu este annuncio, acabou logo depois, quando, gritando pelo seu nome, elle respondeu de dentro immediatamente; com o que socegaram n'aquella occasião. Luiz de Paniza e os dois capitães desceram e visitaram os postos, e Navarro ficou junto á porta do aposento de D. Duarte. Tinham-se passado alguns momentos, quando Navarro viu entrar no seu quarto, situado em frente do do preso, n'um corredor pequeno, Francisco de Mercandel, seu creado, levando agarrado por um braço violentamente a um moço, e ouviu que o dito seu creado o chamava, pelo que, entrou atraz d'elle. Entretanto Francisco fechou a porta, foi-se a uma mesa, onde estavam differentes pistolas, tomou uma, engatilhou-a, pol-a aos peitos do moço, e disse-lhe em italiano: «Infame, se na presença de meu amo não confessas o mesmo que me acabas de confessar, mato-te n'este mesmo instante». O moço, perturbado, e em lagrimas, não respondia coisa que fizesse sentido. Durou esta perturbação por largo espaço, até que a Navarro pareceu conveniente intervir, apartando-os, e, perguntando ao creado o que acontecera. Contou-lhe então este o seguinte. Principiara a ceiar, quando um homem da hospedaria lhe disse que uma pessoa, que se achava fóra, lhe pretendia falar. Sahiu, e o moço presente, retirando-se com elle a um sitio escuro, e suppondo que era creado de D. Duarte, pediu-lhe, da parte de João Planta de Videmberg, para participar a seu amo que se escapasse das mãos dos hespanhoes, da maneira que sabia, porque ficava depois a seu cargo pol-o em salvo, o que lhe fôra extremamente facil, por medeiarem só duas leguas d'alli ao limite de Bergamasco, já territorio veneziano. Perguntou Navarro ao moço se era verdade quanto o seu creado narrara, instando por mais de uma hora com elle,

mas sem effeito. Mandou então Navarro chamar Luiz de Paniza e os capitães, e referiu-lhes o que se havia passado. Resolveu logo Paniza ir ter com D. Duarte ao seu quarto, e fel-o. Alterou-se muito o infante, suppondo que o queriam matar. Socegaram-o, e deixaram-lhe, como guardas de vista, os dois capitães, e o tenente da cavallaria, que alli permaneceram toda a noite. O capitão Olva, refere Navarro, como prova de que D. Duarte pretendia fugir, disse que o vira na cama com as calças vestidas, e tirar debaixo da camiza alguns embrulhos, que elle julgava serem as suas joias; coisa muito verosimil, accrescenta o mesmo Navarro, porque, trazendo-as D. Duarte comsigo na liteira, as tinha estado a envolver em papeis.

Paniza, depois de ir ao quarto de D. Duarte, e dadas as providencias, que narrámos, desceu, formou a sua gente, e occupou uma estrada do Bergamasco, e tomou uma ponte, por onde, em qualquer eventualidade, se poderia retirar com o preso.

Entretanto Navarro só com o moço, multiplicava as diligencias, a ver se lhe arrancava a confissão da verdade; até que, á força de promessas e afagos, o obrigou a dizer-lhe tudo. Confirmou que João Planta de Videmberg o tinha enviado para o effeito referido, e repetiu-lhe as mesmas coisas que contara ao seu creado, pedindo-lhe que o deixasse voltar a sua casa livremente, pois promettera não lhe fazer nenhum mal. Entreteve-o Navarro durante algum tempo, animando-o, e dando-lhe a entender que não havia errado em obedecer a seu amo; ao que o moço lhe respondeu que não era creado do dito ministro, mas seu parente, gentil-homem da Enguediva, e o seu nome Nicolau Jomberg; o que depois se conheceu ser certo.

N'este comenos mandou Luiz de Paniza dizer a Navarro que lhe entregasse o moço, porque lh'o pedia o commissario Giurino Ketzel, incumbido pelos grisões de conduzir a comitiva pela Valtelina, e de assegurar-lhe a viagem. Na-

varro, porém, considerou que, se annuisse a este pedido, se privaria dos meios de provar a traição que intentara o ministro dos grisões, contra o serviço do rei de Hespanha, pois em Jomberg, em qualquer caso, consistia a sua defeza. Por isso, deixando-o a bom recado, foi ter com o commissario, que estava esperando, e ponderou-lhe o delicto, com todas as circumstancias aggravantes, o que o commissario combateu, certificando, da parte de João Planta, que não era d'elle o alludido recado. Então Navarro chamou á sua presença o moço, o qual, sem nenhum custo, confessou, deante de ambos, o mesmo que já confessara duas vezes. Feito isto, Navarro dirigiu ao commissario um requerimento em nome do seu rei, a cujos ministros os grisões tinham assegurado passagem pela sua terra, para que levasse Nicolau Jomberg a Coira, a fim de seus amos saberem o modo por que se deviam observar as capitulações celebradas com o dito monarcha, nos ajustes passados, cuja infracção começavam os mesmos grisões, ou para que o deixasse ir na sua companhia D'estes dois partidos acceitou o commissario o primeiro, com medo de João Planta de Videmberg. Como então não convinha que o caso produzisse rumor, assentou-se em depositar o moço em casa de Pedro Antonio Castel, amigo dos hespanhoes, mas com independencia do dito ministro. Veiu Pedro Antonio Castel; escreveu Navarro o seu requerimento, na presença de testemunhas; e effeituou o commissario o deposito, com declaração de não entregar Nicolau a João Planta, nem ao mesmo Giurino Ketzel, porém sim á pessoa deputada pelos grisões com patente para que lhes fosse remettido. Além d'isto, Navarro, depois de entrar no Milanez, escreveu ao representante hespanhol na Grisonia, o conde Francisco Casate, para proteger Pedro Antonio Castel, e diligenciar que aquelle povo fizesse uma grande demonstração a respeito do acontecido, com o que annullaria a má fama que lhe provinha de um dos seus mais importantes ministros haver commettido

culpa de tão prejudiciaes consequencias. N'este trabalho se levou toda a noite de vinte e um para vinte e dois, que Navarro e os capitães passaram acordados.

Esta tentativa de libertar o infante nega-a uma das relações de Huet, a qual diz que, mal os hespanhoes se viram de posse d'elle, «começaram a usar o seu solito rigor, fulminando protestos falsos, e dizendo que queria fugir, para terem occasião para mais apertal-o, e em um logar da Valtelina, chamado Morbengo, continúa, fizeram abrir a camara do principe, estando já dormindo, e fizeram dormir dois capitães reformados a par da sua cama, e sentinellas todo ao redor da casa, até nos telhados e sobre a chaminé, fechando todos os creados em uma estancia, que tudo foi de sua falsa imaginação, para terem causa de dobrar a guarda, e, d'aquelle logar por deante, sempre dormiram officiaes na sua camara, e lhe estavam sempre á vista»[1]. O testemunho de Huet, de grande valia, pela sua qualidade de creado particular do infante, deixa de a ter aqui. Naturalmente soube a verdade, mas occultou-a, julgando que prejudicava o amo, pois não suppomos provavel desconhecesse o facto, sobretudo havendo o outro creado, Noé, tratado por ordem d'este, com o ministro dos grisões, ácerca da sua fugida. Ao contrario, merece todo o credito a relação de Navarro, não só pelas suas particularidades, que parecem estar indicando ser verdadeira, e pelo seu caracter official, mas tambem porque outro documento egualmente official, uma carta do marquez de Castello-Rodrigo ao seu governo, o dá a entender, quando conta que o infante quiz fugir no caminho, e foi descoberto[2].

Ainda ha mais. Já vimos como o conde da Vidigueira pediu ao governo francez para encommendar ao seu minis-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224.

[2] Arch. de Simancas, Maço 2343, fol. 43, Consulta do Conselho de Estado, de 11 de dezembro de 1642, Mss.

tro no paiz dos grisões, que promovesse a liberdade do infante, quando por esse paiz transitasse para Milão. Pois bem, effeituada a passagem, o rei de França disse ao conde que recebera noticia de elle ter estado quasi livre na Grisonia, pela influencia do seu embaixador, e em virtude da carta, que o conde para elle lhe pedira[1]. Navarro confessa que João Planta de Videmberg era todo do partido francez. Não só portanto não ha duvida quanto á existencia do malogrado projecto, mas até se sabe que, movido pelo dito embaixador, é que Videmberg tentou libertar o infante, fazendo-o escapar para o estado de Veneza, que lhe ficava muito proximo.

Antes de raiar a manhã do dia vinte e dois, Navarro avisou D. Duarte que se vestisse. A taes palavras, este rompeu em queixumes, e amaldiçoou a sua sorte, e clamou, na presença de todos, que os seus peccados é que o submettiam ás ordens de Navarro. Não contente com isto, mandou declarar a Luiz de Paniza que não partiria d'alli, sem primeiro se lhe explicar o motivo porque tinha havido aquellas novidades, durante a noite antecedente, ou que se mataria com veneno, para não soffrer tantas semrazões. Navarro sciente do recado pelo capitão Olva, entrou no quarto do infante, referiu-lhe quanto acontecera, sem encobrir circumstancia alguma, e perguntou-lhe, por ultimo, qual era a causa de Simão Noé, seu moço da camara, ter estado na noite passada em casa de João Planta de Videmberg. A esta pergunta socegou-se D. Duarte, dizendo que haviam feito bem de adoptar as medidas que adoptaram, e, quanto ao creado, respondeu que mandara por elle saber o nome do dito ministro, obrigado da cortezia com que o tratara. Navarro, ouvindo escusa tão frivola, não o apertou mais; nem fôra possivel proceder então a maiores ave-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 15, Carta do conde da Vidigueira ao bispo de Lamego, de 2 de outubro de 1642.

riguações, por se estar em paiz estrangeiro, e em logar onde governava o mesmo ministro. Pouco depois metteram D. Duarte na liteira, e, ao romper do dia, marchando com muito boa ordem, chegaram a Colico, territorio já do rei de Hespanha, com o que pareceu que tinham acabado os perigos, que tanto receio infundiram a Navarro, e aos seus companheiros.

Na tarde do mesmo dia, chegaram ao lago de Como, e, embarcando n'elle, e navegando toda a noite, desembarcaram na terra d'aquelle nome, na manhã do dia seguinte, vinte e tres, com grande alegria, diz Navarro, de todos sobre que pesava um tamanho encargo. O infante marca a chegada a Como em vinte e quatro; mas é engano, de certo. Aqui a narração de Navarro vale mais, por ser escripta logo depois dos acontecimentos, do que as palavras de D. Duarte, que só o foram decorrido bastante tempo.

Emquanto caminharam por Allemanha levaram o infante, acompanhado de uma guarda, a ouvir missa ás egrejas, por não haver no imperio o privilegio de immunidade ecclesiastica, segundo o qual, os presos, toda a vez que se acolhessem a um templo, ficavam livres n'elle, como em asylo sagrado. Entrando em Italia, conveiu adoptar outro modo de proceder, porque ahi esse privilegio estava na maior observancia, e podiam os inimigos de Hespanha, ou as pessoas que trabalhassem pela liberdade do infante, tental-a á sua sombra. Resolveu-se portanto que este ouvisse missa em casa, para o que se pediu licença ao bispo de Como, a quem pareceu bem o alvitre. N'esta cidade, receberam Navarro e Paniza communicação de que duzentos banidos monferrinos e bergamascos os esperavam n'um bosque. A estes banidos parece referir-se Huet, na sua segunda relação, quando diz: «no paiz dos suissos, por erro do caminho, perdeu (o infante) o ser livre, porque, sendo caminho direito por um valle, onde desembocava uma campina, n'um passo estreito, onde estavam emboscados du-

zentos homens suissos, que, de sua espontanea vontade, queriam dar liberdade ao dito senhor, quiz a má fortuna tomassem outro valle acaso, sem saberem da cilada, sendo que, n'aquelle passo, bastavam vinte homens para o pôr em liberdade»[1]. O infante não passou pela Suissa, mas pela Grisonia, que então formava um paiz separado, e aqui só houve a tentativa de João Planta de Videmberg, de que atraz démos noticia. Não teve, por conseguinte, logar o facto que Huet narra, nem n'uma nem n'outra parte, mas sim em parte diversa, que só podia ser a Italia. Além d'isto, o numero dos banidos concorda. Quanto a Huet attribuir ao acaso o que foi mera consequencia do aviso a Luiz de Paniza, é porque o ignorava, coisa aliás naturalissima, pois de certo o commandante da força hespanhola não o communicou a ninguem, a não ser a Navarro, que o incluiu na relação ao conde-duque.

Mas o que levara os banidos a esperarem o infante na passagem para Milão? Tres diligencias conhecemos d'este genero, e a todas já nos referimos: a do conde da Vidigueira com o ministro dos suissos em Paris; a de Picini, em que figurou o bispo de Lamego; e a do fidalgo italiano, tratada com o mesmo prelado. A primeira não produziu resultado, por falta de creditos, visto Lumaga, mercador de Lyão, por quem o negocio havia de correr, se negar ao recebimento dos penhores de oiro e prata que se lhe offereciam[2]. Da segunda, não ha rasto algum nas negociações posteriores de Picini, que de certo não calaria o facto, se se tivesse dado, para reforçar o pedido de dinheiro, que allegava então haver gasto com o infante, por ordem do bispo. A de que fala a carta de Navarro deve ser pois a terceira, a do fidalgo italiano, de cuja chegada a Veneza o

[1] Bib. da Ajuda, Mss., *Movimento do orbe lusitano*, vol. III, fol. 52.

[2] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XIX, fol. 89, Apontamentos que o conde da Vidigueira deixou ao secretario Antonio Moniz de Carvalho, de 20 de fevereiro de 1646.

ministro de Hespanha ahi residente, Francisco Ugarte, alcançara noticia, e das lettras que levava, e cujo intento procurara estorvar logo. Se é verdade a nossa supposição, Ugarte logrou o seu fim, sendo talvez pela sua denuncia aos hespanhoes que estes conseguiram inutilisar a emboscada.

Recebido o aviso, o secretario da imperatriz e Luiz de Paniza julgaram prudente não se aventurarem ao perigo annunciado. Esperaram portanto dois dias, vinte e tres e vinte e quatro, informando Navarro, immediatamente, do occorrido ao governador do castello de Milão, D. Fradique Henriques, e ao grão-chanceller do mesmo estado, os quaes enviaram o capitão Pedro Martinez de Veriz, com a sua companhia de cavallos, até Seron, povoação a meio caminho, entre Milão e Como. Além d'esta providencia, o podestá de Como, D. Carlos Suarez, mandou tocar os sinos a rebate nos logares por onde passavam, como em Italia se fazia aos ladrões e banidos, accrescenta o infante, concorrendo ao chamamento todos os moradores dos mesmos logares, o que foi para o preso grande motivo de vergonha e sentimento [1]. Emfim, no dia vinte e cinco, á noite, entraram no castello de Milão, pela porta do Soccorro, onde os esperava o tenente d'elle, Diogo Fernandes de Cordova, sendo conduzido D. Duarte ao seu quarto, situado na Roqueta. N'este ponto diverge tambem o infante da relação de Navarro, pois conta que a chegada foi a vinte e seis; não obstante, preferimos o testemunho de Navarro ao seu, pelas razões expendidas.

A commoção que experimentámos ao escrever a viagem do infante, communicada por Navarro ao conde-duque, no dia seguinte ao do seu termo, tel-a-ha sentido, do mesmo

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. III, fol. 88, Advertencias do infante para os ministros portuguezes no congresso de Munster.

modo, o leitor, e por ella podemos avaliar, ainda que muito imperfeitamente, a tempestade de sentimentos, qual mais triste e mais cruel, que, durante tanto tempo, se debateram na alma do infortunado principe. Ao deixar Allemanha, que lembrança dos dias felizes da sua gloria, quando, só com os olhos fitos n'este alvo luminoso, desprezava, para attingil-o, todos os interesses; mas, ao pé d'essa lembrança, que amargos desenganos do seu sonho de oiro, que fundo precipicio, aberto de subito, no meio do caminho que tão galharda e briosamente encetára! Nobre filho da nobre casa de Bragança, descendente dos soberanos portuguezes, e aparentado com tantos dos estrangeiros, provido á larga de meios para ostentar a sua grandeza, já pelos dotes corporaes, scientificos, e do coração, já pelos bens da fortuna, que, além dos proprios, se augmentava com a generosidade do duque, seu irmão, D. Duarte apresentou-se no imperio, audaz a fronte, orgulhoso do seu nome, e confiando que havia de sobredoiral-o em breve, com o brilho da valente espada, no campo das batalhas, á face da Europa inteira. Trabalhou, luctou, venceu; fez-se estimado, temido, respeitado; julgou-se quasi no cumulo dos seus desejos, e, quando estava mais alto, inescrutaveis segredos do destino, tombou precipitado de repente no maior dos infortunios! Sem poder ajudar a independencia da patria, que se levantára contra o jugo estranho, preso, embora innocente, por causa d'esse feito glorioso, perseguido pelos inimigos seus e d'ella, trahido, mal pago, vendido pelo soberano que lhe devia tamanhas finezas, levado de prisão em prisão, D. Duarte, apesar de tudo isso, atinha-se ainda á idéa de ficar no imperio, a que o prendiam tantas recordações, em que contava amigos, e porque tudo era preferivel a ser entregue completamente nas mãos dos seus algozes. Que saudade, que resentimento, que indignação, que desespero, não o dilaceraram pois na hora em que teve de abandonar o paiz dos seus sonhos de outr'ora!

Como as palavras e as lagrimas de compaixão e amizade que ouviu e viu a tantas almas generosas d'aquella boa terra, e a algumas, ainda que poucas, da sua, não lhe verteriam balsamo consolador, em tamanha, tão profunda desgraça! Ao passar pelo Tyrol, como se recordaria de quando, pela primeira vez, o atravessou, caminho de Vienna, que era então o caminho das suas esperanças, e agora o das suas amarguras! Ainda governava esse estado a archiduqueza Claudia, a mesma que o recebeu então benevola e obsequiosamente em Inspruck. Que differença entre as duas datas! Agora mandava-lhe um commissario para o conduzir pelo seu territorio, preso, e indicava, aos que o guardavam, o melhor e o mais breve modo de o levarem ao castello de Milão, que a tyrannia de Hespanha lhe destinava para carcere! Aquelle soldado portuguez da fortaleza de Como, que, já na Grisonia, lhe disse que o conhecera pequeno, como faria verter o seu coração lagrimas de sangue, ao representar-lhe na memoria a casa de seus paes, a sua juventude, os seus parentes, os seus amigos, e, o que resume tudo isto, a sua patria! A patria; e o que fazia ella? Porque o deixava desamparado, exposto a todos os perigos, victima dos que o opprimiam, sujeito a privarem-o da vida, que elle desejava perder defendendo-a, quando tudo o que soffria era derivado da sua felicidade, da qual se podia considerar a victima expiatoria! Não; a patria não se esqueceu inteiramente do seu illustre filho, do irmão do seu rei. Lá surge uma esperança; a sua influencia, a influencia franceza, tentam libertal-o; perto está a fronteira de Veneza; duas leguas sómente ; a terra que piza é de grisões; a auctoridade ajuda-o; concerta-se o plano da fugida; começa quasi a pôr-se em execução; mas vence a fatalidade que o persegue; um simples engano de um creado descobre tudo; e tudo se inutiliza, ou, melhor, tudo serve apenas para o vigiarem com mais cautela e para mais o affrontarem! A outra tentativa da patria, encaminhada a salval-o, talvez

só a conhecesse posteriormente. Desde então a sua alma succumbiu de todo; e aquelles bellos panoramas do norte da Italia, os Alpes com as suas vistas extensissimas e encantadoras, e os seus valles profundos e pittorescos, o lago de Como, com o remanso das suas aguas, e o fagueiro das suas margens, que já talvez contemplara maravilhado, quando era feliz, passaram-lhe agora pelo espirito inconsciente e atribulado, e ante os olhos turvos de lagrimas, como os sonhos do febricitante, confusos, entrecortados de sombras terriveis. Depois as trevas da natureza cobriram de mais denso negrume as trevas que lhe iam n'alma, e a sua entrada na fortaleza de Milão, de noite, á luz das tochas, ao brilho scintillante das armas, devia assemelhar-se ao que quer que fosse de phantastico e mortuario, á pompa funebre por algum grande guerreiro, a horas mortas, dentre de um tumulo gigante. Talvez mesmo, n'esse fatal momento, lhe rasgasse o espirito um vago presagio de que entrava na sua derradeira morada! Quem sabe? Ha mytesrios que não se explicam.

LIVRO VIII

Noticias ácerca do castello de Milão.— Quem era governador do estado. — Quem grão chanceller; quem governador da praça e quem seu tenente. — Preparativos para se receber o infante. — Creados com que chega.— É mettido na Roqueta. —O seu aposento. — Harmonisam-se as varias opiniões a tal respeito. — Ordens do governador do castello para a sua guarda.— Outras disposições para o mesmo.— Tristezas da prisão.— Brandura com que o tratam nos primeiros mezes.— Duarte Nunes da Costa procura obter novas suas.— Escreve-lhe um bilhete que lhe é entregue.— Manda-lhe offerecer dinheiro, que o infante recebe com licença.— Dão-a a Duarte Nunes da Costa de lhe enviar encommendas.— Inexactidões de D. Antonio Caetano de Sousa ácerca do tratamento do infante.— Interesse d'este pelos negocios de Portugal e da Catalunha.— Fernando Brandão encarrega-se de lhe mandar gazetas.— Embaixada do conde da Vidigueira a França.— Instrucções que leva a respeito do infante.— É bem acolhido por Luiz XIII.— Carteia-se com Duarte Nunes da Costa, que lhe aconselha a troca do infante por certos prisioneiros.— Dá ao secretario d'estado uma memoria sobre tirar-se o infante de Gratz, onde ainda o julgavam. — Sabendo da sua chegada a Milão e do boato de o mudarem d'alli para Napoles ou Hespanha, tenta informar-se do seu estado e impedir a mudança.— Escreve Luiz XIII aos seus generaes, o principe Thomaz e o duque de Longueville, no ultimo ponto, e tambem o conde.— Manda el-rei outra vez Fr. Fernando de la Houe, com o nome supposto de Taquet, para tratar dos negocios do infante. —Demora prejudicial da sua partida.— Causal-a-hiam os inimigos do infante.— Falta de segredo na enviatura.— Chega Taquet a Hamburgo, e sabe da passagem do infante a Milão.— Vae a Pa-

ria conferenciar com o conde da Vidigueira.— Parte para a Suissa com cartas do governo francez e do conde, para diligenciar d'ahi libertar o infante.— É censurada a sua missão.— Enviatura imprudente do capitão Beni pela côrte de Portugal, para a liberdade do infante.— Dois portuguezes da casa d'el-rei passam a Italia com egual proposito.— Providencias de Taquet e Brandão a favor do infante.— El-rei remette-lhe dinheiro.— Escreve-lhe sentindo a sua desgraça, dando-lhe noticias do reino e do que faz pela sua liberdade.— Chega a Portugal o boato de ser levado o infante a Italia.— Medidas tomadas pelo governo portuguez então e pouco depois.— Sabe-se em Portugal, com certeza, da venda e passagem do infante, e o conde da Vidigueira conta a el-rei o que fizera, depois da dita passagem.— Approva-o el-rei e recommenda-lhe a liberdade de seu irmão.— Manifestos a favor do infante.— O de Antonio de Sousa de Macedo.— O de Antonio de Sousa Tavares.— O de Antonio Moniz de Carvalho.— Mais dois sem auctor conhecido.— Pouca importancia de todos.

I

O castello de Milão, Castel de Giove, ou antes, de Porta Giovia, recebeu este nome da sua situação junto á porta da cidade assim denominada antigamente, e que veiu a desapparecer com as mudanças do mesmo castello. Julgado inexpugnavel no seculo decimo setimo, e, por alguns, a primeira fortaleza da Europa, sobretudo quando o marquez de Caracena, governador do estado, o reforçou em mil seiscentos e cincoenta e cinco, com seis meias luas, cujos fogos terriveis se crusavam, defendendo-as mutuamente, este castello era, já na epocha do infante, da maior segurança para a guarda de qualquer preso, porque o guarneciam varias obras de guerra, e o cercavam grosissimas muralhas fortalecidas por largos terraplenos, com corredores abobadados, no interior d'ellas, e duplices e espaçosos fossos, um,

a dentro da muralha, e outro, fóra, ambos cheios de agua corrente, além de muita artilheria, e de seiscentos a setecentos homens promptos á sua defeza.

A sua fórma era quadrada; mas, na frente e nos angulos, sobresahiam muito seis grandissimos baluartes, sobre valente muralha em escarpa. Ladeavam a porta da entrada, como gigantes sentinellas, duas grandes torres redondas, de dura rocha e munidas de peças, chamadas pelos milanezes Torreões. A circumferencia do castello excedia duas milhas. O seu castellão era sempre um cavalleiro hespanhol, e tinha de guarda quarenta tudescos.

Edificou-o Galeazzo Visconti, quasi tres seculos antes da prisão do infante, em mil trezentos e sessenta e oito, para se defender de seu tio Barnabó, que, havia dez annos, levantara uma fortaleza na Porta Tosa, e outra na Porta Romana, partes da cidade que lhe tocaram na divisão do estado, por morte do pae; mas, como se usassem então mangas, arietes, gatas, balistas, e semelhantes instrumentos bellicos, não tinha as fortificações que, posteriormente, se lhe fizeram, para o emprego da artilheria.

Este edificio, posto que houvesse por fim defender a cidade, era mal visto geralmente; razão porque, apenas falleceu Galeazzo Visconti, o povo, em mil trezentos e setenta e oito, sublevou-se, atacou-o, e destruiu-o; mas foi logo reconstruido no governo de João Galeazzo, seu filho. Augmentado por este duque com boas obras de defeza, válidos muros, e regios aposentos, permaneceu assim até á morte de Filippe Maria, ultimo dos Viscontis que governaram Milão, o qual morou n'elle muito tempo, temeroso e desconfiado dos milanezes, por causa do assassinio praticado contra seu irmão João Galeazzo, na egreja de S. Gothardo.

Morto Filippe Maria Visconti, em mil quatrocentos e quarenta e sete, Milão constituiu-se em republica, e o povo arrasou o castello; mas, tres annos depois, subiu ao throno

ducal a casa Sforza, na pessoa de Francisco Sforza, genro do dito Filippe Maria, o qual, não se julgando seguro na cidade, ainda agitada pelas ultimas revoluções, soube com arte levar os milanezes a consentirem na sua reedificação, e conseguiu até que a communa contribuisse para ella, dando-se-lhe começo a quinze de junho de mil quatrocentos e cincoenta, quatro mezes apenas depois de elle se apoderar de Milão.

Foi no governo d'este duque que o castello se enriqueceu com os dois torreões, aos lados da porta da entrada; que se elevou a mais altura a cidadella; que se abriram os caminhos cobertos, e que se adornou o segundo pateo (o da Côrte Ducal) com um regio palacio, uma egreja, e outras sumptuosas fabricas, capazes de alojarem não só principes, mas tambem monarchas.

As guerras do Milanez, cuja posse disputaram, tantos annos, os imperadores de Allemanha, Maximiliano I, e Carlos V, e os reis de França, Luiz XII e Francisco I, as alterações por que elle passou, desde que Carlos V, em mil quinhentos e trinta e cinco, pela morte do ultimo Sforza, o juntou aos seus estados, e o deu a seu filho Filippe, depois Filippe II, rei de Hespanha, e o uso e preponderancia da artilheria, que mudou o systema militar, tornaram necessarios novos e importantes trabalhos no castello de Milão; pelo que os hespanhoes o cingiram de fortificações de grande extensão, pondo a cada uma o nome de quem as mandou fazer. Estes trabalhos principiaram quasi logo com o seu dominio, pois, já em mil quinhentos e cincoenta e dois, se construiram os dois fortes, chamados Tenazes, um d'elles, para o lado da Porta Comana, e o outro, para o da Porta Vercellina, diminuindo-se, n'essa occasião, a altura ás torres das egrejas de S. Simpliciano e de S. Francisco, que os senhoreavam[1].

[1] Carlo Torre, *Il ritratto di Milano*. Milano. 1674.

D. Jeronymo Mascarenhas, *Viage de la reyna D. Maria Anna de Austria... hasta... Madrid*. Madrid. 1650.

Abraçadas por amplo fosso e cobertas pelas novas construcções hespanholas, as quaes eram rodeadas por outro fosso ainda mais amplo, viam-se a Côrte Ducal e a Roqueta, a porção mais importante do castello, as quaes, junto com uma espaçosa praça d'armas, formavam um quadrado, o quadrado Sforzesco, protegido por torres, sendo a Roqueta (carcere e tumulo do nosso infante), o ponto de maior segurança, porque a sua posição e fortaleza lhe permittiam resistir ao inimigo, ainda mesmo depois de assenhorear-se da praça. Esta parte do castello, que é a mais antiga, pouco soffreu dos annos e da mão dos homens; está no essencial quasi como no tempo do infante, e até no dos Sforzas. Contemporanea da nossa narrativa não conhecemos descripção alguma d'ella. Quanto á epocha d'aquelles duques de Milão, ha uma recente e preciosa, sob o ponto de vista litterario e artistico, do illustre architecto italiano o Snr. Lucas Beltrami. Vamos portanto aproveital-a, resumindo-a e adaptando-a ao nosso fim.

Imaginae o quadrado de que falámos composto de dois quadrilongos, deseguaes na largura, juxtapostos longitudinalmente por um dos seus lados maiores. O primeiro, indo da cidade, ou do sudoeste, a Praça d'Armas; o do fundo a Roqueta e a Côrte Ducal; a Roqueta á esquerda; a Côrte Ducal á direita; aquella quadrada; esta quadrilonga. O primeiro dos dois quadrilongos media de superficie dezeseis mil e oitocentos metros; o segundo quatorze mil e setecentos, comprehendido o fosso morto, que o dividia do outro.

Entrava-se na Praça d'Armas, indo da cidade, pela porta principal, ao meio do muro da frente, o qual tinha duzentos e oito metros de comprimento. Nos dois muros dos lados, sitos a nordeste e a sudoeste, havia em cada um duas portas, naturalmente de uso mais particular. A todas se chegava passando os fossos por pontes levadiças, e por entre guardas, e todas eram defendidas por torres ou por outras

obras. Tendo-se entrado pela porta principal, e atravessado a Praça d'Armas, deparava-se em frente da mesma porta a da Côrte Ducal, para entrar a qual se transpunha antes uma ponte assente sobre o fosso morto. A Roqueta só communicava interiormente com a Côrte por uma portinha, junto á sua torre angular, e com a Praça d'Armas por uma ponte levadiça, que cahia sobre o mesmo fosso. A sua disposição geral consistia n'um quadrado de quasi setenta e um metros por banda. O muro para a Praça d'Armas, só com a ponte mencionada, quasi ao meio d'elle, e o outro para a Côrte Ducal, só com a pontesinha, pois não tinham janella alguma, mediam quatro metros e cinco centimetros de espessura; os dois que completavam o quadrado, junto com a Torre Castellan ou do Thezoiro, que os rematava, tinham dois e sessenta e cinco approximadamente, e abriam, assim como ella, grandes janellas para o fosso circumdante. Outro forte, no encontro dos outros dois muros, a torre angular, que mencionámos, defendia a entrada para a Côrte Ducal.

O interior da Roqueta era occupado por um pateo em quadra de trinta e sete metros e cincoenta centimetros por lado, com arcadas de tres lados. O outro, o da entrada ou da Praça d'Armas, alinhava-se com ellas por meio de varios aposentos, que corriam ao longo do muro, da largura das arcadas, e que tomavam o logar onde ellas deviam ser. Recebiam a luz do pateo por pequenas janellas ou lunetas. Seguia-se a este lado da quadra, á direita o da banda da Côrte Ducal, sem aposentos terreos, pois onde poderiam existir, estava a arcada; a este o do fundo, com dois, um d'elles muito grande; e a este, depois da Torre Castellan, que fechava o angulo, o que completava a quadra, com seis repartimentos de differentes dimensões. Os quartos d'estes dois lados, menos o mais pequeno de todos, que era interior, tinham, assim como a Torre Castellan, janellas para o fosso. Eis o andar terreo da Roqueta. Sob elle, todo em

volta, ficavam os subterraneos, dos quaes tinham tambem janellas para o fosso, os dos dois lados ultimamente descriptos.

Encostada á Torre Castellan subia uma escada aos andares intermedio, primeiro e segundo, onde havia compridas galerias, e grandes casas e salas, sendo a do lado do fundo, a da Balla, tamanha (quarenta e oito metros e sessenta centimetros de comprido) que o abrangia todo, e de tanto pé direito, que sommava a altura do primeiro e segundo andar; e diversas accommodações. O andar intermedio, ou sobre-loja, prolongava-se sobre as arcadas; sobre elle as galerias; e ao lado d'estas as casas e salas, que vinham a assentar nas do andar terreo, o qual media a altura das arcadas e da sobre-loja; isto no andar nobre ou primeiro. As divisões do segundo andar concordavam exactamente com as d'este. No lado da Côrte Ducal havia terceiro andar, e no do fundo só um, que valia dois, por causa da sala da Balla, como vimos.

A Côrte Ducal tinha no meio um espaçoso pateo. O lado da Praça d'Armas partia-se, no andar terreo, em dois salões, um de quarenta metros de comprido, e outro de vinte e um, a que no primeiro andar correspondia um unico de sessenta e dois metros. O lado opposto, ou do fundo, continha, no pavimento terreo, tres salas, a maior com perto de vinte e seis metros. Parallelamente do lado do pateo, e recebendo a luz d'elle, era a capella, hoje cavallariça, de sessenta e cinco metros de comprimento e sete de largura, naturalmente com as suas dependencias. Junto d'ella abria-se um portico, d'onde por larga escada se subia á Loggia, da qual se entrava na Sala Verde, sita sobre a capella, e n'outras, eguaes em numero e grandeza ás de baixo. A ultima communicava com a Torre Angular opposta, no extremo do muro do fundo do quadrado Sforzesco, á Torre Castellan. Todas estas divisões tinham janellas ou para os fossos ou para o pateo. No lado em frente da Roqueta havia um portico com seis arcos, o unico da Côrte Ducal, e

duas salas no andar terreo, e uma egual ás duas no primeiro. Sob a Côrte Ducal estendiam-se tambem grandes subterraneos [1].

Tanto a obra *Civitates orbis terrarum,* impressa em mil quinhentos e setenta e dois, como a edição das de Vitruvio, feita em Bale em mil seiscentos e dezeseis, mostram nas vistas que trazem do castello de Milão não sabemos que construcções, que iam da porta da entrada da Côrte Ducal, até ao fundo, em linha recta, fechando a Côrte, que assim se tornava quadrada, e deixando, entre ella e a Roqueta, um como corredor, que na primeira publicação nos apparece inundado, naturalmente um fosso duplo, ou que se alagava em caso urgente. Se assim era no tempo do infante (vinte e seis annos depois da edição de Vitruvio), a Roqueta estava cercada de fossos por tres lados, e pelo quarto do muro para a Praça d'Armas, o qual n'esta edição tem, do lado da dita praça, algumas casas baixas que se lhe encostam, em todo o comprimento d'elle, e do que limita a Corte Ducal, isto é, no sitio onde existira o fosso. Nota-se tambem na mesma edição, antes da porta da entrada da Praça d'Armas, outra fortificada por torres, em modo de ilha, no meio do fosso, que se communicava por pontes com aquella e com a margem áquem do dito fosso. N'esta margem descobre-se uma casa pequena, talvez para a guarda, logo á entrada da ponte.

Outras alterações soffreria esta parte do castello com o dominio dos hespanhoes, até á epocha do infante, mas de pouca importancia em relação ao geral d'elle, o qual, segundo declarámos, existe hoje quasi como no tempo dos Sforzas.

Diremos ainda alguma coisa das pessoas que, pelos seus cargos, mais importantes se tornam á nossa historia.

[1] Luca Beltrami, *Il castello di Milano, sotto il dominio degli Sforza.* Milano. 1885.

ROQUETA

CÔRTE DUCAL

PRAÇA D'ARMAS

C. RELVAS PHOT.

LADO DO FUNDO DO CASTELLO

CORTE PARALLELO AO MESMO LADO

C. RELVAS PHOT.

C. RELVAS PHOT.

O CASTELLO DE MILÃO

SEGUNDO A EDIÇÃO DE VITRUVIO DE 1616

Era governador de Milão D. João Velasco de la Cueva, conde de Siruela, o qual tomára posse do cargo em fevereiro de mil seiscentos e quarenta e um, succedendo ao marquez de Legañez (o mesmo que perseguiu o padre Ignacio Mascarenhas em Genova), mediocre soldado, mas habil cortezão, e prompto sempre a obedecer ás ordens da sua côrte, por mais injustas que fossem, pois só tinha em vista conservar-se[1].

Era grão-chanceller do estado, auctoridade logo abaixo do governador, D. Antonio Briqueno Roncillo, conde de Rivera, creatura de Siruela, e que fôra empregado em negociações politicas com os principes de Saboya.

Era governador do castello D. Fradique Henriques, do conselho de guerra de el-rei catholico, seu mestre de campo general, e ex-embaixador de Hespanha em Inspruck, onde ainda estava em março de trinta e sete. No anno seguinte já exercia o seu novo posto em Milão[2].

Era tenente do governador do castello D. Diogo Fernandes de Cordova.

II

Vejamos agora quaes os preparativos a que se procedeu para o alojamento do infante. A trinta e um de julho (de quarenta e dois), baixou do governo de Milão o seguinte decreto:

«Devendo ser conduzido de Allemanha para esta cidade,

[1] Cusani, *D. Duarte di Braganza.* Milano. 1870.

[2] *Memorial Español,* vol. III.

Arch. do Estado de Milão, Dominio Spagnuolo, Filippe IV, 1637 a 1639. Mss.

e ficar preso no seu castello, D. Duarte, irmão do duque de Bragança, e convindo ser tratado com decencia, ordena, sua excellencia (o governador do estado) ao senado que, entendendo-se com o senhor D. Fradique Henriques, ou com o tenente, em seu nome, faça preparar, a toda a pressa, os quartos que parecerem necessarios para tal fim. Platone, secretario»[1].

Em execução d'este decreto deram-se as ordens opportunas ao commissario geral das munições.

A treze de agosto o governador avisou o senado de que a chegada de D. Duarte estava proxima, e determinou-lhe que portanto providenciasse para se aprомptar tudo e se obter o dinheiro preciso ao seu sustento e ao da sua familia. Conferenciou o commissario das munições com o castellão, e assentaram nos moveis e roupas que se deviam arranjar, e na conveniencia de se alugar por oito dias o indispensavel, por isso que, conduzindo D. Duarte comsigo grande bagagem, se poderia, quando elle chegasse, resolver definitivamente. A vinte e cinco porém o tenente do castello annunciou á auctoridade que D. Duarte entrava em Milão n'aquelle dia, e que o acompanhavam dez creados e uma creada, pelo que urgia augmentar o numero de camas, que eram tres, e os objectos de uso, e fazer n'um salão grande, que estava junto do seu alojamento, dois repartimentos com taboas para se accommodarem todos, porque todos ficariam na Roqueta; que trazia cosinheiro; e que para a cosinha, que seria no mesmo salão, tinha de se fazer outro repartimento.

Quanto ao dinheiro para as despezas diarias o tenente lembrou que em Allemanha forneciam a D. Duarte quatrocentos reaes de oito, por mez.

Não houve duvida no augmento dos moveis, e n'este sen-

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança. Mss.

tido se officiou ao commissario; mas a difficuldade em obter dinheiro era tamanha que a repartição da fazenda respondia ao governador com as seguintes palavras:

«Vossa excellencia já está informado de que não ha remedio que possamos adoptar, pelas urgencias do thesoiro regio, e pelas causas que tantas outras vezes lhe temos apontado, pelo que representamos a vossa excellencia que o faça tirar de outra parte, se a despeza deve montar ao que declarou o tenente..., e ao mesmo tempo lhe recordamos que á hospedagem em questão obstam as ordens de sua magestade, que a prohibem, a não ser para monarchas, ou cardeaes, que venham em serviço do estado, ou suissos ou grisões»[1].

Apesar d'esta opinião, que depois encontramos formulada claramente, isto é, que D. Duarte era um preso, e que por isso a elle, e não á real camara tocava o seu provimento, tanto mais que se sabia ter bastante com que sustentar-se, apesar d'esta opinião alugaram ao adello Crotti seis leitos por vinte e oito soldos, seis cadeiras e seis bufetes por dezeseis soldos, e alguns utensilios para cosinha, por dois soldos, o que tudo montava a quarenta e seis soldos, em cada dia. N'uma nota de data anterior veem mencionados mais objectos, que não se chegaram a alugar: roupas de cama, dois tapetes, pratos, talheres, etc., que naturalmente o infante dispensou, como tambem dispensou, logo após o primeiro dia, o sustento que estava ordenado para a sua familia. Este aluguel, pouco importante, como era, ainda, assim mesmo, custou muito a pagal-o o governo hespanhol. Só passados vinte mezes, em abril de quarenta e quatro, se satisfez a Crotti a primeira prestação, de vinte e cinco de agosto até o ultimo de outubro de quarenta e dois, declarando-se então que apenas se lhe de-

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança. Mss.

via desde um de novembro d'esse anno até vinte e dois de abril de quarenta e tres, porque n'este dia se lhe intimou que o aluguel não corria pela real camara[1].

III

Chegou o infante a Milão a vinte e cinco de agosto, á noite, como dissemos, levando comsigo onze pessoas de familia, entre as quaes se encontrava uma creada.

Ignoramos os nomes d'esses familiares; mas é natural que fossem os mesmos, ou quasi os mesmos que tinha nos primeiros dias de janeiro do anno seguinte, isto é, quatro mezes depois, a saber: Manuel da Costa, João Gonçalves, Francisco Pianta, Luiz Pereira, Simão Noé, João de Cart, Bernardo Lasino, Martinho Zaicer, Claudio Huet, João de Onderberg, Lucas Scanfoza, Martinho Miller, e Anna e Maria[2]. Ha differença quanto ao numero, pois estes são doze homens e duas mulheres, mas, não obstante, suppomos que nos mencionados acima se acham na maior parte os que o acompanharam.

De entre elles, já conhecemos Manuel da Costa, João Gonçalves, Luiz Pereira da Costa ou de Sampaio, que voltou a Gratz doente, e, restabelecido, tornou a encontrar seu amo, segundo cremos, em Milão, e um dos Martinhos. São estes, e mais João Pau, que aqui não vem mencionado (se o não é com diverso appellido), e Henrique Peres de Magdeburgo, que o infante despediu do caminho, mandando-o re-

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança. Mss.

[2] Id.

tirar-se a Portugal, os que sahiram com elle de Gratz. De nenhum dos outros fala a narração de Navarro ao conde-duque de Olivares, nem os documentos que compulsámos. Tambem não encontrámos menção alguma, a não ser no aviso do tenente Çordova, da grande bagagem que levou D. Duarte. Que ella entrou no castello é certo, porque ahi existia por sua morte; é-o tambem, segundo Navarro, que conduzia comsigo o infante, quando foi preso de Ratisbona para Passaw, toda a sua casa, prata, cavallos e objectos de luxo. Entretanto cumpre advertir que por isso não se entende tudo quanto elle possuia em Allemanha, porque o melhor o guardaria em Vienna, e, em tempo incerto, o remetteu para Hamburgo. Cremos pois, que, tanto os restantes creados, como a dita bagagem só posteriormente iriam para Milão.

Pouco antes do infante deixar Gratz, passou por Paris um seu creado, que se dirigia ao imperio, para saber novas suas, seguindo o caminho de Veneza; mas o conde da Vidigueira, recebendo as noticias da mudança do infante a Italia, mandou-o avisar á cidade de Marselha [1]. Limitou-se este creado a saber o que acontecera, e com as informações do conde voltou a Portugal? Levava algum projecto? Ou foi reunir-se ao amo, e acompanhal-o na sua desgraça, como fez Luiz Pereira de Sampaio? Por ultimo seria elle Gaspar de Magalhães, de quem adeante falaremos?

Quanto ao confessor do infante, o jesuita Taifol, que lhe tiraram nas vesperas de sahir de Gratz, e que, juntamente com o dito Luiz Pereira, devia ir encontral-o no caminho, não tornou á sua companhia, nem então, nem posteriormente. João Paulo Seraphim, que fazia as vezes de seu secretario, e, n'aquella mesma occasião, Navarro apartou da

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, fol. 615, Carta do conde da Vidigueira a Duarte Nunes da Costa, de 16 de agosto de 1642. Mss.

sua pessoa, determinando que ficasse detido no castello durante tres semanas, não foi com D. Duarte, nem mais o serviu; mas, sendo creado do duque de Saxonia, enviou-o este, decorridos mezes, a Milão com uma carta para o infante, como veremos.

IV

Entrado o infante no castello, levou-o Navarro, e o tenente Diogo Fernandes de Cordova, que o fôra esperar á porta, ao seu quarto na Roqueta.

Aqui surge uma difficuldade. Qual era esse quarto ou quartos em que o alojaram?

Se tomassemos ao pé da lettra a expressão de Navarro, concluiriamos que era só um; mas estamos persuadidos que esta se deve considerar como synonymo de morada; tanto mais, que o decreto do senado, que transcrevemos ha pouco, manda preparar não o quarto, mas os quartos.

«Chegado a Milão, escreve o infante, metteram-me em duas soteas, eguaes com a terra, onde, sem subir, nem descer, se entra; na de fóra, puzeram a guarda, para dormir e estar, e na de dentro, dois soldados, que sempre estão comigo»[1]. Em quarenta e seis, as reclamações, na assembléa de Munster, contra o mau tratamento do principe portuguez, motivaram uma carta de D. Fradique Henriques ao conde de Peñaranda, plenipotenciario hespanhol na mesma, em que achamos o seguinte: «A prisão em que mora (D. Duarte) é um quarto baixo na Roqueta do castello, onde cos-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Protesto do infante contra o seu processo.

tumavam viver os castellãos, e até mesmo os duques de Milão; n'ella tem a commodidade de um jardim, oratorio e cinco aposentos...»[1]. N'outra parte, o infante repete, note-se em quarenta e oito ou quarenta e nove, que estava preso em duas soteas, ao rez do chão[2].

Como acabamos de ver, em quarenta e dois, quarenta e seis, e quarenta e oito, ou quarenta e nove, e portanto naturalmente em todo o tempo que o infante residiu em Milão a sua morada foi terrea. Era-o egualmente na occasião da sua morte; e prova-o tambem a circumstancia de ter por baixo um subterraneo, o qual, se elle o conhecesse, na opinião d'alguem, lhe poderia dar a liberdade[3]. Além d'isso, o governador do castello tambem o affirma a Peñaranda. Até aqui vão as coisas bem.

Mas, se não ha divergencia n'este particular, ha-a, e notavel, quanto ao numero dos quartos, porque, segundo o infante, parece serem apenas dois, que ora chama soteas, ora camaras; ao passo que o padre Storr, contando o modo do seu viver, allude ao oratorio onde resava todos os dias, e ao gabinete onde se entregava á leitura[4]. A informação do governador do castello a Peñaranda assegura que eram cinco os quartos, além do oratorio, e que havia tambem um jardim.

Esta desharmonia é, a nosso ver, mais apparente do que real, e Huet, n'uma das suas relações encarrega-se de aclaral-a até certo ponto, quando diz, referindo-se a como seu amo conseguia escrever occultamente: «porque onde estava sua alteza não tinha mais de um aposento bem limi-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 7, fol. 577.

[2] Id., 106, 2, 11, fol. 228, Notas do infante ao *Portugal convensida con la razon* de D. Nicolau Fernandes de Castro.

[3] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança. (1643). Mss.

[4] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224, Relação do mesmo ácerca do infante.

tado, no qual, de uma parte, tinha uma alcova, e, detraz d'ella, um oratorio pequeno; da outra banda do mesmo aposento, tinha o seu estudo, onde tinha seus livros, e ahi escrevia... Primeiro sahia do aposento para a sala, que ficava logo fóra» etc[1].

Seriam pois duas casas, segundo diz o infante, mas que, divididas, provisoriamente, se tornariam em cinco. Suggere-nos isto, além do testemunho de Huet, sabermos que houve uma idéa semelhante nos aprestos para o receberem, conforme vimos, e encontrarmos no mesmo Huet que a sala tinha um repartimento de taboado. Admittida a hypothese, imaginamos o seguinte. Esta sala era uma das camaras em que fala o infante, e em que conta estava a guarda; ou antes, ou algum tempo depois da sua chegada a Milão, esta sala tornou-se, por meio de uma parede de madeira, em duas casas, uma onde o preso passeiava, e outra onde ficava a guarda; a outra camara, propriamente o seu aposento, converteu-se tambem por meio de tabique ou taboado, ou de outro modo em tres compartimentos, alcova, gabinete, e oratorio, devendo ser o primeiro o maior, e o ultimo pequenissimo, talvez apenas o necessario para se fazer oração. Isto que aqui suppomos aconteceu em Passaw. Destinaram ao infante dois quartos no palacio do archiduque, mas, para mais utilidade sua, repartiram-os não sabemos em quantos. O jardim, a que allude o governador do castello, se pertencia ao infante, era apenas in nomine. D. Nicolau Fernandes de Castro refere-se egualmente, não a um, mas a mais jardins, e a outras muitas coisas, que imaginou a sua phantasia, ou, antes, a sua má fé. Segundo elle, os aposentos que D. Duarte occupava eram magnificos e invejaveis, assim como o seu tratamento. Copiemos as suas palavras: «E, a não ser a diligente guarda da sua pessoa, estando em tudo mais tratado com o decoro, estimação e

[1] Bib. da Ajuda, Mss., *Movimento do orbe lusitano*, vol III, pag. 52.

regalo que pudera ter em casa de seu irmão, em um quarto d'este castello, que foi delicia dos antigos duques, com galerias, salões, jardins, e todo o apparato de grandeza, fingem-o agrilhoado n'uma masmorra»... Comparem-se os encarecimentos de Castro com o attestado, aliás já encarecido, do governador do castello de Milão; ou cinco quartos, um oratorio e um jardim, ou todas estas magnificencias, e conhecer-se-ha o credito que merece aquelle auctor. O infante rebateu indignado tamanhas falsidades. Emfim, em apoio da nossa opinião, vem a ordem do governo de Madrid, de trinta e um de dezembro de quarenta e dois, para que D. Duarte não saia dos seus quartos, mas só d'aquelle em que dormia para o outro em que jantava[1]. Tudo isto veremos. Este ultimo, que parece devia ficar ao pé da casa da guarda, era a sala em que costumava passeiar.

Quanto a viverem outr'ora os castellãos, e até os mesmos duques, onde vivia o infante, não provaria, a ser verdade, coisa alguma, porque esses aposentos, d'antes relativamente bons, podiam ter peorado pelo abandono que experimentaram, pelo destino que se lhes deu, e pelas novas obras que transformaram o castello. Nem esqueçamos que, se tal facto aconteceu, ou foi nos seus tempos primitivos, nos meados do seculo quatorze, quando Galeazzo Visconti procurava o amparo d'aquelles muros, contra os inimigos, e contra as tormentas populares, não menos terriveis do que elles, e, em tão criticos lances os duques de Milão não exigiriam grandes luxos, ou foi n'alguma das occasiões em que os milanezes arruinaram o castello; pois, do contrario, lá estavam os regios aposentos, construidos nos governos de João Galeazzo e de Francisco Sforza, que

[1] Arch. de Simancas, Maço 3356, *Respuesta... al papél que envió D. Fradique Enriquez sobre la guardia de D. Duarte de Portugal...* Mss.

tornavam desnecessaria outra qualquer morada para tão illustres senhores. A falta de commodos, e as epochas calamitosas, tambem obrigariam os castellãos a servir-se d'essa habitação; mas, repetimol-o, o abandono, a mudança de destino, e as transformações sobrevindas, bastariam, ainda que ella fosse boa, a tornal-a desconfortavel e até pessima. Demais, segundo Carlos Torre, no *Ritratto di Milano*, os aposentos do governador do castello sitos na Côrte Ducal, e não na Roqueta, onde elle colloca a armaria, as munições e quanto convinha ao exercicio da guerra, é que serviram outr'ora para os duques; e isso é mais acceitavel.

«Por estas largas escadas, diz Torre, depois de descrever o pateo da Côrte Ducal, vae-se ter aos aposentos do castellão, onde outr'ora habitaram os duques, ou para recreio, ou para se porem a coberto das revoluções populares, tão frequentes n'aquelles tumultuosos tempos. O ar puro, o ameno da verdura, e a commodidade da caça, convidavam os nobres senhores a morar n'esta parte do castello, durante alguns mezes do anno; pois convém saber-se que, para o lado do occidente, se estende, cingido de muros, um vasto campo, chamado o Jardim do Castello, cuja terra se arrenda por grossa quantia, e é abundante sempre de quadrupedes e aves, e, portanto, propria para a caça».

A descripção que fizemos das salas da Roqueta e da Côrte Ducal evidencía, além de tudo, a desnecessidade de lançar mão dos quartos terreos, em que puzeram o infante, para casa dos duques ou do governador.

Do que levamos dito mostra-se que os aposentos do infante eram dois, contiguos e ao rez do chão. Tambem dos documentos a respeito da sua morte se colhe que o quarto onde viveu e falleceu tinha janella para o fosso. Huet diz, como vimos, que o seu aposento, comprehendendo a alcova, o gabinete e o oratorio, era muito limitado. Luiz Pereira de Sampaio diz o mesmo. Quando se tratou de embalsamar o corpo do infante, foi elle logo tirado do quarto onde mor-

rera, por ser pouco arejado[1]. Além de terrea, pequena e pouco arejada, a prisão do infante era baixa, quadrada, e de vinte palmos por banda[2]. Com estas indicações, e tendo a Roqueta felizmente pouco soffrido das injurias do tempo, julgamos poder chegar a alguma conclusão verdadeira.

Com janellas para o fosso havia só o lado opposto ao da entrada, e o que, formando angulo com elle, defrontava o da Côrte Ducal, isto é, os lados sudoeste e noroeste. O primeiro dividia-se em dois aposentos, o da parte da Côrte Ducal com quarenta e oito metros e setenta centimetros de comprido por onze e noventa, e com tres janellas; o segundo com onze metros e noventa por banda e com uma janella. Depois seguia-se a Torre Castellan ou do Thesoiro, onde havia janellas para o fosso, mas onde não esteve o infante. Depois, já no lado defronte da Côrte Ducal, a escada da Torre Castellan, para onde se subia do pateo, e duas divisões pequenas, debaixo d'ella. A estas seguiam-se quatro, todas de onze e noventa de fundo, porém de diversas larguras, porque a primeira, na ordem em que vamos, tinha oito e setenta e cinco, a segunda oito e trinta, a terceira sete e trinta e a quarta quinze e setenta e um. A ultima devia ser a capella da Roqueta, que, no tempo do infante, não estava consagrada, o que aliás prova uma cavidade em uma das paredes, a qual pela fórma, grandeza e posição central mostra ter servido para o altar[3].

Todas estas casas que acabamos de descrever eram espaçosas, como se vê das suas medições, de muito pé direito, pois subiam a onze metros de altura, e arejadas, pois tinham janellas muito grandes. A nenhuma convinham por-

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Documento de 4 de setembro de 1649. Mss.

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Protesto do infante contra o seu processo.

[3] Lucca Beltrami, *Il castello di Milano sotto il dominio degli Sforza.* Milano. 1885.

tanto as indicações dos documentos; nenhuma era portanto o aposento em que viveu e morreu D. Duarte, isto é, aquelle onde estava a alcova, o gabinete e o oratorio. Não acontece o mesmo aos dois quartos pequenos, situados debaixo da escada da Torre Castellan, um no fundo do outro, tendo o de fóra uma janella para o fosso, menor do que as das outras casas, e quatro metros e setenta e sete centimetros por quatro e setenta e cinco, e o de dentro quatro e setenta e sete por dois e noventa e tres, e ambos a altura de cinco e vinte, ou metade da altura dos restantes, de abobada e com lunetas. Estes dois quartos um annexo do outro, communicavam-se entre si. Por exclusão de partes e pela concordancia dos documentos com a sua descripção e com a inspecção particular que fizemos no castello, concluimos que os quartos debaixo da escada da Torre Castellan eram o aposento do infante, que o da janella era o em que elle morreu, a alcova (e aqui note-se que até a sua medição anda pelos vinte palmos que o infante menciona), e que o outro se dividiria em gabinete e oratorio. Sendo estes quartos o aposento do infante, o seguinte seria o outro aposento, pois ficavam contiguos, o qual, dividido em toda a sua altura ou só em parte, em dois eguaes ou deseguaes, daria a casa onde elle jantava e passeiava e a casa da guarda. D'esta entrar-se-hia na casa de jantar, e d'esta entrava-se na alcova. A alcova era fechada por uma grade de ferro. A janella tambem o era[1]. D'esta janella via-se apenas o fosso que corria em baixo, e as fortificações exteriores ao quadrado Sforzesco, que se levantavam além d'aquelle, e onde a vista esbarrava.

[1] Lucca Beltrami, *Il castello di Milano sotto il dominio degli Sforza.* Milano. 1885.

Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Documento de 3 a 11 de setembro de 1649. Mss.

C. RELVAS PHOT.

VISTA EXTERIOR DA TORRE CASTELLAN

E DA PRISÃO DO INFANTE

C. RELVAS PHOT.

PATEO DA ROQUETA

E ENTRADA PARA A PRISÃO DO INFANTE

V

Não tivera D. Fradique Henriques ordem de Filippe IV para tomar entrega do infante, mas, não reparando n'isso, tratou de cumprir a do governador do estado, para o mesmo fim, e pediu-lhe instrucções da maneira por que havia de ser a sua prisão, se como filho do duque D. Theodosio, se como irmão de um rebelde. Não recebendo resposta do conde de Siruela, e chegando D. Duarte a Milão, soccorreu-se ao doutor Navarro, e, dirigindo-se pelos seus conselhos, alojou-o na Roqueta do castello, com toda a commodidade que podia alli haver, a qual era bem pouca, diz elle, e deu, por escripto, as seguintes prescripções para a sua segurança.

«O alferes Miguel de Pujales será a pessoa incumbida do commando da guarda, para que se cumpram as ordens com todo o cuidado e pontualidade, e esta far-se-ha com quatro soldados e um cabo de esquadra, além da guarda que, ordinariamente, ha na Roqueta.

«Pôr-se-ha uma sentinella de vista a D. Duarte, de dia e de noite, que não lhe deixará falar ninguem, dentro ou fóra do castello, excepto os officiaes maiores, ou o senhor bispo de Vigevano (que parece residia n'elle, por causa talvez da guerra com os francezes), nem receber carta ou outro algum papel, só se m'o trouxerem primeiro, ou ao meu tenente, se eu não estiver no castello. Não lhe deixará a dita sentinella escrever coisa alguma, a não ser pela mão ou ordem do alferes Pujales; nem receber qualquer coisa d'elle nenhuma pessoa da guarda, menos o dito alferes, pro-

cedendo-se do mesmo modo com todos os creados de D. Duarte.

«Todas as vezes que D. Duarte quizer sahir da Roqueta, fal-o-ha com o alferes e a sua sentinella e guarda, e poderá ir pela praça, quartel dos casados, egreja, fundição, e muralha, e não por outra parte, e menos aos corpos da guarda.

«Os creados sahirão todas as vezes que quizerem da Roqueta, sempre com guarda, e com a mesma ordem de não receberem, nem darem papel algum.

«O sargento-maior visitará D. Duarte de manhã, antes de abrir o castello, e, á noite, depois de o ter fechado, como é seu costume, o que fará com toda a boa cortezia, que pudér.

«Terá o dito alferes muito cuidado de advertir sempre ao cabo de esquadra e soldados da guarda, que não se mettam em porfias e altercações com os creados, mas que só lhes respondam ao que lhes perguntarem ácerca da comida, bebida e vestuario, ou do preço das coisas, ou das horas que são. Tomará tambem todo o sentido em saber se algum soldado, dos que entram de guarda, contrahe amizade com alguns dos creados, ou conversa com alguns d'elles mais do que estas ordens consentem.

«Escreverá o alferes uma relação, todos os dias, do que passar com D. Duarte, da pontualidade com que se fizer a guarda, das pessoas a quem falar, e das cartas que receber, ainda que seja com minha ordem, e se algumas pessoas lhe quizeram falar, ou se elle perguntou por alguem, e de tudo isto, depois de se haver retirado D. Duarte, me dará conta.

«O dito alferes Miguel de Pujales, logo que chegarem o cabo de esquadra e os quatro soldados, para render a guarda de D. Duarte, escreverá os seus nomes n'uma parte, e a mandará ao alferes Domingos Bonete, que está de guarda na ponte, para que, tanto o cabo de esquadra, como os soldados, não se deixem sahir do castello, no dia em

que fazem a dita guarda, só se fôr com licença minha, ou do tenente.

«Ter-se-ha muito cuidado em que as guardas, que se puzerem a D. Duarte, não sejam sempre dos mesmos soldados, antes, se procurará que os que entraram n'ellas uma vez, só tornem a entrar depois de muitos dias, e que então não sejam todos, porém misturados com outros, e sobretudo que nenhum d'elles, assim para isto, como para qualquer outra coisa, tocante a esta guarda e á dos creados, seja portuguez» [1].

Estas eram as ordens de D. Fradique Henriques.

Para maior explicação da segurança com que ficou retido o infante, accrescentaremos que, além da guarda de vista, havia outra ainda á porta do seu aposento, e outra á porta extrema da Roqueta, na qual não entrava pessoa alguma, sem ser acompanhada. Depois seguia-se a praça do castello (a Praça de Armas), e tres portas, e, em tudo, officiaes e guardas, e, passadas ellas, uma ponte com quarenta soldados e um official superior [2].

Quem poderá descrever o aperto d'alma do nosso infante, ao considerar-se n'esta habitação de horrores? Quem os receios que o assaltaram? Quem as horas veladas no seu leito, convertido em leito de espinhos, dentro da solidão do carcere? Solidão? Oh! não! Um companheiro tem, antes o não tivera, o seu guarda, inimigo do seu socego, testemunha constante da sua miseria, que o olha, que o observa, que o escuta, que lhe diz, a cada passo, sem lhe falar, pois fica mudo ás suas perguntas, aos seus ais, aos seus gemidos, que lhe diz: estás preso; um phantasma da realidade, que não lhe permitte esquecer-se, nem por instantes, do

[1] Arch. de Simancas, Maço 3356, Carta de D. Fradique Henriques ao secretario Pedro de Arce, de 3 de setembro de 1642, e Consulta do Conselho de Estado, feita em Saragoça a 18 de novembro, id. Mss.

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 262, Carta do infante a Taquet, de 16 de dezembro de 1643.

logar em que vive, e do que soffre; que não o deixa sequer voar para longe d'alli, nas azas do pensamento; que o encerra n'uma prisão mental, tão cruel, como a fechada por tantas muralhas e guardada por tantos soldados!

Não menos triste e doloroso foi para o infante o raiar do seguinte dia, dia sem esperança, cheio de duvidas, cheio de terrores, velado de sombras presagas de morte, a que se deviam succeder, ainda mal, tantos outros peores e mais terriveis!

Entretanto, á parte a vigilancia e o rigor julgados necessarios para a guarda de um preso de tamanha responsabilidade, D. Duarte encontrou, nos primeiros tres ou quatro mezes, no castello de Milão, menos dureza do que se imagina. Não só usaram com elle, relativamente, de moderação e brandura, mas até de certas attenções, que devia estimar tanto mais, quanto mais inesperadas. Todavia, a impressão moral pouco perdeu com isso de intensidade.

Logo depois de chegar, visitaram-o no seu quarto, apesar de já noite, D. Fradique Henriques, e o bispo de Vigevano, D. João Gutierrez [1]. Conversou o infante com o governador do castello, na lingua hespanhola, em que se exprimia com difficuldade, a respeito da viagem, e da sua prisão tambem, posto que menos, dizendo-lhe, entre outras coisas, que se entregara a ella voluntariamente, e que lhe fôra facil evadir-se, quando esteve em Gratz. Tratou-o D. Fradique, segundo as suas proprias palavras, como hospede, n'aquella noite, e, vendo que queria ceiar só, regalou-o com tudo quanto poude. Depois mandou-lhe pedir pelo seu tenente o santo, cortezia que o infante mostrou apreciar, mas recusou ao principio, escolhendo, emfim, S. Filippe. Isto não passou, entenda-se, de uma delicadeza,

[1] Bib. de Madrid, Mss., Codice H, 74, Carta de Navarro ao conde-duque, de 26 de agosto de 1642.

Arch. do Estado de Milão, Dispacci Reali, Filippe IV, 1645. Mss.

porque o santo que serviu, para a guarda de dentro do castello, foi Nossa Senhora, e, para a de fóra, S. João[1]. O infante, pelo seu lado, procurando falar hespanhol, e elegendo para santo o do nome do rei de Hespanha, não só pretendia agradar ao seu hospedeiro, mas egualmente, e sobretudo, mostrar-se subdito fiel d'este monarcha. No outro dia levou-o D. Fradique a ver o castello, no seu coche[2]; e n'outros ainda, da mesma maneira, a tomar fresco aos baluartes[3]. Deixava-o, além d'isso, passear ás vezes, acompanhado da competente guarda, por cima da muralha interna, ou a mais interior[4]; e convidava-o á noite para praticar com elle[5]; o que induziu, algum tempo depois, o conde da Vidigueira a escrever a el-rei, e ao nosso embaixador na Hollanda, Francisco de Andrade Leitão, que o tratavam melhor na cidade milaneza do que no imperio[6]; e o bispo de Lamego a communicar ao mesmo conde que elle estava alli com toda a auctoridade, que o logar permittia[7].

[1] Arch. de Simancas, Maço 3356, Carta de D. Fradique Henriques ao secretario Pedro de Arce, de 3 de setembro de 1642. Mss.

[2] Bib. de Madrid, Mss., Codice H, 74, Carta de Navarro ao conde-duque, de 26 de agosto de 1642.

[3] Bib. de Evora, Mss. 106, 2, 11, fol. 224, Relação de Huet ácerca do infante.

Arch. de Simancas, Maço 3356, Carta de D. Fradique Henriques ao secretario Pedro de Arce, de 3 de setembro de 1642. Mss.

[4] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224, Relação de Huet ácerca do infante.

[5] Id.

[6] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 22 e 30, Cartas de 18 de outubro e 12 de novembro de 1642.

[7] Bib. Nac., Mss., I, 2, 5, fol. 62, Carta de 12 de outubro, id.

VI

Duarte Nunes da Costa, apenas soube em Hamburgo da passagem do infante, escreveu a diversas pessoas, com que mantinha relações na Italia, pedindo-lhes encarecidamente noticias da sua chegada, e enviando-lhes dinheiro para o soccorrer nas suas necessidades, sem que, por então, lhe dirigisse carta alguma, pois, não só receiava não lhe ir ás mãos, porém até compromettel-o, o que seria, em vez de diminuir as graves difficuldades com que luctava, augmentar-lh'as[1]. Pouco depois, informado de que o infante já ficava n'aquella cidade, e considerando que todos sabiam ser seu creado, e quem corria com os provimentos do seu gasto, resolveu-se a escrever-lhe quatro regras, que nenhum mal causariam, se as lessem. Era um tentamen, para, no caso de chegarem ao seu destino, assim como o dinheiro, descobrir o modo de continuar com D. Duarte a correspondencia de Allemanha. Além d'isso, tencionava mandar para Milão uma pessoa capaz, que o avisasse de tudo, e désse ao infante as suas cartas, porque, apesar dos grandes embaraços, então existentes, não se devia deixar de experimentar os remedios possiveis; projecto que, julgamos não se realizou. Passados alguns dias, teve Duarte Nunes da Costa carta de Milão, participando-lhe haver sido entregue a sua ao infante, e haverem-se-lhe offerecido as

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 601, Carta do mesmo ao conde da Vidigueira, de 2 de setembro de 1642. Mss.

quantias que necessitasse, ao que replicara que não as acceitava, e que as guardassem á sua ordem. Tambem, na mesma occasião, soube que lhe tinham entregado uma caixa que lhe enviara. Continha a caixa, segundo é de crer, unicornio e pedras bazares, que o infante encommendara a Duarte Nunes, nas vesperas de ser levado a Milão, temendo que o matassem, e que se obtiveram por diligencia do conde da Vidigueira[1].

A resposta do infante ao seu correspondente foi verbal, ou á pessoa portadora do bilhete e do offerecimento de dinheiro, ou talvez mesmo a outra do castello, posto nos inclinemos de preferencia áquella supposição, porque, logo nas primeiras sommas que o infante recebeu, Lumaga, negociante milanez, portador d'ellas, teve a faculdade de lhe falar, o que pode muito bem ser já succedesse n'esta occasião, e até com o dito Lumaga.

Todos os factos, que narrámos, passaram-se antes de nove de setembro, pois, n'este dia o infante tomou trezentos dobrões do dinheiro deixado ao seu dispor. O grão-chanceller do estado milanez, e o castellão haviam consentido que se lhe fornecesse o necessario para o seu gasto, e para tudo mais[2]. A tamanha indignidade descia o governo hespanhol, que acceitava para o sustento de um preso seu, porque o tinha encarcerado n'uma fortaleza do estado, e o considerava ainda seu vassallo, o dinheiro d'esse vassallo, e até o do proprio rei que se levantara contra elle, que lhe

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, Carta do conde da Vidigueira a el-rei, de 12 de novembro de 1642.

Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, fol. 667, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 3 de outubro de 1642. Mss.

[2] Id., fol. 663, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 14 de outubro de 1642. Mss.

Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Documento de 18 de setembro de 1649. Mss.

tirara um reino, que reputava rebelde, e réo do crime de lésa-magestade!

Estava portanto estabelecido o principio da correspondencia entre o infante e Duarte Nunes da Costa, por meio das pessoas que corriam com os seus negocios em Milão, sendo uma d'ellas o citado Lumaga, e não por cartas, porque só houvera até ahi um bilhete, e brevissimo, de Duarte Nunes. Quanto á remessa de encommendas, a liberdade parece que era grande, pois este informava o conde da Vidigueira, em quatorze de outubro, de que lhe poderia enviar dentro de uma caixeta, por Gaspar Fernandes de Leão, o negociante de França já nosso conhecido, qualquer coisa que quizesse para o preso, que tudo faria ir ao seu destino, com segurança[1].

Por quão diversa maneira nos pinta D. Antonio Caetano de Sousa, na *Historia genealogica,* o tratamento do infante em Milão, nos primeiros tempos, dizendo que o prenderam com cadeias, que o privaram de todos os creados portuguezes, que os puzeram a tormento, que lhe prohibiram cartear-se com os amigos, receber dinheiro dos correspondentes, e até ler os seus livros, que lhe tiraram a mesa e o cosinheiro, dando-lhe apenas um sustento miseravel, e que o despojaram dos vestidos, substituindo-os por outros vis e indignos, emfim, repetindo todas as falsidades da carta apocrypha de Navarro, de nove de outubro de quarenta e um, e applicando-as, indevidamente, ao que aconteceu quasi um anno depois da sua data! A taes inexactidões juntou D. Antonio Caetano de Sousa outras de Birago, que este auctor referiu a tempos anteriores, e outras ainda, bebidas não sabemos em que fontes. Para refutar a todas, basta o que fica dito.

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, fol. 667 e 663, Cartas do mesmo ao conde, de 3 e 14 de outubro de 1643. Mss.

Embora encarcerado, e tão longe da patria, D. Duarte não a esquecia, antes, se lhe augmentava cada vez mais, se possivel, o entranhado amor com que sempre a tinha amado. Com interesse de verdadeiro portuguez, d'entre as muralhas da sua prisão, tentava devassar o que occorria n'ella, ou os successos que se ligavam á sua politica. O ponto que lhe chamava maior attenção era, nem podia deixar de ser, a guerra da Catalunha, de cujo proseguimento dependia tanto a manutenção da causa de Portugal; por isso, todas as novidades que, directa ou indirectamente, de modo confuso ou claro, lhe constassem a respeito das operações militares no principado, recebia-as com avidez. A da conquista de Perpinhão, que se rendeu aos francezes, causou-lhe immensa alegria[1], e augmentou-lhe o desejo de as adquirir mais largas, principalmente pelas gazetas então em voga, encargo que tomou a si Fernando Brandão, o qual, apesar de tudo, não tinha desamparado os interesses do infante. Fôra elle um dos que lh'as enviara em Allemanha, e agora vemos que lhe tencionava prestar identico favor, a correr dos meados de outubro em deante[2], ou a occultas, ou com licença do grão-chanceller, e do governador do castello, presumpção mais acceitavel, se considerarmos que lh'a tinham dado para receber dinheiro e encommendas. Por estes tempos achamos tambem que o infante mandou por Stecher, seu reposteiro, escrever a um negociante de Augsburgo, que lhe fornecia noticias, quando estava no exercito, para continuar a fazel-o, pelo que lhe pagaria, como dantes[3].

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 663, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 14 de outubro de 1642. Mss.

[2] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 14 de outubro de 1642.

[3] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Documento de 20 de dezembro de 1642. Mss.

VII

Os transtornos sobrevindos no começo da missão portugueza, junto de Luiz XIII, tinham sido bastantes, e já os historiámos, assim como as diligencias que, mau grado a elles, o conde da Vidigueira empregou em favor do infante. Esses estorvos prolongaram-se ainda; até que, emfim, o nosso embaixador conseguiu, a dezesete de agosto, a primeira audiencia de el-rei christianissimo.

As suas instrucções eram de vinte e sete de março (de quarenta e dois), como dissemos, e uma d'ellas versava principalmente sobre o infante. Determinava-lhe D. João IV que, depois de entregar a sua magestade christianissima a carta que lhe escrevia, ácerca do mesmo assumpto, lhe representasse, e ao cardeal de Richelieu, o grande sentimento que o affligia, por saber que o infante estava preso em Gratz, com o maior rigor (aqui voltam as mentiras da supposta carta de Navarro), sem communicação alguma, encerrado n'um aposento escuro, preso pelo braço com uma cadeia, cujo remate passava por um buraco, a fechar no corpo da guarda, tendo-se-lhe tirado quantos o serviam, e trocado o confessor por outro castelhano, e concedendo-se-lhe apenas uma porção de carne, como a qualquer malfeitor. Acabada esta exposição, rogaria instantemente a sua magestade, que por todos os modos acudisse ao infante, seu irmão, e lhe diligenciasse a liberdade. Se houvesse treguas, a dita liberdade seria a primeira coisa que, da parte de Portugal, se havia de pedir, como a rainha de Suecia o offerecera, pela sua, nas pazes comnosco, de cujos artigos o conde levava copia. Tambem devia promover a troca

do infante por alguns prisioneiros, quaes o duque Doria, tomado n'um naufragio que experimentára na costa de Barcelona, Lamboi, general do imperador, que o conde de Guebriant aprisionára na batalha de Kempen, e outros. Confiava que sua magestade christianissima e o cardeal de Richelieu favoreceriam muito este negocio, assim como elle conde, o qual procuraria, ao mesmo tempo, que o infante fosse informado de quanto se attendia a libertal-o, para que se alentasse e supportasse melhor os trabalhos da prisão, que, apesar de tamanhos, não era de crer vencessem a grandeza e constancia do seu animo[1].

Obedecendo a estas instrucções, o conde da Vidigueira, depois de entregar Luiz XIII a competente carta de crença, pol-o ao corrente de tudo, encarecendo-lhe os soffrimentos do infante, não sabemos se com as côres carregadas e falsas, que especificámos, a dôr de D. João IV e do reino, pela sua infeliz sorte, e o grande desejo e necessidade que ambos tinham de vel-o livre, acabando por pedir a sua magestade que, para isso, empregasse todos os esforços. Ouviu attentamente o monarcha francez a pratica do embaixador, e mostrou-se muito sentido da desgraça do irmão do soberano seu alliado, e da aleivosia do imperador de Allemanha. Auctorisado por estas e outras provas de interesse, o conde da Vidigueira conferenciou com o secretario de estado, e deu-lhe, para tal fim, uma memoria. Entretanto, carteava-se com Duarte Nunes da Costa, e este, ou porque soubesse as ordens d'el-rei, ou porque nutrisse a mesma idéa, aconselhava-lhe, como um dos meios de conseguir a liberdade de D. Duarte, a troca pelo duque Doria e por Lamboi, os das instrucções, e pelo marquez de Povar, filho do duque de Cardona, a cuja mãe deferia muito Hespanha. O pedido devia ser em nome d'elles. Não se limitava a isto Duarte Nunes da Costa; nomeava as pes-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxx, no principio.

soas, a que cumpria dirigir-se o conde para o intento; mostrava a conveniencia de sua magestade christianissima entregar os tres prisioneiros a el-rei, o que valeria muito, e referia os sujeitos, cuja influencia convinha grangear em França, os quaes eram: o cardeal Mazarini; o conde de Arles, governador da Provença; o bispo de Rennes; o principe de Monaco, que Luiz XIII estimava muito, por lhe ter entregado esta praça, deixando a protecção de Hespanha, o qual se cria affeiçoado aos portuguezes, e se offerecera ao serviço d'el-rei; o abbade de Beaumont, mestre da camara do cardeal duque de Richelieu; e o secretario Noies[1].

A memoria, dada pelo conde da Vidigueira, versava ácerca dos dois pontos contidos nas instrucções: tirar o infante da fortaleza de Gratz, pois, releva saber-se, ainda então se ignorava em Paris a sua mudança para Italia, e a troca pelos prisioneiros já ditos. Sobre ambos os pontos adoptaram-se as providencias necessarias, e uma d'ellas foi escrever ás pessoas que o commerciante de Hamburgo enumerára, promettendo-lhes grandes sommas de dinheiro, se o negocio se conseguisse[2].

Estes factos occorriam, indo já o infante em viagem, por isso nenhum effeito surtiram os esforços para elle ser tirado da fortaleza de Gratz.

Já vimos as tenções que houvéra de conduzir D. Duarte a

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 5, Carta do conde da Vidigueira a el-rei de 22 de agosto de 1642.

Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B., fol. 613, Carta do mesmo a Duarte Nunes da Costa, de 23 de agosto de 1642. Mss.

Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 2, fol. 136, Apontamentos de Duarte Nunes da Costa.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B., pag. 613, Carta do conde da Vidigueira a Duarte Nunes da Costa, de 23 de agosto de 1642. Mss.

Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 2, fol. 136, Apontamentos de Duarte Nunes da Costa.

Napoles ou a Hespanha, e como pareciam acabadas, ao menos apparentemente, com a sua ida para Milão. Mas, ou porque o governo hespanhol não tivesse abandonado de todo o projecto (o de Napoles, como sabemos, fôra o escolhido), ou porque elle revivesse, ou porque se variasse de opinião, ou ainda porque os amigos e os affeiçoados do nobre preso o imaginassem, o caso é que, da parte d'estes, se temeu uma nova transferencia, quer para a peninsula, quer para Napoles, quer emfim para outro logar de Italia.

Chegaram esses boatos ao conhecimento do conde da Vidigueira, ao mesmo tempo, ou quasi ao mesmo tempo, que a noticia do infante haver passado a Milão. Aterrado com tão más novidades, temeroso sobretudo de que o levassem a Hespanha, e incerto do seu estado, poz-se o conde logo em campo, a fim de obstar a mudança tão prejudicial, ou, ao menos, para a tornar proveitosa á sua liberdade, e tambem esclarecer-se quanto ao que succedia na sua nova prisão, ao que ajudava o ensejo opportuno, pois andavam então com os seus exercitos victoriosos no coração do Milanez o principe Thomaz de Saboya e o duque de Longueville.

O desejo do conde cifrava-se no seguinte: que se escrevesse ao principe Thomaz, muito encarecidamente, a respeito do modo de vida do infante, e do favor que se lhe havia de dar; que o principe buscasse conhecer a fórma da prisão em que elle estava; como o tratavam; como se chamava o governador do castello, e que pessoa era em qualidade e riqueza; que guarda tinha; que sustento e correspondencia lhe permittiam; e tudo mais que pudesse alcançar; que tambem se informasse o mesmo principe se os hespanhoes cuidavam de o mudar d'aquella praça para outra em Italia ou para Hespanha, e o que tencionavam fazer d'elle; e que, mudando-se, tomasse á sua conta soccorrel-o, ou sahindo-lhe ao encontro para o libertar ou prevenindo meios para esse effeito; e, por ultimo, que, ficando em

Milão, e havendo conjunctura, se tentasse, por algum bom caminho, obrigar o capitão, que o guardava, a fugir com elle, para o que se offereceria a este o que o dito principe julgasse conveniente, conforme o seu estado e condição, assim como aos guardas. No tocante ao principe, o rei de Portugal lhe mostraria o seu agradecimento por uma acção tamanha e tão proveitosa[1].

Este desejo do conde da Vidigueira foi posteriormente modificado, ou porque, entretanto conhecesse o tratamento do infante, e a segurança com estava preso, ou por qualquer resistencia que encontrasse no governo francez, ou pelo risco da empreza dentro do castello, como se parece provar de uma phrase do mesmo conde[2]; e, nos fins de setembro, ou, pelo menos, antes de quatro de outubro, mandou a Fontainebleau o secretario da embaixada a pedir duas cartas para o principe Thomaz e para o duque de Longueville, nas quaes Luiz XIII lhes recommendasse todo o cuidado e diligencia na liberdade do infante; que indagassem qual o estado das suas coisas; e que, sabendo que o queriam mudar para outra fortaleza de Italia, ou para Hespanha, atacassem o comboio com tropas e o soltassem á força.

Annuiu sua magestade christianissima ao pedido do nosso representante, e enviou-lhe as duas cartas abertas, com mui apertada recommendação, declarando ao principe Thomaz e ao duque de Longueville que tivessem por certo não lhe podiam prestar serviço nenhum mais agradavel, nem de mais estimação.

Estas cartas, datadas de treze e quatorze do dito mez, acompanhadas de outras duas do conde, para os mesmos generaes, em que os persuadia a livrarem D. Duarte, se

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 14 v., Memoria do conde da Vidigueira ao secretario de estado d'el-rei de França.
[2] Id., 106, 2, 1, fol. 52 v., Carta de 8 de fevereiro de 1643.

o levassem de Milão para Hespanha, foram remettidas immediatamente pelo conde ao seu destino[1].

A vinte e um, o conde tornou o escrever ao principe Thomaz, que esperava da sua grandeza, e do seu parentesco com o infante, que impediria o designio dos hespanhoes, e ao duque de Longueville, na mesma data, que confiava mostraria n'este feito o valor costumado[2].

Depois ha falta absoluta de documentos ácerca da tentativa de mudança e da negociação com os dois generaes, que caducou.

Mais tarde teremos de nos occupar novamente do principe Thomaz, historiando a parte que lhe coube nos projectos de libertar o infante.

Para obter noticias d'este escreveu ainda o conde da Vidigueira, a dez de outubro a Fernando Brandão e a Luiz Ramiro, o correspondente que Brandão puzera em Veneza para tratar dos negocios do mesmo infante[3].

VIII

Desejoso D. João IV de remediar, quanto possivel, a desgraça de seu irmão, cuja falta sentia em extremo, e confiando de Fr. Fernando de la Houe, que o faria com solicitude e acerto, mandou-o passar outra vez a Allemanha.

[1] Bib. Nac., Mss., I, 2, 9, fol. 250, Carta do conde da Vidigueira a Duarte Nunes da Costa, de 4 de outubro de 1642.

Bib. de Evora, Mss. 106, 2, 1, fol. 27, Carta do conde da Vidigueira a el-rei, de 29 de outubro de 1642.

Id., 106, 2, 2, fol. 111, Cartas aos ditos generaes.

[2] Bib. Nac., Mss., I, 2, 9, fol. 232 v., id.

[3] Id., fol. 251 e 251 v., as ditas cartas.

Isto seria em abril de quarenta e dois; mas, por novo descuido ou maldade, ou novo infortunio, que todos pareciam accumular-se sobre a cabeça do pobre principe, só depois de decorridos quatro mezes, isto é, em agosto, seguindo este já viagem para Milão, é que o nomeado chegou a Hamburgo!

«Perdõe Deus, exclama Fr. Fernando de la Houe, ou Francisco Taquet (nome que adoptou, por disfarce, na sua enviatura), ao lamentar a occasião que se perdera de libertar o infante, perdõe Deus a quem me deteve quatro mezes em Lisboa infructiferamente, clamando eu sempre que me acabassem de despachar, do que sua magestade é boa testemunha»[1]; e, sem essa demora, indo munido das largas ordens que levou, conseguiria, confessa-o o proprio Taquet, a felicidade do illustre preso, e a sua volta á patria.

Quem foi que deteve em Lisboa tanto tempo o encarregado de agenciar a liberdade de um infante de Portugal? Quem se atreveu a desattender os requerimentos do ministro escolhido para essa importantissima e urgentissima incumbencia, sabendo-o el-rei, que, mais que ninguem, se devia interessar por seu irmão, e, que, mais que ninguem, como soberano, podia obrigar a executar-se o despacho? De muita auctoridade era o logar que essa pessoa occupava, e muito o ascendente que exercia no seu regio amo, ou muito pouca a amizade de D. João IV por D. Duarte, para ser admissivel um facto tão extraordinario e censuravel.

Aqui vêem á memoria as accusações das côrtes de quarenta e dois, contra Francisco de Lucena, a que já alludimos, principalmente ao tratar dos avisos ao infante para sahir do imperio, depois da restauração. Acceitou Lucena, constrangido, o cargo de secretario de estado, a que o ele-

[1] Bib. de Evora, Mss, 106, 2, 11, fol. 257, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira, de 14 de março de 1643.

varam logo depois d'ella, já por, talvez, acreditar pouco no seu bom exito, já em attenção a seu filho, que residia na capital de Hespanha, e sobre cuja cabeça, com o seu procedimento, se arriscava a attrair a cholera de Filippe IV. Constrangido tambem, e só levado da precisão, approvou D. João IV, que não confiava n'elle, no que o infante o imitava, como veremos, a escolha feita pelos governadores do reino, durante a sua ausencia, porque era grande a falta de homens praticos no manejo dos negocios, condição que tinha Lucena, e serviu-se do seu prestimo, sujeitando-se á sua influencia. Firme com este poderoso apoio, Lucena poz em execução alguns projectos que na maior parte, confessamos, auxiliaram a sustentação da independencia nacional e a sua prosperidade, n'essa epocha de tantos perigos. Mas entretanto amontoava-se contra o secretario a mais horrivel tempestade. Á escolha de generaes menos habeis para as fronteiras, e á correspondencia que mantinha com Madrid, para alcançar a liberdade do filho, que fôra preso por causa da sua nomeação, correspondencia, que, segundo os seus defensores, sabia e consentia o proprio rei, a estes dois motivos, em que muitos descobriam intuitos traiçoeiros á obra dos restauradores, unira-se o descontentamento de muitos fidalgos, prejudicados por certas medidas governativas, os odios que concitou, entre os numerosos amigos e parentes das victimas, o severo e prompto castigo do marquez de Villa Real, do duque de Caminha, do conde de Armamar, e de seus cumplices, réos do crime de lésa-magestade, e ainda os rancores procedentes de outros interesses offendidos. Em dezoito de setembro de quarenta e dois, reuniram-se as côrtes na sala grande dos paços da Ribeira, separando-se depois o clero, a nobreza e o povo, e indo funccionar em logares diversos. Ora, um dos actos d'essas côrtes, foi, como já vimos, a accusação de Lucena, e um dos fundamentos d'ella faltar com avisos ao infante para se retirar de Allemanha a tempo, e contrariar

as suas coisas por odio particular. Em consequencia d'essa accusação, apresentada a el-rei pelo arcebispo de Lisboa, o celebre D. Rodrigo da Cunha, e por outros personagens de grande auctoridade, Lucena entrou no dia tres de outubro na fortaleza de S. Julião, onde ficou preso, e, seguindo o processo, foi sentenciado a vinte e um de abril do anno seguinte, e degolado a vinte e oito do dito mez, para a maior parte dos auctores, com diminutas provas de criminalidade.

Desde a restauração até ser preso no mez de outubro de quarenta e dois, exerceu portanto Lucena o cargo de secretario de estado; e por elle devia correr o despacho do mensageiro que sahiu para Allemanha ainda no seu governo, e chegou a Hamburgo em agosto, o mais tardar, isto é, um mez antes de se celebrarem as côrtes. Quem, á vista de taes conjecturas, e considerando que o infante não respondeu ás cartas que lhe levou Taquet, por serem de Lucena[1], tanta era a sua desconfiança!, quem não approximará involuntariamente estes factos das ditas accusações, e não concluirá que se corroboram, e se auxiliam mutuamente? Mas aqui, como na questão dos avisos, de certo não foi Lucena, se o foi, o unico culpado; e pela mesma razão que a rainha, e algumas pessoas importantes, influiriam n'aquelle caso, deveriam ellas ou outras, ou muito nos enganamos, influir egualmente n'este. Nem esqueçamos a asserção do segundo conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes, já por nós apresentada, de que D. Luiza não queria o infante no reino, e difficilmente escondia a sua má vontade, todas as vezes que se falava n'elle. O quinhão que cabe a cada um em tamanho descuido ou animosidade, é impossivel assignal-o.

Para cumulo de desventura, a falta de segredo veiu ag-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 500, Carta do infante a Taquet, de 18 de novembro de 1644.

gravar tardança tão inqualificavel, e de resultados tão prejudiciaes á missão de Taquet e á sorte do infante. Em quatorze de julho já este avisava Duarte Nunes da Costa que, de Portugal tinham participado para Hespanha a ida do mesmo religioso[1], e já, portanto, n'essa data, os hespanhoes o saberiam no imperio. Depois d'ella Fernando Brandão recebeu em Roma cartas de Lisboa, nas quaes lh'a communicavam, assim como o seu fim, o que tambem publicaram na dita cidade muitos viajantes chegados em novembro a Liorne, n'um navio procedente de Portugal[2].

Pelo mez de abril foi pois nomeado Taquet; em maio já o infante o esperava[3]; em julho, porventura inquieto o gabinete de Lisboa com o boato de ser o infante levado a Italia, fel-o sahir, munido de cartas d'el-rei para Duarte Nunes da Costa, e de creditos para Lopo Ramires, seu irmão, até cem mil cruzados, e, pelos meados de agosto, Taquet aportou a Hamburgo.

Era tarde. Ao desembarcar salteou-o a triste noticia de que o infante já partira de Gratz, e, incerto da maneira por que procederia, com esta alteração, resolveu permanecer em Hamburgo, até receber carta sua[4], em resposta naturalmente ás que lhe levara de Lucena.

Quatro mezes quasi residiu Taquet n'esta cidade, ou menos, se acreditarmos o que d'ahi mandaram dizer a Fer-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 610, Carta do infante a Duarte Nunes da Costa. Mss.

[2] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 31 de dezembro de 1642.

[3] Id.

[4] Id., Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 21 de janeiro de 1643. Mss.

Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, fol. 601, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 2 de setembro, de 1642. Mss.

Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 78, Carta do conde da Vidigueira ao bispo de Lamego, de 12 de abril de 1643.

nando Brandão, de haver elle feito, no mez de novembro, uma viagem a Inglaterra[1]. Esta viagem, a existir, seria para tratar com o nosso residente em Londres, Antonio de Sousa de Macedo, da liberdade de sua alteza, que el-rei o encarregara de promover pela influencia de Carlos I[2].

Assim decorreu o tempo até, suppomos, fins de novembro. Então deixou Taquet Hamburgo, e, chegado a Paris, aposentou-se em casa do conde da Vidigueira, e com elle conferenciou a respeito do expediente que cumpria adoptar. Procedeu o conde a informações geraes, debaixo de todo o segredo, e ordenou a Taquet que, juntamente com o secretario da embaixada, as tirasse tambem pela sua parte, sem indicarem designio especial. D'estas informações resultou falar-se ao ministro dos suissos em Paris, o qual, já na occasião da mudança do infante a Italia, se lhe mostrara bem affecto e a Portugal, e propor o dito ministro os meios mais conducentes ao alcance do que se tinha em vista. Consistiam elles no seguinte. Passaria Taquet á Suissa, e ficaria em S. Gothardo, cidade livre da republica, pouco distante de Milão; dar-lhe-hia o ministro cartas para as auctoridades d'ella, e para os seus amigos, por cujo intermedio, faria Taquet diligencias com pessoas confidentes; assim, poderia escolher d'entre os muitos suissos que moravam em Milão, e d'entre os muitos soldados do mesmo paiz, que ahi havia, alguns mais fieis e capazes de guardar segredo, para qualquer tentativa; tambem poderia Taquet levar cartas do rei de França, para o ajudar o seu embaixador n'aquella republica, e cartas credenciaes d'elle conde ao principe Thomaz e ao duque de Longueville, para passar aos exercitos que commandavam, pois, por ahi, se lhe abria livre a estrada de Milão, e para os ditos generaes,

[1] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Carta de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 31 de dezembro de 1642.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 1632, no meio, Carta de Antonio de Sousa de Macedo a el-rei (de fevereiro de 1645). Mss.

por elle advertidos, empregarem as armas e o valimento na liberdade do infante. Tudo isto se resolveu, e estava prestes a executar-se quando o veiu impedir a morte do cardeal de Richelieu, a quatro de dezembro[1]. Foi breve, porém, a interrupção; as negociações continuaram, e, a dezenove, Taquet partiu de Paris, dirigindo-se á Suissa, com cartas do governo francez para o seu ministro alli residente, e para o principe Thomaz e o duque de Longueville, aos quaes o conde da Vidigueira escreveu, acreditando-o. Nos fins do mez, pouco mais ou menos, o conde recebeu carta de Taquet, datada de Genebra, com a noticia de haver chegado a esta cidade, e de continuar a jornada com toda a diligencia[2].

A ida de Taquet foi julgada de modo desfavoravel por Fernando Brandão, e pelo assistente dos jesuitas em Roma, o padre João de Mattos. Ambos censuraram a extensa viagem que fez, a demora que teve, o pouco segredo que se guardou, quanto ao enviado e quanto ás lettras que levou de Portugal, e ambos reputaram inconveniente a sua escolha, por ser pessoa nova, não conhecida, nem pratica nos tramas d'aquellas terras, e sem adherencias ou dependencias de amigos e senhores, para entabolar negociações, concluindo o padre João de Mattos que esta jámais se deveria encommendar senão a italianos, e, d'estes aos mais visinhos, de dentro de Milão, homens que, sendo bem pagos, reuniriam em si agencia, poder, intelligencia, valor, atrevimento, e grande fidelidade, emquanto durasse o interesse, além de que, só elles sabiam o modo e as pessoas por quem

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 35 v., Carta do conde da Vidigueira a el-rei, de 6 de dezembro de 1642.

[2] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 38, Carta do conde da Vidigueira ao principe Thomaz, de 18 de dezembro de 1642.

Bib. Nac., Mss., I. 2, 9, fol. 241 v., Carta do conde da Vidigueira a Duarte Nunes da Costa, de 20 de dezembro de 1642.

Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 47, Carta do conde da Vidigueira a el-rei, de 18 de janeiro de 1643.

o infante podia ser libertado. Da sua parte, Fernando Brandão opinava que o conde da Vidigueira, pelos portos da Rochella e de Genova, tinha meio de se communicar facilmente com Portugal e com Italia, e de tratar tudo, havendo n'este ultimo paiz quem o auxiliasse, e a isso parecia offerecer-se; posto que, para se alcançar algum fructo, julgava necessario deixar adormecer os animos, e amadurecer com o tempo o negocio, abandonando todos os pendentes, referencia provavel a alguns dos que expomos em seguida, contemporaneos ou pouco posteriores á ida de Taquet. O infante não receiava menos a inexperiencia de Taquet, e, já em maio, sciente da sua missão, e querendo evitar que o enganassem, incumbia Fernando Brandão, caso elle fosse a Roma, de lhe ordenar, em seu nome, que não désse passo algum, mesmo porque o melhor era então ficar inactivo [1].

Não nos é possivel discernir bem se, debaixo dos conselhos do padre João de Mattos e de Fernando Brandão se escondiam interesses individuaes. Inclinamo-nos a acreditar que não; mas, admittindo o contrario, confessaremos que o futuro mostrou serem elles fundados, e conferiu-lhes esse fôro. Demais, a suspeita recahiria unicamente no emprego exclusivo de italianos, onde alguem imaginará o padre, como amigo de Brandão, mancommunado com elle; pois quanto ás censuras ácerca da imprudencia da commissão e da pouca sufficiencia de Taquet, ninguem desconhecerá que as palavras do padre João de Mattos e de Fernando Brandão representavam em parte a verdade.

A leviandade do governo portuguez ainda subiu de ponto com a enviatura do capitão Beni. O destino d'este era tambem para Allemanha, mas, chegando a Paris, e sabendo

[1] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Cartas de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 31 de dezembro de 1642 e 21 de janeiro de 1643.
Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 9, fol. 108, Carta de João de Mattos ao conde da Vidigueira, de 13 de abril de 1643.

da mudança do infante, entregou ao conde da Vidigueira, sem elle lh'a pedir, a credencial que levava d'el-rei para tudo o que promettesse, a respeito da liberdade do illustre preso. Mostrou tão pouca esperança de resultado Beni, apenas lhe constou a alteração que sobreviera, e houve-se com tão pouco recato, que o conde, posto elle quizesse ir por deante, suppoz tudo phantastico, e resolveu guardar a credencial, abandonando o projecto, do qual não achamos nenhum outro vestigio [1].

Para enumerarmos todos os elementos de salvação, ao menos esse era o intento, dispostos, por este tempo, em favor do infante, diremos que ainda foram de Lisboa, então ou proximamente, dois portuguezes da casa d'el-rei, um chamado fulano de tal da Ponte, e outro João Baptista de Leão, seu irmão [2]. Taquet, da Suissa, onde estava, mandou uma pessoa digna de fé a Milão, para observar as coisas, com uma carta escrita cautelosamente, julgamos para o infante; Fernando Brandão deu ao conde da Vidigueira, por correspondente em Veneza, Luiz Ramiro, que já ahi o era de sua alteza, homem, segundo elle, de confiança e habilidade, e que serviria fielmente; e tencionava enviar a Milão outro, a fim de prover ao que o preso necessitasse, apenas soube da sua chegada, o qual devia partir logo depois de treze de setembro [3]. Além d'isto, el-rei remettera dinheiro para Roma, não sabemos se pelos ditos Ponte e Leão [4], o

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 35 v., Carta do conde da Vidigueira a el-rei de 6 de dezembro de 1642.

[2] Id., 106, 2, 9, fol. 108, Carta de João de Mattos ao conde da Vidigueira de 13 de abril de 1643.

[3] Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Cartas de Fernando Brandão ao conde da Vidigueira, de 7 e 13 de outubro, e 4 de novembro de 1642.

Bib. de Evora, Mss. 106, 2, 1, Carta do conde a el-rei de 8 de fevereiro de 1643.

[4] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 486, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 16 de outubro de 1643.

qual prefazia uma somma de bastante importancia, junto aos cem mil cruzados, de cujos creditos fôra portador Taquet[1], e a vinte mil, de que podia dispor Gaspar de Magalhães, creado do infante, já de nós conhecido, que, vindo de Allemanha ao reino, passara d'aqui a Veneza com aquelle dinheiro, para ficar ao seu serviço[2].

IX

Voltemos agora os olhos a Portugal, e vejamos o que n'elle se passava, assim como a parte que tomava D. João IV nas desgraças de seu irmão, do que, implicitamente já nas ultimas linhas, e antes, se falou um pouco.

Principiaremos pela carta d'el-rei de dois de setembro.

«Muito honrado e muito amado irmão, eu el-rei vos enviu muito saudar, como aquelle que muito amo e prézo.

«O bispo de Lamego, meu embaixador em Roma, me avisou do meio que se lhe havia offerecido para vos escrever, e ter carta vossa, de dezeseis de março passado (deve ser a de doze, já transcripta) de que me enviou a copia; e, posto que dou muitas graças a Deus, pela mercê que nos faz em vos dar saúde, em tão injusta e apertada prisão, e com tantos maus tratamentos, é tal o meu sentimento do que padeceis, e das grandes difficuldades que se offerecem

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tom. 4 B, fol. 601, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira de 2 de setembro de 1642.

Bib. de Evora, Mss., 106, 2. 1, fol. 78, Carta do conde da Vidigueira ao bispo de Lamego de 12 de abril de 1643.

[2] Id., fol. 84, Carta do mesmo ao msemo, de 26 de abril de 1643.

para o remediar, que nem póde ser maior, nem significar-se com termos do maior encarecimento; e, assim como me acompanha sempre, o faz tambem um vivo desejo do remedio, e de descobrir os meios d'elle, esperando da bondade da justiça divina que tomará (por seus) [1] vossa innocencia, e nosso aggravo, restituindo-vos a liberdade, de que nossos inimigos, contra o direito das gentes, e nunca vista offensa nossa e da fé publica, vos privaram.

«A este fim, se teem feito e vão fazendo da minha parte, por meus embaixadores, com os principes meus amigos e confederados, todas as diligencias que podem ser de importancia, não deixando de entender outras negociações particulares, por outras vias de Italia e do norte, de que entendo tereis já noticia, quando receberdes esta carta; e se não declara mais n'ella, a respeito do risco que correriam as pessoas a que se encarregaram, se não chegasse segura a vossas mãos; e estou n'esta occasião compadecendo-me de que o poder humano seja tão limitado, para que o entranhavel affecto, que tão devidamente vos tenho (não faça o que) [2] me pedia que obrasse sem limitação, para vos ver livre, e em minha companhia, no que não hei de descançar até que logre esta felicidade, que, na estimação, eguala á de estar restituido á corôa dos senhores reis portuguezes, nossos progenitores.

«As coisas d'estes reinos e da defensão e conservação d'elles se vão, com o favor de Deus, continuando e estabelecendo prosperamente. As fronteiras de Castella estão bem guarnecidas, e muita parte d'ellas fortificada, e no que resta se trabalha quanto se pode.

«A India e conquistas todas estão á minha obediencia, e a fortaleza da Ilha Terceira se me rendeu e entregou, de-

[1] As palavras entre parenthesis são a leitura provavel do salto que ha n'este logar.

[2] Id.

pois de um largo sitio de mais de um anno. As pazes com Inglaterra se fizeram, vencendo as contradicções castelhanas, e, nas costas d'estes reinos, anda a minha armada, que consta de vinte e uma velas, a maior parte galeões de muita força; e não se intentou com ella outra facção, a respeito de haver em Dunkerque quantidade de navios de guerra aprestados com muita gente, que se não sabe o que intentariam.

«Tenho chamado a côrtes, segunda vez, os tres estados do reino, para que se assentem effeitos bastantes a poder sustentar as despezas da guerra, mettendo-a em casa aos inimigos, o que se disporá no inverno que entra, de maneira que, na primavera, se abra, avizinhando-me eu ás fronteiras.

«Em França está por meu embaixador o conde da Vidigueira. Em Inglaterra, residente d'aquella embaixada, Antonio de Sousa de Macedo, secretario que foi d'ella. Em Hollanda é embaixador Francisco de Andrade Leitão, um dos que fizeram a paz de Inglaterra, havendo-se recolhido a este reino o outro embaixador D. Antão de Almada.

«Ao bispo de Lamego, por cuja via se vos ha de encaminhar esta carta, mando ordenar que, feitas as ultimas diligencias e instancias sobre o papa haver de receber a minha embaixada e obediencia, que, se até vinte de novembro, que cumpre um anno do dia em que entrou em Roma não for admittido, se saia, e venha para este reino, pois está bem justificado e manifesto ao mundo todo haver eu cumprido inteiramente com a obrigação de principe catholico e obediente filho da sé apostolica, e que podem tanto com sua santidade os respeitos e interesses de Castella, que fazem que se esqueça do que devia ao officio de pae universal e cabeça da egreja, e dos exemplos, tão sabidos, do que, em todos os tempos, fizeram os summos pontifices seus antecessores, em casos semelhantes. Partido o embaixador ficará em Roma correndo com os negocios que se offerecerem,

em caso que o papa haja recebido a embaixada, o agente d'ella Pantaleão Rodrigues Pacheco, do nosso conselho, e do geral do Santo Officio da Inquisição, que agora nomeei por bispo de Elvas, neto do doutor Lourenço Rodrigues, que Christo perdõe, pessoa de muita satisfação, e de quem podeis fiar todo o cuidado de se empregar no que fôr de vosso serviço.

«Temos saúde, e a rainha com esperanças de nos dar mais successores. O principe muito crescido, e suas irmãs cada dia mais lindas; e todos se vos encommendam muito.

«Escripta em Lisboa a dois de setembro de mil seiscentos e quarenta e dois».

Da mão de sua magestade: «Todas as diligencias possiveis se teem feito em vossa liberdade, e o que eu sinto, é não poder em particular ter noticias d'ellas. Outras se teem advertido de novo, que se vão continuando.» [1]

É esta a primeira carta d'el-rei a D. Duarte, que conhecemos, porém não a primeira a seu respeito, como vamos vêr.

O boato de ter sido entregue o infante aos hespanhoes, e de ser levado a Italia, parece que chegou ao reino em junho. Ao sabel-o, o animo de el-rei indignou-se, e, instigado pela sua grande paixão, convocou as côrtes, com o fim de lhes pedir mais dinheiro, para entrar por Hespanha com um exercito poderoso[2]. Um dos principaes actos d'essas côrtes foram, como sabemos, as accusações contra o secretario Francisco de Lucena, e um dos capitulos d'ellas haver prejudicado o infante, e concorrido pela sua malevolencia para que o prendessem. A vinte de junho D. João IV escreveu ao conde da Vidigueira, a respeito d'aquelle boato, e advertindo-o de que, ainda a não ser verdadeiro, valeria

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Collecção de S. Vicente, vol. XXIII, fol. 206. Mss.

[2] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Christovão Soares de Abreu, vol. IV, Documento de 20 de outubro de 1642.

muito, para qualquer eventualidade, não soltar o rei de França nenhum dos prisioneiros de importancia, tanto vassallos do imperador, como do rei de Hespanha, salvo a troco do infante. No caso da entrega se haver effeituado, ordenava-lhe pedisse instantemente a Luiz XIII, em seu nome, que se dessem a elle D. João IV os mesmos prisioneiros, para estarem em seu poder, e d'esta maneira assegurar mais a vida e liberdade de seu irmão[1]. Este ultimo pedido era segundado em dois de setembro, posto constasse em Lisboa que já se não cuidava de o passarem a Italia[2]. As recommendações, que acabamos de enumerar, a enviatura de Taquet, as de Ponte e João Baptista de Leão, e a do capitão Beni, bem como as providencias, a que se refere a carta de dois de setembro, já feitas, e que se iam fazendo com os principes amigos e confederados, e as outras diligencias particulares, por varias partes de Italia e dos paizes do norte, contidas na mesma carta, que não nos é licito discriminar nem individualisar, tudo isto formava o conjuncto de medidas adoptadas por el-rei, até ao tempo em que vamos, para alcançar a liberdade de seu infeliz irmão, pelo menos, não se encontram vestigios de outras quaesquer.

Se assim procedia el-rei e o seu governo, não menos cuidadoso se mostrava, em geral, o paiz, do captiveiro do infante, do que é prova o escripto, que publicou João Rebello Vellozo, n'este mesmo anno de quarenta e dois, intitulado *Aviso exhortatorio aos fidelissimos Tres Estados do reino de Portugal,* que, a dezoito de setembro se reuniram em côrtes, no qual, mostrando a necessidade de estarmos unidos, e de nos defendermos, escreve: «Por todas as vias convém solicitarmos, com muitas véras, e com todas as in-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 456, fol. 5, Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira de 20 de junho de...

[2] Id., fol. 12, Carta do mesmo ao mesmo de 2 de setembro de 1642.

stancias efficazes, a liberdade do senhor D. Duarte, advertindo que tanto importa á defeza do reino a presença de sua pessoa, como vinte mil homens postos em campo, pelo conhecido e experimentado valor de seu animo, sempre invencivel, pelo prudente governo de tão claro juizo, acompanhado de tão raro entendimento» etc.

No mesmo seio da representação nacional levantou-se a voz em pró do nosso principe. «E não é só a fazenda que vos pede união e segurança, disse-se ahi. Pede união e segurança a estas côrtes a propria vida, a liberdade, a honra, a patria. Pede mais a estas cortes, não digo bem, clama vingança o barbaro tratamento de que usa o castelhano com o senhor infante D. Duarte, preso, mas para gloria sua, porque foi a causa da prisão o medo do seu valor, vendido em figura de escravo, para nosso vituperio, porque foi a causa da venda desprezo da nossa estimação: o captiveiro pois, a venda e o preço d'este justo pedem resgate, mas resgaste de sangue; o vosso em sacrificio do nosso amor; o do inimigo em satisfação da nossa injuria; e eu seguro que não nos faltem companheiros, porque do meio das figuras d'esses pannos (referindo-se a alguns pannos de arrás, com passagens da historia de D. Nuno Alvares Pereira, que revestiriam as paredes da sala das côrtes), ou da sua sepultura se levantará o grande, o invencivel condestavel para ir comnosco resgatar este seu neto[1]».

Entretanto sabia-se em Lisboa com certeza que Fernando III entregára o principe portuguez aos hespanhoes, e que estes o mandavam para Milão. Trouxeram a triste nova as cartas de Duarte Nunes da Costa a sua magestade, e as originaes do proprio infante, de dez e quatorze de julho, datadas de Gratz, ao mesmo Duarte Nunes, já por nós transcriptas, que as acompanhavam, e só par-

[1] Mss. da Casa do Marquez de Pombal, Livro de documentos varios do tempo de D. João IV, D. Affonso VI, etc.

tiram de Hamburgo, depois de vinte e tres de agosto; e trouxeram-a tambem as cartas do conde da Vidigueira.

Narrando o acontecido, o embaixador participava a el-rei as providencias que tomara, rogando ao ministro dos suissos em Paris escrevesse ao de Veneza, para, mediante dadivas e promessas, fazer com que os banidos destroçassem os guardas, que conduziam o preso a Milão; punha-o ao facto dos primeiros resultados da sua embaixada, e de que não apresentara á côrte de França todos os papeis que estavam promptos, á espera da vinda do cardeal-duque, mas só o relativo ao infante, por ter o marechal de Guise ordem para a troca dos prisioneiros; ponderava que o negocio havia de levar algum tempo; que os francezes, em poder de D. Francisco de Mello, eram de muita consideração, e que de certo encontraria repugnancia n'este ponto; e assegurava sua magestade de que Luiz XIII promettera empenhar-se o mais possivel pela liberdade do infante, e sentira muito a infamia com que procedera o imperador[1].

Imagine-se qual a inquietação e a magoa de D. João IV ao constar-lhe tão lamentavel successo! Mas á dôr que o opprimiu succedeu logo a necessidade de prover o mal de remedio urgente, e apressou-se portanto em responder ao conde da Vidigueira, approvando o modo por que procedera, e recommendando-lhe que tentasse a liberdade de seu irmão por todos os meios, sem reparar nos gastos, para o que se valeria de Lopo Ramires, que tinha creditos para tudo, e de todos os emprestimos que encontrasse, os quaes se pagariam pontualmente[2]. Pouco depois el-rei certifica-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 456, fol. 14, Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, de 25 de outubro de 1642.

Bib. de Evora, Mss. 106, 2, 1, fol. 5, Carta do conde da Vidigueira a el-rei, de 22 de agosto de 1642.

Bib. Nac., Mss., I, 2, 9, fol, 242 v, Carta do mesmo a Francisco de Lucena, de 7 de setembro de 1642.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 456, fol. 14, Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, de 25 de outubro de 1642.

va-se de que o infante era bem tratado em Milão, e podia receber dinheiro e encommendas, o que devia minorar o desgosto e os temores que sentira[1]. Porém logo, a par d'esse lenitivo, novo cuidado lhe veiu occupar o animo, ainda em sobresalto: o annuncio de pretenderem os hespanhoes transferir o infante a outra praça de Italia, ou a Hespanha. Assustou-se el-rei com a novidade, que era da maior consequencia no negocio que mais o desvelava, de quantos encarregara ao conde; e, não menos com as providencias, que este lhe participava ter adoptado junto do governo francez, para o principe Thomaz e o duque de Longueville o libertarem. Achava o remedio perigoso; receiava a falta de recato, que haveria na negociação; e preferia a troca ou a fugida a ser tirado ás guardas, pois ellas, em tal caso, levariam ordem de o matar[2]. A este ponto respondeu-lhe o embaixador, procurando socegal-o, e explicando-lhe como as cartas de sua magestade christianissima aos generaes, não eram para empreza alguma no castello de Milão, porém unicamente para se o tirassem d'ahi, com o fim de o conduzirem a Hespanha[3].

X

Aos meios empregados para se conseguir a liberdade do infante, juntavam-se os manifestos, como já vimos, e, no

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 30, Carta do conde da Vidigueira a el-rei, de 12 de novembro de 1642.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 546, fol. 15, Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, de 28 de dezembro de 1642.

[3] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 52 v, Carta do conde da Vidigueira a el-rei, de 8 de fevereiro de 1643.

emprego d'este meio, o governo e os ministros portuguezes tambem andaram muito tardiamente, porque a sua feitura e publicação foram contemporaneas, e até posteriores á passagem do infante a Italia, pelo que nos occupamos d'elles aqui.

A primeira referencia que encontramos, a seu respeito, é o pedido de D. Duarte, ao residente portuguez em Londres, Antonio de Sousa de Macedo, para escrever um ácerca da sua prisão, ao que aquelle não annuiu, suppondo precisar para isso ordem de el-rei. Instou novamente o infante, da cidade de Gratz, e Macedo cedeu afinal, porém, fazendo-o de maneira que não offendesse o imperador, porque, não partindo, por então, o infante, de Allemanha, e podendo por conseguinte Fernando III ainda soltal-o, haveria inconveniente, se assim se não procedesse. Inspirado por taes considerações, escreveu Macedo o seu manifesto, não, diz elle, para que houvesse de aproveitar, mas para que fosse de algum allivio ao preso. É o primeiro de todos na composição e na publicação, visto que em agosto de quarenta e dois, já sahira á luz, e já d'elle se haviam mandado alguns exemplares para o imperio[1]. O residente em Inglaterra compoz a sua obra na lingua latina, com o titulo: *Proclamatio de injustitia germanica, ad regem Hungariæ, principes, ordines, et magnates imperii.* Depois sahiu traduzida em portuguez, com o titulo de: *Publico sentimento da injustiça da Allemanha, ao rei da Hungria, principes, ordens, e senhores do imperio.* D'esta traducção, cujo auctor ignoramos, fala Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca lusitana,* dando-a como original de Macedo; Innocencio Francisco da Silva segue-o no seu *Diccionario bibliographico,* confessando não ter visto nenhum exemplar; e dão-a ambos duas vezes impressa, a primeira em

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 8, fol. 32, Carta de Antonio de Sousa de Macedo ao conde da Vidigueira, de 28 de agosto de 1642.

Londres, no anno de quarenta e um, e a segunda em Lisboa, no anno seguinte. De certo erraram estes bibliographos. O *Publico sentimento* é traducção da *Proclamatio*, e não original; e, não sendo este impresso antes de quarenta e dois, porque contém a venda do infante, acontecida no dito anno, a traducção, por sel-o, e pelo mesmo motivo, não viu a luz da publicidade em quarenta e um. De mais, o exemplar que conhecemos na Bibliotheca Nacional de Lisboa, embora sem folha de rosto, nem data, nem auctor, data e auctor de que tambem carecem os outros exemplares, tem a taxa de vinte e tres de dezembro de quarenta e dois. Jorge Cesar de Figanière, na sua *Bibliographia historica portugueza*, confessa que o *Publico sentimento* é versão de uma obra em latim de Macedo, publicada em Londres, mas não lhe marca data. Para nós é de fé que não houve outra edição da obra em portuguez, além da de quarenta e dois, e que a dita infundadamente de quarenta e um, impressa em Londres, deve ser a latina. Nunca vimos a *Proclamatio* senão na *Historia genealogica*, onde vem reproduzida, mas tem-a a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, para onde foi na preciosa collecção de Barbosa Machado. É em quarto, sem auctor, nem logar, nem data, e consta de nove paginas. Quanto ao auctor original, diz D. Antonio Caetano de Sousa que é Antonio de Sousa Tavares, secretario da embaixada aos estados de Hollanda; mas com engano palpavel, porque se prova pertencer inquestionavelmente a obra a Macedo, por uma carta de Christovão Soares de Abreu, ao mesmo Macedo, de quatro de janeiro de quarenta e tres, em que lhe agradece um exemplar, com que o contemplara[1].

Narra Macedo como o infante serviu o imperio; como, apenas soou a noticia de seu irmão ter subido ao throno

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Christovão Soares de Abreu, vol. III, fol. 263, a dita carta.

de Portugal, foi preso por ordem de Fernando III, embora não entrasse na revolução do primeiro de dezembro, e continúa:

«Não ha no infante culpa, como todos confessam; logo, é atormentado pelos merecimentos e serviços; e, se os merecimentos assim são castigados, que castigo se reserva para a culpa? Perdoar aos sujeitos e castigar aos soberbos é a regra imperial, a qual ao contrario aqui se pratica...

«Quem ouvir que um senhor catholico foi vendido em Allemanha cuidará que o turco impera n'ella; mas, se imperasse um sarraceno, mais brando, mais humano se mostraria. Captivo ficou de sarracenos o serenissimo D. Theodosio, duque de Bragança, na perda lastimosa de Africa, e foram tão humanos aquelles moiros, que lhe deram liberdade gratuita; e seu filho D. Duarte, andando occupado na defeza dos allemães, é por elles preso e vendido a um tão duro adversario. Sei que a corôa de oiro, que, depois da de prata e da de ferro, corôa ao imperador da Germania, o obriga a se avantajar em virtudes entre os mais principes, como entre os outros metaes o oiro; como é logo digno de tal corôa aquelle que é vencido na hospitalidade por um moiro?»

Depois lembra a identidade da religião, entre o imperador e o infante, e o parentesco de ambos, para o que entronca a ascendencia da casa d'Austria nos duques de Bragança e nos reis de Portugal, e prosegue:

«Mas, dado que fosse isso (a venda) amizade ou interesse da casa d'Austria, se é por amizade, mal se vende a humana pelo preço da divina; se é por interesse, lembre-se que o rei catholico por divino juizo perdeu o que possuia, por se fazer arbitro entre outros, só por razões de estado, como ao presente se vê em Mantua...; se a piedade de um ascendente accrescentou e sublimou a casa d'Austria, da impiedade de um descendente bem se pode esperar sua ruina; porque a justiça guarda egualdade no premio e no

castigo: nem aos hebreus valeram, para não serem castigados por peccados proprios, as virtudes de seus antepassados.

«Bem differentemente se houve o justissimo rei de Portugal, D. João o quarto, com a duqueza de Mantua: o rei mandou-a pôr com guarda, com toda a sua casa, até que seu real animo lhe concedeu liberdade; pudéra detel-a com esperança de troca pelo infante, que os parentes da duqueza já procuravam, mas venceu a vontade ao rigor, a innocencia foi anteposta á razão de estado, e porque antepoz a justiça ao proveito, vemos que o céo peleja pela sua (parte?) e a favorece.

«Pretendem os inimigos privar de tal general as armas lusitanas, e diminuir a real estirpe, diz ainda Macedo: não o fez peor Ramiro II, e Affonso III, reis de Leão, que, para segurança do reino, tiraram a vista a quantos parentes tinham algum direito á corôa: leis da tyrannia; contra toda a justiça castigar imaginações, e avaliar por inimigos presentes os que o medo lhe persuade que o poderão ser no futuro!

«Accrescenta-se que Filippe nenhum proveito tira d'estes receios e estorvos que cuida põe a Portugal, porque nem n'este reino faltam muitos e bons capitães, como bem experimentam seus exercitos, que basta qualquer portuguez contra castelhanos, e não é necessario para tão pouco o senhor infante: nem tambem tirará proveito na diminuição na estirpe regia, porque, dado o caso que faltasse pessoa real em Portugal (o que Deus não permitta), nunca castelhanos, como tão aborrecidos, tornariam a ser admittidos dos portuguezes, quanto mais que a casa real de Portugal tem já ao presente mais successores que a de Castella, e assim está mais segura pelas vias ordinarias; se já recorrem ás extraordinarias, põem-se contra Deus, fundador do imperio lusitano, de cuja promessa feita a D. Affonso Henriques estes successos procedem; e, se não creem milagres, advir-

tam que João I de Castella prendeu por receios ao infante D. João, em pena do qual delicto, não só foi vencido de poucos portuguezes, mas em breve acabou a vida, cahindo de um cavallo, sem deixar geração de D. Beatriz, rainha, pela qual esperava entrar no reino.

«Mas que importa ao imperio o interesse de um reino alheio, quando o descredito fica proprio, assim na liberdade, porque suas immunidades se quebram, como no lustre, fazendo-se ministro de Castella e mercador de sangue christão o que é imperador na fama; porque que principe o virá servir, vendo que, contra a fidelidade, prende a um principe lusitano, e o vende a seus inimigos»?

Aqui Macedo, como que arrependido da sua ousadia, modera a phrase, na verdade mais acre do que era conveniente para o proposito de conservar favoravel Fernando III, como pretendia, e conclue, excitando n'este e nos principes e estados do imperio os sentimentos de justiça e piedade a favor do infante.

«Conhecemos, serenissimo rei, diz elle, que esta quebra de immunidade procede, não tanto de vosso peito, quanto de persuasões castelhanas; vemos que vossa prudencia vence e reprehende os ministros do rei catholico, que lhe pedem a monarchia; pois para que se seguem conselhos que se condemnam?

«Veja vossa alteza o que pede a justiça; veja a innocencia do principe captivo; advirta o muito que Allemanha lhe deve; olhe por sua propria fama; não desauctorise o seu nome com tal crueldade; acuda pelo bem commum, e não respeite ao particular; tema a Deus e aos divinos castigos; não possam mais para com vossa alteza maus conselhos que razões justificadas.

«E vós, ó reverendissimos, altos, e illustres principes do imperio, ordens e potentados generosos e magnificos, em os quaes, como em columnas, estriba, vendo os damnos que, em tão breve tempo, tem sentido Allemanha, olhae que

parece, por alguma grande causa, desampara Deus o imperio, e eu a não vejo maior, ao presente, que a injustiça e crueldade com que tratastes ao infante.

«Ponde os olhos em sua innocencia; não queiraes que os portuguezes tenham, entre os allemães, um principe, um infante martyr, como tiveram entre os moiros na Africa; se vos não move a amizade e lealdade para com os portuguezes, movam-vos vossas leis, vossa honra, e liberdade. Ou o rei de Hungria obra como imperador, ou como particular: se como imperador, que fez D. Duarte contra o imperio; se como particular, que tem que ver o imperio com o homem particular? Acudi logo pelo imperio; não consintaes que o rei de Hungria siga os passos de el-rei catholico, e se precipite nas mesmas ruinas».

XI

Vamos agora ao manifesto de Antonio de Sousa Tavares: *Dolor fidei publicae, Castellae astu, in Allemania violatae, pro retentione injustissima serenissimi domini domini Eduardi, Portugalliae infantis.* Este manifesto foi traduzido em portuguez com o titulo: *Sentimento da fé publica, quebrantada em Allemanha, por industria de Castella, na injusta retenção da pessoa do serenissimo senhor D. Duarte, infante de Portugal: offensa universal aos principes da Europa, manifestada em as noticias presentes.* Barbosa Machado attribue a traducção, reputando-a original, ora a Antonio Moniz de Carvalho, ora a Antonio de Sousa Tavares, dizendo, em seguida, que tambem sahiu em latim, mas sem declarar em que lingua foi primitivamente composta, nem qual o auctor

ou traductor da edição latina. Innocencio Francisco da Silva dá por auctor d'este manifesto em latim a Moniz de Carvalho, e por seu traductor a Tavares. Barbosa Machado, no artigo relativo ao primeiro d'estes escriptores, traz a traducção impressa em Lisboa em quarenta e um, e, no relativo ao segundo, sem logar nem anno. Innocencio estranha que Barbosa cite a mesma obra duas vezes, uma com data, e outra sem ella; mas, embora pareça ter visto alguns exemplares, que menciona como existentes, segue-o, isto é, dá a obra em portuguez nos artigos relativos aos dois, apresentando-a, como Barbosa, no de Tavares sem data, e no de Moniz de Carvalho com a de quarenta e um. Jorge Cesar de Figanière, tendo á vista o exemplar da versão pertencente á Bibliotheca das Necessidades, dá o original como de Moniz de Carvalho; mas não especifica traductor; nem anno, nem logar, tanto a este, como áquella. O certo é que o original latino, de que existe um exemplar na Bibliotheca do Rio de Janeiro, e a traducção, de que ha exemplares na dita Bibliotheca, na das Necessidades, encorporada na da Ajuda, e na de Lisboa, não tem expresso auctor, nem logar, nem anno, e que só no da ultima se vê junto do titulo, em lettra, que pode ser coeva: por Antonio de Sousa Tavares. De tantas incertezas vem-nos tirar a carta, já citada, de quatro de janeiro de quarenta e tres, dirigida por Christovão Soares de Abreu a Sousa de Macedo, na qual lhe participa haver recebido de Tavares um manifesto, com o titulo: *Dolor fidei publicae,* etc., que, segundo este, D. João IV o encarregara de escrever e traduzir, d'onde se colhe que, não só a obra latina, mas tambem a portugueza, são de Tavares, e não de Moniz de Carvalho, como quasi geralmente se tem pensado. Quanto ao anno da impressão, deprehende-se tambem da carta que deve ser o de quarenta e dois, pela sua data, pois ahi se fala d'ella, como se de pouco houvesse sahido a publico, e pela razão já allegada para o antecedente manifesto: por conter a venda, e ser a

venda d'aquelle anno. Implicitamente fica provado que a traducção portugueza não podia estampar-se em quarenta e um, conforme querem Barbosa e Innocencio, isto é, antes do original latino, e antes dos factos que narra; e dizemos do original latino, por acreditarmos que o manifesto foi primeiro impresso n'esta lingua, porque assim o pedia a urgencia, e porque estes escriptos se destinavam sobretudo á Europa, e de certo ninguem se lembraria de falar portuguez á Europa, lingua pouquissimo conhecida, tendo a latina e a hespanhola, que então o eram tanto, e de que, em casos semelhantes, nos costumavamos servir. A obra parece deduzir-se do seu conteúdo que foi feita em Portugal, para onde cremos que Tavares, a esse tempo, já se havia retirado, com o embaixador de Hollanda, Tristão de Mendonça.

Começa Tavares exprobrando a violencia commettida contra o infante, e, referindo-se aos seus serviços no imperio, prorompe n'estes encarecimentos:

«Digam (o seu valor) a cidade de Anclam, na Pomerania, que, muito á sua custa, experimentou os damnos, que do principe de Florença não temeu, e que o infante D. Duarte tanto lhe fez sentir, tomando fortes e reductos, com assistencia tão prompta e perigo tão proximo, que nos encontros lhe mataram o cavallo em que pelejava; e não poderá negar esta verdade o general Galasso, pois de vista foi testemunha de como, n'esta, e em outras occasiões, se atreveu o infante a executar excessos, para os quaes nenhum capitão do imperio tinha deixado exemplo.

«Esta excellencia reconheceu a cidade de Kaminis, na Saxonia, quando, temendo o esforço de tão valente guerreiro, lhe entregaram os magistrados d'ella, sem contradicção, as chaves, querendo antes a protecção do seu favor, do que a experiencia do seu braço; deixo de referir quanto pudéra, pois já a fama se não descuidou de manifestar ao mundo parte do que, em tão generosos feitos, devia enca-

recer, como viram as escaramuças do principe de Polonia com o duque Bernardo de Weimar, general do exercito de el-rei christianissimo, e como foi notorio na batalha de Bistoch, e na tomada da cidade de Saverna, na Alsacia, nas passagens do Rheno, Meuse, e Meno, na fortificação de Maciers, em Lorena, em cujas partes, ou o valor do infante conseguiu os successos prosperos, ou, por sua prudencia e conselho, se evitaram os adversos.

«Porém o premio d'estas memorias, e memoraveis proezas, a satisfação d'estes beneficios singulares, a quem eram devidas as remunerações, que todo o engrandecimento humano reconhece, fez converter a industria de el-rei de Castella, com seus costumados dolos e corrupções, em tão vil e escandalosa recompensa, qual não podia temer um delinquente ordinario, quanto mais um innocente principe tão esclarecido; e assim, fazendo da conveniencia propria culpa alheia, pelos meios que o mundo publica, obrigou ao rei de Hungria a que puzesse em aspera prisão ao serenissimo infante, quando lhe devia os parabens da justa razão com que o céo havia feito restituir a corôa de Portugal ao muito poderoso rei D. João o quarto, seu irmão, de cuja justiça não ha direito que duvide...

«Venceu o odio os poderes de toda a lei, prosegue Tavares, depois de algumas considerações sobre a causa de D. João IV, e sobre a innocencia de D. Duarte na revolução portugueza, foi preso o infante em Ratisbona, cidade livre da Germania, e, sem embargo das instancias, que deviam fazer a immunidade e fóros do imperio, a fé publica offendida, o direito das gentes violado, e das justas queixas com que os embaixadores de Portugal, que se achavam em França, Inglaterra, Hollanda, e Suecia, representaram por suas cartas á dieta de Ratisbona esta iniquidade, comtudo privado dos creados, e tratado com despresos de réo e criminoso, foi levado com maior aperto ao castello de Passaw, em Baviera, prohibindo-se-lhe a communicação e

remedio de poder tratar não só das coisas civeis, mas nem ainda das naturaes.

«E por aggravarem mais os escandalos da sua injustiça, conseguiram os ministros castelhanos que, de Passaw, fosse posto na fortaleza de Gratz, na Styria, mais perto de Vienna, aonde, executando-se com elle toda a aspereza e rigor, são incriveis as violencias que soffre no trato corporal, e nas offensas da reputação. Oh! successo lamentavel! Oh! impiedade horrenda, nunca entre os mais barbaros imaginadas! Ahi, com asperas cadeias (volta á scena a carta apocrypha de Navarro), com pobres vestidos, com tenue sustentação, com pesados grilhões, com experiencias de ingratidão, que são golpes mais sentidos dos espiritos generosos, ouvindo affrontosas palavras, contra o respeito e decoro das coisas de Portugal, a quem ameaçam com grandes castigos, despresado e abatido, está o serenissimo infante, receiando maiores damnos, e, o que parece mais para admirar, vendido por quarenta mil cruzados ao embaixador de Castella, por cuja ordem, e industria de um Fr. Diogo de Quiroga, confessor da rainha de Hungria, e de D. Francisco de Mello, e outros, d'esta feita, se acha, para o levarem, entregue ao doutor Navarro, secretario da rainha, em cuja casa padece os opprobrios e necessidades que, pelas relações e avisos publicos e certos, se manifestam, sendo verdade indubitavel que aquelle rei lhe prometteu expressamente, e, por quatro vezes, deu sua palavra, que nunca o entregaria nem deixaria levar a ministros de Castella; parece que é agora o preço referido auctor de delicto tão estupendo, pois faz avassallar as immunidades e privilegios imperiaes aos tyrannos procedimentos de Castella, offender o direito das gentes, e quebrantar a palavra, que é o mais inviolavel preceito de toda a religião...»

D'aqui passa Tavares a censurar o procedimento de Allemanha contra Portugal, não sendo seu inimigo, e, continúa assim a referir-se ao infante:

«Seja-me licito, ó sacro imperio, notar ou reprehender o descuido que mostraes na observancia de vossas immunidades, e nas razões e obrigação de defender (além das boas obras com que se vos merece) a quem se achava debaixo de vossa protecção, sem offender-vos. Aonde está a fé publica que guardaes, cujo zelo precedeu sempre a todas as conveniencias e interesses, se o rei que defende vossa imperial corôa desestima estes empenhos a que se acha vinculada, sendo para o contrario os fundamentos tão inferiores? Lembrae-lhe que em vender a estei nfante qualifica a innocencia do preso, e difficulta a Deus o perdão da culpa que commette...

«Adverti-lhe que o encarecimento da maior certeza é a palavra do rei, e ficará a falta de um sendo affronta para todos...

«Louvado mereceu o primor, com que o archiduque Alberto, governando Flandres, não consentiu entregar-se ao grande rei Henrique IV o principe de Condé, que, fugindo á indignação de el-rei, buscou sua protecção, sendo as coisas tão differentes, pois em uma se pediu o principe por seu rei, de quem podia esperar clemencia, e em outra se entrega o infante a seu inimigo, em quem está certo o rigor...

«Mostrae-lhe como não é decente que o temor que tem Castella seja instrumento de sua injustiça, porque, ainda que este doutor Navarro diga que julga por acertado impedir a vinda do infante a Portugal (outra allusão á carta apocrypha), por não mostrar n'elle seu valor, nem levar a felicidade com que exercitou as armas em Allemanha, comtudo parece acção vil, e alheia do real animo, o valer-se da ingratidão por desmentir o receio...

«Persuade a fama, conclue Tavares, a observancia das promessas, e a utilidade publica o aconselha com o fundamento da confiança, sem a qual todo o bem commum se arrisca e perde, como disse o avisado Euripedes; e, por

esta razão, é capaz de se offerecer ante vossos reaes e venerandos respeitos, ó reis, ó principes, ó republicas, a justa queixa d'este sentimento, para que, como causa propria, vos queiraes fazer participantes d'esta dôr, offendidos d'este aggravo, e defensores d'este zelo, estranhando a injustiça, como protectores da egualdade, que, na observancia da fé e da palavra, se sustenta. Assim o espera o mundo, para celebrar vossas demonstrações, assim o deveis á razão, para qualificar vossos procedimentos, e assim o ha de remunerar o céo, dilatando, com summa felicidade, vossos imperios».

XII

No mesmo anno de quarenta e dois, imprimiu-se outro manifesto, cujo extenso titulo é o seguinte: *Innocentis et liberi principis venditio, Viennae celebrata, die 25 junii 1642. Venditore rege Hungariae. Emptore rege Castellae. Stipulantibus in conventione, ex parte Castellae, D. Francisco de Mello, ejus armorum gubernatore in Flandria, D. Emmanuele de Moura Corte-Real, legato in Germania. Ex parte regis Hungariae, monacho fratre Didaco de Quiroga, confessario ejus, doctore Navarro, secretario reginae Hungariae. Venditus est clarissimus regius infans dominus Eduardus, frater serenissimi regis Portugalliae, Joannis IIII. Precio 40:000 reistalerorum.* MDCXLII. Este opusculo é em quarto de vinte e oito paginas, não traz o nome do auctor, nem o logar da impressão, que deve ser Paris, e publicou-se no anno immediato, na mesma cidade, traduzido em hespanhol, e tão ampliado, que parece quasi outra obra. Foi o traductor Manuel Fernandes Villa-Real, nomeado, n'aquella data, con-

sul da nação portugueza em França, que morava n'este paiz desde antes da restauração, e que, depois de prestar muitos serviços ao reino, principalmente com os seus escriptos, veiu a morrer em Lisboa, no auto da fé celebrado a dez de outubro de mil seiscentos e cincoenta e dois, por culpa de judaismo, de que o processou o Santo Officio. A sua traducção é mais conhecida do que o original, e mais valiosa do que elle, por abranger muito maior e melhor materia. Desde então ficou reputada a obra, *El principe vendido,* por original, e o traductor considerado como auctor por todos os bibliographos; porém mais do que elles vale o testemunho do proprio Villa-Real, em contrario, que se acha no seu processo[1]. Diz este egualmente ahi que tambem traduziu para francez, augmentando-o, o dito escripto. É a publicação: *Le prince vendu ou contract de vente de la personne du prince libre et innocent Don Edouard de Portugal,* impresso em Paris no mencionado anno de quarenta e tres, e em Lyão, no mesmo anno, com um titulo muito mais extenso. Ainda, em egual data, se imprimiu em Barcelona, na lingua hespanhola[2].

Tem-se pois ignorado até hoje quem escreveu a obra em latim, quasi cahida no esquecimento pelas traducções hespanhola e franceza de Villa-Real, e tem gosado este, para todos, do fôro de auctor original, immerecidamente, muito embora, pelas ampliações e melhoramentos que n'ella introduziu, quasi mereça semelhante honra. O verdadeiro auctor do opusculo latino é Antonio Moniz de Carvalho; não ha duvida nenhuma. Prova-o principalmente a carta de quatro de janeiro de quarenta e tres, escripta por Soares de Abreu a Sousa de Macedo, já mais de uma vez citada, na qual Abreu, depois de falar do manifesto do agente portuguez em Londres, e no de Tavares, que acabava de rece-

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Processos do Santo Officio. Mss.
[2] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xvii, fol. 183.

ber, ajunta: «Pouco depois me mandou nosso amigo, o padre Fr. Francisco de Macedo, outro, que lhe mandava o conde-almirante, com o retrato do mesmo infante na prisão, e por titulo: *Innocentis et liberi principis venditio,* etc.

O manifesto de Moniz de Carvalho imprimiu-se em quarenta e dois, quando muito desde meados de agosto, em que ainda se estava escrevendo, até aos primeiros dias de novembro, visto que em dezesete do mesmo mez já Fernando Brandão agradecia de Roma um exemplar com que o presenteara o conde da Vidigueira[1], e foi composto por ordem do dito conde, que enviou o exemplar da carta de Abreu a Fr. Francisco de Macedo, o qual já partira então de Roma com o bispo de Lamego, cuja missão se mallograra, e estaria com elle ainda em França, de volta a Portugal, pois que, em abril, ainda encontramos o bispo na Rochella. Em vinte e oito de dezembro já el-rei agradecia ao auctor havel-o escripto[2]. Além d'isto sahiu com o retrato do infante[3]; por signal que houve alguma difficuldade em fazel-o como este apontava, e, não se achando em Paris nenhum no caso, se pediu ao grão-prior de França, governador da Rochella, o seu[4]. O unico exemplar latino, que vimos (o da nossa Bibliotheca Nacional) não tem retrato; mas tem-o um que se guarda na Bibliotheca do Rio de Janeiro; mas declaram os documentos que era acompanhado d'elle, e mostra-o tambem o exame do mesmo e da obra. É dividido o manifesto de Moniz de Carvalho em nove capitulos:

Bib. Nac., Mss., O, 5, 19, Carta de Brandão ao conde, da mesma data.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 456, fol. 15, Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, da mema data.

[3] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 449, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira, de 28 de maio de 1644.

[4] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, fol. 615, Carta do conde da Vidigueira a Duarte Nunes da Costa, de 16 de agosto de 1642. Mss.

Eduardus in meritis; in carcere; in vinculis; Eduardus venditus; de venditore; de emptore; de procuratoribus regis Castellae; de procuratoribus regis Hungariae; de pretio venditionis; e no retrato do infante, que se gravou então em Paris, lêem-se, nos quatro cantos, os titulos dos quatro primeiros capitulos, com outros tantos desenhos allegoricos, isto é: armas, as grades de uma prisão, cadeias, e um saco com dinheiro. Ha ainda harmonia entre o livro e o retrato nos versos que a este vêem sobpostos:

> Pro meritis carcer, pro lauro vincula dantur;
> Virtus crimen habet, gloria supplicium.
> Victrices onerant immania pondera palmas,
> At nequeunt palmas pondera deprimere;
> Venditus argento tandem, das inclite princeps,
> Effigiem Christi, non, Eduarde, tuam.

Além d'isso, tem retrato a traducção hespanhola, de que conhecemos quatro exemplares; a franceza, de Paris, segundo, com a maior bondade, nos communicou o senhor Ferdinand Denis, que possue um, e a franceza de Lyão, que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa; notando-se que em todas parece egual, havendo só no exemplar da edição de Lyão a differença de não ter os versos, e que, portanto, em todas o será ao que damos no nosso livro, onde o infante se figura preso, e egual tambem ao que descreve a *Bibliotheca lusitana.* Devia ter outrosim retrato um exemplar em francez, que encontrámos na Bibliotheca de Evora, de edição differente das de Paris e Lyão, como se deprehende da sua leitura. Provavelmente serviu para todos a mesma chapa. A gravura é de João Picart. Tudo isto concorda com as indicações de Soares de Abreu e dos outros documentos, e tudo, por conseguinte, nos leva a affirmar que o auctor da obra, *Innocentis et liberi principis venditio,* é o secretario da embaixada portugueza, que este é o seu manifesto, e que foi impresso na capital da França. As pala-

vras: não se achou nenhum em Paris, como o infante apontava, applicadas ao retrato, indicam que havia outro ou outros, de diversa maneira, ou em gravura, ou em desenho, ou em pintura.

Este manifesto encerra, em substancia, as mesmas idéas principaes dos antecedentes, cingindo-se comtudo mais ao assumpto, e da divisão dos seus capitulos se conclue facilmente qual seja o seu conteúdo, assim como do seu titulo qual o seu fim principal. Não se espraia, á semelhança dos dois primeiros, em comparações historicas, e em considerações a respeito de Portugal; mas, do mesmo modo que elles, abunda em falsidades. Em Ratisbona, por exemplo, é fechado n'um castello o infante, e tratado qual vilissimo captivo. De Ratisbona mandam-o para Gratz (esqueceu Passaw); e, ahi, vem a historia das cadeias, tal qual como a conta a carta apocrypha de Navarro. De Gratz sahe para Milão, algemado, dentro de uma liteira, etc. As traducções franceza e hespanhola, de Villa-Real, acrescentam muito o original, e tambem as suas exaggerações e mentiras. Não entraremos em pormenores; entretanto, sempre notaremos, para amostra, duas que merecem especial menção: que os hespanhoes escreveram pasquins, e libellos diffamatorios contra D. João IV, e obrigaram o infante, com violencias incriveis, a assignal-os; e que D. Francisco de Mello era de uma familia de baixa condição.

Ha ainda mais dois manifestos. O primeiro é attribuido por Barbosa Machado a Antonio de Sousa Tavares, e por D. Antonio Caetano de Sousa a Antonio de Sousa de Macedo; é em latim; tral-o a *Historia genealogica,* e foi impresso em Lisboa, no anno de quarenta e tres, em quarto e sem nome de auctor, com o titulo: *Manifestum regis Hungariae facinus, admissum in dominum Eduardum, germanum fratrem Johannis Portugalliae regis,* etc. Conhecemos d'elle visualmente dois exemplares: um na Bibliotheca Nacional de Lisboa, e outro no Archivo da Torre do Tombo, e um

por informação particular, o qual se conserva na Bibliotheca Nacional de Paris. O segundo, de que existe um exemplar, unico por nós sabido, na Bibliotheca do Rio de Janeiro, e que tambem traz a obra de D. Antonio Caetano de Sousa, é egualmente na lingua latina, no formato de folio, de duas folhas innumeradas, sem auctor, anno e logar, e intitula-se: *Ad pontificem maximum, ad imperatorem, reges, respublicas, principes, et terrarum dominos, pro libertate serenissimi infantis Eduardi libellum supplex*. Este seria talvez composto por Luiz Pereira de Castro, em cuja correspondencia se encontra o borrão em latim, e a traducção em portuguez, da sua lettra, ao que parece[1]. A ser assim, escrevel-o-hia pelo tempo dos outros, embora esteja misturado com os papeis das suas negociações em Munster, que foram posteriores. Aquelle poderia ser da penna de Francisco de Andrade Leitão, então nosso embaixador na Hollanda, a quem o conde da Vidigueira, logo depois de se falar na venda do infante, aconselhou que fizesse um manifesto. Mas tudo isto não passa de conjectura. O de Luiz Pereira de Castro (se é d'elle) não nos consta que se imprimisse em portuguez, separado; encontra-se porém na *Historia genealogica*.

Longe de nós a idéa de nos cançarmos, e cançar os leitores com a transcripção parcial, ou sequer com o resumo d'estes dois manifestos. Ambos contam os factos occorridos, e os verberam acremente, mostrando a innocencia do infante, e os seus serviços ao imperio, e alongando-se sobre a restauração portugueza. Ambos seguem, como os anteriores, ás cegas, a carta apocrypha de Navarro, e as mentiras que se divulgaram n'aquelle tempo, e ainda outras. Ambos traçam o parallelo do condemnavel procedimento de Fernando III com o de outros monarchas, encontrando-se em dois d'esses parallelos: o de Francisco I, rei de França,

[1] Bib. da Ajuda, Mss., vol. I, pag. 25, e 21.

quando deixou Carlos V passar pelo seu territorio, indo para os Paizes-Baixos, sem o prender, e o do rei moiro de Toledo, com Affonso, filho de Fernando I, rei de Castella, o qual, obrigado a fugir para o territorio d'aquelle soberano, com o fim de escapar a seu irmão Sancho, foi por elle, depois da sua morte, deixado ir em paz. Trazem ainda o parallelo da duqueza de Mantua, que D. João IV mandou livre e honradamente de Portugal para Hespanha, e o da generosidade do rei de Marrocos com o duque D. Theodosio, captivo na batalha de Alcacer-Kibir, já adduzidos por Sousa de Macedo, no seu manifesto. Ambos emfim excitam a piedade a favor do desditoso principe portuguez. O primeiro é mais violento do que o segundo, e mesmo do que todos, razão, que, afóra outras, nos leva a imaginar-lhe como auctor Francisco de Andrade Leitão, ao qual bem quadra pela sua indole austera e soberba; podendo acontecer que depois, ou por engano, ou de proposito, o attribuissem a Antonio de Sousa Tavares, secretario n'aquella embaixada, no tempo do embaixador Tristão de Mendonça, embora já fosse auctor de outro. Se por acaso dessemos credito a uma nota manuscripta do exemplar da Bibliotheca Nacional de Paris, que nos indicou espontanea e amavelmente o sr. Ferdinand Denis, o auctor do primeiro manifesto seria tambem Luiz Pereira de Castro.

Todos os manifestos, de que acabamos de tratar, ou são brandos na linguagem, e mais para alardear estylo e sciencia, do que para attingir o alvo desejado, mais, conforme diz do seu Sousa de Macedo, para alliviar o preso, do que para aproveitar-lhe, ou abundam em recriminações contra Fernando III, e contra os hespanhoes, misturando de um modo notavel o verdadeiro e o falso, e o caso do infante com os acontecimentos de Portugal. Além d'isto, ha entre elles muitos pontos de semelhança, e repetições de exemplos e de idéas, que mais ainda os enfraquecem, che-

gando mesmo a tornal-os fastidiosos. A sua valia é pois limitadissima. Christovão Soares de Abreu, na carta alludida de quatro de janeiro de quarenta e tres, não duvida consideral-os com desprezo, pelo menos os de Tavares e de Moniz de Carvalho, quando observa: «Parece-me que não era necessario tanta papelada, e que bastava o papel de vossa mercê (o de Macedo, talvez porque a elle é a carta), e os que, em castelhano, teem escripto os catalães, nossos amigos».

Em conclusão, estes manifestos, desajudados do auxilio politico de alguma nação poderosa e influente, e publicados fóra de tempo, depois da venda do infante, ou da sua transferencia a Milão, de nada lhe aproveitaram, servindo, quando muito, para excitarem a seu favor a opinião publica; sendo, pelo contrario, de crer que o prejudicassem. Receava Sousa de Macedo, ao compor o seu, escandalizar o imperador, que ainda podia soltar o infante, porque ainda este se achava em Allemanha; e por isso o escreveu de maneira que não o molestasse. O mesmo motivo presidiu talvez á confecção de alguns dos outros, d'onde nasceu a sua brandura. N'outros, porém, as exprobrações contra Fernando III são fortes e claras, e portanto improprias para conciliarem a sua benevolencia; e note-se, que todos ou quasi todos os opusculos mencionados foram escriptos depois da venda, mas antes de saberem os seus auctores a passagem a Milão, quando o infante ainda estava ou se julgava estar em Allemanha, e podia esperar alguma coisa do imperador, isto é, nas mesmas circumstancias do de Sousa de Macedo. Nem, a ser posteriormente á passagem, a influencia d'este soberano com os hespanhoes deixava de ter prestimo, o que os proprios amigos do infante reconheceram mais de uma vez, pois mais de uma vez se quizeram valer d'ella, cumprindo aqui lembrar que, em quarenta e cinco, ainda o conde da Vidigueira opinava que tudo quanto se praticara com o infante devia ser lançado á conta de Hespanha,

e não do imperio, para não o indispor[1]. Mas, se houve algumas contemplações com Fernando III, com os hespanhoes não se deu nenhuma, e sobre elles cahiram todas as censuras e vituperios. Ora, pela mesma razão de Sousa de Macedo, indo o infante para o seu poder, cumpria havel-as, ou, do contrario, resultar-lhe-hia mal, e não bem, já na maneira do tratamento, já na reluctancia de o soltarem, visto que tudo dependia, principalmente, da vontade do governo de Madrid. O que sobretudo prejudicou o infante, n'estas publicações, foi a causa de Portugal, causa odiosa a Hespanha, que em todas anda ligada á sua, e quasi não podia deixar de andar, porque a providencia como que unira, desapiedada e fatalmente, o seu destino ao destino da patria.

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, vol. II, fol. 143, Carta do conde da Vidigueira a este, de 4 de novembro de 1645.

LIVRO IX

O ministro hespanhol em Veneza denuncía que o infante pretende fugir do castello.—Intimação, sob pena de morte, a quantos o guardam ou servem para que declarem tudo que souberem a seu respeito.—O que havia de verdade nas suspeitas dos hespanhoes.—Entravam no projecto a baroneza de Guilerin e o duque de Saxonia.—Carta que o duque manda ao infante, offerecendo-se para libertal-o.—Responde-lhe o infante recusando o offerecimento.—Volta o mensageiro a Milão, e escreve-lhe com o fim de o persuadir.—Responde-lhe o infante que deixe logo a cidade, senão que o descobre.—São interrogados presos e castigados alguns dos creados do infante.—Mais particularidades ácerca do trama.—Projecto de Picini para livrar o infante.—Ordena o conde da Vidigueira a Taquet que passe da Suissa a Veneza para tratar com este.—Chega Taquet a Veneza e informa o conde favoravelmente da pessoa de Picini.—Tem com elle a primeira entrevista.—Meios que Picini propõe e resposta de Taquet.—Outra entrevista com alteração de meios e o que Taquet faz em vista d'isto.—Extranha o conde as propostas de Picini, mas não despreza a negociação.—Duarte Nunes da Costa, sabendo-as, modera as esperanças que depositava n'ella.—Vistas as instrucções de D. Fradique para a guarda do infante, o governo hespanhol altera-as, apertando-as, sendo um dos pontos, que se lhe tirem todos os creados menos dois.—Recebe o infante a noticia, obediente, e pede que lhe restituam o confessor que tinha em Allemanha, o que D. Fradique segunda.—Mostra-se este humano no cumprimento das ordens de Madrid.—Quanto aos creados, deixa-lhe, além de Huet e de Noé, outros menores.—Quaes os creados que lhe são tirados.—O que o infante mais sente é reconhecerem-o os guardas, durante a noite.—

Prohibem-lhe receber dinheiro, fóra o das mensalidades.—Cartas do infante a Duarte Nunes da Costa, queixando-se e contando-lhe o acontecido.—A execução das ordens de Madrid coincide com o termo das diligencias ácerca do projecto do duque de Saxonia, o que lhes dá mais força.—Determina Filippe IV ao conde de Siruela que limite o gasto com o infante ao indispensavel.—Mas, por outro lado, galardôa alguns dos que auxiliaram a sua prisão e conducção a Italia.—Navarro por prendel-o e guardal-o.—O burgrave (o governador do castello de Gratz?) e o seu tenente.—A archiduqueza Claudia pela passagem que deu ao comboio.—O barão de Stubemberg por acompanhal-o até ao limite do imperio.—O capitão Valderabano que foi com elle até Milão.—E agradece ao marquez de Castello-Rodrigo ter conseguido transferil-o a esta cidade.—Correspondencia do infante com Gaspar de Magalhães, Fernando Brandão, Fontanella e Duarte Nunes da Costa.—Correspondencia que tem com Duarte Nunes, por intermedio do governador do castello.—Carteia-se este tambem com Duarte Nunes e recebe presentes seus.—Quando começou a correspondencia de Taquet.—Intermediario mysterioso da correspondencia do infante e por que modo ella se executava.—Servia-se, egualmente, o infante para a mesma de soldados que comprava.—Perigos por sua causa e recommendações que faz para evital-os.—Imprudencias que commette.—Correspondencia amorosa com uma senhora, sabida e consentida pelo governador do castello.—Versos italianos seus á mesma senhora.—Um dos principaes fins da correspondencia do infante era alcançar novas de Portugal.—Manda a Taquet que as publique em Italia.—Quer que os embaixadores lh'as enviem.—Que o conde da Vidigueira lhe remetta quanto se imprimir a favor do reino.—Pede a Taquet varias obras sobre a usurpação dos Filippes e restauração de Portugal.—Notas que compõe para se refutar Caramuel e Chumacero.—Algumas transcripções d'ellas.—Apesar de taes lenitivos, a situação do infante é bem penosa.

I

Voltemos agora a Milão, onde deixámos o infante guardado com segurança, mas não com o rigor que se tem dito, pois lhe consentiam passeiar pelo castello, receber dinheiro

e encommendas, e falar com Lumaga, encarregado por Duarte Nunes da Costa de o fornecer de dinheiro, o que Lumaga já fizera uma vez, e fez segunda, de maior quantia, antes de terminar o anno de quarenta e dois[1].

Assim tinha vivido o regio preso quasi quatro mezes, desde que transpuzera as portas fataes da sua prisão, entregue ás idéas mais lugubres, gemendo debaixo d'aquellas tristes abobadas, e procurando conservar dentro d'alma, impaciente de luz e de liberdade, um tenue clarão de esperança que o alentasse, quando um successo imprevisto veiu inquietal-o, e augmentar a sua desgraça.

A trinta de dezembro, o velho castellão, estando já fechadas as portas, e collocadas as sentinellas, recebeu do embaixador d'el-rei catholico, junto á republica de Veneza, o marquez de la Fuente, uma carta do theor seguinte:

«Meu senhor e meu maior amigo. Mandastes-me que investigasse o que havia quanto á suspeita de se tentar libertar D. Duarte, como vos participei, e a vossa ordem bastaria para fazel-o com gosto, ainda mesmo que n'isso não interessasse tanto o serviço de sua magestade. Sube que existe vivissima correspondencia entre este cavalheiro e Rudolfo Maximiliano de Saxonia, que está aqui, haverá dois (queria dizer vinte) dias, a qual corre por intermedio do dispenseiro de D. Duarte; e que ha pouco mais de doze dias partiu d'aqui João Paulo Seraphim, natural de Nuremberg, lutherano, secretario d'este duque de Saxonia, que serviu D. Duarte no exercito. É moço de vinte e tres annos, vestido de côr de castanha, com um galão de oiro e um capote mais escuro com mangas, cabello quasi preto e chapéu pequeno á moda. Dizem-me que vae para certificar D. Duarte de que se lhe conseguirá a liberdade, se tiver dentro do castello uma pessoa de quem se fie, e para

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B., fol. 657, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 9 de janeiro de 1643. Mss.

trazer ordem de cobrar duas mil dobras; e que, feito isto, irá a Milão o mesmo Rudolfo de Saxonia, incognito, ou um seu mordomo que se chama Maximiliano Cazalezei. A fórma de libertal-o ha de ser de duas maneiras: a primeira por uma parte, por onde com facilidade se pode sair do castello, a qual conhece este duque de Saxonia, por ter estado preso n'elle onze mezes; a segunda consiste n'um segredo que suppoem tem este mordomo, o qual, tomando-o D. Duarte na boca, fará com que não seja visto, com tanto que D. Duarte vá em companhia de outro que saia do castello, porque se sentem os passos. E, rindo-me eu do caso, asseverou-me quem m'o disse que viu experimental-o. Convidaram esta pessoa para ajudar o negocio, e ella escusou-se; mas eu lhe pedi que acceite a proposta, se fôr para acompanhar alguns d'estes senhores a Milão, na certeza de que não correrá nenhum risco. Pareceu-me conveniente avisar-vos de tudo isto, para que, conforme noticias tão particulares, possaes fazer as diligencias necessarias, pois, seguindo o dispenseiro, será facil ver com quem communica, e proseguil-as; e peço-vos que envieis copia d'esta carta ao senhor conde de Siruela, etc.» [1].

D'esta carta, cuja data, posto ommissa, deve andar por vinte e sete de dezembro, conclue-se que as suspeitas de se tramar em Veneza a favor da liberdade do infante eram recentes. Antes d'ella o marquez de la Fuente communicara-as a D. Fradique Henriques e recebera resposta do mesmo recommendando-lhe que buscasse esclarecer-se; o duque de Saxonia estava em Veneza havia vinte dias, isto é desde sete de dezembro, ou, antes, desde um, pois assim o mostra a carta que escreveu ao infante, o que mais vale; é provavel que as suspeitas nascessem depois da sua chegada; a primeira carta do marquez gastaria no caminho uns tres

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança. (1643). Mss.

dias, que é o tempo que calculou D. Fradique para a segunda, a resposta d'este outros tres, ou todas tres nove, o que leva a denuncia do projecto a vinte do dito mez, não havendo demoras, e as suspeitas a pouco antes.

Recebida a communicação do embaixador, D. Fradique Henriques officiou logo ao capitão da justiça e ao pretor de Milão, noticiando-lhes como, haveria quinze dias, partira de Veneza João Paulo Seraphim, ministrando-lhes os seus signaes, e encarregando-os a elles e aos mais juizes de o procurarem nas hospedarias, quartos de aluguel, e casas de mercadores e operarios forasteiros, pesquizas de cujo resultado o informariam, e a que procederiam com todo o cuidado e segredo, não maltratando Seraphim, caso o encontrassem, mas guardando-o com segurança e sem o deixarem falar a ninguem[1].

No dia seguinte, trinta e um, D. Fradique Henriques respondeu ao marquez de la Fuente n'uma carta, que não conhecemos, e este, naturalmente poucos dias depois, o que não seria antes de tres de janeiro, a D. Fradique, do modo seguinte:

«Meu senhor e meu maior amigo. Na vossa carta de trinta e um do passado respondeis á minha, em que vos puz ao facto do que se tramava para libertar D. Duarte. A pessoa que me avisou não ajustou a paga. Considero-a capaz de fazer por dinheiro qualquer velhacaria; porém n'esta parte não se atreveria a enganar-me, particularmente havendo-lhe eu dito que advertisse bem nos avisos que me dava, pois, se averiguasse que eram falsos, não esperaria pela segunda experiencia para mostrar-lhe, muito á propria custa, que não era aquelle bom modo de tratar comigo. Tem bastante introducção para saber o que me disse. Assegurou-me que não quizera entrar na materia, por julgal-a difficultosa e

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Documentos de 20 de dezembro de 1642 a 27 de março de 1643. Mss.

muito aventurada. Quanto á contrariedade que dizeis achar, é erro de quem escreveu a minha carta, pois onde se pôz havia dois dias que estava aqui, devia pôr-se vinte, com o que se desfaz o vosso reparo, que foi muito justo.

«Continuando na diligencia, disse-me este homem que o secretario que está em Milão escreveu na posta passada que viria com bom despacho e brevemente; que quem fomenta esta negociação é a baroneza de Guilerin, viuva, moradora em Gratz, tão rica, que subministra dinheiro para o effeito. Affirma-me haver aqui em poder de um portuguez e de alguns francezes sommas consideraveis para facilitar este negocio. Logo que torne o secretario, diz que passará ahi o mordomo, que está no Tyrol.

«Tambem me diz que o duque lhe contou que na prisão onde esteve, a mesma, segundo julgo, em que está D. Duarte, ha um subterraneo, por onde o preso, se o soubesse, poderia salvar-se.

«Eu continuarei buscando ter-vos sempre bem informado. Não erra D. Duarte em pensar que lhe poderiam fazer mal os que tentam fazer-lhe bem; mas, se estes avisos são certos, elle se ajuda e o solicita bastante. Grande coisa seria apanhar o secretario; ando a ver se este homem me sabe onde mora ahi para vos aplanar as indagações. Deus vos guarde etc.» [1].

No dia tres de janeiro D. João Arias Maldonado fez publicar uma intimação concebida n'estes termos:

«Nós D. João Arias Maldonado, do conselho de sua magestade, seu senador, superintendente geral da justiça militar, real commissario da meia annata, juiz executor da visita geral no estado de Milão, e conservador da justiça do castello de Milão e sua jurisdicção, pelo excellentissimo senhor D. Fradique Henriques, castellão d'elle, e de sua or-

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Documentos de 20 de dezembro de 1642 a 27 de março de 1643. Mss.

dem e commissão especial, por dignos respeitos do serviço de sua magestade a sua excellencia notorios e reservados, porquanto se acha detido, de ordem de sua magestade, que Deus guarde, no dito castello o senhor D. Duarte de Portugal, e convém e é necessaria toda a cautela e resguardo possivel na guarda da sua pessoa, e que todos concorram para ella com a pontualidade, zelo e fidelidade, a que obrigam as ordens e o direito de sua magestade,

«Ordenamos, mandamos, e fazemos saber ás pessoas infrascriptas, e a cada uma d'ellas, que ouvindo, vendo ou sabendo, de qualquer modo ou maneira, algum tratado, suspeita ou imaginação, por mais pequena que seja, ou coisa de que se possa directa ou indirectamente inferir a fuga proxima ou remota do dito senhor D. Duarte do castello de Milão, onde está preso, o manifestem logo, sem nenhuma dilação nem intervallo de tempo, a sua excellencia o senhor D. Fradique, ou ao cabo principal que se achar no castello, e contrariem e impeçam, quanto couber em seu poder, tudo o que fôr ou parecer prejudicial á guarda e segurança do dito senhor D. Duarte, sob pena da vida, advertindo-se que ás ditas pessoas ou a qualquer d'ellas, que manifestarem, como está dito, se lhes guardará segredo, querendo-o, para o que sua excellencia empenha a sua palavra de cavalheiro; e que disporá seus augmentos e reconhecimento do serviço que n'isto prestarem; e que pelo contrario se lhes faz saber que, descobrindo-se fuga ou tentativa d'ella, proxima ou remota, immediatamente, sem mais averiguação que a do presente auto, que os constitue réos, pela notoriedade do feito e culpa que a elles e a mais ninguem se deve attribuir e attribue, incorrerão na comminada pena da vida e morte, a qual se executará com a exemplaridade do caso, conforme a justiça requer; e para que chegue á noticia dos ditos, e não possam nem agora, nem em tempo algum pretender ou allegar ignorancia, ordenamos a Jeronymo Legnano, notario do castello, que pessoalmente lhes intime o

presente auto, lendo-lh'o em alta e intelligivel voz, deante de testemunhas para isso chamadas e rogadas, e, pelo que respeita aos que não entenderem a lingua hespanhola, lh'o faça por meio de interprete jurado, que lh'o vulgarize na sua propria lingua, e que o tome por fé e testemunho de verdade para que conste. Dada em Milão a tres de janeiro de mil seiscentos e quarenta e tres» [1].

As pessoas intimadas, foram: Manuel da Costa, João Gonçalves, e Luiz Pereira de Sampaio, portuguezes; Duarte Claudio Huet, lorenez; e Simão Noé, João de Cart, Bernardo Lasino, Martinho Zaicer, João de Onderberg, Lucas Scanfosa, Martinho Miler, Anna Faiterin creada de cosinha, e Maria, lavandeira, allemães, suppomos.

Leu o notario a intimação, como lhe fôra ordenado, deante das pessoas que vimos de citar, n'uma casa terrea da Roqueta, traduzindo as suas palavras aos que não sabiam hespanhol o interprete jurado Vertemánn, e imagine-se qual o pasmo e terror que se apoderou dos miseros, ao ouvirem as graves penas com que os ameaçavam! Foram testemunhas Miguel de Juan, capitão; Braz de Morales, sargento-maior, e Antonio Perez, e Pedro Sesse, alferes ambos; todos moradores no castello. Assistiu tambem o doutor Pusterla, auditor do mesmo castello [2].

Agora, conhecidos estes documentos, digamos algumas palavras, historiando os factos que os originaram, e precederam.

A baroneza de Guilerin, Petronilha Paula Juconerin, rica viuva, de Gratz, a mesma a que já nos referimos, quando o infante esteve aqui preso, e a mesma que até muito depois manteve com elle correspondencia amorosa, como veremos, pretendeu, continuando na sua affeição antiga, alcançar-lhe o beneficio da tão ambicionada liber-

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Documentos de 20 de dezembro de 1642 a 27 de março de 1643. Mss.
[2] Id.

dade. Esta senhora teve, ou escolheu por medianeiro, ou companheiro do projecto o duque de Saxonia, Rudolpho Maximiliano, o qual partiu para Veneza, e se pôz em communicação com Gaspar de Magalhães, mordomo que fôra do infante, que estava, como sabemos, n'esta cidade, e dispunha de vinte mil cruzados, para o mesmo intuito, e por meio d'este, conjecturamos, enviou a Milão João Paulo Seraphim, ou Paulo Jorge, nome com que então nos apparece, seu creado e que já o tinha sido do infante, munido de uma carta sua para este, e de poderes sufficientes para tratar do negocio. Entrou o mensageiro em Milão, alojou-se na Rua Larga, na hospedaria da Gatta, e procurou desempenhar-se da commissão. Um dia, indo á praça do castello, encontrou-se ahi com Martinho Zaicer, dispenseiro de D. Duarte; deu-se-lhe a conhecer; pediu-lhe noticias do amo, e, juntamente, que lhe levasse um escripto. Não se atreveu Martinho a tomar sobre si a responsabilidade de acceital-o, sem ordem expressa, e participou o caso, logo que poude, ao infante, o qual lhe determinou que o recebesse, para o que se encontrou novamente o dispenseiro com o enviado, na dita hospedaria. Chegou finalmente a carta ás mãos do infante, mas, aberta ella, viu-se que constava apenas de cumprimentos. Explicou então Martinho como Seraphim lhe dissera que havia outras lettras na parte em branco, que só appareceriam molhando-as primeiramente, o que se executou, distinguindo-se, por este modo, o resto da escripta. Com espanto conheceu o infante que ella era do duque de Saxonia, com quem não mantinha relações, e, entregando-a a Noé, ouviu a sua leitura, mostrando evidentes signaes de desagrado.

A carta era em allemão, e rezava assim:

«O portador d'esta avisará vossa excellencia do meu sincero intento de libertal-o; supplico-lhe pois que o attenda e se resolva ácerca dos pontos que trará para firmar. Eu, pela minha parte, estou prompto a morrer pela liberdade

LIVRO IX

O ministro hespanhol em Veneza denuncia que o infante pretende fugir do castello.—Intimação, sob pena de morte, a quantos o guardam ou servem para que declarem tudo que souberem a seu respeito.—O que havia de verdade nas suspeitas dos hespanhoes.—Entravam no projecto a baroneza de Guilerin e o duque de Saxonia.—Carta que o duque manda ao infante, offerecendo-se para libertal-o.—Responde-lhe o infante recusando o offerecimento.—Volta o mensageiro a Milão, e escreve-lhe com o fim de o persuadir.—Responde-lhe o infante que deixe logo a cidade, senão que o descobre.—São interrogados presos e castigados alguns dos creados do infante.—Mais particularidades ácerca do trama.—Projecto de Picini para livrar o infante.—Ordena o conde da Vidigueira a Taquet que passe da Suissa a Veneza para tratar com este.—Chega Taquet a Veneza e informa o conde favoravelmente da pessoa de Picini.—Tem com elle a primeira entrevista.—Meios que Picini propõe e resposta de Taquet.—Outra entrevista com alteração de meios e o que Taquet faz em vista d'isto.—Extranha o conde as propostas de Picini, mas não despreza a negociação.—Duarte Nunes da Costa, sabendo-as, modera as esperanças que depositava n'ella.—Vistas as instrucções de D. Fradique para a guarda do infante, o governo hespanhol altera-as, apertando-as, sendo um dos pontos, que se lhe tirem todos os creados menos dois.—Recebe o infante a noticia, obediente, e pede que lhe restituam o confessor que tinha em Allemanha, o que D. Fradique segunda.—Mostra-se este humano no cumprimento das ordens de Madrid.—Quanto aos creados, deixa-lhe, além de Huet e de Noé, outros menores.—Quaes os creados que lhe são tirados.—O que o infante mais sente é reconhecerem-o os guardas, durante a noite.—

Ou em virtude d'esta carta, se lhe foi entregue, o que ignoramos, ou porque farejasse as pesquizas judiciaes de que era alvo, e que já então haviam começado, João Paulo Seraphim auzentou-se, no primeiro de janeiro, ás ave-marias, depois de breve demora de pouco mais de um dia, pois chegara a trinta e um de dezembro, ou para Bergamo, segundo Zaicer, ou para Veneza; e quando, a dois, este o procurou na hospedaria, obteve em resposta que partira na vespera. Qual era o fim da nova visita de Zaicer? Levar-lhe a carta ou qualquer recado do infante? Avisal-o das indagações da auctoridade? É o que os interrogatorios não explicam, apesar de tão minuciosos, porque os juizes não tiraram o proveito que podiam tirar n'este ponto da confissão do réo e do depoimento das testemunhas.

Só depois d'estes acontecimentos, é que a justiça, alumiada pelas revelações do marquez de la Fuente, fez todas as diligencias para prender o ex-creado do infante. A denuncia com o seu nome e signaes chegou a Milão a trinta de dezembro; no mesmo dia officiou D. Fradique Henriques ao capitão da justiça e ao pretor da cidade para que o procurassem. Em seguida, conforme parece, foi interrogado o infante, o qual então, ou pouco antes, entregaria a carta do duque de Saxonia ao governador do castello; a tres de janeiro D. João Arias Maldonado intimou aos familiares do infante que revelassem qualquer tentativa de fuga de seu amo; e no mesmo dia, já sabedora a auctoridade de que João Paulo Seraphim estivera na hospedaria da Gatta, começaram os interrogatorios para se descobrir a verdade[1].

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Documentos de 20 de dezembro de 1642 a 27 de março de 1643. Mss.

Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 228, Protestos do infante contra o seu processo.

Id., fol. 253, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira, de 5 de junho de 1643.

D. Nicolau Fernandes de Castro, *Portugal convenzida con la razon.*

Chamaram-se a depôr varias pessoas da hospedaria, e outras que lhe eram extranhas, porém que mais ou menos se ligavam com a vinda de João Paulo Seraphim e com Martinho Zaicer: o soldado que acompanhara a este, quando o procurou; o mencionado Martinho, nem menos de tres vezes; Luiz Pereira de Sampaio; João Stecher; Simão Noé e Martinho Miler. Os primeiros limitaram-se a provar que João Paulo Seraphim esteve na hospedaria, e que o dispenseiro do infante perguntou por elle. Luiz Pereira de Sampaio contou o que sabia da recepção e expedição das cartas; o quinhão que lhe coube n'isso; e, para defender o amo das más intenções que lhe imaginassem, entrou em largas particularidades ácerca da sua prisão, mostrando como não só não fugiu em Allemanha, quando soube que o queriam prender, mas até se entregou de propria vontade. Stecher e Noé foram explicitos nas suas affirmativas, um quanto a escrever a carta para o duque de Saxonia, e o outro quanto a ler a d'este para o infante e a escrever a do infante para João Paulo Seraphim. Miler depoz a respeito de outro facto que se veiu, não sabemos porque, unir ao principal: a correspondencia de certos creados do infante, senão d'elle, com um frade carmelita chamado Arimontio, de que em breve falaremos. Zaicer, esse, como alvo maior da justiça, e mais compromettido, tentou occultar a verdade, porém sujeito a tres interrogatorios, ameaçado com o tormento, e começando a sentir-lhe duas vezes os effeitos, confessou, no meio de muitas queixas e contradições, quanto bastava para firmar a sua culpa e a dos que entravam mais ou menos no trama: que o mensageiro se chamava Paulo Jorge; que era de Nuremberg; que fôra secretario do regimento do infante; que depois o servira em Gratz e fôra por elle licenciado; que o infante tinha dinheiro em Veneza, que lhe ia de Portugal, e um portuguez alli que tratava das suas coisas; que Paulo Jorge estava ao serviço do duque de Saxonia; que fôra a Milão

por causa d'aquelle dinheiro, e mandado por um portuguez que devia estar em Bergamo, d'onde se correspondia com o portuguez de Veneza; como o encontrara; como recebera as cartas, sobre o que o infante lhe recommendara segredo, etc. As diligencias judiciaes estenderam-se desde trinta de dezembro de quarenta e dois até vinte e sete de março de quarenta e tres, pelo menos.

Aos interrogatorios seguiu-se o castigo. O pobre dispenseiro é que padeceu, mais do que ninguem, as consequencias da tentativa de liberdade a favor de seu amo. Sim, Martinho Zaicer pagou cara a ingerencia n'este negocio: teve quarenta e sete dias de carcere; e foi posto, como vimos, duas vezes a tormento. Pelo mesmo tempo, achamos egualmente presos Luiz Pereira, Manuel da Costa, e o cosinheiro. Originára o rigor contra os dois ultimos o projecto de liberdade que historiámos, posto não fossem interrogados, o caso do livro do frade ou outra culpa ou suspeita? É o que não lográmos elucidar. Quanto a João Paulo Seraphim nada soffreu da justiça, porque se retirou antes das suas indagações ou mal principiaram. Não ha vestigios n'esta occasião de procedimento contra o infante; mas posteriormente incriminaram-o pelo facto, pois consistiu n'elle um dos pontos de accusação do seu processo.

Todavia, por aquelle tempo, encontramos noticias que, embora muito escassas, o comprometteriam aos olhos dos seus perseguidores, se estes as conhecessem; porque não só escrevia a Gaspar de Magalhães, pedindo-lhe para recompensar um seu creado que fôra a Milão, talvez o mesmo João Paulo Seraphim, mas tambem recommendava ao dito Magalhães uma diligencia em Francfort[1], que ignoramos se se liga á ida d'esse creado a Milão, ou ao projecto da senhora de Gratz e do duque de Saxonia, ou simplesmente

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 153, Carta do infante ao mesmo, de 15 de fevereiro de 1643.

a outro seu negocio particular, e sem importancia para a sua prisão, como, por exemplo, qualquer ordem aos seus creados, que o não tinham acompanhado, qualquer remessa, por meio d'estes, de dinheiro que lhe fosse necessario, etc., casos que, então, se davam, conforme vemos pela carta do infante a Duarte Nunes da Costa, de sete de maio, e pelas que dirigiu a Gaspar de Magalhães, o que tudo melhor explicaremos adeante.

Ainda algumas palavras a respeito d'esta tentativa de liberdade.

A denuncia do embaixador de Veneza chama o mensageiro João Paulo Seraphim; os documentos do processo Paulo Jorge; o infante unicamente Paulo. A denuncia e os documentos do processo fazem-o natural de Nuremberg, e estes dizem que foi secretario e creado do infante. Ora João Paulo Seraphim é o nome de um dos creados que Navarro separou da companhia de D. Duarte, nas vesperas da partida para Milão (note-se que Navarro o dá tambem como seu secretario), ordenando que ficasse detido tres semanas, depois d'ella ter effeito, no castello de Gratz, pela desconfiança de servir a seu amo para algumas correspondencias, no que tambem suppunha entrar o confessor do infante, e outro seu creado, Arthur Peres, como referimos. Tudo isto nos mostra ser o mesmo homem, com dois nomes: um verdadeiro, o da denuncia, o outro falso e adoptado para disfarce. O infante nomeando-o só Paulo, ou por falta de memoria, ou de proposito, evitou a duplicidade. O que porém não admittimos é que o mensageiro fosse mandado de Veneza por Taquet, como allega o processo, porque, a dezenove de dezembro, seguia este viagem de Paris para a Suissa, d'onde, só nos fins de fevereiro, foi para aquella cidade, á qual chegou a oito de março. E erro em vez de Gaspar de Magalhães; mas, sendo os artigos da accusação, onde elle vem, escriptos annos depois do facto, a permanencia de Gaspar de Magalhães, quasi ignorada e tran-

sitoria, ou passou desapercebida, ou se confundíu com a de Taquet, muito mais importante e duradoira, e sobretudo muito mais conhecida.

Quanto á intervenção da baroneza de Guilerin no projecto, custa-nos a concebel-a, porque, ao passo que se procedia ás indagações judiciaes para descobrir o trama, a baroneza sob o nome de Petronilha Paula Juconerin, (se é que a baroneza e Petronilha são a mesma pessoa, como parece do depoimento de um dos creados do infante)[1] correspondia-se amorosamente com elle, por meio do governador do castello de Milão, correspondencia que era continuação da que mantiveram em Gratz, e enviava-lhe um presente, e o infante respondia-lhe e mandava-lhe recommendações do governador, o que parece arredar a idéa de cumplicidade, pois, se a tivesse, D. Fradique Henriques, reputando-a criminosa ou ao menos suspeita, evitaria por todos os modos a sua communicação. Não seria portanto senão um boato sem fundamento a referencia provavel que, a seu respeito, vem n'uma carta de Taquet, e a que se encontra claramente n'uma das do marquez de la Fuente, e de que não falam os interrogatorios do processo originado d'estas cartas, nem outro documento? Ou, havendo D. Fradique estimado a baroneza, como elle proprio confessa n'uma carta posterior (no que concorda o dito depoimento), e não existindo provas sufficientes da sua cumplicidade, ou confiando que não se descobririam, ou não se descobriria a correspondencia com ella, permittiu-a, e não receiou mesmo quinhoal-a?

Quanto ao auctor da denuncia, se acreditarmos Taquet, foi o proprio duque de Saxonia, o qual, vendo que Magalhães não annuia ao seu desejo, nem dava o dinheiro que elle pretendia, relatou ou fez relatar ao embaixador de

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, Documento de 2 de janeiro de 1645, aliás 1643. Mss.

Filippe IV na republica o motivo porque de Allemanha passara a Veneza, e o segredo do negocio, não sabemos até que ponto.

II

Com as pesquizas que acabamos de especificar, e prendendo-se com ellas, veiu misturar-se, como dissemos, o caso de frei Arimontio, que exporemos brevemente.

Durante os interrogatorios D. Fradique Henriques participou a D. João Arias Maldonado que o dispenseiro de D. Duarte falava com um padre carmelita calçado, com quem estivera poucos dias antes, e que o dito frade deixara n'uma loja, ao pé de Ponvedro, o memorial que fez D. João Chumacero contra o bispo de Lamego, um soneto contra o principe Thomaz e uma carta em latim, assignada por Balthazar Mercino. Essa carta, escripta a uma pessoa, a que se attribuia o titulo de muito nobre ou muito illustre (prænobilis dominus), encerrava em substancia: que, posto o livro incluso fosse contra sua dominação (modo de nomear grandes personagens) o mandava, por ser curioso, e porque sua dominação nunca o teria visto; que, depois de lido, podia queimar-se; que os versos agradariam a sua dominação, se lhes percebesse o sentido; que recebera o dinheiro da esmola, e que, apenas pudesse, daria satisfação d'elle; que havia quasi doze dias que o não encontrava em parte alguma; que, se não tivesse o subsidio de sua dominação, não lhe seria possivel estar alli mais tempo; que ainda não cumprimentara aquelles senhores; e que, logo que os encontrasse, cumpriria o pedido. A carta era datada de Padua, seiscentos e quarenta e tres.

Recebida a participação de D. Fradique Henriques a

sete de fevereiro, Arias Maldonado apresentou-se no convento do Carmo; conferenciou com o prior; indagou qual o numero de religiosos debaixo das suas ordens, qual a patria e a qualidade de cada um, e descobriu que entre elles existia um belga, chamado Arimontio, que era confessor da familia de D. Duarte, por entender allemão.

Chamado e interrogado o frade, respondeu: que conhecia a familia de D. Duarte; que em outubro falara, achando-se na companhia de Simão ou Christovão, creado do mesmo, com dois mancebos allemães, vestidos de soldados, os quaes o encarregaram de os recommendar aos creados de D. Duarte, o que elle fez, communicando-o no castello em dia de Todos os Santos a Estevão Miler, o qual conheceu os dois pelas suas informações; e que não sabia quem fossem nem os viu mais. Questionado sobre a carta escripta por elle com o nome supposto de Balthazar Mercino, replicou incoherentemente: que as palavras: ainda não cumprimentei aquelles senhores, mas logo que os encontre cumprirei o pedido, se referiam aos dois allemães; que as outras: ha quasi doze dias que o não encontro em parte alguma á esmola para missas; que a carta era a Estevão Miler, a quem intitulava prænobilis por cortezia, e a quem enviava os escriptos; que a data e assignatura que usava fôra por capricho (bizarria) e para evitar suspeitas; e que as palavras: contra sua dominação não deviam applicar-se á pessoa do principe. Debalde notou Arias que a tenção de satisfazer o que lhe fôra pedido, logo que encontrasse os dois allemães, que não conhecia, suppunha alguma intelligencia; debalde o requereu para declarar os termos do pedido; o frade mais nada respondeu por então; e, se o fez depois, ignora-se, porque a este primeiro depoimento seguem-se vinte e cinco linhas cuidadosamente riscadas, e á carta dezoito, que occupam uma pagina, no fundo da qual se lê o reclamo: fraile, que se esqueceram de occultar.

Nos interrogatorios subsequentes dos creados do infante deparamos porem pormenores que não desprezaremos. Martinho Zaicer, Luiz Pereira de Sampaio, João Stecher, Simão Noé e Martinho Miler tinham-se confessado com o frade duas ou tres vezes no castello. Além d'isto Martinho Zaicer depoz que estivera com elle na mencionada loja e lhe entregara seis liras para missas; que n'essa occasião lhe dissera o frade que lhe queria dar um livro de historia, que com effeito lhe deixou na dita loja, onde, d'ahi a dias, o achou; que este livro era o que o soldado que o acompanhava depositara nas mãos do tenente, e que se destinava a elle Martinho; e, como o juiz lhe objectasse a sua ignorancia da lingua em que estava composto, a latina, accrescentou: e tambem a João Stecher que a sabia bem; Luiz Pereira de Sampaio depoz que mandara dinheiro para missas ao frade por Martinho, Simão e outros creados de D. Duarte; e que, quanto a este, nunca lhe falara, por se confessar com o padre Gennaro; Simão Noé que lhe pedira, encontrando-se com elle fóra do castello, que lhe emprestasse um diccionario italiano e allemão, e que n'esta occasião não estavam presentes nenhuns allemães; e Martinho Miler que não recebera nenhuma carta nem papeis, nem recebera, nem dera recommendações de ninguem.

Das contradições e absurdos que resultam d'estes depoimentos comparados com o de frei Arimontio, e de tudo conclue-se que as obras se destinavam ao infante, sendo talvez a de Chumacero para escrever as notas, de que em breve trataremos; que era elle a pessoa designada por sua dominação; que a carta a elle se dirigia disfarçadamente; que frei Arimontio d'elle recebia subsidios; e que influencias grandes apagaram então ou depois os outros vestigios da culpabilidade do religioso. De certo que Arias não deixaria de aproveitar essas contradições para apurar a verdade, e de certo que isto seria a materia das quarenta e tres linhas riscadas que já mencionamos, a que cumpre juntar

ainda cento e setenta e quatro e os restos de seis paginas, tambem riscadas, e segundo parece, depois rasgadas.

Uma das coisas mais dignas de reparo nas ditas contradições é frei Arimontio cartear-se em latim com Martinho Miler (pois deve ser Martinho e não Estevão, que com este appellido o infante só tinha um creado), o qual servia na cosinha, não sabia escrever e contava apenas dezoito annos, intitulando-o muito nobre ou muito illustre, por cortezia, diz o frade, e enviando-lhe a obra de Chumacero tambem em latim!

III

Quando Duarte Nunes da Costa procurou, por varios modos, communicar-se com o infante no castello de Milão, escreveu a um sujeito, que era primo de David Lumbroso. Este David Lumbroso tivera muita amizade com Duarte Nunes da Costa, em Florença; e tinha-a tambem, ou só conhecimento, com um tal João Picini, mercador de Veneza, o mesmo que se offereceu ao bispo de Lamego para libertar o infante. Por tal meio alcançou Picini noticia de Duarte Nunes, e, por via do seu amigo ou conhecido, apresentou-lhe propostas para fim identico. Escreveram-lhe ambos, sendo a carta de Lumbroso de recommendação, e contendo a do seu companheiro as propostas, as quaes versavam sobre o seguinte. Promptificava-se Picini, inculcando-se valido do governador do castello de Milão, não só a fazer dar ao infante todo o dinheiro necessario á sua despeza, para o que já tinha licença do dito governador, da qual lhe enviou copia, mas ainda a tratar negocios de grande importancia, de que dizia possuir a chave, negocios que eram nada menos

do que a liberdade do principe portuguez. Duarte Nunes da Costa affiançava ao conde da Vidigueira David Lumbroso como pessoa verdadeira e honrada, que, ao tempo em que elle esteve em Florença, era auditor da Rota do grão-duque, e depois subiu ao eminente cargo de auditor dos conselheiros, e David Lumbroso affiançava a Duarte Nunes da Costa o mercador João Picini como pessoa de muita consideração[1]. As cartas seriam, quando muito, dos principios de dezembro, e Duarte Nunes da Costa mandou-as ao conde.

Este, recebendo-as, e vendo a confiança que Duarte Nunes depositava em ambos, o primeiro por ser seu conhecimento proprio, e o segundo pela recommendação do primeiro, remetteu-as, no principio de fevereiro de quarenta e tres, a Taquet, que, havia algum tempo, se achava em Soleure, na Suissa. Ordenava-lhe n'essa occasião que, sendo necessario, passasse immediatamente a Veneza, a fim de conferenciar com um e outro, sobre o que cumpria para o conseguimento do negocio, informando-se, antes de tudo, da sufficiencia e poder que elles tinham, o que faria de casa do embaixador de França, residente na mesma republica. Assim, de perto, as coisas encaminhar-se-hiam melhor, e entrar-se-hia na materia sem medo de cahir n'algum desacerto. Ao mesmo tempo, o conde escrevia tambem a Duarte Nunes da Costa que se esforçasse por haver mais particulares informações da pessoa recommendada por David Lumbroso[2].

Recebendo esta ordem, Taquet partiu da Suissa, e a oito

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 52 v., Carta do conde da Vidigueira a el-rei, de 8 de fevereiro de (1643).

Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 657, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 9 de janeiro de 1643. Mss.

[2] Bib. Nac., Mss., I, 2, 9, fol. 217 v., Carta do conde da Vidigueira a Duarte Nunes da Costa, de 31 de janeiro de 1643.

de março estava em Veneza. Apenas chegado, colheu noticias a respeito de Picini, e concluiu que era, como Lumbroso o pintava: homem de muita industria e talento, bem visto e occupado dos grandes, o que tambem affirmava o embaixador de França; mas que se precisava dextreza bastante para lidar com elle, pela confiança que todos lhe concediam, e, em particular, o embaixador de Hespanha.

Das informações passou Taquet ás conferencias, e, poucos dias depois, realisou a primeira. Disse-lhe Picini que, falando uma vez com o embaixador de sua magestade catholica, o marquez de la Fuente, ácerca do estado do infante, lhe perguntára se não existiria modo de accommodar este negocio; ao que o embaixador respondeu que taes seriam as vantagens que, por parte do dito infante, ou do rei de Portugal, se concedessem, que se conseguisse chegar a concerto, e que, sendo a proposta racional, assegurava o desejado successo, assim como agenciar o seu andamento com todo o calor e verdade; mas que se desenganassem que elle não se lograria por dinheiro, e buscassem qualquer outro expediente honesto, porque nem o rei de Hespanha era barbaro, nem D. Duarte escravo, para o venderem e comprarem.

O que, segundo Picini, o embaixador propunha, consistia em se offerecer o infante a servir o imperio com quatro ou cinco mil peões, e dois mil cavallos, por espaço de um anno, depois do qual, promettendo não combater contra a casa d'Austria, poderia andar por onde lhe parecesse; e, para maior segurança, depositar a somma em que importasse aquelle serviço, que seria seiscentos mil cruzados. Entretanto, ajuntava, os austriacos tratal-o-hiam muito bem, casando-o, se fosse possivel, na mesma casa, para que se obrigasse a não tornar a Portugal, pelo grande conceito em que o tinham.

A semelhantes proposições respondeu Taquet: primeiro, que a somma era muito grande; segundo, que extranhava

repararem tanto em largar o infante por dinheiro, tendo-o comprado por quarenta mil cruzados, que n'aquella mesma cidade de Veneza se pagaram; terceiro, que parecia duro servir o infante a casa d'Austria, com gente á sua custa, porque, se era contra Portugal, servia contra si mesmo; e contra os alliados de Portugal, se era contra França ou Suecia; quarto, que em muito má situação se achava a casa d'Austria para as suas forças carecerem de quatro ou cinco mil soldados; quinto, que só parecia pretenderem o dinheiro, pois pediam os seiscentos mil cruzados em deposito. Picini promptificava-se a ir a Milão negociar com o infante, para o que tinha licença do embaixador hespanhol.

Apesar das objecções que formulou contra a proposta de Picini, Taquet julgava-a, sendo realisavel, uma estrada real, segura, e sem risco da pessoa do infante, posto que mais custosa, pois as outras eram quasi impossiveis, por estar elle no terceiro castello, o mais interior, cercado de agua, como os dois, com grandes fossos, e por ter de sahir quatorze portas bem guardadas, e escapar á guarda da sua propria camara[1].

A esta entrevista seguiu-se, pelo menos, outra, na qual a proposta de Picini foi reduzida a termos mais supportaveis, e a menor despeza, para o que devia concorrer a troca do genovez Doria, aprisionado pelos francezes, que Hespanha queria se mettesse no ajuste. Depois Taquet alcançou, do embaixador de sua magestade christianissima em Veneza, uma informação do estado do negocio, dirigida a Chavigni, para se offerecer ao rei de França, cuja interferencia julgava da primeira necessidade, e preparou-se para partir, levando comsigo outra, a fim de apresental-a a el-rei, a quem egualmente cumpria pôr ao facto de tudo. Além d'estas informações, precisava-se, dizia Ta-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 257, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira, de 14 de março de 1643.

quet, fazer um memorial ao imperador, por se certificar que elle estava muito propicio, e que devéras desejava a liberdade do infante, e tambem por Hespanha não haver de resolver nada, sem annuencia do soberano allemão, que o entregara tanto contra justiça, pelo que tinha obrigação de procurar libertal-o. Faria o memorial Duarte Nunes da Costa, como procurador do infante, por tal conhecido no imperio e em Hespanha, participando-lh'o primeiro, e não em nome d'el-rei, visto o infante haver sempre protestado que reprovava quanto occorrera em Portugal, e que era fidelissimo vassallo de Filippe IV[1].

Como vemos, as propostas de Picini eram extraordinarias, e moveram logo os reparos de Taquet. Não foi menor a admiração do conde da Vidigueira, ao sabel-as. Obrigar-se o infante a servir o imperio um anno causava-lhe duvida, e devia-se reflectir, n'este ponto, se o libertavam e punham em terra livre, fiando se unicamente na sua palavra, ou se o libertavam para o guardarem com boas vigias, o que equivalia a um anno de prisão, se é que n'esse tempo não lhe forjassem outras. Se o infante não commetteu crime contra o imperio, pensava o conde, porque condicionam que o vá servir com soldados pagos á sua custa, o que é por-lhe pena na despeza, e pena para remir uma culpa que não tem; e, se o offendeu, porque pretendem que volte a elle, e em taes condições? Como é justo, como é possivel que o rei de Portugal dê dinheiro, e tamanha quantia, pois só elle o ha de dar, o que os estipulantes bem sabem, para ver seu irmão, que ambiciona livre, meio captivo, militando a favor da casa d'Austria, e, ainda mais, separado da sua pessoa? O ponto principal a considerar-se e resolver-se, escrevia o conde a Taquet, é se o infante fica preso, apesar de tudo, ou se o soltam completamente, pois

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2. 11, fol. 255, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira, de 21 de março de 1643.

fôra contradictorio e absurdo ficar livre e não ficar livre, ou ao menos livre para o imperio que o vendeu, e captivo para Portugal, que o redime. O numero de soldados tambem o conde achava excessivo, e tanto, que muitos reis se haviam libertado por muito menos preço. Todos estes contras resaltavam da proposta de Picini aos olhos do embaixador portuguez; mas, não obstante, a necessidade de arrancar o irmão de D. João IV das garras de seus inimigos, as recommendações ácerca de Picini, a intervenção do embaixador de França, e o mysterio que pairava sobre o negocio, faziam com que o não rejeitasse absolutamente. Mandou pois a Taquet, que, no relativo ás tropas, empregasse todos os esforços para chegar a um accordo, e, pelo que respeitava á pessoa do infante, que, ficando elle livre, mas em serviço do imperador, se contentassem com a sua palavra solemne de não tomar armas contra a casa d'Austria, bastando para segurança do interesse os creditos ou o deposito [1].

Duarte Nunes da Costa, recebida a carta de Taquet, e com ella noticias mais particulares do projecto, decahiu um pouco das primitivas esperanças, por o conhecer differente do que imaginava. Temia que a existencia do infante corresse risco no tumultuoso e incerto exercicio da guerra, e entre os seus proprios soldados, onde poderia ser morto por alguem desejoso de comprazer a seus inimigos, crime abominavel, que não se atreveriam a executar no castello de Milão; julgava que, obrigando-se o infante a não guerrear a casa d'Austria, não sahia da sua jurisdicção; que teria a maior difficuldade em abandonar o serviço do imperador; que a somma pedida era exorbitante, e custosa de conseguir; e que não se devia confiar tão facilmente no governador do castello de Milão (suppunha-se que elle entra-

[1] Bib. de Evora, Mss. 106, 2, 11, fol. 78 v., Carta do conde da Vidigueira a Taquet, de 13 de abril de 1643.

ria no trama, como Picini dera a entender), por muito amigo e bem inclinado que se mostrasse [1]. Mas estas duvidas não implicavam repulsa da proposta de Picini, antes, acreditava que o seu fundamento era verdadeiro, e que convinha, sem perda de tempo, a fim de que ella se não prejudicasse, ir Taquet a Lisboa falar a el-rei, e tratar da troca de Doria, com o que a mesma se facilitaria [2]. Entretanto communicava-o aos ministros portuguezes nas côrtes do norte, porque em caso de tanta magnitude precisava-se consultar a todos [3].

IV

N'este comenos um acontecimento grave e inesperado veiu influir na opinião do conde da Vidigueira ácerca do assumpto, e fazer mesmo com que o quizesse pôr inteiramente de lado: a despedida de quasi todos os creados do infante.

Para explicar esta medida violenta precisamos recuar um pouco a nossa narração, e ver o que entretanto se passára em Madrid com respeito a D. Duarte.

A tres de setembro, poucos dias depois de elle entrar em Milão, informara D. Fradique Henriques o governo hespanhol das ordens que dera para a segurança do preso, informação que chegou ao seu destino a seis de novembro.

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O., Caixa 17, Tomo 4 B., fol. 637 e 625, Cartas de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 4 e 21 de abril de 1643. Mss.

[2] Id., fol. 633, id. de 9 id. Mss.

[3] Bib. Nac., Mss., I, 2, 9, fol, 193, Carta do conde da Vidigueira a Duarte Nunes da Costa, de 17 de abril de 1643.

Em dezoito, reunido o conselho d'estado, composto do conde de Monterey, do cardeal Spinola, e do marquez de Valparaizo, examinou as ditas ordens, e, julgando-as insufficientes, aconselhou a Filippe IV as seguintes alterações, que foram adoptadas.

O posto de alferes era pequeno para a guarda de D. Duarte, e D. Fradique escolheria para o effeito algum capitão reformado de inteira confiança e de muita satisfação. Demais o appellido do alferes Pujales parecia catalão, e devia ter todo o cuidado de que nenhum cabo, soldado, ou outra qualquer pessoa empregada na guarda de D. Duarte fosse d'aquelle paiz ou portuguez. Isto quanto ao primeiro ponto.

Quanto ao segundo, que determinava que uma sentinella de vista o vigiasse sempre, dia e noite, não lhe deixando falar ninguem, excepto os officiaes maiores ou o bispo de Vigevano, nem receber cartas ou papeis, sem o governador do castello ou o seu tenente os verem antes, nem escrever coisa alguma, a não ser por mão ou por vontade do commandante da guarda, nem receberem as pessoas d'esta qualquer coisa do preso, salvo o dito commandante, procedendo-se de egual maneira com todos os creados, quanto a este ponto, alterou-o o governo determinando que as sentinellas de vista fossem duas, de dia e de noite, e participassem o que acontecesse á guarda maior.

Quanto ao terceiro, mandou que o preso não sahisse da Roqueta, como se regulara, com a sentinella, a guarda e o seu commandante, podendo ir á praça, quartel dos casados, egreja, fundição e muralha, mas que apenas o fizesse do aposento em que dormia para o outro em que comia.

Ao quarto, a respeito dos creados só sahirem da Roqueta acompanhados da guarda, e com a mesma ordem de não receberem, nem darem papel algum, accrescentou-se que de todos os creados, que tinha D. Duarte, se lhe deixassem unicamente dois, um á sua escolha, e outro á do governa-

dor do castello, mas que não fossem nem portuguezes, nem catalães, e que não se permitisse a D. Duarte papel, ou qualquer objecto para escrever, e, se algum escripto lhe trouxessem, o levassem ao dito governador, o qual, julgando-o importante, o remetteria original a sua magestade catholica pelo secretario de estado.

No que tocava ás visitas do sargento-maior ao preso, de manhã, quando abrisse o castello, e á noite, quando o fechasse, objecto do quinto ponto, prescreveu-se que houvesse outra ao meio dia, além das do guarda-maior.

As ordens para os soldados não altercarem com os creados do infante, respondendo-lhes só a frivolidades, a fim de não tomarem amizade com elles, e para que o commandante da guarda escrevesse cada dia uma parte do que se passava com o preso, das pessoas a que falava, por que perguntava, ou lhe queriam falar, e das cartas que recebia, estes tres pontos (o sexto, setimo e oitavo), mereceram a approvação do governo, o qual não se esqueceu de recommendar que no relativo á commodidade e trato do preso se tivesse o maximo cuidado.

Ácerca do nono, escrever os nomes dos soldados que entrassem de guarda, mandal-os á que estivesse na ponte, e não os deixar sahir n'aquelle dia, só com licença do governador do castello ou do tenente, não houve alteração.

O ultimo ponto, o decimo, que versava em não serem as sentinellas sempre dos mesmos soldados, e que os que servissem uma vez só tornassem a servir d'ahi a muitos dias, sendo ainda então misturados com outros, e que nem para as sentinellas, nem para outra coisa, tocante ás mesmas e á guarda dos creados, se empregasse nenhum portuguez, este ultimo ponto mudou-se apenas em que se dispensasse o cabo, e que os soldados, em numero de oito, fossem de muita confiança, e se substituissem por quantos houvesse no castello, sem que nenhum d'elles pudesse saber quando lhe tocava aquelle serviço.

Mas não se satisfazia o governo de Madrid com todas estas precauções; ordenava ainda a D. Fradique Henriques que examinasse com a maior attenção a comida de D. Duarte, para não irem n'ella alguns papeis, e outrosim os remedios que porventura tomasse, pois da negligencia n'este ponto ás vezes resultavam tantos inconvenientes; que não permittisse a ninguem de dentro ou de fóra do castello vel-o, ou visital-o; e que, se estivesse doente, o tratasse um medico escolhido pelo governador, com assistencia do guarda maior, de maneira que tambem n'isto houvesse toda a cautela.

O officio em que o secretario de estado, Pedro de Arce, respondia assim a D. Fradique era datado de trinta e um de dezembro[1].

Este officio juntamente com a carta de sua magestade catholica, da mesma data, que o acompanhava, recebeu-o o governador a onze de março, já do anno de quarenta e tres, e apressou-se a communical-o ao seu illustre preso, Respondeu-lhe o infante que obedeceria com muito gosto ao que sua magestade determinava, o que lhe pedia dissesse a sua magestade; que se consolava acreditando que sua magestade nada encontraria em tempo algum em que elle tivesse deixado de procurar o seu maior serviço, nem tentado por nenhum caminho ir contra este; e que supplicava a sua magestade que no meio dos trabalhos que padecia innocentemente, posto conhecesse que para isso havia causa, e não culpa, se dignasse permittir-lhe, como consolo, o cumprimento da palavra de lhe restituirem o seu confessor de Allemanha, o qual era vassallo da augustissima casa d'Austria.

Este desejo do infante recommendou-o D. Fradique a

[1] Arch. de Simancas, Maço 3356, o dito officio. Mss.
Id., Consulta do Conselho de Estado, feita em Saragoça a 18 de novembro de 1642. Mss.

Filippe IV, e egualmente ao secretario d'estado, expondo-lhe o seguinte. Quando D. Duarte chegou a Milão, deu-lhe, annuindo o conde de Siruela, como confessor o seu, o padre Bernardo Genaro, milanez. Impossibilitou-se este, por enfermo, e substituiu-o outro padre da companhia, chamado Christovão Aachi. Quando trouxeram D. Duarte, de Gratz, prometteram-lhe, em nome do imperador, que lhe enviariam o seu confessor, que era tambem da companhia, e allemão; mas, posto este religioso obtivesse licença dos seus superiores para lhe assistir na prisão, e estivesse disposto a soffrel-a por seu motivo, e do mesmo modo, o conde de Siruela difficultou-lhe que o puzesse em obra. D. Fradique não achava prejuizo na annuencia ao pedido do infante, a não ser acrescentar-lhe a elle mais algum cuidado, e mais algum trabalho aos soldados; ao passo que concedel-o seria para o preso uma grande consolação e um acto proprio do animo piedoso de sua magestade. A voz do infante, já o sabemos, não foi ouvida, porque o padre Taifol nunca lh'o restituiram, mau grado ás promessas antigas e ao voto favoravel do governador do castello, o qual, além d'isto, consentiu ao infante que lhe escrevesse uma carta, vendo-a elle primeiro. Fel-a João Stecher pouco mais ou menos por este tempo.

No cumprimento das ordens do seu governo, que não tardou em satisfazer, mostrou-se tambem D. Fradique humano, e, sobre humano, religioso.

Apenas as recebeu, desencarregou do commando da guarda do infante o alferes Pujales, posto não fosse catalão, porém maiorquino, e tanto da sua confiança, que, a não ser a muita edade, ninguem, no seu parecer, se encontraria mais a proposito. Conjuntamente dirigiu-se por escripto ao conde de Siruela pedindo-lhe que nomeasse para o logar vago um capitão reformado, o que este fez escolhendo o capitão Pedro de Rivera; mas, não se tendo determinado d'onde havia de vencer o competente soldo (pelo menos até

oito de abril, data do officio de D. Fradique, que vamos seguindo), continuaram na guarda os dois alferes reformados, que entretanto se tiraram para ella do terço de Lombardia, os quaes, pelo bem que tinham acudido até então a quanto se lhes incumbira, D. Fradique e o conde de Siruela desejavam que ficassem no serviço, ainda mesmo depois de entrar no exercicio do seu o capitão Pedro de Rivera. Determinou ainda D. Fradique, em execução das ordens regias, que nenhum soldado da guarda fosse portuguez ou catalão; que o infante tivesse sempre duas sentinellas á vista; e que não sahisse dos dois aposentos que se lhe haviam assignado para morada. N'este ultimo ponto D. Fradique ousou introduzir uma alteração, que muito depõe a favor da sua bondade e piedade, embora um pouco eivada de superstições, o que era mais defeito da epocha, do que d'elle. Na capella da Roqueta não se dizia missa, por não estar consagrada; e não se consagrara para escusar actos jurisdiccionarios do arcebispo de Milão dentro do castello. D. Fradique não quizera arredar-se do exemplo dos seus antecessores, e não o faria sem licença de sua magestade. Permittira pois até alli a D. Duarte que fosse á missa á egreja do castello, e que se confessasse n'ella, confiando na clemencia regia. Outra razão o movera a este passo. Encarregara-lhe sua magestade a guarda de D. Duarte com o maior encarecimento, avisando-o de que nada lhe serviria de desculpa em tempo algum para qualquer accidente que sobreviesse, porque o entregaria sempre que lh'o pedissem, e elle governador dispuzera os meios de sua segurança de tal modo, que todos affirmavam não era possivel escapar-se naturalmente; mas podia escapar-se por arte diabolica, o que duas vezes lhe tinham offerecido, e elle recusara como christão; e contra isso não havia outro recurso senão deixar-lhe frequentar os sacramentos. Demais, prohibir-lhe esta devoção, que sempre usara, e prival-o d'este consolo pareceria impiedade, quando lhe escasseavam ou-

tros. Concedeu-lhe pois que fosse, como d'antes, ouvir missa á dita egreja, directamente, com toda a sua guarda, e sem falar a pessoa alguma.

A ordem quanto aos creados tambem a mitigou D. Fradique, porque deixou ao infante, os dois determinados, que foram um lorenez e outro alsaciano (Duarte Claudio Huet e Simão Noé), e tambem um moço de cosinha, uma mulher que varria e amassava, e um rapazito de seis ou sete annos, todos allemães. Entre os creados despedidos figurava o cosinheiro, portuguez, que então não sahiu do castello, por estar preso. O infante, sentindo muito a sua falta, rcgou que não lh'o tirassem, e D. Fradique no seu officio recommendou o pedido, que achava justo e sem inconveniente. D. Duarte até alli sustentara-se á sua custa, e não á de sua magestade; era forçoso pois consentir-lhe alguem que lhe preparasse a comida e lh'a comprasse, e quem lhe lavasse os pratos, e lhe varresse as casas, ponderava D. Fradique ao governo de Madrid, desculpando o seu procedimento. O rapazito que o governador do castello deixou ao infante mostra-nos, a par da bondade de coração, delicadeza de espirito. A tenra edade não o apropriava de certo a nenhum serviço, e o intuito do velho militar devia ser portanto unicamente dar ao pobre encarcerado este companheiro infantil, para o distrair e lhe animar a solidão com as graças e meiguices tão agradaveis nos primeiros annos.

Determinou outrosim D. Fradique, em obediencia ao seu governo, que o sargento maior procedesse ás tres visitas, de manhã, ao meio dia, e á noite, continuando, as das rondas ordinarias do quartel e praça d'armas; e que ninguem de dentro ou de fóra do castello visse ou visitasse o infante. Quanto ao exame do comer e remedios, para que não levassem misturados alguns papeis, não o faria por si mesmo sempre, em consequencia das suas muitas occupações e pouca saude, respondeu D. Fradique para

Madrid, mas substituil-o-hia nos seus impedimentos o tenente do castello ou o guarda maior[1].

Os creados despedidos pelo governador foram: Luiz Pereira de Sampaio; Manuel da Costa; o reposteiro, Stecher; Martinho Miler; o dispenseiro, Martinho Zaicer; o cosinheiro; Francisco, segundo cremos, Francisco Pianta; e uma creada de cosinha. O cosinheiro, que se não nomeia, seria João Gonçalves, que tambem lhe tiraram n'esta data. Confrontando esta relação com a dos creados que existiam em tres de janeiro, vemos a menos: João de Cart, Bernardo Lasino, João de Onderberg, Lucas Scanfoza, e uma das creadas. Não sabemos se haviam sido anteriormente licenciados pelo infante ou mandados embora por ordem da auctoridade.

Entre as medidas que mais incommodavam D. Duarte, contavam-se as visitas da guarda durante a noite, porque o iam reconhecer no leito com luz, e erguendo-lhe as cortinas. Além dos rigores que mencionámos, prohibiram-lhe receber dinheiro, a não ser o das mensalidades[2]. Em março porém recebeu a d'esse mez, e setecentas dobras para pagar aos creados despedidos[3].

Na carta do infeliz principe, que transcrevemos em seguida, vamos ver como elle se queixa das violencias que

[1] Arch. de Simancas, Maço 3357, Cartas de D. Fradique Henriques a Filippe IV e ao secretario Pedro de Arce, de 8 de abril de 1643, e resposta de D. Fradique ás ordens do seu governo. Mss.

[2] Bib. de Evora, Mss. 106, 2, 11, fol. 224, Relação de Huet ácerca do infante.

Bib. da Ajuda, Mss., *Movimento do orbe lusitano*, vol. III, fol. 52, id.

Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 567, Carta de Luiz Pereira de Sampaio a Duarte Nunes da Costa, de 24 de abril de 1643. Mss.

Id., pag. 579, Carta do infante a Duarte Nunes da Costa, de 7 de maio de 1643. Mss.

[3] Id., pag. 625, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 21 de abril de 1643. Mss.

padecia, e como, vexado por tantos rigores, achou artes para illudir a vigilancia dos seus carcereiros.

«Deus sabe, dizia elle a Duarte Nunes da Costa, quão grande pena tenho de vos não poder escrever, sendo tantas as obrigações e o desejo que tenho de o fazer; mas estes inimigos me teem aqui muito peor do que fariam turcos. Tiraram-me todos os creados; até João Gonçalves. O guarda dorme na casa comigo, e todas as horas me vem ver na cama com uma lanterna. O castellano é boa pessoa; mas as ordens de Hespanha parecem escriptas pelo diabo. A brancaria e pastilhas estou esperando com muito alvoroço, e tudo o que vier em vosso nome se me dará. Veiu ordem que me não deixassem responder a carta nenhuma. Tive occasião de fazer uma grande recommendação sobre a vossa pessoa, e ia conforme minha obrigação. Tenho grande pena de não saber como vão as coisas da patria. Eu não posso achar meio de vos escrever, e parece que deparou Deus hoje uns soldados, a que tenho bem untado a mão, e na sua hora me deixam fazer esta. A Luiz Pereira dei um papelinho para vos enviar. Deus vos guarde e me chegue a tempo de vos poder mostrar o muito que vos devo. Tivemos traça para metter cá boa partida de dinheiro para qualquer occasião que possa succeder; tudo se metteu por certa parte a uma vitella, que se comeu, e viva veiu ás costas de um faquin; e foi grande fortuna; o que fique só para vós.

«Eu tomara alguma coisa que presentear a este castellano, digo, alguns cheiros. Vós avisae a Portugal que o que vier em vosso nome, depois de visitado, se me dará. A sete de maio. Mando mil recados a toda essa casa. D. Duarte»[1].

A tres de abril já escrevera o infante ao seu correspondente sobre o mesmo, porém menos explicitamente[2], e por isso preferimos para a transcripção a carta acima.

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, fol. 579. Mss.

[2] Id., fol. 555. Mss.

A medida violenta de tirarem os creados ao infante coincidiu com o desfecho do procedimento judicial, motivado pela denuncia do embaixador hespanhol em Veneza, e pela ida do creado do duque de Saxonia a Milão, procedimento que, segundo já vimos, se estendeu até os fins de março. A doze do dito mez interrogou a justiça Luiz Pereira; a dezoito coube a vez a João Stecher; e a vinte e sete a Martinho Miler. D. Fradique recebeu a ordem do governo de Madrid a onze, e a dezoito já se achavam em Bergamo Manuel da Costa e Luiz Pereira, tendo sahido directamente das prisões do castello onde estavam, e mal tendo dito adeus a seu pobre amo «de longe, deante de uma grade de ferro, e presentes os guardas»[1]. A partida de Luiz Pereira foi pois entre doze e dezoito; a de Costa então provavelmente, ou entre onze e esta data; as de Stecher e Miler posteriores, porque posteriores aos seus interrogatorios; e as de Zaicer, Francisco (Francisco Pianta?), e creada, não sabemos quando, mas com certeza antes da carta do infante de tres de abril. O cosinheiro ainda ficou preso no castello. Huet n'uma das suas relações assigna a data seis de março á despedida dos creados; talvez erro do copista, em logar de dezeseis, e, n'este caso, seria a da ordem geral. D'onde se originou a prisão, tanto do cosinheiro, como de Manuel da Costa, que não depuzeram nem no processo por causa do projecto do duque de Saxonia, nem no outro da correspondencia de frei Arimontio, pelo menos na parte legivel d'elle, ignoramol-o absolutamente.

A ordem de Filippe IV vieram portanto reforçal-a os successos ultimamente occorridos, que aos olhos de muitos a tornaram n'uma necessidade para a guarda do infante, porque equivalia a diminuirem-se os elementos perigosos á sua segurança. Nem os hespanhoes, postos álerta pela de-

[1] Bib. de Evora, Mss, 106, 2, 11, fol. 253, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira, de 5 de junho de 1643.

nuncia de Veneza, e pelo que conheceriam do tempo, em que elle residiu no imperio e de quando passou a Italia deixariam de imaginar a existencia de outros esforços a seu favor, proprios, ou de seus amigos.

Huet attribue a mudança que houve no tratamento do seu pobre amo a causa diversa da que apresentámos. Oiçamol-o.

«Parecia n'aquelle principio (de D. Duarte estar em Milão) que não tinham tão má intenção, como a que depois mostraram, porque o castellão o levava algumas vezes na sua carroça aos baluartes a tomar o fresco, e lhe mostrava com palavras querel-o servir, e dar-lhe gosto em quanto podia, deixando-o ir passeiar pelos muros, ao derredor do castello, e fazendo-o chamar á noite á conversação; mas em pouco tempo se viram as obras bem differentes...; e tudo isto não devia ser a outro fim senão para ver se o podiam trazer a seu partido; e, se bem mostravam boas palavras, estava escondido debaixo... onde o queriam fazer encampar; mas elle, como prudente que era, entendia mui bem suas dissimulações, e, antes que consentir na sua perversa opinião, haveria dado mil vidas, se tantas tivera, pela pessoa que elles tinham tanto em odio (D. João IV); e assim, conhecendo elles que o seu canto de sereia não servia, e que tratavam com quem os entendia..., voltaram seu canto em ruina, começando a fulminar todas as vias e occasiões para lhe dar desgosto. Começaram pelos creados tirando-lh'os...»[1]

Não obstante o acima dito, achamos n'esta affirmativa de Huet um certo fundo de verdade, para o que cumpre lembrar as diligencias de Navarro em Ratisbona, a fim de obter revelações do infante, acenando-lhe com promessas de engrandecimento, á custa d'elrei, seu irmão, tanto

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 224, Relação de Huet ácerca do infante.

mais que, de mistura com as causas de maior rigor contra elle, por nós enunciadas como principal movel das resoluções do governo hespanhol, poderia existir esta, occulta, ou ao menos só revelada pelo testemunho de um dos seus creados.

V

Já estamos ao facto das urgencias financeiras do governo ducal e real, quando se procedeu aos mesquinhos preparativos para a recepção do infante na Roqueta, dos insufficientes recursos com que o proveu, e de como, obrigado por esses apuros, até consentiu indignamente que um preso de estado, e de tamanha importancia se mantivesse com os auxilios pecuniarios seus e de D. João IV.

Mas ainda lhe pesava o gasto de quarenta e seis soldos por dia com o aluguel dos moveis ao adello Crotti, e o senado representou ao governo de Madrid. Respondeu-lhe Filippe IV, cedendo ás suas representações, e remettendo-se a esta carta, que dirigiu na mesma data e sobre o mesmo ao conde de Siruela:

«O senado, em carta de vinte e seis de novembro do anno passado, escreveu-me que, por decreto de trinta e um de julho antecedente, o encarregareis de fazer arranjar alguns aposentos no castello de Milão, para receber e hospedar a D. Duarte, irmão do de Bragança, que ha de estar preso no dito castello; que, tendo sido avisado o dito tribunal, por bilhete do secretario Marco Antonio Platone, da brevidade com que chegava D. Duarte, o proveu sem perda de tempo dos utensilios necessarios, e tambem de dinheiro para o sustento da sua pessoa e creados; e que,

dadas as ordens precisas a fim de arranjar os aposentos e os utensilios, para alojal-o e á sua familia, vos participou tudo a vinte e nove de agosto, accrescentando que, quanto ao fornecimento de dinheiro, não era possivel fazel-o por aquelle tribunal, em vista da deficiencia do meu real erario, e pelas causas que muitas outras vezes vos referira, particularmente no caso de se haverem de dar a D. Duarte quatrocentas peças de oito cada mez para seus alimentos, conforme o aviso do tenente, de que assim se praticava em Allemanha; além de que, quando se houvesse de entrar n'esta despeza, obstavam a ella as minhas ordens, que prohibiam a hospedagem, a não ser a potentados ou cardeaes, que fossem em serviço do estado, ou suissos ou grisões, conforme o costume. Ao que ajunta aquelle tribunal que o informou o commissario geral das munições, em data de quatro de setembro, de que os objectos alugados para a hospedagem importavam quarenta e seis soldos por dia, e que, quando isto houvesse de durar muito, lhe parecia de menos dispendio para a real camara compral-os do que pagar os alugueres. Depois, por outra informação de vinte de outubro, vos recordou de novo aquelle tribunal a repugnancia das minhas reaes ordens á dita hospedagem, e que, posto o gasto dos alugueres parecia pouco, entretanto, attendendo aos apertos presentes, vinha a ser muito, e que, no caso de resolverdes que, apesar da replica que vos fizera, se continuasse a dita hospedagem, visseis d'onde se pagariam os alugueres ou a compra dos ditos utensilios por conta da camara, e d'onde se havia de prover o dinheiro para o effeito, não tendo o dito tribunal nenhum á sua disposição; e que, tendo vós ordenado, por decreto de vinte e dois do mesmo mez, firmado pelo vosso secretario da guerra, que se continuasse subministrando os mesmos utensilios, lhe pareceu bem communicar-me tudo. E, tendo-se visto no meu Supremo Conselho de Italia, resolveu que se vos advertisse que a somma que refere o senado que se

gasta na hospedagem de D. Duarte parece grande, principalmente no estado em que se acham as coisas d'essa minha camara; e portanto é minha vontade que ella se modere, fazendo vós, como vos encarrego e mando, que se regule o melhor possivel, limitando-a só ao preciso para o sustento de D. Duarte e dos creados que forçosamente lhe houverem de assistir, em cuja conformidade se executará sem falta. Madrid trinta e um de maio de mil seiscentos e quarenta e tres. Eu El-Rei».

Esta carta foi communicada pelo conde de Siruela ao presidente e questores das rendas ordinarias da provincia de Milão, a trinta de julho do mesmo anno [1].

Não obstante o sentido um pouco escuro do documento transcripto, elle não implica ignorancia da côrte de Madrid e do senado milanez, quanto ao infante se sustentar á propria custa; tanto um, como outro, já o deviam saber havia muito, visto que, a quatro de setembro do anno anterior o commissario geral das munições o participava á auctoridade competente; nem que o infante dispensou os auxilios pecuniarios ha duvida, porque assim o assevera em officio posterior a Filippe IV o proprio governador do castello de Milão, como veremos. O que o documento estatue é, em termos geraes, que D. Duarte, como preso, não tem direito á hospedagem, e que a fazenda real só deve dispender com elle o sustento, o que não quer dizer que o dispenda, e, em particular, que não deve continuar a fornecer-lhe os trastes alugados. A auctoridade milaneza, porém, prevenira a vontade real com a sua ordem já de nós conhecida, para se suspender o aluguel desde vinte e dois de abril, isto é antes de Filippe IV escrever ao conde de Siruela e ao senado. A esta miseria do governo hespanhol contraponha-se a generosidade summa do governo portu-

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, a dita communicação. Mss.

guez com a duqueza de Mantua, reconhecida conspiradora contra a nossa liberdade, e, apesar d'isso, tratada e sustentada generosamente, e generosamente posta na fronteira do reino, em vez de ser mettida presa n'uma praça de guerra, ou mesmo de pagar com a vida os seus criminosos tramas.

VI

Ao passo que o governo de Madrid se mostrava tão mesquinho com o infante, por outro lado, abria o cofre das mercês, um pouco tardiamente, para galardoar alguns dos que tinham auxiliado a sua prisão e passagem a Italia. Com referencia a D. Francisco de Mello dissemos no livro setimo o que sabiamos; dil-o-hemos agora de outros, antecipando em parte os acontecimentos, e principiando pelo doutor Agostinho Navarro Burena. Já em dezoito de dezembro de quarenta e um o marquez de Castello-Rodrigo elogiava os seus serviços contra o infante em Allemanha, e, requerido por elle, instava pelo despacho de um logar de senador de Milão, que o mesmo pedira como recompensa. Em tres de setembro do anno seguinte ainda a petição não fôra attendida; e o marquez representava de novo para que o contemplassem com logar identico em Hespanha, por haver executado tudo quanto se lhe incumbira tão cuidadosa e satisfactoriamente, por não ter acceitado o logar de Milão, julgando melhor tornar a servir os seus officios no imperio, onde merecia elogios de todos que o conheciam, e pela boa conta que n'aquelles dera de si, o que tudo o qualificava como pessoa aproveitavel em qualquer emprego. O marquez de Castañeda, pelo seu conhecimento especial de Navarro, julgava que em nenhuma parte seria mais util a sua magestade catholica do que em Hespanha nas coisas da

guerra, em que se precisavam homens da sua profissão, e tambem nas materias politicas, pois de tudo tinha experiencia, e era pontual e prudente na execução do que se lhe determinava, como bem já demonstrara. Mas até um de dezembro de quarenta e tres ainda Navarro continuou esperando pela mercê de um logar de senador em Milão, emquanto não havia algum em Hespanha, embora sua magestade catholica lh'o houvesse offerecido pelo marquez de Castello-Rodrigo, na occasião da passagem do infante a Italia. Foi só n'aquella data que o governo de Madrid satisfez o seu compromisso, attendendo ás instancias do marquez, que as reforçou com os serviços posteriores de Navarro, sempre zelosos e acertados. Advertiu outrosim o marquez que elle empenhara a fazenda para acudir ás obrigações de creado de sua magestade, e de secretario da imperatriz, com grande satisfação d'esta soberana, e de toda a côrte imperial, pelo que pedia uma ajuda de custo para sahir de Allemanha e entrar em Milão sem desaire, graça que alentaria Navarro e todos que serviam com tantas prendas e finezas como elle. O governo hespanhol deferiu egualmente á nova e calorosa intercessão do marquez, determinando que se entregassem a Navarro dois mil ducados.

Não se esqueceu o marquez de algumas das outras pessoas que concorreram para a prisão e mudança do infante. Ao burgrave (não sabemos se se refere ao conde de Atristain, governador de Gratz) e ao seu tenente havia promettido uma ajuda de custo; recordou-a ao seu governo, e julgamos que este cumpriu a promessa, pelo menos o conselho de estado approvou-o. A archiduqueza Claudia e ao barão de Stubemberg, áquella por causa do transito que permittiu pelas suas terras ao comboio, e a este por levar o infante até aos limites do imperio, escreveu o marquez cartas de agradecimento, e lembrou a conveniencia de sua magestade tambem lhes escrever. O conselho concordou na lembrança, e egualmente que ao barão se poderia dar

uma joia que valesse até mil e quinhentos ducados, do dinheiro da embaixada de Allemanha, já pelos serviços que prestara na dita occasião, já para obrigal-o mais a perseverar na boa vontade que mostrava ao de sua magestade. O capitão D. João Valderabano, empregado na embaixada, que guardou o infante em Allemanha, e o seguiu a Milão, mereceu as recommendações do marquez duas veves, em dezoito de dezembro de quarenta e um, e em dez de setembro de quarenta e dois; mas o conselho, ao menos por então, nada decidiu a seu favor. Pedia o capitão que, a exemplo do que se usara com outros na dita embaixada, se lhe concedessem trinta escudos cada mez, por ter casado com uma dama da camara da imperatriz, a sobrevivencia da mercê para sua mulher junto ás demais que gosava, e uma ajuda de custo, pelo que gastou na viagem, quando foi com D. Duarte. Ao marquez agradeceu o governo hespanhol haver-se livrado, pela sua diligencia e bons officios, dos riscos que podia correr a segurança do preso em Allemanha[1]; mas é crivel que estas palavras fossem acompanhadas de mercês honrosas ou rendosas que elle não se esqueceria de promover, além das que já recebera pela infamia de renegar e perseguir a patria e os seus. Por tão poucos vestigios que restam é licito avaliarmos imperfeitamente quaes as demonstrações de gratidão de que seriam alvo o padre Quiroga, e os ministros, grandes, e mais pessoas, assim hespanholas, como allemans, que intervieram na prisão, entrega, e passagem do infante. Tantas graças concedidas por alcançar uma tamanha iniquidade, e outras em paga de outras semelhantes, deviam ter contribuido para esgotar o thesoiro real, sempre dessangrado por con-

[1] Arch. de Simancas, Maço 2343, fol. 5, 19 e 43, Consultas do Conselho d'Estado, feitas em Madrid a 18 de novembro e 5 de abril de 1643 e 11 de dezembro de 1642. Mss.

Id., Maço 2344, fol. 104, Consulta do mesmo, feita a 1 de dezembro de 1643. Mss.

tinuas guerras e estreitezas; era necessario pois que Hespanha recuperasse com medidas mesquinhas, e com a vergonha de consentir a um tal preso sustentar-se á sua custa, o dinheiro que tão miseravel e vergonhosamente dispendera em sacrifical-o ao seu odio e vingança.

VII

No meio dos rigores que o affligiam, restava ainda ao infante uma consolação, e não pequena: a correspondencia com alguns dos seus amigos e servidores: Gaspar de Magalhães, Fernando Brandão, Fontanella, Duarte Nunes da Costa, e Taquet.

Eram grandes as cautelas que se empregavam n'esta correspondencia, e differentes os meios por que ella se conseguia.

A Gaspar de Magalhães temos cartas de D. Duarte de tres, quatro, e quinze de fevereiro, e de vinte e nove de maio (de quarenta e tres), esta a ultima talvez, pois já n'ella se trata da sua partida para o reino.

«Vossa mercê, dizia-lhe o infante, escreva em uma folha de papel uma carta de cumprimento a algum amigo, e na meia folha de traz escreva com limão, e nas costas da mesma, levando um pouco de papel cortado, a passe pelo fogo, e, não levando nada, a metta n'agua, e verá a lettra»[1].

As cartas do infante eram datadas de Genova, e iam a Gaspar de Magalhães, mas sob nomes convencionados, e as-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 153, Carta de 3 de fevereiro de 1643.

signadas já de um modo, já de outro, como, nas que temos presentes, Sebastião Tavares, e Lucio Fava. Na carta de quatro de fevereiro determina o infante a Magalhães que lhe mande logo a resposta a Como, franca, endereçada ao dito Lucio Fava. As cartas de Magalhães tambem eram sobrescriptadas e assignadas com varios nomes. Tanto os de umas, como os de outras, mudavam-se a miudo. «No que vier para mim, recommenda o infante, em vinte e nove de maio, a Magalhães se porá ao senhor fulano, pondo o nome que quizer, em Genova, e depois a coberta para o de negro[1]». D'aqui vê-se que havia diversas pessoas intermediarias na correspondencia com Magalhães, e por ventura com outros, pois as cartas se dirigiam a differentes logares, podendo conjecturar-se que esses terceiros seriam alguns dos seus creados. N'este periodo, por exemplo, o dito Magalhães, Fontanella, e Caravacho apparecem-nos já em Veneza, já em Bergamo, já não sabemos aonde. Fernando Brandão só por uma sua phrase se conjectura cartear-se então com o infante, posto que para esse e mais fins lhe tivesse destinado como correspondente Luiz Ramiro, cuja fidelidade e prestimo assegurara ao conde da Vidigueira. A correspondencia do seu creado Fontanella, ora residente em Veneza, ora em outros sitios do norte de Italia, julgamo-la provavel pelas allusões, que a elle encontramos, e por se occupar tanto dos seus negocios[2]. A primeira carta do infante

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 243 v.

[2] Id., fol. 143, Instrucções do conde da Vidigueira a Taquet, de 14 de abril de 1643.

Id. 106, 2, 1, fol. 75, Carta do mesmo ao mesmo, de 7 id.

Bib. Nac., Mss., I, 2, 9, fol. 191, Carta do conde da Vidigueira a Duarte Nunes da Costa, de 4 de abril de 1643.

Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O., Caixa 17, Tomo 4 B., pag. 575, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 9 de junho de 1643. Mss.

Id., pag. 557, Carta do mesmo ao mesmo, de 30 de junho de 1643. Mss.

a Duarte Nunes da Costa (falamos em referencia a Milão) é de tres de abril, e a segunda a de sete de maio, ha pouco transcripta. Até ahi tudo se limitara, parece, ao bilhete que aquelle lhe enviou, pouco depois de o informarem da sua chegada a Milão, e aos recibos do dinheiro, que o infante tomara de Lumaga, o qual, na occasião de lh'o entregar, lhe dizia algumas palavras da parte do seu correspondente de Hamburgo, mas só geraes e de cumprimento, sendo por Lumaga que este recebia noticias da saude e estado do preso.

Á correspondencia occulta do infante com o seu agente de Hamburgo juntava-se a que tinha com elle por meio do proprio governador do castello, que, de caracter cortez e bondoso, e sem faltar á satisfação dos seus deveres, procurava, quanto possivel, ser-lhe agradavel e serviçal. Não soffreu o animo generoso do infante conservar-se insensivel a essas provas de delicadeza e sympathia, e pediu a Duarte Nunes da Costa, logo nos primeiros mezes, alguma coisa para presenteal-o, e que d'isto avisasse el-rei[1]. Esses presentes não só foram, mas entabolou-se até correspondencia entre o agente do infante e o governador do castello de Milão, do que é prova, entre outras, a carta seguinte, e, por meio d'este, do infante com o dito agente.

«Recebi a carta de vossa mercê de quatorze de abril, e dei a que com ella vinha ao senhor D. Duarte, cuja resposta é a que vae com esta, dizia D. Fradique Henriques a Duarte Nunes. Sua excellencia fica bom, e eu com muito desejo e cuidado de que o esteja. Tudo quanto vossa mercê remetter debaixo de sobrescripto a mim creia que chegará com segurança; e vossa mercê a poderá ter de que se entregará a sua excellencia com toda a pontualidade, porque

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O.. Caixa 17, Tomo 4 B., pag. 579, Carta do infante a Duarte Nunes da Costa, de 7 de maio de 1643. Mss.

a ordem de sua magestade, que Deus guarde, é guardal-o e servil-o como merece a sua pessoa. A de vossa mercê guarde Nosso Senhor como pode. No castello de Milão, vinte e sete de maio de mil seiscentos e quarenta e tres. D. Fradique Henriques[1].

Esta carta, como se vê, referia-se a uma de Duarte Nunes da Costa para o infante, que fôra com a de D. Fradique, e acompanhava outra em resposta, do mesmo infante, mas escripta para ser vista pelos que o guardavam, e portanto a contento d'elles. «Quanto ao cuidado que tendes de saber de minha pessoa, dizia n'esta carta, se vos pode alliviar com saber que aqui se procura dar-me gosto e satisfação em tudo, como bem experimento»[2]. Era o sorriso contrafeito por debaixo das lagrimas; a negação do que pensava e escrevia; uma pura mentira, que commettia forçado pelas circumstancias.

Outra prova temos d'essa correspondencia na carta de D. Fradique Henriques a Duarte Nunes da Costa de quatorze de julho, em que accusa a recepção, por via de Francisco Octavio Lumaga e Marco Antonio Stampa, da sua de dezenove de junho, sentindo não ter ido a caixa com encommendas para D. Duarte, a quem entregou logo a carta que lhe enviara dirigida a elle. Sente tambem que Duarte Nunes não recebesse outras que ambos lhe escreveram, em uma das quaes o avisava para remetter os objectos de Portugal, que o infante lhe pedira, a Genova, e não a Veneza, no caso de lhe parecer mais commodo, rogando-lhe ao mesmo tempo, visto alguns d'esses objectos serem para elle D. Fradique Henriques, que lh'os mandasse quanto antes[3]. Na carta do infante a Duarte Nunes da Costa, de que acima extractámos poucas palavras, já havia referencia

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 541, Mss.

[2] Id., pag. 543, Carta de 26 de maio de 1643. Mss.

[3] Id., pag. 509. Mss.

a esta encommenda, assim como a outro presente que estava para receber de Duarte Nunes. Além d'isso, Duarte Nunes encaminhou ao infante, por via de Nuremberg, que era segurissima, varios regalos do conde da Vidigueira, e do ministro de Portugal ao congresso de Munster, Rodrigo Botelho, dos quaes, ou de outros, coube tanta porção ao governador do castello, que este se considerava obrigado aos maiores agradecimentos ao negociante de Hamburgo [1]. No tocante ao presente que se esperava de Portugal temia que se houvesse perdido com um navio que naufragara. O de Duarte Nunes da Costa consistia em roupa branca e pastilhas, tudo feito em sua casa. Em setembro outros enviou el-rei a seu pobre irmão, por via de Duarte Nunes, de que, de certo, caberia boa parte ao seu guarda [2]. Na dita carta, datada de dezeseis de outubro, dizia D. Fradique Henriques a Duarte Nunes que todo o amor que mostrava ao infante elle o merecia; que quantos o tratassem pensariam do mesmo modo, e que supportava os seus trabalhos com tamanha tranquilidade de animo, que bem se conhecia quem era.

Tantos mimos ao governador do castello não tinham só por fim o agradecimento dos serviços prestados, mas tambem, e sobretudo, a conveniencia de o conservar favoravel, e a esperança até, senão do infante, ao menos dos seus amigos de fóra, de que pudesse concorrer para ajudar a sua liberdade, ao que aliás persuadia a maneira por que se portava com elle.

A correspondencia de Taquet começou muito mais tarde

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 469, Carta de D. Fradique Henriques a Duarte Nunes da Costa, de 16 de outubro de 1643. Mss.

[2] Id., pag. 452, 453 e 455, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira, de 8 de dezembro de 1643. Mss.

Id., L.os Mss., n.º 456, fol. 61, Carta d'el-rei ao conde da Vidigueira, de 3 de outubro de 1643. Mss.

do que as antecedentes, e o primeiro vestigio que encontramos a seu respeito é a um de agosto de quarenta e tres. Convém notar entretanto, o que atraz fizemos de passagem, que Taquet já anteriormente lhe remettera as cartas que levara do reino, a que o infante confessa não respondeu, pela desconfiança que lhe merecia Francisco de Lucena, então secretario de estado, e observa a proposito: «parece que guiou Deus tudo»[1], phrase que quadra perfeitamente á accusação do processo por esse tempo instaurado contra Lucena de prejudicar os seus negocios, e á possibilidade de lhe tecer nas ditas cartas algum engano, de que dá graças ao céo de escapar, por não se ter importado com ellas. Esta correspondencia durou até á morte do infante, e veiu a reunir em si todas as outras, pois corriam por seu intermedio, como explicaremos largamente.

Mas por que maneira conseguiu o infante, guardado, vigiado, perseguido, escrever, mandar e receber estas cartas? Vamos explical-o, conglobando aqui o que sabemos até o anno de quarenta e tres, e ainda alguma coisa dos tempos posteriores á nossa narração, por conveniencia do assumpto.

Vimos, na carta de vinte e nove de maio, referir-se o infante a um sujeito que entrava na sua correspondencia, occulto sob a designação o de negro, designação que nos apparecerá adeante, como de pessoa medianeira nas suas relações com Taquet. Não se conclue d'ahi o logar onde estava este personagem mysterioso da nossa historia, d'outras cartas porém tira-se que vivia em Milão, o que resulta principalmente da de cinco de maio de quarenta e seis, de Taquet ao embaixador de Portugal em França, na qual lhe escreve: «A este ponto me chega carta do de negro de dois de maio, e diz: Pela graça de Deus veiu hoje á missa o

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 500, Carta do infante a Taquet, de 18 de novembro de 1644.

irmão de vossa mercê (modo disfarçado de designar o infante), e se espera bem de sua total saude. Se vossa mercê visse este pobre e infeliz senhor andar á missa como levaram os judeus preso a Christo, se moveria, e não poderia conter as lagrimas. De ordem do senhor irmão (o infante) aviso a vossa mercê que não escreva nada até nova ordem sua e lhe rogo de não mandar nada por muitas razões[1]». Estava pois n'esta data, se não dentro do castello, ao menos em Milão, o incognito bemfeitor do nobre principe.

Invoquemos aqui em nossa ajuda o testemunho do creado mais particular do infante, um dos dois unicos que lhe deixaram, o seu camareiro Duarte Claudio Huet. Serviu-o desde antes da sua prisão até o fim da vida, e compoz duas noticias a seu respeito, já por nós varias vezes aproveitadas; é portanto de muito valor no ponto em questão.

Mencionando os soffrimentos do infante, diz Huet n'uma d'ellas, na que escreveu pouco depois da sua morte, que, em tantas amarguras, experimentou sua alteza algum consolo na correspondencia que se fez por via de Luiz Pereira, posto não soubesse como ella se sustentava, havendo tamanhos rigores[2]. Luiz Pereira de Sampaio era, nos primeiros tempos de Milão, o creado mais intimo do infante, o seu pagem; possuia uma cifra especial, a que seu amo se refere, e assegura entendia, assim como el-rei[3]; o que tudo vem em abono da asserção de Huet.

«A consolação que tinha o dito senhor, ajunta Huet, nas outras noticias, escriptas posteriormente, era uma correspondencia, que eu e outro creado descobrimos, com bem risco de nossas vidas, porque havia pena de morte para que não pudessemos ter papel nem tinta, nem tratassemos

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 281.
[2] Id., fol. 224, Relação de Huet ácerca do infante.
[3] Id., fol. 249 v., Carta do infante a Gaspar de Magalhães, de 29 de maio de 1643.

com ninguem; sem embargo d'isso, e pelo interno amor com que amavamos a sua alteza, démos ordem e modo para ganhar a vontade de um sachristão, filho de um portuguez, o qual trazia da sachristia uma cadeira rasa e uma almofada a sua alteza todos os dias á missa n'uma tribuna, que ficava ao lado, á parte da epistola do altar maior da capella do castello, onde ia todos os dias ouvir missa, e o capellão do dito senhor morava na cidade, fóra do castello, o qual não tratava comnosco, nem olhavamos para elle e, enviava ao correio buscar as cartas, que vinham debaixo de nome supposto, as quaes iam e vinham a Veneza a um frei Fernando de la Houe, que por ordem do senhor rei D. João estava alli á ordem do senhor infante D. Duarte. Esta correspondencia durou por tempo de sete annos continuos, sem nunca os castelhanos saberem coisa alguma, porém com risco notavel de vida, porque aonde estava sua alteza não tinha mais de um aposento bem limitado, no qual de uma parte tinha uma alcova, e detraz d'ella um oratorio pequeno, da outra banda do mesmo aposento tinha o seu estudo, onde tinha seus livros, e ahi escrevia, quando podia ser. Primeiro sahia do aposento para uma sala, que ficava logo fóra, dizendo-me em linguagem que tinha inventado que fosse preparar, chamando a toda a coisa por nome supposto, para não ser entendido de nenhuma lingua, o que lhe não era difficultoso por falar varias linguas, e, ainda que estivessem soldados que entendessem as linguas, não podiam dar com os pontos principaes. Entrando no estudo, punha-se a ler primeiro, até que lhe fazia signal certo, ficando eu lendo por um livro nas mãos; e se os soldados chegavam a parte que pudessem descobrir, ou boliam, dava as senhas e contrasenhas; e fóra do aposento ficava meu companheiro (Noé) para dar senhas de rondas e contrarondas. O seu escrever ordinario era cifras...; escrevia ás vezes com tinta, quando tinha logar para isso; outras vezes com lapis; então m'as fazia trasla-

dar; e quando eu o fazia, ou alguma outra coisa, fazia elle mesmo sentinella passeiando na sala, onde tinha um repartimento de taboado»[1].

Por quanto acabamos de ver, e por outros indicios, o de negro tem toda a probabilidade de ser o dito religioso, e parece deprehender-se que a correspondencia planeada e posta em pratica no começo por Luiz Pereira de Sampaio, despedido este do serviço do infante, passou a correr por Huet e pelo seu companheiro Simão Noé. O expediente do religioso não se achou porém logo, cremos nós; antes d'elle houve outro ou outros que desconhecemos.

Esta correspondencia do infante conta-a D. Antonio Caetano de Sousa na *Historia genealogica,* ainda que com alguma diversidade, da maneira seguinte: «Todo o tempo que durou a prisão, se communicou o infante com el-rei seu irmão, por industria de um clerigo chamado D. Francisco Portis, que costumava dizer-lhe missa. O modo como se conseguia esta correspondencia era no tempo em que o infante ouvia missa. Punha debaixo da alcatifa, que estava ao pé do altar, os papeis que escrevia, sem poder ser visto das sentinellas, e no mesmo logar achava as respostas, para o que havia conseguido o clerigo, usando do pretexto da decencia, que nenhuma outra pessoa, senão elle, concertasse o altar e adereçasse a capella[2]».

Huet merece-nos muito mais fé do que o auctor da *Historia genealogica,* por ser mais verosimil, e por ter, na sua qualidade de creado, visto o que conta. Entretanto a menção que D. Antonio Caetano de Sousa faz do nome do religioso é importante, e esclarece o ponto, o qual mais patente se torna, ao sabermos que o capellão do infante com effeito se chamava D. Francisco; que o infante lhe deixou no seu testamento cem dobras; e que D. João IV em dezoito de novembro de cincoenta agraciou o padre Francisco Perte

[1] Bib. da Ajuda, Mss., *Movimento do orbe lusitano,* vol III, fol. 228.
[2] Vol. VI, pag. 627.

(evidentemente o mesmo que Portis) com cento e sessenta mil réis de tença, pelos muitos e bons serviços que prestou ao infante. A favor d'elle ha ainda um alvará de apresentação, pelos ditos serviços, n'uma prebenda da collegiada de Santa Maria da Alcaçova de Santarem, datado de vinte e dois de maio de cincoenta e seis, e inserto na carta que el-rei dirigiu ao cabido, séde vacante, de Lisboa, a dez de junho do mencionado anno, para que lhe passasse as competentes lettras de confirmção. No intervallo das duas mercês sua magestade nomeou-o capellão supranumerario da capella real. Francisco Perte ou Portis era natural de Milão[1], e parece veiu para Portugal pouco depois da morte do infante. O dom competia-lhe, como ecclesiastico, segundo o uso do paiz.

Nem só d'este modo dispunha o illustre preso para a sua correspondencia; tinha ainda outro que raramente se poderia empregar, e julgamos raramente se empregou, e sómente no principio. Na carta a Duarte Nunes da Costa de sete de maio de quarenta e tres, ha pouco transcripta, diz elle que lhe escreve, por ter comprado a sentinella[2]. N'outra a Taquet que se governa para escrever pelos dias em que entram de guarda os soldados que lh'o permittem, pois do contrario fôra impossivel[3]. Estes soldados eram por conseguinte a providencia do infeliz encarcerado, e não só consentiam que escrevesse, mas até lhe levavam papel e tinta, quando se tornava preciso[4], tudo em contravenção das ordens recebidas, e com manifesto perigo de serem castigados severamente.

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Chancellaria de D. João IV, L.º XXIV, fol. 115 v. e L.º XXVIII, fol. 56. Mss.

[2] Id., Casa O., Caixa 17, Tomo 4 B., pag. 579. Mss.

[3] Bib. de Evora, Mss. 106, 2, 11, fol. 487 v., Carta do infante a Taquet, de 20 de agosto do 1643. Mss.

[4] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O., Caixa 17, Tomo 4 B., pag. 475, Carta do mesmo ao mesmo, de 9 de novembro de 1643. Mss.

VIII

Tinha pois o infante, mau grado ás perseguições dos hespanhoes, e ás rigorosas medidas tomadas para a sua segurança, o providencial lenitivo d'esta correspondencia, e quem o auxiliasse, ou por interesse pecuniario, ou por sympathia e amizade, ou por outro qualquer movel, tanto dentro, como fóra do castello, o que bem se prova com a vitella, que industriosamente metteram n'elle viva e recheiada de dinheiro, segundo já vimos. Porém quantos riscos não corriam o infante e os seus amigos e protectores, sendo obrigados a valer-se de individuos extranhos, e de alguns de tão baixa esphera, e de tão poucos haveres, e por isso mais expostos a denunciarem-os, induzidos ou pelas promessas de recompensa dos seus superiores, ou pelo medo do castigo! Imaginem-se os sustos que o misero cortiu, e quanto lhe travaram de amargura o gosto que a sorte lhe proporcionara, e que, ainda assim, agradeceria a Deus como um dos maiores beneficios!

Esses sustos e as difficuldades da sua correspondencia evidenciam-se em muitas das suas cartas, espelho dos continuos sobresaltos em que andava. Não venha ninguem ao castello trazer-me dinheiro, por ser muito perigoso e visitarem quanto entra, escrevia o infante a Gaspar de Magalhães; vede de quem vos fiaes, pois de Veneza avisam tudo, etc. Nas cartas a Duarte Nunes da Costa e a Taquet são ainda mais frequentes as allusões. Bastava qualquer suspeita contra a sua pessoa ou contra os seus para levantar deante d'elle grandes embaraços; e houve-os então, em geral, em muito maior numero do que posteriormente, ou pela dureza dos tempos, ou porque não se achassem ainda

bem estabelecidos os modos de realizar a correspondencia. Precisava-se, recommendava, o maximo cuidado em mandar e tomar as cartas, porque, se por acaso soubessem os sobrescriptos, viriam no conhecimento de quem as recebia, o que importava a vida d'elle infante[1]; precisava-se encobrir o segredo de todos, menos das pessoas indispensaveis[2]; que Taquet mudasse de hospedaria, d'onde se colhe que ainda então não morava em casa propria, por o terem visto alli com seus creados e poder prejudicar tudo[3]; que uma supplica, que se havia de fazer sobre a sua liberdade, não fosse em seu nome, para não arguirem d'isso que se carteava com gente de fóra do castello, e muito mais com os inimigos de Hespanha, do que lhe resultariam gravissimos perigos[4]; que Taquet abrisse as cartas que recebesse para elle, e lh'as enviasse copiadas em cifra, guardando os originaes, e que, vindo outra coisa, o avisasse para lhe dizer como a remetteria[5]; que as suas cartas fossem envoltas n'um papel, de maneira que não percebessem os numeros de dentro, pois nem o de negro queria que penetrasse que se correspondiam em cifra[6]; que não lhe mandasse carta de Portugal sem lh'o participar primeiro; que os maços não excedessem dedo e meio, porque se reparava muito na sua grossura; que lhe escrevesse só de quinze em quinze dias; que em expedir as cartas seguisse o parecer do de negro; e que tudo ficasse á disposição d'este e de Taquet, por avisar o de negro que a fórma por elle infante prescripta offerecia mais perigo[7].

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 487 v., Carta do infante a Taquet, de 27 de agosto de 1643.

[2] Id., fol. 491, id., de 12 de setembro id.

[3] Id.

[4] Id., fol. 490, id., de 19 id.

[5] Id., fol. 496, id., de 10 de outubro id.

[6] Id., fol. 162, id., de 15 id.

[7] Id., fol. 498, id., de 14 de novembro id.

Mas, se eram grandes os receios do infante, não era menor a imprudencia, com que muitas vezes confiou ao papel particularidades desnecessarias, que, sabidas pelos seus inimigos, o prejudicariam gravemente, e ás pessoas que lhe valiam em tão difficultosos lances! O que não aconteceria, por exemplo, aos pobres soldados, se pelas suas cartas se desvendasse que lh'as tinham deixado escrever! Em que castigo não incorreriam os cumplices da entrada da vitella! O que seria d'elle, e o que seria dos seus creados, se tudo isto se descobrisse!

A respeito d'essas imprudencias do infante vamos contar um caso que sobreleva toda a nossa expectativa. A quatro de agosto de quarenta e tres, procurou ao conde da Vidigueira, em Paris, um francez que servira de residente de França em Genova, e que, tendo sido tomado pelos hespanhoes, estivera preso algum tempo no castello de Milão, até que sahiu solto pela troca dos prisioneiros de parte a parte. Pois a este homem, apenas, segundo é de crer, conhecido superficialmente, commetteu o infante a loucura de mandar tres cartas por elle assignadas, encommendando-lhe que tratasse em França da sua liberdade, no que lhe fosse possivel, com o conde, e com os ministros do rei christianissimo. Falou o francez ao embaixador, e este, logo no dia seguinte ao da entrevista, escreveu a el-rei narrando-lhe o succedido [1]. Nenhum outro vestigio achamos do facto, nem das suas consequencias. É mesmo admissivel que o conde, a imitação do que praticara com a enviatura do capitão Beni, as evitasse, annullando assim o passo leviano do infante, ou o fingimento e as intrigas do mensageiro, que talvez fosse um espia dos hespanhoes, porque, apesar de tudo, duvidamos da verdade das suas asserções.

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 1, fol. 116 v., Carta do conde da Vidigueira a el-rei, de 5 de agosto de 1643.

IX

Ainda outra correspondencia tinha o infante, e patrocinada por D. Fradique Henriques, mas de genero muito diverso, cujo objecto era um amor, ou antes galanteio com a baroneza de Guilerin, Petronilha Paula Juconerin, a que já nos referimos, a mesma com que elle nutrira relações em Gratz.

Estes amores sabia-os e protegia-os o governador do castello, conhecido antigo da mesma senhora, e a quem, em vinte e dois de março de quarenta e cinco, que até lá duraram ou mais, se dirigia nos seguintes termos: «O senhor D. Duarte fica bom, e eu não entro em se vossa senhoria favorece a sua excellencia como dama ou como amiga, porém o certo é que, se eu fosse o favorecido, não me contentara com menos de ambas as coisas»[1]. E n'outra carta: que entregaria a sua a D. Duarte «com muita inveja, porque esta... ficou do tempo em que... podia servir tão grande dama como vossa senhoria»[2].

Seja como for, o infante correspondeu-se por escripto com a dita senhora, n'esta epocha, e ainda depois, e recebeu d'ella um presente, se não mais, que de certo retribuiu com bizarria de principe. A carta unica inteira que encontrámos do infante para Petronilha agradece-lhe esse presente, e, por curiosa e propria a amenisar a nossa narrativa, aqui a pomos na integra, no seu mau original.

«Il favore fatomi di vostra signoria con la sua litera di

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. xxxvii, fol. 142.
[2] Id., fol. 180, Carta sem data.

18 di janaro, et il regalo con che mi ha favorito me sono cossi estati cari che mancano parolle at explicarlo, poi sino in le cose insensibili si vedeno segni di la constansia con che vostra signoria si racorda di mé, che pare si occupe solo in questo esersitio, et il effeto di tal gellosia credo io che sia la causa de che li fiori perdano la beltá, et li fiumi lascino il vero curso, che non si pono applicare a nisun altro queli attributi che solo sono di vostra signoria: al quale servisio resto io prontissimo, reservando la persolana con le qualita devute at un dono presioso, come sono queli che vengono di mano di vostra signoria, a che auguro ogni felicita. Dil castello di Milano a 18 di febraro di 643. Servitore di vostra signoria. Dom Duarte. Mi era iscordatto di inviare a vostra signoria li racomendasioni dil signore Don Fedirico, et non so esplicare quanto devo dire in questo particulare» [1].

Pela carta do governador do castello a Petronilha, de vinte e dois de março de quarenta e cinco, ficamos sabendo que o infante escrevera á mesma dama, havia pouco, pois D. Fradique Henriques se desculpa de não lhe ter mandado essa carta juntamente com uma sua [2].

N'outra carta, que julgamos posterior, o governador do castello diz-lhe: que de certo conhecerá, sendo tão discreta, a impossibilidade de lhe permittir que D. Duarte responda ás suas, mas que estas chegarão ás mãos d'elle todas as vezes que lh'as enviar. No fim tem o seguinte postscripto da lettra do infante: «Resto al servicio di vostra signoria prontissimo et constante sino a la morte, et anche questa non dissolvera le cattene con che me sento ligatto, piu dulci che rigurose tutte le altre, et perfine bacio quesa divina mano. D. D.» [3].

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc.. vol. xxxvii, fol. 137.
[2] Id., fol. 142.
[3] Id., fol. 180, Carta sem data.

Ainda temos outra prova da affeição do infante a esta senhora, que, por carecer de data, collocamos aqui; são nada menos do que uns versos seus, italianos, da sua lettra, e a ella dedicados.

Eil-os copiados fielmente:

O qual ti deggio dar, dama gentile,
O di musa, o di gratia, e nome e vanto?
Già mortal pregio al tuo valore è vile,
Che sembri al volto gratia, e musa al canto.

Te dica a le sirene altro simile,
Perchè porte cantando morte e pianto,
Ch'un vitale morir dai con lo stile,
Vita col goardo, morte con il canto.

A la bellezza sei madre d'Amore,
E nel girar de li occhi risplendenti
Stupido ogn'un t'ammira, e dice in tanto
Venere al volto sei, Palade al core

A te dunque Paúla ogn'un s'inchina,
Che ai nela mente, e nel leggiadro volto
Ogni sapere, ogni bel pregio accolto,
Onde sei fra mortali opra divina.

D. D.[1]

Alegrias passageiras eram estas; mas assim mesmo que balsamo não verteriam na sua alma, e tambem que saudades de outros tempos, de outros amigos, de outras damas, e de outros versos, que na patria, ou nas terras de Allemanha o encantariam, e lhe serviriam de companhia, quando ainda respirava livre, bafejado, acariciado pelos afagos do amor e da gloria!

A existencia entre nós da carta e do postscripto, que acabamos de ler (autographos e assignados) parece indicar

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Misc., vol. XXXVII, fol. 138.

que não se expediram. Mas o contrario se conclue d'elles, considerando-os bem. Demais, estes amores e correspondencia do infante attesta-os judicialmente um dos seus creados, João Baptista Unterperger, conforme veremos[1]. Quanto ao modo por que vieram ter a Portugal estes documentos, e tambem a poesia, confessamos a nossa ignorancia. Alguem os adquiriria depois da morte de Petronilha, pois em vida não é provavel, por qualquer dos muitos e imprevistos accidentes que teem levado tantos documentos, dos seus originarios possuidores, a outros inteiramente extranhos e diversissimos, e não só do paiz em que aquelles moravam, mas de paizes distantes e ás vezes de poucas ou nenhumas relações litterarias e commerciaes.

X

Um dos fins da correspondencia do infante era obter noticias do reino, e tratar, mesmo de longe e encarcerado, dos meios conducentes á sua defeza e felicidade.

Vimos, pouco depois de elle chegar a Milão, como seguia com anciedade os acontecimentos de Portugal e da Catalunha, e como folgara com a tomada de Perpinhão pelos francezes. N'este anno de quarenta e tres novos testemunhos se nos deparam do seu amor á terra natal, que constituia de certo uma das suas melhores, se não a melhor qualidade. «Tenho grande pena de não saber como vão as coisas da patria»[2]; escrevia elle a Duarte Nunes da Costa

[1] Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança, (1643). Mss.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tom› 4 B, pag. 579. Mss.

a sete de maio; a vinte e nove do mesmo, a Gaspar de Magalhães, pedindo-lhe novas circumstanciadas do reino[1]; e a Taquet a um de agosto por estas palavras: «Dizei-me quem aconselhou soltarem a Mantuana, o que foi a minha destruição. Avisae quantos filhos tem el-rei, e quem é seu confessor e da rainha. Avisae-me se em Portugal teem fortificado alguns logares em fórma de se poderem bem defender; e se ha boas esperanças das coisas da India; e como estão as do Brasil, Angola e S. Thomé. Dizem que deixaram ir de Madrid para Portugal os prelados que lá estavam: queira Deus não vão semear algum schisma. Avisae-me quem são. Folgarei de saber quem tem o principe por aio, e tambem por mestre»[2].

Quanto falam estas poucas linhas! Como transluz n'ellas o amor da patria e da familia! Que saudades não exprimem! Que desejos, que anceios de futuro não representam! Qual será o coração empedrenido que se não commova lendo-as? Quem, se alguma vez se encontrou longe da terra do seu berço, em condições, já não dizemos eguaes, mas parecidas, preso, escravisado, sem conforto, orfão de quantos o estimavam, quem não se apiedará ás lagrimas, quem não estremecerá de indizivel commoção meditando um pouco no sentido d'estas phrases? Mas não ficava aqui o nosso infante. «Será bom, aconselhava elle a Taquet, em dez de outubro, dardes por escripto ao embaixador de França as novas de Portugal, para que se espalhem, e fora bom dispol-as em fórma de carta, exaggerando as coisas da India, e os grandes interesses do Monomotapa, e a sahida de sua magestade; e como está tudo disposto, e como Mathias de Albuquerque é mestre de campo general; e seria mui bom fazer imprimir uma folha em italiano com tudo isto, porque faz grande impres-

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 249 v.
[2] Id., fol. 483 v.

são nos animos; e tudo se podia fazer por via de algum creado do embaixador de França. Avisae ao conde almirante que me vá mandando quanto se escrever em nosso favor»[1]. Em trinta de outubro instava com Duarte Nunes da Costa para diligenciar que todos os embaixadores lhe enviassem noticias, o que aquelle participou ao conde da Vidigueira, declarando já ter começado a executal-o, por seu intermedio, Francisco de Sousa Coutinho, e pedindo ao conde que remettesse as suas por Taquet, em direitura, por ser o maior allivio que se podia dar ao infante[2]. Emfim a nove de novembro patenteava este a Duarte Nunes a sua pena pelo boato que corria de terem sido tomadas as naus da India[3].

Não eram só os livros a respeito de Portugal, mas tambem outros, os que o infante desejava na sua sede de instruir-se, e de satisfazer um habito inveterado, encurtando e suavisando ao mesmo tempo as horas longas e angustiosas do carcere. Na carta, que dirigiu a Duarte Nunes da Costa em dez de julho do anno antecedente, dando-lhe conta do imperador o ter vendido, e de partir proximamente para Milão, temos uma das provas mais frizantes d'esse apego ao estudo, que o dominou a maior parte da vida. N'uma occasião d'essas, quando, transbordando a alma de fel, ao experimentar a ingratidão do soberano, por quem tantas vezes se arriscara, e cheio de temor e incerteza da sua sorte, não devia pensar senão nas amarguras do infortunio, ao participal-as ao amigo, n'essa occasião tremenda, o infante não se esqueceu de lembrar-lhe que esperava os livros das cidades, que lhe encommendara, e pediu-lhe que

[1] Bib. de Evora, Mss., 106, 2, 11, fol. 496.

[2] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O, Caixa 17, Tomo 4 B, pag. 477, Carta de Duarte Nunes da Costa ao conde da Vidigueira. Mss.

[3] Id., pag. 475, Carta do infante, Mss.

lh'os dirigisse a qualquer logar onde estivesse[1]. Pois esse fervor litterario, que não se enfraquecera em tão triste conjunctura, continuou a animal-o, e d'elle achamos exemplos, já na recommendação ao conde da Vidigueira, e já n'outras que fez a Taquet, como se conclue das cartas de vinte de agosto, de doze de setembro[2], e de outra inserta n'uma de vinte de outubro de Taquet a Luiz Pereira de Castro, todas de quarenta e tres[3].

É tão interessante esta ultima, e demonstra tanto as duas boas qualidades do infante, de que acabamos de falar, o amor da patria e o amor do estudo, que não resistimos á tentação de publical-a.

«Além dos livros que vos pedi, dizia elle a Taquet, mandar-me-heis um antigo intitulado: *Speculum tyrannidis Philippi Regis Castellae in usurpando Portugalliam;* mais a carta que escreveu D. Antonio a Gregorio XIII; mais as obras de Fr. Manuel Teixeira, que tudo se imprimiu em tempo de D. Antonio. Se se deu resposta a D. João Chumacero, tambem a procurae com o livro das razões que tem o papa de receber o embaixador, e avizae ao conde almirante que va mandando tudo que se escrever em nosso favor. A retirada do conde de Miranda a poreis nas novas, dizendo como é cunhado de D. Francisco de Mello. Vejo tantas infamias que escrevem os castelhanos que me resolvi a apontar muitas coisas, que servirão muito para responder ás objecções dos inimigos, e as fui um (tempo[4]) a esta parte escrevendo na ordem em que me occorreram. Peço-vos que as trasladeis e mandeis uma copia a Antonio Moniz de Carvalho e

[1] Arch. Nac. da Torre do Tombo, Casa O., Caixa 17, Tomo 4 B., pag. 609, a dita carta.

[2] Bib. de Evora, Mss. 106, 2, 11, fol. 487 v. e 491, as ditas cartas.

[3] Bib. da Ajuda, Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro, Vol. III, fol, 85.

[4] Palavra provavel que se saltou.

outra a Antonio de Sousa Macedo; e bem lhe podeis dizer quem lh'a manda; e ha algumas coisas que não são sabidas, e servirão muito»[1].

X

Os apontamentos acima indicados são curiosissimos, e fornecem-nos muitas particularidades interessantes e ignoradas; além d'isto retratam os elevados sentimentos do desditoso principe, já como membro da casa de Bragança, já como portuguez, e tambem o estado do seu espirito. Por todas estas razões transcrevemos alguns. Dos outros bastante aproveitámos para o edificio da nossa historia. Lel-os será quasi ouvil-o e penetrar no fundo da sua alma, que n'elles se nos patenteia livre dos temores que a assoberbavam.

Teem estes apontamentos por titulo: *Advertencias para Francisco Taquet, para responder ás objecções, mentiras e infamias, com que sahem os castelhanos contra Portugal, e em particular o abbade Caramuel, e D. João Chumacero.*

Aqui repetimos a idéa de que seria para a composição d'este escripto o memorial de Chumacero que o frade Arimontio deixara n'uma loja a um dos creados do infante, como vimos.

Referindo-se á casa de Bragança, diz o infante:

«Chama Caramuel no seu prologo principe a D. Francisco de Mello, e em outra parte cavalheiro a sua magestade, parece porque o Mello lhe subministrou as notas do manifesto, e outras muitas malicias que se conhecem por suas;...

«Negou el-rei de Castella o arcebispado de Evora ao senhor D. Alexandre, irmão de sua magestade, principe de vin-

[1] Bib. da Ajuda. Mss., Corresp. de Luiz Pereira de Castro. Vol. III, fol. 85.

te e oito (ou seis?) annos, dotado de muitas virtudes e partes necessarias, e só não havia estudado theologia; e negou-se-lhe com a escusa de não ter edade. Estava a casa de Bragança como em posse d'esta egreja, havendo-a tido successivamente dois filhos do rei D. Manuel, e logo dois da casa de Bragança, e logo outro bisneto da mesma casa, por cuja morte se pretendia; e nos mesmos dias se deu o bispado de Vizeu ao filho do archiduque do Tyrol, menino de tres annos, contra as leis do reino e juramento de tres Filippes, e notavel detrimento das almas; em tudo procurava Castella envilecer e desprezar estes principes, antepondo-lhes qualquer pessoa que fosse grande de Castella, não respeitando a differença de sangue, que havia entre os principes da casa de Bragança e as maiores, como tão proximos descendentes de reis, e estarem em terceiro, quarto e quinto grau com os maiores reis e principes da Europa, e comtudo qualquer conde castelhano se queria tratar como elles, sem differença, e, fazendo Castella grandes a italianos (não quero falar de Hespanha), cujos avós foram gente mui vil, e occupados em officios taes, os preferiam em tudo aos de sangue real; e os embaixadores castelhanos fizeram muitas diligencias com o imperador Fernando II para que não fizesse honra nenhuma ao senhor D. Duarte, e o perseguiram, e procuraram abatel-o em tudo, o que alcançaram, mas não em tudo, porque, em despeito seu, o reverenciaram e estimaram aquellas provincias, e tomava o (tomava-o a?) motivo de odio contra os que seguiam o tal dictame; e mandaram á duqueza de Mantua de tratar sua magestade com muita indignidade; e Filippe IV procurou isto ainda mais que seu pae e avô; e, sendo obrigado a prover quanto ha em Portugal em portuguezes, jámais se deu um ceitil aos filhos do duque D. Theodosio, e até um vão titulo sobre bens da mesma casa se lhe negou.

«Falsamente diz Chumacero que deram Guimarães a sua magestade; el-rei D. Manuel a restituiu ao duque D. James

com tudo o mais, e o duque D. Theodosio I a deu, muitos annos depois, em tempo d'el-rei D. João III, em dote a D. Isabel, sua filha (aliás irmã), quando casou com o infante D Duarte; tinham agora os duques pleito com a corôa sobre esta villa; estavam dadas duas sentenças em seu favor; impediram os Filippes dar-se a final; deu-se licença em tempo de Filippe III; comtudo se tornou a impedir a execução; em tempo de D. Filippe IV, tendo-se promettido o mesmo, se deu ao duque o titulo vão, sem mais nada; e se tornou a impedir; e se tornou a correr a justiça; de sorte que, querendo provar uma falsa mercê, descobrem um verdadeiro aggravo e grande injustiça, com muitos enganos, mentiras e falsidades dos ministros castelhanos, de que tomaram por instrumento a D. Francisco; de tudo ha cartas originaes.

«Sendo assim que el-rei, sendo duque, corria com egual cortezia com os maiores potentados da Europa, Castella, por o vituperar mais, fez que admittisse deseguaes cortezias com a duqueza de Mantua, em que se lhe fez notavel aggravo, e a que só o poude obrigar a servidão tyrannica em que viveu.

«Filippe II, com titulo falso e tyrannico, mandou seus embaixadores em Berberia a Muley Ahmed rei de Fez e Marrocos, e, fazendo-lhe grandes partidos para que lhe désse o duque D. Theodosio, que estava captivo, o moiro lh'o veiu a dar; e passando Pompeio Colonna com a armada o trouxe a S. Lucar, aonde esteve detido, até que, depois da morte d'el-rei D. Henrique o deixou Filippe. Diz Cabreira na vida do mesmo Filippe, que a senhora D. Catharina, sabendo-o, exclamou com animo alterado que antes o quizera nas mãos dos turcos; o certo é que assim o referiu muitas vezes a seus parentes e amigos; e pasmou o mundo da fraude e sagacidade de Filippe.

«Não obstante que o duque D. João não fez movimento algum, quando Filippe entrou em Portugal, comtudo occu-

param por cautela os castelhanos o castello de Villa Viçosa, usando das grandes riquezas que n'elle havia com o maior estrago e ruina que jámais puderam fazer turcos; os brocados e paramentos reaes foram tão communs, que serviram de cobrir os cavallos e a gente mais vil. As coisas mais preciosas da India se distribuiam a vilissimo preço. Porcelanas da India havia mais de dez mil, as quaes, levando algumas, romperam as mais. Estimaram os duques esta perda em somma que pode exceder ao que tem um grande rei. Filippe apremiando o alcaide mór de Castella com grandes mercês, com o duque se excusou com o duque d'Alva, e este com Sancho d'Avila, que foi o executor. Pagou Filippe esta perda com duzentos mil cruzados em juros, recompensa como a tigela de lentilhas com a primogenitura de grandes heranças. E no castello de Ourem fizeram os castelhanos o mesmo.

«As mercês que fez Filippe IV se encerram em confirmar ao duque seus privilegios, como aos mais donatarios do reino; deu-lhe mais uma herdade que é capella, com condição que désse dez mil cruzados a D. Francisco de Mello, que virão a ser o valor do dito campo. Deram mais poder trazer por dez annos da India quatrocentos quintaes de cannella cada anno, sem pagar direitos; querendo-se vender esta mercê, não houve quem chegasse a dar por tudo seis mil cruzados, que por ella se pediam.

«Estas são as grandes mercês que os infames de Chumacero (e Caramuel?) dizem; pediam outras bem differentes os muitos e grandes serviços que os duques pae e filho fizeram á coroa; e os aggravos que elles receberam quer Castella baptisar em ingratidão, razão de estado que com outros usam...

«Falsamente diz o infame de Caramuel que não houve quem falasse na casa de Bragança, quando el-rei tomou o reino, porque ao duque D. João lhe fizeram grandes instancias que se levantasse, pois a justiça estava por elle; e

lhe escreveram e lhe falaram sobre isto o conde de Tentugal; o de Vimioso; D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa; Francisco de Sá, conde de Mattosinhos; D. Theotonio, arcebispo de Evora; o conde de Redondo; o marechal; com outro grande numero de fidalgos. E se Caramuel disser que eram parentes, não negará a grande auctoridade que tinham no reino; e offereceram-se ao duque as cidades de Evora, Porto, Coimbra, Portalegre, Beja, Elvas e Santarem; foi o duque mais escrupuloso do que convinha a quem tinha um tal competidor, e não se quiz valer de nada, esperando que a justiça lhe entrasse pela porta, tanto que, instando-lhe dois fidalgos gravissimos por seu consentimento para matar a D. Christovam de Moura, que com subornos lhe tirara a justiça e á patria a liberdade, respondeu o duque que por mil corôas não faria um peccado mortal; e o viram os homens tão desapegado em seus interesses, que cada um procurou tomar outro partido, ao que obrigava a força e o tempo. Era o duque piissimo e religioso, e o quizera herdar sem alteração na minima coisa. Muito tambem descoroçoou o duque o ver seu filho primogenito em poder de Filippe II, haver perdido em Africa os maiores parentes e amigos, e os vassallos de mais importancia, a que se accrescentava as grandes despezas feitas, estar o reino sem armas nem gente, e com uma grande peste tudo acabado e destruido, fazendo Filippe grandes temores ao duque, e querendo que ou por força lhe cedesse o seu direito, ou com extraordinarios partidos e interesses, o que jamais o duque quiz fazer, nem ceder. Estando n'este estado as coisas, entrou Filippe, e cedeu a justiça á força e tyrannia; e acha Caramuel mui consideravel o juramento que este principe fez rodeado de um exercito de quarenta mil homens; mas me diga que fôra d'este principe e sua casa, se o não fizera assim. O duque D. Theodosio e seu filho juraram forçados, e bem se sabe que n'esta occasião estava a armada das galés em Lisboa, e bem se sabe

a occasião que os castelhanos buscaram contra este principe e o tumulto que sobre isto succedeu, em que tudo estava a ponto de se perder, e o duque se sahiu da côrte e se recolheu com pressa a Villa Viçosa. De tudo o referido póde o Caramuel ter mais copiosas relações de D. Francisco de Mello, de que o duque n'aquelle tempo fez a confiança que elle agora desmerece.

«El-rei D. Henrique, fazendo-lhe frei Damião da Torre, frade arrabido, grandissimo escrupulo de não declarar a successão de sua sobrinha, a declarava, mas o padre Leão Henriques lhe aconselhou a dilação, temendo os espantos com que os ministros de Castella ameaçavam a destruição de tudo, e tomou por expediente el-rei D. Henrique pedir dispensação para casar com sua sobrinha D. Maria, filha do duque D. João e da senhora D. Catharina; e foi a esta embaixada D. Martim de Castello Branco; e Filippe, vendo isto, mandou prometter ao duque de casar o principe com a dita sua filha; e consta por carta... escripta pela propria mão de Filippe á senhora D. Catharina. E isto não sabe Caramuel.

«El-rei D. Henrique, vendo-se mal, mandou pela posta a Villa Viçosa o padre Jorge Rodrigues, provincial da companhia, a chamar sua sobrinha, com advertencias que apparecesse em Almeirim, aonde este estava, antes dos ministros de Castella saberem da sua vinda; foi com a mesma pressa e chegou a Almeirim; assombraram-se os castelhanos; entrou ás quatro horas da tarde na camara d'el-rei; cerrou-se a porta, e ficaram sós até ás oito da noite; sahiu a infanta alegre e risonha, e chegou Francisco de Sá, conde de Mattosinhos, e lhe beijou a mão, e todos os mais; morreu el-rei a mesma noite; quiz mostrar a divina providencia que não pudémos encontrar seus decretos, e era seu o de castigar Portugal, e entregal-o sessenta annos a seus inimigos, assim como agora o remil-o».

Depois, tratando do reino, escreve o infante:

«As crueldades de mortes que Filippe fez em Portugal com venenos, e a oppressão e desterro em que fez morrer um grão numero de pessoas, mui graves, e em que entraram muitos religiosos gravissimos por sangue, virtudes e lettras, se pode ver na carta que escreveu o senhor D. Antonio a Gregorio XIII. Filippe perseguiu e destruiu todos os sujeitos que na universidade de Coimbra escreveram pela senhora D. Catharina, e prohibiu aquellas allegações com pena de morte. O doutor Luiz Corrêa, deixando tudo, se recolheu a Evora, e porque o arcebispo D. Theotonio o mantinha com suas esmolas, Filippe lhe escreveu uma cruel carta de reprehensão; isto não deve saber D. Francisco, nem Caramuel.

«Lembro a multidão de pessoas religiosas que Filippe II acabou com perseguições e mau tratamento, e o desterro em que tantos acabaram, como todo Portugal sabe, em cujo numero entraram os mais eminentes só por amarem a patria; foi entre estes frei Heitor Pinto, provincial de S. Jeronymo, D. Lourenço, prior geral de Santa Cruz de Coimbra, frei Estevam Leitão, provincial de S. Domingos, com outra multidão de religiosos e religiosas sem numero, que em miseraveis degredos acabaram; e não conto a gente, a que o veneno serviu por ultimo fim; e não póde Portugal chorar menos infelicidades em tempo de Filippe II que as que sentiu Roma no de Nero.

«Privou Filippe II a Portugal da cidade de Arzila, dando causas falsas, e, por mais que os moradores d'ella seguraram de se defender, não bastou, que se tirou aos christãos e se deu a el-rei de Marrocos, em satisfação de não emprestar ao senhor D. Antonio duzentos mil cruzados que lhe pediu.

«Deixaram o commercio da India devoluto ás nações do norte, como consta do edicto que o cardeal infante publicou em Bruxellas, sem exceptuar alguma, e tem a fé tido perdas de se chorarem eternamente...

«Deram-se em Portugal perdões aos judeus, desprezaram-se as proposições de grandissimo serviço da fé, que em pleno conselho fizeram os bispos e arcebispos de Portugal, em companhia dos sujeitos mais eminentes do reino, na junta que se fez por muitos mezes em Thomar, no anno mil seiscentos e vinte e oito, e tudo se desprezou por dinheiro que secretamente deram os da nação. Dam um bispado a um menino... extrangeiro. Tomam os bens da egreja, e vituperam dois collectores, peor do que fizeram em Genebra, porque o defendem, e prendem um abominavelmente...

«Teem ministros que, sem pejo nem vergonha, logram as embaixadas, estampando com nomes fingidos murmurações e detracções falsissimas e aleivosas contra o papa, só por não concorrer com Castella a favorecer suas tyrannias, e não se peja o conde de la Roca de escrever taes livros, por mais que o mundo o saiba».

Estas considerações são acompanhadas de outras geraes, como por exemplo:

«Advirto que os retratos que se fizerem d'el-rei seja com a corôa e habito real, que sentem castelhanos muito vel-o assim.

«Cuido que o que se escreveu em favor de Portugal convem estampar em differentes linguas, para assim manifestar ao mundo as verdades, como Castella faz ás mentiras.

«Em Allemanha se estamparam alguns papeis da justiça de Castella com grandes falsidades.

«As tyrannias que o senhor D. Antonio refere que se fizeram em Portugal, na carta que escreveu a Gregorio XIII, será bom resuscital-as, para responder aos chronistas de Castella. Os ministros de Castella fazem comprar por toda a parte tudo quanto se escreveu em favor de Portugal, queimando quanto acham.

«Tudo isto pode servir, diz o infante, acabando, para as respostas de Caramuel e Chumacero, o que vae sem estylo,

nem ordem, que assaz é podel-o ir escrevendo como a memoria o dicta. A confiança de vol-o mandar é a que mereceis» [1].

Assim desabafava o sentimento que lhe opprimia a alma o nobre infante, ao ver calumniadas pelos nossos inimigos a familia de que era membro e a terra em que nascera, escrevendo a furto, e receioso da vigilancia dos que o guardavam, mas sem recuar ante os mais graves riscos, estes incorrectos apontamentos, para que outros os aproveitassem, e respondessem aos difamadores, já que elle não podia fazel-o! Pena é que a copia de Taquet, pois é d'elle a lettra do documento, o prejudicasse tanto pela má leitura, que aggravou os descuidos do original, provenientes da falta de livros e dos esquecimentos inevitaveis n'uma narração de factos, succedidos em geral havia muito, e bebidos alguns da simples tradição.

Se porém havia estes lenitivos á situação do infante, nem por isso ella deixava de ser tristissima, e cheia de temores e suspeitas, ao que se juntava a falta de saude, pois já nos fins do anno de quarenta e tres o encontramos doente, duas vezes, uma de cama e sangrado e outra de uma inflammação n'uma perna [2]. Tinham-lhe roubado a liberdade, e com a liberdade a paz do espirito e a ventura, e iam-lhe roubando a pouco e pouco a vida. Comtudo o que soffreu n'estes primeiros tempos em Milão não pode comparar-se ao que soffreu posteriormente: as suas queixas são menos doloridas; geme, lamenta-se, mas não desespera, como depois; é que ainda tem viva a esperança que o conforta e allumia. Outra luz o protege, o encaminha nas trevas interiores, tão medonhas na alma dos infelizes, a luz con-

[1] Bib. da Ajuda, Mss., Correspondencia de Luiz Pereira de Castro, vol. I, fol. 7.

[2] Bib. de Evora, Mss, 106, 2, 11, fol. 247 e 262, Carta de Taquet ao conde da Vidigueira, de 12 de dezembro de 1643, e do infante a Taquet, de 16 id.

soladora da religião, esperança suprema, fonte inexaurivel, a que se soccorria constantemente, e que nunca o abandonou em toda a vida, nem mesmo nos maiores trabalhos, antes, n'estes mais lhe serviu de consolo, porque tanto mais d'ella precisamos, quanto mais nos persegue e desampara o mundo. Felizes os que teem fé; só a fé vale mais do que todos os thezoiros, e todos os thezoiros sem a fé nada valem. Pois o nosso infante no meio das suas desventuras contava ao menos esta grande felicidade. «Parum toleramus, si recordamur quid biberit ad patibulum qui nos invitat ad cœlum», escrevia elle n'um livro que mandou de Milão a Roma, ao padre Bento de Sequeira, da companhia de Jesus[1]; e n'estas poucas palavras merecedoras do maior reparo está o compendio da sua paciencia e conformidade verdadeiramente evangelicas. Recebera da natureza, e ainda mais dos exemplos e da educação que lhe havia dado seu pae, o austero duque D. Theodozio, e sua avó, a piedosa duqueza D. Catharina, as crenças religiosas; praticara-as, quando livre e afortunado; encontrava-se agora com ellas, e abraçava-as, como ao seu melhor amigo nas perseguições e na desgraça.

[1] Bento de Sequeira, *Oração funeral em as honras do... infante D. Duarte...* Lisboa, 1650. 4.º

NOTAS

NOTAS

Pag. 1, lin. 25

Nascimento de D. Duarte

A oito de abril do mesmo anno de mil seiscentos e cinco, isto é, nove dias apenas depois d'elle, vinha á luz do mundo o que havia de ser tamanho perseguidor, seu, e da nossa patria, Filippe IV. Extranha coincidencia!

Pag. 3, lin. 13

D. Alexandre, tio de D. Duarte

O breve de Clemente VIII ao cabido da egreja de Evora mandando-lhe que o reconheça como arcebispo da mesma diocese (em que succedeu a D. Theotonio de Bragança), datado de Roma, anno da Encarnação mil seiscentos e dois, vinte e sete de novembro, servia na Bibliotheca Nacional, de ha muito e por culpa alheia, de capa á obra de Jeronymo Osorio: *De Nobilitate Civili.* Hoje, tirado de uso tão improprio, guarda-se entre os documentos avulsos da mesma bibliotheca. D. Alexandre foi tambem inquisidor geral, por bulla do mesmo pontifice de vinte e nove de julho do dito anno, mas pouco depois succedeu-lhe D. Pedro de Castilho. Tomou posse do arcebispado a vinte e um de março de mil seiscentos e tres, e sagrou-o na capella ducal de Villa Viçosa, a vinte de abril, D. João de Bragança, bispo de Vizeu, seu tio.

Pag. 4, lin. 22

Tacito portuguez

Do *Tacito portuguez* ha, que saibamos, dois exemplares na Bib. Nac., um na Academia Real das Sciencias, dois na do Porto, e um na de Evora, todos incompletos, e acabando no mesmo ponto, que não passa dos principios do reinado de D. João IV. Segundo uma nota do exemplar da Academia, o motivo da interrupção d'esta obra foi a morte do seu auctor, occorrida a treze de outubro de mil seiscentos e sessenta e seis. A *Historia genealogica* parece confirmar este asserção. O illustre escriptor e economista o sr. Antonio de Oliveira Marreca publicou alguns excerptos d'ella na *Illustração, jornal universal*, vol. I, pag. 143, etc.

Pag. 11, lin. 8

D. Theodosio

A respeito do pae de D. Duarte, ha uma obra de D. Francisco Manuel de Mello, cujo titulo é: *Theodosio del nombre segundo, principe de Bragança, duque setimo de su estado, natural señor de los portuguezes. Historia propria y universal del reyno de Portugal y sus conquistas en Europa, Africa, Asia y America, con suficiente noticia de los sucessos del mundo al tiempo de la vida deste principe. Escrita de orden del muy alto y muy poderoso Rey nuestro Señor Don Juan el Quarto su hijo, y Padre de la Patria. Offerecida a Su Magestad por Don Francisco Manuel. Parte primera dividida &. Quare? Anno Christiano 1648.* Esta obra devia constar de tres partes e cada parte de oito livros. Conhecemos tres livros apenas da primeira parte que tem a Bib. da Academia Real das Sciencias. Conforme Soares Barbosa seu irmão D. José possuia o original d'esta obra prompta com as licenças para a impressão, de vinte e oito de março de mil seiscentos e setenta e oito. D. Antonio Caetano de Sousa diz o mesmo. O escripto de Mello não passa do começo e da meninice de D. Theodosio, pois vae só até á primeira jornada de D. Sebastião a Africa. Se é verdadeiro o facto da licença, passada doze annos depois da morte do au-

ctor, parece que a obra devia estar completa. Só isto sabemos, e que Mello n'uma carta a Antonio Luiz de Azevedo se refere a ella e a uma gravura allegorica com que tencionava publical-a. A suspeita de Innocencio de que o dito original passasse para a Bib. Nac. com a livraria dos Theatinos é infundada, pois não existe n'esta repartição. A parte que se guarda na Bib. da Academia é uma copia, muito posterior á vida de D. Francisco, e não tem licença para imprimir-se, nem nota alguma. D. Antonio Caetano de Sousa só conheceu esta parte, que muito aproveitou para a sua *Historia genealogica*, e julga que a obra não se acabou.

Pag. 11, lin. 21

D. Theodosio em Alcacer-Kibir

Outro guerreiro de pouco mais edade do que D. Theodosio, e de mais triste sorte do que elle, encontramos entre os que se distinguiram gloriosamente nos campos de Alcacer-Kibir. «Aqui morreu tambem, diz o auctor da *Jornada de Africa*, Antonio de Sousa, aquelle gentil moço, filho de Diogo Lopes de Sousa, governador da casa, com que poude tanto a força de honra e amor de seu rei, que, não tendo outro, o mandou em sua companhia, quasi em sacrificio, o qual, andando já sem elmo dos golpes que n'elle recebera, com uma cutilada pela cabeça acabou a venturosa vida, antes de tomar quasi posse d'ella, pois não passava de quinze annos».

Quando foi o memoravel cerco de Mazagão, no tempo da regencia da rainha D. Catharina, houve tal fervor de se alistarem para a expedição, que até muitos meninos, filhos de homens nobres, fidalgos e senhores o fizeram, vendo-se o governo obrigado a impedir-lhes o embarque.

Pag. 12, lin. 12

D. Theodosio ferido

No paço da casa de Bragança (não sabemos se o de Villa Viçosa, se o de Lisboa) conta D. Antonio Caetano de Sousa que viu um retrato do duque D. Theodosio com a ferida que recebera na batalha de Alcacer-Kibir.

Pag. 17, lin. 35

Torneios pelo seu casamento

O convite ao juiz dos torneios (original e assignado por D. Theodosio) para assistir á festa está no Archivo da Torre do Tombo, entre os papeis chamados da Mesa Censoria. Anda impresso na *Hist. genealogica.*

Pag. 23, lin. 3

Paço de Villa Viçosa

No *Panorama* (1846 a 1852), pag. 57, ha uma gravura do palacio de Villa Viçosa, anterior ás obras que lhe fez o pae de D. Duarte, pouco antes do seu casamento. As outras que vimos são posteriores á reconstrucção de D. João V.

Pag. 23, lin. 15

Francisco de Moraes Sardinha

Francisco de Moraes Sardinha, filho do doutor Alvaro de Moraes, e neto de Manuel Sardinha, nasceu em Villa Viçosa. Poetou e foi versado na historia. Foi cavalleiro professo da Ordem de Christo e commendador de uma commenda que lhe deu D. Theodosio II. Escreveu:

Do famoso e antiquissimo Parnaso que havia no mundo agora novamente achado e descoberto em Villa Viçosa, aonde está, de que é Apollo o Ex.mo Principe D. Theodosio, segundo d'este nome etc.

Tem no principio um soneto e uma oitava ao A. por seu irmão Manuel Sardinha de Moraes, de quem o *Parnaso* traz outras poesias. A obra foi escripta em mil seiscentos e dezoito.

No principio do exemplar da Bib. Nac., unico de que temos noticia, lê-se por lettra de D. José Barbosa, e por elle assignado: «Este livro me deu aquelle grande ministro o Dr. Belchior do Rego de

Andrada». Diogo Barbosa Machado na *Bib. lusitana* diz que seu irmão D. José Barbosa possuia o original do *Parnaso*, no que concorda com a nota acima.

Deve ser o exemplar da Bib.

Francisco de Moraes Sardinha compoz tambem: *Historia do espantoso cavalleiro da Luz*, que elle diz tinha licenciada para imprimir, mas que, assim como o *Parnaso*, ficou inedita.

Nunca vimos este Mss.

Pag. 24, lin. 33

Nicolau de Langres

O general francez Nicolau de Langres serviu dezesete annos no exercito portuguez contra Hespanha na guerra da restauração, e, emquanto comia o nosso dinheiro e era tratado com todas as honras e distincções, atraiçoava-nos vilmente desenhando as plantas das nossas fortalezas para que o rei catholico reconquistasse Portugal mais facilmente, como elle declara na dedicatoria ao mesmo rei, com que precede a collecção d'ellas! Depois passou ao serviço de Hespanha; e, vindo com o exercito que cercou Villa Viçosa, foi ahi morto pelos portuguezes, mal empregada morte em semelhante villão!

A planta a que nos referimos fórma parte da mesma collecção existente na Bibliotheca Nacional.

Pag. 25, lin. 7

Os nove da fama

Quem quizer esclarecer-se ácerca d'este ponto leia a seguinte obra, (se tiver a fortuna de encontral-a, pois é rarissima): *Cronica llamada el triumpho de los nueve preciados de la fama: en la qual se contienen las vidas de cada uno y los excelentes hechos en armas y grandes proezas que cada uno hizo en su vida. Con la vida del muy famoso cavallero Beltran de Guesclin condestable que fué de Francia y duque d'Molinos. Nuevamente trasladada de linguage frances en nuestro vulgar castellano por el honorable varon Antonio Rodriguez. Imprimido en la*

ciudad de Lixbona per German Gallard, a costa de Luys Rodriguez librero delrey... Acabose a XXVI *de junio del año de la salvacion d'mil quinientos y trynta años.*

Pag. 40, lin. 16

Morte da irman de D. Duarte

Os seus restos mortaes foram para junto dos de sua mãe, no mosteiro das Chagas de Villa Viçosa, onde se lhes poz este epitaphio:

Aqui jaz a Senhora D. Catharina, filha do duque D. Theodosio II do nome, e VII Duque de Bragança, e da Senhora D. Anna de Velasco e Giron, sua mulher. Faleceu a 18 de janeiro de 1610 annos.

Pag. 41, lin. 23

Morte da avó de D. Duarte

A sepultura da duqueza D. Catharina foi, conforme a sua vontade, no coro do mosteiro das Chagas de Villa Viçosa. Acompanha-a o seguinte epitaphio:

Aqui jaz a Senhora D. Catharina, filha do Infante D. Duarte, e da Infanta D. Isabel, mulher de D. João, VI Duque de Bragança, faleceu a XV de novembro de MDCXIV.

Pag. 47, lin. 23

Galeota de D. Theodosio

Ha cinco sonetos a respeito das emprezas d'esta galeota no fim da obra de Jeronymo Freire Serrão, intitulada: *Discurso politico da excellencia, aborrecimento, perseguição e zelo da verdade, em que tambem se trata das causas e razões por que Deus castigou este reino, e da misericordiosa lembrança que d'elle teve na justa restituição d'elrei N. S. D. João IV, o desejado libertador da patria felice, pio, sempre augusto monarca da Lusitania.* Lisboa, 1647. 4.º

Pag. 59, lin. 34

Mss. E, 5,7 da Bib. Nacional

Esta miscellanea é toda de documentos da casa de Bragança, e tem uma nota, d'onde se vê que foi copiada por Antonio Monteiro Paim, deputado do Conselho Geral do Santo Officio, que a deu a D. José Barbosa.

Pag. 75, lin. 17

D. Francisco de Mello

D. Francisco de Mello foi creado por Filippe IV gentil-homem da sua camara, primeiro conde de Assumar, por carta de tres de maio de mil seiscentos e trinta, e depois marquez de Ilhescas e Torre Laguna, conselheiro de estado e mordomo-mór da rainha D. Isabel de Bourbon. Foi embaixador em Genova, Roma e Allemanha, vice-rei da Sicilia, Aragão e Catalunha e governador e capitão-general dos Paizes-Baixos, em que succedeu ao cardeal-infante D. Fernando. Sendo generalissimo das armas hespanholas, triumphou, a vinte e seis de maio de mil seiscentos e quarenta e dois, em Honnecourt, na Picardia, do exercito francez, mandado pelo conde de Guiche, depois marechal de Grammont. Em dezesete de maio de quarenta e tres perdeu a batalha de Rocroy ganha por Condé. Tendo governado Flandres dois annos, voltou para Madrid em quarenta e quatro. Morreu em cincoenta e um, com cincoenta e quatro annos. Foi casado com D. Antonia de Vilhena, filha de Henrique de Sousa, primeiro conde de Miranda, e de D. Maria de Vilhena, filha herdeira de Fernão da Silva, commendador de Alpalhão, e de D. Brites de Vilhena, de cujo consorcio teve a Gaspar Constantino de Mello, marquez de Ilhescas, e conde de Assumar; D. Brites Apolonia de Vilhena, que casou com D. João Miguel Fernandes de Heredia, primeiro marquez de Mora, filho herdeiro do conde de Fuentes, em Aragão; D. Mecia de Mello, primeira mulher de D. Pedro de la Cueva Ramirez de Zuniga, terceiro marquez de Flores de Avila, senhor de Castelejo, de quem não teve successão; e D. Maria Thereza de Vilhena, que casou com D. Diogo de Avila, primeiro marquez de Valmorguende,

senhor de Montalvo, Cardiel, e Villatorò, a qual morreu sem deixar filhos.

Escreveu: *Carta relatoria a S. Mg.ᵈ de la insigne victoria que Diós Nuestro Señor se ha servido dar a su real exercito en la frontera de Francia, junto a Xetelet a 26 de mayo deste año de 1642.* Madrid, 1642. 4.º, e Sevilha, id.

A estes dados fornecidos pela *Bibliotheca lusitana* temos, a accrescentar que D. Francisco tambem imprimiu uma memoria sobre os seus serviços, dirigida a Filippe IV, e que estava para imprimir outra sobre o confisco dos seus bens em Portugal, com o nome de *Propria defensa*, o que não sabemos se effeituou as quaes, são as que mencionámos no texto.

João Caramuel Lobkowitz, creatura de D. Francisco, publicou, para adulal-o, uma obra, aparentando-o com todas as testas coroadas, cujo titulo damos aqui por singular.

Excellentissima domus de Mello ab imperatoribus romanis, constantinopolitanis, hispanis, francis, saxonibus, franconibus, suevis, bavaris, austriacis, a regibus castellanis, legionensibus, lusitanicis, algarbicis, aragonibus, siculis, gallis, anglis, saxonibus, per genealogicos gradus deducta, cum summis imperatoribus, regibus et principibus Europae composita. Lovani. 1643.

Pag. 78, lin. 11

D. Duarte, tio do infante

D. Duarte morreu a vinte e oito de maio de mil seiscentos e vinte e sete, julgamos que em Madrid. Fez testamento n'esta cidade a vinte e seis do dito mez e anno. Deixou por herdeiros D. Duarte de Toledo e Portugal e D. Marianna de Toledo e Portugal, seus netos, filhos da condessa de Oropeza, D. Mencia Pimentel, que ficou d'elles curadora, excepto da terça que reservou para legados. Ao licenceado Antonio Paes Viegas, um dos seus testamenteiros, e seu contador, deixou cem ducados de renda cada anno. Além d'isso, pediu ao duque D. Theodosio, que o tomasse para o seu serviço. Os bens moveis que se lhe acharam quando morreu foram avaliados em novecentos e quatorze mil duzentos e dois reales. Determinou que queria ser enterrado em Villa Viçosa na capella do enterro dos duques de Bragança, aos pés da sepultura do duque seu irmão, e que entretanto se depositasse o seu corpo em S. Domingos o Real de Madrid, o que se fez, e lá ficou.

Sobre os legados aos creados suscitou-se pleito entre elles e a condessa de Oropeza. O mais que ha que dizer a respeito de D. Duarte, já o escrevemos a pag. 169.

Entre os mss. da Bibliotheca da Ajuda ha um volume cuja primeira metade é occupada por poesias latinas, ao fallecimento d'este tio do nosso infante. Tem por titulo: *Excellentissimo principi D. Theodosio, hujus nominis secundo, duci Brigantino & Eborensis Academia in obitu excellentissimi principis D. D. Eduardi dedicat hanc memoriam.*

Pag. 84, lin. 27

Sepultura de D. Theodosio

Hoje o seu corpo está na capella-mór da egreja de Santo Agostinho de Villa Viçosa n'um tumulo de pedra, para onde foi trasladado por ordem de seu neto D. Pedro II, então principe regente, a dezeseis de junho de mil seiscentos e setenta e sete. No tumulo lê-se esta inscripção:

DOM THEODOSIO VII DVQVE DE BRAGANÇA

Aleixo Cullotes de Jantillet, ex-secretario do infante, que, depois da sua morte, passou a Portugal, em cujo serviço se empregou, compoz o seguinte epitaphio de ordem do governo, segundo parece, para ser escripto no tumulo provisorio de D. Theodosio, em que estava depositado (naturalmente o de que falámos no texto, na egreja de S. Paulo):

D. O. M. V. Q. M.

Theodosius nomine II, Dux Brigantiae VII, fortissimum Lusitaniae Regem Sebastianum in Africam comitatus, undecennis puer, cum eodem in campis Alcacerensibus contra immensam barbarorum multitudinem depugnavit, perfusus hostium sanguine et suo; eximiis Princeps clarus virtutibus, hoc clarior; quòd Joannem IV Lusitaniae Regem, patriaeque vindicem libertatis genuit. Supremum clausit diem, ejusque corpus hoc temporario sepulchro depositum est, III kal. Decemb. an. MDCXXX.

Quando Cullotes de Jantillet fez este epitaphio parece que já se pensava em erigir o tumulo que hoje existe ou outro definitivo e permanente, como se colhe de uma nota que o acompanha.

Não sabemos se chegou a servir no provisorio; no que hoje existe, segundo nos informam, não está elle.

Cullotes de Jantillet escreveu-os tambem para as sepulturas do duque D. Jayme, e de D. Alexandre, irmão do nosso infante, e pretendia escrevel-os para as de D. Fernando, segundo duque de Bragança, D. Fernando, terceiro duque, D. João, sexto duque, e D. Alexandre, arcebispo de Evora, e D. Filippe, tios do infante D. Duarte, e D. Manuel, filho de D. João IV, que morreu apenas nascido, como tudo se vê de um questionario seu dirigido ao secretario de estado, que está junto aos tres epitaphios, na Bibliotheca da Ajuda, no vol. XXXVII de Miscellaneas, a fol. 188 v. até 191.

Deixaremos aqui, por curiosidade, e tambem para tiral-o do esquecimento em que ha tanto vive, o epitaphio para o tumulo de D. Jayme. Eil-o:

D. O. M.

Inclitus Princeps Jaimes, Dux IV Brigantiae, ut ortodoxam religionem, patriaeque imperium promoveret, cum maritimis, terrestribusque copiis in Africam transvectus, urbem Azamoram, valido Maurorum praesidio firmatam, expugnavit, multisque et aliis rebus gloriosè gestis, obiit, ac mortalitatem hoc in monumento reliquit, XI kal. Jannuar. an. CIƆICXXXII.

Pag. 94, lin. 12

Dedicatorias a D. Theodosio

Lembram-nos mais duas obras, manuscriptas ambas, dedicadas ao duque D. Theodosio; são ellas: a *Chronica de D. Manuel*, por Antonio Alves, e a *Chronica do condestavel D. Nuno Alvares Pereira*, por Antonio Alvares, que existem entre os livros mss. do Arch. Nac. da Torre do Tombo.

Pag. 108, lin. 1

Caçadas em Villa Viçosa

A proposito das caçadas nos tempos aureos da casa de Bragança, transcrevemos da *Historia genealogica* o estylo que se praticava n'ellas

em vida do duque D. Theodosio I. «Sahia o caçador-mór de sua casa com um pagem a cavallo e vinte e quatro caçadores, além dos moços da caça a pé e a cavallo; os falcoeiros com os seus falcões e outros passaros da caça da altanaria o iam buscar e acompanhavam até o terreiro do palacio do duque, e alli o esperavam com os pagens da lança e mala. O duque sahia com o seu estribeiro-mór, que ás vezes levava um pagem, e algumas dois, a cavallo, acompanhado de vinte e quatro moços da estribeira, vinte e quatro cavalleiros da guarda da pessoa com lanças, doze guardas de pé, um creado a cavallo com a espingarda, e outro com a bésta, vinte e quatro moços de pé todos vestidos de verde com a côr do campo, e, montando o duque a cavallo, o seguiam todos com bem disposta ordem. Compunha-se esta comitiva de cento e dezeseis pessoas, e n'esta fórma o costumava fazer todas as vezes que ia á caça, que eram muitas...»

Pag. 108, lin. 18

Passeios de D. Theodosio

Dos passeios de D. Theodosio dá-nos testemunho Miguel Pinto de Sousa nos seguintes versos da sua *Musa panegyrica in Theodosium:*

Egreditur tandem, et primo dux limine gressum
Amovet; hunc dulci viduatum conjuge vestis
Nigra tegit; non Sidonio stat clarus in ostro;
Gemma nec irradiat fulvo sociata metallo;
Aurea non chlamidem subnectit fibula; pectus
Sardonicata ligant non cingula; solus in uno
Emittet ore decor, quem non quæsita colorum
Gratia, et externi species mentita decoris,
Sed tantæ peperit nimia indulgentia formæ.
Parte alia patri soboles gratissima, primis
Ante genis vireat quàm flos juvenilis, et ætas
Vestiat in flava barbam lanugine, pulchros
Maturat studio gressus, laterique paterno
Dexter adest. O viva tui genitoris imago
Joannes! tu Lysiadum clarissima Regum
Stemmata fronte refers, tenerisque assuescis ab annis
Fortia facta patrum mirari, et prodere robur.
Aemula nec virtus dabit inferiora sequentem

Nomina, si teneris adspirent numina cæptis.
Te modo surgentem viridi spes ornat amictu,
Undantesque sinus auro discernit; amicum
Fœdus init, roseo jaculata ex ore venustas
Gemmarumque nitor, comit se limine lumen.

Pag. 126, lin. 10

Casamento do duque D. João

Quasi toda esta descripção do casamento e festas do casamento do irmão de D. Duarte é tirada da *Historia genealogica* de D. Antonio Caetano de Sousa, e quasi sempre servindo-nos das suas palavras. Não vam precedidos os paragraphos de commas, segundo o costume, por algumas alterações que fizemos. Apraz-nos confessar aqui mais uma vez o muito que devemos a um auctor tão benemerito da historia portugueza, e cuja consulta é, por assim dizer, indispensavel a quantos escrevem do larguissimo periodo que abrange a sua grande obra. Em outro ponto nos serviu ella bastante, na viagem de D. Duarte a Stuttgart, para visitar o rei de Hungria, que vae a pag. 192, e que não encontrámos em documento algum. O mais em que nos prestou auxilio accusam-o as citações competentes. Algumas vezes combatemos as suas asserções, porém, como já fica dito, só nos levou a isso a força de verdade, e nunca o desejo, aliás um pouco vulgar, de desfazer e desprezar o trabalho dos que nos precederam e ensinaram.

Pag. 137, lin. 3

Pannos de arrás

Sobre elles ha uma erudita e desenvolvida noticia do nosso presado amigo o sr. visconde de Castilho (Julio), na sua *Lisboa antiga*, obra de propaganda amena de antiguidades nacionaes, fructo de muita intelligencia e trabalho, onde respiram em cada pagina as bellas qualidades, o gosto artistico e o entranhado amor da patria do seu illustre auctor, que a tem escripto com o maior desinteresse, só e desajudado, e, dizemol-o com pezar e vergonha, sem o applauso, incitamento

e recompensa que merecia ao municipio de Lisboa e ao governo do paiz.

Os estudos archeologicos do sr. Vilhena Barbosa, sempre apreciaveis, como de escriptor tão bem conceituado, podem-se consultar egualmente com fructo.

Pag. 159, lin. 13

Manuel de Mello de Noronha

A noticia que d'elle damos foi-nos communicada pelo nosso amigo o sr. João Carlos de Almeida Carvalho, de Setubal, cujo bello caracter, modestia e animo serviçal são bem conhecidos de quantos com elle tratam, e cujas apreciaveis indagações historicas a respeito do nosso paiz, sobretudo da sua cidade, estão com detrimento da republica das lettras até hoje ineditas. Já registamos este favor e aqui lh'o agradecemos novamente.

Pag. 159, lin. 27

Relação de Huet ácerca do Infante

Esta relação anda tambem nos *Titulos genealogicos pertencentes aos Huets da cidade do Porto,* por D. Lourenço Huet Bacellar de Souto-Maior e Pinto, que se guardam no Arch. Nac. da Torre do Tombo.

Pag. 167, lin. 25

Volta de D. Alexandre ao paço

A oito de agosto de mil seiscentos e trinta e cinco, isto é, pouco mais de um anno depois da partida de D. Duarte, o duque de Bragança, em companhia de seu irmão D. Alexandre, partiu para Evora, a fim de visitar D. Francisco de Mello, terceiro marquez de Ferreira e quarto conde de Tentugal, por occasião do seu casamento com D.

Joanna Pimentel, sua sobrinha. Este facto, se não mostra que D. Alexandre já tornara então para a casa fraterna, parece indicar ao menos que entre ambos havia boas relações de amizade.

Pag. 181, lin. 25

Exposição do Sacramento na capella ducal

Escrevemos, querendo apoiar a nossa conjectura de que D. Duarte foi a Roma, que o duque D. João lhe pediu alcançasse licença de Sua Santidade para aquelle effeito, e fizemol-o citando as palavras de fr. Francisco dos Seraphins Pitarra no *Supplemento aos Dialogos de Pedro de Mariz,* em que assevera o pedido e a concessão da graça. Uma curiosa carta de um dos volumes da collecção manuscripta do conde de Vimieiro, comprada ultimamente pela Bibliotheca Nacional, e por nós só agora conhecida, lança nova luz sobre este ponto, e por isso e pelas particularidades que encerra aqui a transcrevemos.

«*Carta a D. Duarte de Bragança quando se poz o Santissimo Sacramento na capella do duque.*

«Chegou emfim o dia tão desejado e tantas vezes emcommendado de vossa excellencia, e que a real casa de Bragança sobre suas grandezas só viu na maior de todas, que é ter na sua capella, e poder de continuo venerar n'ella o Santissimo Sacramento. Foi este ditoso dia domingo, cinco de julho, que para mais solemnidade teve por vesperas a festa da rainha Santa Isabel, e cuja vespera, que foi na sexta feira tres do mez, houve toiros tão bravos, como sempre costumam ser os de sua excellencia, com muita gente e bons toireiros. Ao sabbado, dia da santa rainha, se cantou a sua missa com a solemnidade e musica que vossa excellencia tantas vezes já viu. Ás tres horas depois do meio dia, indo para as vesperas, achámos a capella toda armada de telas, e o docel mais rico bordado sobre velludo carmesim armado no altar, o que suas excellencias, assistindo na tribuna, mandaram fazer na festa d'aquelle dia e (em?) sua presença, sem darem parte d'isso a outra pessoa: houve solemnissimas vesperas do Santissimo Sacramento, a que capitulou o Deão. Á noite se abrasou o terreiro do paço com luminarias, que muitos rebuçados a cavallo festejaram com carreiras; por toda a villa houve tambem luminarias. Ao domingo cantou o Deão a missa com muita solemnidade, e na estante se officiou e festejou com coros de musica, quais sua excellencia soube escolher para aquelle dia, e com muitos villancicos e

motetes; prégou o padre Bento de Sequeira, da Companhia de Jesus; muito a proposito do dia e festa, tomou por thema: *ipse ostendet vobis coenaculum magnum stratum, ibi parate.—Luc. XXII.*—Não tinha o padre escripto o sermão para se poder mandar a vossa excellencia; ficam-o escrevendo; irá na primeira occasião. Das tres avemarias que pediu no fim, foi uma por vossa excellencia, por a muita parte que tinha na festa com o sacrario e licença. Ficou o Santissimo no altar exposto na custodia até á tarde, e ás cinco horas se começou a ordenar a procissão. Armou-se a claustra de telas, e os arcos de damasco, até á sahida para o terreiro, como na manhã de Paschoa. Foram por principio da procissão muitas danças, folias e chacotas que vieram de todos estes logares chamados, e outras á mercê; todos foram contentes da boa paga e mercê; seguiam-se os religiosos de S. Paulo com sua cruz; com elles iam os da Piedade; logo os de Santo Agostinho; a que seguiam os das parochias com os clerigos d'ellas, e os da villa com os capellães de sua excellencia, dos quaes seis levavam as varas do pallio, e o deão a custodia com o Santissimo; ás ilhargas do pallio os moços da camara com tochas; detraz d'elle os commendadores todos, que hoje são muitos, e por remate suas excellencias, senhor duque, senhora duqueza, o duque de Barcellos, com velas accesas nas mãos, a que seguiam as damas e donas (que, como vossa excellencia diz, fazem tambem corte), muito galantes e ricamente vestidas. Sua excellencia sahiu com vestido bordado sobre damasco pardo; a senhora duqueza de encarnado bordado, o duque de Barcellos tambem de encarnado.

«A todos os religiosos, clerigos, commendadores, fidalgos, officiaes da casa, e a outras muitas pessoas, se deram velas. A guarda dos alabardeiros postos em ala acompanharam *(sic)* a suas excellencias na procissão; tambem o sargento-mór Braz Soares festejou este dia com uma companhia de mosqueteiros e arcabuzeiros, que, antes de sahir a procissão, fizeram suas salvas no terreiro, e, ao passar do Santissimo, postos em ala de uma e outra parte e de joelhos, abateram as armas até ao chão. Foi a procissão mais solemne e ordenada que ha muitos dias se viu n'esta corte; e quando vi n'ella a senhora duqueza com aquelle acompanhamento de damas e donas, representou-se-me outro tal, que tinha visto na que se fez da Esperança até á capella, com o Santo Lenho, em que sua alteza (a duqueza D. Catharina) e as senhoras que Deus tem mostraram a mesma devoção, que n'este dia, com tanta razão e exemplo, se imitou.

«Acabada a procissão e recolhido o Santissimo na sua nova morada do sacrario, que vossa excellencia lhe soube reparar (seguro penhor e esperanças certas para todos os bons sucessos que deseja-

mos os creados de vossa excellencia), se poz sua excellencia a cavallo e o duque de Barcellos (que foi a primeira vez, e com razão em tão assignalado dia), acompanhados de todos os fidalgos e nobres, dando vista ao terreiro, e, feita sua cortezia á senhora duqueza e ás damas, passou sua excellencia á carreira, tres vezes com o estribeiro-mór D. Luiz, á mão esquerda, com muita galhardia, uma boa e outras melhores; seguiram-se a sua excellencia todos os de cavallo com boas carreiras, sem haver desastre, nem desar algum; nem se podia temer n'esta festa; depois da segunda carreira guiou sua excellencia uma bem ordenada escaramuça com o braço sempre levantado com muito ar, em mais de dez voltas que n'ella se deram; e no fim á terceira carreira foi sua excellencia com todo este acompanhamento alegrar a villa passeiando as ruas d'ella, recolhendo-se já quasi noite com muita alegria e contentamento de todos. Á segunda feira, dia oitavo da festa de S. Pedro foi sua excellencia a Nossa Senhora á missa e prégação da festa dos clerigos, com muitos de cavallo, com os da guarda, e com as danças e chacotas deante, com tanta magestade que bem parecia e mostrava quem é. Na tarde d'este dia houve toiros de cavallo, a que sahiram *(sic)* Francisco de Sousa Coutinho, que fez muitas e estremadas sortes, e arriscadas algumas; e nas carreiras do dia de antes se assignalou tambem, e foi gabado em particular de sua excellencia e de muitos; sahiu tambem Salvador de Brito, que o fez como sempre costuma; Vicente de Mattos, que agora serve de meirinho da casa, por morte de João da Silveira, e Antonio Galvão, que o fizeram como officiaes velhos.

«A senhora duqueza mandou fazer um ornamento muito formoso e rico para o Santissimo, que não poude acabar para este dia, e sua excellencia dá um docel de tela que sirva de ordinario, porque o vermelho raxado de oiro não está já para servir; o degrau dos apostolos do altar da capella se serrou pelo meio, e puzeram-se seis de uma parte do sacrario e seis da outra; e porque o sacrario ficara baixo e acanhado com a cruz grande, fez-se uma peanha doirada, da altura do degrau, feita com nichos, em correspondencia dos dos apostolos; e poz-se o sacrario sobre ella, com que ficou mais levantado e airoso. Tem o sacrario um pavilhão de tela branca primavera, forrado de carmesim com franjas d'oiro, muito lindo, e hão-se de fazer outros das cores que servem na egreja. O Santissimo está no vaso doirado com pavilhão da mesma tela da do sacrario; o vaso é o com que se dá a communhão em quinta feira maior; ha um cofre de madreperola, que tambem ha de servir. A lampada é grande e formosa, e tem de peso cento e oitenta e quatro mil e tantos réis; é de seis balaustres, feitos em Castella, e toda lavrada com muito bom feitio, que a fez Cypriano

do Couto, grande official; mandou sua excellencia pôr na entrada e sahida da claustra duas cadêas de ferro, para não passarem animaes por a porta da capella, e o banco do ferrador desterrou-se para a ilha.

«Sempre esquece o melhor: sua excellencia commungou este dia na capella, e mandou a todos os moradores de sua casa fizessem o mesmo, sem excepção de pessoa alguma; e, porque não foi possivel commungarem todos no mesmo dia, o vão fazendo agora n'este oitavario da festa».

Esta carta é uma copia e não tem data, nem assignatura, mas parece, pelo seu contheúdo, que a escreveu um familiar antigo da casa de Bragança. Quanto á data, sendo o breve da faculdade pontificia de vinte de fevereiro de mil seiscentos e trinta e seis, como dissemos, deve crer-se, á vista dos grandes desejos do duque de ter o Santissimo na sua capella, que o dia cinco de julho, dia da festa, foi d'este anno, pois entre uma e outra epocha medeiam quasi cinco mezes, tempo sufficiente para se receberem e executarem as lettras apostolicas, e que a carta foi escripta nos oito dias seguintes. O duque de Barcellos, D. Theodosio, afilhado do nosso protagonista, contava então dois annos e meio, e a sua presença na procissão é admissivel, attendendo ao pequeno percurso d'ella. Tambem o é o seu passeio a cavallo. Não o vimos um anno depois, durante as alterações de Evora, percorrer as ruas de Villa Viçosa, de ordem de seu pae? D'esta carta colhe-se que por meio de D. Duarte (e chegamos ao ponto principal) se obteve a licença do papa, e que D. Duarte (e não D. João, como se julga pela má grammatica de Pitarra na passagem que d'el'e apresentámos) deu um sacrario de prata para o Santissimo. O padre Bento de Sequeira, que prégou na festa, é o mesmo que veiu a prégar nas exequias do infante. Aquella ave-maria que elle pediu pelo principe ausente, aquellas palavras «se cantou a missa com a solemnidade e musica que vossa excellencia tantas vezes viu», as outras «que seguiam as damas e donas (que, como vossa excellencia diz, fazem tambem côrte)», e finalmente as outras «recolhido o Santissimo na sua nova morada do sacrario, que vossa excellencia lhe soube reparar (seguro penhor e esperanças certas para todos os bons successos que desejamos os creados de vossa excellencia)», onde se pode entrever alguma allusão politica, tudo isto é expressivo, e representa-nos, junto com a preciosa dadiva de D. Duarte, a boa correspondencia entre elle e os seus, a sua piedade, as funcções religiosas a que assistiu na corte de Villa Viçosa, a sua galanteria, e a saudade e desejos dos familiares da sua casa, alguns dos quaes o conheceriam menino, sendo de certo um d'estes o que lhe escreve a

carta, pois allude á procissão que presenciou no tempo de sua avó, a duqueza D. Catharina. Todos os demais pormenores são interessantes, e ajudam-nos a fazer idéa da capella ducal e a imaginar a vida dos paços dos duques de Bragança, e portanto a sua vida emquanto ahi residiu.

Este documento foi-nos indicado pelo sr. Raphael Basto, que teve a bondade de nos tirar d'elle uma copia, o que muito lhe agradecemos.

Pag. 200, lin. 11

Recommendações do duque a favor de D. Duarte

Que o duque de Bragança recommendasse seu irmão ao imperador é provavel, e conclue-se da seguinte carta de Fernando II a D. João, que vem na *Historia genealogica:*

Ferdinandus secundus, divina favente clemencia, electus romanorum imperator semper augustus. Illustrissimo consanguineo, principi charissime. Litteras dilectionis vestræ, quibus principem Eduardum, fratrem tuum, nobis commendas, non potuimus nunquam libentissime videre gratiam hanc illæ, cum ex se (quippe omnis humanitatis officio erga nos refertæ), tum personam etiam dicti fratris dilectionis vestræ, qui eas nobis tradidit, habuere. Etsi ergo idem princeps Eduardus in posterum, tum proprio merito generis, et præclarum virtutum suarum nobis, ut qui in paucis commendatus, tum eo etiam charior, qui id dilectio vestra tam officiosè desiderat, cui in omnes occasiones gratificari optatissimus nobis erit. Datum in civitate nostra Viennæ die 18 mensis maii anni Domini 1635, regnorum nostrorum Romani 16, Hungarici 17, Boemici vero 18. Ejusdem dilectionis vestræ benevolus Ferdinandus.

Sobrescripto: Illustrissimo sincere nobis dilecto Joanni, Duci Brigantino, amico, consanguineo nostro charissimo.

Pag. 202, lin. 23

Conde de Castro Daire

«D. Antonio de Athayde, diz a *Bibliotheca lusitana*, primeiro conde de Castro Daire, e filho segundo do segundo conde da Castanheira e de sua segunda mulher D. Barbara de Lara, foi fronteiro-mór dos

coutos de Alcobaça, general de uma armada da costa, coronel de infanteria, capitão-mór das naus da India, general das armadas de Portugal, gentilhomem da boca de Filippe IV, mordomo-mór da rainha D. Isabel de Bourbon, conselheiro de estado do conselho de Portugal, presidente das côrtes do reino de Aragão, embaixador extraordinario ao imperador Fernando II e a outros principes do imperio, governador de Portugal em mil seiscentos e trinta e um e presidente da Mesa da Consciencia. Foi tambem quinto conde da Castanheira, alcaide-mór de Collares, commendador de Longroiva, S. Salvador de Valladares, e Santa Maria de Satão, da ordem de Christo, e, pelo condado de Castro Daire, alcaide-mór de Guimarães, e senhor dos logares de Paiva, Baltar e Cabril. Morreu em Lisboa a quatorze de dezembro de mil seiscentos e quarenta e sete, com oitenta annos».

D'este fidalgo portuguez ha valiosos mss. na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Pag. 225, lin. 4

Sargento-general de batalha

Gualdo diz, como vae no corpo d'esta obra, que o posto de sargento-general de batalha fôra creado por Waldstein, e tinha o commando sobre todos os coroneis e o cargo de ordenar o exercito nos casos de batalha. O capitão Luiz Marinho de Azevedo, contemporaneo, e auctor das *Ordenações militares para disciplina da milicia portugueza*, chama ao posto de D. Duarte sargento-maior de batalha. O *Diccionario de la Academia Española* define sargento general de batalha: posto immediato ao de mestre de campo general. Uma ordem passada por Galasso, o proprio com que serviu D. Duarte, confirma esta definição (Siri, *Memorie recondite*). Entretanto um resumo das forças de um exercito do imperio, feita em mil seiscentos e trinta e dois, põe este posto abaixo dos de mestre de campo general e de general de artilheria (Bib. da Ajuda, Cartas particulares, 4 B).

Eis esse resumo:

1 general: o duque de Mecklemburgo;

3 mestres de campo generaes;

3 generaes de artilheria, um dos quaes era Galasso;

7 sargentos generaes de batalha;

51 regimentos de infanteria de 3:000 homens (153:000 homens);

34 id. de cavallaria, um d'elles o do conde D. Balthazar Marradas, que depois foi de D. Duarte, sendo 5 d'estes de croatas.

Fr. Bernardo de Braga nos *Sentimentos publicos de Pernanbuco á morte do infante*... diz que este foi sargento-maior de batalha e que teve sob o seu commando vinte e cinco mil homens, a saber: quinze mil de infanteria e dois mil de cavallaria, para o que se funda n'uma relação de Fr. Francisco Soares, que muito convivera em Allemanha com um pagem da secretaria de D. Duarte.

As forças do exercito, cujo resumo transcrevemos acima, divididas pelos sete sargentos generaes, de batalha dariam trinta mil homens ou mais a cada um, o que se approxima dos vinte e cinco mil de Fr. Bernardo de Braga. Comtudo não nos atrevemos a decidir este ponto.

Pag. 239, lin. 9

Sepultura de D. Alexandre

O corpo de D. Alexandre julgamos que foi levado, como foi o do duque D. Theodosio, para a egreja de S. Paulo. O que é certo é que juntamente com este passou por ordem de D. Pedro II, então principe regente, para a de S. Agostinho, a dezeseis de junho de mil seis-centos e setenta e sete, e ainda ahi se conserva.

No tumulo lê-se o seguinte epitaphio:

O SENHOR DOM ALEXANDRE FILHO DE
DOM THEODOSIO VII DVQVE DE BRA-
GANÇA E DA EXCELLENTISSIMA
DVQVEZA DONA ANNA

Aleixo Cullotes de Jantillet compoz, conforme já dissemos na nota a pag. 84, lin. 27, um outro epitaphio em latim para o tumulo d'este irmão do infante, naturalmente o em que estava provisoriamente. Se serviu ou não ignoramol-o. Entretanto aqui o deixamos transcripto.

D. O. M.

Conditus hoc sepulchro Alexander, Theodosii Ducis VII Brigantiae filius, comitate, innocentia morum, pietate, magnam sui expectationem concitaverat implecturus, nisi indolem ad summa quaeque assurgentem, in ipso flore juventutis, mors intercepisset. Omnium lacrymis deflectus obiit die... an...

Pag. 249, lin. 33

Memorial de D. Francisco Manuel de Mello

Não menos de tres exemplares possue a Bib. Nac. d'este bello e interessante manuscripto.

O sr. dr. Ayres de Campos, de Coimbra, tem um.

Herculano transcreveu-o em parte no *Panorama* (1840, pag. 179 e 294), com grande elogio.

A *Justificação de suas acções* etc., citada por Barbosa Machado e por Innocencio é talvez o mesmo.

Pag. 254, lin. 1

Ida de D. Duarte a Thomar

Dissemos no texto que ainda no mez de outubro, isto é no mez em que chegara a Lisboa, foi D. Duarte a Thomar, segundo era de crer, por causa do negocio das commendas; e uns apontamentos de um manuscripto, pertencente á collecção do conde de Vimieiro, que a Bibliotheca Nacional comprou ultimamente, e de que só agora tivemos conhecimento, confirmam e ampliam esta nossa asserção.

Conforme esses apontamentos D. Duarte foi áquella cidade para tomar o habito e chegou alli a vinte de outubro (de trinta e oito), dia de Santa Iria. Sahiram a recebel-o o corregedor, o provedor, o juiz de fóra, a camara, e o prior-mór. As villas de Ourem e Porto de Moz mandaram-lhe n'esse mesmo dia muitos comestiveis, sendo: pães quatrocentos, perus vinte e cinco, carneiros dezoito, porcos nove, gallinhas cento e cincoenta, coelhos duzentos, perdizes cento e sessenta, assucar duas arrobas, arroz duas arrobas, duas grandes canastras de varios doces e algumas cargas de vinho. Aposentou-se D. Duarte no convento, e no dia seguinte banqueteou os freires, para o que as ditas villas enviaram tambem largos presentes. Ao jantar houve tres serviços cada um de trinta iguarias. D. Duarte deu de offrenda duzentos cruzados em patacas; e trinta e dois cruzados a quatro musicos que cantaram. Tambem gratificou ao hospedeiro, ao refeitoreiro, ao porteiro e ao dispenseiro. Dizem ainda os

apontamentos que deu ao [illegible] Fr. Mathias de Aguiar quinze [illegible], e que se gastaram mais vinte [illegible] de viagem. (A. fol. 246).

Aqui move-se uma duvida quanto ao dia da chegada de D. Duarte a Thomar, e de Santa Iria, pois é o mesmo que Antonio de Oliveira Cadornega na *Descripção de sua patria Villa Viçosa* marca para a chegada a Lisboa, e o mesmo que, fiado n'elle, pozemos no texto. Quem terá razão? O facto de resto pouco importa.

D'estes apontamentos tirou-nos uma copia o sr. Raphael Basto que nol-os [illegible], ao que nos confessamos grato.

Pag. 275, lin. 21

«Relação da prisão injusta...»

O titulo completo d'este manuscripto é:

Relação da prisão injusta do serenissimo infante de Portugal D. Duarte e da entrega que o imperador mandou fazer de sua pessoa aos ministros de Castella.

Assignado:—Luis Pr.º de Sampayo.

Não podémos verificar se é original por falta de elementos para isso.

Este manuscripto pertence ao nosso particular amigo e illustre escriptor o dr. Xavier da Cunha, que o compoz de proposito para nos servirmos d'elle, ao que já nos referimos no prologo.

Pag. 289, lin. 23

Vinda do duque D. João a Lisboa

Não resistimos á tentação de transcrever, ao menos aqui, as proprias palavras de Fr. Antonio Seyner, sobre curiosas merecedoras de todo o credito. Eil-as.

«Muchos dias estuvo el duque en Almada sin besar la mano a su alteza; por no ajustarse el modo, hizo la detencion prolongada. Ajustose y hizo la visita a dos de julio, dia de la Visitacion, a las quatro de la tarde año de treinta y nueve. Salió el duque de Almada a la hora referida en un vergantim mui entoldado de sedas, siguie-

ronle algunos mui luzidos, y algunas caravelas de repuesto; en escolta de todo venia un gran navio, que, al saltar el duque en tierra dió tan gran salva que temblaron (alguno con perigo) todos los barcos, que hazian calles en la ria para ver el duque quando passasse. Venian en su vergantin los tres consejeros de guerra referidos (D. Diogo de Cardenas, mestre de campo general da duqueza de Mantua, D. Christovão Voca-Negra, do conselho de guerra, e o mestre de campo Granero) y un cavallero portugues anciano. Salió a ver su entrada el concurso de toda una ciudad tan grande, y fué tanta la multitud, que ni en aquella tan espaciosa Plaça de Palacio avia por donde romper, ni las calles de barcos dexavan descubierto el mar. Llegó con no poco aprieto a la sala donde esperava su alteza, cuyas cortezias fueron salir dos passos de la tarima donde estava su silla, y hazer el duque la suya para que bolviesse a occuparla. Estavan debaxo del dosel dos sillas egualmente seguidas, y en tomando su alteza la suya ladeó un poco la suya el duque, sin salir del dosel, y haziendo su cortezia se sentó. La visita duró poco mas de un quarto de hora: despediose con las mismas cortezias, y sin entrar en la ciudad se embarcó y bolvió a Almada.»

Pag. 304, lin. 5

Fé que merece o «Mercure François»

O modo por que conta este periodico a prisão de D. Duarte acaba de tirar-lhe todo o credito. Preso, o imperador mandou-o logo para Gratz, e d'aqui para Trieste, d'onde o fez conduzir por mar para Otranto, ficando ahi encarregado á guarda do marquez de Castello Rodrigo! São tantos os erros quantas as orações.

Pag. 304, lin. 35

Auctor dos «Annaes de Portugal»

Os *Annaes de Portugal restituido a reis naturaes* foram escriptos por um dos advogados dos réos da conspiração de mil seiscentos e quarenta e um, como se colhe da pag. 174 dos mesmos.

Pag. 306, lin. 3

Para defeza de D. João IV

A frouxidão ou demora d'el-rei em avisar o infante procederia da má vontade dos que o rodeavam, ou augmentar-se-hia com ella. Para exemplo de que os soberanos eram ás vezes contrariados, enganados e ludibriados até nas coisas de seu maior interesse, transcreveremos um trecho de uma carta inedita do P.e Antonio Vieira, de quatro de setembro de mil seiscentos e setenta e quatro, a Duarte Ribeiro de Macedo, que vem muito a proposito. Tratava-se de conduzir o infeliz D. Affonso VI da ilha Terceira, onde estava preso, para o continente do reino, onde ficaria mais bem guardado, e o principe-regente (depois D. Pedro II) mais livre de que o partido do rei o soltasse e se fortificasse contra elle com a sua presença. Já veem que o negocio não podia ser mais importante para quem governava.

Oiçamos o celebre jesuita:

«Aquelle ministro, contra quem se tirou a espada, me escrevem teve outro peor encontro, em que tambem sentiu as mãos e mais que as mãos. Bem sei que vossa senhoria não ha de approvar este modo de castigo; mas, se a causa é qual se diz, qualquer outro, por grande que fosse, era merecido. O modo com que se narra é: que as cinco fragatas em que finalmente partiu Pero Jacques para as ilhas se não acabavam de aprestar, e que, perguntando o principe a causa, se lhe respondera, que porque não havia dinheiro; que sua alteza se offerecera a o buscar, e que assi o fizera, chamando um homem de negocio, que promptamente prometteu o entregaria ao dito ministro; que comtudo as fragatas se não aprestavam, e que tornando o principe a perguntar-lhe a causa, elle dera a mesma da falta de dinheiro, e replicando sua alteza com a diligencia que havia feito, persistira a dita pessoa, affirmando que o dinheiro se lhe não tinha dado; finalmente que, chamado o homem de negocio, mostrara o recibo, do qual pela data e pela firma constava o contrario; e que então, chamando sua alteza terceira vez o mesmo ministro, e fazendo-lhe terceira pergunta, e persistindo na mesma resposta, lhe mostrara o escripto, e após elle se seguiram os effeitos da justa ira, de que ficava em cama sangrado algumas vezes...» (Bib. Nac.)

Pag. 306, lin. 23

Ainda para defeza de D. João IV

Para provar, se não o desejo de João IV de ter o infante junto de si e de empregal-o na defeza do reino, ao menos o desejo d'este a esse respeito, transcrevemos aqui os seguintes versos de uma silva composta por Jacinto Cordeiro e, note-se, por elle dedicada ao mesmo rei antes de vinte de julho de mil seiscentos e quarenta e um, data da dedicatoria.

Venha Duarte, infante sem segundo,
Gloria de Portugal, portuguez Marte,
A tomar o bastão em vosso nome;
Que basta o gran Duarte,
Para assombrar os castelhanos muros,
Quando na invicta mão a espada tome.

Pag. 307, lin. 4

Orthographia de D. Duarte

Não a seguimos, reproduzindo-lhe os escriptos, a não ser em dois na lingua italiana; por isso aqui se repete, para amostra, a sua carta a Antonio Paes Viegas, copiada fielmente do original autographo.

«Recebi a vossa carta de 11 de maio com que me alegrei e vos agardeço tudo o que nella me dizeis: com o parecer que me dais sobre minha partida me conformo, porem estou em apperto tão mizeravel que não sei que partido tomar e fora a morte mui barata, emtroco de não me ver como estou que não he para escrever; tinhavos dito que vendeceis parte do meu juro para me socorrer e agora vos digo que se não ouver outro remedio que dalo todo que o façais como eu possa ser socorrido com 3 mil cruzados polo menos e que se encaminhem com toda brevidade a Duarte Nunes da Costa: chegado este dinheiro partirei a tomar licença do emperador e dipois me irei embarcar a Amburgo com que não tenho mais que vos dizer Deus vos goarde de furstembem a 17 de outubro de 640.

«de 10 dias a esta parte temos perdido mais de 6 mil omems, e omtem rompeo o conde Asfelt 1200 cavalos do inimigo junto a paderborno e se fas huma teribilisima guerra: O Conde galaso he chamado com grandes instancias para tomar outraves as armas e se escuza grãdemente. D. Duarte».

Pag. 307, lin. 31

Demora de correspondencias

Corroborando o que escrevemos ácerca d'este assumpto, citaremos alguns exemplos. Uma carta de Felippe IV ao conde de Siruela, governador de Milão, de vinte e oito de dezembro de mil seiscentos e quarenta e um, foi recebida em vinte de março de mil seiscentos e quarenta e dois (Arch. de Simancas, Maço 2356, Carta de 19 de abril de 1642); outra de D. Fradique Henriques ao secretario Pedro de Arce, de tres de setembro de mil seiscentos e quarenta e dois, foi recebida em Madrid a seis de novembro (Id., id., Consulta do Conselho de Estado, de 18 de novembro de 1642); um officio do governo hespanhol a D. Fradique Henriques, de trinta e um de dezembro de mil seiscentos e quarenta e dois, foi recebido por este a onze de março do anno seguinte (Id., Maço 2357, Carta de D. Fradique a Filippe IV de 8 de abril de 1643); e duas cartas de D. Fradique para Filippe IV e para o secretario, de vinte e oito de junho de mil seiscentos e quarenta e cinco, foram recebidas em vinte e sete de setembro (Id., Maço 3360, Consulta do Conselho de Estado, de 14 outubro de 1645).

Pag. 325, lin. 14

Relação da prisão do Infante

Caetano Passarello, quando escreveu a sua obra *Bellum lusitanum, ejusque regni separatio à regno Castellensi*, impressa em Lião em mil seiscentos e oitenta o quatro, e dedicada a Carlos II de Hespanha, parece que teve presente tanto esta relação de Navarro, como a outra sua da passagem do infante a Milão, mas aproveitou-as pouco.

Pag. 335, lin. 7

D. Leonor Pimentel

D. Leonor Pimentel, filha de D. Antonio Pimentel, quarto marquez de Tavera, e de D. Isabel Moscoso, filha de D. Lopo, quinto conde de Altamira, foi dama da rainha D. Isabel de Bourbon, primeira mulher de Filippe IV, e casou a primeira vez com D. Antonio Affonso Pimentel de Quinhones, nono conde de Benavente, e a segunda com D. Francisco Gaetano, nono duque de Sermoneta. Morreu em Roma em mil seiscentos e oitenta e cinco. No *Catalogo dos manuscriptos portuguezes do Museu Britannico* do sr. visconde de Figanière, a pag. 254, encontramos uma D. Leonor Pimentel, dama da infanta D. Maria, irmã do mesmo rei, e imperatriz de Allemanha, pelo seu casamento com o imperador Fernando III. Estas duas e a mencionada pelo infante julgamos que são a mesma, e o que diz o sr. visconde, e dal-a o infante no seu tempo em Allemanha, faz-nos suppor que para alli passaria em serviço da imperatriz. D. Leonor teve tres irmãos: D. Henrique Pimentel, que foi quinto marquez de Tavera; D. Lopo de Moscoso Pimentel, que morreu, sendo estudante em Hespanha; e D. Bernardo, cujas particularidades ignoramos. A qual d'elles se refere o infante como estando em Portugal, depois da restauração? Ao primeiro ou ao terceiro? D. Leonor teve tambem uma irmã, D. Joanna Pimentel, que casou com D. Francisco de Mello, terceiro marquez de Ferreira e quarto conde de Tentugal, em mil seiscentos e trinta e cinco, e este facto motivaria talvez a permanencia de um dos seus irmãos no reino.

Pag. 340, lin. 22

Mulier quam dedisti mihi

Se D. Duarte, repetindo estas palavras, tinha in mente as que veem no Genesis, capitulo III, versiculo XII, conforme parece, deve completar-se a allusão a D. Luiza, que n'este caso representa Eva pela cubiça e por tentar o marido, como Eva tentou Adão, persua-

dindo-o a comer tambem do pomo vedado (no caso presente a corôa), com o resto do versiculo, ficando portanto:

Mulier, quam dedisti mihi sociam, dedit mihi de ligno, et comedi.

Pag. 367, lin. 10

D. Duarte sargento general de batalha

A patente original d'este posto faz parte de uma preciosa collecção de manuscriptos portuguezes, que possue a Bibliotheca Nacional de Paris, e que foi, se bem dos lembramos, do duque de Cadaval.

Este curioso documento, traduzido do allemão, é assim:

«Nós Fernando III, pela graça de Deus, rei da Hungria e da Bohemia, archiduque d'Austria, duque d'Austria, duque de Borgonha, da Styria, da Carinthia, da Carniola e de Wurtemberg, conde do Tyrol e de Goertz, etc.

«A todos e a cada um dos coroneis, tenentes-coroneis, commandantes, chefes de esquadrão, capitães, tenentes e portabandeiras nomeados por Sua Magestade Romana Imperial, e a todo o exercito de cavallo e de pé, qualquer que seja a sua nação, dignidade, estado, ou situação, a nossa graça real, e todas as felicidades; havemos por bem fazer-lhes saber, pelo presente, como a dita muito alta Magestade Imperial communica aos ditos chefes que concedeu ao excellente e especialmente de nós amado D. Duarte, duque de Portugal e de Bragança, o posto de sargento general de batalha de cavallaria e de infanteria.

«Portanto a vós todos superiores e a cada um em particular se dirige a nossa graciosa ordem de reconhecerdes d'ora em deante o dito duque de Bragança designado por Sua Magestade Imperial como sargento general de batalha, e de o respeitardes e honrardes, e outrosim de seguirdes e observardes inteiramente as suas determinações.

«Assim se cumprirão a nossa ordem, vontade e aviso, tão graciosos, como severos.

«Dado em Brisach a 9 do mez de setembro de 1636, nono anno do nosso reinado na Bohemia, &.

«Por mandado sagrado do mesmo rei.

«(Assignado) João Frederico Wischer.»

Fizemos tirar uma copia do original d'este manuscripto, e tencionavamos dal-a aqui; mas, á ultima hora, conhecemos, contra a nossa expectativa, que estava inexacta, pelo que nos vimos reduzido a tra-

duzir a traducção franceza que se acha junto com o documento (naturalmente contemporanea d'elle), a qual nos viera por copia com a do original.

Pag. 373, lin. 20

Presente ao principe D. Theodosio

Na exposição de Arte retrospectiva, que ha annos se effeituou em Lisboa, estiveram umas peçasinhas de bronze que muito nos fizeram lembrar estas. Mas pela data que tinham via-se que eram posteriores, posto não muito.

Pag. 395, lin. 28

Falsidades a respeito do infante

Um dos escriptores que incorreu n'ellas foi o padre Antonio Vieira, o qual transtornou e afeiou os acontecimentos de um modo incrivel; e quando? depois da morte do infante, quando já devia estar farto de saber a verdade. Proval-o-hemos com um pequeno extracto do sermão nas exequias do mesmo.

«Vendido e preso o infante, em nenhum logar o davam por seguro as cautelas dos que o guardavam. Do quartel de Lupen o passaram a Ratisbona, de Ratisbona a Passaw, de Passaw outra vez a Ratisbona, de Ratisbona outra vez a Passaw (estas duas mudanças inventou-as o padre), de Passaw a Gratz, de Gratz finalmente a Milão. Em todos estes caminhos ia o infante cercado de grandes tropas de soldados, e no ultimo, para maior segurança, atado a cadeias...»

Pag. 403, lin. 31

Embaixada á Catalunha

É tambem de presumir que fosse durante o tempo da sua missão, que o padre Mascarenhas compoz a obra intitulada: *Justicia del inclito rei D. Juan el quarto de Portugal, arbol de los reys portuguezes*

y casa de Bragança, leyes de Lamego etc., que se imprimiu em Barcelona, e contra a qual sahiu, occultando o nome, João Adão de la Parra, com outra, cujo atrevido titulo é o seguinte: *Apologetico contra el tyrano y rebelde Venganza y conjurados arçobispo de Lisboa y sus parciales en respuesta a los doze fundamientos del padre Mascarenhas*, impressa em Saragoça no mesmo anno.

Pag. 405, lin. 18

Tratado de Portugal com França

A noticia da alliança franceza foi recebida em Portugal com o maior contentamento, e el-rei, por decreto de dois de julho de mil seiscentos e quarenta e um, mandou que durante tres dias houvesse em Lisboa luminarias e repiques de sinos.

Arch. Nac. da Torre do Tombo, Doc. do ministerio do reino, L.º 180.

Pag. 407, lin. 3

Memorial dos embaixadores portuguezes em França á Dieta

Reverendissimi, Celsissimi, Illustrissimi, Reverendi, Illustres, Magnifici, Generosi, et Nobiles Domini.

Sub nostrum Lutetiam Parisiorum adventum, quo ad Regem Christianissimum renovandæ veteris amiciciæ causa cum Serenissimo nostro Rege Joanne 4º e Lusitania Legatorum Extraordinariorum nomine missi sumus, rumor fuit Infantem nostrum Eduardum germanum Regis fratrem in Germania detineri: haud dubiè quin opera Regis Castellæ; nec enim credendum ab Rege Hungariæ electo Imperatore, de quo ille optimè erat diu militandò meritus, contra jus, fidemque custodiæ tradendum. Quod cùm nobis vix persuadere de tanto Principe possemus, facti certiores sumus non modo eum detineri Ratisbonæ, sed in Austriam missum diligentissime in arcta custodia servari: quin et paulo post inaudivimus certis in concilliis agi de eodem Madritum comandando, ut in potestate prædicti Regis Castellæ foret: quod admirationem imò et horrorem totius Europæ populis incussit. Sed postquam rescivimus Celsitudines, Illustritates et Dominationes vestras Imperiales de communi rerum statu conventus agere, magna nobis spes affulsit tantæ injuriæ propulsandæ·

Qui enim ferendum sit ut ab iis, quibus jura gentium tueri, quasi ex officio, convenit, jus ipsum violari in proditione innocentis Principis permitattur? qua propter non minus cum ejus libertatis curam suscipimus illius saluti, quam vestræ existimationi honorique consulimus *(sic)*. Itaque Celsitudines, Illustritates, et Dominationes vestras magnopere rogamus ut privatis aliorum, qui intercedunt, rationibus posthabitis, uti de æquitate et magnificentia vestra sperandum est, seriam detis operam ut ei, è custodia emisso, dignitate sua *(sic)* nobis tanti Principis conspectu frui liceat, quo et jus gentium commune et Romani Imperii sacrum et vestri nominis anthoritatem stabilietis. Nos vero, Regnumque nostrum tam insigni beneficii maximè devinciretis: cujus item Serenissimus Rex Joannes memoriam nunquam deponet. Lutetiæ sexto idus Junii (anni salutis?) 1641.

Bib. da Ajuda, Mss., Miscel., vol. XXXI, fol. 384.

Pag. 450, lin. 23

O palacio do Côrte-Real e a quinta de Queluz

Estas propriedades voltaram aos marquezes de Castello Rodrigo, e por ellas lhes pagaram de renda, tanto D. Pedro II, como o infante D. Francisco, cinco mil cruzados annualmente, até que ao infante D. Pedro, depois marido de D. Maria I, as vendeu, a vinte e seis de janeiro de mil setecentos e cincoenta e um, por um juro real de cinco mil cruzados cada anno, assentado nos effeitos do Conselho Ultramarino, D. Felisberto Pio de Saboya Moura Corte-Real Spinola e Lacerda, Principe Pio, marquez de Castello Rodrigo e Alnacer, duque de Rochera e grande de Hespanha de 1.ª classe, como possuidor e administrador dos morgados instituidos por Vasco Annes Corte-Real e sua mulher D. Joanna da Silva, e pelos marquezes de Castello Rodrigo, D. Christovão de Moura e D. Margarida Corte-Real, sua mulher, e por seus filhos D. Manuel de Moura, sendo conde de Lumares, e D. Margarida Coutinho, condessa de Portalegre.

A esta venda deu consentimento D. Leonor Pio de Saboya, duqueza de Atri, immediata successora da casa e morgado do dito principe Pio, seu irmão.

Esta, o vendedor e o comprador foram representados por procuradores.

Tudo isto consta do proprio instrumento de venda que se
no Arch. Nac. da Torre do Tombo, no maço, 637 dos Doc
do Ministerio do reino.

Pag. 460, lin. 26

Historia austriaca de Krones

Nunca vimos esta obra; o extracto que aqui publicamos é
ao especial favor do nosso amigo de Trieste, o sr. Garzolin
seppe), a quem já nos referimos no prologo por causa de ou
viço que nos prestou.

Pag. 470, lin. 15

Justificação com a Santa Sé

O resultado das exigencias da curia, que mencionámos, foi
ver Pantaleão Rodrigues Pacheco o *Manifesto do reino de Po*
apresentado á Santidade de Urbano VIII sobre o direito com
João IV possue seus reinos e senhorios de Portugal, que sahi
em italiano e tambem em portuguez em Lisboa, impresso p
mingos Lopes Rosa, em 1643, in 4.º

Pag. 472, lin. 10

Mallogro da embaixada a Roma

Bem diverso foi n'outra occasião o procedimento da Santa S
mo passamos a ver.

Em mil quinhentos e sessenta e um, sabendo Filippe II que o
acceitava a obediencia do duque de Vandome como rei de Na
mandou-lhe representar por D. João de Ayala, apesar de ter em
como embaixador Vargas, contra este acto, attentatorio dos se
reitos ao mesmo reino, e mostrar-lhe as consequencias prejud
que d'ahi procederiam. O papa desculpou-se dizendo que accei

dita obediencia declarando na occasião publicamente que o fazia sem damno d'el-rei catholico, e tendo lavrado antes d'isso um protesto, e que recebeu a obediencia do duque pelo muito que representava em França; e para não se perder de todo esta ovelha, o que de contrario aconteceria.

Bib. da Ajuda, Mss., Cartas de Lourenço Pires de Tavora, fol. 231, Carta de 3 de maio de 1561.

Pag. 475, lin. 33

Arch. Nac. da Torre do Tombo, L.os Mss., n.º 456

D'este livro e do n.º 457, que são copias authenticas, existem hoje os originaes na Bib. Nac. de Lisboa. Foram comprados ao sr. conde da Vidigueira.

Pag. 481, lin. 35

Arch. Nac. da Torre do Tombo, Mesa Censoria, Mss.

Para precisar mais o logar em que está este documento, só podemos dizer que é na repartição terrea.

Pag. 500, lin. 9

«Storia di Portogallo»

Tambem sahiu com este titulo a obra de João Baptista Birago, ou, antes, de Taquet, que outras vezes citámos pelo de *Storia delle rivoluzioni di Portogallo,* e tambem com o de *Storia del regno di Portogallo,* e *Storia della disunione del regno di Portogallo della corona di Castiglia,* como largamente veremos no vol. II.

Pag. 510, lin. 1

Os livros das cidades

Deve ser a obra *Civitates orbis terrarum* de Jorge Bruin, em dois volumes, o que nos persuade não só a semelhança do titulo com as palavras do infante, mas tambem achar-se ella no inventario que se fez pela sua morte, assim, sem nome de auctor.

Pag. 542, lin. 18

O castello de Milão

Este venerando e curioso edificio, que constitue de certo um dos monumentos mais notaveis de Milão, ou se considere pelo lado artistico, ou pelo historico, esteve ameaçado ha pouco de completa destruição, para se levantarem novos quarteis no Foro Bonaparte e na Praça de Armas, vasto campo onde elle está situado, e onde faz exercicios a guarnição da cidade. Cabe ao illustre architecto sr. Lucas Beltrami a gloria de ter sido o primeiro a reprovar publicamente semelhante barbaridade, não sem acarretar contra o seu nobre proposito as accusações de «culto cego e fetichismo por tudo quanto é antigo e de bigotismo archeologico», segundo elle mesmo confessa, accusações que só provam muito desamor da arte e da historia patria, ou muita ignorancia. Felizmente a Sociedade Historica Lombarda e a Commissão Conservadora dos Monumentos, postos álerta pela sua voz, protestaram contra o facto, e o governo italiano mandou suspender qualquer decisão que respeitasse ao castello. Bem lhe bastam as deturpações e as profanações de que tem sido victima, já pelas necessidades da guerra, já pela incuria dos homens. Não se contentou o sr. Beltrami de conseguir este resultado. Metteu-se no Archivo do Estado de Milão e nas bibliothecas publicas e particulares, consultou e extractou numerosos documentos, manuseou obras, examinou plantas, copiou desenhos, e escreveu o seu interessante livro *Il Castello di Milano sotto il dominio degli Sforza*, «para não deixar por mais tempo o campo livre a juizos inconsiderados e superficiaes, nem a restauros hypotheticos, e, ainda menos, convencionaes», segundo as suas palavras, isto

é, para mostrar a importancia e antiguidade do edificio, e para servir de guia ás obras que se projectam, a fim de o apropriar a receber os museus e o archivo do municipio, como se pretende, mas conservando-lhe, quanto possivel, a feição primitiva.

Pag. 545, lin. 4

Roqueta e Côrte-Ducal

Esta parte do castello, que é a mais antiga, etc., dissemos no texto. Não se conclua d'aqui que as fortificações, que os hespanhoes e porventura tambem os austriacos juntaram ás dos duques de Milão, ainda existem. Napoleão I em mil oitocentos e um mandou destruil-as, ficando só de pé a Roqueta e a Côrte-Ducal, que os austriacos reempossados da Lombardia, quasi rodearam de casas para quarteis. Estas ainda lá estão, e o governo italiano pretende demolil-as. No logar das fortificações destruidas, indo da cidade, ha hoje um terreno bastante largo chamado Foro Bonaparte, onde se ergue o theatro de Verme. No logar das outras dos lados e do fundo do castello, e ainda além, estende-se um grande campo, quadrado, tendo ao meio do lado do fundo e em frente do castello, mas muito longe d'elle, o Arco do Simplon, começado por Napoleão I em mil oitocentos e quatro, e acabado em mil oitocentos e trinta e oito pelo imperador d'Austria, Francisco José. Este campo serve para corridas de cavallos e exercicios militares. Do lado direito (sempre indo da cidade), a mais de metade, limita-o a Arena, vasto circo, á moda romana, sem applicação rasoavel, capricho de Napoleão, a que o levou a sua mania de imitar os cesares do antigo imperio.

Pag. 547, lin. 25

A capella hoje cavallariça

Dupla profanação commetteram os homens (se hespanhoes, austriacos, francezes ou italianos não sabemos) n'esta parte do castello que era templo da religião e da arte, pois transformaram sacrilegamente a casa de Deus em estrebaria, e cobriram de grosseira tinta, occultando-as e estragando-as, as pinturas que adornavam as paredes e as abobadas, pinturas entre as quaes, segundo alguem nos disse,

se encontrariam frescos do grande Leonardo de Vinci, e que, segundo Cusani, muito aproveitariam para illustrar a historia da escola lombarda nos seculos XIV e XV. Impios, barbaros! E dizem-se religiosos e civilisados!

Pag. 545 a 548

Illustrações do castello de Milão

Quanto á primeira, notaremos que ella só mostra uma parte da Praça d'Armas, tendo, ao fundo, o fosso morto, encostado á Roqueta e á Côrte Ducal; que a planta d'estas é apenas do andar terreo; que os quartos do infante são os dois mais pequenos, do lado esquerdo do espectador, junto á Torre Castellan, e o outro antes d'estes; e que os pontos nos pateos de ambos os edificios indicam as columnas dos porticos.

A segunda apresenta-nos todo o lado exterior do fundo do castello; em baixo as pequenas janellas dos subterraneos (subterraneos em relação ao solo do pateo); sobre ellas as do andar terreo; sobre estas as do primeiro andar; e nas extremidades as duas torres que defendiam o dito lado, sendo a da direita do espectador a Castellan.

A terceira dá-nos uma idéa approximada do interior da Roqueta e da Côrte Ducal: ao fundo o lado interno da frente d'estes dois corpos, isto é, da que olha para a Praça d'Armas; á direita do espectador (na Roqueta) o subterraneo por baixo dos quartos terreos, o primeiro quarto terreo d'este lado, contando da Praça d'Armas, que era a capella da Roqueta, com o signal onde esteve o altar; por cima d'elle o primeiro e o segundo andar, e o subterraneo por baixo do portico, o portico, a sobreloja e as galerias a par do primeiro e do segundo andar; e á esquerda o subterraneo por baixo do portico, o portico, a sobreloja e o primeiro, segundo e terceiro andar; e na Côrte Ducal, á esquerda o subterraneo por baixo dos quartos terreos, os quartos terreos e o primeiro andar, e o subterraneo por baixo do portico, o portico e a galeria do primeiro andar.

Estas tres illustrações representam em geral o que hoje existe, mas não exactamente, porque ha n'ellas um trabalho importante de restauro para restituir o edificio, o mais possivel, ao que era no meado do seculo XV, um dos intuitos principaes da publicação do sr. Lucas Beltrami, *Il Castello di Milano sotto il dominio degli Sforza*, d'onde foram tiradas.

Da epocha do infante dista menos a quarta illustração, anterior de

vinte e seis annos a elle entrar no castello, na qual se vê o conjunto d'este com as fortificações externas e as outras obras posteriores dos hespanhoes.

Pag. 549, lin. 24

Decreto do governo de Milão

A transcripção d'este documento está errada na obra do marquez Cusani. Custa-nos dizel-o; mas é a verdade. O mesmo acontece em geral com as dos outros que ella traz, do que ha logo um exemplo e bem proximo, na pag. 51.

Pag. 554 a 560

Illustrações da prisão do infante

As duas junto do texto esclarecem ao vivo a descripção que fizemos d'ella.

Na primeira temos um dos lados da Torre Castellan com a sua janella, e mais duas no mesmo correr, sendo a do meio, que felizmente conserva a fórma primitiva, a do quarto onde dormia e morreu o infante, e a outra, antes d'ella, a do quarto que suppomos foi dividido em casa de jantar e casa da guarda. Por baixo ha duas janellas dos subterraneos, rentes com o fosso.

Na segunda observam-se seis arcos do pateo da Roqueta do lado correspondente á prisão do infante; antes da primeira columna a porta para o quarto que foi dividido, e d'onde se entrava no quarto de dormir, e por cima d'ella uma janella; meio coberta pela dita columna, a escada que subia á Torre Castellan, e que passava sobre os dois quartos pequenos do infante, da qual se divisam os primeiros degraus; logo em seguida a abertura de communicação para o andar terreo da mesma torre; na frente a porta para o quarto terreo mais pequeno do fundo. Sobre as arcadas veem-se cinco janellas da sobreloja e uma do andar superior.

Ambas estas illustrações representam o castello como está, e foram feitas este anno por especial favor do sr. Lucas Beltrami, ao que já nos referimos no prologo.

Pag. 554 a 560

Sobre a prisão do infante

Em confirmação do que dizemos parece-nos a proposito transcrever do inventario dos moveis do infante, que se fez logo depois da sua morte, o seguinte:

«... se han cerrado las puertas de los aposentos de la prision de D. Duarte, a saver, la reja del en que murió D. Duarte, que cae al foxo, el retrete contiguo, con el aposento de a mano derecha con sus llaves; y luego se ha cerrado la puerta del salon delante de dicha pieça, que cae por una parte al foxo, y por otra al portal.»

Arch. do Estado de Milão, Processos de D. Duarte de Bragança.

Pag. 589, lin. 33

Livro de documentos do tempo de D. João IV, etc.

Este livro passou com a collecção de mss. da casa Pombal para a Bib. Nac. de Lisboa, por compra do governo.

Pag. 605 e 606

Descripção do retrato do infante

Para maior explicação do que dizemos, veja-se a phototypia no principio do volume, que o representa.

Pag. 606

Retrato do infante

Por este retrato foi gravado o que vem na obra *Dank vom Haus Oestreich oder der Infant Dom Duarte. Episode aus dem 30jährigen*

Kriege, do sr. Gustavo de Veer, auctor do *Prinz Heinrich der Seeafahrer*, e socio da nossa Academia Real das Sciencias, publicada em Cassel em mil oitocentos e sessenta e nove.

Pag. 615, lin. 12

Denuncia do marquez de la Fuente

O que dizemos n'este paragrapho constitue a introducção do processo que houve por causa d'ella, e é, como assevera Cusani, em latim, porém não, como elle quer, parte de um bilhete de D. Fradique Henriques a Arias Maldonado (Coronado vem erradamente na sua obra). Esse bilhete é outro, mui diverso, em hespanhol, e não insere carta alguma. A elle nos referimos a pag. 617, lin. 6. A carta que Cusani juntou indevidamente á dita introducção não é tambem, como pretende, a que D. Fradique recebeu a trinta de dezembro, mas a resposta do marquez de la Fuente á de trinta e um do mesmo D. Fradique. Além d'isto está incompleta. Fazemos estes reparos, mais para defeza, do que para censura.

Pag. 629, lin. 3

Denuncia do projecto do duque de Saxonia por elle mesmo

O documento que auctorisa esta asserção é a carta de Taquet ao conde da Vidigueira, de 5 de junho de 1643, dos mss. da Bib. de Evora, 106, 2, 11, fol. 253.

Pag. 633, lin. 16

Soleure

Salador, diz o documento, tirando, porém mal, da fórma latina, Solodorum, em allemão Solothurn, o nome d'esta cidade.

Pag. 643, lin. 11

Sobre ouvir o infante missa na egreja do castello

O governo de Madrid determinou que o infante não sahisse d
dois aposentos que lhe tinham sido dados por morada, d'onde se c
clue que este devia ouvir missa n'elles ou não a devia ouvir. Ent
tanto D. Fradique Henriques responde ao seu governo como se
houvesse ordenado que o infante não sahisse da Roqueta, porque
n'este caso teria de se desculpar de lhe consentir ouvil-a na egreja
castello, sita na Côrte Ducal, por não estar consagrada a capella
mesma Roqueta.

Pag. 646, lin. 8

O guarda dorme etc.

Queria dizer os guardas ficam. O infante ao principio tinha só u
sentinella de vista de dia e de noite; a onze de março de quare
e tres D. Fradique Henriques recebeu o officio do secretario de es
do, Pedro de Arce, pelo qual o governo de Madrid lhe mandava que
sentinellas de vista fossem duas; e a oito de abril participou ao m
mo ter cumprido esta e as outras ordens que a acompanhav.
Como é possivel pois que o infante a sete de maio só fale n'uma s
tinella, quando era duas; e como diz que dorme, quando deviam
bas estar sempre álerta?

Pag. 670, lin. 6

Versos a Petronilha

O oitavo d'estes versos está no original:

Come vita col guardo, morte con il canto,

isto é, errado, o que nos custa a admittir, tendo o infante compo

os outros certos. Para o desculpar conjecturamos que o auctor o começou com as quatro primeiras palavras

Come vita col guardo,

tencionando acabal-o de modo diverso do que acabou, por exemplo,

e con il canto,

e que, terminando-o do modo que se lê, se esqueceu de riscar a palavra—come—, conforme precisava para elle ficar certo. N'esta supposição o emendámos, não sem repugnancia. Menos escrupulo tivemos em alterar o verso anterior, porque o erro é visivelmente um lapso de penna, lapso que reforça, até certo ponto, a nossa conjectura quanto ao outro. Aqui a mudança foi pequena. No original acha-se d'este modo:

Ch'una vitale morir dai con lo stile,

e na nossa obra, transformada—una—em—un—, como manda a concordancia grammatical e a metrificação:

Ch'un vitale morir dai con lo stile.

Accentuámos o—u—de—Paula—, porque assim o pede a medida do verso, e o segundo—i—de—simile—pelo mesmo motivo e pela rima.

No quinto verso o original tem—altri—, mas, considerando-o simples descuido, puzemos—altro—no singular, como o verbo.

Tambem emendámos—occi—para—occhi.

Na carta da pag. 669, se vêem, melhor do que aqui, as irregularidades e os erros com que o infante escrevia italiano.

Quanto ao mais guardámos toda a fidelidade.

No alto da pagina que contém estes versos ha a seguinte nota da mão, segundo nos parece, do duque de Cadaval: «São da letra do sñr. D. Duarte feitos a Patronilha Paulla, para quem hé a carta antecedente, fol. 137. E para a mesma vão outras de D. Fradique a fol. 142 e 181».

Pag. 675, lin. 16

Notas do infante a Caramuel e Chumaccero

D'entre os descuidos que se encontram n'ellas só tomámos a lib de de notar quatro, e tres d'estes ainda em duvida, não a tendo qu ao quarto, porque de certo o seu auctor não ignorava, nem prov mente esquecia, que D. Isabel, esposa do filho d'el-rei D. Man infante D. Duarte, era irmã, e não filha do duque D. Theodo

Pag. 676, lin. 8

Bispo menino

Na Bib. da Ajuda (Mss., Misc., vol. XLVI, fol. 214) ha uma re de bispos de tres, quatro, cinco annos, etc., até aos vinte e sete. tres é o do texto. Estas nomeações de pessoas de tenra edade pa maiores logares da egreja deram-se muitas vezes e d'ellas apon mos outro exemplo no infante D. Affonso, filho d'el-rei D. Ma que foi feito bispo da Guarda aos onze annos e cardeal aos do

INDICE

Livro I

Livro II

Livro III

Livro IV

Livro V

Livro VI

Livro VII

nha, e resposta desfavoravel d'este.—É tambem infeliz co
o recurso a Roma.—Mallogro da embaixada portugueza a U
bano VIII.—Mais noticias ácerca de Fernando Brandão.—
inimizade entre elle e o bispo embaixador desfavorece a l
berdade do infante.—Recebe o prelado segunda carta d'est
—Correspondencia entre ambos por meio de um jesuita mo
rador em Roma.—Avisa o infante o bispo da sua venda e ped
que o livre.—Dá este a incumbencia a um fidalgo italian
mas descobrem-o os hespanhoes.—Manda a Veneza Fr. Lui
Coutinho para tratar do mesmo com Picini, mas debalde.—
Passa a França, como embaixador, o conde da Vidigueira.—
Motivos que retardam a sua primeira audiencia.—Apesar d'isso
cuida logo da liberdade do infante.—Determina a Antoni
Moniz de Carvalho que componha um manifesto e promove
feitura d'outros.—Sabendo da venda e passagem do infante
Italia, procura que os bandidos ou os grisões o libertem n
caminho.—Demoras que houve em tratar das coisas do in
fante.—O infante paga os descuidos do governo portugue
dando-lhe conselhos.—Manda ao imperador o padre Sinabe
pedindo que o não entregue aos hespanhoes.—Continúa o mar
quez de Castello-Rodrigo a perseguil-o e aos seus.—Trato
crueis que faz dar a um seu servidor para obter revelações
—Temores por isso de um religioso, amigo do infante.—Pro
videncias do marquez para o transito do infante pelo paiz do
grisões e pelo Tyrol.—Não é menos solicito Navarro em guar
dal-o em Gratz.—Exaggeração de Antonio de Sousa de Ma
cedo, a respeito dos rigores que então soffreu.—Desconfi
Navarro do seu confessor e de dois creados, e tira-lh'os.—
Preparativos dos hespanhoes para o conduzirem a Milão.—
Cartas do infante das vesperas da partida noticiando-a, e pe-
dindo que lhe valham.—Parte para Milão, e como.—Caminho
que segue.—Precauções que toma Navarro, perto do estado
de Veneza.—Chegam ao Tyrol.—Demora na viagem, e por-
que.—Carta que se diz que o infante escreveu então a um va-
lido do imperador.—A tropa allemã que o conduz insubordi-
na-se.—Navarro temeroso cede ás suas exigencias.—Novas
complicações.—Chega a força de Milão e toma conta do in-
fante.—Occasião que se perdeu de libertal-o.—Ordem que ti-
nham de o matar n'este caso.—Passa o infante os Alpes.—
Fala com um dos soldados que o levam, que o conhecera pe-
queno.—Chega a Mortugno.—Um ministro dos grisões tent

Livro VIII

Livro IX

ERRATAS PRINCIPAES

PAG.	LIN.	ERRO	EMENDA
XIII	25	*D. Duarte de Bragança*	*Esboço historico de D. Duarte de Bragança*
XIX	27	Antonio	José
17	33	aposentaria	aposentadoria
163	30	Matheo Romero	Mathias Rosmarin
183	19	Madrid	Milão
257	31	Mss. num. 2121, Livro	Mss., Livro
367	14	*biographico*	*historico*
404	26	*com a*	*na*
406	13	Ramiro	Ramires
431	9	Ramiro	Ramires
477	19	Mazarini	Mazarino
»	27	Mazarini	Mazarino
529	5	Mortugho	Mortugno
545	22	sudoeste	suéste
554	12	persuadidos	persuadido
632	2	e segundo parece, depois	segundo parece, e depois

Livro IX